

# Gênero & Direito

Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito

Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba

V. 8 - Nº 03 - Ano 2019

ISSN:2179-7137



**EDITORIAL:**

A missão da Revista Gênero e Direito (G&D) destina-se a informar a comunidade acadêmica sobre os desafios e perspectivas que revestem a discussão interdisciplinar do gênero. O objetivo da G&D é estimular o debate e produção científica com o propósito de produzir conhecimentos e atuar como transformador social e instrumento de reflexão para uma isonomia entre os indivíduos. O público-alvo de nossa revista é pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a G&D aceitará a participação em coautoria. A Revista possui um conjunto de Seções para recebimento de trabalhos científicos, como:

- **Seção Livre:** Seção interdisciplinar que recebem trabalhos de língua inglesa ou francesa produzidos através de pesquisas ou reflexões acadêmicas, podendo os temas abordarem ou não a temática do gênero e dos direitos humanos.
- **Ensaio:** Recebe relatórios de pesquisas em andamento ou concluídas.
- **Gênero, Sexualidade e Feminismo:** Trata com a discussão de gênero referente a gênero x sexo, discurso sexual, contrato sexual, identidade de gênero, existencialismo x naturalismo, filosofia social, teorias feministas e feministas do direito, diversidade sexual e efetividade de direitos sexuais.
- **Direitos Homoafetivos, lutas LGBTI e teoria queer:** Versa sobre a efetividade e garantias de direitos homoafetivos, a evolução histórica e social das lutas LGBTI, desenvolvimento social, teoria queer, categorias sociais, desigualdade, alteridade, relações culturais, homofobia, diversidade sexual
- **Direitos Humanos e Políticas Públicas de Gênero:** Aborda temas sobre filosofia do direito, teoria crítica dos direitos humanos, feminismo, interseccionalidade, consubstancialidade, igualdade de gênero e direitos LGBTI.
- **Movimento feminista, história da dominação e gênero:** Feminismo, história dos direitos de gênero, história da dominação, história dos movimentos feministas, lutas por emancipação, América Latina, discurso social e conquistas sociais.

- **Sexualidades, Subjetivações e Práticas Psi:** Sexualidade, identidade social, processo de identificação, grupos sociais, práticas psi, gênero x sexo, violência de gênero e vulnerabilidade.
- **Saúde, Gênero e Direito:** Saúde da mulher, integridade física e sexual, saúde pública, avanços tecnológicos, mudança de sexo, intersexualidade, aborto, gravidez na adolescência, sexualidade e prevenção sexual.
- **América Latina, União européia, gênero, feminismo:** violência de gênero, cultura latina, cultura européia, direitos sociais, políticas públicas, lutas sociais, movimento feminista, movimento LGBTTI, patriarcalismo, sexualidade, AIDS, direitos sexuais e reprodutivos.
- **Multiculturalismo, religião, gênero:** direitos sexuais e reprodutivos, religião e filosofia, estruturas sociais, choque cultural, etnocentrismo, feminismo, direitos homoafetivos, violência de gênero, relativismo cultural e direitos humanos.
- **Aborígene, gênero, inclusão social:** discriminação, cultura aborígene, políticas públicas, feminismo, infanticídio, práticas nômades, patriarcalismo e identidade.
- **Imigração, Emigração, gênero:** problemas sociais, zonas migratórias, tráfico de pessoas, exploração sexual, guerras, ditadura, deportação, expulsão, vulnerabilidade social e feminismo.
- **Gênero, história, Espanha:** movimento feminista, direitos civis e políticos, história da dominação, micro história, discurso social, reformas políticas

**SUMÁRIO:**

O “NÃO LUGAR” DOS TRANSGÊNEROS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ARTICULAÇÕES ACERCA DA PREVIDÊNCIA AO PÚBLICO LGBTTI	01
<i>Melissa Demari; Eduarda Groff Trentin;</i>	
GÊNERO, IGREJA E DOMINAÇÃO	25
<i>Isabela Vince Esgalha Fernandes</i>	
MEMÓRIAS DA DIVERSIDADE NA PARAÍBA: AS DORES E OS GUARDINS DE NINA KELLY	41
<i>Sérgio Pessoa Ferro</i>	
A PROTEÇÃO DOS REFUGIADOS NO BRASIL, QUESTÕES DE GÊNERO E TRATAMENTO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: UMA ANÁLISE NA CIDADE DE SÃO PAULO	63
<i>Renan Antônio da Silva; Renato Ribeiro Nogueira Ferraz; Gabriel Oliveira Nascimento da Silva</i>	
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS	107
<i>Danielle Coelho Silva; Luciano de Oliveira Souza Tourinho;</i>	
FEMINISMO JURÍDICO: UM CAMPO DE REFLEXÃO E AÇÃO EM PROL DO EMPODERAMENTO JURÍDICO DAS MULHERES	127
<i>Salete Maria da Silva</i>	
MULHERES ENCARCERADAS: DIFICULDADES VIVENCIADAS ANTES, DURANTE E APÓS A PRISÃO	151
<i>Tatiana Cavalcanti de Albuquerque Leal; Anielle Oliveira Monteiro;</i>	
O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A DIGNIDADE DAS PESSOAS TRANSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS: UM ESTUDO DE CASO DO <i>HABEAS CORPUS</i> Nº 497.226/RS	173
<i>Emerson da Silva Mendes; Cristina Groberio Pazó</i>	

GRUPO REFLEXIVO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PODER JUDICIÁRIO DE RONDÔNIA	195
<i>Chaiene de Jesus Capeleline, Helena Veloso de Melo Araújo, Thainá Sampaio Ribeiro, Leandro Aparecido Fonseca Missiatto,</i>	
VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER E PERSPECTIVAS DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS: O SENTIDO ESTRUTURAL DA VIOLÊNCIA DIRETA E INDIRETA	214
<i>Vinicius Ferreira Baptista</i>	
TRABALHADORES HOMOSSEXUAIS, CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE, SUSTENTABILIDADE E DIREITOS HUMANOS	237
<i>Breno Lucas Carvalho Ribeiro, Carolina de Souza Novaes Gomes Teixeira</i>	
DESIGNING AN EFFECTIVE KNOWLEDGE MANAGEMENT SCRIPT MODEL WITH THE IT APPROACH	267
<i>Javad Moghtader Kargaran, Reza Khodaei Mahmudi</i>	
CIVIL LIABILITY OF THE MENTALLY DISORDERED PEOPLE	284
<i>Mahdis Riahy, Mahdi Esmaeile</i>	
ANALYSIS AND DESIGN OF A NEW STRUCTURE FOR 10-BIT 350MS/S PIPELINE ANALOG TO DIGITAL CONVERTER	301
<i>Arash Rezapour, Mohammad Bagher Tavakoli, Farbod Setoudeh</i>	
ERICH FROMM'S PERSPECTIVE ABOUT LONELINESS AND ITS OUTCOMES IN EDUCATION	329
<i>Sahar Zabihidan, Babak Shamshiri</i>	
VALIDITY AND TIME OF CONTRACTUAL OBLIGATIONS ARISING FROM COMPENSATION IN IRAN AND BRITISH LAW	358
<i>Ali Asghar Kargar, Mozafar Bashokouh, Mansour Eshghpour</i>	
INVESTIGATING THE ROLE OF URBAN MANAGEMENT INSTITUTIONS IN THE DEVELOPMENT OF CITIES (CASE STUDY: PARS ABAD CITY)	388
<i>Gholam Reza Mirie, Mohsen Sadeghi</i>	

THE EXAMINATION OF COMPETENCE: COMPETENCE IN INTERNATIONAL COMMERCIAL ARBITRATION	403
<i>Homayoun Mafi, Mohammad Reza Khademi</i>	
LEGAL PRINCIPLES OF ECONOMIC POLICY IN THE ISLAMIC REPUBLIC OF IRAN	426
<i>Ayoub Ahmadi Gandmani, Mohammad Sadeghi, Babak Baseri</i>	
ESTIMATING THE POLLUTION RISK OF CATCHMENT BASIN IN RIVERS WITH THE FUZZY LOGIC THEORY	448
<i>Elnaz Khademi, Ramin Asadpour Amazajardi</i>	
INFLUENCE OF THE RIGHT TO THE ENVIRONMENT ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT FROM THE PERSPECTIVE OF INTERNATIONAL LAW	458
<i>Akramosadat Kia</i>	
CRITICAL STUDY OF IRANIAN MOVIE »NASSEREDIN SHAH, ACTOR OF CINEMA «ON THE BASIS OF THEORIES OF THE POSTMODERN NOVELS	469
<i>Shirzad Tayefi, Mohammad Hossein Ramezani Fookulaee</i>	
ECOTOURISM DEVELOPMENT OPTIMUM STRATEGIES USING SWOT AND QSPM MODELS: A CASE STUDY OF ARDEBIL PROVINCE, IRAN	508
<i>Bahram Imani, Mansour Rahmati, Vahed Aghaei</i>	
PETROLOGY AND GEOCHEMISTRY OF INTRUSIVE ROCKS FROM THE SOUTH OF NAQADEH, WEST AZERBAIJAN, IRAN	524
<i>Abdollah Kordi, Afshin Ashja-Ardalan, Seyed-Jamal Sheikhzakariayi, Nasser Ashrafi</i>	
THE ROLE OF ENFORCING TRANSPARENCY, COMPETITION AND OBJECTIVE CRITERIA IN DECISION MAKING IN SUPPORT OF THE WEAK PARTY OF GOVERNMENT CONTRACTS	559
<i>Kheirollah Parvin, Karim Farhadi</i>	

## O “NÃO LUGAR” DOS TRANSGÊNEROS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ARTICULAÇÕES ACERCA DA PREVIDÊNCIA AO PÚBLICO LGBTTTI

Melissa Demari<sup>1</sup>Eduarda Groff Trentin<sup>2</sup>

**Resumo:** O sistema previdenciário brasileiro atual pressupõe determinados requisitos a serem preenchidos pelo segurado para a concessão dos benefícios em espécie. Tais requisitos, em alguns deles, pressupõem uma distinção de gênero, sendo comum que sejam distintos se o beneficiário for homem ou mulher. Contudo, a dicotomia de gênero na qual tais requisitos legais se baseiam, não consegue mais contemplar a complexidade da vida, especialmente no que toca à diversidade de gênero e sexual. Tendo isso em mente, é essencial que os requisitos legais à concessão de benefícios sejam revistos. Dentre os vários questionamentos que se apresentam, um dos mais polêmicos envolve a

questão do transgênero que, nascido e registrado num gênero determinado, adota outro ao longo da vida. Neste caso, será tratado pelo sistema previdenciário a partir dos requisitos impostos ao gênero registral de nascença ou ao social? Diante do silêncio legal para questões como esta, uma possibilidade que se apresenta é que o segurado seja tratado proporcionalmente ao tempo de contribuição em num e noutra gênero, ao menos até que a legislação e os tribunais avancem nos debates e nas propostas de solução. Tal solução apresenta-se como uma possibilidade pela qual estaria respeitada a história pretérita e a atual do segurado, garantindo-se tratamento alinhado com o gênero presente.

---

<sup>1</sup>Melissa Demari é Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Mestre em Direito Público - UNISINOS, Especialista em Justiça Constitucional e Processos Constitucionais pela Universidad de Castilla-la Mancha, Toledo – Espanha e Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários - IBET. Advogada militante e Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul - UCS.

<sup>2</sup>Eduarda Groff Trentin é advogada militante na área de direito previdenciário e pós-graduanda em Direito Previdenciário pela Escola Superior da Magistratura Federal-ESMAFE.

**Palavras-Chave:** Previdência Social. Benefícios previdenciários. Gênero. Sexualidade. LGBTTTI.

**Abstract:** The current Brazilian social security system presupposes certain requirements to be fulfilled by the insured for the granting of benefits in kind. These requirements, in some of them, presuppose a distinction of gender, being common that they are different if the beneficiary is male or female. However, the gender dichotomy on which such legal requirements are based, can no longer afford to contemplate the complexity of life, especially with respect to gender and sexual diversity. With this in mind, it is essential that the legal requirements for granting benefits be reviewed. Among the several questions that are presented, one of the most controversial is the transgender question that, born and registered in a particular genre, adopts another throughout life. In this case, will it be treated by the pension system based on the requirements imposed on the birth or social registry? Faced with legal silence on issues such as this, one possibility is that the insured is treated proportionately to the time of contribution in either gender, at least until legislation and the

courts move forward in the debates and proposals for settlement. This solution presents itself as a possibility by which the past and present history of the insured person would be respected, guaranteeing treatment aligned with the present genre.

**Keywords:** social security. social security benefits. genre. sexuality. lgbttti

## 1. Introdução

A previdência social brasileira está inserida na seguridade social, a qual prevê uma série de direitos e deveres aos cidadãos que pretendam gozar do amparo estatal em situações de velhice, doença ou necessidade. A previdência tem benefícios pautados no sistema contributivo geracional (o que significa que uma geração é responsável pelo custeio dos benefícios de outra geração, sendo que o acesso aos mesmos pressupõe a contribuição do segurado). Alguns benefícios – senão a maior parte deles – tem como pressuposto questões ou requisitos assentados no gênero do segurado, sendo que, para tanto, o ordenamento legal parte da dicotomia

binária (masculino e feminino) e em geral atrelada à sexualidade. Contudo, no mundo pós-moderno, o binário masculino-feminino é insuficiente para a compreensão da sociedade e das complexidades que a cercam. A pluralidade de possibilidades ligadas ao gênero e à sexualidade, importante ressaltar, não é fato novo. Recente é apenas o enfrentamento destas questões no âmbito acadêmico e legal, especialmente em razão da compreensão de que o indivíduo é mais complexo do que as categorizações que a modernidade historicamente lhe impôs. Dentro deste contexto, o presente estudo pretende verificar como o regime previdenciário brasileiro trata os benefícios previdenciários atrelados ao gênero do segurado nas situações em que este se reconhece num gênero distinto daquele que lhe foi atribuído pelo nascimento.

## **2. O regime de Previdência Social no Brasil**

Os regimes de previdência são concebidos sob a égide da proteção social, com a finalidade matriz de amparar os seus beneficiários quando se encontram em situação de risco real ou

presumido. “O termo *risco social* é empregado para designar os eventos, isto é, os fatos ou acontecimentos que ocorrem na vida de todos os homens, com certeza ou probabilidade significativa, provocando um desajuste nas condições normais de vida [...]” (ROCHA e BALTAZAR JUNIOR, 2014, p.6).

No Brasil, somente na década de 1960, com a criação da Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS), e do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), é que o regime previdenciário adquiriu este caráter protetivo, com a finalidade de garantir direitos aos mais variados grupos sociais, sendo obrigação do Estado regulamentar o Direito Previdenciário. Foi a LOPS que normatizou a aposentadoria com critérios diferenciados entre homens e mulheres, e criou o benefício de auxílio-natalidade, a fim de amparar as mulheres no período perinatal.

Entretanto, a LOPS ainda foi tímida. O ápice da proteção aos direitos sociais se deu somente com o advento da Constituição Federal de 1988, para Sarlet (1998,p.65) “De certo modo, é possível afirmar-se que, pela primeira vez na história do constitucionalismo pátrio, a matéria foi tratada com a merecida

relevância”. A Constituinte de 1988 foi responsável por criar a Seguridade Social, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A partir da criação do Seguro Social, minorias até então alijadas do amparo social em situações de necessidade puderam contar mais efetivamente com a proteção do Estado, que passou a trazer como máxima a dignidade da pessoa humana.

A Autarquia Pública responsável pela operacionalização dos benefícios da previdência, a partir de então, agregou responsabilidade sobre os benefícios relativos à assistência social, passando então a ser denominado Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A saúde, de forma apartada, começou a ser operacionalizada pelo Sistema Único de Saúde-SUS.

Atentando-se à Previdência Social, que é o direito social que será analisado no presente estudo, cabe destacar que esta contou com significativa ampliação de sua atuação ao longo dos anos, em especial após o advento da Constituição Federal de 1988. A partir das alterações promovidas pelo texto constitucional, o leque de benefícios estendeu-se consideravelmente. Os benefícios aos

segurados especiais (trabalhadores do meio agrícola) obtiveram destaque, assim como aqueles reconhecidos às pessoas com deficiência, com trabalhadores em condições insalubres, e principalmente, a previdência debruçou-se sobre os direitos diferenciados entre homens e mulheres, garantindo o cumprimento do artigo 5º, I da Constituição Federal, que dispõe que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (BRASIL, 1988).

Evidentemente que a ampliação dos benefícios previdenciários pela Constituição de 1988, forçou o Estado a reformar seus sistemas de previdência, a fim de adequá-los à Carta Magna.

Atualmente o regime geral de previdência conta com mais de cinco modalidades de benefícios programáveis, excluindo-se ainda os benefícios de caráter não vitalício, devidos em decorrência de eventos temporários, como é o caso de doença e incapacidade, por exemplo.

Entretanto, em que pese a abrangência e as inovações do regime de previdência atual, é possível constatar que a sua legislação não caminha no mesmo passo que a sociedade contemporânea.

Houve significativo avanço com a inclusão das mulheres no direito previdenciário, principalmente respeitando-se a situação de desvantagem social destas, através dos requisitos diferenciados para percepção de benefícios. Entretanto, a adoção da perspectiva binária de gênero, definida em torno de características de gênero, distinguindo tão somente homens e mulheres e desconsiderando assim a possibilidade de adoção de gênero distinto do sexo biológico, atualmente é corolário de um limbo jurídico, já que nos dias atuais a sociedade vem despertando para a existência de outras possibilidades de gênero e sexualidade, possibilidades estas representadas pela população LGBTTTT<sup>3</sup>.

A falta de regulamentação legal concernente ao tratamento da previdência de indivíduos LGBTTTT determina a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, especialmente para transgêneros e/ou transexuais, o que decorre do fato de que tais indivíduos

assumem identidade social e/ou legal distinta do gênero de nascimento (conforme analisado adiante), sob a égide do qual, em geral, se estruturam as regras de aposentadoria.

No tocante à questão previdenciária, especificamente, entende-se essencial resgatar as razões pelas quais a previdência brasileira estabelece critérios de concessão previdenciária distintos para homens e mulheres.

Cumprido, neste tocante, destacar que não são raras as pessoas que defendem que a diferenciação no tratamento entre gêneros na previdência não reflete a igualdade social. No entanto, deve-se analisar que o pensamento nuclear do princípio de igualdade é que todos os cidadãos tenham os mesmos direitos e as mesmas possibilidades. O princípio da Igualdade consagrado no texto constitucional é o da Igualdade Material ou Aristotélica, pelo qual deve-se tratar igual aos iguais e desigual aos desiguais na medida de suas

---

<sup>3</sup> A sigla LGBTTTT refere-se à população composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intergêneros. Não obstante ser uma sigla usual para designar referida população, não há uniformidade sobre a mesma, o que decorre do próprio reconhecimento da fluidez de gênero e sexo. Desta forma, as constantes mudanças ou

ampliações na sigla refletem a percepção de que as possibilidades de gênero e sexo são inúmeras e não estanques. Entretanto, apenas para fins didáticos, no presente estudo as autoras optaram por adotar a sigla acima como representativa das inúmeras possibilidades de gênero distoantes do binário masculino-feminino alinhado à sexualidade heteronormativa.

desigualdades. A igualdade material, destarte, iguala ao desigualar, porque parte do reconhecimento de que as pessoas são essencialmente desiguais e devem ser tratadas a partir das suas diferenças. Sem observar as diferenças físicas, históricas e sociais entre homens e mulheres a igualdade fica prejudicada, uma vez que os dois grupos são distintos, por qualquer viés que se analise. Fisicamente, a distinção entre uns e outros está na musculatura, na compleição física, na composição hormonal e na força, dentre outros. A diferença também é observada no viés histórico, eis que as mulheres foram historicamente alijadas de direitos e possibilidades quando comparadas aos homens. Por fim, é importante que se ressalte que também socialmente as mulheres têm uma realidade distinta da realidade dos homens, pois ainda são tidas como naturalmente responsáveis pelos cuidados com a casa e os filhos, o que lhes impõe dupla jornada de trabalho. A naturalização dos papéis atrelados ao masculino e ao feminino, longe de estar correta, é um fato que

merece ser enfrentado, ainda que com o propósito de superação dessa crença.

Considerando-se que a questão posta no presente estudo é o tratamento jurídico a ser outorgado aos transgêneros nos benefícios previdenciários (a bem de aferir se o gênero de nascimento ou o de adoção devem ser considerados na análise dos requisitos de concessão), importante, antes, verificar quais são os benefícios que adotam o gênero como critério de distinção e obtenção.

Assim, inicialmente, é importante analisar cada modalidade de aposentadoria e sua diferenciação para homens e mulheres.

### **3 Benefícios programáveis com distinção entre gênero**

A análise abaixo aponta os benefícios previdenciários que partem da distinção entre os gêneros feminino e masculino como critério de obtenção, sem a pretensão, destarte, de esgotar a temática acerca das espécies e requisitos de cada um dos benefícios previdenciários atualmente existentes no Brasil.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Atualmente tramita junto à Câmara dos Deputados, em regime especial, a PEC 6/2019, que visa modificar profundamente o sistema de

previdência social, estabelecendo regras de transição e disposições transitórias. A proposta de emenda à Constituição pretende modificar os

### 3.1 Aposentadoria por tempo de contribuição

A aposentadoria por tempo de contribuição simples encontra-se disciplinada no artigo 201, §7º, I da Constituição Federal de 1988<sup>5</sup>.

Atualmente o regime geral de previdência não conta com idade mínima para o segurado se aposentar por tempo de contribuição, bastando, na aposentadoria por tempo de contribuição simples, que o homem cumpra trinta e cinco anos de tempo de contribuição, e a mulher trinta.

Esse tempo necessário para a aquisição do direito a inatividade remunerada pode incluir períodos rurais, períodos laborados em condições especiais (como o período trabalhado sob condições insalubres, por exemplo, que será convertido por multiplicadores distintos para o gênero feminino ou

masculino) períodos como contribuinte individual, e qualquer outra modalidade de contribuição.

### 3.2 Aposentadoria da pessoa com deficiência

O atual regime geral de previdência social conta também com a aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade da pessoa com deficiência, sendo que, para fazer jus a tal benefício, o segurado precisa comprovar, mediante perícia médica e funcional, que possui limitações de longo prazo que lhe colocam em desigualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da LC 143/2013.

Na aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência, será analisado se esta limitação é leve, moderada ou grave. Dependendo da gravidade da deficiência e o gênero do

---

requisitos para obtenção de benefícios referidos no presente estudo, eventualmente, inclusive, diminuindo a distinção dos requisitos necessários à obtenção dos benefícios para homens e mulheres. Todavia, mesmo a proposta de alteração mantém algumas distinções significativas nos requisitos a serem cumpridos por homens e mulheres, especialmente no que tange ao fator idade. Desta forma, entendemos que mesmo diante da iminência da alteração dos requisitos da maioria dos benefícios previdenciários, a relevância da questão ora em debate permanece.

<sup>5</sup> BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988). Artigo 201 *caput*. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: §7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: I-trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 20 fev.2019.

segurado, o tempo necessário será o seguinte:

Grau de deficiência	Tempo exigido para o homem	Tempo exigido para a mulher
LEVE	33 anos de contribuição	28 anos de contribuição
MODERADA	29 anos de contribuição	24 anos de contribuição
GRAVE	25 anos de contribuição	20 anos de contribuição

No caso da aposentadoria por idade da pessoa com deficiência, é necessário tão somente a comprovação da deficiência, sendo que se comprovada, reduzir-se-á em cinco anos o tempo de carência necessário para a concessão do benefício.

### 3.3 Aposentadoria especial

A aposentadoria especial é uma modalidade de aposentadoria por tempo de contribuição, prevista no artigo 201, §1º da Constituição Federal, e nos artigos 57 e 58 da Lei 8.213/91. Esta aposentadoria é devida ao segurado que laborar por 15, 20 ou 25 anos em condições nocivas a sua saúde e integridade física.

Atualmente é o único benefício previdenciário programável que não faz distinção entre gênero.

Todavia, cabe fazer uma ressalva neste caso. Quando o beneficiário da previdência não preenche os 15, 20 ou 25 anos completos laborando em condições nocivas a sua saúde, mas somente parte deste tempo, tem direito a convertê-lo por um multiplicador que irá assegurar um *plus* ao seu tempo de contribuição, podendo assim usar este tempo para postular aposentadoria por tempo de contribuição.

Neste caso, há distinção de regras entre homens e mulheres, uma vez que o fator de conversão é diverso para um e outro. Por exemplo, em um caso em que o trabalhador permaneceu pequeno tempo exposto ao agente agressivo ruído em nível acima do limite de tolerância (aposentadoria especial em 25 anos), se for mulher, terá o período de trabalho nestas condições multiplicado por 1,2, enquanto um homem o terá por 1,4.

### 3.4 Aposentadoria por idade

Outro benefício com grande número de concessões junto à Previdência Social é a aposentadoria por idade.

Como o próprio nome diz, esta aposentadoria somente é devida quando o segurado completa idade mínima. Além disso, se faz necessário o cumprimento da carência de 180 contribuições, que é requisito para qualquer aposentadoria que não seja decorrente de incapacidade.

A aposentadoria por idade divide-se em rural e urbana.

Na aposentaria rural o segurado preenche os requisitos para a inatividade quando o requerente completa 60 anos se homem, e 55 mulher.

A aposentadoria urbana, por presumir uma vida laboral mais leve que a rural, garante aposentadoria aos homens aos 65 anos, e as mulheres aos 60.

### 4 Distinção entre gêneros e a Previdência Social: fatores sociais e biológicos

A análise das possibilidades de tratamento previdenciário ao segurado transgênero ou transexual perpassa, ao que tudo indica à identificação dos fatores determinantes à distinção entre homens e mulheres por ocasião da aquisição do direito aos benefícios respectivos.

É importante ressaltar que a literatura não é clara ao apontar quais as razões pelas quais os requisitos da concessão de benefícios previdenciários são, em regra, mais acessíveis às mulheres do que aos homens. Não obstante, um breve resgate histórico nos dá sinais da significativa distinção sociocultural entre homens e mulheres.

Durante o século XIX, com as alterações sociais trazidas pela Revolução Francesa, as mulheres começaram a tomar consciência da desigualdade de direitos dos quais gozavam, comparativamente àqueles reconhecidos aos homens. Por este motivo, mais precisamente no final do referido século e início do século XX, entabularam questionamentos sobre os modelos sociais, e sobre a necessidade de garantia de direitos à população feminina. As principais causas defendidas pelas mulheres nessa época diziam respeito aos direitos políticos

(possibilidade de votar), liberdade de escolha (do casamento), possibilidade de serem proprietárias e o direito de ocupar espaços na vida pública (SUFFRAGETTE, 2015). Essa organização feminina foi o ponto de partida para o movimento feminista, atualmente conhecido, principalmente para fins didáticos, como “primeira onda do feminismo”<sup>6</sup>.

Ainda no século XIX diversos filósofos abriram caminhos para a libertação e obtenção da autonomia da população feminina. A exemplo, Friedrich Engels, que se debruçou sobre o estudo das origens da opressão à mulher na obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”. Outros teóricos, como Saint-Simon, Fourier e Cabet se dedicaram a escrever sobre a “mulher livre”, o que foi visto por críticos como utópico. “A ideia saint-simoniana era de que a mulher deveria ter igualdade de condições e tratamento com o homem, já que iguais, sendo abolido o que chamava de escravidão da

classe operária e da população feminina” (BEAUVOIR, 2009, p.130).

Muito do entendimento contemporâneo relacionado aos direitos sociais é resultado dos estudos e movimentos do século XIX, que estimularam discussões reprimidas anteriormente, que assim o eram em razão da obsoleta cultura feudalista, em especial em relação à mulher. Vejamos:

A mulher reconquista uma importância econômica que perdera desde as épocas pré-históricas, porque escapa do lar e tem, com a fábrica, nova participação na produção. É a máquina que dá azo a essa modificação violenta, porque a diferença de força física entre trabalhadores masculinos e femininos se vê, em grande número de casos, anulada. (BEAUVOIR, 2009, P.131)

Nota-se que a partir da revolução industrial a figura feminina não era mais vista (ao menos não como antes) como sensível e incapaz em decorrência do porte físico. A mulher começou a ganhar espaço no mercado de trabalho e com isso quebrou velhos paradigmas.

---

<sup>6</sup> É oportuno registrar que, apesar do resgate histórico apontar os marcos do movimento feminista em três momentos principais, a conquista dos direitos das mulheres não foi homogênea, pois enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto, as mulheres negras lutavam pelo direito de serem reconhecidas como

seres humanos. Essa dissonância no reconhecimento de direitos às mulheres brancas e negras ainda está presente na sociedade e é, ainda hoje, determinante para que muitos defendam a existência de um feminismo branco e um feminismo negro.

No século XX o Estado Social, que trouxe os direitos de segunda dimensão com base no axioma da dignidade da pessoa humana, encontrava-se mais consolidado, sendo que a luta pela aplicação de direitos fundamentais foi difundida mundialmente.

Nesta época exigia-se não mais uma abstenção do Estado, mas sim uma intervenção positiva deste na sociedade, para que criasse condições e diretrizes voltadas à garantia dos direitos dos cidadãos. “Não se cuida mais, portanto, de liberdade do e (*sic*) perante o Estado, e sim de liberdade por intermédio do Estado.” (SARLET, 1998, p.49)

A previdência social, por se tratar de um regime protetivo dos cidadãos, de responsabilidade do Estado, foi questão de maior atenção logo no início do século XX. Fazia-se necessário um olhar mais metucioso sobre previdência em relação àqueles segurados que pertenciam a grupos que antigamente não dispunham de direitos políticos e sociais, mas o obtiveram justamente com as inovações do século XIX.

Em 1919 houve a primeira Conferência Internacional do Trabalho, promovida pela Organização

Internacional do Trabalho (OIT), na qual foi formulada a primeira convenção que tratava da proteção da maternidade, dando início à discussão sobre a necessidade da criação de instrumentos internacionais, dedicados à proteção do direito da mulher no âmbito previdenciário.

A partir de então diversos países começaram incluir na sua legislação os direitos da mulher trabalhadora, tendo em vista a desigualdade de condições para com os homens.

No Brasil, o primeiro passo significativo na questão da distinção de gênero como forma de diminuição das desigualdades pertinentes aos mesmos durante a década de 1960. Sendo que, como citado alhures, a garantia maior somente teve seu ápice com a Constituição de 1988.

A partir destas modificações é que se consagrou o quadro de benefícios no modelo atual, detalhado no título anterior.

Mas, se como já explanado acima, o que as mulheres sempre buscaram foi igualdade de condições, razão pela qual é relevante que se analise quais são as razões pelas quais há

diferenciação nos requisitos para o aposento entre gênero.

Destarte, passamos a analisar melhor as diferenças de maior relevo entre gêneros, que influenciaram na diferenciação na legislação entre homens e mulheres.

A diferença primordial entre homens e mulheres, do ponto de vista biológico, é a reprodução. A mulher, por contar com funções intrinsecamente ligadas à saúde durante períodos perinatal, gestação, recuperação pós-parto e amamentação dos filhos, necessita, logicamente, de benefícios diferenciados que assegurem a sua proteção em todo este período.

Nota-se que o benefício de auxílio-doença não caberia neste caso, uma vez que o auxílio-maternidade foi concebido para tratar de uma dupla proteção: mãe e filho. O auxílio-doença presume que o segurado esteja temporariamente incapaz para suas atividades laborativas. Contudo, pouco tempo após o parto, em grande parte dos casos, a mulher já se encontra apta ao trabalho, todavia necessita dedicar-se à amamentação e assistência à criança.

Pode-se dizer que o ideal principal da Previdência Social é amparar o segurado quando este perde a

capacidade de gerar renda. No caso da mulher, entende-se que em todo este período tal capacidade fica comprometida, merecendo proteção previdenciária.

Importante ressaltar, neste tocante, que a mãe adotante também goza de referido benefício, uma vez que, apesar de não ter sido a parturiente, precisa dedicar-se aos cuidados com o filho no período inicial da maternidade. A licença deferida à mãe adotante é idêntica àquela deferida à mãe biológica (120 dias), sendo que a legislação atual (lei 2.873/2013) também reconheceu tal direito ao pai adotante, nos casos de casal homoafetivo, sendo, contudo, que o benefício, em caso de adoção por casal, somente será deferido a um dos cônjuges.

Além das peculiaridades biológicas relacionadas à reprodução, é importante registrar que existe um certo consenso doutrinário acerca da distinção na capacidade física de homens e mulheres. Fisicamente os homens são, em geral, mais fortes, mais velozes e mais resistentes do que as mulheres, tanto que a própria legislação trabalhista prevê distintos limites de peso a serem suportados por homens e mulheres na jornada de trabalho, por exemplo.

Este apontamento não tem qualquer conotação valorativa e segue apenas a lógica geral de análise das diferenças biológicas entre homens e mulheres, determinantes na formulação de diversas leis e políticas públicas destinadas a uns e outros.

Para fins previdenciário, entende-se, destarte, que tal questão também deva ser considerada.

Além das diferenças na compleição física e na evolução histórica de reconhecimento de direitos, homens e mulheres são, ainda, diferentes nos papéis sociais que lhes são atribuídos.

Na sociedade contemporânea, é cada vez mais raro que a mulher assuma, no contexto familiar, tão somente o papel de responsável pelo trabalho doméstico, sendo que a assunção de outros papéis – inclusive de chefe de família e contribuinte determinante no sustento da família – é situação muito comum.

Esse avanço da inclusão da mulher no meio social se deve principalmente em razão do movimento feminista, que, conforme mencionado, se trata de movimento social, político e econômico que busca a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Todavia, num passado recente, os papéis de homens e mulheres eram

bem distintos, o que acabou por surtir efeitos inclusive na legislação garantidora de direitos sociais. Historicamente a mulher era vista como a responsável pelo trabalho doméstico familiar, como cuidar dos filhos, preparar refeições e pela limpeza da residência, ainda, devia fidelidade ao seu marido, quando este não a devia:

O desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. (ENGELS, 2014)

O direito materno referido por Engels, como ele mesmo aborda em seu estudo, é intrinsecamente ligado à descendência, uma vez que esta somente se contava pela linha feminina. Mesmo que um pai deixasse bens, estes não eram herdados por seus filhos. Entretanto, como com o passar do tempo o homem foi detentor de maiores riquezas, foi alterado o direito materno pelo paterno, o que causou a “derrota do sexo feminino” (ENGELS, 2014).

Evidentemente que este quadro contribuiu para o fato das mulheres serem responsáveis por todas as tarefas domésticas e pelos cuidados com a prole,

sem que nenhum direito tivesse em troca e sem que estas atividades fossem reconhecidas como trabalho.

Ocorre que com o passar do tempo, e principalmente após a revolução industrial, o público feminino ganhou espaço nas fábricas. Assim, a mulher começou a ser inserida no mercado de trabalho, desempenhando atividades semelhantes às masculinas, sem que deixasse de lado as obrigações domésticas e sem que, no trabalho, lhe fosse alcançada remuneração semelhante à masculina. Iniciou, assim, a dupla jornada de trabalho imposta às mulheres.

A dupla jornada de trabalho é apontada como determinante para garantir que as mulheres possam aposentar-se antes do que os homens. Há quem defenda que, apesar de algumas diferenças biológicas entre homens e mulheres (conforme exposto acima), tal fato não é critério para a distinção previdenciária, eis que, ainda que em condições ou funções distintas, fisicamente as mulheres se empenham tanto quanto os homens no trabalho.

Efetuada tais considerações, é de se questionar se a adoção de outro gênero ao longo da vida, seja ou não com lastro em mudança hormonal e/ou

cirúrgica, acarretará em consequências na seara previdenciária do indivíduo.

## **5 Gênero e sexualidade na pós-modernidade**

A tentativa de categorização dos indivíduos, seja por critérios de gênero, seja de sexualidade, apenas reduz o indivíduo, limitando-o a uma existência atrelada a determinadas características que são socialmente naturalizadas.

Não obstante, para fins didáticos, e partindo da premissa de que ainda há muito preconceito e dúvida em torno de gênero e sexualidade, seguem algumas considerações acerca da designação social para situações de gênero e sexualidade que foge ao padrão heteronormativo binário dominante no imaginário coletivo.

A primeira premissa a ser estabelecida é a distinção entre gênero e sexualidade. Gênero tem relação com a identidade do indivíduo, a qual não está necessariamente alinhada ao sexo biológico, enquanto que a sexualidade se refere à preferência sexual de cada um, o que não tem relação com gênero ou sexo.

Considerando estas premissas, pode-se apontar que travesti é a pessoa

designada como pertencente ao gênero masculino ao nascer, mas que posteriormente se identifica numa identidade feminina, apesar de não necessariamente considerar-se mulher. A expressão travesti é usualmente associada a uma população marginalizada.

Um transexual ou transgênero, a seu turno, é um indivíduo que, ao longo da vida, se percebe como pertencente a um gênero distinto daquele que foi designado quando do nascimento. Tal identificação pode ou não ser determinante para a opção pela cirurgia de troca de sexo e tratamento hormonal. Desta forma, costuma-se designar como transexual aquele indivíduo que sente desejo de modificar o corpo com tratamento hormonal e cirurgia de redesignação sexual, ao passo que o transgênero, em que pese a necessidade de se expressar socialmente como o sexo oposto ao de nascença, não sente necessidade de modificar sua anatomia. Destarte, muitos transgênero adotam a identidade social de identificação sem, contudo, se submeterem a tratamentos médicos voltados à transformação física de identificação com o gênero e reconhecimento. O transexual pode ser homem ou mulher (sendo o gênero

aquele de identificação). Uma drag queen, drag king e drag quer é uma designação utilizada para indicar uma pessoa que desenvolve uma performance, na qual assume gênero distinto do seu de forma geralmente exagerada, independente da corporalidade do indivíduo que está performando. Um crossdresser é um indivíduo que articula características típicas de ambos os gêneros. Existe ainda a pessoa não binária, que não se identifica com o gênero masculino ou feminino, ou se identifica com ambos, permitindo-se, assim, transitar entre ambos. Estas designações são relacionadas ao gênero e ao sexo, e não têm relação com a sexualidade do indivíduo, que pode ser heterossexual, homossexual, bissexual ou mesmo assexuado, a depender de sentir-se atraído sexualmente pelo gênero oposto, pelo mesmo, por ambos ou por nenhum deles.

Importante destacar, igualmente, que muitos destes grupos têm pautas específicas que ficam prejudicadas pela inclusão de todos na mesma sigla. É o caso, por exemplo, do movimento transgênero, que luta contra a patologização da medicalização da transexualidade.

No que interessa ao presente estudo, a questão dos benefícios previdenciários relacionados ao gênero é especialmente relevante para a situação dos transgênero e/ou transexuais, na medida em que este indivíduo se reconhece em gênero distinto daquele que lhe foi atribuído quando do nascimento tendo, ao longo da vida, se submetido ou não a tratamentos médicos de alteração de sexo, seja através de tratamento hormonal, cirurgia de redesignação sexual ou ambos. Por esta razão, o estudo será limitado a situação destes indivíduos.

Neste tocante, e a bem de esclarecer ao leitor a complexidade da questão concernente ao tratamento jurídico a ser deferido aos transgêneros/transexuais, lembramos o caso recente de um transgênero brasileiro que, tendo nascido e sido registrado como mulher veio a receber, na vida adulta, pensão por morte devida às filhas solteiras de militares. Não obstante, após fazer a transição, perdeu o

benefício em razão de decisão judicial.<sup>7</sup>

Em outro caso polêmico, uma jogadora de vôlei transgênero obteve, após oito anos de tratamento hormonal, autorização judicial para jogar na liga feminina de vôlei.<sup>8</sup> A decisão foi alvo de muita polêmica, pois há quem entenda que, mesmo tendo se submetido a longo tratamento hormonal, a compleição física da jogadora (força, capacidade de explosão nos movimentos, etc...), ainda guarda resquícios de um corpo masculino, o que no esporte de competição gera injustiças, seja com o time adverso, seja com os próprios integrantes do time, que se submetem à disputa de vagas no coletivo próprio.

As diversas possibilidades de gênero - para além do código binário que por muitos anos dominou nossa compreensão acerca das possíveis perspectivas de existência - estão abarcadas pelo próprio conceito de pós-modernidade, que traduz o momento vivido na contemporaneidade, no qual a metalinguagem e as metanarrativas, com

---

<sup>7</sup> Homem perde pensão de pai ex-militar da Marinha depois de mudança de gênero. Instituto Brasileiro de Direito de Família-IBDFAM. Publicado em 20/09/2017. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6439/Home+m+perde+pensão+de+pai+ex-militar+da+Marinha+depois+de+mudança+de+gênero%22>>. Acesso em: 10 de jan. de 2019.

<sup>8</sup> Ibid.

suas pretensões de categorização dicotômica e universalizante são superadas. Percebemos, neste contexto histórico, a possibilidade do indivíduo identificar-se com outros gêneros, além do masculino e feminino, esteja ele alinhado ou não à sua corporalidade e à sua sexualidade.

Com efeito, a modernidade pode ser aferida a partir de muitas perspectivas, mas é possível pensa-la em torno da relação entre tempo e espaço, conforme sugere Bauman. Segundo o autor, no período pré-moderno, tempo e espaço eram aspectos entrelaçados da vida humana, porque aquilo que estava distante do indivíduo no espaço, também estava no tempo. Não havia meios de transpor a sintonia entre tempo e espaço (BAUMAN, 2001, p. 15-16).

Na modernidade, contudo, tempo e espaço começaram a ser dissociados em razão do avanço tecnológico, pois o indivíduo passou a ser capaz de transpor grandes extensões de espaço em curtos períodos de tempo (GADEA, 2013, p.24), relativizando, destarte, a histórica conexão tempo/espaço.(BAUMAN, 2001, p.16)

Neste período:

O tempo adquire história, uma vez que a velocidade do movimento através do espaço (diferentemente

do espaço eminentemente inflexível, que não pode ser esticado e que não encolhe) se torna uma questão de engenho, de imaginação e da capacidade humana. (BAUMAN, 2001, p.16)

Nessa dissociação, o espaço tornou-se o elemento duro, pesado, inerte e impassível, enquanto que o tempo tornou-se dinâmico, ativo e uma arma no domínio e na colonização.

A pós-modernidade trouxe, a seu turno, novas possibilidades à relação tempo/espaço, desarticulando totalmente a tradicional percepção humana acerca da conexão entre estes dois elementos. Na vida cotidiana, as mais comezinhas formas de controle tornaram-se possíveis extraterritorialmente e em tempo integral. Bauman (2001,p.18) usa o singelo exemplo do uso do telefone celular para ilustrar sua colocação: onde quer que o sujeito esteja, seja na hora em que for, ele pode ser localizado. A este exemplo, podem-se somar as múltiplas possibilidades de relação humana com o tempo e o espaço com o avanço da tecnologia pós-moderna. Ela permite aos sujeitos conectados à internet que naveguem por múltiplos espaços sem sair do lugar, e mesmo que estejam longe entre si, ainda quando permaneçam fisicamente próximos. Por isso, essa era,

ainda que permaneça sendo moderna, é também pós-moderna.

Bauman nos mostra, assim, que a modernidade, com seus metadiscursos, suas verdades, suas instituições funcionalmente consolidadas, e com o enclausuramento do indivíduo dentro das “gaiolas” sociais/conceituais vem cedendo espaço a uma modernidade mais fluída, inconstante, fugaz, ou líquida:

A nossa é, como resultado, uma versão individualizada e privatizada da modernidade, e o peso da trama dos padrões e a responsabilidade pelo fracasso caem principalmente sobre os ombros dos indivíduos. Chegou a vez da liquefação dos padrões de dependência e interação. Eles são agora maleáveis a um ponto que as gerações passadas não experimentaram e nem poderiam imaginar; mas, como todos os fluidos, eles não mantêm a forma por muito tempo. Dar-lhes forma é mais fácil que mantê-los nela. Os sólidos são moldados para sempre. Manter os fluidos em uma forma requer muita atenção, vigilância constante e esforço perpétuo — e mesmo assim o sucesso do esforço é tudo menos inevitável. (BAUMAN, 2001, p.15-16)

Na contemporaneidade, que Bauman nomeia de modernidade líquida, e à qual outros denominam pós-modernidade, as antigas instituições sociais passaram a ser criticamente revisadas, e a elas foram atribuídas inúmeras novas possibilidades. Isso

acontece com a concepção de Estado, família, escola, e inclusive com o gênero.

A seu turno, Carlos Gadea analisa a pós-modernidade contrapondo-a ao período histórico-social que a antecedeu, qual seja, a modernidade. A modernidade, segundo refere, foi um período de definição crítica das categoriais sociais hoje existentes, como família, gênero, classe, igreja, etc..., tendo sido marcado por uma tônica racionalista, baseada na dicotomia e no dualismo.

A modernidade consolidou os baluartes centrais da sociedade contemporânea através de uma postura crítica em relação ao passado. Contudo, ao fazê-lo, ela delineou instituições, padrões e categoriais sociais nas quais os indivíduos buscaram se enquadrar.

A modernidade foi construída a partir da fixação racional de parâmetros sociais universais e homogêneos. O “pós” rejeita essa pretensa razão universal, inaugurando novas possibilidades e recusando-se a conceber a humanidade como um sujeito unitário, unívoco, comprometido com a coesão e a estabilidade. (GADEA, 2013, p.13)

É importante referir, contudo, que a pós-modernidade, não significa um abandono ou superação da modernidade

(GADEA, 2013,p.13). Sobre o movimento pós, é:

[...]sinônimo de simultaneidade e convivência, em que a “colonialidade” e a “modernidade”, como exemplos sintomáticos, não desaparecem como projetos históricos, senão que reaparecem carregando seus fracassos, contradições, ilusões e condição inacabada. (GADEA, 2013, p.13)

Assim, a modernidade permanece presente na pós-modernidade, e essa presença se dá na perspectiva crítica que é inerente ao período pós-moderno. Esta postura crítica coloca a modernidade, e seus metadiscursos em suspenso, a bem de repensá-los, reformulá-los, questioná-los. Em suma, conforme Gadea: “Superação, simultaneidade, deslocamentos e desconstrução. Em definitivo, o prefixo “pós” vem desestabilizar e questionar a vigência contemporânea de clássicas noções explicativas da realidade” (GADEA, 2013, p.13).

A pós-modernidade busca refletir criticamente sobre os fenômenos sociais nascidos da crítica moderna.

Assim, as diversas possibilidades de gênero, podem ser compreendidas numa perspectiva pós-moderna, na qual o indivíduo pode

identificar-se com características do masculino e do feminino, independentemente do seu sexo. Da mesma forma, a sexualidade assume outras possibilidades para além daquela necessariamente associada ao interesse pelo gênero oposto.

Esta é uma das razões pelas quais as questões associadas ao público usualmente identificado pela sigla LGBTTI vêm assumindo um destaque cada vez maior na sociedade. Não se trata, obviamente, de um fenômeno novo, mas sim da percepção da sua existência, bem como da necessidade de articularmos o delineamento jurídico de reconhecimento de direitos e deveres de tal população, que até há pouco foi ignorada pelo ordenamento jurídico no qual se insere, seja pelo descaso, seja pela tentativa de enquadramento no gênero binário.

Isto posto, surge a questão posta no presente estudo: como tratar os direitos e deveres de segurados transgêneros/transexuais dentro de uma estrutura previdenciária legal que tem por base, essencialmente, requisitos de gêneros associados tão-somente ao masculino e a feminino?

### **5.1 O reconhecimento jurídico da qualidade de transgênero e/ou transexual**

É relevante destacar que o Judiciário brasileiro tem apontado a possibilidade de assunção do gênero de identificação, inclusive com alteração de registro civil, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual. O Supremo Tribunal Federal decidiu neste sentido no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 4275<sup>9</sup>, proposta pela Procuradoria Geral de Justiça. O julgamento respeitou as diferenças desta classe minoritária e vulnerável, não sobrepondo a aparência a direitos fundamentais, garantindo assim a igualização de garantias.

O Corregedor Nacional de Justiça, neste mesmo sentido, editou o provimento nº 73, de 28/06/2018, pelo qual ficou determinado aos Cartórios de

Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN) que estes procedam à averbação de alteração de nome e gênero nos registros de nascimento de pessoas maiores de 18 anos, independentemente de prévia autorização judicial, comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual e/ou comprovação à submissão do requerente a tratamento hormonal ou psicológico.<sup>10</sup>

### **5.2 Caminhos para o tratamento jurídico de transgêneros e transexuais na previdência brasileira**

Contudo, em que pese as considerações acima, o tratamento jurídico a ser outorgado a transgêneros e transexuais ainda é objeto de muita polêmica no seio da sociedade e mesmo no Poder Judiciário, polêmica esta que vai desde a dificuldade de algumas pessoas compreenderem a questão, até o

<sup>9</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. O Tribunal, por maioria, vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio e, em menor extensão, os Ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, julgou procedente a ação para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/73, de modo a reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil. Relator: Ministro

Marco Aurélio. Brasília: 01 de março de 2018. Disponível em <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>. Acesso em: 20 fev.2019.

<sup>10</sup> BRASIL. Provimento 73 de 28 de junho de 2018 do Conselho Nacional de Justiça. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>. Acesso em: 16 jan. 2019.

tratamento jurídico a ser outorgado a tais indivíduos.

Com a questão previdenciária deste contingente populacional o quadro não é diferente, especialmente no que concerne ao deferimento de benefícios baseados no gênero do segurado requerente.

Como exemplo, veja-se o caso de uma mulher transgênero que, nascida e registrada como sendo do sexo masculino, assume, ao longo da vida, o gênero feminino e que pretenda aposentar-se utilizando tempo de contribuição especial. Neste caso, qual conversor deve ser utilizado? Utilizar o conversor previsto para homens certamente importará em injustiça à requerente. Por outro lado, tampouco podemos ignorar que, durante parte da vida a segurada contribuiu e foi tratada como homem junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social. Parece razoável, neste caso, bem como em outros semelhantes, o segurado deva ser tratado como de um e outro gênero, proporcionalmente, considerando-se sua própria história de vida. Assim, durante o período trabalhado em condições especiais como homem, seja aplicado o multiplicador correspondente ao gênero respectivo, e após a alteração registral ou

a assunção de outro gênero (com ou sem cirurgia de redesignação sexual), lhe seja aplicado o conversor feminino.

Da mesma forma, no caso de aposentadoria por tempo de contribuição, uma mulher transgênero que assumiu a sua condição feminina aos 25 anos de contribuição por exemplo (e que até então tinha uma expectativa necessária de 35 anos de contribuição como segurado do gênero masculino), poderá completar o novo requisito a ser verificado proporcionalmente. Destarte, se quando segurada como homem faltava-lhe uma proporção de 28,5% do tempo total para aposentar-se, esta mesma proporção aplicada ao tempo já computado (25 anos), lhe imporá o dever de completar mais 7,1 anos, num total de mais de 32 anos de tempo de contribuição.

Àqueles que suscitarem o argumento de eventual desequilíbrio atuarial, em razão da adaptação das regras de aposentadoria pelo critério da proporcionalidade, pode-se de dizer, de um lado, que não existem apenas transgêneros mulheres, mas também homens, para os quais as regras de aposentadoria ficam mais rígidas. Ademais, o contingente populacional das pessoas transgênero certamente não é

significativo a ponto de acarretar um desequilíbrio nas contas da previdência.

Certamente esta resposta é muito menos complexa do que todas as possibilidades existentes, na medida em que muitos compreenderão ser essencial a submissão do requerente a tratamento hormonal ou cirúrgico para receber tratamento previdenciário conforme o gênero de identificação, assim como outros entenderão que o segurado solicitante deverá ser tratado integralmente como segurado do gênero declarado, independentemente do preenchimento de outros requisitos. Outros, a seu turno, como percebe-se nas pesquisas sobre temáticas relacionadas à questão, suscitarão receio da prática de fraude por parte do segurado. Todas estas possibilidades, contudo, devem ser sopesadas a bem de que seja possível tratar dignamente o segurado transgênero ou transexual, oferecendo-lhe tratamento condizente com sua identificação de gênero.

## 6 CONCLUSÃO

Os transgêneros ou transexuais formam um contingente da população que merece a atenção do meio jurídico acadêmico. A rearticulação da

identidade de gênero ao longo da vida é, em geral, acompanhada da rearticulação de direitos e deveres, essencialmente quando estes são decorrentes da determinação deste aspecto da vida. Tal é o que ocorre com os direitos previdenciários, por exemplo. No Brasil, muitos dos direitos dos segurados estão baseados em requisitos de gênero que devem, destarte, ser redesignados quando o segurado muda o seu gênero de identificação ao longo da vida. Em que pese a existência de pessoas trans não ser novidade, é ainda recente o olhar social voltado a esta população, de modo que é comum a inexistência de legislação e conhecimento específicos para a sociedade lidar com a questão. No tocante aos direitos previdenciários, por exemplo, e tomando-se por base a premissa de que os tribunais pátrios entendem que a nova condição pode e deve ser socialmente reconhecida independentemente da realização de tratamento hormonal e/ou cirurgia de redesignação sexual, a aferição do preenchimento dos requisitos de tempo associados ao gênero (tantos anos de contribuição, se homem, e tantos de contribuição, se mulher), pode ser realizada proporcionalmente, aplicando-se uma simples regra de três sobre o

período faltante para o benefício quando da assunção do novo gênero. Tal solução, não há dúvidas, não responde a toda a complexidade da questão, mas parece ser a mais adequada ante um quadro de sistemática negativa de direitos a esta população, a qual está representada pelo silêncio legislativo a respeito da temática.

## 7 REFERENCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/baixar-livro-o-segundo-sexo-simone-de-beauvoir-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>>.

Acesso em: 19.fev.2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, 5.out.1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 20. fev.2019.

\_\_\_\_\_. *Provimento 73 de 28 de junho de 2018 do Conselho Nacional de Justiça*. Diário da Justiça Eletrônico, DF, 28. Jun.2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>>. Acesso em: 20.fev.2019.

\_\_\_\_\_. *Projeto de Emenda a Constituição nº 6 de 2019*. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>> . Acesso em: 20 fev.2019.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275/Distrito Federal*. Relator: Ministro Marco Aurélio. Julgada em: 01/03/2018. Disponível em <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>>. Acesso em: 20 fev.2019.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014. Arquivo Kindle.

GADEA, Carlos ET AL (org). *A “Questão Pós” nas ciências sociais:*

*Crítica, estética, política e cultura.*

Curitiba: Editora Appris, 2013.

ROCHA, Daniel Machado da;

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo.

*COMENTÁRIOS A LEI DE*

*BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA*

*SOCIAL*. 12ª edição. São Paulo: Atlas,

2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A EFICÁCIA*

*DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS*.

Porto Alegre: Livraria do Advogado,

1998.

SUFFRAGETTE. Roteiro: Abi Morgan.

Direção: Sarah Grovan. Produção:

Allison Owen, Faye Ward. Reino Unido:

24/12/2015. 1 filme (107 min), son, color

## GÊNERO, IGREJA E DOMINAÇÃO

Isabela Vince Esgalha Fernandes<sup>1</sup>

**Resumo:** A violência de gênero está presente nos mais diversos aspectos sociais. Uma das formas mais sutis de sua materialização está na violência simbólica, reproduzida na cultura, educação e tradições presentes em nossa sociedade. Neste trabalho, será dado enfoque para o tratamento dado às mulheres pela Igreja católica, que configura uma das instituições responsáveis pelo controle social, e, portanto, detém grande potencial de influenciar a construção das subjetividades, e assim, reproduzir desigualdades e violências. O trabalho busca refletir acerca do papel histórico da Instituição em relação à construção da desigualdade de gênero, bem como as estratégias e como aspectos de sua doutrina que contribuíram e até hoje contribuem para a manutenção desta estrutura.

**Palavras-chave:** Violência de gênero. Igreja católica. Ideologia. Direitos Humanos.

**Abstract:** Gender violence is present in the most diverse social aspects. One of the most subtle forms of its materialization is the symbolic violence, reproduced in the culture, education and traditions present in our society. In this work, a focus will be given to the treatment given to women by the Catholic Church, which constitutes one of the institutions responsible for social control, and therefore has great potential to influence the construction of subjectivities, and thus reproduce inequalities and violence. The work seeks to reflect on the historical role of the Institution in relation to the construction of gender inequality, as well as the strategies and as aspects of its doctrine that contributed and until today contribute to the maintenance of this structure.

**Keywords:** Gender violence. Catholic Church. Ideology. Human Rights.

---

<sup>1</sup> Advogada e Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília.

A história da humanidade é marcada por desigualdades. Entre elas, está a desigualdade<sup>2</sup> em relação às mulheres. Ao longo dos séculos, impérios se ergueram e caíram, guerras foram travadas, sem, no entanto, uma transformação significativa nesta particular forma de discriminação. Desde que podemos nos lembrar, mulheres foram relegadas ao ambiente privado e à maternidade, sendo consideradas inferiores física e intelectualmente, tendo sido negado seu acesso a grande parte dos espaços.

O controle sobre o sexo feminino remonta ao neolítico, momento em que o homem descobre seu papel na reprodução, antes atribuído aos deuses. A perpetuação da herança genética se torna importante, e assim, o controle sobre as mulheres (Auad, 2003). Apesar do decurso do tempo e do desenvolvimento da humanidade, diferentes sociedades ainda mantinham, nas mais diferentes formas, o controle sobre a mulher.

Em diferentes níveis, a dominação do homem sobre a mulher

manteve-se constante, e seus feitos foram apagados da história pelos únicos historiadores disponíveis: Os homens (Pinsky, 2009). A perpetuação da desigualdade, do pensamento da mulher como inferior, incapaz e sem voz, foi de crucial importância para a manutenção da dominação.

O conceito de gênero ajuda a explicar a construção dessa dinâmica. A partir das diferenças sexuais entre homens e mulheres a sociedade criou como deveria ser as relações entre os sexos (o modo de agir, sentir e pensar), as chamadas representações de gênero (Camurça e Gouveia, 2004).

Desta forma, o simples fato de ser homem ou ser mulher implica um conjunto de significados pré-definidos culturalmente. Na história, estas representações foram desenvolvidas pensando o masculino e feminino como polos opostos, criando um desequilíbrio, uma desigualdade entre os sexos. Isto levou à construção de uma hierarquia aos poucos naturalizada pelo discurso de dominação, justificado pelas diferenças biológicas.

---

<sup>2</sup> O termo aqui, é entendido como a atribuição de vantagem a uma das partes de uma relação entre pessoas. Pode ser compreendida a partir da construção e reprodução das diferenças entre

pares categóricos, como negro/branco, homem/mulher etc., que a todo momento são reformulados e institucionalizados (Tilly, 1998)

O grande problema, portanto, é que as diferenças sexuais não desempenham apenas o papel que lhes é atribuído, mas fazem parte de uma construção social baseada na razão androcêntrica, sendo está fundamentada pela divisão dos estatutos sociais conferidos ao homem e à mulher (Bourdieu, 2014).

A desigualdade de gênero, então, traduz-se a partir das desigualdades advindas do tratamento diferenciado que é dado a uma pessoa a partir de seu sexo. É um processo histórico, e tem sido legitimado diariamente por instâncias como família, igreja e escola (responsáveis pela construção social dos sujeitos). Está enraizado no âmago de diversas culturas, podendo-se verificar vestígios dele em quaisquer das relações sociais, perpetuando uma condição de inferioridade atribuída a tudo que remete ao feminino.

A completa modificação desse padrão, porém, é muito complexa. Diferentes dimensões de dominação (sexual, econômica, política, intelectual), são incentivadas e reproduzidas a todo o momento. A constante demarcação de costumes e pensamentos produz a chamada violência simbólica, que não se exerce

conscientemente, mas se revela através de esquemas de percepção e avaliação constituídos através da produção de significados apreendidos socialmente (Bourdieu, 2014). Nesta interpretação, muitas vezes a própria dominada não percebe a dominação, auxiliando, inclusive na reprodução da opressão, uma vez que age de acordo com as normas sociais inculcadas em cada gesto, comando e aprendizado obtido desde a infância.

De acordo com Rita Segato, a manutenção dessa ordem social depende

[...]de la repetición diaria, velada o manifiesta, de dosis homeopáticas pero re-conocibles de la violencia instauradora. Cuanto más disimulada y sutil sea esta violencia, mayor será su eficiencia para mantener despierta y clara la memoria de la regla impuesta [...]" (Segato, 2003: 107).

Tais mecanismos configuram uma forma muito perigosa de violência, posto que imperceptível. É comum discutirmos a violência contra a mulher quando ela se apresenta através de agressões físicas, sem refletirmos o caminho percorrido até a ocorrência desta agressão.

A culpa, a deterioração da autoestima, o isolamento, e os demais reflexos das formas psicológica e moral

da violência de gênero são constantemente desqualificados. De fato, existe a crença, inclusive, de que a ausência de agressão física significaria uma ausência completa de violência (Winck, 2007).

O que convenientemente não se discute é o fato de que o próprio fundamento desta espécie de violência tem origem nas expressões de desigualdades entre os sexos.

Ignora-se, assim, todo o aparato ideológico construído para a legitimação e manutenção desta estrutura, além de sua enorme influência na construção dos corpos e subjetividades, o que constitui, por si só uma estratégia deste sistema: a naturalização da opressão.

Assim, a utilização do termo gênero pode contribuir na compreensão da forma como lidamos com o mundo e como nós reconhecemos. Ajuda a esclarecer como se organiza nossa sociedade e as práticas desenvolvidas por ela, práticas essas que acabam muitas vezes por criar diferenças, e os reflexos dessas diferenças em nossa educação, política, divisão do trabalho, violência, e principalmente na forma como nos enxergamos e ao outro, uma vez que ele reflete a dimensão social, histórica e

cultural da constituição do masculino/feminino.

### **Simbologia e subjetividade religiosa como mecanismos de dominação: A violência simbólica e a Igreja Católica**

O discurso de inferiorização da mulher, como já exposto acima, é diariamente reproduzido e legitimado por instâncias como Escola, Família e Igreja. A ideologia que justifica essa opressão encontra-se nos mais variados aspectos de nossa cultura e de nossas normas sociais, que sob o disfarce da moral e dos bons costumes, justifica a desigualdade e opressão vigentes.

Neste contexto, a Igreja católica possui um grande papel na manutenção desta estrutura patriarcal. Seu discurso ideológico amparou e legitimou o desequilíbrio entre os sexos, mantendo até os dias atuais uma postura favorável à desigualdade. Para alcançar este objetivo, age principalmente através da subjetividade, forma sutil e eficaz de perpetuar crenças, ideologias, e, neste caso, discriminação e violência.

Primeiramente é preciso situarmos o papel da igreja católica e sua influência e poder na construção das subjetividades.

Para que possamos compreender a dimensão e o alcance do discurso católico, cumpre lembrar que é a mais antiga representante do cristianismo, com uma história que já conta com mais de dois mil anos.

Entre suas características mais relevantes está o fato de que possui, ao mesmo tempo, uma face religiosa e política, sendo caracterizada como real sujeito de direito internacional, o que lhe confere prerrogativas de Estados Soberanos. Além disso, para propagar sua doutrina, possui importante trunfo: Seu caráter transnacional, que lhe proporciona amplo alcance:

“A Instituição católica tem caráter transnacional, cujo centro do poder situa-se geograficamente na Cidade do Vaticano que, por sua vez, localiza -se no perímetro urbano de Roma, capital da Itália. Seu caráter transnacional é condicionado pela postura doutrinária de salvação da Humanidade, que acaba exigindo institucionalmente a transposição dos limites dos Estados onde se localiza. Em outras palavras, há uma mensagem universal que é propagada por meio de uma instituição também universal com centro no Vaticano. Neste raciocínio, as Igrejas locais, entendidas como fora do espaço geográfico da Cidade do Vaticano, são integradas à Igreja Católica, portanto, não são entes apartados ou distintos” (Rosa, 2011: 33).

Contudo, mesmo antes de obter concretamente o status de estado, a

Igreja Católica já contava com enorme poder e influência na política, tendo sido peça chave em muitos dos mais relevantes acontecimentos históricos.

Sua espiral de crescimento se deu principalmente a partir do Século IV, com a concessão de liberdade religiosa pelo Imperador Constantino, que atribuiu sua vitória em uma Guerra à um sonho com uma cruz e ao Deus cristão. Antes disso, cristãos eram perseguidos, e sua fé, proibida.

Em pouco tempo, as circunstâncias se modificaram completamente: Agora eram os pagãos os perseguidos, e sua crença condenada.

Com a derrocada do Império Romano, a Igreja soube manter sua influência através do monopólio do que há de mais precioso: O conhecimento. Grande parte dos governantes não sabia nem mesmo ler e escrever, o que criava grande dependência em relação aos tinham domínio suficiente para a transmissão do conhecimento, ou seja, os membros do Clero (Küng, 2002).

Esta estrutura se manteve relativamente estável durante todo o período da Idade Média (que por sua vez durou aproximadamente mil anos).

Em seguida, apesar de alguns revezes (Como a Reforma e o

crescimento das religiões protestantes), seu poder se revelou perene, característica que até hoje mantém, sendo uma das religiões com maior número de fiéis do mundo.

A verdade está diretamente conectada aos sistemas de poder, que a produzem a partir do discurso sobre os sujeitos e seus corpos, participando da formação de identidades, instrumento eficaz de controle social (Colling, 2014). Considerando, assim, a Igreja Católica como uma instituição com enorme poder e intrínseca relação com o poder político, fica nítida sua influência na formação das subjetividades, e, como poderemos ver a seguir, a manutenção das desigualdades de gênero.

O discurso cristão que se costurou ao longo do desenvolvimento e crescimento da religião teve grande influência da cultura grega, utilizando-se de sua compreensão de mundo através da dualidade entre corpo e espírito. Esta interpretação, porém, trouxe consigo a impossibilidade da compreensão do ser humano em sua integralidade. Neste contexto, a concepção do espírito, ou alma, é considerada superior, posto que assexuada e incorpórea (Candiotto, 2012).

Esta separação, entretanto, trouxe consigo uma grande resistência e exclusão a aquele que representasse uma maior proximidade com o viés terreno da compreensão de mundo, ou seja: A mulher. Sua natureza e funções biológicas fortalecem sua conexão com o corpo e sexualidade, fator que lhe condenou a uma maior distância à realidade espiritual à luz das interpretações religiosas. Este entendimento foi adotado pelos mais influentes teólogos, como Agostinho:

“Agostinho admite a dicotomia alma espiritual-carne, masculino-feminino em qualquer ser humano, homem ou mulher. Cada um e cada uma precisam superar o feminino que temos dentro de nós, já que o feminino é representação da carne e da concupiscência. É necessário submetê-lo ao elemento masculino, que é o domínio da alma espiritual. Devido a esse raciocínio é que no cristianismo antigo a *virgem* era assemelhada ao homem (*vir*), tendo acesso, pois à *virtus* (virtude). Virtuosa porque capaz de superar a feminidade, que representava a carne (Candiotto, 2012: 154)

A mulher, foi então, relegada à um papel secundário, limitado à procriação. Tais interpretações eram amparadas, também, pela falta de conhecimento da biologia do corpo feminino. O papel da mulher na reprodução era considerado apenas passivo, ou seja, apenas fornecia

“terreno” à semente que era incapaz de produzir por si. Esta interpretação, emprestada do funcionalismo aristotélico, deduzia, assim, por uma condição naturalmente defeituosa da mulher.

Todo o aparato ideológico construído pela Igreja Católica foi, então, arquitetado a partir destas interpretações, que não por acaso enclausuravam a mulher ao ambiente privado, à obediência, ao controle de seus corpos e subjetividades.

Com o advento da biologia moderna, verificou-se a imprecisão de tais argumentos, assim como a função ativa da mulher no fenômeno da procriação. Porém, a Igreja manteve todas as interpretações como se tais obsoletas formulações ainda estivessem vigentes, e nelas apoiou sua postura e doutrina em relação às mulheres (Candiotto, 2012)

Vestígios deste plano podem ser encontrados inclusive na hermenêutica bíblica. Interpretações reforçando estereótipos de gênero podem ser visualizados desde o mito da criação. Da maneira como são apresentados, os textos incorporam a violência simbólica de forma tal a naturalizá-la e marcá-la nos corpos e mentes aos quais se destina

essa dominação, sem para isso, necessitar de qualquer força física.

Desde logo, podemos apreender a natureza inferior de Eva, que não se originou do sopro de Deus, mas sim foi criada a partir do corpo de Adão (sua costela), e apenas para que este não ficasse sozinho. Esta hierarquia também pode ser atestada pelo fato de que é Adão que dá a Eva uma identidade, e não Deus, como ocorreu com todas as outras criaturas, o que simbolizaria sua posição superior em relação a ela (Rosa, 2011).

Desta forma, a própria identidade de Eva lhe foi tirada, desde o início. Sua história já se inicia a partir e somente em função de outro, superior a ela em corpo e espírito (Gebara, 2016).

Percebe-se em cada detalhe, como tudo contribui para a construção de uma interpretação da mulher como inferior, como fraca. É ela, e não Adão, a escolhida pela serpente, subentendendo-se que seria ela a mais suscetível à tentação. Este argumento é até hoje utilizado para diminuir a mulher ante a sociedade, uma vez que comprova sua impureza e sua natureza indigna (Colling, 2014).

Como cometidora do pecado original, é castigada por Deus: *"Multiplicarei grandemente o seu*

*sofrimento na gravidez; com sofrimento você dará à luz filhos. Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará*"<sup>3</sup>.

Tais interpretações foram de tal forma apropriada pela Igreja que, quando a medicina moderna descobriu formas de diminuir o sofrimento do parto, significativa parcela da Instituição Religiosa foi contrária (Colling, 2014).

Apesar da tentativa de desqualificar, de todas as formas o sexo feminino, a Igreja havia de tentar absolvê-las de alguma forma, assim como criar um modelo de conduta a ser seguido. Não haveria, afinal, como explicar o nascimento de Cristo a partir de um ser tão inferior (Ferreira, 2012).

A partir de tal raciocínio é que se inicia um movimento de representação e exaltação das características da mãe de Jesus, Maria:

“Maria é um exemplo de abnegação, de aceitação da palavra divina sem impor restrições, sem hesitações. Deste modo, Maria demonstra ser uma figura essencial para a divulgação das virtudes que recebem cada vez uma maior atenção da Igreja, como a castidade e a obediência. Maria é o modelo de mãe, que concebe imaculada, que sofre por seu filho, acompanhando-o até o fim, mas de forma discreta, sem expor seu sofrimento. Maria contém em si os aspectos que devem guardar as mulheres: Manterem-se castas, primar pela obediência e

principalmente não questionar as ordens de seu superior [...]” (Ferreira, 2012: 68)

Em síntese, Maria representa o exato oposto de Eva. O exemplo a ser seguido, a redenção das mulheres e de sua rebaixada natureza. Não por acaso, o valorizado pela Igreja constitui o necessário ao controle do sexo feminino. Sua personalidade deve dócil, submissa.

Tais intenções ficam ainda mais claras quando analisamos a representação da figura de Maria Madalena. Apesar de inicialmente pecadora, sua aceitação aos valores de cristãos e mudança de vida, assumindo um comportamento *adequado* (tais como obediência e abnegação), demonstram que qualquer pessoa pode se redimir buscar a salvação em Cristo. Sua figura caracteriza-se por sua tangibilidade, o que lhe aproxima das pessoas, fazendo com que qualquer um acredite que também pode ser salvo. A personagem reúne, ao mesmo tempo, elementos de Eva e Maria.

Estes três símbolos, Eva, Maria e Maria Madalena, são apenas alguns exemplos da forma como a Igreja

---

3 Gênesis 3:16

católica representava a mulher em sua doutrina.

A sutileza de tal tratamento, até então restrito ao discurso da Instituição religiosa, em verdade escondia uma postura discriminatória e extremamente inferiorizante, que mais tarde foi responsável por amparar ideologicamente dezenas de milhares de mortes de mulheres na Idade Média.

Neste período, a mulher incomodava principalmente por deter um conhecimento próprio que incluía, entre outras coisas, ervas e procedimentos de cura (saber este que não deveria ser disseminado popularmente, mas reservado à ciência).<sup>4</sup> Assim, mulheres foram perseguidas em uma literal “caça às bruxas”, travada pela Igreja Católica no período da Inquisição, que utilizava como principal arma a difusão da ideia da mulher como ser maligno, inferior, ligado ao pecado. A lógica era de que, detendo conhecimentos que lhe proporcionassem espaços de atuação, escapavam ao domínio masculino (Alves e Pitanguy, 1982).

Importante destacar aqui que toda a perseguição voltada às mulheres não foi apenas de iniciativa e interesse da Igreja Católica. Tratou-se em verdade, de um esforço em conjunto com Estado, uma vez que as ferramentas utilizadas para dar cabo à esta execução em massa demandaram esforço e organização estatal que mantinha, inclusive, a maior parte das cortes seculares. Esta afirmação se torna ainda mais crível quando se verifica que tal fenômeno não se deu apenas em Estados católicos, demonstrando real união de diversos países em prol desta causa.

Em verdade, existem indícios de que o fenômeno da caça às bruxas, relegado por muito tempo a um acontecimento sem importância, apresentou-se como elemento de essencial importância para os desígnios do Estado em um período de transição para o capitalismo (Federici, 2017).

De fato, as consequências da doutrinação ideológica foram muito além da gritante quantidade de mortes gratuitas ocorrida durante este período. O enfraquecimento da coletividade

---

<sup>4</sup> “(...)os saberes considerados tipicamente médicos começavam a se definir nas universidades. O que as mulheres sabiam sobre anatomia e ervas que curavam deveria ser

reservado e confiado ao saber médico, e não mais pertencer à sabedoria considerada popular” (Auad, 2003: 36).

através da separação ainda mais premente entre homens e mulheres, que passaram a temer o suposto poder e atrocidades que estas poderiam, como seres malignos que eram, a qualquer momento cometer contra aqueles, enfraquecia a influência e poder social destas ante a comunidade, que antes valorizava e se amparava em seus conhecimentos, ou, porque não - *poderes*-, para solucionar diversos males que acometiam a população.

Porém, esses saberes mágicos configuravam um desafio à ordem vigente e, nas palavras de Federici: “[...]parecia uma forma de insubordinação, e um instrumento de resistência de base ao poder. O mundo devia ser desencantado para poder ser dominado” (Federici, 2017: 313).

Contudo, apesar de não ser a única interessada e responsável pela perseguição, a Igreja foi de extrema importância deste processo, vez que forneceu os elementos para legitimar tal carnificina, que não teria ocorrido sem sua licença ideológica que autorizou a violência, tortura e dezenas de milhares de mortes.

Assim, sempre que a mulher não seguia literalmente os padrões e comportamentos doutrinados, corria sérios riscos de vida, já que estas integravam quase que inteiramente as vítimas da Inquisição.<sup>5</sup>

A caça às bruxas revelou-se, portanto, eficaz mecanismo de controle social, e a hipótese da existência de outras intenções de tal iniciativa além da salvação das almas dos fiéis se reforça pelas absurdas acusações que levaram milhares à morte, pelas mais horrendas maneiras.<sup>6</sup>

De fato, tal fenômeno fortaleceu ainda mais a já existente estrutura patriarcal, que com mais intensidade tentou controlar os corpos, a sexualidade e, portanto, a liberdade das mulheres, evidenciando o interesse, na verdade, na inibição de comportamentos femininos.

### **Modernidade, Direito e Religião: Superação da discriminação?**

A modernidade trouxe consigo importantes mudanças que transformaram, em grande medida, a relação da Igreja com o poder. A

<sup>5</sup> A cada dez pessoas mortas sob a acusação de bruxaria, nove eram mulheres (Alves e Pitanguy, 1982).

<sup>6</sup> Entre as acusações estavam as de destruição de cultivos e gados, assassinato de crianças e de provocar tempestades (Federici, 2017).

transformação do paradigma epistemológico, que valorizava a racionalidade e o individualismo, influenciaram e legitimaram revoluções em diversos países.

Neste momento histórico, houve um estremecimento em relação aos privilégios amparados, até então, pela razão divina (Carvalho Netto e Scott, 2011). O ocidente assistia o alvorecer dos Estados de Direito, o que sinalizou, ao menos em teoria, uma descentralização do poder político. Afirmava-se, então, a igualdade entre os homens. Como é possível vislumbrar, tais direitos eram destinados, de fato, apenas aos *homens*.

Contudo, apesar de possuir maiores obstáculos para o alcance de tais prerrogativas, aos poucos mulheres foram obtendo, também, importantes conquistas, avançando no caminho da igualdade entre os sexos.

Apenas a título de exemplo, podemos citar alguns diplomas que representam o reconhecimento da desigualdade entre os sexos, e a necessidade de implementar medidas a respeito disso. Em 1979, foi elaborada a Convenção sobre a Eliminação de Todas

as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (Nascimento, 2012). A convenção prevê obrigações aos Estados Membros, modificações de padrões socioculturais discriminatórios na educação, trabalho, participação política da mulher, entre outros, devendo ser tomada como referência pelos Estados no combate à discriminações e proteção às mulheres (Campos e Corrêa, 2012). Em 1993, através da Declaração de Direitos Humanos de Viena a violência contra a mulher finalmente foi expressamente considerada violação de Direitos Humanos. Mais recentemente, em nosso país, tivemos a aprovação da Lei Maria da Penha<sup>6</sup>, em 2006, que avança na tentativa de superação das desigualdades de gênero, principalmente por agir através de diferentes mecanismos, enxergando além da política repressiva, praticamente inócua diante da enraizada cultura discriminatória na sociedade.

Contudo, apesar de todo o avanço no que se refere à proteção legal, o progresso científico e tecnológico ter demonstrado como eram errôneas as diversas teorias sobre o corpo da mulher e seu funcionamento, e ainda mesmo

---

6 Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006

depois das mulheres assumirem, com sucesso, espaços antes destinados apenas aos homens, a postura da Igreja ante a mulher não se modificou de forma relevante.

Nessas circunstâncias, não é difícil de antecipar de que forma a instituição religiosa trata as mulheres internamente. Por exemplo, até hoje a mulher tem negado seu acesso ao sacerdócio.

Mas não apenas isso. São notórias as intervenções da Igreja em diversos setores de controle social para garantir a manutenção desse *status*:

Afastando as mulheres das funções sacerdotais e de certas funções litúrgicas, que reservou aos homens, a Igreja lançava a semente de um regime discriminatório. O Direito participava deste sistema de pré-compreensão sobre a identidade e a natureza dos sexos e recebia da Igreja as suas intuições fundamentais, produzindo imagens sobre o feminino. Juntamente com o direito canônico, o direito civil constituía a mulher como um sujeito particular, na verdade um sujeito excluído do direito político. Identificava a mulher para poder excluí-la das prerrogativas políticas. (Colling, 2014: 74)

Como é possível verificar, apesar do enfraquecimento do poder que a Igreja uma vez teve, a Instituição se reinventou de forma a ainda exercer enorme influência no poder político.

Atualmente, por exemplo, no âmbito do Direito possui papel decisivo na produção e aprovação de diplomas legislativos voltados aos seus interesses.

Entre as recentes estratégias para o sucesso desses objetivos está difusão da chamada ideologia de gênero, discurso da Igreja utilizado para impedir avanços em relação à igualdade de gênero:

Estudiosos e estudiosas são geralmente concordes em afirmar que “ideologia de gênero” e sua correlata retórica antigênero são invenções católicas cuja configuração e emergência se deram a partir da segunda metade dos anos 1990 e o início deste século. Em reação às discussões ocorridas para a aprovação dos documentos da Conferência Internacional sobre População, no Cairo, em 1994, e da Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim, em 1995, o Vaticano convocou dezenas de especialistas para pôr em marcha uma “contraofensiva” com vistas a reafirmar a doutrina católica e reiterar a naturalização da ordem social e moral (Junqueira, 2018: 181)

Percebe-se a utilização do caráter transnacional da instituição para a propagação de tal discurso. Tanto é assim, que de forma impressionante, movimentos contra a promoção de direitos e políticas públicas voltadas à temática utilizando-se do sintagma

ideologia de gênero insurgiram na mesma época em diversos países.

O movimento caracteriza-se principalmente pela intervenção destes setores conservadores em quaisquer políticas relacionadas à temática de gênero sob a justificativa de resguardar a família, a moral e os bons costumes. Ações importantíssimas como educação sexual e diversidade sofreram grandes revezes em função destas intervenções (Junqueira, 2018).

Vale tratar, nesta oportunidade, um pouco mais a respeito do termo ideologia. Expressa um conjunto de representações, manifestadas através de valores, normas e preceitos que determinam o que e como pensar, sentir e fazer. Sua função é dar aos membros da sociedade dividida em classe uma explicação para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem atribuí-las às divisões sociais. Sua finalidade é, assim, a de impedir que a dominação seja percebida em sua realidade concreta (Chauí, 1980).

Considerando que a ideologia consiste em uma ferramenta dos dominantes a fim de exercer controle sob os dominados e perpetuar a opressão, parece no mínimo paradoxal a utilização do termo ideologia para tratar da

inclusão da pauta de gênero. Ora, a luta pela discussão do tema tem o objetivo de *superção de desigualdades* e garantia de direitos. Problematizar o gênero, colocar o tema em destaque configura nada mais do que *resistência à dominação*. Assim, fica clara a utilização do termo “ideologia de gênero” como artifício utilizado para deslegitimar a luta pela igualdade de gênero.

Percebe-se, assim, que, de fato, a ideologia de gênero caracteriza-se em verdade pelo aprisionamento em moldes e estereótipos de gênero, responsável pela subjulção de mulheres há tantos séculos. Ou seja, é o que desde sempre esteve enraizado em nossa cultura, nosso dia-a-dia, nossas identidades. Tanto é assim, que a tentativa de libertação deste modelo tem apresentado grande resistência.

Ora, qual a grande dificuldade em aceitar o estudo, a promoção de ações em prol da igualdade e da diversidade? Já há consenso, internacionalmente inclusive, da necessidade de tratar/discutir gênero para a diminuição e superação de desequilíbrios e violações de direitos causados por esta hierarquia sexual, havendo até mesmo diplomas legais prevendo expressamente tais

medidas. Por que até hoje tais medidas não foram implementadas?

A omissão é, neste caso, um ato político, não havendo nenhuma outra resposta a estas perguntas senão a tentativa de manter a opressão. Este é o objetivo maior, e para isto são utilizados de todos os artifícios possíveis, de forma a impedir a participação e emancipação do dominado de qualquer espaço considerado perigoso, posto que libertador.

Esta é uma conclusão lógica, já que não é possível esperar do opressor a libertação (Freire, 2005).

Ao longo do desenvolvimento da humanidade, a mulher foi tomando o lugar que já era seu por direito. Passou a trabalhar, fazer política, estudar. Contudo, essas transformações não contentaram a todos. A apropriação dos espaços pelos corpos *não destinados naturalmente* a eles incomoda (Hooks, 2017).

Incluir a pauta de gênero é questionar cada lugar comum e violência naturalizada de nosso cotidiano. É mostrar às meninas e mulheres que seu sucesso pode ser em qualquer área, seja na engenharia, mecânica ou enfermagem. Que seu sexo não limita sua inteligência, ou sua capacidade de

executar qualquer coisa a que se proponha. É mostrar para homens e meninas que podem sim ser sensíveis e chorar, se assim desejarem. E que seu sexo não lhe autoriza a discriminar, diminuir ou violentar quem quer que seja.

Desafiar e estremecer estas estruturas centenárias do patriarcado e de todas as formas de dominação, sejam elas representadas pela Igreja ou não, não será sem obstáculos. O pânico criado, principalmente pela busca do destaque da temática gênero/violência de gênero, especialmente no que se refere ao espaço escolar, se dá, principalmente pelo potencial transformador da informação e do conhecimento.

Assim, é preciso insistir, lutar. Afinal, nossos direitos, “[...] *más que derechos “propiamente dichos” son procesos; es decir, el resultado, siempre provisional, de las luchas que los seres humanos ponen en práctica para poder acceder a los bienes necesarios para la vida*” (Flores, 2007: 22,). É necessário, portanto, revesti-los de eficácia e estar sempre atento para manter as conquistas, e na medida do possível, avançar ainda mais na luta pela igualdade.

#### **Referências Bibliográficas:**

Alves, Branca Moreira; Pitanguy, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. 20 v. (Coleção primeiros passos) 77 p.

Auad, Daniela. Feminismo, que história é essa? Rio de Janeiro: Editora CP&A, 2003.  
p.106

Bourdieu, Pierre. A dominação masculina. (2014) 3ª Edição, Rio de Janeiro: Best Bolso.

Brasil. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 de agosto.2006. Seção 1, p. 01

Carvalho Netto, Menelick; Scotti, Guilherme. "Os direitos fundamentais e a (in) certeza do direito: a produtividade das tensões principiológicas e a superação do sistema de regras." (2011) Belo Horizonte: Fórum.

Campos, Amini Haddad; Corrêa, Lindinalva Rodrigues. Direitos Humanos das Mulheres. (2012). Curitiba: Editora Juruá.

Candiotto, Jaci de Fátima Souza. A leitura da criação e da antropologia teológica a partir das relações de gênero. INTERAÇÕES, v. 7, n. 11, p. 147-163, 2012.

Colling, Ana Maria. Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história. (2014) Dourados: Ed. UFGD.

Federici, Silvia. Calibã e a bruxa. (2017) São Paulo: Elefante.

Ferreira, Letícia Schneider. Entre Eva e Maria: a construção do feminino e as representações do pecado da luxúria no Livro das confissões de Martin Perez. 2012.

Flores Herrera, Joaquín. La reinención de los Derechos Humanos. Sevilla: Atrapasueños. 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. (2005) Rio de Janeiro/São Paulo : Siglo XXI,

Gebara, Ivone. "Corpo, novo ponto de partida da teologia". In: Ribeiro, Cláudio

(org.). *Rasgando o Verbo – Teologia Feminista em foco.* (2016) São Paulo: Fonte Editorial.

Hooks, Bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade.* (2017) São Paulo: Martins Fontes

Junqueira, Rogério Diniz. Políticas públicas de educação: entre o direito à educação e a ofensiva antigênero p. 179-203 in Ribeiro, Paula Regina Costa et al. *Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação.* 2018.

Küng, Hans. *A igreja católica.* São Paulo: Ed. Objetiva, 2002.

Nascimento, Luana Regina Ferreira. *Aplicação da Lei Maria da Penha: um estudo sobre estereótipos de gênero no Judiciário.* 2012. 83 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

Pinsky, Carla Bassanezi. "Estudos de gênero e história social." *Estudos feministas* (2009): 159-189.

Rosa, Lilian Rodrigues de Oliveira. A

Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937. 2011.

Segato, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: contrato y status en la etiología de la violencia.* Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2003.

Tilly, Charles. *Durable inequality.* (1998) Los Angeles: Univ of California Press

**MEMÓRIAS DA DIVERSIDADE NA PARAÍBA: AS DORES E OS  
GUARDINS DE NINA KELLY**Sérgio Pessoa Ferro<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho conta a história de vida de Nina Kelly, sessenta anos, travesti, transformista, costureira, destaque de escola de samba. Nascida no interior da Paraíba, migrou para a capital ainda adolescente, onde se estabeleceu. A narrativa foi construída com base numa metodologia interdisciplinar, elegendo o gênero textual da entrevista comentada como método de produção discursiva. Posicionamos os estudos sobre direitos humanos entre a teoria literária, história, geografia, psicologia e direito. Como fontes primárias de informação, manejamos, além da entrevista semiestruturada, fotografias decorrentes do acervo pessoal da sujeita. A perspectiva de Maurice Halbwachs nos oferece o conceito de memória enquanto construção social, de modo que o individual e o coletivo se cruzam em

nossas lembranças. Assim, através das reminiscências de Nina, pretendemos mergulhar na memória social da comunidade sexo-gênero dissidente em João Pessoa.

**Palavras-chave:** diversidade sexual e identidades de gênero; memória social; direitos humanos; Paraíba.

**Abstract:** This paper is about a life history of Nina Kelly, fifty-nine years old, transvestite, transforming, seamstress, highlight of samba school. Born in the country of Paraíba, it migrated to the capital still adolescent, where it is seen. The narrative was constructed based on an interdisciplinary methodology, choosing the textual genre of the interview as a method of discursive production. Students position

---

<sup>1</sup> Doutorando na área de Direitos Humanos e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (2017) e pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (2019), ambos da Universidade Federal da Paraíba. Graduado em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (2013). Advogado, credenciado sob a inscrição n. 42.536 OAB/BA. Realizador audiovisual. Pesquisa na área de Direitos Humanos, Epistemologia, História do Direito, Direito de Crianças e Adolescentes, Direito da Igualdade Racial, Direito da Diversidade Sexual. Integra os grupos de pesquisa História do Direito (PPGCJ/UFPB) e Socioeducação em análise (PPGDH/UFPB). Atualmente, trabalha com consultoria jurídica junto ao Centro de Referência em Direitos Humanos, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

on human rights between literary history, history, geography, psychology and law. As the primary sources of information, they manage, in addition to the semi-structured interview, photographs of the personal collection of the publication. The perspective of Maurice Halbwachs offers us the concept of memory as a social construction, so that the individual and the collective are crossed in ample memories. Thus, through the reminiscences of Nina, we intend to gather in the social memory of the dissenting sex-gender community from João Pessoa.

**Keywords:** sexual diversity and gender identities; social memory; human rights; Paraíba.

## 1. Introdução

Os indicadores marcam um crescimento nos assassinatos motivados por ódio a pessoas que expressam sexualidades e identidades de gênero divergentes do padrão cis-heteronormativo. O Relatório 2017 de pessoas LGBT mortas no Brasil, elaborado pelo Grupo Gay da Bahia, registrou 445 mortes, sendo 387

assassinatos e 58 suicídios, nunca antes a organização computou tantos óbitos em quatro décadas de levantamento.

A Anistia Internacional, em seu portal online, publicou declaração do Grupo Transrevolução, do Rio de Janeiro, afirmando que a expectativa de vida de uma pessoa trans em nosso país corresponde a cerca de 30 anos, muito inferior à média nacional de 75, 2 anos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Queiroz, 2017). A violência letal, a transfobia institucional, o trabalho no mercado informal de prostituição, e muitos outros fatores, engendram um panorama de genocídio da população trans.

A história se escreve coletivamente, o direito à memória é uma pauta insistente da luta por direitos humanos na América Latina, em busca de recontar nosso passado de colônia, escravidão e ditaduras civil-militares. Lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais, bichas e as mais variadas expressões dissidentes na sexualidade e identidade de gênero: *se não reproduzimos, como existem tantas?*

A perguntalançada no parágrafo anterior ironiza a noção biológica do gênero e da sexualidade, induzindo sobre a presença histórica de nossas

subjetividades sexo-gênero dissidentes. A sátira do uso reprodutivo da (hetero)sexualidade, pautada na divisão binária dos papéis de gênero, remete à reprodução cultural de nossos modos de vida, indispensável ao fortalecimento de nossa comunidade e à sensação de pertencimento à sociedade que, apesar de toda violência, também ajudamos a construir.

Fundimos o debate de gênero e sexualidade com os atravessamentos entre memória, história e esquecimento. A memória deslocada, apreendida pela matriz cis-heteronormativa de nossa cultura, não guarda as lembranças de nossas resistências. Sem passado, as gerações que cresceram na fase de conquista de direitos podem se esquecer das lutas dos movimentos sociais pela diversidade, caindo na ilusão mercantil do reconhecimento das identidades divergentes, ou converter-se à ameaça conservadora.

Assim, este trabalho se dedica à narrativa da história de vida de Nina Kelly, travesti paraibana, nascida em 05 de junho de 1959, em Serraria, no interior do estado, numa família de agricultores, migrando para a capital mediante intervenção do proprietário da fazenda em que a irmã trabalhava.

Transformista desde os anos 1980, hoje é costureira, estilista e administra um brechó. Há 30 anos, desfila nas escolas de samba do carnaval tradição de João Pessoa. Em meio às reminiscências de Nina, velejaremos pelos mares das memórias coletivas da população LGBT na Paraíba.

Este texto decorre de dissertação de mestrado defendida na linha de pesquisa sobre territórios, direitos humanos e diversidades socioculturais, junto ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba; em agosto de 2018, entrevistei Nina Kelly, pensando seu discurso na constituição de uma memória social da comunidade sexo-gênero dissidente. Por meio de uma abordagem metodológica interdisciplinar do discurso memorialístico autobiográfico, comentaremos as memórias de Nina em sua vivência da subjetividade travesti.

Se “as memórias equivalem ao descortino de uma imensa e plana paisagem cujo horizonte se estende para trás, estabelece-se no presente e se abre para adiante” (Lima, 2013:369), nos tópicos seguintes, passearemos pela paisagem de recordações exposta por

Nina em seu discurso enunciado na perspectiva da velhice trans, sem almejar um ordenamento biográfico literal ou sujeitá-la a uma rigorosa aferição historiográfica.

Nos procedimentos de análise, partiremos dos enunciados elaborados pela sujeita na estilização de suas memórias, em diálogo com as teorias de Berenice Bento (2008), Sônia Khède (1982), Jota Mombaça (2017), Trevisan (2000), Judith Butler (2016), entre outras autoras que orientaram a pesquisa e com os marcadores que estruturaram o roteiro de entrevista. Ao invés de montar um tribunal científico com competência para julgar o real e o ficcional, tomaremos as palavras construídas pelas lembranças da interlocutora como ponto de partida, abordando as tramas, personagens, cenários, temas e histórias a que sua voz dá existência.

Na escrita das reminiscências sexo-gênero dissidentes paraibanas, tomamos a entrevista comentada como gênero textual (Vanoye, 1985), transcrevendo a narrativa oral contada por Nina Kelly – mais que uma informante, protagonista da narrativa. Homossexual, me conecto com Nina pela sexualidade e pela raça. Nosso fenótipo que apresenta traços indígenas

faz com que ela me veja como um semelhante, ou, de forma mais apropriada, um parente. Não à toa, durante o campo de pesquisa, ela me apresentava às pessoas como seu sobrinho. O gênero e a classe social nos distanciam, de modo que será a ponte dos direitos humanos que firmará as alianças.

## 2. Personagens que embaralham o real e o fictício

Eu sou a madrinha deles. Eu dou respeito a eles, e eles me consideram. Uma vez foi com Fernanda, que eu defendi. Outra vez foi com Delícia. Os caras iam pegar Delícia, cheguei na hora e eles não mexeram. Delícia mexendo com os caras, acho que não gostaram. Eles voaram em cima dele, só que eu estava perto e não deixei. Eles me consideravam, me respeitaram. Até me chamaram atenção:

— Como é que você é uma fêmea e fica perto de uns viados safados desses. Até isso disseram comigo. Eu dizia:

— Não, pode ser o que for, mas ele é gente. Ele é cristão, ele é humano. A gente não pode se desfazer de nenhuma pessoa.

Foi quando eles viram que eu estava certa. Ele saiu, não mexeram mais com Delícia, nem comigo. Foi em Mandacaru, no dia do desfile da escola de samba. A escola estava perto da Ponte Preta. “— Aqui vocês não vão bater, não”. Eu dei conselho. Eu comecei a explicar que eles não podiam fazer isso, que Delícia era humano. Comecei a explicar que eles não eram pais de Delícia. Ele pegou e disse, “— sua felicidade é ela. Como é que a senhora dá atenção

a um viado safado desse?” Até me chamavam de senhora, pensando que eu era uma fêmea. Delícia ficou feliz:

— Nina desse jeito, o povo pensa que ela é uma mulher de verdade. Pensa que é uma fêmea.

Ela me agradeceu:

— Nina, vale a pena a pessoa ser sua amiga. Você protege as pessoas mesmo. Você é desse jeito, mas não tem quem diga. Eu dou meu respeito. (Nina Kelly)

A narradora nos coloca no bairro do Mandacaru, periferia da capital da Paraíba, durante o desfile de escolas de samba. No carnaval, a rua torna-se seu domínio. Lendo as palavras com as quais registra suas memórias autobiográficas, ainda que atravessadas por mim pela transcrição, nos deparamos com as fronteiras entre ficção e história, ao passo que seu trabalho de expressão da subjetividade expõe a transparência frágil do sexo-verdadeiro. Convidamos Sônia Salomão Khède a somar no debate sobre memorialismo e identidade:

Mas o memorialismo, embora não seja exclusivo da atividade artística, ficcional, é o produto de base do processo *poiético*, podendo se apresentar como a lembrança edificadora de mitos pessoais e monumentos de autorreconhecimento ou como lembrança operadora da diferença em que a lembrança é ato de descoberta. (Khède, 1982: 191).

Em sua produção de memórias, Nina compartilha conosco seu conceito de identidade de gênero na medida em que o edifica como monumento da linguagem. Na ocasião discursiva, a interlocutora relata sua posição na comunidade sexo-gênero dissidente: é considerada “madrinha deles”, marcando uma diferença entre ela e eles – nós, os homossexuais masculinos cisgêneros, ainda que afeminados. Neste grupo, ela encaixa as personagens “Fernanda” e “Delícia”.

Como nada em Nina é linear, senão ela nos enuncia um universo repleto de surpresas e contrações, tais personagens recebem nomes femininos, embora nos sejam enunciados como “viados” em oposição a sua condição de “fêmea”, que aparenta ser uma “mulher de verdade”. A respeito desse jogo de paródias, em sua obra *O que é transexualidade*, Berenice Bento, comenta:

Nesse movimento de convencimento e inserção no mundo do outro gênero, a discussão do real e do fictício aparecem. O “real” seria a verdade ditada pelos imperativos do corpo, e o fictício, o carente de originalidade. Como identificar um homem e uma mulher “de verdade”? O que são sentimentos femininos e masculinos? Como concluir que este ou aquele

sentimento é mais ou menos feminino/masculino? As/os mulheres/homens biológicos em suas ações cotidianas também interpretam o que é mulher/homem “de verdade”, isto porque a verdade dos gêneros não está no corpo, já nos diz a experiência transexual, mas nas possibilidades múltiplas de construir novos significados para os gêneros. (Bento, 2008: 47).

A rigidez binária do lugar de mulher, que configura seu local de fala, joga com o atrevimento de sua própria narrativa, ao se descolar da função-personagem e se pôr na função-autora: “até me chamavam de senhora, pensando que eu era uma fêmea”, como se risse da situação cênica com uma voz que mescla deboche e orgulho. Em outro contexto, ela propõe um enunciado semelhante: “sou travesti, você agora vai se lascar comigo”, lembrando uma cena em que escapara de um assalto. E complementa: “Ele nem descobriu que eu não era moça”, explicitando que não se identifica com a condição de mulher cisgênero expressa pela designação “moça”.

Hélio Silva, em sua obra *Travesti: a invenção do feminino* (1993), publicou uma densa etnografia carioca com sujeitas acerca de suas travestilidades, encontrando no espaço urbano os cuidados para a enunciação da travesti brasileira dentro das

configurações teóricas do gênero, pelo que realça em sua identificação justamente o amálgama masculino-feminino, o não-lugar da mulher de pau: “*Transvestire*, transexual. A condição não seria exatamente a não-condição? Seu lugar não seria a transgressão?” (Silva, 1993: 92).

Outro ponto relevante no excerto em análise é o argumento invocado pela protagonista para agir em defesa de Delícia, que enunciado como “viado” performa um gênero não-inteligível à heteronorma, logo, destituído de humanidade. Ela argumenta: “pode ser o que for, mas ele é gente. Ele é cristão, ele é humano. A gente não pode se desfazer de nenhuma pessoa”. Nina articula o discurso religioso cristão que universaliza a condição de pessoa humana para revestir a personagem de humanidade, afastando-lhe a abjeção que autoriza a violência (Butler, 2016).

### **3. Alegorias transformistas no carnaval paraibano**

Pronto, através da casa de dona Nanhãcomecei a brincar o carnaval. Eu estava com dezenove anos e ia fazer vinte. Na Noel Rosa. Faz tempo. Depois da Noel Rosa, veio a Malandros do Morro. Depois da Malandros do Morro, veio a Independentes de

Mandacaru. Depois da Independentes de Mandacaru, veio a Catedráticos. Depois da Catedráticos, veio a Unidos do Roger. Depois da Unidos do Roger, brinquei também na Império do Samba. Depois da Império do Samba, brinquei em uma que já faz tempo que se acabou... “não sei o quê flor”. Sei que tem mais duas escolas que já se acabaram. [...]

Todo ano, quando dá tempo, eu desfilo e entro para as escolas de samba. E levo componente para desfilar também. Faz tempo que eu danço, bem novinha. Já faz mais de trinta anos de carnaval.

Comecei a brincar em carro alegórico depois que comecei a aumentar as fantasias. O povo, “— ah, sua fantasia já dá para sair numa alegoria”. Comecei a brincar em cima das alegorias. De me apresentar bem, me sentir à vontade, bem recebida. As alegorias, meu gosto é que sejam bem bonitas, destacando a fantasia. (Nina Kelly).

A narrativa autobiográfica deflagrou-se a partir do roteiro de entrevista elaborado com base na história oral de vida temática (Meihy, 1996) focando neste aspecto da personalidade da entrevistada: seus trinta anos de carnaval tradição nas escolas de samba de João Pessoa. No percurso, transitamos pelos labirintos da memória da interlocutora que partilhou conosco lembranças individuais com a espessura tão larga que nos fez reconhecê-las enquanto vivências de grupo (Halbwachs, 1990) da comunidade sexo-

gênero dissidente, em especial, das travestis.

Rememorando sua passagem pelas avenidas, Nina nos desenha um diagrama histórico das escolas de samba que orientam os festejos carnavalescos tradicionais da cidade. Sua história confunde-se com a do carnaval, ao menos em seus acontecimentos nas últimas três décadas. A enunciação carnavalesca da protagonista nos cria uma atmosfera mágica, repleta de fantasias, alegorias e ritmos, onde tudo parece possível. A metamorfose constitui a regra da beleza. Nesse tempo propício à brincadeira, sua subjetividade está “à vontade, bem recebida”.

No artigo *Memória, antropofagia e carnaval*, Francisco Lopes Junior (1988), analisando poemas de Silvano Santiago, pensa as matizes do folclore carnavalesco no cerne da cultura brasileira, permeada pelo seu caráter dramático oscilante entre a tradição judaico-cristã ocidental e uma exaltação dionisíaca manifestada de modo explícito no carnaval, uma festa contrária à repressão e liberalizante:

O racional será obrigado a travestir-se com muitas máscaras, terá de participar necessariamente da festa para se desmascarar enquanto linha única de

pensamento. É o exercício de uma prática carnavalizante para destruição do lado acadêmico, doutor, para o qual nos chamavam a atenção os manifestos visionários de Oswald de Andrade. Cada recorte do real sempre é uma problematização, porque o reagrupamento é interpretativo – através de recursos técnico-formais de desmascaramento, transformações, deformações, adaptações, apropriações. Todos esses elementos nos permitem verificar a re-invenção de processos carnavalescos que, partindo de uma apresentação, revelam-se excelentes índices de mudança e transformação. (Lopes Junior, 1988:280).

A subjetividade-travesti da protagonista está em paz porque neste

festejo sua poesia pode ser escrita e recitada em voz alta no palco da rua, nas formas refinadas de suas fantasias, que engolem os códigos cis-heteronormativos de gênero e vomitam reinventando a estética do corpo. Nunca a incorporação das marcas do feminino pode ser vivenciada com tanta liberdade, transgredindo a ilusão televisionada hegemonicamente pelo padrão branco de feminilidade na elegância de ser quem se quer: “já faço o rabo de cavalo bem chique, saindo aqui detrás. Preso, aí vem. Que nem Xuxa fez”.

Figura 1: Olha a Noel Rosa como faz tempo, bem diferente, eu um batuqueiro.



Fonte: acervo pessoal

Olha, como era. Eu bem novinha. O cara, “— deixa eu bater uma foto com você, deixa eu bater uma foto com você” “— E eu”. Ainda me lembro, ele disse “— vem pra

cá, para não perder meu visual com ela. Aí botou a menina em cima dele, para ficar mais perto de mim. Mas faz tempo. Bem bonitinho esse rapaz. (Nina Kelly).

Em seu livro intitulado *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*, Peter Burke (2017), estuda a dimensão iconográfica das fotografias e retratos, destacando elementos como a identidade dos fotografados e fotógrafos, a cumplicidade entre ambos, a composição das cenas, os aspectos da vida real retratados, a forma simbólica, os gestos e vestimentas:

Sejam eles pintados ou fotografados, os retratos registram não tanto a realidade social, mas ilusões sociais, não a vida comum, mas performances especiais. Porém, exatamente por essa razão, eles fornecem evidência inestimável a qualquer um que se interesse pela história de esperanças, valores e mentalidades sempre em mutação. (Burke, 2017: 44)

A tecnologia empregada nas fotografias de Nina ainda não era digital, à época, as imagens eram capturadas no suporte do filme fotográfico, trazendo uma carga estrutural da câmera enquanto bem de consumo na sociedade do capital. A aquisição desse equipamento indicava o pertencimento a uma classe social.

A figura 1 nos apresenta Nina jovem ao lado de um batuqueiro da escola de samba Noel Rosa. A fotografia em tom sépia dá indícios da passagem do

tempo. Com uma fantasia bem elaborada em brilhos, luvas, máscara e um acessório de cabeça deslumbrante ornado com penas, Nina expõe seu talento para a produção de figurinos e encena o papel mitológico da travesti no carnaval, desafiando o público da avenida a compartilhar sua grande dignidade.

Recebi o honroso convite para desfilarmos na escola de samba Unidos do Roger, presidida por Fernanda Benvenutty, no carnaval tradição João Pessoa 2018, quando pude colocar meu corpo na rua e sentir um pouco das emoções de nossa protagonista em seus muitos carnavais. Fomos a ensaios, provas de figurino e, no dia do desfile, gravamos tudo em audiovisual. Vestido com um traje amarelo por baixo, uma armação com setas apontadas para cima, braceletes e um acessório de cabeça cilíndrico, tudo no degrade do arco-íris, compus a Ala da Diversidade da agremiação, somando-me a dezenas de pessoas sexo-gênero dissidentes que militam na arena da diversidade no cenário paraibano. Parecia um sonho.

No carnaval, a travestilidade torna-se real, ao invés de utópica:

A escola de Fernanda é a que tem mais travestis, masculino não tem muito. Tem mais travesti, sapatona. Por isso que todo ano ela ganha, porque sabe que as travestis botam pra foder mesmo. (Nina Kelly).

O sonho de um mundo em que “travestis e sapatonas” são maioria constitui a quimera realizável nos festejos carnavalescos pelo discurso memorialístico da protagonista. A clausura moral sobre os corpos sexo-gênero dissidentes em nossa cultura remonta à proibição do pecado da sodomia que condenava os culpados ao Tribunal do Santo Ofício no Brasil Colônia (Vainfas, 1989). A tentativa neurótica de esconder tal vivência nos discursos oficiais da história brasileira desmascara-se no carnaval, como resgata João Silvério Trevisan, em suas reminiscências da cena travestida:

Na vida brasileira, parece que essa modalidade de travestismo teatralizado evoluiu por duas vertentes diversas. Uma – meramente lúdica – floresceu, de modo efusivo, no carnaval, com centenas de pais-de-família (ou não) vestidos com as roupas de suas esposas (ou irmãs ou mães ou amigas), durante três dias ao ano. A outra vertente voltou-se para um objetivo mais profissional, com o surgimento, nos palcos, do ator-transformista que vive profissionalmente da imitação de mulheres e, com frequência, é

travesti também na vida cotidiana. (Trevisan, 2000: 145).

Tão valiosa quanto a atuação militante na política institucional se mostram as ações de Nina Kelly nas artes transformistas, elaborando artifícios culturais que fundam uma comunidade sexo-gênero dissidente paraibana:

As décadas de 1960, 1970 e parte da de 1980 viveram a eclosão dos shows de travestis brasileiras com inúmeros espetáculos. É no processo de formação da comunidade LGBT brasileira, que os espetáculos com artistas transformistas deixam de ser meras paródias do sexo oposto e se tornam um novo estilo de performance. A arte transformista passou a estar associada a uma concepção de um travestismo profissional, inclusive com a existência de uma regulamentação da profissão de ator-transformista (Trevisan, 1986/2000). A arte transformista, quando inserida no âmbito da produção cultural LGBT, passou de maneira antropofágica a mesclar de forma complexa o transformismo moderno e travestismo cênico junto a travestilidade e outras vivências da sexualidade e do gênero. Não se tratava mais somente da capacidade de impersonificar identidades diferentes ao gênero atribuído ao nascimento, mas de colocar o próprio gênero e a sexualidade como elemento de debate a partir dos elementos culturais da comunidade LGBT, produzindo a ativação subversiva de elementos de gênero e sexualidade hegemônicos e subalternos por meio da paródia, do glamour, da fantasia ou da caricatura. O transformismo tornava-se o

criativo celeiro da comunidade LGBT e todo seu disparate. (Bortolozzi, 2015: 131).

A imitação do gênero está autorizada pelo devir carnavalesco, um pulo livre para a arte transformista, que engorda nesse período para continuar seu brilho nos dias áridos e agressivos do restante do ano. Para a protagonista, a arte transformista consagrou-lhe a composição de seu nome social:

Nina foi do capitão Eliezer e o Kelly foi... Qual show que eu fiz? Foi a menina que disse, “— ó, Nina, não bota Nina não, chama Nina Kelly”. “Agora, com vocês, Nina Kelly”. Qual foi o show que eu fui fazer? Parece que foi na praia, na Parada Gay, que teve a gravação das travestis. Não, foi no Drag Mel, que o rapaz que chamava, Luciano fazia parte do que chamava as pessoas. Ele me botou. Foi Luciano e Chiclete, que disse, “não chama, Nina, não. Na hora do chamado. Dê outro nome”. Luciano disse, “— já sei qual é que vou mandar o rapaz chamar: com vocês, Nina Kelly, do Castelo

Branco”. Quando falou Nina Kelly, o povo ficou doido para saber quem era. Quando viram que era eu, pronto. Foi mais no miss simpatia. Todo mundo no teatro Santa Roza, era até em cima nos camarotes. Danaram o pau a gritar, “— eita, é Nina. Já ganhou, já ganhou”. Eu disse, “— oxente”. Aí veio o show, depois teve de maiô. Tiveram várias roupas. O meu ficou bonito. (Nina Kelly).

Esta é a sequência da cena de nomeação relatada pela interlocutora. Anos depois do batismo do prenome Nina pelo Capitão Eliezer, durante um concurso de shows transformistas chamado Drag Mel, organizado pelo Movimento do Espírito Lilás, uma de suas saudosas lideranças, Luciano Bezerra, complementa o gesto do passado designando-lhe o Kelly, à moda da atriz de norte-americana Grace Kelly. Nina da televisão, Kelly do cinema, uma história de transgressão do real.

Figura 2: Nina Kelly e Luciano Bezerra



Fonte: acervo pessoal

Parece que tenho até uma foto guardada. Faz tempo, mas eu tenho. A lembrança, desse Drag Mel. Foi muito lindo. Minha intimidade era mais com Luciano. Ele entrou até no carnaval, porque eu também estava no carnaval. O Mel fez uma participação, botaram uns personagens lá. Faziam parte do Mel nas escolas de samba. Ele lutou muito pelos direitos dos homossexuais.

Fizeram isso aí, ficou lindo. Tenho até uma foto dele. Uma ala, lindo. Só de homossexual. Eu queria ver aquela foto de Luciano. Um dia desses, eu estava olhando aqui, “—mas, olha, Luciano mais eu”. É muita foto que eu tenho. A lembrança que eu tenho de Luciano é quando ele chegava com aquele jeito comigo, “— a senhora é a rainha das traveca! Das travestis, é você quem manda. Você que faz a nossa parte e eu te considero muito”.

Foi dito e feito. Todo mundo no teatro gritando, “— já ganhou, já ganhou”. Quando começaram, os jurados escutando aquilo. E eu já que me abri, sem nem saber. A felicidade é que eu sou risonha. Eu nem sabia que ia ganhar. Fiquei feliz, fiquei contente. Eu, em cima do palco, aquelas coisas chiques. Eu, feliz da vida. Quando deu fé, saiu todo mundo para os camarins (Nina Kelly).

#### **4. Futuros transviados: imaginar o impossível**

Do jeito que eu estou vendo, vai melhorar porque agora você vê que o mundo tem muito preconceito, mas está liberal. Tem preconceito, mas está liberal. Pior quando tinha preconceito, que não era liberal. Agora está um troca-troca de nome, de mulher para homem, de

homem para mulher, pode trocar agora os nomes. Os documentos podem modificar. Por isso que essas pessoas que são travestis vão ficar mais ainda. Não vão querer ser homem. Não vão querer se produzirem como homem mais. Vão ficar sempre femininas, aí a tendência é melhorar a situação. Você vê que agora querem se casar, serem donas de casa, querem adotar filhos, conseguir trabalho. Que antes era difícil, agora já tem gente trabalhando. Já tem gente botando as pessoas em serviços. (Nina Kelly).

As potências transformativas das memórias e das culturas sexo-gênero dissidentes são vistas como ameaças ao projeto civilizatório da burguesia nacional. Lembremos as manifestações contrárias da extrema-direita à vinda de Judith Butler ao Brasil em novembro de 2017, acontecimento contemporâneo ao fechamento da exposição Queer Museu e a interdição judicial da peça teatral de Renata de Carvalho, chamada “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”, em que a protagonista é representada por uma mulher trans:

Nós precisamos desarmar a guerra deles contra nossa imaginação radical para podermos sonhar com mundos que ainda não foram inventados, mesmo que toda semana os tornados reacionários do totalitarismo nos levem a defender coisas que nós já havíamos tomado por garantidas (Mombaça, 2017).

Nos tempos sombrios de expansão do fascismo, demarcar nossas memórias consiste numa atitude revolucionária. Desde a crise no capitalismo global, nos anos 2007-2008, assistimos ao crescimento do totalitarismo no mundo, agenciado pelas políticas de austeridade, avanço de movimentos antidemocráticos, senso comum ultra conservador, ressurgimento dos grupos de defesa da supremacia branca e dominação masculina cis-heterossexual.

João Ricardo W. Dornelles (2017) analisa o cenário desolador para os direitos humanos no contexto autoritário do começo do século XXI. Segundo o autor, no Brasil, as classes médias tradicionais e as elites nacionais gestaram esse momento, inconformadas com a crescente conquista de direitos resultante das políticas sociais durante os governos Lula e Dilma Rousseff, culminando no golpe jurídico-parlamentar de 2016. Entramos numa era de reconcentração do capital, um novo ciclo de acumulação estruturado nas velhas formas de opressão e com novas faces: fundamentalismo neopentecostal, “bolsonarismo” e meritocracia neoliberal.

Lendo o golpe sob uma

perspectiva de gênero, Marcia Tiburi enxerga o dismantelamento das feições do Estado de Direito após o *impeachment* de Dilma Rousseff, presidenta eleita legitimamente. Os herdeiros das velhas elites masculinas cis-heterossexuais, bisnetos dos coronéis do século XIX, decretaram um estado de exceção, operando sua máquina misógina para destruir o processo histórico de construção da democracia brasileira:

Com a saída da presidenta, a misoginia torna-se razão de estado. É o todo da política de governo. Em termos práticos, isso quer dizer o fim do Ministério das mulheres, da igualdade racial, da cultura, da comunicação, do que mais tiver relação com uma política capaz de reconhecer pautas relacionadas a direitos fundamentais. Uma política capaz de reconhecer a importância da participação popular. Uma política capaz de representar os cidadãos. É o fim da democracia representativa. Autorização coletiva para o machismo em todos os níveis, o racismo, os preconceitos de gênero, em uma palavra é o fascismo como negação do outro o que entra em cena com o fim da representação. (Tiburi, 2018: 114).

Para Guy Hocquenghem (2009), os movimentos sociais e a cultura de resistência sexo-gênero dissidente confrontam diretamente o projeto civilizatório das ideologias

fascistas de heteronormalização do corpo burguês, desafiando as tecnologias de sublimação da sexualidade desviante ordenadas pelos valores da família e do Estado falocêntricos. Preciado (2014) complementa que serão as resistências lésbicas, bichas, travestis, trans e demais expressões dissidentes a romper mais radicalmente com os valores conservadores do totalitarismo, acionando o terrorismo cultural enquanto máquina de guerra.

“No que se refere ao direito à memória, atualmente a comunidade LGBT tem um único direito, o de não ter nenhum”, denunciam Jean Baptista e Tony Boita (2017), em estudos sobre nosso lugar nos espaços de memória. Que lugar ocupamos na imagem congelada da família branca patriarcal brasileira? A cultura sexo-gênero dissidente está na borda do patrimônio histórico nacional, de forma que a produção dessas memórias implica na defesa de um patrimônio cultural, na resistência ao silenciamento fascista e na elaboração de narrativas para educação sobre a diversidade de gênero e sexual.

Tratando as aproximações teóricas entre os conceitos de memória e identidade, Carmelo Distante (1988) comenta que serão as reminiscências

sobre os modos de ser, viver, falar de um grupo social que demarcará a consciência inconfundível de sua identidade sócio-cultural:

Retomando a discussão sobre patrimônio mnemônico-cultural que constitui o capital no qual se baseia a identidade de um povo, de uma comunidade, tribo e pessoa, podemos dizer que ele nada mais é que a herança histórico-biológica e histórico-cultural que dá os sinais característicos ao vulto de uma civilização. (DISTANTE, 1988: 82).

A memória coletiva das comunidades sexo-gênero dissidentes tem sido silenciada no Brasil, exterminada na materialidade das violências letais motivadas por ódio. A memória oficial soterra nossas lembranças, nos faz perder os rumos da história, produzindo memórias subterrâneas (Pollak, 1989). O papel de Nina Kelly na construção do patrimônio mnemônico da comunidade sexo-gênero dissidente paraibana encorpa nosso ingresso no projeto de civilização, na luta por direitos movida pelo reconhecimento da própria identidade.

Projetando-se no futuro brasileiro, Nina imagina o intempestivo, uma progressiva travestilização da sociedade, certamente agenciada pelas políticas de inclusão social fomentadas

nos governos populares. A transgressão do regime de visibilidade para a enunciação de um protagonismo trans nas histórias gloriosas da nação. Sonhar não custa, apesar de reconhecer que “o dinheiro está lá embaixo”, expressando os impactos da crise do capital que primeiro atinge as(os) mais pobres.

Nós, dos países vítimas do colonialismo, não ousamos falar somente em mecanismos biomédicos, farmacológicos para a produção do gênero e da sexualidade. A inscrição dos códigos de gênero e sexuais nos corpos negros e indígenas trabalhadores é realizada no campo de batalha da luta pela sobrevivência. A *violentação* do corpo *racializado* deixa as marcas do *gênero*. Por isso Achille Mbembe (2015) desloca a noção foucaultiana de biopolítica para necropolítica em nossos territórios coloniais. Aqui, a soberania define as vidas que importam das que não importam:

Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nesta dialética, aqueles(as) que são ouvidos(as) são também aqueles(as) que “pertencem”. E aqueles(as) que não são ouvidos(as), tornam-se aqueles(as) que “não pertencem”. A máscara re-cria este projeto de silenciamento, ela controla a

possibilidade de que colonizados(as) possam um dia ser ouvidos(as) e, consequentemente, possam pertencer. (Kilomba, 2010:178).

Rosa Maria Godoy Silveira (2016) analisa que a presente fascistização da sociedade brasileira emerge, entre outros fatores históricos, da organização social baseada no padrão familiar patriarcal, marcado pela etnia branca e orientação heterossexual. Em tempos de aumento da barbárie e intolerância, o enfrentamento ao fascismo social passa pela revisitação das concepções de democracia e educação em direitos humanos, privilegiando abordagens que valorizem as diferenças (Dornelles, 2017).

Entre violações e guardins, Nina nos partilhou seus arquivos de dor e alegria, num trabalho contrário às políticas de silêncio que marcam o corpo necropolítico da travesti, num país em que a banalidade do mal conta sua existência já está enraizada nas repetidas estatísticas (Vilela, 2000). Em busca do sentido antropológico dos direitos humanos, Joan-Charles Mèlich escreve sobre a *Memória de Auschwitz* (2000), atentando-nos para os processos de desconstrução da subjetividade pela violência do holocausto e o nosso

compromisso, desde então, em evitar o esquecimento de experiências limítrofes, postulando uma ética da identidade pautada na recordação.

Em análise sobre os desafios para a educação em direitos humanos na América Latina, Ana Maria Rodino (2016) pontua que um dos principais desafios das políticas públicas consiste na distância das temáticas abordadas frente às realidades das(os) educandas(os), destacando a escassa referência de materiais locais sobre diversidade sexual e identidades de gênero.

Ao longo de nossa história, a luta dos movimentos sociais pelos direitos da população LGBT tem inventado espaços de pertencimento e participação na sociedade (Gomes, 2016). Na Paraíba, o grupo “Nós Também”, considerado o primeiro criado no estado para defesa dos direitos da diversidade, em 1981, atuava por meio de intervenções artísticas, num exercício da dimensão cultural da cidadania. Para além das políticas de reconhecimento, recontar nossas memórias consiste numa ação combativa aos aparelhos fascistas de significação e seus discursos que ditam o extermínio de nossos corpos.

Quanto aos elementos para a construção da personagem Nina Kelly, jamais poderemos resumi-la, localizá-la em uma superfície rasa. Senão, seu corpo ocupa um lugar em trânsito, circular, redondo, contraditório, como a vida real no Brasil. A função narrativa das personagens que emergem do texto variam entre as intenções do discurso e a referência objetiva a seres autônomos, que de fato desempenharam papéis na trajetória da entrevistada (Cândido et al., 1998). A substância mista das memórias estreita a distância entre pessoas e personagens.

## 5. Considerações Finais

Da família biológica, filha de Geralda Piojota, de Serraria, Nina foi a primogênita e não tem notícias sobre pai e irmãos biológicos. Ela tem um irmão adotivo que mora no Rio de Janeiro, o membro da família com grau de parentesco mais próximo que mantém contato. Quanto aos pais adotivos, Maria Rodrigues era dona de casa e parteira, Zé Rodrigues era trabalhador rural. Zé Rodrigues morreu, com cerca de 50 anos, em decorrência do consumo abusivo de álcool e Maria, de óbito natural decorrente da idade avançada. No

registro civil de nascimento, designaram-lhe o sexo masculino, entretanto, Nina, desde criança, identifica-se com a feminilidade.

A família era católica e foi batizada. Da casa da família adotiva em Mari, por volta dos 10 anos, Nina foi morar na casa do Capitão Eliezer em João Pessoa, responsável pelo restante de sua criação, como se refere em seu discurso. Remetendo-se ao passado na escola como um lugar de exclusão e violência, ela não completou os estudos. Na casa do Capitão Eliezer, onde recebeu o nome social que carrega até a atualidade, também não frequentou a escola pelos mesmos motivos. Com Genival, Nina morou dez anos, sendo quinze de casamento. Depois de trabalhar muito tempo no serviço doméstico, tornou-se proprietária de sua própria loja de roupas e eletrodomésticos. Cardivan de Oliveira, radialista, chamou Nina pela primeira vez para desfilarmos numa escola de samba, desde então conta com trinta anos de avenida.

Nina Kelly, habitando as trincheiras culturais do movimento pela libertação sexual na Paraíba através da arte transformista, esteve lado a lado com os militantes engajados na

articulação política institucional, dando passos largos para a formação e permanência da comunidade sexo-gênero dissidente local. Seu corpo visível para além do estigma tem ocupado as avenidas paraibanas, demarcando um território-travesti no espaço urbano cotidianamente tornado cenário de violência. A performance mitológica do carnaval nutre sua alma transformista para fazer existir uma subjetividade próspera, digna e louvável.

Corpos que expressam gêneros não inteligíveis, isto é, que não guardam continuidade entre sexo, gênero e sexualidade, como homens trans, intersexos, travestis, lésbicas, bichas, bissexuais, têm sido colocados historicamente fora do campo da subjetividade jurídica, justamente devido aos processos de abjeção, que lhes negando a humanidade à medida que os enuncia como estranhos, impedem seu reconhecimento à condição de pessoa.

O trabalho de refazenda da memória das dissidências sexuais e de gênero caminha pelo compartilhamento da fala. De minha posição jovem, jamais poderia enunciar tal discurso. Coloquei-me como ponte, meu corpo, meus ouvidos, meu coração pronto a escutar as

histórias narradas pela protagonista da pesquisa e reelaboradas por mim na etapa de transcrição.

Cruzando nossas memórias, desafiando o confinamento dos territórios na sociedade capitalista contemporânea, eu me postei à escuta. Ouvir é o contrário de silenciar. Não sejamos ingênuos, contudo. Foucault já dizia, ainda mais sobre os dispositivos de sexualidade, que o poder também faz dizer, enunciar a si mesmo, obrigando sujeitos a fornecerem uma imagem susceptível ao controle. Aqui, no entanto, estamos agindo pela dilatação das subjetividades históricas na construção de direitos humanos no Brasil.

O conceito de identidade de gênero enunciado pela interlocutora provoca reflexões sobre o não-lugar de mulher ocupado pelas travestis e transexuais femininas na luta por políticas públicas para o seu segmento. A emergência de uma “cara de mulher” e um “nome de homem”, a contradição localizada nos órgãos reprodutivos para corpos intersex, a divisão racial e sexual do trabalho imposta a essa população levantam um debate que atinge a problemática da cidadania.

As personagens construídas pela

narrativa referem-se às pessoas guardadas na memória ou, de tão deslumbrantes, resultam de suas intenções no discurso? Isto e aquilo! É melhor acreditar na ambivalência do que perder-se no simulacro do verdadeiro. A lição de seus diálogos, gestos, corporalidades e temáticas grafa o estágio movediço em que o real se transfigura no fictício. Ao mergulharmos no oceano das reminiscências trans, enxergamos que o mundo que lutamos para ser verdadeiro está o tempo todo sendo acusado de falsidade, não restando outra atitude perante a vida a não ser estabelecer nossa utopia.

A incorporação do gênero acontece na máquina de costura, no cimento e no tijolo que edifica a casa própria. Mais que um domicílio, um reino de realização de suas fantasias, pagas pelo preço da solidão. Conectar-se às dores do Outro constitui a tarefa essencial dos direitos humanos, em suas dimensões práticas e teóricas. Os momentos de campo mais enriquecedores foram aqueles em que me senti sozinho, distante da família pelas cobranças do capital em acessar a pós-graduação e pelo afastamento homofóbico, e fui até a residência de Nina para uma conversa.

Cientes de nossas diferenças, nós redescobríamos na dissidência sexual/de gênero um lugar comum. Este local, cheio de abjeção e desumanidade, que tentei materializar nas palavras que compuseram este texto. O método das memórias autobiográficas institui na área interdisciplinar dos direitos humanos um corte contrário à tendência universalizante do humanismo que, na modernidade eurocêntrica assassina, ainda fundamenta os direitos auto-evidentes.

As singularidades históricas das vivências pessoais têm o poder de transformar o não-lugar social em habitação resistente, selada pela identidade das lembranças. Eis que brota a sensação de que sempre estivemos por aqui, que a ausência total de direito legislado em matéria de diversidade sexual e de gênero em nível federal não sedimenta um povo vencido, mas demarca um terreno a ser ocupado pelo vigor cultural que nos confere a unidade necessária a esse movimento. Viva a arte transformista! Viva os muitos carnavais de Nina Kelly!

### **Referências bibliográficas**

Baptista, Jean; Boita, Tony (2017). “Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil”, Revista do centro de pesquisa e formação SESC SP, 5,108-119.

Bento, Berenice (2008). O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense.

Bortolozzi, Remon Matheus (2015). “A arte transformista brasileira: rotas para uma genealogia decolonial”, Quaderns de Psicologia, 17(3), 123-134. Consultado a 02.07.2019, em <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1274>

Burke, Peter (2017). Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora UNESP.

Butler, Judith (2016). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Candido et al. (1998). A personagem de ficção. São Paulo: Editora Perspectiva.

Distante, Carmelo (1988). “Memória e identidade”, Revista Tempo Brasileiro, 1(1), 77-86.

Dornelles, João Ricardo (2017). “Direitos humanos em tempos sombrios: barbárie, autoritarismo e fascismo do século XXI”, Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, 5(2), 153-168.

Gomes, José Cleudo (2016). Direitos humanos, educação e cidadania LGBT: uma análise das ações do programa Brasil sem Homofobia em João Pessoa-PB. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

Halbwachs, Maurice (1990). A memória coletiva. Tradução de Lauren León Schaffter. São Paulo: Vértice.

Hocquenghem, Guy (2009). El deseo homosexual. Prólogo de René Schérer. Espanha: Mulusin.

Khède, Sônia Salomão (1982). “Memorialismo e identidade”, O eixo e a roda: memorialismo e autobiografia, 6, 181-195.

Kilomba, Grada (2010). Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. Tradução de Jéssica Oliveira de Jesus. Münster: Unrast Verlag. Versão eletrônica consultada a 23.07.2019, em <https://www.revistas.usp.br/clt/article/viewFile/115286/112968>.

Lima, Luiz Costa (2013). Frestas: a teorização de um país periférico. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio.

Lopes Junior, Francisco Caetano (1982). “Memória, antropofagia e carnaval”, O eixo e a roda: memorialismo e autobiografia, 6, 181-195.

Mbembe, Achille (2016). “Necropolítica”, Arte & Ensaios, Tradução de Renata Santini, 32, 122-151.

Meihy, José Carlos Sebe Bom (1996). Manual de história oral. São Paulo: Loyola.

Mèlich, Joan-Carles (2000). “A memória de Auschwitz”, in: Carvalho, Adalberto Dias de (Org.). A educação e os limites dos direitos humanos: ensaios de

filosofia da educação. Porto: Editora Porto, 47-59.

Mombaça, Jota (2016). “Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada”, Revista Concinnitas, 1(28), 341-354.

Mott et al. (2017). Grupo Gay da Bahia – GGB. Mortes violentas de LGBT no Brasil. Relatório 2017. Consultado a 25.01.2019, em <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>

Pollak, Michael (1989). “Memória, esquecimento, silêncio”, Estudos históricos, 2(3), 3-15.

Preciado, Paul (2014). Manifesto contrassexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 Edições.

Queiroz, Jandira. Anistia Internacional. “29 de janeiro: um dia nacional de luta pela dignidade da pessoa trans”. Página consultada a 14.06.2017, em <https://anistia.org.br/29-de-janeiro-um-dia-nacional-de-luta-pela-dignidade-para-pessoas-trans/>

Rodino, Ana Maria et al. (2016). Cultura e Educação em direitos humanos na

América Latina. João Pessoa: Editora da UFPB.

Silva, Helio (1993). Travesti: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER.

Silveira, Rosa Maria Godoy (2016). A fascistização da sociedade brasileira. In: XXII Encontro Estadual de História, 17, 2016, Guarabira, PB. Anais...Guarabira: ANPUH-PB.

Tiburi, Márcia (2018). “A máquina misógina e o fator Dilma Rouseff na política brasileira”, in: Rubim; Argolo (Org.) O golpe na perspectiva de gênero. Salvador: Edufba, 107-118.

Trevisan, João Silvério (2000). Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record.

Vainfas, Ronaldo (1989). Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Vanoye, Francis (1985). Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. Tradução de

Clarisse Madureira Saboia. São Paulo:  
Martins Fontes.

Vilela, Eugênia (2000). “Os arquivos da  
dor”, in: Carvalho, Adalberto Dias de  
(Org.). A educação e os limites dos  
direitos humanos: ensaios de filosofia da  
educação. Porto: Editora Porto, 126-138

## A PROTEÇÃO DOS REFUGIADOS NO BRASIL, QUESTÕES DE GÊNERO E TRATAMENTO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: UMA ANÁLISE NA CIDADE DE SÃO PAULO

Renan Antônio da Silva<sup>1</sup>

Renato Ribeiro Nogueira Ferraz<sup>2</sup>

Gabriel Oliveira Nascimento da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo científico tem como escopo a análise do tema sobre a proteção dos refugiados no Brasil combinada com a análise da dignidade da pessoa humana e gênero na cidade de São Paulo. A metodologia utilizada foi a qualitativa de acordo com uma revisão bibliográfica que verificou doutrinas em direitos humanos, constitucional, análise de artigos científicos, matérias publicadas no meio jornalístico e dados apresentados pelas instituições de atendimento aos refugiados. Dividido em três capítulos, o trabalho tem como objetivo geral conceituar a dignidade da pessoa humana e explorar o arsenal que

a Constituição Federal de 1988 possui, afirmando as formas inclusivas de recebimentos dos refugiados. Em um segundo momento demonstra-se a historicidade que cerca os refugiados e a busca pelo tratamento digno desde a saída do país de origem até o reestabelecimento no país refugiado. O objetivo específico do trabalho é alcançado ao demonstrar as políticas públicas na cidade de São Paulo, em destaque para o Instituto de Reintegração do Refugiado, o Cáritas Brasileira com a criação do Centro de Acolhida a Refugiados e a atuação do Conselho Municipal do Imigrante que fiscaliza a

---

<sup>1</sup> Pós - Doutor pelo Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2019). Bolsista de Pós - Doutorado (PNPD) da CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPG-PP) da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), onde é credenciado como Docente Permanente (orientador de mestrado). Doutor em Educação Escolar (2018) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/ Araraquara).

<sup>2</sup> Possui Pós-Doutorado em Ciência da Informação e da Comunicação (2019), pela Université de Toulon - França, Pós-Doutorado (2013) e Doutorado em Ciências Básicas (2007), pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. É Mestre em Ciências Básicas (2003), também pela UNIFESP. Graduiu-se em Pedagogia (2010) pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, em Ciências Biológicas - Bacharelado (2001) pela Universidade do Grande ABC - UNIABC, e em Ciências Biológicas - Licenciatura Plena (1999), também pela UNIABC.

<sup>3</sup> Bacharel em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes - UMC

aplicação das políticas públicas a fim de incluírem e disseminarem atitudes preconceituosas e discriminatórias na sociedade.

**Palavras-Chave:** Refugiados. Dignidade. Tratamento. Cidade. Inclusão.

**Abstract:** The scientific article has as its scope the analysis of the theme on refugee protection in Brazil combined with the analysis of human dignity and gender in the city of São Paulo. The methodology used was the qualitative one according to a bibliographical revision that verified doctrines in human rights, constitutional, analysis of scientific articles, articles published in the journalistic environment and data presented by institutions of assistance to refugees. Divided into three chapters, the general objective of the paper is to conceptualize the dignity of the human person and to explore the arsenal of the 1988 Federal Constitution, stating the inclusive forms of receiving refugees. In a second moment the historicity that surrounds the refugees and the search for the treatment dignified from the exit of the country of origin until the reestablishment in the refugee country is

demonstrated. The specific objective of the work is achieved by demonstrating public policies in the city of São Paulo, highlighting the Institute for Reintegration of Refugees, Caritas Brasileira with the creation of the Refugee Reception Center and the work of the Immigrant Municipal Council that supervises the application of public policies to include and disseminate prejudiced and discriminatory attitudes in society.

**Keywords:** Refugees. Dignity. Treatment. City. Inclusion.

### **Introdução**

Este trabalho teve como tema a proteção dos refugiados no Brasil e o tratamento da dignidade da pessoa humana voltado para uma análise na cidade de São Paulo, de acordo com os métodos inclusivos das entidades públicas e privadas que promovem a integração e a busca pelo atendimento ao bem-estar e reconstrução da dignidade.

O objetivo geral do trabalho foi demonstrar a conceituação da dignidade da pessoa humana em razão de uma problemática abarcada nas formas com que os refugiados são tratados em solo

brasileiro quando chegam dos seus países de origem, promovendo a inclusão, tanto na sociedade, como no mercado de trabalho e verificando os mecanismos para o fim da discriminação e preconceito nesta seara.

Mais adiante, o objetivo específico foi analisar as entidades da cidade de São Paulo que atendem os refugiados que lá moram, sendo um dos maiores centros de receptividade dessas pessoas, com o escopo de trazer, de forma digna, a inclusão, o ensinamento da língua portuguesa, os métodos de profissionalização e inserção no mercado de trabalho e o atendimento dos direitos fundamentais pautados na Constituição Federal de 1988.

Portanto, no primeiro capítulo foi tratado sobre a dignidade da pessoa humana na Constituição Federal de 1988 e a análise das doutrinas em direito constitucional e humanos, definindo e conceituando tal princípio; demonstrou-se em outro momento o arsenal que a Constituição possui que pode ser voltado para os refugiados, como é o caso da isonomia material e formal e a apresentação dos instrumentos nacionais e internacionais dos direitos humanos destinados aos imigrantes, deslocados e refugiados.

No segundo capítulo, possuindo uma carga histórica alta, demonstra-se a necessidade de apresentar o que os refugiados precisam para que encontrem o tratamento digno no país de refúgio face ter sido violada no país de origem, procurando reestabelecer-se de forma inclusiva e com oportunidades iguais para todos. Sobre o asilo e o refúgio, a fim de diferenciação e conceituação que são diferentes no ordenamento jurídico brasileiro foi demonstrada e, mais à frente, o acolhimento do Brasil aos refugiados fez-se importante.

Por fim, explora-se os dados que as matérias jornalísticas e do Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros divulgaram, além de apresentar as políticas públicas de atendimento aos refugiados e, por fim, o diferencial do Conselho Municipal do Imigrante, elogiado pela ONU, que vem trazendo competências para formulação, implementação e avaliação das políticas públicas municipais em São Paulo.

### **Análise da dignidade da pessoa humana – princípio e definições da doutrina e jurisprudência**

A dignidade da pessoa humana está presente na Constituição Federal de

1988, inicialmente, como fundamento da República Federativa do Brasil no artigo 1º, inciso III, além de vir afirmando que toda a ação econômica terá como finalidade assegurar a todos uma existência digna, conforme o artigo 170. Mais adiante, no texto, o parágrafo sétimo do artigo 226 determina que o planejamento familiar é de livre decisão do casal e fundado no princípio da dignidade da pessoa humana. Já no que se relaciona o artigo 227, há a consideração de que caberá à família, à sociedade e ao Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem a dignidade. Mais à frente, o artigo 230 conclui que prevê à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, sempre sob a defesa da dignidade e do bem-estar (BRASIL, 1988).

Ainda no plano nacional, tem-se que a primeira aparição da dignidade no Brasil ocorreu em 1934, por força da influência da Constituição Alemã de Weimar do ano de 1919, fazendo presente justamente no âmbito dos princípios da ordem econômica e social, mais precisamente no que se refere ao artigo 115 do texto que continha que “ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça e as

necessidades da vida nacional, de modo que possibilite a todos existência digna. Dentro desses limites é garantida a liberdade econômica” (BRASIL, 1934), indicando, como explicou Sarlet (2018, p. 276) que o legislador constituinte da época atribuiu à dignidade uma função de que fosse o fundamento, mas também possuindo como limite da liberdade econômica brasileira.

Relatando-se, a Constituição de 1934 foi dentre as poucas que fizeram a expressa menção à dignidade da pessoa humana antes da viragem trazida pela Segunda Guerra Mundial, dentre os títulos está presente a Constituição de Weimar, de 1919, como já mencionada; a Constituição Portuguesa do ano de 1933 e a Constituição da Irlanda de 1937. Sarlet (2018, p. 277) ainda mencionou que após o período da guerra, a dignidade da pessoa humana foi sendo associada paulatinamente, não somente no campo das legislações como da literatura, com os direitos humanos e fundamentais reconhecidos em uma esfera internacional e constitucional.

Presente no plano internacional, inclusive, a dignidade possui, atualmente, seu lugar de destaque no que se refere a Declaração Universal de Direitos Humanos, no preâmbulo,

conduz o ensinamento de que há a necessidade de proteção da dignidade humana por meio da proclamação dos direitos ali elencados, estabelecendo no artigo 1º que “todos os seres humanos nascem livre e iguais, em dignidade e direitos” (FRANÇA, 1948).

Em dois outros pactos internacionais que foram ratificados pelo Brasil, há o Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992, sobre os direitos civis e políticos e o Decreto nº 591, promulgado na mesma data, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Os dois títulos trataram do reconhecimento da dignidade sendo inerente a todos os membros da família humana (BRASIL, 1992).

Após a explanação da localização nas legislações nacionais e internacionais que mencionam a dignidade no ordenamento jurídico brasileiro, Ramos (2018, p. 83) assevera que a raiz da palavra “dignidade” está ligada ao que vem de *dignus* e referindo-se aquilo que possui honra ou importância, consistindo, assim, na qualidade intrínseca e distinta de cada ser humano, o que vem a ser a proteção contra os tratamentos humilhantes, degradantes ou que advém de uma discriminação odiosa, assegurando,

dessa forma, as condições materiais mínimas para sobrevivência.

Em outra linha de pensamento, mas não diferindo sobre o interior do princípio, Barroso (2014, p. 13) afirma que a dignidade vem de *dignitas*, remonta a Roma antiga e atravessa a Idade Média, seguindo até o Estado Liberal, sendo um conceito que estava associado ao *status* de alguns indivíduos. No sentido pré-moderno, de acordo com o autor, a dignidade era usada no sentido de uma sociedade hierarquizada, na qual a desigualdade entre as pessoas era categorizada entre os indivíduos e os arranjos institucionais que eram vividos, sendo que era equivalente à nobreza, implicando em um tratamento especial com direitos e privilégios exclusivos.

A ideia contemporânea de dignidade, segundo o autor, é aquela que liga-se ao desenvolvimento histórico do conceito romano de *dignita hominis*, incorporado aos documentos internacionais, tratados e das constituições que ao longo do tempo foram surgindo fundamentadas na liberdade e na igualdade – acrescentando o terceiro ditame, a fraternidade (ou solidariedade) –, assentando-se em diferenciações conceituais atualmente. Barroso (2014, p. 14) continua que o

conceito de dignidade humana na sociedade contemporânea traz ao homem o pressuposto de possuir um valor intrínseco e que desfruta de uma posição especial no universo.

Conclui, na mesma seara de estudo que levou Barroso, Agra (2018, p. 155) elucida que o conceito de dignidade da pessoa humana não é um conceito que foi único ao longo do tempo, mas que foi consolidando-se como tal com o passar da história e dos acontecimentos ocorridos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

Deve-se levar em consideração, como aduz o autor, que a dignidade da pessoa humana é inata, inalienável e absoluta, devendo ser propiciadas as situações de vivência desse princípio concedidas pelas ações positivas e negativas do Estado em relação aos direitos fundamentais e, conseqüentemente, as gerações dos direitos.

Entendeu o autor que são ações preexistentes a qualquer direito estatal e que advém da qualidade inata dos humanos em possuírem a dignidade atrelada às condições econômicas e que deve ser defendida. É por esta razão que a dignidade é utilizada como uma das justificativas ao acolhimento dos

refugiados e das formas de garantia do bem-estar e das oportunidades que serão vistas ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Não houve inserção direta da dignidade da pessoa humana no rol dos direitos fundamentais que estão, em sua maioria, no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. A opção do legislador constitucional foi de inserir a dignidade como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, para Tavares (2017, p. 441) há a ideia de que o objetivo era que a pessoa seja tanto um fundamento como o fim da sociedade, não podendo ser, como acontece com o Estado, um meio e não um fim, pois assim, justifica-se que o Estado existe em função de todas as pessoas, e não estas estão em função do Estado. Esta concepção decorre, inicialmente, do cristianismo, mudando de sentido ao longo do tempo, dando ensejo não somente através da religião, como com uma validade universal, além da forma emotiva que se destaca com grandes concepções morais em determinados títulos legislativos e decisões jurisprudenciais quando ensejam nas decisões sobre o ferimento ou não da dignidade da pessoa humana.

## **O arsenal da constituição federal de 1988 voltado para os refugiados**

Visto anteriormente que a Constituição Federal de 1988 traz a todos os homens a dignidade da pessoa humana, deve-se entender que esse arsenal jurídico de ditames de direitos fundamentais também recai aos instrumentos de proteção nacional e internacional de Direitos Humanos, face todos os títulos legislativos serem aprovados pelo Brasil e devem estar em consonância com o que texto Maior, considerando como o necessário para constar nas leis.

É assim, neste sentido que Amorim e Barros (2017, p. 97) discutem que, em um mundo atualmente que se encontra sob os aspectos da mundialização – ou globalização – deve-se entender que é um espaço propício para que encontrem indeterminações de sentido e de significados e, que neste passo, os Estados, quando confrontados com a realidade, terão que lidar com um vazio institucional que, em muitas vezes, não foi assentado por ideologias ou utopias preestabelecidas no direito, de forma que em casos de crises de autoridade, legitimidade e representação, faz sentir em outros organismos

multilaterais, como é o caso da Organização das Nações Unidas.

O que autores vem ressaltando é que a ONU, em algum momento, passou a tratar das enormes diversidades de problemas que a agenda internacional e foi impondo aos países-membros e que estes possuem, em sua maiorias, frágeis mecanismos para própria instauração de resoluções que são procuradas a instaurar e por isso que vem surgindo a dificuldade dos países em tratar da melhor maneira as situações que, até então, não tinham resolução nenhuma, pois não ocorriam em larga escala.

É o caso dos refugiados, pois, destacam os autores que é de acordo com que os governos, em particular, procurarão lidar com as transformações que ocorrem na ordem política, econômica, tecnológica, cultural e social quando processadas em escala global, é partir da forma com que for adotado o posicionamento do Estado que será percebido o desempenho na balança perante os direitos e garantias definidos aos homens.

Para melhor definição, os autores trazem o estudo do Direito Constitucional Internacional e que é conceituado por Mello (2000, p. 36) como sendo a união entre o direito

constitucional e o direito internacional, sendo uma forma da Constituição de se adaptar à ordem jurídica internacional que a ela é sobreposta. Portanto, como a Constituição de um país é a manifestação da soberania estatal, o direito internacional público entra no sentido de haver uma negação, ou mesmo, uma crescente limitação a esta atuação.

Considera o autor, de forma crítica, não existia um Direito Constitucional Internacional por não ser um objeto definido e nem ser um método próprio, mas que dessa forma, existem normas constitucionais de alcance internacional e que deverão ser analisadas em cada caso em busca de compatibilidade dos direitos ali contidos.

Surge diante dessa discussão os direitos humanos fundamentais e em como age a interpretação conforme a Constituição quando se fala dos direitos dos refugiados sendo que é possível perceber, de acordo com Amorim e Barros (2017, p. 105) que a constituição elegeu como direitos e garantias fundamentais, os direitos e deveres individuais e coletivos; os direitos sociais; a nacionalidade; os direitos políticos e o regramento dos partidos políticos.

Neste sentido, Sarlet (2012, p. 190) conduz o ensinamento no sentido de trazer à pessoa natural como o titular dos direitos fundamentais elencados no texto constitucional, conforme o que trouxe o *caput* do artigo 5º, reconhecendo, por meio da dignidade da pessoa humana e dos princípios conexos entre a isonomia e a universalidade, a toda e qualquer pessoa, sendo essa pessoa brasileira ou estrangeira residente no país, recaindo todos os direitos.

Sobre a própria limitação do texto que traz sobre a residência no Brasil ou não, Sarlet (2012, p. 190) acha importante ressaltar que o Supremo Tribunal Federal veio trazendo a distinção entre os nacionais e os estrangeiros, designadamente no que diz respeito à cidadania e a nacionalidade.

Neste passo, brevemente, deve-se destacar rapidamente o princípio da isonomia. O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 em seu *caput* que avulta o princípio da isonomia dispondo que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)”, assegurando ainda a inviolabilidade do direito à igualdade (BRASIL, 1988).

No entanto, como elucida Vasconcelos (2017, p. 183), não é somente este *caput* mencionado que se

pode visualizar o princípio da igualdade no ordenamento jurídico, mas também, diversos outros artigos do texto Maior, tratando-se dos seus pilares para aplicação.

Salienta-se, os objetivos da República Federativa do Brasil que consistem em redução das desigualdade sociais e regionais, conforme o inciso III do artigo 3º; a promoção do bem comum de todos sem quaisquer discriminações, instrui o inciso IV do mesmo artigo; a igualdade em direitos e obrigações entre os homens e as mulheres sem quaisquer discriminações, de acordo com o inciso I do artigo 5º; além da proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil, como alude o inciso XXX do artigo 7º; bem como a forma de proibição de discriminação quanto ao salário e os critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência, ainda no artigo 7º, inciso XXXI, dentre outros dispositivos (BRASIL, 1988).

Vasconcelos (2017, p. 183) aborda em sua obra o critério discriminatório, explicando, portanto, sendo que é importante entender que vem a ser igual ou desigual para identificar o que é lesão ao princípio da

isonomia, encontrando-se na comparação entre o elemento de discriminação e o atingimento da finalidade do ato, no caso em concreto.

O universo da amostra é exposto por Mello afirmando:

tem-se que investigar, de um lado, aquilo que é adotado como critério discriminatório; de outro lado, cumpre verificar se há justificativa racional, isto é, fundamento lógico, para, à vista do traço desigualador acolhido, atribuir o específico tratamento jurídico construído em função da desigualdade proclamada. Finalmente, impende analisar se a correlação ou fundamento racional abstratamente existente é, *in concreto*, afinado com os valores prestigiados no sistema normativo constitucional. A dizer: se guarda ou não harmonia com eles (MELLO, 2006, p. 21).

Coaduna Vasconcelos (2017, p. 186) com o pensamento de Mello no sentido de que, na ocasião em que ocorrer um fator de discriminação, se este for utilizado e não estiver em conformidade com o fim colimado, a discriminação será inválida, conseqüentemente, será inconstitucional, sendo que é essencial o entendimento do operador do direito em perceber a estrita ligação entre esses dois elementos.

Porém, explica o autor, se o fator de discriminação estiver alinhado com o objetivo a ser traçado, a discriminação é

válida e constitucional, como é o exemplo utilizado em concurso público. Em amostragem, se um concurso público for aberto para preenchimento de vagas para Delegado de Polícia e no interior do edital mencionar que não poderão participar candidatos com menos de 1,60 cm de altura, ocorrerá discriminação, pois essa exigência em questão não interfere no desempenho adequado para o cargo. Porém, se o concurso é aberto para preenchimento de guarda de honra do Presidente da República e o edital constar que somente pessoas com a altura acima de 1,70 cm poderão ser selecionadas, este critério discriminatório será o mesmo, mas neste caso, é válida a discriminação, pois a altura para este cargo em específico é importante (VASCONCELOS, 2017, p. 186).

O exemplo é importante, pois no caso concreto deve-se analisar a determinada discriminação, se esta é gratuita ou não. A constatação de Vasconcelos (2017, p. 186) leva às formas de relação de compatibilizar a discriminação e o objetivo da norma, aproximando o princípio da isonomia ao da razoabilidade, devendo obedecer às regras simples.

A primeira é verificar a circunstância discriminada – o fator de discriminação; a segunda trata-se da verificação do objetivo da norma, se este objetivo é constitucional ou não; a terceira, deve-se estabelecer um nexo de logicidade entre as circunstâncias da discriminação e o objetivo da norma, ou seja, analisar quando o fato de discriminação estiver de acordo com o escopo a ser atingido no caso concreto, percebendo se fere a isonomia, porém, uma discriminação válida; quando o fator da discriminação será utilizado no caso concreto não está de acordo com o objetivo da norma e, portanto, é inválida a discriminação; e por fim, se são inconstitucionais as discriminações gratuitas – aquelas que não possuem lógica ou relação com o objetivo da norma (VASCONCELOS, 2017, p. 186).

O que Mota e Spitzcovsky (2004, p. 470) frisam é outro exemplo importante e que condiz com o estudo do objetivo específico do presente do trabalho, conduzindo uma situação de igualdade que pode ser mencionada quando se trata dos refugiados. Dessa forma, é possível perceber que no caso brasileiro, embora possuir carências e privações da população solicitante e dos

refugiados no Brasil, estes possuem o acesso às políticas públicas de saúde e educação na mesma medida em que os brasileiros, em pé de igualdade, bem como o que ocorre com o direito ao trabalho.

Importante constatar que a igualdade constitui para o direito constitucional contemporâneo como um valor central, representando uma real “pedra angular”, como discute Sarlet (2017, p. 615), sendo parte integrante da tradição constitucional que é inaugurada com as primeiras declarações de direitos e da incorporação de catálogos constitucionais, desde o constitucionalismo de matriz liberal-burguesa, até os dias atuais.

Na mesma seara, Ferreira Filho (2012, p. 239) considera que a igualdade é princípio inerente à democracia e que, desde a Antiguidade, é indissolúvel e deve ser associada à democracia e “da mesma forma, não se pode modernamente caracterizar a democracia sem que se abra lugar para a igualdade, embora esse lugar não seja sempre o mesmo”.

Como anotou Mendes (2007, p. 146), salienta-se que “a nacionalidade configura vínculo político e pessoal que se estabelece entre o Estado e o

indivíduo, fazendo com que este integre uma dada comunidade política, o que faz com que o Estado distinga o nacional do estrangeiro para diversos fins”.

O que se tem é que o sistema jurídico internacional possui como escopo a proteção dos direitos dos refugiados, relacionando-se com os princípios que integram o papel essencial de estruturamento do ordenamento jurídico por meio das convicções fraternais sobre o acolhimento da comunidade social, garantindo coerência entre as normas e a atribuição dos direitos fundamentais a eles.

Sobre esse contexto, é possível concordar com o que Alexy (2014, p. 141) abarcou no sentido de existir uma primazia dos direitos fundamentais em relação aos demais direitos existentes dado o grau de importância concedido à dignidade da pessoa humana.

A situação dos refugiados perante as proteções concedidas diante do que a construção da Constituição Federal do Brasil de 1988 abarca é que há uma globalização vertical, como considerou Mendes e Branco (2016, p. 659) em sua doutrina, afirmando que as normas internacionais, quando trazem aos refugiados a atribuição de direitos especiais nos respectivos ordenamentos

jurídicos nacionais, é o reflexo de regime jurídico claramente diferenciado ao que se concede aos estrangeiros, sendo que ao analisar a Lei nº 9.474, de 10 de setembro de 1997, definiu mecanismos importantes para o Brasil e para a implantação do Estatuto dos Refugiados de 1951.

### **Instrumentos de proteção nacional e internacional dos direitos humanos destinados aos imigrantes, deslocados e refugiados**

Há presente no ordenamento jurídico diversos mecanismos de proteção nacional e internacional voltados para os imigrantes, deslocados e refugiados. Primeiramente, será definido, de acordo com a doutrina constitucional, o que são os estrangeiros, a questão da residência ou não, além da discussão que cerca tal problemática no Brasil.

Sustenta Mendes e Branco (2016, p. 654) que o estrangeiro poderá estar no Brasil em caráter permanente, com o propósito de fixar residência definitiva ou estar em caráter temporário em solo nacional, independentemente, como destaca o autor, do seu *status* ou do objetivo da viagem, seja essa visita a

lazer ou a trabalho, reconhece-se ao estrangeiro os direitos garantias básicas da pessoa humana, ou seja, a integridade, a vida, o direito de petição, a dignidade da pessoa humana, o contraditório e ampla defesa, dentre outros.

Na Constituição Federal de 1988, há a consideração no artigo 22, inciso XV a disciplina sobre a emigração e imigração, entrada e extradição, bem como a expulsão de estrangeiros, sendo que a competência legislativa privativa é da União, ou seja, somente a União poderá legislar relacionado a este assunto (BRASIL, 1988).

Mendes e Branco (2016, p. 654) ainda vieram elucidando que aos estrangeiros reconhece-se o gozo dos direitos civis, com exceção do direito ao trabalho remunerado, apenas reconhecido ao estrangeiro residente, assim, a aquisição ou arrendamento de propriedade rural também será assegurada ao estrangeiro, mesmo que possua algumas condicionantes, como há a limitação da dimensão da área e da residência no território nacional, de acordo com o que reza o artigo 190.

Sobre direitos políticos, os estrangeiros, de acordo com o artigo 172, não terão esses direitos, não sendo possível votar ou serem eleitos para

cargos políticos, sobre os direitos de cidadania para a propositura de ação popular e de subscrição de projetos de lei de iniciativa popular, também são vedados e a eles não recaem esses direitos específicos.

De acordo com as informações trazidas na matéria publicada por Enriconi (2017) os imigrantes serão aquelas pessoas que se deslocam e, em geral, de forma voluntária do país de origem para outro, com o intuito de estabelecer-se por um tempo previamente determinado, pode ser por meio do trabalho, a lazer ou em missões específicas.

Os asilados políticos, como são chamados, de acordo com Enriconi (2017) são aqueles que estão sendo perseguidos por motivos políticos no seu país de origem e, em razão disso, solicitam a outro país que este venha a acolhê-lo e protegê-lo das ameaças que vem sofrendo.

E por fim, os refugiados, para a autora, são aqueles que podem ser frequentemente confundidos com os asilados, pois ambos envolvem algum tipo de perseguição, entretanto, difere-se por estes serem em razão de perseguições étnicas, em razão da religião, nacionalidade, grupo social,

convicção política, dentre outros motivos.

Assim:

Outra grande diferença é que, enquanto a decisão de receber um asilado político é exclusivamente do Estado, consistindo em uma relação direta deste com o indivíduo, o refugiado faz parte de um grupo que sofre perseguição por um mesmo motivo, não cabendo ao Estado decidir de forma política acolher ou não esses indivíduos que chegam a seu território após fugir de uma situação de risco. A regulamentação internacional referente ao refúgio se baseia principalmente na Convenção de Genebra de 1951, que, dentre outros benefícios, garante aos refugiados o direito de não serem expulsos ou retornados a seus países de origem enquanto permanecerem os riscos à sua vida ou liberdade (ENRICONI, 2017).

Na seara de tratamento dos refugiados, de acordo com o que fora visto anteriormente, portanto, há o princípio da “não devolução” como é destacado pelos artigos 33 da Convenção de 1951; no artigo 22, inciso VII da Declaração Americana de Direitos Humanos e a 3ª Convenção das Nações Unidas, sendo um dos princípios norteadores dos direitos dos refugiados que traz a ideia de garantir a eles que não serão devolvidos ao seu país de origem,

pois de lá saiu ou fugiu por motivos de perseguição e que deu origem a sua condição, bem como, para qualquer outro país que sua vida ou a liberdade estejam em risco.

Sobre esse direito Piovesan (2001, p. 50) vem considerando que a não devolução do refugiado passa a ser um princípio geral de direito internacional e que tanto no direito dos refugiados como nos direitos humanos, deve ser reconhecido e respeitado de qualquer forma, tratando, inclusive, como explica Saadeh (1998, p. 24) que a devolução poderá ser entendida como uma prática ilegal pelo Estado, sem que haja, inicialmente, um estudo e análise formal do pedido do refúgio na fronteira ou quando, já dentro do território, deixando-o desprotegido e que fique à mercê de perseguições e desamparo, infringindo diretamente a dignidade.

Mais adiante, o princípio da unidade familiar, como incorre Pereira (2009, p. 69) há a consideração de extensão da proteção a entidade que passa a ser igualmente contemplada em várias ordens jurídicas, ou seja, a família. Coaduna com essa disposição o que traz a Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirmando que a família é elemento essencial e natural para que a

sociedade se desenvolva, possuindo o direito à proteção do Estado (FRANÇA, 1948).

Diante dessa análise, portanto, verifica-se que dentro da legislação brasileira, com amparo também pela legislação internacional, são oferecidos diversos instrumentos de proteção nacional e internacional dos direitos humanos destinados aos imigrantes, deslocados e refugiados, colaborando com a busca pela inserção nos locais sociais, no mercado de trabalho e no acolhimento de forma geral.

### **Os refugiados e a necessidade do tratamento digno ao ser humano**

Após ser apresentada as conceituações sobre a dignidade da pessoa humana aos refugiados que foram tratadas no ordenamento jurídico brasileiro em face do amparo dos direitos fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988, neste momento será explorada a situação em si que os refugiados vivem atualmente e o necessário tratamento com base na dignidade para o avanço das sociedades.

De acordo com as considerações de Barreto (2010, p. 12) o tema sobre o refúgio é tão antigo quanto a própria

humanidade, envolvendo não somente as razões humanas, mas as considerações políticas, religiosas, sociais, culturais e de gênero, o assunto, nos últimos anos, tornou-se pauta nos grandes governos face o deslocamento de milhões de pessoas que foram obrigadas a deixar seus países de origem e buscarem abrigo e proteção internacional em outros países, muitas vezes, a milhares de quilômetros de distância entre eles.

O que se tem ligado à historicidade do refúgio, segundo o autor, é pautado desde a Grécia antiga, em Roma, no Egito e Mesopotâmia, sendo que naquela época, os motivos do refúgio estavam ligados às questões de religião, sempre concedidos em templos e por motivos de perseguição religiosa.

A regra era marcada para a ideia de que as pessoas que entravam nos lugares sagrados de outros países, quando insertas nesta localização, não poderiam ser atacadas pelos perseguidores, governos e exércitos, pois naquele tempo, havia o máximo respeito aos templos e divindades desses locais sagrados, tornando-se ponto estratégico para o refúgio de pessoas que buscavam o fim de violências e perseguições. Por fim, Barreto (2010, p. 12) vem considerando que nesta época os

refúgios vinham beneficiando, em sua maioria, os criminosos comuns, em uma inversão de papéis que ocorre nos dias de hoje, pois naquela época, a proteção dada aqueles dissidentes políticos poderiam gerar afrontas entre nações e, conseqüentemente, uma guerra.

O que se tem, de acordo com o autor, é que houve uma ampliação no sistema diplomático e nas embaixadas, trazendo ao refúgio a mudança de significado, perdendo a atribuição que era dada no sentido religioso, passando a ser assunto tratado exclusivamente pelo Estado, com base na teoria da extraterritorialidade e que poderia trazer ao embaixador a prerrogativa de concessão de direitos e proteções nos limites que a embaixada ou residência permitia.

Atualmente, frisa Barreto (2010, p. 12) a teoria da extraterritorialidade não mais prevalece, sendo substituída pela teoria da jurisdição e, a partir da Revolução Francesa, é fundamentado nos ideais de liberdade e dos direitos individuais, começando a consolidar-se em aplicação ao refúgio e aos criminosos políticos, bem como a extradição de criminosos comuns. O autor ainda conclui:

O avanço das relações entre Estados soberanos e a ampliação dos problemas populacionais e de criminalidade afirmam a necessidade de cooperação internacional no combate ao crime, tornando-se inaceitável a proteção do Estado a criminosos comuns estrangeiros. A partir desses fatos, o refúgio se constitui em importante instrumento internacional de proteção ao indivíduo perseguido (BARRETO, 2011, p. 12).

Da mesma forma, Silva e Rodrigues (2012, p. 123) vem considerando que desde o princípio da humanidade existem guerras e perseguições, além da discriminação de todo o tipo. Em razão do histórico e desde aqueles tempos, há os refugiados, sendo estas pessoas vítimas de atrocidades e que poderão ser encontradas, atualmente, em todas as partes do mundo, de diversas raças, todas as cortes, religiões e que se viram obrigados a fugir de um determinado local por receio de suas vidas e famílias, além da supressão de liberdades.

Os autores na obra afirmam que os refugiados são obrigados a abandonar tudo o que possuem, como as casas, os bens, a família, identidade e o rumo a um futuro incerto em outros países, muitas vezes desconhecidos e sem nenhuma

pessoa conhecida para amparar ou mesmo guiar para os melhores locais e melhores oportunidades de trabalho, por exemplo.

E assim, “em outros termos, são pessoas que fogem de condições opressivas ou perigosas existentes no seu país ou sua região e procuram abrigo em um Estado estrangeiro ou mesmo em outra região que lhe possa devolver suas condições “normais” de vida, ou seja, sua dignidade” (SILVA; RODRIGUES, 2012, p. 123).

Diante deste quadro explanado, a preocupação internacional tornou-se permanente e trazendo maior visibilidade à necessidade de haver um chamado do sistema internacional para proteção a fim de organizar-se como tal, desde a independência da América espanhola e complementando-se somente a Segunda Guerra Mundial. O quadro de maior análise da dignidade da pessoa humana foi crescente nos últimos anos desse período em face dos refugiados passarem a gradativamente tornarem-se um fenômeno hodierno e que alcançou proporções globais, em meios a essas duas grandes guerras do século XX (SILVA; RODRIGUES, 2012, p. 124).

Vale ressaltar, como abarcaram os autores mencionados, que o termo refugiados foi aplicado originalmente a um grupo de “huguenotes” franceses. Este grupo fugiu da França para a Inglaterra após o acontecimento em 1685 da revogação do Édito de Nantes, significando, portanto, o fim da tolerância religiosa com o protestantismo.

Além desse deslocamento súbito dos franceses, a Europa no Século XX vivenciou uma onda de preocupação internacional quando os judeus foram para a Rússia se refugiar entre os anos de 1881 e 1914, após o acontecimento da revolução socialista dos bolcheviques de 1917, o do bielo-russos da URSS, bem como os judeus da Alemanha nazista, posteriormente. Silva e Rodrigues completam a informação:

(...) por outro lado, também muitos chineses abandonaram o país depois da revolução socialista liderada por Mao Tsé Tung em 1949, particularmente em direção a Hong Kong. Desde o início do regime socialista chinês, cerca de dois a três milhões de chineses estão estabelecidos em Taiwan, os quais podem ser considerados “deslocados internos” (SILVA; RODRIGUES, 2012, p. 124).

Para Mazzuoli (2014, p. 206) na mesma seara de pensamento, o tema dos

refugiados sofre grande destaque no direito internacional a partir, efetivamente, da década de 1920 que foi decorrente após a Primeira Guerra e intensificando-se com a Segunda Guerra Mundial, tratando-se de uma das primeiras preocupações do direito pós-guerra e que buscou inspirar todas as legislações protetivas do mundo. O assunto no Brasil, portanto, foi regulamentado por vários títulos legislativos internacionais ratificados pelo país e, posteriormente, disciplinando na Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

O amparo à dignidade dos refugiados traz importante menção quando Ramos (2018, p. 160) vem explicando que há influência recíproca entre os textos legislativos de proteção aos refugiados, como é o caso do Direito Internacional dos Refugiados que está ancorado nos demais direitos previstos na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e que procura obter, em outros países, o asilo contra a perseguição, sendo estes alvos e que precisem de auxílio no país em que buscou refúgio para continuar sem que ocorram mais violações graves dos direitos humanos.

Sobre as origens históricas, Ramos (2018, p. 160) conclui que as raízes dos direitos e legislações sobre o refúgio possuem histórico comum, pois vieram dos pós-guerras já mencionados, mas que logo passou a serem influenciados pelos direitos humanos internacionais, com os textos já mencionados, trazendo maior atribuição de proteção e dignidade para estas pessoas, considerados como grupos vulneráveis.

Em razão disso, no artigo publicado por Cornelli, Potyra e Santos (2018, p. 134) as autoras passam elucidando que a partir das transformações globais, especialmente ligadas ao campo da tecnologia e da economia, houve uma maior evidência da separação – ou divisão – entre os países pobres e os países ricos, centrais e periféricos, que na visão das autoras, passou a gerar uma hierarquia nas relações econômicas e, conseqüentemente, entre os cidadãos. Suas considerações concluem:

A exclusão e discriminação dos cidadãos residentes nos países pobres e periféricos; a inacessibilidade tecnológica que apregoa segregação; a ameaça constante à dignidade; a relativização do direito à vida; a sobreposição do mercado em detrimento do humano; as

guerras constantes; o sonho de uma vida digna e com qualidade, forçam as pessoas a abandonarem seus lares, suas terras, provocando esse, não novo, mas intenso, fenômeno da migração e conseqüente crescimento de solicitações de refúgio – numa constante que se origina nos países periféricos em direção aos centrais. Todas essas condições, e seus respectivos e variados resultados, evocam respostas urgentes e ações imediatas, no intuito de salvaguardar a pessoa humana em sua personalidade internacional (CORNELLI; PORTYRA; SANTOS, 2018, p. 134).

Sobre o destaque acima, explica-se e demonstra-se a existência de situações discriminatórias e que vem a ofender a dignidade da pessoa humana dos refugiados, face a necessidade de que os Estados, inclusive, no que está ligado ao cenário do Brasil e que venham a tratar da melhor forma do acolhimento dessas pessoas no país, a fim de não gerar desgaste econômico e em direitos humanos dos relacionamentos internacionais com os outros países, essas medidas devem ser eficazes contra as formas de igualdade entre em entrevistas de emprego, de atendimento público em geral, da geração de políticas públicas voltadas para o atendimento dos refugiados, entre outras medidas.

Frisa-se Cornelli, Potyra e Santos (2018, p. 135) que as pessoas refugiadas, quando chegam em um outro país, acabam condenadas à própria sorte, pois correm o risco de estarem em algum país que não há a necessária regulamentação dos direitos humanos dos refugiados, sendo que na maioria dos países que são receptores, de acordo com as autoras, não há a discussão sobre a situação humanitária dessas pessoas, o que para eles, somente salvaguarda aqueles que estão em situação de vulnerabilidade.

As autoras concluem que essas situações ligadas a não regulamentação e o tratamento eficaz legislativo do direito dos refugiados podem gerar uma fragilização em busca de atingir o atendimento dos direitos humanos ligados a todos, “ao se considerar a situação dos migrantes e refugiados, bem como a permanente agressão às suas dignidades, aos seus corpos, a supressão do reconhecimento e garantia da personalidade internacional da pessoa humana” (CORNELLI; POTYRA; SANTOS, 2018, p. 137).

O asilo político e o refúgio precisam, neste momento, serem demonstrados em busca de desmistificação sobre a diferença e semelhanças entre esses dois institutos.

Fernandes (2017, p. 772) portanto, abarca que o asilo político será conceituado como aquele que traz o acolhimento de um estrangeiro por parte de um Estado que não é seu, sob a fundamentação de ser uma perseguição sofrida pelo mesmo ou quando praticada em seu próprio país ou em um terceiro país. Para o autor, não há dúvidas que neste instituto, o movimento da perseguição deve ser relacionado à liberdade de manifestação de pensamento ou de expressão, e assim, ensejar o asilo político. Outra situação destacada é relacionada a dissidência política ou mesmo os crimes políticos que não configurados como crimes no direito penal comum.

Vale ressaltar, o ato de concessão de asilo político está ligado ao de soberania estatal e, no ordenamento jurídico brasileiro, quem tem competência para concessão é o Presidente da República. Na Constituição Federal de 1988, percebe-se que o asilo político está explícito como um princípio, portanto, trata-se de norma nas relações internacionais do Brasil, conforme o artigo 4, inciso X do texto constitucionais (BRASIL, 1988).

A natureza do asilo político, de acordo com a menção de Fernandes

(2017, p. 772) é eminentemente territorial e que é intitulado classicamente como “asilo político territorial”, e de acordo com isso, somente será concedido ao estrangeiro quando este esteja dentro do território nacional<sup>4</sup>, ou seja, é dentro da jurisdição do Estado concedente do asilo que deve ser feito o pedido. Sobre o período de permanência do estrangeiro no território e sobre o prazo para prorrogação de permanência deverá ser determinado pelo Ministro da Justiça.

De acordo com a legislação pátria, certo também é que qualquer saída do asilado do Brasil sem a autorização do Ministério da Justiça importará em renúncia ao asilo (renúncia tácita) e impossibilitará a volta do estrangeiro na condição de asilado. Por último, nos termos constitucionais, a concessão de asilo político não impede que posteriormente seja analisado pedido de extradição do estrangeiro para um Estado requerente (conforme aqui já estudado). Basta apenas que o fato que fundamenta o pedido de extradição não envolva crimes políticos ou de opinião, já que se o objeto for este, a extradição é vedada, conforme aqui analisado pela normativa constitucional expressa no art. 5º, LII, da CR/88 (FERNANDES, 2017, p. 773).

Já no que diz respeito ao refúgio, como já explorado, estes deverão ser reconhecimentos como refugiados quando:

- a) devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- b) não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no item anterior;
- c) devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (FERNANDES, 2017, p. 773).

Além de serem extensivos aos cônjuges, aos ascendentes e descendentes, como os demais membros da família. Assim, os refugiados gozarão dos direitos e estão sujeitos aos deveres dos estrangeiros no Brasil, de acordo com o disposto na Lei nº 9.474/97, na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e no Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, cabendo-lhes a obrigação de acatar as

---

<sup>4</sup> O autor explica que o estrangeiro, mesmo quando estiver no território que pretende obter o asilo político, poderá solicitar.

leis, os regulamentos e as providências que se destinam à manutenção da ordem pública.

O refugiado, neste sentido, de acordo com Fernandes (2017, p. 763) terá o direito de obter a cédula de identidade comprobatória da condição jurídica, carteira de trabalho e o documento de viagem.

O procedimento, ressalta Sarlet (2018, p. 765) deve ser solicitado a qualquer autoridade migratória que estiver na fronteira do Brasil, proporcionando as informações necessárias para proceder com a concessão. Essa concessão de refúgio deve ser operada através da via administrativa e parte da decisão do Poder Executivo, perante um Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), sendo este um órgão vinculado ao Ministério da Justiça e que deve analisar os pedidos e decidir sobre as solicitações de refúgio, inclusive sobre os casos de cessação.

Ressalta-se, a concessão do refúgio vem assegurando a pessoa o respectivo *status* e proteção nos termos da lei interna e dos diplomas internacionais que são aplicados no Brasil, sendo que uma das principais consequências é o reconhecimento da

condição de refugiado, conforme o artigo 33 da Lei nº 9.474 e que resultado no seguimento de qualquer pedido de extradição que seja baseado nos fatos que fundamentaram a concessão desse pedido (SARLET, 2018, p. 765).

Após este tratamento da diferença entre asilo e refúgio, sucintamente será explorado o que são os grupos minoritários ou vulneráveis, em busca de trazer também o ensinamento em razão da proteção contra discursos de ódio, discriminação no mercado de trabalho e outras afrontas à dignidade da pessoa humana.

Neste sentido, Carmo (2016, p. 206) inicia seu desenvolvimento frisando sobre a ideia de grupo minoritário como aquele que tem sido debatido e compreendido de diversas maneiras por pesquisadores de várias áreas, não somente os do Direito.

Mais adiante, de acordo com a ampla pesquisa, verifica-se que Acselrad (2006, p. 2) em sua obra configura o conceito de minorias como aquelas que partem de uma perspectiva iluminista, com a aceção de que a minoria não parece ter um termo adequado para representação de grupos que sejam “menos poderosos”, mesmo quando, aparentemente para o autor, contrariam o

ideal de união universal que o próprio movimento iluminista abarcou.

O autor conclui:

(...) como é possível fazer uma leitura da noção de minoria a partir do pensamento iluminista? Como defender a noção de minorias étnicas, raciais, de gênero, etárias e outras mais a partir de uma perspectiva universal, de uma concepção de homem que considere a semelhança (entre todos) mais importante do que a diferença (entre os grupos). A diferença separa. A semelhança permite inclusive, mas não primordialmente, perceber o estabelecimento de uma diferença, desde que esta nunca se sobreponha àquela. O direito à diferença só passa a ser a principal bandeira a partir do momento em que se acredita mais na identidade (intra-grupos) do que na semelhança (entre os grupos). O risco é cair-se numa querela identitária, num particularismo infindo, num discurso relativista e sempre parcial (ASCERALD, 2006, p. 2).

O autor coloca, portanto, sua posição, elucidando que entende a minoria não como a questão de classe ou grupo, não implicando em pertencer a uma determinada entidade ou instituição, sendo que não dependerá, portanto, de cor de pele ou lugar de origem.

Assim, as acepções mudam quando não se trata de “maiorias” afirmando então, depende da “massa”,

sendo que são configurados como aquela massa que passa a ser todas as pessoas que não são valorizadas em si mesmas por razões especiais, mas se sente como todo mundo, entretanto, não se angustia e sente-se à vontade de ser idêntico aos demais. Já a minoria, para o autor, é todo aquele que passa a se separar da multidão de homens iguais, “por razão essencialmente individuais, não sendo em absoluto forçado a tal” (ASCERALD, 2006, p. 2).

Sendo assim, as noções de massa e de minoria são consideradas como fatos psicológicos, como posturas opostas diante do mundo e da vida, e não como o simples pertencimento a grupos minoritários ou majoritários. A minoria (...) é uma forma de vida nobre, superior, que implica em exigir sempre mais de si mesmo. Não há, pois, uma classe ou grupo minoritário, uma vez que a coincidência com outros que formam a minoria é secundária, posterior a se haver cada qual singularizado e é, portanto, em boa parte uma coincidência em não coincidir (ASCERALD, 2006, p. 2).

Mais adiante, de uma forma diferente de abordagem de Acselrad, Rifiotis (2006, p. 8) vaticina se tratar da compreensão de minorias como aqueles grupos que poderiam, em circunstâncias diferenciadas, correr o risco de ter

destruída a própria identidade, sendo vítimas de processos de controle de homogeneização, é o que poderá ocorrer com os refugiados, nestes casos em análise.

O discurso sobre a violência não compreende apenas a fala, nem é consciente para quem o enuncia; ele também é o não-dito ou o silenciado, um conjunto de enunciados, práticas e falas, que garantem a circulação das imagens sobre a própria violência. O discurso sobre a violência é o leito de um grande rio, cujas marcas de ambiguidade estão presentes mesmo no seu estudo (...) Cada minoria, grupo ou segmento social poderia, sob determinadas circunstâncias concretas, colocar em prática formas específicas de violência para garantir a sua identidade. No limite lógico da homologia entre “sociedades primitivas” e minorias sociais, há consequências extremamente complexas do ponto de vista ético e que devem ser consideradas: quais as implicações de considerarmos que os sujeitos envolvidos em situação de violência estariam valendo-se de um instrumento para a construção ou garantia de manutenção da sua subjetividade, ou seja, marcando a fronteira com o que consideram exterior? (RIFIOTIS, 2006, p. 8)

O questionamento do destaque anterior é o que busca o autor Rifiotis (2006, p. 8) em seu estudo antropológico

que não cabe neste trabalho explaná-lo por inteiro. Mais adiante, já outra autora, como Séguin (2002, p. 14), em sua obra, relaciona-se a partir de uma perspectiva jurídica, considerando que as minorias também podem ser chamadas de grupos vulneráveis, sendo aqueles descritos como aquelas pessoas que são unidas por características em comum, embora não estabeleçam uma proximidade de corpos em si.

Para a autora, o que encontra relação é que há estreitamento das relações de afeto no que tange àqueles das minorias e dos grupos vulneráveis, sempre em razão do que passam cotidianamente, como o poder que lhes é tirado, o processo que as maiorias causam por dominar as minorias, a violência sofrida e o medo recorrente, bem como a marginalização social (SÉGUIN, 2002, p. 14).

Nesta seara, Carmo conclui com os seus estudos:

(...) todos os autores indicam que minorias e grupos vulneráveis originam-se em relações de assimetria social (econômica, educacional, cultural etc). Nessa perspectiva, minoria pode ser definida a partir de uma particularização de um grupo, já que a maioria se define por um agrupamento generalizado, ou seja, por um processo de generalização

baseado na indeterminação de traços, os quais indicam um padrão de suposta normalidade, considerada majoritária em relação ao outro que destoar dele. A vulnerabilidade advém, pois, de pressões desse suposto padrão de normalidade, que pressiona tudo e todos que possam ser considerados diferentes. A violência, por sua vez, tanto pode ser física quanto simbólica, originária dessa pressão, que, muitas vezes, na forma de preconceito e rejeição, marginaliza e discrimina o diferente (CARMO, 2016, p. 206).

Envolvido nesta seara que o discurso de ódio está presente, atacando as minorias, podendo estas serem consideradas como os refugiados, inclusive, em análise quando se trata do oferecimento e oferta no mercado de trabalho, tema a ser analisado no próximo capítulo.

Sob a vida cotidiana dessas pessoas, poderão passar por situações desconfortáveis, até envolvendo atitudes de violência, discussões sobre a legalidade, legitimidade e as formas de expressão que formam um grupo vulnerável ou mesmo as minorias, é por este motivos que busca-se atrelar a estas pessoas refugiadas os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana para melhor atendimento no país de acolhimento, transformando-se em

uma sociedade próspera e livre de preconceitos, racismos e discriminações.

### **GÊNERO: Dignidade humana**

Gênero é uma categoria complexa e amplamente discutida na contemporaneidade, é um termo cunhado na acadêmica e que extrapola os âmbitos dessa esfera para se apresentar em várias instâncias sociais, constituindo-se um termo amplamente refletido, discutido e utilizado. Dias (1992), argumenta que os estudos de gênero surgem como uma possibilidade de reconstrução dos discursos históricos instituídos pelo sistema de dominação cultural, esses estudos expõe a crise nas relações de gênero e lançam uma esperança de transformação nas relações desiguais entre os gêneros. Os estudos feministas propõem encontrar um caminho que elabore uma história de gênero, que redescubra e intérprete a história das mulheres, e as represente em seus processos sociais e históricos. Dessa forma, desmistifica não somente as relações de gênero, mas também conceitos já reproduzidos e herdados há séculos tais como: família, cidadania e

sociabilidades, que definem a natureza feminina.

As interseções dos estudos de gênero expandem as formas de conceber os conceitos duais como: público e privado, ideologicamente construídos pela história tradicional, que impõe à mulher menor participação no espaço público, e ainda contribui para a mudança e transformações nessas concepções tradicionais.

Scott (1990) discute como a categoria de gênero é interpretada no sentido de modificar a história das mulheres, ou de reafirmar a história tradicional que neutraliza a participação das mulheres nas histórias oficiais. Scott faz essa análise a partir da forma metodológica que diversos autores formulam e empregam seus conceitos sobre gênero em suas teorias. Dessa perspectiva Scott (1990), afirma que o termo gênero não conseguiu ser aprisionado nem mesmo pelas Academias. Argumenta que as feministas iniciaram o uso de gênero para se referir “à organização social da relação entre os sexos”. Para a autora foram as feministas americanas as precursoras do termo, para repelir o determinismo biológico que fixava o uso dos termos “sexo” e “diferença sexual”,

a intenção era que o termo gênero pudesse mostrar que, não se pode compreender a mulher e o homem em estudos que polarizam esses sexos. Scott (1990) acrescenta:

[...] nosso objetivo é compreender a importância *dos sexos*, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la (SCOTT, 1990, p. 72).

Dessa forma, a utilização do termo gênero foi sustentada como importante para a quebra de paradigmas disciplinares, e para propor um exame crítico dos trabalhos científicos já até então produzidos. Isso levaria a ruptura das noções tradicionais, a fim de dar visibilidade às experiências pessoais e subjetivas das atividades políticas e públicas das mulheres. De acordo Scott (1990, p. 72) “não é demais dizer ainda que as tentativas iniciais tenham sido hesitantes, uma tal metodologia implica não somente uma nova história de mulheres, mas também uma nova história”.

A autora afirma que, gênero repele a afirmação biológica que explicam e reafirmam as diversas formas de subordinação da mulher como sexo

mais frágil e naturalmente maternal, enquanto os homens são naturalmente fortes. Ao contrário, gênero torna-se uma forma de explicar os papéis sociais destinados aos homens e mulheres e como isso se estrutura nas “construções culturais”. Scott (1990, p 74) esclarece, [...] “trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres”.

Scott (1990), afirma que a preocupação teórica com o gênero como categoria de análise iniciou no século XX, e isso refletiu na dificuldade das feministas em incorporar esse termo no vocabulário das escolas teóricas. As feministas utilizaram gênero para estabelecer a definição das desigualdades entre homens e mulheres. Scott, sobre isso acrescenta:

[...] no espaço aberto por esse debate, posicionados ao lado da crítica da ciência desenvolvida pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvidos pelos/as pós-estruturalistas, as feminista não somente começaram a encontrar uma voz teórica própria; elas também encontraram aliados/as acadêmicos/as e políticos/as. É dentro desse espaço que nós devemos articular gênero como uma categoria de análise (SCOTT, 1990, p. 85).

Ela explica que, os métodos de análise de gênero devem ser examinados, e que gênero é composto de diversas partes conectadas e inter-relacionadas, gênero é um conjunto de elementos que constitui as relações sociais baseadas e nas diferenças que ocorre entre os sexos. Scott (1990) afirma, o gênero é um elemento que faz parte do que constitui as relações sociais estabelecidas nas diferenças entre os sexos, e é uma forma primária de dar sentido as relações de poder. Para a autora o desafio da nova pesquisa é dirimir as definições já estabelecidas e rijas das análises que fixam a separação entre masculino feminino, e incluir na análise histórica conjunta dos sexos, a análise das concepções políticas, da estrutura de poder, e da estrutura social da sociedade.

Assim como Scott, Pedro (2005) argumenta que “gênero é a organização social da diferença sexual”, e ainda que gênero, “é um saber que estabelece significados para as diferenças corporais”. Discute ainda que, o uso da categoria de gênero como análise, propicia aos pesquisadores (as) e historiadores (as), apreender as tensões e acontecimentos produtores de gênero entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres. Essa definição abriu luz para

estudos sobre as relações de poder e conflitos que ocorrem entre pessoa do mesmo sexo.

Utilizar gênero como categoria de análise, ilumina a forma de compreender as relações sociais estruturadas nas vivências nos espaços de sociabilidades humanas (trabalho, escolas, família, política, meios de comunicação etc) para questionar as “verdades” tradicionais já solidificadas, e dar visibilidade nas diferenças e questionar a subalternidades e relações de poder que geram exclusão para as mulheres, em diversos espaços, como o espaço político por exemplo.

Nesse sentido para Scott (2012) gênero é um lugar de luta e questionamentos, que permite a contestação política de tudo que está ligado a rigidez positivista que determina a fixação dos papéis atribuídos a todos. Assim, gênero se torna uma categoria de análise útil para o exercício da criticidade, a fim de: entender, contestar, resistir e discutir as relações desiguais, as relações de poder, as normatizações, as transgressões, a cultura, as relações sociais e a política na atualidade.

Por sua vez Okin (2008) afirma que a teoria de gênero, tem muita relevância na análise dessas relações

entre homens e mulheres, e gênero permite entender e mudar as práticas tradicionais de separação do público e do privado, e que práticas fundamentadas no gênero sejam mais disseminadas e melhoradas para que as mulheres tenham chances iguais aos homens nas esferas do trabalho e da política e ainda, se beneficiem da privacidade. É preciso sob a perspectiva de gênero, objetivar uma sociedade igualitária que as responsabilidades, papéis e tarefas da vida doméstica sejam dívidas por igual entre homens e mulheres.

### **A abordagem dos direitos humanos e os refugiados em São Paulo**

Em forma de acolher os refugiados no Brasil, principalmente no que se trata a cidade de São Paulo, existe o Instituto de Reintegração do Refugiado, conhecido como ADUS, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que vem atuando junto aos refugiados e estrangeiros que são vítimas de migrações forçadas e que estão localizados na cidade de São Paulo, com o intuito de reduzir os obstáculos que surgem em busca de efetivar uma

integração e reintegração na sociedade em geral (ADUS, 2019).

A missão da instituição é oferecer diversos cursos, como aulas de qualificação profissional, aulas de língua portuguesa, além da assistência com apoio psicológico, inserção no mercado de trabalho e a busca por instrução na preparação em empreendedorismo e ações culturais. Desta forma, afirmam “atuar em parceria com solicitantes de refúgio, refugiados e pessoas em situação análoga ao refúgio para reintegração à sociedade buscando sua valorização e inserção social, econômica e social” (ADUS, 2019).

Procuram “superar os obstáculos para reintegração dos refugiados de forma que eles tenham autonomia e as ferramentas necessárias para que possam buscar sua própria inserção na sociedade”. (ADUS, 2019) E como valores, afirmam se tratar do empoderamento, do compromisso, humanismo, participação, igualdade, transparência e ética.

O Instituto de Reintegração do Refugiado também trouxe a criação de escola de idiomas, conhecido como “projeto conectadus”, em que os refugiados passam a ministrar aulas de inglês, francês e árabe, além de um

projeto de gastronomia denominado “sabores & lembranças” e que realizam workshops de gastronomia e serviço *catering* (ADUS, 2019).

A estimativa de atendimento da instituição é de quinhentas pessoas no mês, sendo que os refugiados são provenientes de mais de cinquenta nacionalidades, sobretudo os países da Síria, Congo, Palestina, Angola e Colômbia.

Outro organismo dentro da cidade de São Paulo está o Cáritas Brasileira, criando o Centro de Acolhida a Refugiados, juntamente com a atuação da Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados e em colaboração com o Ministério da Justiça, o Cáritas Brasileiras é uma das poucas entidades, segundo as informações do site consultado, que prestam serviços de acolhimento e integração aos refugiados no Brasil (CÁRITAS BRASILEIRA, 2019).

Além disso, mais adiante será explorado, a iniciativa da Prefeitura de São Paulo em criar o Conselho Municipal do Imigrante passou a ser reconhecido como um dos projetos mais integradores pela Organização das Nações Unidas, como será visto neste capítulo.

### **A situação dos refugiados na cidade de São Paulo**

Na cidade de São Paulo, conforme informações das matérias recolhidas, no que se refere Leite e Sousa (2018) o número de refugiados no último ano aumentou, tanto na Grande São Paulo como nas cidades do interior do Estado.

As informações são retiradas segundo o relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas no sentido de que São Paulo está entre as cidades do Brasil que mais vem recebendo imigrantes, de forma que é a principal, neste momento, demonstrando que no últimos anos, cidades do interior e da Grande São Paulo têm o maior registro de número de estrangeiros acolhidos (LEITE; SOUSA, 2018).

Segundo as autoras, o movimento de refugiados aumentou no interior paulista, fora das grandes cidades, como demonstra-se, os estrangeiros encontram mais acolhimento e qualidade de vida, bem como as oportunidades de trabalho aumentam, principalmente nos empregos ligados ao setor da indústria e serviços (LEITE; SOUSA, 2018).

Em 2000, Leite e Sousa (2018) afirmam que além da cidade de São Paulo, somente quatro cidades no Estado tinham como registros de moradores com pedidos de refúgio aceitos, porém, no ano de 2016, o número mudou para trinta e sete cidades. Portanto, em dezesseis anos o número das solicitações aumentou sete vezes, já que em 2000 eram cinquenta e oito estrangeiros aceitos como refugiados e em 2016 subiu para quatrocentos e quarenta e oito. Concluem as autoras que em dezesseis anos os sírios foram os refugiados que marcaram o maior número em razão do aumento dos pedidos de refúgio, sendo ao todo mil e trinta deles.

A consequência do aumento de refugiados no Brasil e, conseqüentemente em São Paulo, de acordo com a matéria, está ligada ao fechamento dos países do norte cada vez mais negando a condição dos refugiados em seus países, tendência que cresce cada vez face os posicionamentos dos presidentes do Estados Unidos, Canadá e os países da Europa em geral, tendendo os do sul a recepcionarem mais essa migração e, dessa forma, o Brasil tem sido o principal local para a migração, ampliando a diversificação das

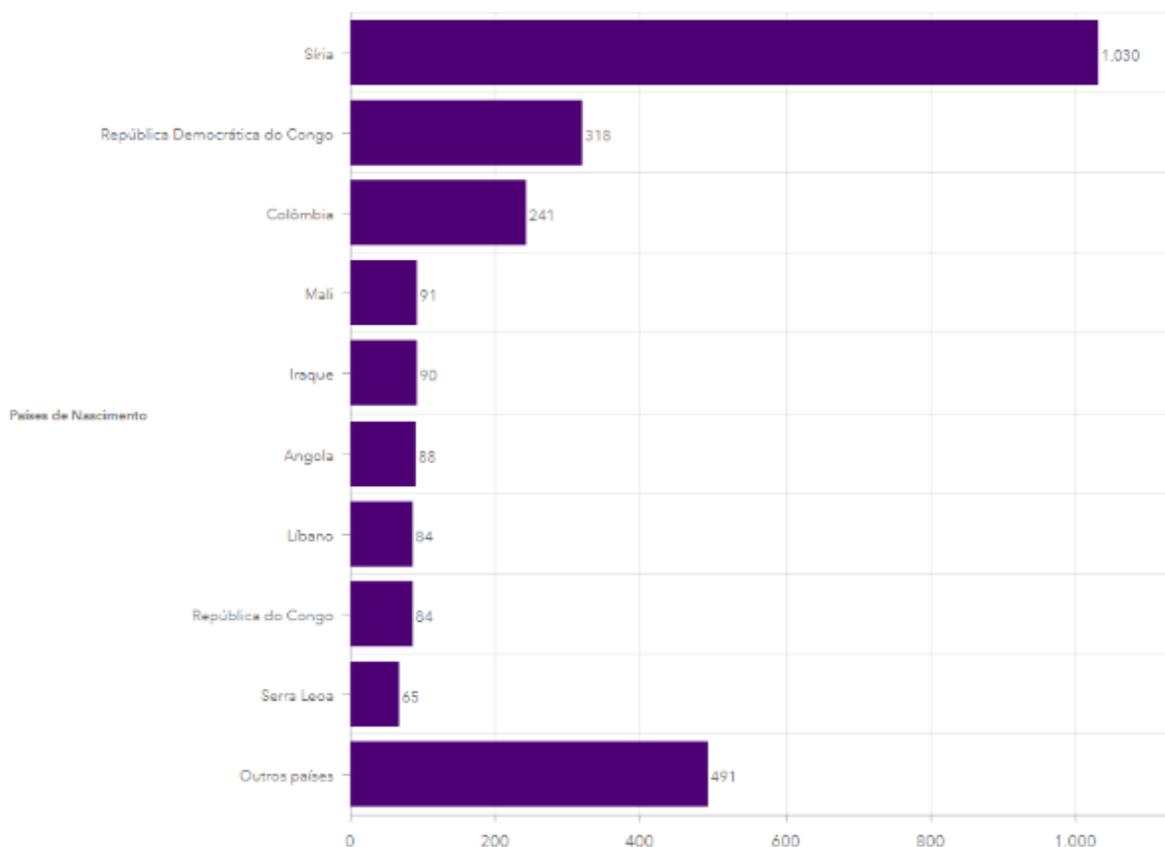
comunidades de refugiados no país e em São Paulo.

Os dados foram retirados do projeto temático do observatório das migrações em São Paulo, com a colaboração da UNICAMP, NEPO, CEPAGRI, IFCH, UFABC, Fundação Carlos Chagas, Museu do Café e Museu da Imigração, colaborando com o objetivo principal de conhecer e analisar as transformações causadas pelos efeitos migratórios no Brasil no Estado de São Paulo a partir da diversificação das modalidades migratórias (NEPO, 2019).

De acordo com o Banco Interativo Observatório das Migrações em São Paulo, os imigrantes

internacionais que possuem condição de refúgio e que foram registrados pelo Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros (SINCRE) entre os anos de 2000 a 2016 no Estado de São Paulo tem como sírios os dados 1.030; as pessoas da República Democrática do Congo em 318; originários da Colômbia tem-se os dados em 241; de Mali há 91 pessoas; do Iraque, 90; enquanto na Angola e Líbano por volta de oitenta; os advindos da República do Congo em 84; de Serra Leoa, 95 e de outros países há o índice de imigrantes internacionais em 491 deles (UNICAMP, 2016).

TABELA 1 – IMIGRANTES INTERNACIONAIS COM A CONDIÇÃO DE REFÚGIO REGISTRADO NO SISTEMA NACIONAL DE CADASTROS E REGISTROS DE ESTRANGEIROS (SINCRE) ENTRE OS ANOS DE 2000-2016 E RESIDENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO, POR PAÍS DE NASCIMENTO



FONTE: UNICAMP. Banco Interativo Observatório das Migrações em São Paulo - Imigrantes internacionais com a condição de refúgio registrados no Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros (SINCRE), entre 2000-2016, no Estado de São Paulo. Publicado em 2016. Disponível em <https://unicamp-arctgis.maps.arcgis.com/apps/opstdashboard/index.html#/330f0fd0555847daabd247d560cbeb4c>. Acesso em 14 mai. 2019.

Outro projeto interessante é o Projeto Missão de Paz, instituição filantrópica que possui o objetivo de apoiar e acolher os imigrantes e refugiados no Brasil desde 1939 iniciado pelos missionários de São Carlos. A Congregação, a partir dos dados retirados do site, é uma comunidade internacional de religiosos formada por

trinta e quatro países dos cinco continentes, acompanhando os migrantes de diversas culturas, crenças e etnias.

Com dados acompanhados do CONARE, o relatório de refugiados em números no Brasil tem a totalidade, até o ano de 2017, em 10.145 refugiados de diversas nacionalidades acolhidos pelo

Brasil, desses, apenas 5.134 continuam com o registro ativo no país, dentre eles, 52% moram em São Paulo, 17% no Rio de Janeiro e 8% no Paraná (ACNUR, 2017).

O ano de 2017 foi o maior em número de pedidos de refúgio, desconsiderando a chegada dos venezuelanos e dos haitianos. Foram 13.639 pedidos no ano passado, 6.287 em 2016, 13.383 em 2015 e 11.405 em 2014. No total, 33.866 pessoas solicitaram o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil em 2017. Os venezuelanos representam mais da metade dos pedidos realizados, com 17.865 solicitações. Na sequência estão os cubanos (2.373), os haitianos (2.362) e os angolanos (2.036). Os estados com mais pedidos de refúgio são Roraima (15.955), São Paulo (9.591) e Amazonas (2.864), segundo dados da Polícia Federal (ACNUR, 2017).

De acordo com Jubilut (2012, p. 33) São Paulo, juntamente com o Rio de Janeiro, de acordo com os dados mais atuais demonstrados no capítulo, é o núcleo mais antigo que possui em atendimento aos refugiados no Brasil, demonstrando que na cidade de São Paulo a acolhida aos solicitantes de refúgio e refugiados ocorre com as instituições, já mencionadas, Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e o Alto

Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, encarregado este último desde o ano de 1950 para os cuidados com os refugiados e a proteção da população vulnerável neste sentido, englobando os refugiados, os solicitantes de refúgio e pessoas em situações análogas, como ocorrem com os deslocados internos.

Desde o ano de 1994, Jubilut (2012, p. 33) assevera que existe o convênio com o Centro de Acolhida para Refugiados, assistente e orientador no auxílio à população refugiada que busca recomeçar as vidas e resgatar a dignidade no Brasil.

Trata-se de uma população vitimada em seus direitos mais fundamentais, uma vez que são refugiadas as pessoas que têm bem-fundado temor de perseguição, em função de sua raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a um grupo social; que estejam fora de seu Estado de origem e/ou residência habitual; e que sejam carecedores e merecedores de proteção internacional. Ou seja, são pessoas que não podem contar com a proteção de seus Estados prescindindo do auxílio da comunidade internacional e contando com a solidariedade dos demais Estados e sociedades civis (JUBILUT, 2012, p. 33-34).

A solidariedade nas cidades, e em razão especial a análise na cidade de São Paulo, é essencial para que a população venha a se sentir segura e resgate a dignidade antes perdida em razão do país de origem, face que serão os Estados que irão assegurar a efetividade da proteção aos direitos fundamentais, concedendo o *status* de refugiados nos territórios, uma vez que os Estados são esferas primárias de realização de Direitos Humanos (JUBILUT, 2012, p. 34).

Deve-se apostar no amparo à sociedade de refugiados em São Paulo não somente com as ações governamentais, mas também “por outro lado, podendo a sociedade civil ser vista como a manifestação concreta dos valores de uma determinada sociedade - por exemplo, pelo trabalho das Organizações Não - Governamentais (ONGs) –, ela vem a ser o principal meio de integração dos refugiados a esta” (JUBILUT, 2012, p. 34).

### **Conselho Municipal Do Imigrante**

O Conselho Municipal do Imigrante, a partir da análise do Regimento Interno, possui como natureza e finalidade como sendo um órgão consultivo que deve ser vinculado

ao Departamento de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, contando com a Lei Municipal nº 16.478, de 8 de julho de 2016 que veio instituindo a Política Municipal para a População Imigrante, também com o Decreto Municipal nº 57.5333, de 15 de dezembro de 2016.

Com a verificação, o Conselho possui diretrizes e princípios que buscam seguir no desenvolver das atividades, traçados no Regulamento Interno:

I - igualdade de direitos e de oportunidades, observadas as necessidades específicas dos imigrantes; II - promoção da regularização da situação da população imigrante; III - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos dos imigrantes; IV - combate à xenofobia, ao racismo, ao preconceito e a quaisquer formas de discriminação; V - promoção de direitos sociais dos imigrantes, por meio do acesso universalizado aos serviços públicos, nos termos da legislação municipal; VI - fomento à convivência familiar e comunitária (SÃO PAULO, 2018, p. 1).

Mais adiante, no artigo 3º traça-se as competências que o Conselho Municipal deve seguir, ou seja, deverá participar de formulação,

implementação, monitoramento e da avaliação da Política Municipal para a população imigrante de São Paulo, bem como verificar outras políticas que poderão ser desenvolvidas pelo poder público; deverá defender e promover os direitos dos imigrantes, fomentando a inclusão social, cultural, política e econômica; deverá trabalhar de forma articulada com os Conselhos e imigrantes eleitos para o Conselho Municipal; pronunciar-se em razão de matérias que lhes são submetidas; fomentar e estimular o associativismo e a participação políticas dos imigrantes, e por fim, convocar e realizar, a cada dois anos, as Conferências Municipais de Políticas para Imigrantes e Audiências e Consultas Públicas que venham a envolver e integrar a população imigrante (SÃO PAULO, 2018, p. 2-3).

A Organização das Nações Unidas veio elogiando a iniciativa da cidade de São Paulo para integração dos refugiados e migrantes com a eficiente atuação do Conselho Municipal do Imigrante, dando a chance a estes, como vistos nos artigos estudados, de participação ativa politicamente das pessoas que vivem na cidade de São Paulo. Da mesma forma, houve a celebração da criação do organismo

internacional do Centro de Integração e Cidadania do Imigrante que traz assistência jurídica e capacitação dos estrangeiros (ONU, 2018).

E mais:

Outra iniciativa elogiada pelo ACNUR é o Centro de Integração e Cidadania do Imigrante, também conhecido pela sigla CIC do Imigrante. O projeto do governo estadual é uma resposta a necessidades de assistência, incluindo para vítimas de tráfico de pessoas e trabalho escravo. A instituição conta com um espaço público que oferece cursos gratuitos de capacitação profissional, como as escolas de estamparia e panificação. No local, também são mantidos serviços de auxílio jurídico e orientação migratória. O CIC disponibiliza ainda acesso à internet, bem como outros serviços para ajudar os refugiados e migrantes que buscam informação (ONU, 2018).

Em consonância com o Conselho Municipal dos Imigrantes, portanto, surge a Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente que acarreta na necessidade de criação de um objetivo de articular as políticas públicas migratórias de forma que traga a promoção do trabalho das pessoas imigrantes e refugiadas no Brasil.

Insta mencionar as iniciativas de acordos que o Conselho Municipal dos

Imigrantes vem fechando com as instituições, como é o caso do acordo de cooperação com o Bando do Brasil S/A assinado em 22 de abril de 2014 que traz a colaboração na bancarização de imigrantes que são residentes no município de São Paulo<sup>5</sup>, bem como a promoção da cultura de respeito aos direitos humanos dos imigrantes; a realização de divulgação sobre os serviços prestados aos imigrantes; a iniciativa de regularização migratória; garantia de maior segurança e inserção social dos imigrantes através da bancarização e a elaboração de um Plano de Trabalho com ações, cronograma e áreas responsáveis, possibilitando a inserção do refugiado no mercado de trabalho. Da mesma forma foi promovido anteriormente com a Caixa Econômica Federal em 04 de outubro de 2013<sup>6</sup>.

Com a colaboração do Conselho Municipal dos Imigrantes, é possível perceber os avanços que os refugiados tiveram no mercado de trabalho na cidade de São Paulo, em face da matéria publicada pela Organização das Nações

Unidas no Brasil, que veio trazendo que a trajetória de exemplos de pessoas que conseguiram apresentar os projetos de empregabilidade ao chegar no Brasil, com a capacitação de refugiados e migrantes que também possuem o *animus* de recomeçar a vida no Brasil (ONU, 2019).

Sobre a situação da Venezuela atualmente, tem-se a verificação de dados que a cidade de São Paulo lidera no processo de acolhimento de venezuelanos, contabilizando mais de três mil interiorizados em todo o país, a cidade é reconhecida internacionalmente por acolhimento de refugiados e imigrantes, sendo o lar de mais de quinhentos venezuelanos que chegaram por meio de parceria efetuada entre o município com o governo federal e as agências da ONU Brasil (ONU, 2019).

### **Conclusão**

O trabalho teve seu desenvolvimento pautado na dignidade da pessoa humana, conceituada como aquela atribuição inerente ao ser

---

<sup>5</sup> Cf. [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/Acordo%20Banco%20do%20Brasil.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Acordo%20Banco%20do%20Brasil.pdf). Acesso em 14 mai. 2019.

<sup>6</sup> Cf. [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/Acordo%20SMDHC%20e%20CAIXA.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Acordo%20SMDHC%20e%20CAIXA.pdf). Acesso em 14 mai. 2019.

humano, o homem já nasce com ela, devendo as determinações as quais o Estado Democrático está inserido, mantê-la e conservá-la. Porém, em determinados momentos da história é possível verificar guerras, estados autoritários e perseguidores, dentre diversas outras situações que acabam por infringir essa dignidade do homem, momento este, que se busca o refúgio do país que o persegue, em busca de restabelecer, às vezes, toda um núcleo familiar no país.

A análise procurou trazer o que o Brasil possui como arsenal para proteção dos refugiados, mas também com o escopo voltado para a cidade de São Paulo, um dos maiores centros de recebimento de refugiados no país, contando com aqueles de origem síria, da República Democrática do Congo, da Colômbia, outros países e atualmente com o crescimento de acolhida de venezuelanos na metrópole.

As políticas públicas de atendimentos nacionais aos refugiados buscam de forma incisiva trazer a inclusão dessas pessoas na sociedade, pautando-se no que também é importante, a fim de conscientizar a população brasileira da inclusão e fim do

tratamento discriminatória dessas pessoas.

O tratamento aos refugiados na perspectiva de gênero deve ser igualitário para homens e mulheres, deve primar pela igualdade entre os gêneros, do ponto de vista social (desenvolvimento). Dessa perspectiva, o desenvolvimento deve se voltar para além das questões econômicas, priorizando também as questões que envolvem a desigualdade de gênero, e objetivando provocar oportunidades igualitárias e a afirmação dos direitos e igualdade de participação democrática para homens e mulheres em todos os espaços.

O desenvolvimento na perspectiva de gênero segundo Scott (1990) surge como uma concepção da visão feminista de mundo, e implica em uma nova visão de desenvolvimento que considera a ruptura com antigas concepções. Essa nova visão, tem como um dos seus objetivos contribuir para a construção de uma nova resignificação da história subjetiva e social da sociedade, da cultura e da política das mulheres e para as mulheres. Essa perspectiva de acordo Scott (1990), reconhece a diversidade de gêneros e a existência das mulheres e dos homens,

como um princípio essencial para a construção de uma sociedade democrática e mais igualitária.

Dessa forma, demonstrou-se que os centros de acolhida como são com o Instituto de Reintegração do Refugiado e o Cáritas Brasileiras, na atuação na cidade de São Paulo, possuem diversas atividades como o ensino da língua portuguesa e cursos profissionalizantes, em forma de inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, bem como os métodos de empreendedorismo e a inclusão no sentido de que os refugiados também dão aulas repassando o ensino do uso da língua estrangeira, a cultura e o que podem influenciar para trazer novamente a dignidade da pessoa humana à tona.

A importância analisada do Conselho Nacional do Imigrante em São Paulo é a busca pelo atendimento de diretrizes em razão da igualdade de direitos e oportunidades; a promoção da regularização da situação dessas pessoas no país; o combate à xenofobia e a promoção dos direitos sociais dos imigrantes. Elogiado pela ONU, o Conselho traz o objetivo de articular diversas políticas públicas para promoção do trabalho dessas pessoas.

Dessa forma, com o auxílio de toda a composição constitucional de direitos fundamentais que o Brasil possui hoje, existem diversas políticas de inclusão de forma digna do refugiado na sociedade brasileira, principalmente em análise à de São Paulo, de maneira a demonstrar a preocupação de atendimento e determinação dos direitos sociais às pessoas carentes e refugiadas, que vêm ao Brasil em busca de novas oportunidades, inclusive, reconstruir a sua dignidade, família e laços com um local, longe de guerras, fome, perseguição e catástrofes causadas pelos homens.

### **Referências bibliográficas**

ACSELRAD, Márcio. Por uma visão crítica de minoria. Universidade de Santa Catarina: Crítica Cultural, vol. I, n. I, jan/jun 2006. Disponível em [http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica\\_Cultural/article/view/86/96](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/86/96). Acesso em 14 mar. 2019.

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. Dados sobre o refúgio no Brasil. Brasil: Organização das Nações Unidas, 2017. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/dados->

[sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/](#). Acesso em 14 mai. 2019.

AGRA, Walber de Moura. Curso de Direito Constitucional. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

ÁFRICA. Convenção Da Organização De Unidade Africana (OUA) que rege os Aspectos Específicos Dos Problemas Dos Refugiados Em África, de 20 de junho de 1974. Disponível em [http://www.refugiados.net/cid\\_virtual\\_bkup/asilo2/2couaapr.html](http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/asilo2/2couaapr.html). Acesso em 14 mai. 2019.

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2014.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Protocolo\\_de\\_1967.p](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967). Acesso em 14 mai. 2019.

AMORIM, Fernando Sérgio Tenório de. BARROS; Hugo Marinho Emídio de. Dignidade Humana, Segurança Nacional e os Refugiados ambientais na Lei n. 9.474/1997. Belo Horizonte: Veredas do Direito, vol. 14, n. 28, janeiro/abril de 2017. Disponível em <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/914/582>. Acesso em 08 mai. 2019.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

BARROSO, Luís Roberto. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 04 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm). Acesso em 20 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm). Acesso em 20 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm). Acesso em 20 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19494.htm). Acesso em 09 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – 3ª Convenção da Organização das Nações Unidas. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em 14 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm). Acesso em 04 mar. 2019.

CÁRITAS BRASILEIRA. Centro de Acolhida de Refugiados. Disponível em <http://caritas.org.br/programas-caritas/refugiados>. Acesso em 14 mai. 2019.

CARMO, Cláudio Márcio. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. São João Del-Rei: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 64, ago/2016, p. 206. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n64/0020-3874-rieb-64-0201.pdf>. Acesso em 21 mar. 2019.

CORNELLI, Gabrielli. Proteção da Dignidade Humana de Migrantes e Refugiados: uma proposta de intervenção. Florianópolis: Revista Internacional de Filosofia da Moral, vol. 17, n. 1, mai. 2018. Disponível em

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/download/1677-2954.2018v17n1p125/37516>. Acesso em 14 mai. 2019.

ENRICONI, Louise. Imigrante, Refugiado e Asilado: Quais são as diferenças? São Paulo: Politize. Publicado em 13 jul. 2017. Disponível em <https://www.politize.com.br/refugiados-imigrantes-e-asilados/>. Acesso em 14 mai. 2019.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 9 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2017.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FRANÇA. Declaração Universal de Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em [https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html). Acesso em 08 mai. 2019.

GENEBRA. Convenção de Genebra IV, de 21 de outubro de 1950. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Conven%C3%A7%C3%A3o-de->

[Genebra/convencao-de-genebra-iv.html](#).

Acesso em 14 mai. 2019.

INSTITUTO DE REINTEGRAÇÃO DO REFUGIADO. Conheça a Instituição. Disponível em <http://www.adus.org.br/sobre/>. Acesso em 14 mai. 2019.

JUBILUT, Liliana Lyra. A acolhida da população refugiada em São Paulo: a sociedade civil e a proteção dos refugiados. In SILVA, Cesar Augusto S. da. (Org.). Direitos Humanos e Refugiados. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

LEITE, Isabela; SOUSA, Viviane. Número de refugiados aumenta em São Paulo, Grande SP e interior do estado. São Paulo: Globo News. Publicado em 19 jun. 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/numero-de-refugiados-aumenta-em-sao-paulo-grande-sp-e-interior-do-estado.ghtml>. Acesso em 14 mai. 2019.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. São Paulo: Método, 2014.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Direito Constitucional Internacional. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2016

MENDES, Gilmar Ferreira. Direito de Nacionalidade e Regime Jurídico de Estrangeiro. Porto Alegre: Revista do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado da PUCRS, ano 1, n. 1, out./dez. de 2007. Disponível em <http://www.pucrs.br/direito/programa-de-pos-graduacao-em-direito/informacoes-adicionais/revistas/>. Acesso em 09 mai. 2019.

MISSÃO DE PAZ. História. Disponível em <http://www.missaospaz.org/menu/que-m-somos/historia>. Acesso em 14 mai. 2019.

NUCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO “ELZA BERQUÓ” (NEPO). Sobre o Projeto. Disponível em <https://www.nepo.unicamp.br/pesquisa/observatorio/index.html>. Acesso em 14 mai. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Disponível em [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf). Acesso em 08 mai. 2019.

---

. ONU elogia iniciativas em São Paulo para integrar refugiados e imigrantes. São Paulo: Nações Unidas do Brasil. Publicado em 20 set. 2018. Disponível em <https://nacoesunidas.org/onu-elogia-iniciativas-em-sao-paulo-para-integrar-refugiados-e-migrantes/>. Acesso em 14 mai. 2019.

---

. Com emprego e aulas de português, refugiados reconstroem suas vidas em São Paulo. São Paulo: Organização das Nações Unidas. Publicado em 14 jan. 2019. Disponível em

<https://nacoesunidas.org/com-emprego-e-aulas-de-portugues-refugiados-reconstroem-suas-vidas-em-sao-paulo/>.

Acesso em 14 mai. 2019.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista dos estudos feministas*, Florianópolis, 16(2): 440, maio-ago. 2008.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Declaração de Cartagena, de 19 a 22 de novembro de 1984. Disponível em [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_de\\_Cartagena.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf). Acesso em 14 mai. 2019.

PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, 24(1). São Paulo, 2005, p.77-98.

PEREIRA, Luciana Diniz Durães. O direito internacional dos refugiados: análise crítica do conceito de “refugiado ambiental”. Belo Horizonte: Pontífica Universidade Católica de Minas Gerais, 2009. Disponível em <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses>

/Direito\_PereiraLD\_1.pdf. Acesso em 08 mai. 2019.

PIOVESAN, Flávia. O direito de asilo e a proteção internacional dos refugiados. In: ARAÚJO, Nadia de; ALMEIDA, Guilherme Assis. (Coords.) *O direito Internacional dos Refugiados: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de Direitos Humanos*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RIFIOTIS, Theophilos. *Nos campos da violência: a diferença e positividade*. Santa Catarina: Departamento de Antropologia. Publicado em 13 nov. 2006. Disponível em [https://www.academia.edu/3059021/Nos\\_campos\\_da\\_viol%C3%Aancia\\_diferen%C3%A7a\\_e\\_positividade](https://www.academia.edu/3059021/Nos_campos_da_viol%C3%Aancia_diferen%C3%A7a_e_positividade). Acesso em 14 mai. 2019.

RODRIGUES, Viviane Mazine. *Refugiados: os regimes internacionais de direitos humanos e a situação Brasileira*. In SILVA, Cesar Augusto S. da. (Org.). *Direitos Humanos e Refugiados*. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

SAADEH, Cyro. EGUCHI, Mônica Mayumi. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados – Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. Disponível em: [www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado12.htm](http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado12.htm). Acesso em 08 mai. 2019.

SÃO PAULO. Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016. Disponível em [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/MIGRANTES/CONSELHO%20MIGRANTES/Lei%20Municipal%2016\\_478%20de%208%20de%20julho%20de%202016.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/MIGRANTES/CONSELHO%20MIGRANTES/Lei%20Municipal%2016_478%20de%208%20de%20julho%20de%202016.pdf). Acesso em 14 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 57.533, de 15 de dezembro de 2016. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2016/5753/57533/decreto-n-57533-2016-regulamenta-a-lei-n-16478-de-8-de-julho-de-2016-que-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-imigrante>. Acesso em 14 mai. 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de Direito Constitucional. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 7ª Ed., 2018.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Revista Educação & Realidade. Porto Alegre: v. 15, n. 2, p.71-95, Jul/Dez, 1990.

\_\_\_\_\_. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

SÉGUIN, Élida. Minorias e grupos vulneráveis: uma abordagem jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SPITZCOVSKY, Celso. MOTA, Leda Pereira. Curso de direito constitucional. 7 ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2004.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

UNICAMP. Banco Interativo Observatório das Migrações em São Paulo - Imigrantes internacionais com a condição de refúgio registrados no Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros (SINCRES), entre 2000-2016, no Estado de São Paulo. Publicado em 2016. Disponível em <https://unicamp->

[arcgis.maps.arcgis.com/apps/opsdashbo  
ard/index.html#/330f0fd0555847daabd2  
47d560cbeb4c](http://arcgis.maps.arcgis.com/apps/opsdashbo<br/>ard/index.html#/330f0fd0555847daabd2<br/>47d560cbeb4c). Acesso em 14 mai. 2019.

VASCONCELOS, Clever. Curso de  
Direito Constitucional. 4 ed. São Paulo:  
Saraiva, 2017.

VIENA. Declaração e Programa de  
Ação de Viena: Conferência Mundial  
sobre Direitos Humanos, de 14 a 25 de  
junho de 1993. Disponível em  
[https://www.oas.org/dil/port/1993%20D  
eclara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pr  
ograma%20de%20Ac%C3%A7%C3%  
A3o%20adoptado%20pela%20Confer%  
C3%A7%C3%A7%C3%A7%  
C3%A7%C3%A7%C3%A7%20Mundial%20de%20Vi  
ena%20sobre%20Direitos%20Humanos  
%20em%20junho%20de%201993.pdf](https://www.oas.org/dil/port/1993%20D<br/>eclara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pr<br/>ograma%20de%20Ac%C3%A7%C3%<br/>A3o%20adoptado%20pela%20Confer%<br/>C3%A7%C3%A7%C3%A7%C3%A7%<br/>C3%A7%C3%A7%C3%A7%20Mundial%20de%20Vi<br/>ena%20sobre%20Direitos%20Humanos<br/>%20em%20junho%20de%201993.pdf).  
Acesso em 14 mai. 2019

## DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS

Danielle Coelho Silva<sup>1</sup>

Luciano de Oliveira Souza Tourinho<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo é um recorte do trabalho de conclusão de curso em Direito e tem como objetivo fazer uma comparação entre a sociedade patriarcal, através da divisão sexual do trabalho, e seu reflexo no mundo do crime, para isso analisando e criticando o crescente encarceramento feminino, principalmente pelo crime de tráfico de drogas. Através do método hipotético dedutivo, buscou-se abordar o movimento feminista e como ele contribuiu para a diferenciação entre sexo e gênero. Posteriormente, tratou-se da divisão sexual do trabalho, que determina papéis sociais diferenciados para homens e mulheres. Por fim, trouxe à tona a reprodução da hierarquia de gênero no delito de tráfico de drogas e como ele contribui para o aumento do encarceramento das mulheres. Ademais, pretende-se mostrar como a lei é falha e a

pena exagerada na sua aplicação para essas detentas.

**Palavras-chaves:** Gênero. Trabalho. Drogas. Encarceramento.

**Abstract:** This article is a cut from the course work of the course of law and aims to make a comparison between the patriarchal society through the sexual division of labor and its reflection in the world of crime by analyzing and criticizing the increasing female imprisonment, mainly for the crime of drug trafficking. Through the hypothetical deductive method, we sought to address the feminist movement and how it contributed to the differentiation between sex and gender. Subsequently, it dealt with the sexual division of labor, which determines differentiated roles for men and women. Finally, it brought to light the

<sup>1</sup> Bacharela em Direito pela UESB, Vice-Presidente da Comissão da Mulher Advogada de Vitória da Conquista e Pós Graduanda em Educação e Diversidade Étnico-Cultural pela UESB.

<sup>2</sup> Doutor em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia e professor no curso de Direito da UESB, FAINOR e Faculdade Santo Agostinho.

reproduction of the gender hierarchy in the crime of drug trafficking and how it contributes to the increase in the incarceration of women. In addition, it is intended to show how the law is flawed and the exaggerated penalty in its application to these inmates.

### **Introdução**

Em razão do grande número de mulheres detidas em sua maioria pelo delito de tráfico de drogas, buscou-se analisar as maneiras de inserção da mulher neste meio criminal diante das representações de gênero típicas do modelo de sociedade patriarcal, que influenciam não só seus modos de participação nas redes do tráfico, mas também sua seleção pelo sistema punitivo formal. Desta forma, a relação entre tráfico de drogas – gênero – seletividade penal é o eixo principal desta pesquisa.

Ela se propõe a demonstrar e criticar o recente e crescente encarceramento feminino pelo crime de tráfico de drogas, que a partir do fim da década de 1980 e início da década de 1990, se torna o principal delito no processo de criminalização de mulheres, antes constituído, majoritariamente, por

crimes relacionados à sua condição de gênero, como o aborto, o infanticídio, a prostituição e os crimes passionais.

Tendo como problemática a reprodução do sistema hierárquico de gênero no tráfico de drogas, parte-se da hipótese segundo a qual há uma subalternidade feminina neste delito e que isso contribui para o grande encarceramento feminino. Nesse caminho fazemos uma interface entre o Direito e as Ciências Sociais a partir da categoria analítica de gênero e da atuação do movimento feminista. Para tanto foi realizada uma revisão bibliográfica, com mapeamento e leitura de artigos, livros, dados fornecidos pelo Ministério da Justiça no ano de 2016 e, principalmente, da lei 11.343/06 (BRASIL, 2006).

Destarte, é feita uma diferenciação entre sexo e gênero e a contribuição do movimento feminista na temática. O feminismo, enquanto corrente ideológica busca a igualdade formal e material entre homens e mulheres. Seus estudos ajudaram na concepção da ideia de gênero, o qual se diferencia de sexo – termo este puramente biológico, enquanto àquele trata-se de uma construção social. Neste sentido, quando os estudos feministas negam o paradigma biológico, rejeçam

a ideia determinista que mantém determinadas pessoas, conceitos e realizações no mesmo lugar, abrindo caminho para transformações.

Posteriormente, é apresentado o conceito de divisão sexual do trabalho. Esta expressão, que surgiu nos anos 1970, mostra que diante das construções sociais atribuídas a homens e mulheres, há uma divisão do trabalho por gênero também. Aos homens, são direcionados trabalhos relacionados à chefia e espaços públicos, enquanto às mulheres são reservados trabalhos mais ligados ao manual, que envolvem cuidado e espaço privado.

Ademais, no último tópico, explica-se a respeito do crime de tráfico de drogas, ou narcotráfico, principalmente envolvendo as mulheres. O narcotráfico, sendo ramificação da organização criminosa, apresenta características que o define bem. Chamado também de tráfico de drogas, é conceituado como a venda de substâncias ilícitas, sendo, portanto, uma atividade ilegal que absorve um poder paralelo, e com uma economia ilegal, abala a estrutura político-administrativa local, além de gerar uma grande onda de violência e corrupção devido à presença do crime organizado.

Por fim, será mostrado como a desigualdade de gênero está presente nas organizações criminosas. Mesmo no crime, as mulheres ainda exercem funções inferiores, principalmente a de “mulas”, isto é, de responsáveis pelo transporte de drogas. Geralmente, às mulheres é relegada essa função porque são vistas como dóceis, “do lar”, e incapazes de se envolver com o crime. Quando pegas pelo Estado, mesmo em função subalterna, são associadas como integrantes de uma organização criminosa, imputando-lhes uma pena exacerbada.

### **Sexo, gênero e patriarcalismo**

Neste tópico, mostrar-se-á a diferenciação entre sexo e gênero. Esta distinção é importante, inicialmente, para apresentar que aquilo que se entende por “papel de homem e papel de mulher” é uma construção histórica e social predominante das sociedades patriarcais, baseada apenas no sexo biológico.

No contexto sociocultural, as relações envolvendo homens e mulheres situam-se na esfera entre a dominação masculina e a opressão feminina. Desta maneira, a realidade de mulheres

submissas em face do domínio do homem se enraíza em uma ordem social na qual a figura do poder patriarcal é predominante, alicerçado em uma divisão sexual que concede aos homens mais poderes e mais direitos do que às mulheres. Saffiotti (2004: 136) ensina que:

[...] O patriarcado refere-se aos milênios da história mais próxima nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominância masculina. Neste sentido, e contrariamente ao que afirma a maioria das(os) teóricas(os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito. Desta sorte, trata-se de conceito crescentemente preciso, que prescinde das numerosas confusões de que tem sido alvo. [...].

Feminismo é o movimento organizado de mulheres que discutem, reivindicam, contestam e objetivam o fim da opressão e desigualdade entre os

sexos, consequente da sociedade capitalista e patriarcal que subalterniza as mulheres. Esse movimento deu os primeiros avanços em direção à busca por igualdade e afirmação da mulher nos espaços públicos e privados, e no desenrolar de sua luta ao longo da história começou a fazer uso do conceito de gênero.

Cumprir destacar a importância do movimento feminista na contestação do determinismo biológico como pressuposto das relações intersubjetivas. Ele objetivou comprovar que as relações entre mulheres e homens, seus papéis sociais, a dominação masculina e a consequente submissão feminina são produtos culturais, portanto, socialmente construídos. Através disso, o movimento contribuiu para a diferenciação entre sexo e gênero.

A noção de gênero é relativamente nova, datada dos anos 1970, fruto do movimento feminista contemporâneo, constituindo-se como um conceito das ciências sociais referente à construção do sexo. Consoante Heilborn (1994 *apud* NOVAES; MURARI, 2010), implica em afirmar que a palavra sexo ficou vinculada à dimensão anátomo-fisiológica, enquanto o conceito de

gênero passou a referir-se às características e papéis culturais atribuídos por aqueles que, na condição de homens ou mulheres, inserem-se numa dada sociedade e numa dada cultura. De acordo com Queiroz (2008 *apud* COSTA et al., 2012), Stoller foi o primeiro estudioso a utilizar a terminologia gênero, isto em 1968, porém o termo não foi adotado amplamente, tendo maior difusão a partir de 1975 com o clássico texto de Gayle Rubin intitulado “*The traffic in women: notes on the political economy of sex*”, o qual abordou o sistema sexo/gênero.

A partir das críticas ao determinismo biológico e das críticas feministas, na psicologia o conceito de sexo foi substituído pelo conceito de gênero, utilizado atualmente. Essa mudança política tornou-se importante porque deixa de compreender a diferença como determinação biológica, e por isso mesmo, imutável, passando a considerá-la do ponto de vista psicossocial e, dessa forma, como algo passível de mudança, conforme afirma Hollway (1994, *apud* NOGUEIRA, 2001). É por meio do gênero que o sujeito se identifica. Dessa forma, a análise do sujeito se faz levando em conta o gênero em que ele está inserido. Para Azeredo (1998 *apud*

OLIVEIRA; KNÖNEN, 2005), na psicologia, utilizar o gênero faz uma grande diferença, porque permite compreender o sujeito a partir da ideia que ele faz de si mesmo, como homem ou mulher.

Consoante Juliana Santos (2010: 04), as relações de gênero são tão antigas quanto à existência humana, tendo raízes ainda mais profundas do que a formulação do movimento feminista:

[...] De fato, a novidade do conceito é atribuída à construção social que torna desiguais homens e mulheres. Até então, o corpo humano bastava para nos diferenciarmos. A priori, a utilização do conceito apresentou um caráter de contraponto respondendo as interpretações biologistas que vinculam a diferença sexual às posições sociais hierarquicamente diferentes entre mulheres e homens. O entendimento moderno do mundo mudou esta configuração, principalmente a partir das primeiras tentativas de superação das desigualdades sociais entre homens e mulheres. [...]

Segundo Nascimento (2015), a categoria gênero ajuda a entender as complexas manifestações e distribuição de poder em uma sociedade que obedece às hierarquias de classes sociais, etnia e gênero, levando em consideração que o gênero também constrói a identidade de homens e mulheres, ultrapassando as delimitações de papéis sociais. Assim,

segundo a autora supracitada, as mudanças ocorridas nas relações de gênero possibilitaram uma maior inserção da mulher no espaço público e a construção de um novo perfil feminino que ultrapassa a conduta padronizada de subalternidade e a coloca diante de novas possibilidades e realidades.

Teóricas, como Joan Scott (1989), tratam a categoria gênero em seu aspecto relacional, analisando o caráter social das diferenças entre mulheres e homens. Ela propõe rejeitar os sistemas binários, historicizando e desconstruindo os termos da diferenciação sexual, pois segundo a referida autora, a categoria gênero é apreendida a partir de quatro dimensões: a dimensão simbólica, referente a símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) - Maria e Eva como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição ocidental cristã; a dimensão normativa, que se expressa por intermédio das doutrinas educativa, religiosa, científica, jurídica e política que fundamentam as relações desiguais que definem o masculino e o feminino; a dimensão subjetiva em que as identidades de gênero são construídas a partir da formação de conceitos, imagens

e símbolos. Dessa forma, as mulheres e os homens levam consigo uma carga do simbólico, do cultural e do normativo; por fim, a dimensão organizacional, que expressa a forma como se reproduzem os diferenciados papéis sociais de dominação dos homens sobre as mulheres, os quais se enraízam nas formas de pensamento e compreensão da sociedade.

Para a autora Nalu Faria (2006), ao tratar acerca da história das mulheres, embora as mulheres sempre estivessem à frente na defesa de seus direitos e interesses, elas são apresentadas sempre dentro de casa, no espaço privado. Ou quando aparecem à frente das lutas, são relatadas numa relação com o marido ou amante:

[...] A luta das mulheres mostra a sua presença em todas as experiências de lutas e resistência dos povos oprimidos, embora, na maior parte da história, as representações predominantes apresentem as mulheres dentro de casa e sem nenhuma participação pública. No caso da América Latina, aqui e acolá, aparece a figura de mulheres excepcionais. E quase sempre o relato é que participaram das lutas a partir da relação com um marido ou amante. Na verdade ainda está oculto que desde as lutas anticoloniais e anti-escravidão as mulheres indígenas e negras lutaram ombro a ombro com os homens. É permanente e continuada a presença das mulheres nos processos de luta. Desde a participação já conhecida em processos como a Revolução

Francesa, em 1789, a Comuna de Paris, a Revolução Russa, etc. (FARIA, 2006: 01).

Os diversos conceitos e diferentes utilizações do termo gênero contribuem para a confusão de seu significado que, de maneira ampla, se referem à noção básica de que aquilo que se entende por masculino e feminino é construído socialmente e não consequência do sexo biológico. Investigar os fenômenos sociais diante da perspectiva de gênero significa adotá-lo como uma categoria variável da interpretação da realidade, como a classe, etnia, raça, etc., para entender as formas de dominação que derivam de concepções de superioridade do masculino sobre o feminino.

Neste sentido, quando os estudos feministas negam o paradigma biológico, rechaçam a ideia determinista que mantém determinadas pessoas, conceitos e realizações no mesmo lugar, abrindo caminho para transformações. O androcentrismo – termo ligado às experiências masculinas tidas como universais – passa a ser visto como uma construção, algo que faz parte da cultura, o que significa que a dominação de mulheres por homens não é natural, ontológica e, portanto, pode ser mudada.

Desta forma, a introdução do conceito de gênero na ciência e no mundo representou uma ideia libertadora e revolucionária, pois permitiu ao movimento feminista demonstrar que a opressão sofrida pelas mulheres tinha origem social e cultural, e não raízes biológicas ou genéticas.

### **Divisão sexual do trabalho**

Depois de falar sobre a importância da distinção entre sexo e gênero para a determinação de papéis socioculturais, neste tópico será abordada a divisão sexual do trabalho e a hierarquia que existe entre os trabalhos masculinos e femininos.

Para Biroli (2018: 21), “Falar de divisão sexual do trabalho é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher. É claro, nas consequências dessas classificações”.

Segundo Souza e Guedes (2016), foi na França, sob o impulso do movimento feminista daquele período durante os anos 1970, que o conceito de divisão sexual do trabalho se consolidou, apesar do mesmo já ter sido objeto de trabalhos em diversos países

anteriormente. Kergoat e Hirata (2007: 599) o conceituam como sendo:

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Para as autoras supracitadas, mais importante que a definição dessa forma de trabalho, é fazer uma distinção entre os princípios e suas modalidades. Elas consideram que há dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho. Um deles é a separação, essa ideia que separa o que é trabalho de homens e de mulheres. Outro é a hierarquia, que considera que o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres:

[...] Se os dois princípios (de separação e hierárquico) encontram-se em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, isto não significa, no entanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, ela tem inclusive uma incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no

espaço, como demonstraram fartamente antropólogos e historiadores(as). O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo. [...] (HIRATA; KERGOAT, 2007: 599 ss).

Uma das principais justificativas ideológicas para a divisão sexual do trabalho, consoante Faria (2011), é a naturalização da desigualdade, que leva para o biológico as construções sociais e as práticas de homens e mulheres. Isso quer dizer que atribui a uma essência biológica, como parte da natureza, a construção do masculino e do feminino.

Contudo, não se pode reduzir o conceito de divisão sexual do trabalho às estatísticas sobre as diferenças de inserção no mercado de trabalho de homens e mulheres. Isso não dá conta da complexidade deste conceito, que faz parte de um processo da luta e da organização feminista, e que busca justamente entender como se transforma em desigualdade o trabalho entre homens e mulheres:

[...] A emergência do conceito da divisão sexual do trabalho teve um papel muito importante para questionar o que era a definição clássica de trabalho. As feministas que discutiram a divisão sexual do trabalho estavam no campo do marxismo. Elas problematizaram que o debate de classe não

explicava e não dava conta do conjunto da realidade do trabalho. Num primeiro momento, parecia haver uma destinação dos homens ao trabalho chamado produtivo e uma destinação prioritária das mulheres ao trabalho reprodutivo. Todavia, as mulheres estavam simultaneamente nas duas esferas: no trabalho produtivo e no trabalho reprodutivo. [...] (FARIA, 2011: 02).

Como se nota, as mulheres, por muito tempo foram projetadas para o papel secundário a elas relegado, como cuidar dos filhos, da casa e do marido. Isso decorre da construção social de gênero atribuído, nos quais cabe ao gênero feminino o governo do espaço privado, enquanto aos homens o espaço público.

Para Hirata (2010), é necessário estabelecer uma relação entre desigualdade no mercado de trabalho, entre mulheres e homens, assim como desigualdades na família e na esfera doméstica (relação de trabalho, de poder, de saber, relações de dominação). Afinal, considera esta autora, “o trabalho precário é majoritariamente feminino” (2010: 03).

A família é uma das principais responsáveis por apresentar a ideologia do que se espera em uma mulher, transmitindo os ensinamentos e valores culturais de mãe para filha - onde esta

começa a se tornar o reflexo daquela - “o que leva à solidificação do papel da mulher como responsável pela conservação e manutenção de determinados valores sociais” (FAVARETTO 2000 apud DUTRA, 2012, p. 3).

De acordo com Biroli (2015), a realização da mulher, em que o casamento tem uma função importante, as coloca numa posição que se desdobra em menor controle sobre suas vidas, menor tempo e participação mais restrita na vida pública, o que implica também renda menor, trabalho precarizado, e mais obstáculos à participação política. Consoante à mesma autora:

[...] Acompanhando tendências verificadas em outros países latino-americanos, foi nas últimas décadas do século XX que o perfil do acesso das mulheres brasileiras à educação e ao trabalho remunerado se alterou significativamente. Entre 1970 e início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005. (...) Hoje têm, em média, mais tempo de educação formal do que os homens, passando a ser maioria entre as pessoas matriculadas no ensino superior. Apesar disso, a diferença entre o rendimento médio das mulheres e dos homens permanece em torno de 25%, e a profissionalização não garantiu acesso igualitário às diferentes ocupações. [...] (BIROLI, 2018: 21).

Para Nogueira (2001 *apud* PRAUN, 2011: 62), a ideologia dominante, por meio de seu discurso construído, partilhado e difundido tanto em nível disciplinar como político, consegue manter uma ordem social que perpetua as desigualdades e o sexismo. Assim, é importante considerar a linguagem desse discurso como elemento fundamental da construção da subjetividade masculina e da feminina, e da manutenção das relações sociais e de poder, para que se possa teorizar a respeito da construção social do gênero.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho ainda é bastante injusta e reproduz desigualdades sociais e entre os gêneros, favorecendo a subalternidade feminina que ainda persegue as mulheres não só no trabalho, mas também nos diferentes âmbitos da vida (político e social). Contudo, vale ressaltar a importância da inserção no mercado de trabalho na ruptura da histórica dominação masculina.

A desigualdade entre os sexos ainda vai mais além da divisão sexual entre as profissões. Mesmo quando homens e mulheres exercem a mesma profissão, existe na grande maioria das vezes, a tendência aos cargos de chefia

(ou todos aqueles que requerem um poder maior de decisão), serem assumidos por profissionais do sexo masculino. São oferecidas aos homens mais oportunidades de “carreira” do que às mulheres. Para Cisne (2015: 122), “as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres, ao serem vistos como atributos naturais, extensões de habilidades próprias do gênero feminino, são consideradas *dons e não trabalho*”.

Segundo Hirata (2002 *apud* ALBUQUERQUE 2007: 08) existe ainda no seio da divisão do trabalho social e sexual, uma apropriação da esfera tecnológica pelo poder masculino. Deste modo, a autora acima referida defende ser impossível uma abordagem das relações de trabalho sem perceber que existe uma apropriação histórico-social da tecnologia pelos homens.

### **A representação feminina no crime de tráfico de drogas**

Por fim, depois de apresentada a categoria de gênero, relacionando-a com o patriarcalismo e a divisão sexual do trabalho, neste tópico será abordada tal divisão entre os sexos no delito de tráfico de drogas e como ele contribui para o encarceramento feminino.

A Lei 11.343/06 é a norma que tipifica o crime de tráfico de drogas (BRASIL, 2006). Com as mudanças decorrentes dela, esperava-se que o número de pessoas presas diminuiria, uma vez que o usuário não seria mais punido com pena de prisão. Contudo, contrariando essa expectativa, o que se viu nos últimos anos foi exatamente o movimento contrário, um aumento do número de presos por tráfico de drogas após 2006. As prisões por esse crime aumentaram na vigência da nova lei e a proporção de presos por tráfico em relação aos outros crimes cometidos vem crescendo neste mesmo período. Em 2006, o sistema penitenciário brasileiro contava com 47.472 pessoas presas por tráfico no país. Já em 2016, registrou-se 176.691 presos por esta razão, de acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (2017).

Para Boiteux (2009 *apud* CHERNICARO, 2014: 104), “o mercado de drogas ilícitas constitui-se como uma atividade lucrativa”. Segundo a mesma autora, este contingente é formado principalmente por pessoas jovens, que nunca ocuparam uma vaga no mercado formal e que constituem o grupo social mais vulnerável a ser utilizado pelo tráfico.

No Brasil a população carcerária feminina é pequena quando comparada à masculina. Contudo, se observa um grande aumento dessa participação feminina na criminalidade em geral, especificamente no tráfico de drogas. Em junho de 2016, a população prisional feminina atingiu a marca de 42 mil mulheres privadas de liberdade, o que representa um aumento de 656% em relação ao total registrado no início dos anos 2000, quando menos de seis mil mulheres se encontravam no sistema prisional. No mesmo período, a população prisional masculina cresceu 293%, passando de 169 mil homens encarcerados em 2000 para 665 mil homens em 2016. (INFOPEN MULHER, 2016).

A população feminina, ainda mais que a masculina, inclui uma alta proporção de detentas acusadas ou condenadas com relação às drogas. Consoante o Infopen Mulher (2016), de modo geral, pode-se afirmar que os crimes relacionados ao tráfico de drogas correspondem a 62% das incidências penais pelas quais as mulheres privadas de liberdade foram condenadas ou aguardam julgamento em 2016, o que significa dizer que três em cada cinco mulheres que se encontram no sistema

prisional respondem por crimes ligados ao tráfico. Entre as tipificações relacionadas ao tráfico de drogas, o crime de associação para o tráfico corresponde a 16% das incidências e o crime de tráfico internacional de drogas responde por 2%, sendo que o restante das incidências refere-se à tipificação de tráfico de drogas, propriamente dita.

Em meio aos dados que tratam do perfil da população carcerária feminina, o Infopen Mulher abrange diferentes aspectos os quais permitem visualizar o perfil da mulher encarcerada e as situações de vulnerabilidade social que as envolvem, elencando indicadores sobre a raça/cor/etnia da mulher privada de liberdade, o estado civil, a escolaridade e até dados sobre a razão da prisão, a sua natureza e tipo de regime. Observa-se, nos dados apresentados em 2016, que 45% das mulheres presas estavam sob custódia do sistema prisional brasileiro sem condenação. Esse número é superior ao índice nacional de pessoas privadas de liberdade sem condenação, que atinge a taxa alarmante de 40% (INFOPEN, 2016), demonstrando a natureza extremamente punitiva do sistema prisional brasileiro e a utilização exacerbada da pena de prisão como

medida sancionatória, até para crimes menos gravosos.

A prisão de mulheres devido ao tráfico, ao que parece, está ligada ao fato destas ficarem em posições de menor importância na rede de tráfico e mais expostas à ação policial. A política da guerra às drogas tem atingido cada vez mais mulheres, e a maioria das presas em Estados com cenários de encarceramento em massa foi condenada ou está sendo processada por situações envolvendo o uso “problemático” ou a venda de drogas. Um dos primeiros pontos a ser considerado é a divisão sexual do trabalho, conceito exposto anteriormente, a qual se acentua de maneira profunda no mercado de drogas ilícitas:

O tráfico de drogas obedece a uma complexa estrutura que segue padrões hierarquizados, envolvendo diferentes graus de participação e importância, o que aponta para “diferentes papéis em suas “redes”, desde as atuações mais insignificantes até as ações absolutamente engajadas e com domínio do fato final. (BOITEUX, 2009: 39 *apud* CHERNICHARO, 2014: 105).

Consoante Fonseca (2000: 44 *apud* CHERNICHARO, 2014: 107), “a inserção feminina neste delito obedece à distribuição de mão de obra específica e sexuada em cada um dos setores

produtivos que se fundamentam em representações e crenças a respeito do que deve ser feminilidade e masculinidade”. Segundo a autora, quando se atenta para o conjunto de falas que expressam estas crenças, nota-se que, de maneira geral, é imaginado como masculino o que é ligado a máquinas e ao feminino o que é manual, portanto feito com paciência e delicadeza.

Apesar de um ambiente historicamente masculinizado - e construído para e por homens - as mulheres demonstraram-se uma das principais afetadas pelo encarceramento em massa no país, sendo uma parcela significativa de sua população a ser enxergada e ouvida, de acordo com as suas peculiaridades e demandas específicas. O Ministério da Justiça, em seu Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2016), apresenta que as mulheres, no Brasil, representam 6,4% do total de pessoas em situação privativa de liberdade, estando dentro da margem projetada pelo *World Female Imprisonment List* - instituto que aponta um índice de 2 a 9% de mulheres sobre a população prisional mundial, considerando 80% dos países.

Das mulheres presas por tráfico de drogas, um número ínfimo apresenta

um *status* de comando dentro de alguma organização criminosa. Desta forma, a maioria esmagadora de tais mulheres não são chefes de quadrilha, nem mesmo ocupam funções importantes na rede do tráfico. Elas são mulas, e muitas delas, meros meios de transporte de drogas para o interior de presídios a fim de suprir necessidades de seus companheiros (MENDES, 2014 *apud* PANCIERI, 2014). Nesse sentido, segundo a autora supracitada, visualiza-se a faceta simbólica da mulher na qualidade de mula; tal como ocorre com o animal mula (e talvez este seja o ponto íntimo da analogia), a mulher cumpre o que manda o seu superior, transporta drogas sem muitas vezes ter qualquer discernimento sobre a atividade desempenhada pelo seu dono.

Chernicaró (2014) entende que a inserção da mulher no tráfico leva em conta a construção social de sua identidade. Atributos de “vulnerabilidade”, determinados pelo seu gênero, classe, idade, etc., não só são necessários como fundamentais para que exerçam esta função. Isto significa, corroborando com o ponto de vista da autora supramencionada, que a mulher pelo fato de ser mulher (ou pela construção de gênero socialmente

atribuído a ela) se encaixa no papel de mula, pois possui as características que possibilitam o exercício deste papel.

Em geral, as mulheres atuam como coadjuvante, enquanto os protagonistas continuam sendo os homens. Dificilmente alguma delas é chefe do tráfico, o que contribui para manter sua posição subalterna e limitando-se quase sempre às funções de: vapor, que é o encarregado do preparo e embalagem, produto para consumo; mula, indivíduos que geralmente não possuem passagens pela polícia e que se aventuram a realizar o transporte da droga; e olheiro, como são chamadas as pessoas que se posicionam em locais estratégicos para vigiar as vias de acesso. (BASTOS, 2011 *apud* BIANCHINI, 2011). As mulas constituem o último escalão nas dinâmicas do tráfico, além de serem facilmente prescindíveis. Muitas mulheres mulas aceitam realizar o trabalho sem nem haver estabelecido qualquer contato prévio com atividades ilegais. Tais elementos acentuam a imagem da mula como vítimas, removendo a ótica de verdadeiras criminosas (PANCIERI, 2014).

A Lei de Drogas endureceu a criminalização do tráfico, aumentando as

penas para tráfico de drogas e associação ao crime organizado, já que são flagradas diretamente com a droga. Por esse motivo, o judiciário praticamente deduz que a pessoa está envolvida no tráfico de drogas, criando obstáculos para o acesso aos benefícios na execução penal (como a progressão de regime). A intensificação da repressão policial às pessoas consideradas traficantes combinada com o aumento da pena para o tráfico e o endurecimento do regime de cumprimento da pena tem levado ao grande aumento de mulheres nas prisões. No entanto, dentro de uma racionalidade que não leva em consideração as circunstâncias reais que corroboram para a mulher mula estar em tal situação.

Uma possível solução para as mulheres pegadas exercendo o transporte de drogas, que como foi apresentado, não necessariamente integram uma organização criminosa, é a aplicação do tráfico privilegiado. O tráfico privilegiado é a diminuição de pena prevista no parágrafo 4º, art. 33 da Lei 11.343/06 (Lei de Drogas) às pessoas condenadas por tráfico de drogas quando forem primárias, tiverem bons antecedentes e não integrarem uma “organização criminosa”. Nesses casos, o magistrado poderá aplicar esta causa de

diminuição e reduzir a pena aplicada. Assim, reconhecido o tráfico privilegiado, a progressão do regime (que é de 2/5 ou 3/5 para os crimes hediondos) será de 1/6, ou seja, a mesma progressão aplicada para crimes comuns.

Na prática, o fato do crime ser considerado privilegiado implica na previsão de uma pena menor. Muitas pessoas que são condenadas à pena mínima prevista para o tráfico, de cinco anos, ao terem a aplicação desta causa de diminuição tem sua pena reduzida para menos de quatro anos.

Como prevê o art. 44 do Código Penal, quando a pena aplicada não for maior que quatro anos e não houver violência ou grave ameaça, a pena privativa de liberdade poderá ser substituída por uma pena restritiva de direitos. Contudo, alguns juízes têm uma resistência em aplicar o referido benefício argumentando que pelo fato do crime ser hediondo, há uma gravidade em abstrato implícita.

Conforme Rosa Del Olmo (1996), as mulheres possuem tipos de participação “esdruxulas” nas redes do tráfico. Segundo esta autora, é muito comum que as mulheres sejam presas pela polícia por colaborarem com um ou mais homens ou familiares como

transportadoras, ou por estarem em lugares onde se produzia ou se armazenava produtos ilícitos, razão pela qual se tornava cúmplice e, portanto, criminosa. Além disto, verificam Del Olmo (1996) e Escobar (1991) *apud* Chernicharo (2014), quando estes lugares são descobertos pela polícia, é comum que só as mulheres estejam (já que assumem as tarefas da casa) e conseqüentemente sejam as únicas responsáveis pela atividade ilícita que ali ocorria.

Moura (2005) *apud* BIANCHINI, 2011) afirma que o negócio da droga encontra na esfera doméstica espaço propício para se instalar, já que se estabelece em relações determinadas e não tanto em fachadas de rua. Como o lugar da mulher, historicamente, é o lugar privado, ela encontra neste tipo de atividade atributos essenciais que possibilitam a complementação de sua renda às responsabilidades classicamente demandadas a ela, como o cuidado dos filhos e da casa.

### **Considerações finais**

O mundo do tráfico, como foi analisado, é machista e costuma objetificar mulheres e relegá-las a

posições mais dispensáveis. A posição subalterna no tráfico indica maior vulnerabilidade destas mulheres e menor margem de manobra junto à polícia, o que faz com que sejam capturadas mais facilmente pelo poder punitivo formal.

Reconhecer a discriminação de gênero que marca a entrada das mulheres no tráfico de drogas não significa afirmar que as mulheres são meras vítimas de homens ou que não sabem se defender. De todo modo, o que se deve observar é que criminalizar duramente os empregos de pior remuneração dentro do tráfico de drogas é uma opção marcada por uma discriminação de gênero, pois são esses os empregos de que muitas mulheres dependem para a manutenção de suas famílias.

Diante de toda problemática, a grande questão é que se as mulas responderiam pelo crime de tráfico de drogas ou a elas aplicariam uma pena mais branda, visto que essas pessoas, primordialmente as mulheres, são absolutamente descartáveis na estrutura do tráfico, bem como servem meramente como meios de transporte, sem possuir o necessário ânimo de comercializar a droga. Assim, não é possível verificar ligações diretas das mulas com o tráfico de drogas, visto que são indivíduos

utilizados como meras ferramentas de transporte de droga para dentro do cárcere ou para outros países.

Ademais, deve-se pensar na adoção de políticas públicas bem como de uma política criminal que diferencie essas mulheres das outras categorias de traficantes. Tendo em vista que a mulher mula serve, tão somente, de mero instrumento de transporte, ou ainda, “correio da droga”, não parece razoável que elas possuam o mesmo tratamento legal, ao estarem sujeitas a pena prevista pelo artigo 33 da Lei 11.343/06.

Legislações que diferenciem com critérios realistas e justos são um dos passos fundamentais para reformar o sistema penitenciário e diminuir o encarceramento em massa. Além disso, admitir essa diferenciação no sistema penal brasileiro significaria avançar em direção a uma política pública com viés de gênero, voltada para combater desigualdades e sanar as injustiças sociais.

Observa-se, assim, que o crime organizado (configuração presente em grande parte dos crimes de tráfico de drogas) replica os marcadores de gênero da sociedade em geral. Embora a subordinação feminina tenha diminuído,

ela permanece existindo também na criminalidade.

### Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Vivian Matias dos Santos. Divisão sexual do trabalho: complementaridade ou conflito? **Revista Urutágua, Maringá**, n. 13, ago./nov. 2007. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/013/13albuquerque.htm>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BIANCHINI, Alice. **Mulheres, tráfico de drogas e sua maior vulnerabilidade: série mulher e crime**. Jusbrasil, 2011. Disponível em: <https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121814131/mulheres-trafico-de-drogas-e-sua-maior-vulnerabilidade-serie-mulher-e-crime>. Acesso em: 03 jul. 2019.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias [INFOPEN]. INFOPEN Mulheres. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2018.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias [INFOPEN]. Atualização

– Junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil** – 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. **Uma posição desigual: mulheres, divisão sexual do trabalho e democracia**. Blog da Boitempo, mar. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/06/uma-posicao-desigual-mulheres-divisao-sexual-do-trabalho-e-democracia/>. Acesso em: 20 out. 2018.

CHERNICHARO, Luciana Peluzio. **Sobre mulheres e prisões: seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil**. Rio de Janeiro, 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.neip.info/upd\\_blob/0001/1565.pdf](http://www.neip.info/upd_blob/0001/1565.pdf). Acesso em: 15 jun. 2019.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social** – 2 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

COSTA, Renata Gomes da; SILVERA, Clara Maria Holanda; MADEIRA, Maria Zelma de Araujo. **17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**, Brasil, dez. 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/view/56>. Acesso em: 02 jul. 2019.

DUTRA, Thaíse Concolato. **A criminalidade feminina com relação ao tráfico de drogas, frente à lei 11.343/06**. Disponível em: [http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012\\_2/thaíse\\_dutra.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012_2/thaíse_dutra.pdf). Acesso em: 05 set. 2018.

FARIA, Nalu. Por onde passa a história da luta das mulheres. **Sempreviva Organização Feminista**, mar. 2014. Disponível em: <http://www.sof.org.br/2014/03/28/por-onde-passa-a-historia-da-luta-das-mulheres/>. Acesso em: 05 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. A divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero. **Sempreviva Organização Feminista**, jun. 2011. Disponível em:

<http://www.sof.org.br/2011/06/20/a-divisao-sexual-do-trabalho-como-base-material-das-relacoes-de-genero/>. Acesso em: 20 out. 2018.

HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade** - 2ª ed, 2010. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2557/1661>. Acesso em 22 nov. 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, pp. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 18 ago. 2018.

NASCIMENTO, Lissa Crisnara Silva do. A (in) visibilidade da mulher criminosa e a desigualdade de Gênero no espaço da prisão: uma análise da vivência das mulheres em situação de prisão no complexo penal estadual agrícola Drº Mário Negócio em Mossoró/ RN. **Revista Transgressões. Ciências criminais em debate**, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/>

[article/download/6582/5095](#). Acesso em: 15 jun. 2018.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social**. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

NOVAES, Elizabete David; MURARI, Ana Paula. Uma reflexão teórico-sociológica acerca da inserção da mulher na criminalidade. **Revista Sociologia Jurídica**, n. 10, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://sociologiajuridicadotnet.wordpress.com/uma-reflexao-teorico-sociologica-acerca-da-insercao-da-mulher-na-criminalidade/>. Acesso em: 08 jun. 2018.

OLIVEIRA, Anay Stela de; KNÖNER, Salete Farinon. **A construção do conceito de gênero: uma reflexão sob o prisma da psicologia**. Trabalho de Conclusão de Curso. Blumenau: FURB, 2005.

PANCIERI, Aline Cruvello. **Mulheres mulas: seletividade, tráfico de drogas e vulnerabilidade de gênero**. Rio de Janeiro, 2014. 99f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade

Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:

[https://www.academia.edu/11674495/Mulheres\\_Mulas\\_Seletividade\\_Tr%C3%A1fico\\_de\\_Drogas\\_e\\_Vulnerabilidade\\_de\\_G%C3%AAnero](https://www.academia.edu/11674495/Mulheres_Mulas_Seletividade_Tr%C3%A1fico_de_Drogas_e_Vulnerabilidade_de_G%C3%AAnero). Acesso em: 18 jun. 2019.

PRAUN, Andrea Gonçalves. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus** - Jan/Fev/Mar/Abr. nº 1. 2011. p. 55-65.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramos, 2004.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. **Desigualdade social e o conceito de gênero**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a7.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução Chistiane Rufino Debat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989, p. 21-23. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3)

%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso  
em: 01 ago. 2018.

SOUZA, Luana Passos de; GUEDES,  
Dyeggo Rocha. **A desigual divisão  
sexual do trabalho: um olhar sobre a  
última década.** Estudos Avançados, v.  
30, nº 87, 123-139. Disponível em:  
[http://www.revistas.usp.br/eav/article/vi  
ew/119119](http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/119119). Acesso em: 12 jun. 2019

**FEMINISMO JURÍDICO: UM CAMPO DE REFLEXÃO E AÇÃO  
EM PROL DO EMPODERAMENTO JURÍDICO DAS MULHERES<sup>1</sup>**Salete Maria da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo discute o feminismo jurídico, entendido como um campo de reflexão teórica e de prática jurídica feminista. O objetivo principal é facilitar a aproximação de estudantes e profissionais do Direito com o tema em apreço, estimulando mudanças de perspectiva e ações democráticas e emancipatórias em favor das mulheres na referida seara. Trata-se do resultado de uma longa pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, orientada, autoetnograficamente, pela memória, trajetória, curiosidade e experiência da autora, como docente, pesquisadora e advogada feminista. Os argumentos estão distribuídos em quatro tópicos sequenciais, assim denominados: contextualizando o tema; da crítica feminista ao Direito à teoria feminista do

Direito; feminismo jurídico; empoderamento jurídico feminino, pensando, especialmente, nas mulheres oriundas das camadas populares e diversas.

**Palavras-chave:** Gênero. Direito. Feminismo Jurídico. Empoderamento das mulheres.

**Abstract:** This article discusses or legal feminism, understood as a field of theoretical reflection and feminist legal practice. The main objective is to facilitate the rapprochement of students and law professionals with this question, stimulating changes of perspective and democratic and emancipatory actions in favor of womens in the mentioned area.

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo foi apresentada durante o Seminário Internacional sobre Gênero e Direito, realizado nos dias 06 e 07 de dezembro de 2018, pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, por iniciativa da juíza Dra. Adriana Mello. Na ocasião, fiz parte do Painel de número III, intitulado “Feminismo Jurídico e os desafios no Brasil e na América Latina”, juntamente com a Profa. Dra. Isabel Jaramillo, sob a coordenação do juiz federal Roger Raupp Rios.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo-PPGNEIM/UFBA Docente do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo-FCCH/UFBA Coordenadora da Especialização em Educação em Gênero e Direitos Humanos. Líder do JUSFEMINA (grupo de Pesquisa em Gênero, Direito e Políticas para as Mulheres), UFBA/CNPq.

It is the result of a long qualitative research, of a bibliographic and documentary nature, oriented, autoethnographically, by memory, trajetória, curiosidade and experience of the author, as a teacher, researcher and feminist advocate. The arguments are distributed in four topics sequential topics, so called: contextualizing the theme; gives a feminist critique to Right to feminist theory of law; legal feminism; feminine legal empowerment, thinking, especially, in the womens of the people and diverse litters.

**Keywords:** Gender. Right. Legal Feminism. Empowerment of women.

### **Contextualizando o tema**

Após três séculos e meio de existência, o feminismo, enquanto movimento social, continua atual e necessário (Costa, 2005), notadamente nas sociedades onde se registram elevadas taxas de desigualdade de gênero e índices alarmantes de violência contra as mulheres, atingindo, sobremaneira, as negras e pobres, como é o caso do Brasil.

Mundialmente reconhecido como o movimento social mais influente do século XX, o feminismo também

invadiu o mundo da ciência (Bandeira, 2008), produzindo incômodos questionamentos e lançando luzes teóricas e metodológicas sobre diversos temas, problemas e áreas de estudo. Apesar disto, a infiltração do feminismo na seara do Direito ainda é lenta, acanhada e modesta (Silva, 2018); embora venha acontecendo, paulatinamente, nas últimas três décadas em toda a América Latina (Costa, 2014).

Esta expansão, todavia, não se dá, de maneira sistemática no âmbito das disciplinas dos cursos de Direito, mas por meio da produção teórica e do ativismo jurídico de algumas feministas comprometidas com a mudança de mentalidades e de práticas profissionais androcêntricas e sexistas na área em comento (Tovar, 2011; Silva; Wright; Nicácio, 2016). Tais iniciativas, no entanto, vem sendo denominadas - e se autodenominando - de “Pensamento Jurídico Feminista” (Costa, 2014) ou de “Teoria Feminista do Direito”(Smart, 2000; Campos, 2012), sem adotar, ao menos abertamente, a expressão “Feminismo Jurídico”, utilizada raramente por algumas poucas autoras, dentre as quais eu me incluo (Silva, 2018; Lerussi, Costa, 2018; Pitch, 2010).

Ao advogar a assunção da expressão Feminismo Jurídico, o faço desejando demarcar não apenas uma posição teórica, mas uma atitude política explícita, dentro e fora do sistema de justiça; o que, necessariamente, se faz não apenas nomeando<sup>3</sup>, mas assumindo, sem vacilo ou titubeio, aquilo que efetivamente se pretende realizar, isto é, a despatriarcalização das estruturas jurídicas e de sua cultura hegemônica que, além de androcêntrica, tem sido histórica e flagrantemente patriarcal e sexista.

Neste artigo, portanto, objetivo facilitar a aproximação entre estudantes e profissionais do Direito com o tema em

apreço, haja vista a escassez bibliográfica sobre o assunto e o consequente déficit na educação jurídica brasileira, a começar pelas disciplinas propedêuticas das Faculdades de Direito que, em regra, passam ao largo destas reflexões, mesmo quando falam em “direitos das mulheres”.

Este texto resulta de uma longa pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, orientada, autoetnograficamente<sup>4</sup>, pela memória subjetiva, pela trajetória ativista, pela curiosidade científica e pela experiência jurídica, como docente, pesquisadora e advogada feminista, com mais de vinte anos de atuação neste campo<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Adoto o entendimento de que nomear é politizar, isto é, é tornar pública a questão e, portanto, merecedora de reflexão e (re)conhecimento.

<sup>4</sup> A autoetnografia é considerada uma abordagem teórica e metodológica, mas, sobretudo, uma forma de escrita que se constitui a partir de um diálogo entre a experiência pessoal (do/a autor/a) com o meio social em que vive, em que se forja, em que se constitui como um sujeito que reflete e atua sobre determinada realidade. Este método permite que haja uma fusão entre a narrativa pessoal e a exploração do tema em seu contexto sócio cultural. Evoca lembranças, experiências, observações e atuações, sendo algo muito comum em algumas áreas ou profissões. É um explorado por antropólogos/os, historiadoras/es, jornalistas, dentre outros, mas vai ganhando espaço no âmbito de outras ciências humanas e sociais. O Direito estaria imune? Penso que não, pois não se faz ciência

feminista fora de si, apartada do mundo, dos fatos, das questões que nos afetam pessoal e profissionalmente.

<sup>5</sup> Em meados da década de 1990, eu já atuava como advogada feminista, acompanhando mulheres e homossexuais em situação de violência e/ou discriminação no estado do Ceará. E em que pese ter recebido, assim como todo mundo, uma formação jurídica insensível ao gênero, busquei, autodidaticamente, suprir esta carência, estimulada pela militância política e pela atuação profissional à época. Consolidar minha aproximação teórica com o campo feminista e o pluralismo jurídico durante o mestrado em Direito e o doutorado em estudos de gênero. Ao longo da jornada, ajudei a fundar duas associações LGBT no Cariri cearense e atuei em diversos casos de violência contra a mulher, fazendo audiências e júris populares, tendo atuado como “defensora pública” dativa, durante quase uma década na comarca de Caririáçu.

Nos tópicos que se seguem, apresento, primeiramente, as críticas feministas ao campo jurídico e a paulatina construção de uma teoria feminista do Direito para, após, introduzir o tema/conceito Feminismo jurídico, advogando sua adoção explícita por parte das feministas que atuam nesta seara. Feito isto, trato também do empoderamento jurídico feminino, pensando, especialmente, nas mulheres oriundas das camadas populares e diversas, de onde venho, pois acredito que através das ações do feminismo jurídico, notadamente o de caráter popular, é possível estimular um processo de empoderamento social, político e jurídico dos sujeitos historicamente discriminados e excluídos, possibilitando não apenas uma apropriação consciente e engajada de determinados saberes e fazeres jurídicos por parte dos mesmos, mas o

próprio aprofundamento e alargamento de sua cidadania, além de uma práxis jurídica mais democrática, horizontal e, sobretudo, sensível ao gênero e suas interseccionalidades.

### **1. Da crítica feminista ao Direito à Teoria Feminista do Direito**

Durante anos os movimentos feministas olharam de modo crítico e desconfiado para o mundo jurídico, e com razão; pois este, através de um conjunto de instituições, normas, discursos e práticas, sempre legitimou a desigualdade de gênero, sustentando, inclusive de modo explícito, ideias de superioridade masculina e de inferioridade das mulheres (Facio, 1999; Barlett, 1991; Jaramillo, 2000; West, 2000; Facchi, 2005; Olsen, 2009; Rabenhorst, 2009).

---

Assim, fui talhando minha perspectiva que foi se aprimorando, pouco a pouco, e teve um maior aprimoramento após uma formação em “Incorporação da Perspectiva de Gênero ao Direito”, realizada em Cuba. Em face disto, a Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Juazeiro do Norte, me outorgou uma comenda como forma estímulo e reconhecimento do trabalho desenvolvido. Atualmente, sou docente do Departamento de Gênero e Feminismo e ofereço, em nível de mestrado e doutorado,

a disciplina Gênero e Direito, além de outras correlatas, como Gênero e Poder, por exemplo. Todavia, entendo que o exercício do feminismo jurídico requer organização e ação coletiva, pois o processo de empoderamento jurídico das mulheres há que se construir socialmente, mormente através de políticas públicas e não somente por ações individuais, voluntárias e pontuais. Sigo servindo à sociedade através das ações de pesquisa e, sobretudo, extensionistas do Grupo JUSFEMINA.

Como um produto da cultura, que ainda é hegemonicamente androcêntrica e sexista, as normas jurídicas serviram, e em grande medida ainda servem, para legitimar a exclusão social das mulheres e retardar o seu acesso à plena cidadania (Facio, 1999; Jaramillo, 2000). Em face disto, as relações entre feminismo e Direito sempre foram muito (in)tensas, uma vez que as feministas, ao longo da história, transitaram entre a denúncia, a reformulação, a desconstrução e o uso estratégico do saber/fazer jurídico, com vistas à garantia da igualdade de gênero (Emmenegger, 1999; Olsen, 2000; Jaramillo, 2000). Por isso, desde o seu nascedouro, no final do século XVIII, o feminismo vem denunciando o sexismo presente nas leis e no discurso jurídico, à época manifesto através da negação dos mais elementares direitos civis e políticos para as mulheres (Rubio, 2008).

Ao longo dos anos, no entanto, as opiniões feministas com relação a função e a utilidade do direito foram se diversificando e se tornando mais complexas, além de frequentemente discordantes, uma vez que, por conta das profundas mudanças e novas contradições sociais, o Direito ora era visto como mecanismo de dominação masculina, e ora era percebido como

instrumento de aprimoramento da cidadania das mulheres, a depender do contexto histórico, do modo como elas entendiam sua opressão e da concepção que cada vertente ou onda do feminismo tinha ou tem do Direito e das relações que este estabelece com outras esferas da vida social (Jaramillo, 2000).

Visando compreender a situação mencionada, Carol Smart (1994), desenvolveu uma interessante classificação da percepção feminista do Direito, indicando o modo como os feminismos foram encarando o campo jurídico ao longo dos tempos. Com base na categorização desta autora, esta crítica feminista pode ser sintetizada em três correntes distintas que correspondem a três visões assim etiquetadas: o direito é sexista, o direito é masculino, o direito é sexuado. Cada uma destas percepções coincidem com uma das vertentes (ou ondas) do feminismo, conforme exponho no quadro abaixo para uma melhor compreensão do período e das estratégias utilizadas:

**Quadro 2 - Percepções feministas do direito**

O direito é sexista	O direito é masculino	O direito é sexuado (ou gendrado)

<p>Corresponde à 1ª onda do feminismo, também conhecida como feminismo da igualdade.</p> <p>Vai da revolução francesa ao final da 2ª guerra mundial.</p> <p>Inspirava-se em princípios iluministas e liberais, acreditando que o Direito deveria ser neutro, abstrato e universal, a fim de tratar de maneira igual todas as pessoas.</p> <p>Defendia a supressão das leis discriminatórias com relação às mulheres e lutava pelas reformas jurídicas.</p> <p>Foi responsável por diversas conquistas ao longo de anos e ainda exerce influência nos dias atuais.</p>	<p>Corresponde à 2ª onda do feminismo, também conhecida como feminismo da diferença ou feminismo cultural.</p> <p>Exerceu influência entre as décadas de 1960 e 1980, mas ainda é bastante difundido na atualidade.</p> <p>Fez/faz duras críticas ao Direito, por concebê-lo intrinsecamente masculino e como instrumento da dominação patriarcal.</p> <p>Apesar disto, defendeu leis que reconhecem as especificidades e necessidades femininas, mas desconfia das reformas estritamente legais.</p> <p>Lutou/luta por transformações culturais e estruturais na sociedade assim como</p>	<p>Decorre da 3ª terceira onda do feminismo ou feminismo pós-moderno, emergente a partir da década de 1990.</p> <p>Percebe o direito como uma “tecnologia do gênero”, isto é, como algo que tanto constrói o gênero como é construído por ele.</p> <p>Destaca as intersecções entre diversos marcadores sociais (como gênero, classe, raça, etnia, geração, etc) e pugna por um direito que respeite a diversidade, inclusive entre as mulheres.</p> <p>Enxerga o direito muito mais como um discurso do que como uma norma, caracterizando-o como indeterminado,</p>
---	--	---

	no mundo jurídico.	inconsistente e ambíguo.
--	--------------------	--------------------------

Fonte: elaboração minha, baseada em SMART (1994)

Em face do exposto, a crítica feminista ao direito vai assumir múltiplas e diferentes perspectivas que, segundo Jaramillo (2000), coincidindo um pouco com Smart (1994), se manifesta de três modos específicos: a primeira problematiza a teoria do Direito propriamente dita (questionando os pressupostos do Direito e suas noções fundamentais), a segunda tece críticas a institutos jurídicos determinados (por entendê-los prejudiciais às mulheres ou mantenedores de sua subalternidade social), e a terceira põe em questão o modo como o direito é aplicado nos casos concretos, propondo usos estratégicos das leis ou interpretações inovadoras e emancipatórias das mesmas, além de novas metodologias de ensino, conforme o quadro a seguir, também delineado à luz das minhas leituras e reflexões sobre a obra da autora:

**Quadro 1 - Tipos de crítica feminista ao direito**

Crítica à teoria do Direito	Crítica a determinadas instituições jurídicas	Crítica ao modo como o Direito é aplicado
O direito é produto das	Questiona as normas	Refere-se à aplicação do

<p>sociedades patriarcais e reflete os interesses masculinos.</p> <p>Mesmo quando contempla os interesses ou demandas das mulheres, continua sendo aplicado por instituições e profissionais moldados pela ideologia patriarcal.</p>	<p>jurídicas que excluem as mulheres como destinatárias de direitos civis, políticos, sociais e econômicos (com relação ao voto, à educação, ao acesso a cargos e empregos, à plena representação política, à seguridade social, etc);</p> <p>Discute as leis que criminalizam o aborto.</p> <p>Reflete sobre os limites e potencialidades das leis referentes à punição da violência doméstica, o assédio sexual e moral, etc.</p>	<p>direito nos casos concretos.</p> <p>Questiona os métodos jurídicos e a interpretação das normas.</p> <p>Aponta o androcentrismo e o sexismo presente nas práticas e decisões judiciais.</p> <p>Apresenta metodologias feministas alternativas aos métodos hegemônicos e sugere capacitação para a mudança de percepção das normas e da atuação profissional.</p>
--	---	---

Fonte: elaboração própria, baseada em Jaramillo (2000)

Como se pode ver, o feminismo, nas suas variadas versões, sempre se posicionou de forma crítica ao Direito, questionando, suspeitando e desvelando as categorias abstratas e pretensamente neutras com as quais este fenômeno costuma operar (Jaramillo, 2000; Chiarotti, 2006; Habenhorst, 2009). Apesar disto, nem todas as perspectivas

feministas foram ou são completamente céticas com relação a este campo, pois a maioria delas, ao longo dos tempos, jamais deixou de apresentar propostas com vistas ao seu aprimoramento, haja vista que, em termos de direitos das mulheres, toda conquista jurídica corresponde a uma crítica, uma demanda, uma pressão e/ou mesmo uma proposição de caráter feminista, elaboradas de acordo com as condições e percepções feministas de cada época (Wilson, 2004; Rubio, 2008).

Assim, e apesar das contundentes críticas ao Direito realizadas ao longo da história, nem todas as perspectivas foram ou são completamente avessas ao mundo jurídico, afinal, como destaca Jaramillo (2000: 27, tradução minha), “o direito é uma das mais importantes ferramentas dentro da luta das mulheres por alcançar o lugar que desejam dentro da sociedade”.

Por conta do exposto, muitas autoras sustentam que a gramática jurídica desempenha um papel importante na emancipação dos sujeitos subalternizados, razão porque advogam que não se deve simplesmente fechar os olhos para o campo jurídico ou seguir apenas criticando sem exercer qualquer influência sobre o mesmo (Facio, 1999;

Wilson, 2004, Silva, 2018). E é justamente por apostar nesta visão que o feminismo foi se aproximado cada vez mais da seara jurídica, estabelecendo com esta uma relação de crítica mútua, mas também de importantes e exitosas parcerias. Destes encontros, emerge uma produção prolifera e profícua em termos de teorias, leis e metodologias jurídicas, perceptíveis através do exame acurado das produções científicas, legislativas e dos debates e ações jurídicas/jurisdicionais nos últimos tempos, inclusive no Brasil (Silva; Wiright, 2015).

Apesar do exposto, e conforme já pontuado, muitas autoras seguem chamando este conjunto de produções e intervenções jurídicas feministas de Teoria feminista do Direito<sup>6</sup> ou de Pensamento jurídico feminista, o que, a meu sentir, não é de todo incorreto, mas, acredito eu, que essa ênfase exclusiva no aspecto teórico não dá conta da amplitude e da complexidade do

fenômeno. Até porque, se por um lado o feminismo jurídico, como outras vertentes do feminismo, também necessita de produção teórica, tão importante para alimentar e orientar qualquer ação; por outro, a sua existência e consolidação exige muito mais do que uma sofisticada e criteriosa reflexão filosófica e/ou conceitual da realidade, pois envolve também a prática, ou melhor dizendo, a *práxis jurídica*, além de um conjunto de atividades destinadas ao compartilhamento e à socialização desta proposta transformadora que, conforme eu acredito, pode levar ao empoderamento jurídico de muitas mulheres, e sobre o qual tratarei no último tópico deste artigo. Por ora, vale perguntar: mas afinal, o que é esse tal de feminismo jurídico?

## 2. Feminismo jurídico

Não existe uma definição única e precisa do que venha a ser o feminismo jurídico. Todavia, pode-se dizer que há

---

<sup>6</sup> A “teoria feminista do direito”, segundo Robin West (2000), seria um conjunto de reflexões teóricas, de base conceitual, que tem como propósito desmascarar e criticar o patriarcado oculto no arcabouço jurídico que apresenta uma teoria pretensamente neutra em relação ao gênero. Ou seja, visa desvelar o que podemos chamar de “teoria patriarcal do direito”, encoberta pela proteção da teoria

do direito, que ainda se pretende pura. Para esta autora, o propósito primordial da crítica à teoria patriarcal do direito é mostrar que a teoria do direito e sua doutrina legal protegem e definem ao homem, não à mulher, que continua percebida como “o outro” da espécie humana ou, no dizer de Simone Beauvoir, como o “segundo sexo”.

um relativo consenso quanto à sua materialização, já que o mesmo se concretiza através da produção teórica, do educação jurídica (não necessariamente formal e acadêmica), da militância em favor da produção de leis mais inclusivas e não discriminatórias, e da atuação profissional no âmbito do sistema de justiça (Silva, Wright, Nicácio, 2016; Silva, 2018).

Além disto, o feminismo jurídico, como qualquer outro tipo de feminismo, é marcado pela pluralidade, heterogeneidade e ausência de consensos (Facchi, 2005), o que lhe permite desenvolver diferentes abordagens,

perspectivas e propostas de intervenção, já que o pensamento feminista sobre o Direito não está imune às tensões decorrentes das hierarquias e assimetrias de classe, raça/etnia, orientações sexual, geração, territorialização, dentre outras, para além da própria desigualdade entre os gêneros e/ou intragenéricas, isto é, entre as próprias mulheres e os próprios homens. Eis porque, no meu entender, há que se diferenciar o feminismo jurídico puramente liberal, autocentrado, “salvacionista”<sup>7</sup>, de cunho muitas vezes empresarial e voltado à “excelência profissional” em nome das mulheres, do feminismo jurídico popular<sup>8</sup>, vinculado

---

<sup>7</sup> A exemplo do assistencialismo, a pessoa que compartilha uma visão salvacionista de mundo opera com absoluta convicção de que seu papel é de salvador/a de pessoas que não tem condições ou meios para fazer por si mesmas, e não se trata de prática de legítima defesa de terceiro, mas de iniciativas que visam substituir o outro, inclusive na fala, já que o/a salvador/a se considera detentor/a de qualidades excepcionais sem as quais o indivíduo a quem presta auxílio não teria condições de sobreviver ou de atuar em determinado contexto.

<sup>8</sup> Aqui reside a diferença entre as feministas que apenas fazem uso da lei para atuar numa causa, mostrar conhecimento e contribuir com o empoderamento de uma ou de algumas mulheres que elas consideram “clientes”, independentemente do modo como o sistema de justiça opere ou do contexto social e econômico em que as relações de gênero se inserem; e as que consideram que o empoderamento individual é importante, sim, mas

insuficiente para transformar as estruturas de poder e dominação, tais como o capitalismo, o racismo, o sexismo, o cis-heteropatriarcado, dentre outros, no âmbito da quais o próprio Judiciário emerge e em cuja manutenção tem função primordial. Nesta última vertente, encontram-se as feministas jurídicas que não veem a lei ou o processo judicial como um fim em si mesmo, mas como um instrumento de disputa jurídica e política, buscando o transbordamento dos debates jurídicos para a esfera pública mais ampla, isto é, para a luta social, considerando os diversos sistemas de opressão e dominação que atuam de modo articulado e que andam de mãos dadas com o sexismo no seio do sistema de justiça, e em todas as instituições estatais. É neste campo que eu me situo desde longa data, pois é aqui onde a batalha não é por status pessoal ou profissional e muito menos por fama ou por prestígio. Trata-se de uma visão que exige ação coletiva e nada tem a ver exclusivamente com aparecer em

aos movimentos sociais e à educação jurídica feminina, assim como de outros grupos historicamente discriminados e excluídos.

Conceitualmente, falando, pode-se dizer que o feminismo jurídico corresponde a um conjunto de críticas, teorizações, proposições metodológicas e atividades práticas desenvolvidas por juristas feministas<sup>9</sup> em face do fenômeno jurídico, dentro ou fora do sistema de justiça. Afinal, a proposta central deste tipo de feminismo é desenvolver reflexões e sobretudo ações que promovam transformações radicais no âmbito das normas, discursos e práticas jurídicas, tendo como foco a obtenção da igualdade de gênero. O ponto de partida do feminismo jurídico é a percepção do caráter androcêntrico, porém cada vez mais ambíguo e enviesado do Direito, identificado como produto das sociedades patriarcais (Smart, 1994; Facio, 1999; Jaramillo, 2000).

Historicamente, é possível afirmar que o feminismo jurídico,

enquanto produção teórica, vai surgir nos Estados Unidos<sup>10</sup> durante a década de 1970, expandindo-se, sequencialmente, sobre a Europa e emergindo na América Latina nos anos 1990, com novos contornos e particularidades que vão ganhando força e utilidade nas lutas em defesa da cidadania e dos direitos humanos das mulheres, especialmente no contexto da redemocratização dos países deste eixo geográfico (Silva, Wright, 2015).

Do ponto de vista prático, o feminismo jurídico, enquanto produto e produtor da crítica feminista ao Direito, tem focado, dentre outros aspectos, no uso estratégico das leis, com vistas à construção da igualdade de gênero (Dahl, 1987; Rubio, 2008), pois passou da fase meramente denunciativa do sexismo jurídico para a teorização e ação concreta no âmbito do sistema de justiça (Wilson, 2004; Silva, 2018). Com base no exposto, o feminismo jurídico pode ser definido como uma espécie de *ativismo jurídico* que incorpora a

---

eventos ou apostar no estrelato. Tampouco há espaço para o culto à personalidades.

<sup>9</sup> Na maioria das vezes em aliança com outros sujeitos de outras formações ou sem formação acadêmica alguma, posto que o importante aqui é a reflexão coletiva, horizontal e transformadora.

<sup>10</sup> Em chave decolonial, sustentamos que se faz necessário mais pesquisas e mais conhecimento acerca das experiências de outras sociedades e povos, especialmente a partir das noções de pluralismo jurídico.

perspectiva de gênero no Direito, utilizando-se de estratégias políticas feministas para atuar neste campo, orientando demandas individuais ou coletivas e/ou auxiliando as lutas travadas na seara do Direito, dentro e fora do sistema de justiça<sup>11</sup>.

Como exemplo do referido ativismo jurídico, pode-se destacar diversas contribuições de juristas feministas envolvidas em mudanças legislativas ou em construção de políticas públicas destinadas a atender reivindicações das mulheres e/ou com recorte de gênero. A atuação de diversas juristas feministas no âmbito do *lobby do batom*, durante o processo Constituinte de 1987/88 no Brasil, é um bom exemplo a ser lembrado, pois em diversas ocasiões, dentro e fora da Assembleia Nacional Constituinte, a presença de feministas com formação em direito foi

de grande importância e utilidade, sobretudo nos debates em torno da questão do aborto, dos direitos das mulheres no âmbito da família, no mundo do trabalho e com relação à violência doméstica e intrafamiliar<sup>12</sup> (Silva, 2012; Silva; Wright, 2015).

Em termos acadêmicos, vale mencionar a experiência pioneira de países anglo-saxônicos e escandinavos, durante a década de 1970, onde e quando foram criados os primeiros grupos de estudos sobre os direitos das mulheres. Merece destaque a iniciativa da Faculdade de Direito da Universidade de Oslo, na Noruega, que em 1974 instituiu uma disciplina denominada “jurisprudência feminista”, por iniciativa da professora Tove Stang Dahl, autora do livro *An Introduction to Feminist Jurisprudence*<sup>13</sup>. Segundo esta autora:

O direito, enquanto instituição, contribui em grande medida

---

<sup>11</sup> O feminismo jurídico não se limita a atuar no âmbito do Poder Judiciário, embora este seja o *locus* privilegiado da petição de direitos. Muitas vezes a atuação das juristas feministas se dá na formação, na produção científica, na advocacia administrativa, na orientação jurídica de natureza preventiva em instituições governamentais e não governamentais, e em diversas outras instituições sociais. Muitas juristas feministas atuam em organismos nacionais e internacionais e em consórcios de entidades e/ou movimentos que fazem *advocacy* ou controle social das políticas públicas

destinadas ao enfrentamento da violência contra a mulher ou outras demandas de interesse das mulheres em sua diversidade.

<sup>12</sup> Comba Marques Porto, Marília Muricy, Sílvia Pimentel, Florisa Verucci, dentre outras juristas feministas, contribuíram bastante com os debates que culminaram com a constitucionalização dos direitos das mulheres no Brasil.

<sup>13</sup> Esta obra foi publicada em inglês em 1987, sendo republicada, em português, em 1993 pela Fundação Calouste Gulbenkian, sediada em Lisboa.

para a manutenção da tradicional hegemonia masculina na sociedade. Por outro lado, o direito é um terreno propício ao desenvolvimento de regras que podem dar origem a transformações importantes, inclusive na relação entre os dois sexos (Dahl, 1987: 7, tradução minha)

Na atualidade, em diversos países, e nas mais variadas Universidades do mundo, existem feministas jurídicas em ação, seja ministrando aulas, seminários, produzindo pesquisas e/ou realizando ações extra-universitárias, inclusive em parceria com outros tipos de feminismos. Na América Latina, um bom exemplo disto é a *Red Latinoamericana de Académicas/os del Derecho*<sup>14</sup> que objetiva promover mudanças no ensino jurídico a partir da incorporação da perspectiva de gênero neste campo e da produção de novas metodologias com enfoque feminista.

No Brasil também há várias iniciativas em Universidades públicas e privadas situadas em diversas regiões. Para fugir um pouco do reforço à

geopolítica hegemônica do saber, que sempre põe em relevo o que acontece no centro econômico, político e cultural do país, vou destacar duas iniciativas desenvolvidas no nordeste brasileiro. A primeira delas está situada na Bahia: trata-se do grupo de pesquisa e ação em Gênero, Direito e Políticas para a Igualdade – JUSFEMINA, da Universidade Federal da Bahia, do qual sou coordenadora. A segunda, está situada no estado da Paraíba, e diz respeito ao grupo de extensão e pesquisa em gênero, educação popular e acesso à justiça, denominado MARIAS, da Universidade Federal da Paraíba, coordenado pela professora Tatyane Guimarães Oliveira. Nestes grupos, são realizadas atividades diversas voltadas para a disseminação e fortalecimento dos direitos humanos das mulheres, especialmente as das camadas populares, sempre com ações que favorecem o alargamento da cidadania feminina e a luta pela efetiva igualdade de gênero, sem olvidar as questões de raça, etnia, geração, sexualidade, dentre outras.

---

<sup>14</sup> Dentre as brasileiras que fazem parte desta Rede podemos citar as seguintes docentes: Márcia Nina Bernardes, Ella Wieco, Salete Maria da Silva, Carmen Hein Campos,

Eduardo Rabenhorst, dentre outras. Maiores informações no disponível em <https://www.redalas.net/>

Com relação à circulação da produção científica em termos de feminismo jurídico no Brasil, vale citar uma interessante revista denominada *Gênero & Direito*, vinculada ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, com publicações de autoras/es nacionais e estrangeiras, também disponível no mundo virtual desde 2010. Outra experiência nortenordestina destinada ao compartilhamento da produção científica e de experiências práticas em termos de ativismo jurídico feminista, é o Grupo de Trabalho *Gênero e Direito*, criado em 2012 no âmbito do 18º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR),

do qual sou uma das proponentes e coordenadoras desde então.

Sobre metodologias jurídicas feministas, vale registrar que, além da pioneira contribuição de Katharine Barlett<sup>15</sup> (1991), merece destaque a proposta de Alda Facio (1999), já divulgada por outras autoras e também por mim em diversos textos e eventos (Silva, Wright, Silva Júnior, 2018; Silva, 2018).

Com base nas contribuições de um vasto e destacado leque de autoras brasileiras e estrangeiras, especialmente latino-americanas<sup>16</sup>, sustento que o feminismo jurídico pode e deve desenvolver incidência política no âmbito do sistema de justiça, contribuindo, inicialmente, para a

---

<sup>15</sup> O método de análise jurídica criado por Barlett propõe observar o seguinte: perguntar pelas mulheres diante de uma norma legal, partir das condições concretas de vida das mulheres para perceber o contexto em que se aplica, tomar consciência das relações de gênero antes de aplicar a norma.

<sup>16</sup> Além de Alda Facio, convém registrar outras autoras que tem contribuído muito em toda a América Latina para o desenvolvimento do que eu chamo de feminismo jurídico, tais como: Lorena Fries, Haydée Birgen, Cláudia Dominguez, Lourdes Enriquez, Lucia Raphael, Lília Ulloa Cuellar, Caroline Tovar, Malena Costa, Isabel Jaramillo, Carmen Hein Campos, Márcia Nina Bernardes, Ella Wieco, Adriana Mello, eu mesma, dentre

tantas outras juristas feministas com quem tenho estabelecido diálogos permanentes. Todas compõem um rol de pesquisadoras e ativistas que contribuem para o desenvolvimento do feminismo jurídico nesta região. Outra autora que muito tem aportado para o desenvolvimento da perspectiva feminista no campo do direito é jurista negra norte americana Kimberle Crenshaw (2002), responsável pelo desenvolvimento do conceito de *interseccionalidade*, isto é, uma análise que requer a observação do cruzamento entre diversos fatores ou marcadores sociais que, ao se entrelaçarem, geram situações de desigualdades e/ou de discriminação ainda mais intensas para determinados grupos sociais, especialmente as mulheres.

sensibilização das/os agentes e operadores deste campo e, posterior ou simultaneamente, para transformações estruturais mais profundas, em termos de relações de gênero, nestes espaços específicos. Vale pontuar que, de acordo com as reflexões desenvolvidas neste texto, bem como nossa experiência profissional no cenário da justiça, a incidência feminista pode ser realizada tanto no âmbito macro, isto é, em nível de Estado, mediante a construção das políticas públicas de administração da justiça, como no âmbito micro, ou específico de cada instituição, junto às/aos operadoras/es da justiça, através de ações e/ou recomendações que impactem as instituições ou modifiquem as pautas das/dos próprias/os operadoras/es.

Além disto, ações de apoio às mulheres em situação de violência, ou a seus representantes, visando fortalecer a

exigibilidade de seus direitos, podem ser feitas com base nos marcos jurídicos internacionais<sup>17</sup> e nacionais, dentre eles o próprio texto constitucional e as leis específicas relativas aos direitos das mulheres. Um exemplo de ação concreta bastante ilustrativo, é o trabalho pioneiro da organização não-governamental THEMIS,<sup>18</sup> sediada no sul do país, e cujas ações e incidências jurídico-políticas são, além de inspiradoras, merecedoras de conhecimento, estudo e replicação por todas as pessoas que desejem enveredar pelo campo da práxis jurídico-feminista, até porque, trata-se, precisamente, de ações que conduzem ao que eu chamo de empoderamento jurídico das mulheres, sobre o que tratarei neste último item.

### **3. Empoderamento jurídico feminino**

Do feminismo jurídico, notadamente o de caráter popular,

---

<sup>17</sup> Como a [Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher](#), de 1979, também chamada CEDAW (da sigla em inglês) e a [Convenção de Belém do Pará, como ficou conhecida a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher](#), adotada na referida cidade, em 9 de junho de 1994. É preciso que façamos mais controle de convencionalidade na realidade brasileira.

<sup>18</sup> Trata-se de uma organização fundada em 1993 por advogadas e cientistas sociais

feministas, sediada na cidade de Porto Alegre-RS, que tem como objetivo enfrentar a discriminação contra as mulheres no Sistema de Justiça. Um dos projetos mais importantes desta ONG é o “Promotoras Legais Populares”, que visa capacitar mulheres em temas relacionados aos seus direitos e ao funcionamento do Sistema de Justiça, a fim de que possam, elas próprias, acompanhar suas demandas e monitorar as políticas públicas. Para saber mais, acesse <http://themis.org.br/somos/historia/>

resultam ações e experiências que geram empoderamento jurídico para as mulheres, ou empoderamento jurídico feminino, como eu costumo falar. O empoderamento jurídico, de um modo geral, pode ser entendido como um subproduto adjetivado do termo *empoderamento* que, por sua vez, costuma ser definido como um processo de tomada de consciência e de organização social destinado à superação de barreiras políticas, econômicas, culturais, dentre outras, por meio do qual são desenvolvidas determinadas habilidades e competências que possibilitam a aquisição, o usufruto, o compartilhamento e o controle de determinados bens, serviços, direitos, espaços etc (Crespo, s/d).

O conceito de empoderamento, tomado em perspectiva feminista, envolve distribuição de poder entre os sujeitos sociais e tem como foco as ideias de acesso e controle de recursos materiais e imateriais historicamente negados (León, 2000; Townsend, 2002; Sardenberg, 2012). De todo modo, o empoderamento, como se sabe, nunca é unidimensional. Por isso, falar em empoderamento político, social, econômico ou jurídico de maneira isolada pode gerar incompreensões ou

ilusões nos sujeitos sociais, além de dar a sensação de que é suficiente focar em algum aspecto da luta por melhores condições de vida. Todavia, quando se trata de grupos socialmente discriminados ou excluídos, a depender do contexto e das questões que estão em jogo, pode-se pensar em construir mecanismos que possibilitem a ênfase em determinado aspecto, mas somente durante determinado período, valendo pontuar que o que vai definir esta opção é a realidade concreta e o ponto de vista dos atores envolvidos (pessoas, grupos, organizações, governos etc.).

O foco no aspecto jurídico do empoderamento, tratado por mim neste tópico, tem sua razão de ser em face do que apontam diversas pesquisas sobre gênero e acesso à justiça, inclusive as realizadas pelo grupo que coordeno na UFBA (Silva et al., 2016). Tais pesquisas revelam um frequente desconhecimento por parte das mulheres, especialmente as das camadas populares, com relação aos seus direitos e a toda dinâmica estatal em torno dos mesmos, notadamente o sistema de justiça; o que gera descrença e impotência naquelas que acorrem ao Judiciário, por se tratar de um espaço que opera com instrumentos sobre os quais

elas tem pouco ou nenhuma familiaridade.

De toda sorte, o empoderamento, seja ele de que natureza for, não é algo que se outorga a alguém, posto que é construído pelos próprios sujeitos sociais que o almejam. Porém, pode ser facilitado ou induzido por meio de ações que aprofundem a compreensão e a participação cidadã, assim como por medidas que favoreçam o desenvolvimento de capacidades e habilidades específicas, além da construção de atividades, alianças e redes que possibilitem o fortalecimento individual e coletivo dos sujeitos e de seus movimentos sociais (Kabeer, 1999; Townsend, 2002).

Diante disto, o empoderamento jurídico tem sido definido de diferentes formas, sendo que todas elas enfatizam ideias como conhecimento, apropriação, participação, poder, compartilhamento, inclusão, dentre outras. Segundo Luís Roberto Barroso,

Empoderamento jurídico é a possibilidade efetiva de fazer valer os próprios direitos. Tal possibilidade depende de consciência de cidadania, informação e meios de atuação,

não necessariamente judiciais. O acesso à justiça, por sua vez, envolve a possibilidade, sobretudo das pessoas mais pobres, de levar sua demanda a um tribunal, mesmo que ela não seja expressiva economicamente, à luz dos padrões usuais. Para tanto, é preciso, além do empoderamento legal, isenção de custos ou custos baixos e assistência judiciária para quem não tem recursos para pagar um advogado privado ( Barroso, 2014: 2-3):

O entendimento acima é corroborado por mim, assim como por diversos ativistas, como se pode ver das falas de alguns participantes do Seminário “*Perspectivas sobre Empoderamiento Juridico: Intercambio Regional de Aprendizagen en América Latina*”, ocorrido em Buenos Aires, em 2017<sup>19</sup>:

É o processo através do qual as pessoas **se apropriam das leis, dos mecanismos que existem para alcançar seus direitos**, desenvolvendo o reconhecimento do seu poder pessoal e de si próprios como sujeitos de direitos (Laura Spinoza, Chile. Tradução e grifo meu)

É dar as ferramentas e as capacidades às pessoas das comunidades e aos grupos vulneráveis para que possam

<sup>19</sup> Este evento foi promovido pela Red Global de Empoderamiento Jurídico. Na ocasião, foi elaborada a Declaración de Villa Inflamable, disponível em

<http://www.fima.cl/wordpress/2017/06/29/declaracion-de-villa-inflamable-por-el-acceso-a-la-justicia-para-todos-y-el-empoderamiento-juridico/>

por si mesmos e por si mesmas serem capazes de **desenvolver processos de exigibilidade de direitos** (Jorge Acero, Equador. Tradução e grifo meu).

**É poder acessar à Justiça, não vista somente como um tribunal, mas como um serviço** e ter possibilidade de viver como um ser humano com dignidade (Ruben Ninahuana, Peru. Tradução e grifo meu).

É a forma como que as pessoas que foram vulnerabilizadas em seus direitos podem **reapropriar-se da linguagem jurídica e transformar suas próprias realidades** (César León, México. Tradução e grifo meu).

De acordo com tais afirmações, vê-se que a ideia de empoderamento jurídico envolve processos de participação coletiva, reflexão crítica e desenvolvimento de habilidades e competências que potencializam o exercício da cidadania e das lutas por direitos humanos, dentre as quais se inserem as demandas por acesso à justiça. Assim sendo, as estratégias de empoderamento jurídico fazem parte de um campo de atuação política e social que foca na educação e na prática dos direitos humanos, pois considera as experiências das comunidades e dos grupos sociais historicamente

discriminados e afetados pelas injustiças a fim de reverter esta situação, fortalecendo suas capacidades de conhecer, usar a lei e o Direito para encontrar soluções aos seus problemas. Mas sempre com plena consciência dos limites e até mesmo armadilhas destas ferramentas.

Tais ações, em regra, coadunam com a perspectiva do feminismo jurídico, notadamente o popular, cujas ações e reflexões se desenvolvem em perfeita sintonia com as lutas sociais das mulheres das camadas menos favorecidas da sociedade. Este tipo de feminismo não visa apenas atuar por atuar, mas possibilitar os meios para que os próprios sujeitos possam ter agência na construção, apresentação e acompanhamento de suas demandas.

Vale pontuar que no mundo inteiro existem várias organizações trabalhando com processos de empoderamento de grupos historicamente discriminados e excluídos, no âmbito das quais nem sempre aparecem os debates sobre empoderamento jurídico. Apesar disso, há diversos outros movimentos e entidades civis onde a temática tem sido objeto de reflexões e ações baseadas em propostas de uso estratégico do Direito e

de acesso coletivo ao sistema de justiça<sup>20</sup>. Muitas das iniciativas visam construir práticas e discursos emancipatórios e colaborativos capazes de auxiliar os grupos sociais no acesso e na produção de conhecimentos e ferramentas que lhes permitam não apenas inovar na incidência política e jurídica, mas fazê-lo de modo mais efetivo nas variadas instâncias e estruturas estatais.

No Brasil, conforme já mencionado, há interessantes e inspiradoras experiências de ações voltadas ao empoderamento jurídico das mulheres, a exemplo do Projeto denominado Promotoras Legais Populares (PLP), um dos mais conhecidos sobre a temática, que tem sido desenvolvido por entidades da sociedade civil e por universidades como

atividade de extensão, em sua maioria no sul e sudeste do país (Oliveira, 2013).

Para citar, mais uma vez, o nordeste brasileiro, eu destacaria mais duas iniciativas realizadas fora das Universidades, embora em diálogo com estas, que, a meu sentir, são voltadas ao empoderamento jurídico das mulheres. E, ainda que não adotem, de modo explícito e expresso, a nomenclatura feminismo jurídico para se referir a suas ações, ou o termo empoderamento jurídico feminino para nomear seus objetivos, o fato é que estão atuando precisamente nesse sentido, tais como os trabalhos realizados pela ONG “Tamos juntas”<sup>21</sup>, sediada em Salvador, Bahia, e que desenvolve palestras, oficinas e ações voltas ao acompanhamento jurídico de mulheres em situações de violência doméstica e familiar; e as atividades do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher-GEDEM<sup>22</sup>, vinculado ao Ministério Público

---

<sup>20</sup> Na América Latina podemos destacar algumas experiências de empoderamento jurídico, tais como: as ações da Fundação Construir, sediada na Bolívia, que atua fortalecendo mulheres para que se tornem defensoras comunitárias organizadas em prol do direito a uma vida livre de violência; as ações da ONG TECHO, que atua em diversos países dessa região em prol do direito à moradia; o trabalho do Grupo de Monitoramento Independente de El Salvador-GMIES, que promove e defende direitos trabalhistas para trabalhadores e trabalhadoras que estão em situação de

vulnerabilidade e exclusão social, focando, principalmente, em mulheres, jovens, migrantes, pessoas com deficiência, indígenas e refugiados, dentre outros. Vide a Rede Global de Empoderamento Jurídico, conhecida como Namati (2018), Esta rede reúne mais de 1400 organizações e mais de 5 mil pessoas. Maiores informações podem ser encontradas em [www.namati.org/join](http://www.namati.org/join)

<sup>21</sup> Cf. <https://tamojuntas.org.br/>

<sup>22</sup>

Cf.

<https://www.mpba.mp.br/area/caodh/grupoatuacaoespecial/gedem>

estadual, que tem desenvolvido ações de capacitação com profissionais das redes de enfrentamento à violência de gênero e diálogos com os movimentos de mulheres sobre seus direitos.

Além das mencionadas experiências, existem muitas outras iniciativas, neste e noutros estados da federação, que podem ser caracterizadas como ações que facilitam o empoderamento jurídico das mulheres, porém nem todas adotam ou assumem as estratégias de empoderamento jurídico no sentido em que estou tratando neste texto. Ademais, a quase totalidade das iniciativas, postas em prática de norte a sul do Brasil, não constituem políticas públicas especificamente geradas para este fim. E neste particular, gostaria de fazer um parêntese, pois reside precisamente aqui uma questão sobre a qual tenho me debruçado bastante nos últimos três anos, qual seja: a necessidade de elaboração de políticas públicas voltadas ao empoderamento jurídico feminino, uma vez que é dever

do Estado garantir as condições mínimas de acesso pleno à cidadania para as mulheres e meninas, já que assumimos compromissos, inclusive internacional, neste sentido<sup>23</sup>.

Ademais, é importante e necessário que todas as mulheres conheçam minimamente o direito vigente em seu país, bem como as normas que os proclamam e as instituições e instâncias que os protegem e garantem. Sendo, contudo, mais importante ainda, que elas possam intervir, falar, questionar, contribuir na formulação, monitoramento e avaliação dos mesmos, ou seja, protagonizar suas próprias demandas e questões que lhes afetam em espaços específicos, como o sistema de justiça, por exemplo. Mas este é o tema de outro artigo da lavra do grupo Jusfemina que está em iminente publicação.

## 5. Considerações finais

As relações entre feminismo e Direito nunca foram totalmente

---

<sup>23</sup> Vale pontuar que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da qual o Brasil é subscritor, apresenta como prioridade o apoio ao acesso sustentável das mulheres à Justiça, por meio das metas apresentadas pelo Objetivo 5, das quais emerge o compromisso de “adotar e

fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o **empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis**” (grifo meu). Disponível em <http://www.agenda2030.com.br/>

tranquilas, mas sempre foram necessárias, uma vez que ambos trabalham com as ideias de igualdade, dignidade, liberdade, cidadania e de justiça social, ainda que em perspectivas diferentes e, em muitos casos, diametralmente opostas.

Desde a Revolução Francesa, com o surgimento da primeira onda do feminismo, até os dias atuais, feministas tem desenvolvido diversas e profícuas críticas ao Direito, enquanto sistema de normas destinadas à regulação da vida em sociedade. Estas críticas, todavia, não se dirigem apenas às leis, mas aos discursos, às práticas e à linguagem do Direito, dado seu caráter hermético, elitista, racista e marcadamente androcêntrico.

O feminismo jurídico, através de suas críticas e proposições teóricas, políticas e jurídicas, tem legado, não somente às mulheres, mas à sociedade como um todo, uma grande quantidade de conquistas nas diversas áreas da vida social. Estas conquistas podem ser notadas através da ampliação dos direitos das mulheres, da incorporação legal de suas demandas e necessidades específicas e da paulatina expansão e fortalecimento da cidadania feminina, inclusive no Sistema de Justiça.

Além das críticas e teorizações, o feminismo jurídico apresenta também metodologias destinadas ao uso estratégico do direito, cuja finalidade é proporcionar um “olhar gendrado” sobre o fenômeno jurídico e uma mudança de mentalidade e de ação na seara do direito e no sistema de justiça como um todo.

Apesar do exposto, o feminismo jurídico ainda é pouco conhecido no Brasil, merecendo ser divulgado e apropriado por tantas/os quantas/os desejem contribuir para uma efetiva transformação nas relações de gênero em nosso país. Este texto, portanto, objetivou facilitar a introdução ao feminismo jurídico, gerando interesse pela temática e estímulo para outras e aprofundadas leituras.

Além disto, este artigo também buscou pontuar a importância do empoderamento jurídico feminino, como resultado das ações do feminismo jurídico, notadamente o de caráter popular. Deixou claro, portanto, que tal empoderamento, enquanto processo de aquisição de consciência, de poder de fala, de apropriação de conteúdos de normas e/ou de ferramentas jurídicas, visa a ampliação e o fortalecimento da cidadania feminina, haja vista que favorece a exigibilidade de direitos e a

defesa de seus interesses, necessidades e desejos, ainda que estejam legal e suficientemente representadas por profissionais do Direito.

Assim, se o empoderar-se envolve a possibilidade de tomar controle de suas próprias vidas, no sentido mais amplo desta expressão, empoderar-se juridicamente envolve a possibilidade de não se deixar controlar, substituir ou colonizar-se por nenhum sujeito, ator ou instituição, por mais boa vontade que estes efetivamente tenham ou aleguem ter.

## 7. Referências bibliográficas

Bandeira, Lourdes. *A contribuição da crítica feminista à ciência. Estudos Feministas*. Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2008000100020/553>

Barroso, Luís Roberto. *Justiça, empoderamento jurídico e direitos fundamentais*. Disponível em: [http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2014/06/ONU\\_Justica-Empoderamento-legal-e-direitos-fundamentais\\_versao-em-portugues.pdf](http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2014/06/ONU_Justica-Empoderamento-legal-e-direitos-fundamentais_versao-em-portugues.pdf).

Barlett, Katharine T. *Feminist legal methods*. In Barlett, Katharine T.

Kennedy, Rosanne. *Feminist legal theory*. Colorado: Westview Press, 1991, p.370-403.

Campos, Carmen Hein. Teoria Feminista do Direito e Violência Ín• ma Contra Mulheres R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57 (Edição Especial), p. 33-42, jan.-mar. 2012. Disponível em [http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista57/revista57\\_33.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista57/revista57_33.pdf)

Chiarotti, Susana. *Aportes al Derecho desde la Teoría de Género*. Revista Otras Miradas. Colombia: Universidad de Los Andes, v. 6, n. 1, junio/2006, pp. 6-23.

Costa, Ana Alice A. *O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política*. Revista Gênero, 2005. Disponível em <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380/285>

Costa, Malena. *El Pensamiento Jurídico feminista en América Latina. Escenarios, contenidos y dilemas*. Revista Gênero e Direito. Centro de Ciências Jurídicas/ UFPB. Nº 02 - 2º Semestre de 2014, pp. 11-34.

Crenshaw, Kimberle. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da*

*discriminação racial relativos a gênero.* 2002. [online]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdr>.

Crespo, Patrício (coord.). *Empoderamiento. ¿Tomar las riendas?* Ecuador: Servicio de Gestión del Conocimiento para Latinoamérica y el Caribe. S/d.

Dahl, Tove Stang. *An Introduction to feminist jurisprudence.* Oslo: Universitetsforlaget AS, 1987.

Emmenegger, Susan. *Perspectivas de género en derecho.* 1999. [online] Disponível em [https://www.unifr.ch/ddp1/derechopenal/anuario/an\\_1999\\_05.pdf](https://www.unifr.ch/ddp1/derechopenal/anuario/an_1999_05.pdf).

Facchi, Alessandra. *El pensamiento feminista sobre el derecho: un recorrido desde Carol Gilligan a Tove Stang Dohl.* Academia. Revista sobre enseñanza del derecho de Buenos Aires, Año 3, Nro. 6 (primavera 2005), p. 27– 47.

Facio, Alda. *Cuando el género suena cambios trae (una metodología para el análisis de género del fenómeno legal.* San José, C.R.: ILANUD, 1999a.

Facio, Alda; Fries, Lorena. *Género y Derecho.* Santiago de Chile, LOM, 1999b.

Jaramillo, Isabel Cristina. *La crítica feminista al derecho.* In: WEST, Robin. *Género y teoría del derecho.* Bogotá, Siglo del Hombre Editores, 2000.

Kabber N. *Ressources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment.* 1999. Disponível em: <https://www.utsc.utoronto.ca/~kmacd/I/DSC10/Readings/research%20design/empowerment.pdf>

Leon, Magdalena. *Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder.* Disponível em: <http://conlaa.com/wp-content/uploads/2017/07/52-fondo-de-biblioteca-articulo.pdf>.

Lerussi, Romina Carla; Costa, Malena. *Los feminismos jurídicos en Argentina. Notas para pensar un campo emergente.* Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v26n1/1806-9584-ref-26-01-e41972.pdf>

Oliveira, Julia Glaciela. *Promotoras legais populares: a construção de pontes para a cidadania feminina.* Serv. Soc.

Rev., londrina, v. 15, n. 2, p. 5-27, jan./jun. 2013.

Olsen, Frances. *El sexo del derecho*. In: Ruiz, A. (comp.) *Identidad femenina y discurso jurídico*. Buenos Aires: Biblos, 2000, p. 1-19.

Pitch, Tamar. *Sexo y género de y en el derecho: el feminismo jurídico*. Anales de la Cátedra Francisco Suárez, 44 (2010), 435-459. Disponível em <http://revistaseug.ugr.es/index.php/acfs/article/view/515/605>

Rabernhorst, Eduardo. *O feminismo como crítica do direito*. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 4, n. 3, 3º quadrimestre de 2009. Disponível em [www.univali.br/direitopolitica](http://www.univali.br/direitopolitica).

Rubio, Aratanza Campos. *Aportaciones iusfeministas a la revisión crítica del derecho y a la experiencia jurídica*. In: *Mujeres y derecho: pasado y presente*. I Congreso multidisciplinar de la sesión de Bizkaia de la Facultad de Derecho. Octubre de 2008.

Sardenberg, Cecília. *Conceituando o empoderamento na perspectiva*

*feminista*. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>

Silva, Salete Maria da. *Constitucionalização dos direitos das mulheres no Brasil: um desafio à incorporação da perspectiva de gênero no Direito*. Disponível em <https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito/article/view/178/76>

Silva, Salete Maria da; Wright, Sonia Jay. *As mulheres e o novo constitucionalismo: uma narrativa feminista sobre a experiência brasileira*. 2015. [online] Disponível em <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/gv4u3hv2/i3jf3jt72swcdyoi.pdf>.

Silva, Salete Maria da; Wright, Sonia Jay; Nicácio, Jeferson. *Feminismo jurídico latino americano: a relevante contribuição teórica de Alda Facio*. In: Anais do 19º REDOR, Universidade Federal de Sergipe - Aracaju-SE, 15-17 junho, 2016.

Silva, Salete Maria da; Santos, Ana Lúcia; Nicácio, Jeferson; Oliveira, Angélica. *Fala Maria Porque é de Lei: a percepção das mulheres sobre a implementação da lei Maria da Penha em Salvador/BA*. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/330356470\\_FALA\\_MARIA\\_PORQUE\\_E\\_D E\\_LEI\\_a\\_percepcao\\_das\\_mulheres\\_sobre\\_a\\_implementacao\\_da\\_lei\\_Maria\\_da\\_Penha\\_em\\_SalvadorBA](https://www.researchgate.net/publication/330356470_FALA_MARIA_PORQUE_E_D E_LEI_a_percepcao_das_mulheres_sobre_a_implementacao_da_lei_Maria_da_Penha_em_SalvadorBA)

Silva, Salete Maria da. *Feminismo Jurídico: uma introdução*. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25806>

Silva, Salete Maria da; Wright, Sonia Jay; Silva Júnior, Enézio. A interface entre Gênero e Direito: entrevista com Alda Facio. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25839/0>

Smart, Carol. *La teoría feminista y el discurso jurídico*. In Larrauri, Elena (Comp.). *Mujeres, Derecho penal y criminología*. Madri: Siglo Veintiuno, 1994, p.167-189.

Townsend, Janet Gabriel. *Contenido del empoderamiento: como entender el poder*. In: Zapata-Martelo, Emma et al

(org.). *Las mujeres y el poder: contra el patriarcado y la pobreza*. México: Plaza y Valdes Editores, 2002.

Tovar, Carolina V. *El concepto de justicia de género: teorías y modos de uso*. Revista de Derecho Privado, n.º 21, julio-diciembre de 2011, pp 119-146.

Weste, Robin. *Género y teoría del derecho*. In: West, Robin (org.) *Género y teoría del derecho*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores, 2000.

Wilson, Mariblanca Staff. *La perspectiva de género en el derecho*. In: Calderón, Rosaura Chinchilla. *Pensamiento jurídico feminista. Desconstruir el derecho, repensar el mundo*. San José, C.R.: IJSA, nov. 2004, pp. 55-68

**MULHERES ENCARCERADAS: DIFICULDADES VIVENCIADAS****ANTES, DURANTE E APÓS A PRISÃO**Tatiana Cavalcanti de Albuquerque Leal<sup>1</sup>Anielle Oliveira Monteiro<sup>2</sup>

**Resumo:** Reiteradas estatísticas revelam um perfil bastante comum da população carcerária feminina: mulheres jovens, solteiras, não brancas, com baixa escolaridade e que cometeram crimes relacionados ao tráfico de drogas. Muitas vieram de contextos de violência prévios e a prisão se encaixa como mais um elo na cadeia de violências vivida. Este ciclo da violência se inicia na família e nas instituições para crianças e adolescentes, continua no casamento, desdobra-se na ação tradicional das polícias e finaliza na penitenciária. Isto porque a múltipla penalização na prisão ultrapassa a pena de reclusão, abarcando castigos corporais, ambientes insalubres, exposição às drogas, contágio de várias doenças e abandono familiar. Assim, o objetivo deste artigo foi conhecer quais foram as maiores dificuldades

vivenciadas antes, durante e após o cárcere para mulheres já em livramento condicional. Trata-se de uma análise documental de pareceres psicossociais de mulheres realizados entre junho de 2013 e junho de 2014 na Vara de Execuções Penais do Fórum Criminal de João Pessoa/PB. Foram encontrados 12 pareceres, analisados por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin. As dificuldades vividas antes do cárcere foram categorizadas como “Abandono parental”, “Trabalho precoce”, “Doenças crônicas na infância/adolescência”, “Abuso sexual”, “Relacionamentos abusivos” e “Aliciamento ao crime por figuras masculinas”. Durante o cárcere, as dificuldades encontradas foram “Solidão” e “Estratégias de resistência”. Depois da prisão, os problemas foram classificados em “Saúde comprometida”

<sup>1</sup> Mestra e doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Psicologia e graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Atua principalmente nas áreas de Direitos Humanos, Psicologia Social e Psicologia Jurídica

<sup>2</sup> Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba e doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba. Atua principalmente nas temáticas de Direitos Humanos, Gênero e Diversidade

e “Dificuldade financeira ou de inserção no mercado de trabalho”. O conjunto dos resultados revelou, de fato, histórias atravessadas por vulnerabilidades sociais e um ciclo de violências que pode começar com o abandono pelos pais na infância, passando por abusos diversos, aliciamento ao crime por homens próximos e penalizações adicionais no cárcere, e terminar com a condição socioeconômica precária e exclusão do mercado de trabalho depois da prisão.

**Palavras-chave:** Mulheres. Cárcere. Dificuldades. Trajetórias de vida.

**Abstract:** Repeated statistics reveal a fairly common profile of the female prison population: young, single, non-white, low-schooling women, who have committed drug-related crimes. Many have come from previous contexts of violence and the prison fits as another link in this chain of violence experienced. This cycle of violence begins in the family and institutions for children and adolescents, continues in marriage, unfolds in the traditional action of the police and ends in prison. That is because the multiple penalization in prison exceeds the penalty of

imprisonment, including corporal punishment, unhealthy environments, exposure to drugs, contagion of various diseases and family abandonment. Thus, the aim of this article was to know which were the greatest difficulties experienced before, during and after jail for women already on probation. It's a documentary analysis of psychosocial documents of women carried out between June 2013 and June 2014 in the Court of Criminal Executions of the Criminal Forum of João Pessoa/PB. Twelve documents were found, analyzed using the technique of content analysis by Bardin. The difficulties experienced before the imprisonment were categorized as "Parental Abandonment," "Early Work," "Childhood/Adolescence Chronic Illness," "Sexual Abuse," "Abusive Relationships," and "Enticement to Crime by Male Figures." In jail, the difficulties encountered were "Solitude" and "Strategies of resistance". After their release, the problems were classified in "Health problems" and "Difficulty in financial or labor market insertion". The set of results revealed, in fact, histories crossed by social vulnerabilities and a cycle of violence that can begin with the abandonment by the parents in the

childhood, going through diverse abuses, being enticed to crime by close men and suffering additional penalties in jail, and ending with precarious socioeconomic conditions and exclusion from the labor market after imprisonment.

**Keywords:** Women. Prison. Difficulties. Life trajectories.

## Introdução

O atual modelo prisional não foi desenvolvido para aprisionar mulheres (Buglione, 2007). Isso é facilmente percebido ao notar-se que, para atendê-las e, sobretudo, para adaptar-se às suas especificidades, atualizações arquitetônicas – como a criação de creches – precisaram ser feitas nos presídios. Este fator, inclusive, revela como esta instituição reforça o padrão cultural de que a tarefa de cuidar da prole é quase que exclusivamente feminina, uma vez que, até então, não foi verificada a existência de creches em penitenciárias masculinas (Cortina, 2015).

Apesar da (pouca) adaptação dos presídios para encarcerá-las, a quantidade de mulheres presas no Brasil é muito inferior à quantidade de homens presos. Os dados do último relatório do Infopen (Santos, 2017), referente a levantamento de 2016, revelam que havia 689.947 pessoas privadas de liberdade no sistema prisional no país neste ano, sendo 41.987 mulheres (6%) e 648.860 homens (94%).

Diferentes interpretações destes quantitativos surgem a fim de explicar a menor incidência da criminalidade feminina. Uma das mais populares, inclusive no inconsciente coletivo, é a biológica, perpetuada, por exemplo, por Lombroso e Ferreiro (2004). Fausto (2001) contesta os estudos que apontam fatores biológicos das mulheres como determinantes para a menor incidência delas no crime, defendendo que a sua presença na criminalidade é, também, uma consequência da redução da desigualdade entre os sexos, ao menos no âmbito da sociedade ocidental, que vai gerar maior presença da mulher tanto no trabalho fora de casa como em diversos campos, inclusive o da criminalidade.

Não obstante estas tentativas de explicações para a maior incidência de criminalidade entre os homens do que entre as mulheres, é importante ressaltar que houve um aumento de 656% na taxa de encarceramento de mulheres no Brasil entre 2000 e 2016, enquanto que, neste mesmo período, a população carcerária masculina cresceu 293% (Instituto Igarapé, 2019).

Naturalmente, a maioria das mulheres que são privadas de liberdade atendem a um perfil bastante específico. Reiterados dados de pesquisas vão revelando uma descrição comum da população carcerária feminina: mulheres jovens (com média de idade de 30 anos), solteiras, não brancas, com baixa escolaridade e com histórico de ruptura de vínculos familiares (Carvalho et al., 2006; Cerneka, 2009; Shamaí e Kochal, 2008).

De modo geral, a realidade social das pessoas que estão aprisionadas é normalmente perpassada por um histórico de educação deficitária, infração juvenil, uso de drogas e envolvimento com o tráfico. Para as mulheres, especificamente, sobressaem-se também histórias prévias de violência, de abandono e de cooptação por homens

criminosos (Carvalho et al., 2006; Huang et al., 2012). A maioria das detentas, neste contexto, vem de camadas socioeconomicamente empobrecidas da população, tomando-se em consideração o baixo grau de escolaridade, as vulnerabilidades relatadas e suas ocupações antes de serem presas: ajudante de feirante, auxiliar de serviços gerais, domésticas e faxineiras (Frinhani e Souza, 2005).

Apesar da constatação, é necessário não relacionar, diretamente, criminalidade com classe socioeconômica baixa, o que somente reforça o estigma de violenta e perigosa imposto a ela. Fato é que a população carcerária não é uma amostra representativa do conjunto total de infratores (Frinhani e Souza, 2005). O sistema penal age de maneira seletiva, elegendo a clientela prisional por meio de critérios definidos cultural e economicamente, de acordo com sua função de controle social penal (Cortina, 2015), o que pode ser percebido quando verifica-se a grande desproporção existente entre a programação legal do sistema penal, constituída de inúmeros tipos penais, e a capacidade operacional das agências de controle penal para

perseguir e punir os agentes que cometem as condutas definidas como crime, a qual é muito inferior ao universo de crimes praticados (Zaffaroni, 1991).

De fato, apenas três crimes (roubo, furto e tráfico de drogas), juntos, são a causa de 65% dos aprisionamentos no Brasil (Santos, 2017). Há uma infinidade de outros tipos penais que foram praticados, mas que não se juntam a esta estatística. Ou seja, elegem-se alguns crimes como prioritários e merecedores do cárcere, os quais, não coincidentemente, estão normalmente ligados a um perfil específico de pessoas (Cortina, 2015).

Baratta (2002) afirma que isso ocorre por que as malhas do sistema penal são entrelaçadas de maneira bastante rigorosa quando se trata de crimes que atentam contra os interesses das classes dominantes, como os crimes contra o patrimônio, e, em contraposição, de forma frouxa quando se refere a outro tipo de criminalidade, cuja clientela é, em regra, isenta de punição. Sob esta perspectiva, a prisão não seria uma instituição falida, mas sim extremamente funcional na tarefa de selecionar e encarcerar a população que se encontra na marginalidade social.

No caso das mulheres, como evidenciam os dados do Infopen (Santos, 2017), a seletividade penal recai mais expressivamente sobre o crime de tráfico de drogas. Enquanto que os crimes ligados ao tráfico representam 26% dos registros dos homens privados de liberdade, entre as mulheres tal percentual atinge 62% dos crimes tentados ou consumados. É por tráfico de drogas que a maioria das mulheres vai presa no Brasil.

A participação e presença da mulher no tráfico ainda suscita certa estranheza. Existe, segundo Assis e Constantino (2001), um imaginário social construído em torno da criminalidade feminina que é acolhido inclusive por juízes, delegados, carcereiros, advogados e demais autoridades do sistema jurídico-penal. De acordo com esta concepção, de forma bastante lombrosiana, as mulheres seriam fortemente influenciadas por estados fisiológicos e seus crimes seriam, em sua maioria, cometidos dentro do espaço privado. As mulheres se envolveriam mais em crimes cometidos sob violenta emoção.

Ainda conforme essa perspectiva, quando as mulheres

cometem crimes de outra natureza, como a participação no tráfico de drogas, esses só poderiam estar atrelados a uma posição subalterna da mulher, justificada como uma extensão natural de suas relações afetivas. Isto apenas não se aplicaria quando se tratando de lésbicas ou prostitutas, que são identificadas como mais parecidas com os homens, mais “masculinizadas” e habituadas à rua e à delinquência (Assis e Constantino, 2001).

Apesar de existir um aliciamento ou forte influência de companheiros e demais figuras masculinas para envolver-se com o tráfico de drogas, a crescente participação feminina na atividade não se explica apenas por este fator (Barcinski, 2009). Para algumas mulheres, o envolvimento com tal crime foi deliberadamente assumido, um ato de escolha pessoal, com frequência para obter reconhecimento e *status* social.

Dados coletados na pesquisa de Cortina (2015), feita com mulheres em situação de prisão, evidenciaram que os motivos por elas mais relatados para escolherem o envolvimento com a traficância ilegal são as dificuldades em sustentar os filhos e filhas e a falta de inserção no mercado de trabalho lícito e

formal. Considerando que tal crime é muito lucrativo em comparação com a remuneração ofertada pelas ocupações lícitas destinadas a pessoas com baixa escolaridade, além de permitir a boa parte das mulheres trabalhar em casa, o tráfico de drogas apresenta-se como alternativa viável para que elas possam aliar o trabalho com o cuidado dos filhos.

Apesar de tais considerações sobre um protagonismo feminino na atividade, merece destaque o papel de figuras masculinas nas práticas criminosas pelas quais as mulheres estão presas. Frinhani e Souza (2005) mostraram que, em suas entrevistas com mulheres presas, de uma forma ou de outra, as entrevistadas se referiam a algum homem como sendo o responsável, quer direta ou indiretamente, pelo seu ingresso na criminalidade ou mesmo pela prisão.

Muitas das mulheres que são aprisionadas vieram de um contexto de violências dentro de uma realidade bastante comum que inclui, além de agressões físicas, sexuais e psicológicas, também perdas violentas de parentes próximos e/ou de parceiros conjugais (Guedes, 2006). Ocorre que, no sistema penitenciário, a violência social continua

a ser refletida por meio dos presídios superlotados, celas pouco arejadas e com insalubridade, precária assistência médica, educacional, social e jurídica, etc. (Soares et al., 2014).

Neste sentido, Soares e Ilgenfritz (2002) afirmam que a prisão, tanto pela privação de liberdade em si quanto pelos abusos que ocorrem em seu interior, parece ser só mais um elo na cadeia de múltiplas violências que compõem a trajetória de uma parte da população feminina. Esse ciclo da violência, que tem início na família e nas instituições para crianças e adolescentes, continua no casamento, desdobra-se na ação tradicional das polícias e finaliza na penitenciária, para tornar a ser iniciado, provavelmente, na vida delas quando saírem da prisão.

Embora quantitativamente bem menos numéricas nas prisões, existem evidências de que a experiência na prisão produza danos diferentes e, inclusive, mais significativos nas mulheres do que nos homens, em especial por conta da própria estrutura familiar e da posição da mulher na sociedade e no mercado de trabalho. O aprisionamento representa a quebra de vínculos familiares e pessoais, a deterioração da identidade feminina e o

cumprimento de mais uma etapa de um ciclo de violências sofridas, presenciadas e praticadas na vivência das mulheres (Soares e Silva, 2002).

Nas prisões, há uma múltipla penalização imposta aos detentos e detentas. Além da própria privação da liberdade, ocorrem também castigos corporais, a exposição às drogas e ao contágio de várias enfermidades (Souza et al., 1998). Também, como penalizações adicionais, é frequente que recebam menos visitas que os homens, o que gera um sentimento de abandono e solidão (Carvalho et al., 2006; Cerneka, 2009). Por isso, muitas relatam valorizar mais o convívio com a família depois de presas (Guedes, 2006). Enquanto a média de visitas por mulher presa foi de 5,9 no intervalo de um semestre no ano de 2016, a de homens foi de 7,8 (Instituto Igarapé, 2019).

É importante salientar que a ausência de privacidade e os modos próprios do sistema carcerário leva os agentes públicos e a sociedade a tratar os familiares da mesma forma com que tratam aqueles que de fato cumprem a pena. É neste sentido que se insere a invasiva e inadequada revista aos familiares nas visitas, de modo que,

assim, estes também cumpririam uma espécie de pena, além de a revista não garantir óbice efetivo àquilo que se quer evitar (Fiorelli e Mangini, 2017). O vexame da revista é um obstáculo às visitas e contribui para a solidão na prisão.

Neste contexto, a violência incorpórea representada pelas práticas disciplinadoras da instituição prisão atua no sentido de tentar anular as vontades e os desejos pessoais (Fonseca, 2006). Em resposta, no dia-a-dia, percebem-se práticas sociais que as mulheres produzem como um modo de resistência ao controle de seus corpos, desejos, subjetividade, e como modo de produzir vida e inventar saúde (Soares et al, 2014).

As estratégias de resistência e visibilização no cárcere, para as mulheres privadas de liberdade, vão desde a forma com que as apenadas procuram se maquiar e arrumar o cabelo, o que atenua a despersonalização e uniformização promovida pela instituição prisional (Cunha, 1994; 1996), até aspectos relacionados às formas de se relacionarem entre si estabelecidas dentro da prisão, onde ocorre uma espécie de reedição de

relações afetivas filiais, maternais ou fraternais entre as mulheres presas (Barcinski, 2012).

Segundo Gonçalves e Madrid (2010), a religião também tem exercido um papel importante na prisão. Em um cotidiano de privação de liberdade, marcado pela violência, as atividades religiosas vêm a oferecer uma oportunidade de ressignificação da trajetória de quem está preso ou presa. Guimarães et al (2006: 54) lembram que a religião de fato evidencia uma “possível transformação ocorrida com o preso, podendo servir como redutor da penalidade e obtenção de benefícios jurídicos para o apenado, embora possa significar a passagem de um tipo de controle social para outro”.

Uma das estratégias de resistência utilizadas é também o estudo dentro do cárcere, que é, ao mesmo tempo, uma estratégia de “tratamento” prevista para a delinquência. O ensino dentro do sistema prisional, especialmente o profissionalizante, como diz Baratta (1999), tem destinações específicas para a população feminina carcerária, tendo a finalidade de reproduzir e assegurar, no caso das mulheres proletárias, a sua dupla

subordinação, tanto nas relações de gênero como nas relações de produção, e a manutenção de sua classe socioeconômica. Contudo, a busca pela educação surge como uma porta para possibilidades futuras para aquelas mulheres presas.

Pensar nos projetos futuros pós-cárcere também é uma forma de resistir. Geralmente, quando tentam vislumbrar planos de vida futuros, as detentas desejam recomeçar a vida e iniciar ou retomar atividades como cuidar dos filhos, estudar, afastar-se do mundo das drogas e trabalhar, mesmo tendo ciência de que terão dificuldades em encontrar um trabalho devido ao estigma de ex-presidiárias (Guedes, 2006).

Uma vez em liberdade, a pessoa que foi privada de liberdade se depara com uma série de dificuldades na inserção no mercado de trabalho devido ao estigma e ao preconceito por tal condição, e pouca ou nenhuma perspectiva de emprego lhe é dada. A situação se agrava ainda mais para as mulheres. O estigma por elas enfrentado é maior, pois teriam fugido mais do que os homens aos padrões impostos socialmente, como servir ao marido e aos filhos e atender ao papel de “do lar”. Se

as oportunidades de emprego para elas já poderiam ser escassas antes do encarceramento, depois são ainda mais. Poucas conseguem o “perdão social” e direito de voltar a participar da sociedade civil (Rosendo et al., 2018).

Embora, no Brasil, haja uma produção significativa de pesquisas na área da criminalidade feminina, elas se referenciam, em geral, à vida pregressa das mulheres encarceradas e o cotidiano prisional, enquanto que detalhes da vida após o cárcere são mais escassos. Neste sentido, o presente artigo teve como objetivo conhecer quais foram as maiores dificuldades vivenciadas antes, durante e após o cárcere para mulheres egressas do sistema prisional, mas ainda em livramento condicional.

### **Método**

Esta pesquisa se trata de uma análise documental das entrevistas psicossociais completas de mulheres em livramento condicional, constantes do conjunto dos autos processuais das mesmas, realizadas entre junho de 2013 e junho de 2014 na Vara de Execuções Penais do Fórum Criminal da cidade de João Pessoa/PB.

Neste intervalo de um ano, foram encontrados pareceres psicossociais de 12 mulheres em livramento condicional. Nestes pareceres, havia breves histórias de vida e considerações sobre a vida atual das entrevistadas, então em livramento condicional, o que tinha como fim monitorar a liberdade das mesmas.

Neste sentido, a presente pesquisa se aproximaria também da técnica de histórias de vida, que apresenta as experiências e as definições vividas por uma pessoa, um grupo, uma organização, como esta pessoa, esta organização ou este grupo interpretam sua experiência (Denzin, 2017). Bourdieu (1973, *apud* Minayo, 2004) nos lembra ainda que a história do indivíduo é sempre uma certa especificação da história coletiva de seu grupo e sua classe.

O conjunto das entrevistas foi analisado com base na técnica de análise de conteúdo categorial temática de Bardin (2011), e os dados descritivos da amostra foram calculados por meio do software SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*, em sua versão 23. Na categorização de Bardin (2011), reúnem-se em categorias (rubricas ou classes

com um título genérico) unidades de texto (como frases) que têm algo em comum segundo o critério usado (neste caso, o semântico). O processo de categorização torna-se, de tal modo, uma representação simplificada do todo bruto.

### **Resultados**

Os pareceres coletados revelaram que a média de idade das mulheres da amostra foi de 41,5 anos (DP=11,6), com idades variando de 27 a 69 anos. A maioria delas cumpriu pena por condenação a crimes relacionados a tráfico de drogas (41,7%) ou homicídio (33,3%), e, em menor quantidade, roubo (16,7%) e perigo de contágio de moléstia grave (8,3%). Seis mulheres (50%) tinham ensino fundamental incompleto, cinco tinham ensino médio completo (41,7%) e uma delas tinha ensino superior e pós-graduações (8,3%).

Das doze mulheres da amostra, cinco (41,7%) tinham realizado algum curso técnico ou de capacitação profissional enquanto estiveram presas. Os cursos eram nas áreas de artesanato, corte e costura, culinária e informática. No que diz respeito ao estado

ocupacional após o cárcere, quando em livramento condicional, três liberadas (25%) estavam desempregadas, duas estavam aposentadas (16,7%) e as demais sete (58,2%) estavam trabalhando, formal ou informalmente.

Por meio da análise de conteúdo realizada nos pareceres, foram feitas categorizações para cada um dos períodos da vida das mulheres da

amostra de documentos usada que se queria abarcar: antes, durante e pós-cárcere. A técnica utilizada foi a de análise categorial temática de Bardin (2011), a partir da presença ou ausência do tema que se analisava dentro dos textos e do critério semântico.

Na Tabela 1, visualiza-se a relação das categorias temáticas criadas.

<b>Categorias</b>	<b>N</b>	<b>P</b>
<b>Antes</b>		
Abandono parental	5	41,6%
Trabalho precoce	3	25%
Doenças crônicas na infância/adolescência	2	16,6%
Abuso sexual	2	16,6%
Relacionamentos abusivos	3	25%
Aliciamento ao crime por figuras masculinas	3	25%
<b>Durante</b>		
Solidão	3	25%
Estratégias de resistência	5	41,6%
<b>Depois</b>		
Saúde comprometida	5	41,6%
Dificuldade financeira ou de inserção no mercado de trabalho	4	33,3%

Tabela 1- Detalhamento das categorias antes, durante e depois do cárcere, resultantes da análise de conteúdo categorial temática.

Uma vez apresentadas as categorias criadas, será feita uma descrição de seus conteúdos, bem como

a apresentação dos discursos escolhidos como mais representativos/ilustrativos delas.

*Antes do cárcere*

As referências a vivências ou dificuldades anteriormente ao cárcere encontradas nos registros foram maioria. Foi incluído como vivências antes da prisão tudo o que foi registrado no parecer de cada egressa e que dizia respeito a adversidades no período anterior ao cárcere, cobrindo um espectro que vai de informações da infância até dados sobre a vida imediatamente antes do aprisionamento.

A categoria “Abandono parental” foi a mais recorrente (5 de 12 mulheres relataram a criação sem um dos pais ou ambos) deste grupo e traz as experiências de abandono pelo pai ou pela mãe (embora somente um caso tenha sido de abandono materno) sofridas na infância ou adolescência. Por exemplo, tem-se o parecer I, que relata “(...) Foi criada pela mãe e por diferentes padrastos (...) seu pai biológico nunca exerceu papel de pai, não se importando muito com ela e as irmãs” e o parecer K: “(...) Só conheceu a mãe aos 15 anos, tendo sido criada pelo pai e por uma madrasta que era um pouco agressiva (...) a mãe biológica nunca a

aceitou e teve com ela uma relação maternal”.

A classe “Trabalho precoce”, por sua vez, agrupou todos os trechos dos pareceres em que havia menção a trabalhos ou atividades laborais realizadas na infância e/ou adolescência, sendo que todos foram trabalhos domésticos (dois de babá e um de empregada doméstica). São representativos desta categoria, assim, as passagens: “Aos catorze anos de idade, fugiu de casa para seguir a profissão da mãe [empregada doméstica]” (Parecer D) e “(...) desde os 10 anos começou a trabalhar como babá, o que a impedia de vivenciar sua infância plenamente, como brincar e ir à escola” (Parecer J).

A categoria “Doenças crônicas na infância/adolescência” surgiu para acomodar os relatos sobre enfermidades desse caráter quando aquela mulher era criança ou adolescente, tendo sido um caso de epilepsia e outro caso de asma. Diz o parecer G “(...) a partir dos 14 anos, foi diagnosticada com epilepsia, quando passou a apresentar algumas convulsões e a fazer uso de medicamentos anticonvulsivantes (...)” e o parecer E “(...) desenvolveu asma aos 4 anos de idade, doença que, segundo a

entrevistada, marcou toda a sua vida negativamente (...)

Em “Abuso sexual”, por sua vez, foram colocados os trechos dos pareceres em que havia relatos desta forma de abuso, sendo um abuso praticado pelo padrasto e o outro não declarada a autoria. Neste sentido, o parecer E: “Possui cinco filhos, sendo um deles fruto de um estupro” e o parecer I: “(...) chegou a ser abusada por um de seus padrastos quando tinha 11 anos”.

Já na categoria “Relacionamentos abusivos”, foram colocados os trechos que expressavam a vivência em relacionamentos afetivos com maridos ou companheiros abusivos. Ilustram o teor desta categoria o relato presente no parecer H: “(...) O ciúme, o desprezo e as agressões sofridas perpetradas pelo ex-marido, a quem cometeu homicídio” e no parecer J: (...) separou-se porque o companheiro bebia muito e queria agredi-la”.

Por fim, na categoria “Aliciamento ao crime por figuras masculinas” estão todos os trechos que referiam que, para o crime pelo qual aquelas mulheres foram condenadas, elas foram aliciadas por algum homem

de seu convívio familiar. É importante salientar que, do total de cinco crimes relacionados ao tráfico de drogas, em três, ou seja, 60%, as mulheres foram a eles aliciadas pelos seus companheiros ou parentes – em dois casos pelos companheiros e em um caso pelo irmão.

Podem ser usados para representar o tema desta categoria os trechos do parecer G, que traz “(...) Entende que o amor pelo irmão motivou-a a fazer o favor que ele a pedira, que foi o roubo” e do parecer B, no qual encontra-se “(...) Hoje viúva de um esposo que foi dito responsável por envolvê-la com o tráfico (...) disse ter feito isso para defendê-lo e livrá-lo de mais uma acusação, pois ele já tinha muitas e já havia sido preso”.

#### *Durante o cárcere*

No que concerne ao tempo no cárcere, foram incluídos nestas classes os relatos que aludiam à vida e ao dia-a-dia das mulheres entrevistadas dentro da prisão, tendo sido encontradas apenas informações que se referiam a duas circunstâncias: solidão ou resistências.

Na primeira categoria, “Solidão”, foram reunidos os relatos sobre ter sido

vivenciado tal sentimento de forma acentuada quando estas mulheres estavam encarceradas, devido a ausência de visitas dos parentes, cônjuges/companheiros, ou mesmo em decorrência da falta de amizades com as colegas do local, tais como os relatos do parecer C, que revela “Em seu período de reclusão, diz ter sido muito solitária. Não se relacionava muito com as outras colegas de cela e mal saía para tomar banho de Sol, assim como também não recebia visitas” e do parecer J, “Enquanto estava reclusa, passava a maior parte do tempo sozinha e referiu que chorava bastante”.

Na categoria “Estratégias de resistência”, estão todos os trechos dos pareceres que informavam as estratégias de resistência utilizadas por aquelas mulheres privadas de liberdade para continuar sobrevivendo com saúde à reclusão. Em geral, essas estratégias foram a aproximação com a religião, o desempenho de alguma atividade laboral dentro da prisão ou a realização de cursos profissionalizantes que eram oferecidos.

Neste sentido, o parecer E, que traz “(...) Na prisão, evangelizou-se e fez disso o seu novo modo de vida e

ocupação”, e o parecer D: “Quando presa, afirmou que buscou não desenvolver problemas de relacionamento e sempre se ocupar, fazendo cursos, como os que fez de corte e costura de moda praia e preparo de doces e salgados, e trabalhando, de modo que trabalhou na horta, na cozinha e na limpeza”.

#### *Depois do cárcere*

Por fim, nas dificuldades vividas após a conquista da liberdade foram descobertas duas informações: sobre os efeitos na saúde ou sobre a precariedade financeira ou exclusão do mercado de trabalho. Foram reunidas na primeira categoria as informações registradas sobre problemas de saúde físicos e mentais com os quais as mulheres passaram a sofrer depois que adquiriram a liberdade, algumas vezes decorrentes da própria vida na prisão. Por isso, esta é uma classe que também diz respeito, em alguma medida, à vida durante o cárcere. Chama a atenção a incidência significativa: 5 das 12 mulheres, ou seja, 41,6%, relataram comprometimentos na saúde depois de passar pelo cárcere.

Ilustram o teor da classe “Saúde comprometida” os trechos “(...) Tendo ficado com uma série de problemas psicossociais por conta desta prisão, como sintomas de ansiedade, depressão e uma forte insônia, além de problemas de saúde como a tuberculose que contraiu no sistema prisional e da qual ainda se recupera apropriadamente” (Parecer D) e “Disse que hoje não se encontra muito bem, pois sofre de dores de cabeça quando sente muita raiva e desejo de vingança com o mundo” (Parecer F).

A categoria “Dificuldade financeira ou de inserção no mercado de trabalho”, por último, agrupou todas as informações relatadas sobre estar-se vivendo sérias dificuldades financeiras depois de ter saído da prisão, em condições socioeconômicas precárias, ou então em dificuldades para conseguir um emprego formal por conta do estigma da condição de ser ex-presidiária. Neste sentido, os pareceres D, “(...) referiu que sofre preconceito por ser egressa do sistema penal, o que a desestimula bastante, e que (...) tudo no que queria pensar e gostaria de obter seria um emprego fixo” e F, “(...) referiu que se encontra desesperada porque não

consegue um emprego”. Este dito sentimento de desespero com o desemprego foi encontrado em dois pareceres.

Os relatos encontrados sobre as vivências ao longo da trajetória de vida destas mulheres, do início de suas vidas até a prisão e depois dela, se encontram, em grande parte, em concordância com o que já traz a literatura. Assim, Souza et al. (1998) ressaltaram a existência do perigo de contágio de várias enfermidades na prisão, Carvalho et al. (2006) e Cerneka (2009) enfatizaram a solidão da mulher privada de liberdade, que recebe menos visitas que os homens, gerando o sentimento de abandono, Frinhani e Souza (2005) chamaram a atenção para a recorrência do trabalho como domésticas, Carvalho et al (2006) e Huang et al. (2012) para o histórico de educação deficitária e Barcinski (2009) para o aliciamento ou forte influência de companheiros e demais figuras masculinas para aquela mulher envolver-se com o tráfico.

### **Discussão**

O que o conjunto dos resultados apresentados deflagrou é a inegável

exposição da situação de vulnerabilidade e marginalidade sociais vividas pelas mulheres da amostra, bem como o ciclo de violências iniciado desde a infância: um cenário de abandono parental, trabalho infantil, abuso sexual e relacionamentos abusivos, influência ou aliciamento por homens para a participação nos crimes, solidão e abandono no cárcere, problemas de saúde, desemprego e condição financeira precária após a prisão.

As mulheres, enquanto integrantes do gênero feminino, são conhecidamente submetidas a um ciclo contínuo de violências ao longo de suas vidas, físicas ou não, estruturais, simbólicas ou institucionais. Quando falamos de mulheres de classes oprimidas, as violências se tornam ainda mais comuns e mais intensificadas e as acompanham do início de suas vidas até o final. São histórias de violência e de falta de acesso aos direitos de cidadania, aos bens e aos benefícios da sociedade que garantem a dignidade humana.

Esse foi o tom das histórias presentes nos pareceres das mulheres que compuseram este estudo. Quando elas foram presas, esse ciclo de violência continuou e ganhou expressão,

principalmente, na solidão vivenciada dentro daqueles muros, bem como a aquisição de problemas de saúde. Neste sentido, a prisão, por si mesma, funciona como uma dupla penalização: além da condenação à pena privativa de liberdade em si mesma, as mulheres também são penalizadas, como ressaltaram Carvalho et al. (2006), com a solidão, algo que decorre especificamente da condição de ser mulher, uma vez que isso ocorre menos para a população carcerária masculina, que recebe mais visitas, inclusive visita íntima. A mulher presa, por diversos motivos, é condenada ao esquecimento e ao abandono familiar e conjugal, e isto foi o levantado nas análises dos pareceres deste estudo.

As estratégias de resistência relatadas parecem ser o único respiro no meio da sequência de violências. Os pareceres revelaram que a aproximação com a religião (a evangelização), a realização de cursos e também o trabalho foram as formas encontradas para sobreviver à prisão e “ocupar a cabeça”, ou promover saúde mental e, por que não, física. A oportunidade de fazer cursos foi também uma maneira de resistir e se ocupar. De fato, tratam-se de uma forma de fazer o tempo deixar de ser

apenas um tempo de espera para ser também de produção.

O ciclo da violência continua, nos dizem os pareceres, igualmente após o cárcere. A dupla penalização referida segue para fora da prisão sob a forma de sequelas que ela deixa na saúde. A pena de privação de liberdade é acrescida de um *plus* de punição que está presente nas condições estruturais, assistenciais e sanitárias precárias dos presídios que deixam danos na saúde, física e psicológica, dos sujeitos que foram presos. Um dos pareceres da amostra relatou a aquisição de tuberculose na prisão, uma enfermidade comum neste âmbito (Machado et al., 2016). Além disso, foram comuns os sintomas de sofrimento psíquico: ansiedade e depressão, insônia, traumas, sentimentos de medo, desespero, raiva e vingança.

A situação financeira precária depois do tempo em privação mais a não inserção no mercado de trabalho finalizam o conto dessa história de vulnerabilidades das mulheres. Enquanto que a situação socioeconômica já poderia ser precária nas suas vidas pregressas, inclusive possivelmente pela falta de trabalho formal em alguns casos, a dificuldade de conseguir um emprego

após o cárcere, pelo estigma, contribui diretamente para a manutenção dessa situação de exclusão social.

Como bem explicaram Rosendo et al. (2018), esse cenário piora para as mulheres em relação ao homem ex-presidiário devido, mais uma vez, a dupla penalização: dessa vez, por aquela mulher ter fugido ao padrão de docilização e disciplinarização esperado mais delas, de maneira que é ainda menos aceitável que uma mulher, que deveria representar o arquétipo da mãe, tenha se envolvido com o crime. Se as ofertas de emprego poderiam, por diversas razões, já ser poucas antes (ou até inexistentes), depois da prisão se reduzem ainda mais.

A aquisição de um emprego, socialmente, além de meio para perceber o capital imediato de satisfação das necessidades básicas, também é uma forma de reconhecer que aquela pessoa que reconquistou a liberdade não está mais envolvida com a criminalidade (Souza e Silveira, 2017). A desocupação depois da prisão, por tais motivos, pode abrir uma porta para que se enxergue na criminalidade, novamente, a única saída restante para a obtenção de capital para a

subsistência, levando à reincidência criminal.

Todo este cenário exposto descortina, somando-se ao conjunto de trabalhos neste campo, a falência do sistema prisional em seus (ditos) fins de recuperação da pessoa que cometeu o crime e também revela a dupla penalização imposta aos reclusos que ultrapassa, e muito, a mera reclusão. A questão é ainda mais sensível para as mulheres, que, com frequência, incorrem no crime por aliciamento de alguma figura masculina próxima, sofrem com o abandono familiar quando no cárcere e com um maior estigma decorrente da condição de ex-presidiária quando saem dele – e, conseqüentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

### **Considerações finais**

O presente estudo revelou, por meio da leitura atenta dos pareceres, uma história de mulheres egressas do sistema prisional atravessada por vulnerabilidades sociais e por um ciclo de violências que pode ter início com o abandono pelos pais na infância e terminar com a condição

socioeconômica precária e exclusão do mercado de trabalho depois da prisão. A análise dos dados revelou um triste padrão comum, que, inclusive, pode parecer estereotipado, mas que foi efetivamente encontrado.

Evidentemente, trata-se de uma amostra pequena e de um instrumento de coleta de informações (pareceres psicossociais) com dados pré-determinados e feitos por outrem, não tendo sido a pesquisa feita diretamente com as pessoas, de maneira que certamente nem tudo o que foi dito encontra-se nos documentos e também não se pode assegurar que o que foi registrado foi dito exatamente como foi anotado. Além disso, certamente, as dificuldades identificadas nos pareceres não devem ter sido as únicas vividas. Ainda assim, os dados relatados, que são oficiais e foram fruto de entrevistas, de fato trazem tal realidade, a qual só denuncia a condição precária das mulheres que vão presas em nosso país.

Esta realidade ressalta que alternativas para a trajetória destas mulheres são cogentes. Há uma verdadeira necessidade de adoção de penas alternativas à prisão, especialmente quando o crime é dito de

menor potencial ofensivo. Além disso, é imprescindível promover a qualificação profissional intramuros, bem como a realização de parcerias com empresas (públicas e privadas) para incentivar e oferecer postos de trabalho (não precarizados, vale salientar) às mulheres egressas do sistema. Como lembra Baratta (1999), não se pode alcançar a reintegração social do condenado por meio do cumprimento da pena de reclusão, no entanto, se deve buscá-la *apesar* dela.

### Referências

Assis, Simone Gonçalves; Constantino, Patrícia (2001), *Filhas do Mundo: Infração Juvenil no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Baratta, Alessandro (2002), *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal. Introdução à Sociologia do Direito Penal* [3ª ed.]. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan.

Baratta, Alessandro (1999), “Paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana”, in Carmen Hein de Campos

(org.), *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre: Editora Sulina, p. 19-80.

Barcinski, Mariana (2009), “Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro”. *Ciênc. saúde colet.*, 14(2), 577-586. Consultado a 02.12.2018, em <https://www.scielo.org/pdf/csc/2009.v14n2/577-586>

Bardin, Laurence (2011), *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Santos, Thandara (org.) (2017). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. INFOPEN – junho de 2016*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, Consultado a 10.12.2018, em [http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio\\_2016\\_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf)

Buglione, Samantha (2007), “O dividir da execução penal: olhando mulheres, olhando diferenças”, in Salo Carvalho

(org.), Crítica à execução penal. Doutrina, jurisprudência e projetos legislativos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 123-144.

Cerneka, Heidi Ann (2009), “Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher”. *Veredas do Direito*, 6(11), 61-78. Consultado a 11.12.2018, em <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/rveredire6&div=7&id=&page=>

Cortina, Monica Ovinski de Camargo (2015), “Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista”, *Revista Estudos Feministas*, 23(3), 761-778. Consultado a 11.12.2018, em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n3/0104-026X-ref-23-03-00761.pdf>

Cunha, Manuela Ivone Paredes Pereira da (1994), *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais.

Cunha, Manuela Ivone Paredes Pereira da (1996), “O corpo recluso: controlo e

resistência numa prisão feminina”, in Miguel Vale de Almeida (org.), *Corpo presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo*. Oeiras: Celta Editora, 72-86.

Denzin, Norman (2017), *The research act: A theoretical introduction to sociological methods*. New York: Routledge.

Fausto, Boris (2001), *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)* [2ª ed.]. São Paulo: Edusp.

Fiorelli, José Osmir; Mangini, Rosana Cathya Ragazzoni (2017), *Psicologia jurídica*. [7ª ed.]. São Paulo: Atlas.

Fonseca, Karina Prates (2006), “Re(pensando) o crime como uma relação de antagonismo entre seus autores e a sociedade”. *Psicol., Ciênc. Prof.* (Impr.), 26(4), 532-547. Consultado a 21.02.2019, em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v26n4/v26n4a02.pdf>

Frinhani, Fernanda de Magalhães Dias; Souza, Lídio de (2005), “Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma

análise de representações sociais”.  
Psicologia: teoria e prática, 7(1), 61-79.  
Consultado a 24.02.2019, em  
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v7n1/v7n1a06.pdf>

Gonçalves, José Artur Teixeira; Madrid, Daniela Martins (2010), “Religião e crime organizado: Apropriações do privado no interior dos presídios brasileiros”. Revista Intertem@s, ano XI, 19(19), 1-8. Consultado a 11.12.2018, em  
<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view/2680/2497>

Guedes, Marcela Ataíde (2006), “Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino”. Psicol., Ciênc. Prof. (Impr.), 26(4), 558-569. Consultado a 24.02.2019, em  
<https://www.redalyc.org/pdf/2820/282021750004.pdf>

Guimarães, Cristian Fabiano et al. (2006), “Subjetividade e estratégias de resistência na prisão. Psicol., Ciênc. Prof. (Impr.)”, 26(4), 632-645. Consultado a 21.02.2019, em

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6156255.pdf>

Huang, Kaibin et al. (2012), The Significance of Breastfeeding to Incarcerated Pregnant Women: An Exploratory Study. Birth, 39(2), 145-155. Consultado a 10.12.2018, em  
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1523-536X.2012.00528.x>

Instituto Igarapé (2019), “Depois da prisão: caminhos possíveis para mulheres. Página consultada a 05.05.2019, em:  
<https://igarape.org.br/depois-da-prisao/>.

Lombroso, Cesare; Ferrero, Guglielmo (2004), Criminal woman, the prostitute, and the normal woman. Tradução de Nicole Hahn Rafter e Mary Gibson. Durham: Duke University Press.

Machado, Jean Carlos et al. (2016), “A incidência de tuberculose nos presídios brasileiros: revisão sistemática”. Rev. Aten. Saúde, 14(47), 84-88. Consultado a 17.03.2019, em  
[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_ciencias\\_saude/article/view/3256/pdf](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/3256/pdf)

Minayo, Maria Cecília de Souza (2004), O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde [8ª ed.]. São Paulo: Hucitec.

Rosendo, Juliana Vital et al. (2018), “Mulheres no cárcere: Breves reflexões sobre o sistema punitivo em Sergipe e os desafios da reinserção social”. Interfaces Científicas-Humanas e Sociais, 7(1), 107-117. Consultado a 11.12.2018, em <https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/4506/2888>

Shamai, Michael; Kochal, Rinat-Billy (2008), “Motherhood starts in prison: the experience of motherhood among women in prison”. Family process, 47(3), 323-340. Consultado a 18.03.2019, em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1545-5300.2008.00256.x>

Soares, Bárbara Musumeci; Ilgenfritz, Iara (2002), Prisioneiras: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond.

Soares, Gabriela Pinheiro et al. (2014), “Teatro-menor: cartografia em arte e experimentação de mulheres em situação

de cárcere”. Psicologia & Sociedade, 26, 89-99. Consultado a 03.03.2019, em <https://www.redalyc.org/pdf/3093/309331565010.pdf>

Souza, Lídio de et al. (1998), “Direitos humanos e representação de justiça”. Psicologia: Reflexão e Crítica, 11(3). Consultado a 05.05.2019, em <https://www.redalyc.org/pdf/188/18811309.pdf>

Zaffaroni, Raúl Eugenio (1991), Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Tradução de Vania Romano Pedrosa e Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan

**O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A DIGNIDADE DAS  
PESSOAS TRANSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS: UM  
ESTUDO DE CASO DO *HABEAS CORPUS* Nº 497.226/RS**Emerson da Silva Mendes<sup>1</sup>Cristina Groberio Pazó<sup>2</sup>

**Resumo:** Importa-nos para a presente pesquisa analisar à luz do Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana qual relação: os corpos de pessoas Transexuais, Travestis e Transgêneros estabelecem com o Sistema de Justiça, em específico com o Sistema Prisional Brasileiro? Diante do presente quadro utilizamos como metodologia de pesquisa estudos bibliográficos, recorrendo ao método hipotético dedutivo apoiando-se no estudo do caso **D.S.S** do Rio Grande do Sul (RS) por meio do Habeas Corpus (HC) nº 497.226 - Rs (2019/0065773-1) proferido pelo Ministro Rogério Schietti Cruz do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e demais peças processuais do caso que esteja com acesso público, alinhado à análise de documentos oficiais que

norteiam a política da República Federativa do Brasil no âmbito do Sistema Prisional. Diante do exposto, observou-se que a proteção oferecida pelo Estado tem-se mostrado insuficiente diante do complexo processo de violação de Direitos Humanos, além de uma potencial colapso no sistema de segurança pública.

**Palavras-chaves:** LGBTI+. Habeas Corpus. Sistema Prisional. Privação de Liberdade. Direitos Humanos.

**Abstract:** It is important for us, to the present research, to analyze under the light of the Constitutional Principle of Dignity of the Human Person, what relation do the bodies of Transsexual, Transvestites and Transgender people

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-Graduando Lato Sensu em Gênero e Sexualidade na Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Graduação em andamento no Curso de Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Sul da Bahia; Bacharel Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Federal do Sul da Bahia (2017).

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul da Bahia. Possui Doutorado em Direito pela Universidade Gama Filho (2006); Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e Graduação em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (1997).

establish with the Justice System, specifically within Brazilian Prison System? At the present framework, we used as a research methodology bibliographical studies, using the hypothetical deductive method, based on the study of the case DSS of Rio Grande do Sul (RS) through Habeas Corpus (HC) nº 497.226 - Rs (2019 / 0065773-1) uttered by Minister Rogerio Schietti Cruz of the Supreme Court of Justice (STJ) and other procedural documents of the case that is publicly accessible, in line with the analysis of official documents that guide the policy of the Federative Republic of Brazil within the scope of the Prison System. Against the above, it was observed that the protection offered by the State has been insufficient in the face of the complex process of violation of Human Rights, in addition to a potential collapse in the public security system.

**Keywords:** LGBTI+. Habeas Corpus. Prison System. Deprivation of liberty. Human Rights

### Introdução

A presente pesquisa objetiva analisar à luz do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana qual

relação os corpos de pessoas Transexuais, Travestis e Transgêneros estabelece com o Sistema de Justiça brasileiro, em específico com o Sistema Prisional Brasileiro, examinar se a proteção oferecida pelo Estado brasileiro tem sido suficiente para garantir às pessoas Travestis, Transexuais e Transgênero acesso aos direitos fundamentais durante o período em que cumprem pena nos estabelecimentos prisionais e, por fim, verificar como a falta de políticas pública que ampare esta população no sentido de coibir violações de direito configura e potencializa uma grave ameaça aos Direitos Humanos em pleno século XXI.

No primeiro momento fomentou-se por meio de uma breve discussão os conceitos de gêneros, perpassando pelas compreensões acerca das identidades de gêneros, observando como as tratativas internacionais têm procurado interpretar as identidades de gêneros e orientação sexual à luz dos Direitos Humanos, visando combater ações de discriminação, estigma e violência vivenciado cotidianamente pela população LGBTI+, discutiu-se como a já superada visão biologicista de gêneros ainda se mostra como um dos principais entraves na produção de políticas

públicas centrada sob a égide humanista e progressista, seguido de uma contextualização dos dados sobre a população carcerária no Brasil, e por fim, analisou-se o caso **D.S.S** à luz do princípio da dignidade da pessoa humana.

Diante do presente quadro utilizamos como metodologia de pesquisa estudos bibliográficos, recorrendo ao método hipotético dedutivo, apoiando-se no estudo do caso **D.S.S** do Rio Grande do Sul (RS) por meio do Habeas Corpus (HC) nº 497.226 - Rs (2019/0065773-1) proferido pelo Ministro Rogério Schietti Cruz do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e demais peças processuais do caso que estejam em caráter de domínio público, alinhado à análise de documentos oficiais que norteiam a política da República Federativa do Brasil no âmbito do Sistema Prisional.

## **1. CONCEITOS DE IDENTIDADES**

Adentrando na análise das categorias Identidades, Identidades Gêneros e Orientação Sexual ou Identidades Sexoafetivas, importante se faz, antes de percorrermos tal caminho, explicitarmos o que aqui se entende por

identidades. Nesse sentido, HALL (2006), afirma que as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades fragmentando o indivíduo moderno, culminando no processo denominado de “Crise de Identidade”.

Nas palavras do autor “[...] Tal crise é observada como parte de um processo mais amplos de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2006: 07)

Assim sendo, a identidade é o liame que o sujeito social - eu - estabelece com a sociedade - outros - produzindo neste - o sujeito - uma série de interligações culturais que de algum modo traduz no sujeito leituras acerca dos locais/posições que este ocupa no mundo social e cultural em um dado período.

Às vezes, mesmo de forma despercebida, de alguma maneira, somos, enquanto sujeitos, interpelados no nosso cotidiano por questionamentos que refletem nas nossas identidade, como por exemplo: Quem é você? Local

de nascimento? Qual a Identificação Racial do sujeito? Qual seu gênero? e etc. Tais indagações, apesar transparecer simplório, constrói no imaginário social ideias previamente codificada acerca das identidades que compõem cada ator social, além de evidenciar os modos como nos identificamos em relação aos múltiplos aspectos sócio-culturais e como somos compreendidos perante as demais pessoas.

## 2. IDENTIDADES DE GÊNEROS

Os estudos sobre Identidades Sexuais e Identidades de Gêneros surgem imbuídos com as pautas levantadas pelos movimentos feministas e, posteriormente foi agregado pelo movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Interssexuais (LGBTI+). Destaca-se acerca dos movimentos feministas que este não se molda de forma uniforme, pois é, de certa maneira antagônica, sendo dividido por grande parte dos(as) estudiosos(as) em três “ondas”, contudo tal divisão é passível de crítica por parte do movimento, uma vez que esta transmite uma ideia de algo momentâneo, de curta duração. Importante se faz, compreender que tal

divisão possui um caráter meramente didático, para fins de entendimento dos processos mais relevantes, pois o movimento não para de acontecer, apenas apresenta fatos que se destacam mais, o processo histórico, em si, é algo recorrente que não é estanque.

Já a história do movimento LGBT é ainda mais recente se comparado ao movimento feminista, sendo pacífico a compreensão que o mesmo se organiza após a conhecida Revolta de Stonewall, ocorrida nos Estados Unidos da América (EUA) em 1969.

Destarte, que foi a partir da segunda onda do movimento feminista que as teorias e conceitos acerca dos gêneros começaram a ser construídos no bojo das reivindicações sociais como um instrumento de análise capaz de denunciar as diferenças e hierarquias existente entre homens e mulheres. PRECIADO (2008), pontua que tal conceito não foi constituído pelo movimento feminista, mas sim por John Money no final dos anos 40.

Lojes de ser la creación de la agenda feminista de los años sesenta, la categoría de género pertenece al discurso biotecnológico de finales d los años cuarenta (...) A la rigidez del sexo del siglo XIX, John Money, el psicólogo infantil encargado del

tratamiento de los bebés intersexuales, va a oponer la plasticidad tecnológica del género. Utiliza por primera vez la noción de *gender* en 1974 y la desarrolla clínicamente más tarde con Anke ehrhardt y Joan y John Hampson para hablar de la posibilidad de modificar hormonal y quirúrgicamente el sexo de los bebés nacidos con órganos genitales y/o cromosomas que la medicina, con sus criterios visuales y discursivos, no puede clasificar solo como femeninos o masculinos. (PRECIADO 2008: 81)

Todavía, é no cerne dos movimentos feministas que o conceito de gêneros ganha maior espaço nas pautas políticas, cabe ainda destacar que tal conceito enquanto mecanismo analítico flexível e multifatorial, surge imbuído na produção científica e tecnológica sobre o corpo, de tal modo a nos permitir identificar e compreender as identidades de gêneros como uma ferramenta de inspeção crítica capaz de traduzir as fronteiras hierárquicas entre os(as) sujeitos (homens e mulheres), como também se mostra como um potencial aparato apto a provocar um complexo processo de desnaturalização das identidades dos(as) sujeitos.

Sobre tal aspecto JESUS (2012: 05), pontua que “[...] Como as influências sociais não são totalmente visíveis, parece para nós que as

diferenças entre homens e mulheres são naturais, totalmente biológicas, quando, na verdade, parte delas é influenciada pelo convívio social”.

Nesse ensaio, cabe esclarecer que conforme o Art. 1º, II, do Decreto Federal nº 8.727/2016, se entende identidade de gênero como sendo:

[...] a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Apesar do caráter progressista da norma e, a mesma estando alinhada com diretrizes internacionais, não é incomum verificar no cotidiano a falta de entendimento entre identidade de gênero e orientação sexual, ocasionando diferentes situações de constrangimento, violências e desqualificação às pessoas Travestis, Transexuais e Transgêneros, como referir-se a essa população como sendo homens que se vestem de mulher.

Em um dos processos que envolve **D.S.S.**, é possível observar que durante o depoimento da vítima **D.M.C** ouvida em Juízo - no processo nº 020/2.10.0002128-1 (CNJ:0021282-29.2010.8.21.0020) - na Comarca de Palmeira das Missões, 2ª Vara Judicial, a

mesma aduziu que “[...] é proprietária do estabelecimento comercial e, no dia dos fatos, o réu entrou no local vestido de mulher querendo comprar uma corrente de ouro para sua mãe. O réu usava cabelos longos e logo percebeu que se tratava de um homossexual”.

No mesmo processo, relata também o Policial Militar, **A.M.V** que “foi comunicado pela Sala de Operações da Brigada Militar acerca de uma ocorrência de furto em uma relojoaria. Foi repassado aos policiais que o indivíduo que havia cometido o furto era um homem magro, alto e vestido de mulher”.

Observa-se que em vários momentos da vida de **D.S.S** no sistema de justiça, a negação de sua identidade de gênero é um processo que se materializa de modo incisivo, tempestivo e recorrente. Tal aspecto evidencia a materialização de uma dupla violência a qual acompanha não só **D.S.S**, mas tantos(as) outras pessoas Transexuais, Travestis e Transexuais no Brasil.

Essa violência simbólica iniciacom negação material e formal de realização de vida em sociedade, como também, na incansável negação de serem - as pessoas Transexuais, Travestis e Transexuais - reconhecidas em suas

plenitudes em função das engrenagens do Estado.

Sobre tal aspecto **MAGNO** (et al., 2018: 09), elucida que “o processo de estigmatização [de pessoas Transexuais, Travestis e Transexuais] opera por intermédio da identificação de rótulos depreciativos”.

À título explicativo optou-se pela exposição dos conceitos básicos acerca dos conceitos de identidade de gênero e seus variantes que, adiante, na análise, serão fundamentais, tendo sido extraídos da obra de **JESUS** (2012: 13-17), cuja referência completa está no final deste artigo.

**Gênero:** Classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo. **Identidade de gênero:** Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero. **Cisgênero:** Conceito “guardachuva” que abrange as pessoas que

se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. **Transexual:** Termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Evite utilizar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre se refira à pessoa como mulher transexual ou como homem transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica. **Mulher transexual:** Pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Algumas também se denominam transmulheres ou Male-to-Female (MtF). **Homem Transexual:** Pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem. Alguns também se denominam transhomens ou Female-to-Male (FtM). **Travesti:** Pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero. Referir-se a

ela sempre no feminino, o artigo “a” é a forma respeitosa de tratamento. **Transgênero:** Conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. **Orientação Sexual/Identidade Sexo-Afetivo:** Atração afetivo-sexual por alguém. Sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero.

### 3. VISÃO BIOLOGICISTA DE GÊNERO VS POLÍTICAS PÚBLICAS

Apesar da avançada compreensão estabelecida em 2006 pela Yogyakarta<sup>3</sup> e por outros documentos de anos anteriores na órbita internacional, há que observar que na esfera nacional brasileira o processo legislativo tem se mostrado tímido, tendendo a conferir dentro das legislações do Brasil uma perigosa visão biologicista aparada na dicotomia de que pessoas transexuais são

<sup>3</sup> A Yogyakarta é um documento Internacional elaborado pela Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos, com o objetivo de desenvolver um conjunto de princípios jurídicos internacionais sobre a

aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf)

compreendidas diferentemente de pessoas Travestis, por esta primeira prescindir de realização de cirurgia de transgenitalização e a segunda não, revelando um contrassenso ao estabelecido na Yogyakarta, além de um grave violação ao princípio da dignidade da pessoa humana, por negar aos(as) sujeitos(as) o direito de viver suas experiências pessoais.

São visões normativas limitadas como a Ordem de serviço nº 345/2017 da Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal (DF), cujo artigo 9º autoriza a transferência para a Penitenciária Feminina do Distrito Federal apenas de mulheres trans que já tenham realizado cirurgia de transgenitalização do sexo masculino para o feminino que legitimam as cotidianas agressões, brutalidades e violências cometida às pessoas Transexuais, Travestis e Transgêneros, como as sofridas pela Travesti Verônica Bolina no ano de 2015 quando foi violentamente agredida por agentes e policiais no pátio da carceragem do 2º Distrito Policial, no Bom Retiro, Estado de São Paulo (SP).

No ano de 2018 o Habeas Corpus (HC) nº 00022531720188070015, julgado pela Vara de Execuções Penais

do Distrito Federal, denegou à **C.D.B, T.B, B. J.N.S, A.R.N, R.R.C, D.G.A, L.O.S, C.F.G, L.P.C, A.S.V** a possibilidade de cumprimento de pena em local menos hostil, pois o estabelecimento o qual estavam lotadas, nas palavras de seus representantes legais “[...] não lhes preserva, por inteiro, a dignidade inerente às suas identidades de gênero”, possibilitando-a vivenciar potenciais violações físicas, psicológicas e morais.

Assim decidiu o Tribunal:

“[...] Trata-se de Habeas Corpus impetrado por ANDERSON CAVICHIOLI, BRUNO CARVALHO DE ALMEIDA e MICHEL PLATINI GOMES FERNANDES em favor das pacientes [C.D.B, T.B, B. J.N.S, A.R.N, R.R.C, D.G.A, L.O.S, C.F.G, L.P.C, A.S.V] com a finalidade de que, concedida a ordem, sejam as pacientes, transexuais femininas ou travestis, transferidas para estabelecimento prisional compatível com suas identidades de gênero. [...] Desse modo, considerando que os impetrantes levantaram questões exclusivamente de direito, que independem de análise fático-probatória, concluo não haver óbice à análise do pedido formulado neste feito originário, o que faço de ofício, nos moldes previstos nos artigos 194 e seguintes da LEP. [...] Um primeiro ponto a ser esclarecido diz respeito ao alcance da decisão proferida em sede do HC nº 152.491/SP, a qual, diga-se, não alcançou efeito erga omnes. O Excelentíssimo Senhor Ministro Barroso determinou realmente a transferência de duas travestis que

estavam alocadas em cela masculina "para estabelecimento prisional compatível com a orientação sexual" (sem menção expressa a presídio feminino), porque ambas estariam presas na penitenciária de Presidente Prudente em uma cela onde havia cerca de trinta homens. [...] Note-se que a própria Resolução Conjunta 1 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação estabelece que a pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade deve contar com espaços de vivência específicos, sem referência expressa a presídio feminino. [...] Destarte, todos nós somos socialmente iguais, mas biologicamente existem diferenças que são cientificamente inegáveis. A musculatura esquelética de quem nasceu homem tem fator hormonal que lhe assegura vantagem de força sobre a mulher. Além do mais, mulher trans, por exemplo, não menstrua como a mulher cis, sendo cediço que durante o período menstrual a mulher cis passa por período de mudança de humor, dores, prostrações, etc. Faz-se necessário trazer à baila tais diferenças, para rebater a pretensão dos impetrantes, os quais pretendem que as pacientes - todas mulheres trans que não fizeram cirurgia de transgenitalização e, por isso, todas têm pênis - sejam transferidas para o presídio feminino e sejam alocadas junto com mulheres cis. Para preservação do direito de uns, não pode haver desrespeito aos direitos de outros, sejam eles quais forem. Por todo o exposto, julgo improcedentes os pedidos formulados e INDEFIRO a transferência. Intime-se o Ministério Público e a Defesa. Remetam cópia da presente decisão à SESIPE. Nada mais havendo, archive-se".

Nesse sentido que apesar dos grandes avanços científico no campo das ciências humanas e sociais, como também em demais áreas do conhecimento, ainda é possível notar na seara Institucional, assim como no cotidiano social a predominância irrestrita em compreender as identidades de gêneros como sendo algo intrínseco e determinado unicamente pelos órgãos genitais, o que para os(as) estudiosos(as) como Judith Butler, Jaqueline Gomes de Jesus, Berenice Bento, Maria Clara Araújo e tantos(as) outros(as) se mostra, além de uma violência extremada, uma incompatibilidade para com múltiplas formas de ser/estar no universo social.

#### **4. A DESUMANIZAÇÃO DOS CORPOS**

O processo de desumanização dos corpos de pessoas Transexuais e Travestis na ótica de Maria Clara Araújo no ensaio *Afrotransfeminismo e a necessidade de quilombos de afeto para travestis negras brasileiras (2018)*, nos direciona para o entendimento de que este processo emerge a partir de uma complexa ordem "[...] que ceifa quaisquer possibilidades reais de existência com dignidade para as travestis que vivem no Brasil".

Nos afirma OLIVEIRA e PORTO (2016: 333) que “[...] as possibilidades de ascensão social e a manutenção de uma vida digna são drasticamente suprimidas, levando a grande maioria dessa população [Travestis, Transexuais e Transgênero] à prostituição e situação de rua”

Acerca de tal aspecto, FERREIRA (2018) infere que as pessoas LGBTs, sempre experimentaram a privação da liberdade tanto quanto o restante da população – ou ao menos desde que as prisões “estão aí”. Nesse conjunto de sentidos endossamos a compreensão que a privação de liberdade acentua, sem sombras de dúvidas, uma profunda precarização da vida dos(as) sujeitos(as), sendo este - a precarização - resultado de uma complexa engrenagem política que nas palavras de FERREIRA (2016: 27) “[...] além de não ressocializar, estigmatiza, viola direitos humanos, rompe com laços sociais, segrega”. Ou seja, ultrapassa os limites geopolíticos dos estabelecimentos penitenciários e coloca sobre os corpos codificados por esse sistema uma série de demarcadores.

Aqui ampliamos o entendimento de privação para além do ambiente prisional, compreendendo que tal fato

acompanha pessoas Travestis, Transexuais e Transgêneros em grande parte de suas vidas, se não na sua totalidade, negando-lhes direitos fundamentais até efetivas possibilidades de vida.

É nesse cenário que Bento (2011: 01) depreende que “[...] pessoas transexuais e travestis são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais”.

## **5. O DILEMA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO**

O aumento do número de pessoas privadas de liberdade no Brasil nas últimas décadas tem suscitado à academia, bem como, aos movimentos sociais em prol dos direitos humanos, a necessidade de compreensão deste fenômeno que nos atravessa enquanto sujeitos(as). Aprender o *modus operandis* de um sistema tão complexo, como o Sistema Prisional brasileiro, demanda um intenso aprofundamento teórico, pois se por um lado é importante investigar o fenômeno do encarceramento de tal forma a nos permitir apurar os motivos que tem elevado o número de pessoas encarceradas, por outro, não menos

importante, faz-se necessário verificar além das sentenças proferidas pelos tribunais, o perfil sócio-demográfico desta população, as demandas e os impactos que esse quantitativo gera na gestão de políticas públicas, assim como, as implicações do aprisionamento na vida dos(as) apenados(as) e seu grupo familiar.

Aponta o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização - Junho de 2016, do Departamento Penitenciário Nacional demonstra que no Brasil havia cerca de 726.712 mil pessoas cadastradas no sistema como privadas de liberdade, incluídas as prisões civis e internações como medidas de segurança em 1.422 unidades prisionais que participaram do levantamento, evidencia a existência de um déficit de 358.663 vagas, uma taxa de ocupação 197,4% e uma taxa de aprisionamento carcerário de 352,6% por 100 mil habitantes.

A despeito do Sistema Prisional brasileiro o Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347, de relatoria do Exmo. Sr. Min. Marco Aurélio, impetrado pelo Partido Socialismo e

Liberdade (PSOL) no ano de 2015, reconheceu que o Sistema Penitenciário Nacional encontrava-se à época em “estado de coisas inconstitucional” em detrimento do acentuado quadro de violação de direitos fundamentais.

Nesse contexto, no ano de 2014 o Governo Federal conjuntamente com demais pastas do executivo, por meio da Resolução Conjunta de nº 01/2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD/LGBT, instituiu políticas que garantiu às pessoas LGBTI, em específico pessoas Travestis, Transexuais e Transgênero a possibilidade de cumprirem suas respectivas penas com o mínimo de dignidade e garantias básicas, estabelecendo em seu bojo que:

[...] Art. 3º - Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos.

§1º - Os espaços para essa população não devem se destinar à aplicação de medida disciplinar ou de qualquer método coercitivo.

§2º - A transferência da pessoa presa para o espaço de vivência específico ficará condicionada à sua expressa manifestação de vontade.

Art. 4º - As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser

encaminhadas para as unidades prisionais femininas.

Parágrafo único – Às mulheres transexuais deverá ser garantido tratamento isonômico ao das demais mulheres em privação de liberdade.

Porém, desde então, observa-se que nos últimos anos nenhuma grande mudança - do ponto de vista estrutural - na situação dos estabelecimentos prisionais brasileiros ocorrera, no sentido de adequá-los às novas diretrizes nacionais. Contudo alguns Estados fundado em suas prerrogativas constitucionais estabeleceram políticas públicas estaduais visando a efetivação da política nacional por meio do estabelecimento de alas/celas/pavilhões para pessoas LGBTI, em específico pessoas Travestis, Transexuais e Transgênero, como é o caso do Rio Grande do Sul no Presídio Central de Porto Alegre, Paraíba no Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega de João Pessoa, Pernambuco no Presídio de Igarassu na Região Metropolitana de Recife e etc.

No Brasil a propulsora da difusão das garantias constitucionais às pessoas privadas de liberdade foi a Constituição Federal de 1988, a qual incorporou à realidade normativa do País tendências internacionais no tratamento daqueles

que por motivos diversos se encontram privados de liberdade, trazendo ao bojo normativo um importante recorte de gênero.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

A Procuradoria-Geral da República, por meio de Procuradora-Geral, Exma. Sra. Raquel Elias Ferreira Dodge, no parecer - n.º 544 /2018 – SFCNST/PGR, Sistema Único n.º 335.915/2018 - da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 527/DF (2019: 24), ressalta que:

[...] compelir [às] transexuais femininas e travestis a ocuparem “espaços de vivência específicos” em presídios masculinos também constitui medida de segregação, incompatível com o respeito ao direito à igualdade e à não-discriminação, por quanto as submetem ao constrangimento de permanecerem confinadas em locais restritos dentro do estabelecimento prisional,

impingindo-lhes rótulo segregacionista e discriminatório.

Destarte, a Coordenação de Políticas Públicas para Mulheres e Promoção das Diversidades, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, mediante nota técnica produzida no ano de 2017 dispôs que:

A população LGBT, em geral, integra a parcela particularmente vulnerável no sistema prisional, haja vista os riscos de discriminação e violências (física, psicológica, moral e sexual), mais especificamente para as pessoas trans, considerando o assujeitamento a que elas são submetidas, bem como a exclusão de atividades como esporte e educação, o que faz com esse grupo [sofra] além de uma dupla restrição de liberdade, uma acentuada restrição de direitos.

Por esse ângulo, fundado no conhecimento acerca dos lamentáveis episódios de violência física, moral e sexual vivenciadas por mulheres transexuais, travestis e transgêneros em presídios masculinos, sustenta-se a ideia de que a manutenção de pessoas transexuais, travestis e transgêneros privadas de liberdade em estabelecimento prisional na qual inexistia compatibilidade com sua identidade de gênero configura uma grave violação aos direitos humanos e constitucionais.

Sob tal aspecto pondera SOUZA e FERREIRA (2016: 26) que:

“[...] Sob o pretexto de proteção, ou em outras palavras, “em nome do bem”, as travestis e mulheres transexuais ainda são expostas a situações desumanizadoras, como por exemplo o cárcere em alas direcionadas a homens que cometeram crimes sexuais como forma de evitar possíveis abusos de outros presos.

Tal situação evidencia uma latente e contínua ofensa aos preceitos Constitucionais inscritos na Carta Magna do Brasil, tão elementares para consolidação do Estado Democrático de Direito, demonstra um descaso para com os compromissos internacionalmente os quais a República Federativa do Brasil é signatário, além de um austero desrespeito à igualdade, à não-discriminação, a saúde, a segurança pessoal e os direitos da personalíssimo das pessoas Transexuais, Travestis e Transgênero.

Ainda sobre tal conjuntura o Relatório de Gestão 2016/2018 do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - DMF, ratifica que tais violações decorrem das falhas estruturais e da falência de políticas públicas, reitera ainda que eventuais modificações nesse

quadro problemática depende da implementação de medidas abrangentes de natureza normativa, administrativa e orçamentária, merecendo pronta intervenção do Poder Judiciário com vistas a garantir a necessária proteção dos direitos fundamentais.

Cabe mencionar que o *jaz* Exmo. Sr. Ministro Teori Zavascki, em seu voto prolatado no Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário nº 580.252/MS, o qual discutia-se a violação à direitos fundamentais a detentos em estabelecimentos carcerários no Estado do Mato Grosso do Sul (MS), afirma ao citar FRAGOSO (2005: 06) que “[...] em nossas prisões as condições de vida são intoleráveis” e, na prática, “[...] os presos não têm direitos”.

## **6. D.S.S E O SISTEMA DE JUSTIÇA**

**D.S.S**, brasileira, travesti sentenciada a cumprir 13 (treze) anos, 01 (um) mês e 22 (vinte e dois) dias de reclusão, recolhida no Presídio Estadual de Cruz Alta, iniciou a execução da pena em 23 de fevereiro de 2016, no regime fechado, e atualmente em regime semiaberto, em razão da prática delituosa de crimes patrimoniais.

Depreende-se dos autos do processo que diante da decisão do Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Cruz Alta, a qual denegou à **D.S.S** em cumprimento de pena em regime semiaberto, a concessão da saída temporária em decorrência da prática de falta grave ao tempo do pleito, homologada em juízo alterou a data-base para o dia 20-06-2017, não alcançando assim o cumprimento de 1/4 da sanção a que foi condenada, o que obstaculiza o alcance da almejado benefício, bem como o pernoite em cela feminina.

Diante de tal feito, a Defensoria Pública do estado do Rio Grande do Sul (RS), representante legal de **D.S.S**, interpôs junto à Oitava Câmara Criminal do TJ/RS, o Agravo de Execução - nº 70080189442 (nº CNJ: 0384156-08.2018.8.21.7000) -, de relatora da Sr.<sup>a</sup> Des.<sup>a</sup> N.O.P., a qual foi, por unanimidade dos(as) Desembargadores(as), novamente negado.

Assim manifestou-se sobre a controvérsia o TJ/RS:

“De igual forma, não comporta acolhida o pedido de pernoite do segregado no alojamento feminino. Isso porque, ainda que o agravante descreva sua condição de gênero, indicando que é travesti, o que lhe faz possuir aparência e características femininas, tanto não é suficiente para autorizar que resgate sua

sanção em alojamento destinado às mulheres. [...] Não resta dúvida no sentido de que a melhor alternativa seria a instalação de celas especiais visando atender às necessidades dos apenados em seus diferentes níveis, inclusive opção sexual [...] Contudo, essa não é a situação do Presídio Estadual de Cruz Alta. [...] O fato é que se a concessão do pleito traria consequências de ordem e de disciplina no cárcere, como adiantado pela administração do alojamento, tanto atingiria a totalidade dos presos que executam sanção no estabelecimento, o que não se mostra plausível. De outro lado, permitir que os travestis cumpram pena em presídio feminino viola a Constituição Federal, no ponto em que segmenta a população carcerária segundo o sexo do preso. [...] Por tais fundamentos, nego provimento ao agravo em execução.”

Dito isso, passa-se à análise do caso.

### **7. HABEAS CORPUS Nº 497.226 - RS (2019/0065773-1)**

No presente remédio constitucional impetrado pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (RS), no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em fase recursal, em favor da paciente **D.S.S.**, o relator Exmo. Min. Rogerio Schietti Cruz, após expor relato, fundamentos, o pedido preliminar formulado pelo Órgão impetrante, bem como o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio

Grande do Sul (TJ/RS), passa a decidir a controvérsia.

Importante destacar que conforme alegado pela Defensoria Pública do RS, e diferentemente do arguido pela Juíza no HC do DF nº 00022531720188070015, a ausência de cirurgia de transgenitalização não deve materializar-se como fato impeditivo de acesso à direitos, pois condicionar esta população à realização de um procedimento cirúrgico obsta o reconhecimento dos princípios da dignidade da pessoa humana, da não discriminação, autodeterminação, da busca da felicidade, estes tão valiosos ao Estado democrático de direito, além de evidenciar um total desconhecimento acerca das realidades de vida das pessoas LGBTI+, em específico pessoas travestis, transexuais e transgêneros no que concerne ao acesso às políticas públicas de saúde no Brasil.

Preceitua a Constituição Federal da República do Brasil (CFRB) em seu Art. 3º os objetivos fundamentais que regentes deste Estado Soberano, dentre estes destaca-se inciso IV.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

[...]

IV. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça,

sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Assim, argumentar que garantir às pessoas Transexuais, Travestis e Transgêneros o direito a cumprirem pena em presídio feminino viola a Constituição Federal, fundado na interpretação do Art. 5º XLVIII, aponta para uma interpretação restrita e biologicista de tal dispositivo constitucional, além de uma análise desconexa do bojo principiológico constitutivo da CFRB, bem como das normas internacionais as quais o Brasil é signatário.

Frise-se, que durante a aplicação do direito, o Órgão Julgador deve, imbuído no sistemático exercício hermenêutico, proferir solução *in cause* ponderando a norma escrita e os valores pluralísticos envolto nas distintas realidades sociais que compõe o território nacional.

Nesse direcionamento, garantiu a resolução Resolução Conjunta nº01/2014 do Conselho Nacional de Combate a Discriminação em seu Art.3º o direito às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas espaços de vivência específicos. Já às pessoas transexuais masculinas e femininas, o mesmo

dispositivo legal garantiu o direito destas(es) serem encaminhadas(aos) para unidades prisionais femininas.

Art. 3º Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos.

Art. 4º As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas

Parágrafo único. Às mulheres transexuais deverá ser garantido tratamento isonômico ao das demais mulheres em privação de liberdade.

Já em fase de decisão o Ministro Rogério Schietti Cruz, com base nas condições do Presídio Estadual de Cruz Alta frente ao direito invocado na exordial, na busca pela solução ideal alvitrada, alinhado aos riscos gerados pelas normas patriarcais e pelo preconceito que atravessa a sociedade e ganha maior vazão dentro das unidades prisionais, agravada pela promiscuidade que caracteriza os ambientes carcerários masculinos, pugna pela concessão de liminar determinando a colocação da paciente **D.S.S** em espaço próprio, compatível com sua identidade de gênero.

Assim decidiu:

[...] “À vista do exposto, concedo a liminar para determinar a colocação da paciente em espaço próprio, compatível com sua identidade de gênero, separada dos

homens e mulheres que cumprem pena no Presídio Estadual de Cruz Alta. Não sendo, como tudo indica, possível o imediato atendimento desta determinação, deverá a paciente ser colocada na ala feminina no presídio, preferencialmente em cela individual. Sem embargo, na eventual falta de condições para o atendimento também desta determinação – fiando-me no prudente arbítrio da douta autoridade judiciária competente – determino que se apliquem, então, os parâmetros fixados no RE n. 641.320/RS.”

Em conformidade com o entendimento já preconizado pela súmula vinculante nº 56 do Supremo Tribunal Federal (STF), que “A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se que apesar do avanço na produção legislativa e jurídica no âmbito Internacional, verifica-se que, as pessoas Transexuais, Travestis e Transgêneros ainda vivenciam de forma acentuada violências de diferentes ordens sob suas vidas. Assim, quando não amparadas e alcançadas pelas políticas públicas do

Estado no que tange ao pleno acesso à educação, saúde, mercado de trabalho e etc., por exemplo, estes(as) sujeitos(as) sofrem uma ininterrupta situação de vulnerabilização, em decorrência do processo de negação material de realização da vida em sociedade:

O caso **D.S.S** se coloca como um importante marco, o qual nos permite verificar que, para garantir o adimplemento da pena cominada pelo Estado – compreendo assim a função da pena -, em um local menos hostil que lhe conservasse a dignidade, **D.S.S.** careceu percorrer um longo e moroso caminho judicial, de tal modo, a evidenciar uma preocupante situação de *Periculum In Mora* em face da latente violação de direitos individuais e fundamentais.

Destarte, as decisões prolatadas pelos Órgãos Judiciais que antecederam ao proferimento do presente HC, demonstram que apesar da República Federativa do Brasil, ser signatário de diferentes marcos legais internacionais, ainda possui uma acentuada carência hermenêutica no que tange a aplicação do direito quando envolve populações marginalizadas e vulnerabilizadas, como os(as) LGBTI+, em decorrência de uma limitada compreensão acerca dos

estudos de gêneros e suas nuances na vida social.

Apesar de solucionável, tal fato, remonta à necessidade de discutir na esfera acadêmica a reconstrução de novas bases epistêmicas para a formação de Bacharel(a) em Direito no Brasil, a fim de sanar importantes lacunas na esfera educacional.

Um outro aspecto derivado de todo o bojo elencado ao longo dos parágrafos supra, reside na preocupante escassez de políticas públicas específicas para pessoas LGBTI, principalmente Travestis, Transexuais e Transgênero privadas de liberdade.

Um outro dado proveniente desta pesquisa localiza-se na falta de capacidade de gerenciamento do Sistema Prisional por parte do Estado brasileiro, episódio o qual representa na vida dos(as) apenados(as) e segmentos populacionais vulnerabilizados, uma iminente degradação humana, resultado das políticas de encarceramento em massa, articulado à política de seletividade da população carcerária e por fim, na falta de investimento público no setor de Segurança Pública.

Dessa forma, MONTEIRO e CARDOSO (2013) observa uma intrínseca ligação entre o inchaço sem

precedentes do sistema penitenciário brasileiro e o incentivo às políticas repressivas respaldadas por uma lógica de encarceramento.

Sob tal aspecto revela, RODRIGUES (2019), em seu texto **“Quem perseguiu as travestis durante a ditadura militar?”** que:

As violências contra as travestis foram tidas como um projeto de Estado que visava possibilitar uma higienização social como meio de garantir um controle e ordem sobre o que era apresentado enquanto “abjeto” e “marginalizado” por parte da sociedade brasileira e diversas instituições de poder. Travestis foram introduzidas a processos de violências e perseguição por parte, principalmente, da polícia e da imprensa.

Por fim, cabe destacar que a superlotação e o déficit no sistema carcerário, assim como, as violações dos direitos humanos não são fatos do mero acaso. Sobre tais situações, MONTEIRO e CARDOSO (2013: 111), infere que “tais arbitrariedades podem nos fornecer elementos para compreender o sistema prisional brasileiro nos termos de um campo, no qual direito e fato tornam-se indiscerníveis”, pois de alguma maneira, tais fatos representam o modo como o Estado tem sido negligente, bem como, conivente com as contínuas violações

que lastreiam a vida das pessoas privadas de liberdade no Brasil.

## Referências Bibliográficas:

Araújo, Maria Clara. (2018), “Afrotransfeminismo e a necessidade de quilombos de afeto para travestis negras brasileiras”. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/afrotransfeminismo-e-a-necessidade-de-quilombos-de-afeto-para-travestis-negras-brasileiras>>. 25 jul. 2018. Acessado em: 15 abr 2019.

Bento, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19,nº.2. 2011.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 347/DF**. Rel. Min.. Marco Aurélio. Brasília, DF, 2010.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Relatório de Gestão 2016/2018 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF)**, 2018. Disponível

em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/76a8fead0d7abe6ae2ccb8282a113b64.pdf>>. Acesso em: 11 abr, 2019.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 580.252/MS**. Requerente: Anderson Nunes da Silva. Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul. Relator: Ministro Teori Zavascki. Publicado Acórdão, DJE em 11 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312692053&ext=.pdf>>. Acesso em: 02 de abr de 2019.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante 56**. A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS.

DJe nº 165 de 08/08/2016, p. 1. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=56.NUME.%20E%20S.FLSV.&base=baseSumulasVinculantes>>. Acesso em: 16 de abr de 2019.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Habeas Corpus nº HABEAS CORPUS Nº 497.226 - RS (2019/0065773-1)**. Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz. Brasília, Distrito Federal (DF). 2019

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Vara de Execuções Penais do DF. **Habeas Corpus nº 00022531720188070015**. Rel. Juíza de Direito Leila Cury, Brasília (DF), 2018.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS), Oitava Câmara Criminal. **Agravo de Execução nº 70080189442 (nº CNJ: 0384156-08.2018.8.21.7000)**. Rel. DES.<sup>a</sup> Naele Ochoa Piazzeta, Rio Grande do Sul (RS). 2019

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Resolução Conjunta nº01/2014 CNPCP-CNCD/LGBT**, de 15 de abril de 2014. Brasília, 2014, DF. Disponível em:  
<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/04/2014>>. Acesso em: 18 abr. 2019

\_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN Atualizado - Junho de 2016** / organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês de Rosa [et al]. Brasília: Ministério da Justiça Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Acesso em: 08 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Nota Técnica nº 2/2017/COPMD/DIRPP/DEPEN, Íntegra. Disponível em:<[https://www.anadep.org.br/wtksite/grm/envio/2281/SEI\\_08016.008235\\_2017\\_39.pdf](https://www.anadep.org.br/wtksite/grm/envio/2281/SEI_08016.008235_2017_39.pdf)>. Acesso em 22 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Procuradoria-Geral da República, Documento- n.º544 /2018–SFCNST/PGR, Sistema Único n.º 335.915/2018. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 527/DF. Disponível em:<[http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/copy2\\_of\\_ADPF\\_527\\_transgenero\\_sistemapenitenciario.pdf](http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/copy2_of_ADPF_527_transgenero_sistemapenitenciario.pdf)>. Acesso em 22 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016. **Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas**

**travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm)>. Acesso em: 23 de abril de 2019.

Ferreira, Guilherme Gomes. “É TIPO UM LABIRINTO”: LGBTs EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE. Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/241.pdf>. Acesso em 10 abr. 2019.

Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11. ed – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Jesus, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos** / Jaqueline Gomes de

Jesus. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: [https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989). Acesso em: 07 abr. 2019

Magno, Laio et al. Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00135917, 2018.

Monteiro, Felipe Mattos; Cardoso, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013.

Oliveira, João Felipe Zini Cavalcante; Porto, Tauane Caldeira. A transfobia e a negação de direitos sociais: A luta de travestis e transexuais pelo acesso à educação. In: Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. 2016. p. 332-336.

Preciado, Paul B. Testo yonqui. Madrid: Espasa, 2008.

Rodrigues, Ana Flor Fernandes  
(2019), **“Quem perseguiu as travestis  
durante a ditadura militar?”**

Disponível

em: <<https://medium.com/@anaflorfernandesrodrigues/quem-perseguiu-as-travestis-durante-a-ditadura-militar-ba694fe8ece0>>. Acessado em: 15 abr 2019.

Souza, Bruna Caldieraro de; Ferreira, Guilherme Gomes. Execução Penal e População de Travestis e Mulheres Transexuais: o caso do presídio central de Porto Alegre. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 2, n. 1, 2016

**GRUPO REFLEXIVO PARA MULHERES VÍTIMAS DE  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PODER JUDICIÁRIO DE  
RONDÔNIA**Chaiene de Jesus Capeleline<sup>1</sup>Helena Veloso de Melo Araújo<sup>2</sup>Thainá Sampaio Ribeiro<sup>3</sup>Leandro Aparecido Fonseca Missiatto<sup>4</sup>

**Resumo:** Os registros de violência doméstica no Brasil cresceram nos últimos anos, conforme dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para combater esse problema, sancionou-se a Lei Maria da Penha, nº 11.340, que entre seus mecanismos de coibição prevê a atuação de grupos de atendimento para homens (art. 30 e 45) e mulheres (art. 30) em contexto de violência doméstica. Em busca de compreender melhor o funcionamento e benefícios do atendimento psicossocial em formato de grupo para mulheres vítimas desse tipo de violência, realizou-se esta pesquisa. O presente estudo trata de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, realizada com 06 mulheres

atendidas pelo *Grupo Reflexivo para Mulheres e Homens em Situação de Violência Doméstica – Aequalitas*, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, comarca de Pimenta Bueno. Aplicou-se um questionário sociodemográfico e de percepção sobre o funcionamento do grupo. Os resultados demonstram que o grupo influenciou de modo positivo na vida das participantes com relatos de transformação no sistema de família, o que sugere a importância desse tipo de atendimento no Sistema de Justiça, dada sua eficácia e benefícios advindos de suas ações.

**Palavras-chave:** Violência Doméstica.

<sup>1</sup> Psicóloga pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (Facimed).

<sup>2</sup> Psicóloga pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (Facimed).

<sup>3</sup> Psicóloga pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (Facimed).

<sup>4</sup> Mestre em Psicologia (Unir/RO), Docente curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (Facimed). Analista Processual em Psicologia do Tribunal de Justiça de Rondônia

Grupo Reflexivo. Gênero.

**Abstract:** The records of domestic violence in Brazil have grown in recent years, according to data provided by the National Justice Council. In order to combat this problem, the Maria da Penha Law No. 11,340 was enacted, which, among its mechanisms of restriction, provides for the participation of service groups for men (articles 30 and 45) and women (article 30) in the context of domestic violence. In order to better understand the functioning and benefits of group psychosocial care for women victims of this type of violence, this research was carried out. The present study deals with a qualitative, descriptive and exploratory study carried out with 06 women attended by the Reflective Group for Women and Men in Situation of Domestic Violence - Aequalitas, carried out by the Court of Justice of the State of Rondônia, Pimenta Bueno judicial district. A sociodemographic questionnaire and perception about the functioning of the group was applied. The results show that the group had a positive influence on the participants' lives with reports of transformation in the family system, which suggests the importance of this type of care in the

Justice System, given its effectiveness and benefits from its actions.

**Keywords:** Domestic violence. Reflective Group. Genre.

### **Introdução**

É notável o crescimento da violência doméstica contra mulher no Brasil, conforme dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2017), só no ano de 2016 mais de 1 milhão de processos sobre violência contra a mulher tramitou na justiça. Esse dado corresponde a 01 processo para cada 100 mulheres.

A violência doméstica propicia diversos efeitos danosos aos envolvidos deixando rastros e sequelas, sejam eles de forma imediata ou tardia, uma vez que esse tipo de violência transcende a agressão física e engloba dimensões sociais e psicológicas das vítimas (OLIVEIRA et al., 2015).

Para conter o crescimento da violência doméstica, sancionou-se, em 2006, a Lei Nº. 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, cujo objetivo foi o de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a

mulher (CARNEIRO; FRAGA, 2012). A criação da Lei fomentou discussões em torno desse tipo de violência e se tornou um marco legal no Brasil na luta contra a violência doméstica sofrida por mulheres.

No artigo 30 da Lei Maria da Penha está prevista a atuação multidisciplinar com as vítimas de violência doméstica, o objetivo é o desenvolvimento de um conjunto de ações para prevenir, orientar e encaminhar os envolvidos nesse tipo de fenômeno social. Para Narvaz e Koller (2006), é necessário investir no apoio e na compreensão da vivência das vítimas a fim de favorecer a informação, valorizar e incentivar a mudança, as resistências e denúncias dos abusos sofridos para que de fato se tenha um sistema de garantia de direitos e proteção contra a violência doméstica contra a mulher.

Na perspectiva de acompanhamento às vítimas, destaca-se a modalidade de atendimento psicossocial em formato de grupos. Para Matos et al. (2012), essa modalidade de atendimento psicossocial é vantajosa por quebrar o isolamento a que essas mulheres estão sujeitas, validar

experiências individuais, dar e receber apoio emocional em uma rede de identificação.

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada com mulheres que participaram de um grupo reflexivo para vítimas de violência doméstica desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Rondônia na comarca de Pimenta Bueno cujo objetivo foi o de verificar a percepção das participantes sobre o funcionamento e benefícios do grupo. A princípio, apresentam-se uma reflexão teórica sobre a violência doméstica e o atendimento psicossocial na modalidade de grupo, após expõem-se os resultados e discussão das entrevistas realizadas.

### **Violência doméstica**

Caracteriza-se como violência doméstica atos instaurados no lar, podendo estes ser cometidos por familiares ou não, em que o agressor reside em um mesmo ambiente domiciliar que a vítima. Esse tipo de violência é muito comum no Brasil e frequentemente as vítimas são mulheres. Segundo dados do CNJ, em 2016 tramitaram no Judiciário pouco mais de 1.190 processos referentes à violência doméstica contra a mulher, o que mais

chama atenção é que esses números cresceram consideravelmente, só nos dois anos seguintes a 2016 o total de casos atendidos no Judiciário aumentou em 13% (CNJ, 2016; 2017), mesmo com a ampliação da Lei Maria da Penha e a sanção da Lei do Feminicídio (Lei Nº. 13.104/2015).

Segundo dados da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), órgão vinculado à Organização Mundial de Saúde que trabalha com os países das Américas, tendo em vista melhorar a saúde e qualidade de vida de suas populações, a prevalência no Brasil de violência física e/ou sexual impetrada pelo parceiro em algum momento da vida oscila de uma em sete mulheres, o que corresponde a uma variação de 14% a 17% da população feminina brasileira (OPAS, 2018). No estado de Rondônia, a incidência de violência doméstica contra mulher cresceu mais que a média nacional (13% e 34% para violência doméstica e feminicídio, respectivamente). Conforme dados do CNJ, entre 2016 a 2018, houve um aumento de 55% em registros oficiais de violência doméstica e de 470% de feminicídio.

Esse panorama insere a violência

contra a mulher como um fenômeno de saúde pública (PINTO et al., 2017) e como problema de saúde coletiva carece de medidas de cunho legal, político e social para que o enfrentamento seja eficiente e permanente. Todavia, a elaboração de políticas públicas para a superação desse problema caminha na contramão da realidade brasileira. Segundo informações disponibilizadas pelo Siga Brasil (2019), sistema de informações sobre orçamento público federal, entre 2014 e 2017, houve uma redução no orçamento das políticas para as mulheres em pouco mais de 62% e nos valores para atendimento às mulheres em situação de violência os cortes chegaram a 78,95%. Fatores como esses colocam em xeque a eficiência da Lei Maria da Penha, já que a natureza multifatorial da violência contra a mulher exige investimento maciço no aprimoramento das redes de apoio às vítimas.

Para além dos números sobre a violência doméstica, alguns estudos têm se esforçado em compreender melhor os meandros de sua prática. Para Bittar e Kohlsdorf (2013), esse tipo de agressão ocorre em ciclos compostos por três fases: 1ª fase – tensão no relacionamento, constrangimento em

público, abusos verbais; 2ª fase – descontrole, as agressões propriamente ditas, tanto físicas como psicológicas; 3ª fase – momento no qual o agressor diz se arrepende de tal ato, fazendo inúmeras promessas, demonstrando o medo de perder a companheira. Tal ciclo se repete inúmeras vezes fazendo com que aumente a intensidade da violência (BITTAR; KOHLSDORF, 2013).

Segundo Carmo e Moura (2010), quebrar com o ciclo da violência pode ser muito difícil para a mulher, pois ela vive momentos de constante crise emocional e psicológica, o que faz diminuir sua capacidade de fazer escolhas focadas no futuro e empoderamento. Para Fonseca et al. (2012), o que alimenta o ciclo de violência é a tolerância e autculpa que surgem na mulher vítima da violência no lar, muitas vezes recursos utilizados pelos agressores para manter as vítimas vinculadas ao sistema de abusos e agressão.

Em um estudo quantitativo conduzido por Lucena et al. (2016), que teve como objetivo analisar o ciclo da violência doméstica contra a mulher, tendo como amostra 427 mulheres residentes em João Pessoa/PB,

identificou-se, por meio de instrumentos sobre qualidade de vida (Who Vaw Study e Whoqol Bref), que o meio ambiente foi o que obteve menor média. Esse quesito verifica questões sobre ambiente físico, recursos financeiros, moradia, entre outros, e indica que o lar é a dimensão de menor controle das vítimas e sugere que a permanência da violência doméstica esteja associada à dependência financeira da maioria das mulheres, condições de moradia e vida social, ocasionando relações de submissão e fortalecimento do ciclo de violência em que estão inseridas.

Nesse contexto, alguns fatores se destacam como elementos associados à violência doméstica, dentre eles o álcool, escolaridade, história familiar de violência doméstica e pobreza (MARTINS; NASCIMENTO, 2017), fortalecendo, de modo geral, o ciclo da violência contra a mulher. Conforme estudo qualitativo realizado por Vieira et al. (2014), com 13 mulheres que realizaram denúncia de violência doméstica no interior do Rio Grande do Sul, o consumo abusivo de álcool pelo companheiro vulnerabiliza ainda mais as mulheres para situações de violência nas relações conjugais e familiares.

Outros fatores associados à violência contra a mulher são a baixa escolaridade e a pobreza (MADUREIRA et al. 2014; FERREIRA et al., 2016; SCOTT; OLIVEIRA, 2018). Os estudos demonstram a face social dessa violência em que a prevalência é maior em classes sociais menos favorecidas, o que implica de modo profundo o caráter social e político da violência doméstica impetrada contra as mulheres.

### **Grupos de mulheres para enfrentamento à violência doméstica**

Grupos de atendimento ou apoio psicossocial não são uma novidade, desde a década de 1960 vêm se mostrando como uma alternativa eficaz para os mais diversos tipos de sofrimentos psicológicos (YALOM; LESZCZ, 2006). No Brasil, a Lei Maria da Penha reconhece essas atividades que podem ser executadas tanto com homens e mulheres quanto familiares que se encontram em contexto de violência contra a mulher. A legislação avança por reconhecer práticas comunitárias e dá acesso ao acolhimento e compartilhamento humano por meio de grupos focais.

O modelo de grupos para mulheres surgiu nas décadas de 60 e 70 do século passado e em sua maioria resultou dos movimentos feministas da época (WILSON, 1997). Esses grupos proporcionavam notoriedade ao sofrimento específico a que estavam sujeitas mulheres da época, além de estimulá-las conjuntamente à superação e enfrentamento às adversidades em decorrência de gênero.

Como passar dos anos, as práticas de grupo com mulheres cresceram em torno do mundo, evidenciando a importância das atividades coletivas para a superação de problemas de ordem complexa e multifatorial como é o caso da violência doméstica contra a mulher. Os grupos se tornaram uma ferramenta consistente no atendimento às vítimas de violência, por inúmeras vantagens, mas destaca-se uma inicial que reside no fato de que essa configuração de atendimento quebra o isolamento a que as mulheres vítimas de violência doméstica estão sujeitas (CIG, 2011).

Quanto à eficácia do atendimento na modalidade de grupos, Ramos e Oltramari (2010) realizaram uma pesquisa com um grupo de mulheres

vítimas de violência cujo objetivo foi o de promover discussões que propiciassem a reflexão das mulheres sobre novas formas de enfrentamento das situações de violência. Identificou-se, por meio de relatos das participantes, que as mulheres passaram a buscar seus direitos de igualdade de gênero, não estavam se submetendo às agressões físicas e psicológicas de seus companheiros e estavam repensando suas atitudes em relação a eles. Os resultados indicam que o grupo foi capaz de promover condições para que as vítimas recuperassem seu empoderamento para enfrentamento às agressões e violações a que estavam submetidas.

Faria e Stein (2015) realizaram estudo com um grupo de atendimento social com oito mulheres em situação de violência doméstica e constataram, ao final de oito sessões, que as mulheres encontraram apoio social adequado para serem reinseridas no mercado de trabalho e modificarem suas condições econômicas. O estudo é, todavia, limitado em razão do tamanho da amostra e da quantidade de encontros, o que prejudica as avaliações inferenciais.

201

Cox e Stoltenberg (1991) avaliaram a eficácia de um programa de intervenção em um grupo dirigido a mulheres vítimas de violência doméstica. O estudo contou com uma amostra de 21 mulheres e foi alvo de uma metodologia experimental. As sessões fizeram uso de uma multiplicidade de estratégias, incluindo discussões de grupo, estratégias didáticas e técnicas cognitivas. Os autores concluíram que entre o grupo controle e o grupo terapêutico não possuíam diferenças fundamentais, todavia houve diminuição na ansiedade e melhora na autoestima, o que representa que o trabalho de grupo, ainda que com técnicas divergentes, possibilita mudanças psicológicas para seus usuários. A pesquisa, por apresentar um grupo de participantes pequeno e ausência de *follow-up*, é marcada por limitações nesse campo de estudos.

Ferro (2018) realizou estudo com o *Projeto Abraço*, do Poder Judiciário de Rondônia. O projeto atua com mulheres e homens em situação de violência doméstica e oportuniza atendimento terapêutico para os envolvidos. Os encontros abordam temas de papéis de gênero, ciclo da violência e desigualdade dos gêneros. Em seu estudo, Ferro

constatou que entre 2010 e 2016, dos 642 casos atendidos pelo projeto Abraço, apenas 10,1% dos casos apresentaram reincidência. Os resultados demonstram ser resolutivos os grupos reflexivos na superação da violência doméstica, contudo são necessários estudos para destacar quais das práticas de grupo se mostram mais efetivas nesse tipo de atendimento terapêutico.

Uma outra característica importante é que os grupos exigem o mínimo para seu funcionamento, uma sala confortável capaz de conservar o sigilo das conversas e um profissional treinado, o que reflete em baixos custos para sua implantação. Desse modo, a combinação de baixos custos e eficiência torna os grupos focais uma importante alternativa ao atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica.

Por fim, o atendimento à mulher vítima de violência, realizado na modalidade de grupo, destaca-se por constituir-se como espaço de escuta, troca de experiências e reflexão visando, principalmente, ao estabelecimento de confiança entre as participantes. Tais grupos ainda podem beneficiar a formação de vínculos de solidariedade e a troca de ideias como subsídios na

formação de soluções diante o problema enfrentado (AVANCI et al., 2017). Com a criação dos grupos de apoio para mulheres vítimas de violência doméstica, a negação e/ou minimização da violência são identificadas, reconhecidas e trabalhadas de forma apoiante e através da educação acerca das dinâmicas da violência. Dessa forma, a mulher pode explorar as razões que a levaram a permanecer em uma relação violenta visando à redução do seu sentimento de culpa (MATOS, 2012).

No entanto, ainda são poucos os estudos no Brasil que apresentam resultados sobre a prática do atendimento de grupo com mulheres vítimas de violência doméstica, carecendo de mais atenção para possíveis aperfeiçoamentos nessa modalidade de atendimento psicossocial.

### **Método**

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob número 2.882.662, conforme preconizado pela Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo foi realizado no município de Pimenta Bueno/RO, com mulheres participantes do *Grupo Aequalitas: Grupo de Reflexão*

*para Mulheres e Homens em Contexto de Violência Doméstica.* O grupo foi fundado em 2017 pelo Tribunal de Justiça de Rondônia e é uma ação da 1ª Vara Criminal de Pimenta Bueno, seus encontros são realizados em ciclos de 04 encontros cuja temática é equidade entre gêneros, Lei Maria da Penha, ciclo da violência e enfrentamento assertivo aos conflitos conjugais. As sessões para os homens ocorrem em separado as das mulheres, cada sessão é promovida por psicólogos e assistentes sociais do Núcleo Psicossocial do fórum daquela comarca. Os encontros têm duração de duas horas.

A amostra da pesquisa foi constituída de forma intencional e por conveniência. As participantes eram mulheres, exclusivamente atendidas pelo grupo de apoio, sendo no total 06 participantes.

Para alcance dos objetivos, aplicou-se um questionário socioeconômico elaborado pelos pesquisadores. O instrumento continha 09 questões de cunho social e econômico e 03 questões sobre a participação no grupo de apoio. O objetivo foi o de conhecer a realidade econômica e cultural das participantes a fim de

dimensionar o perfil da amostra estudada e verificar as percepções quanto à participação no grupo. Todas as entrevistas foram realizadas individualmente a fim de estimular o depoimento livre e coletar dados, garantindo, assim, a privacidade e sigilo do conteúdo exposto pelas entrevistadas.

### **Resultados e discussão**

A média de idade das participantes da pesquisa foi de 45 anos e o desvio padrão, de 6.75. Relacionado à raça, três participantes se consideraram pardas, três caucasianas e uma preta, dentre estas quatro se declararam casadas no momento da pesquisa e duas solteiras. Todas as participantes possuíam moradia própria e residiam com familiares, filhos, companheiros ou pais. Quanto à escolaridade, cinco participantes apresentaram possuir ensino médio incompleto e apenas uma ensino superior completo. No que corresponde à filiação, quatro das entrevistadas possuem filhos. Sobre a renda familiar, quatro participantes declararam possuir renda de até um salário mínimo e duas apresentaram renda acima de um salário mínimo. Por

fim, quanto à atuação profissional, quatro eram do lar, uma era funcionária pública e uma exercia atividade remunerada em comércio.

O perfil sociodemográfico da amostra estudada condiz com estudos que apontam uma predominância de mulheres vítimas de violência com baixa escolaridade e pertencentes à classe média ou baixa. Em estudo realizado por Marinheiro et al. (2003) na cidade de Ribeirão Preto/SP, com uma amostra de 265 mulheres, obtiveram-se os seguintes resultados: média de idade foi de 34,6 anos de idade; a maioria das participantes se declarou alfabetizada (96,2%), sendo que a maior parte frequentou a escola até o ensino médio, 58,5% referiam ser de cor branca, 59,8% estavam desempregadas ou mencionaram ser do lar, 58,5% habitavam na casa própria e 40% pertenciam à classe C.

Já em uma pesquisa desenvolvida por Zart e Scortegagna (2015), cujo objetivo foi o de identificar o perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência doméstica, identificou-se um perfil de idade aproximada aos 33 anos e baixa escolaridade (74,64%). Já em estudo realizado por Rodrigues

(2014) cujo objetivo também foi o de conhecer o perfil das mulheres vítimas de violência doméstica residentes na cidade de Sobradinho/DF, identificou-se também que se tratam de mulheres alfabetizadas, mas sem ensino superior, com filhos e sem trabalho remunerado.

Em um estudo conduzido por Mendonça e Ludermir (2017), cujo objetivo foi investigar a associação da violência por parceiros íntimos relatada contra as mulheres, em que participaram 390 mulheres da cidade do Recife/PE, identificou-se que a maior parcela das mulheres relatantes de violência possuía baixa escolaridade e vivia com renda inferior a um salário mínimo.

Desse modo, embora pequena a amostra deste estudo, há correspondência com outras pesquisas de base populacional que identificam a vítima de violência doméstica como uma mulher de classe média ou baixa, com filhos e baixa escolaridade (FILHO et al., 2014). Esses resultados demonstram que a violência contra a mulher exige enfrentamentos centrados em políticas públicas que garantam distribuição de renda, além de acesso e permanência à educação para que essa modalidade de violência seja efetivamente transposta.

Sobre a percepção das participantes quanto ao grupo reflexivo, as entrevistadas avaliaram o grupo como positivo. Uma participante se referiu ao grupo da seguinte forma:

*“[...] a participação no grupo foi importante, pois me deu consciência sobre o relacionamento abusivo e me auxiliou na comunicação”* (Participante 6).

Outra entrevistada se referiu como uma mudança de vida:

*“[...] o grupo mudou minha vida para melhor, pois aprendi a enfrentar com segurança a violência que sofria”* (Participante 2).

Os relatos das participantes avaliam o grupo positivamente por considerar que a experiência de grupos possibilitou mudanças de comportamentos em situações conflitivas. A dinâmica terapêutica dentro de grupos focais torna possível a resolução de problemas comuns ao grupo e prevê a reinserção social e a estimulação da corresponsabilidade pela própria saúde (HEBERLE; OLIVEIRA, 2016).

Segundo Bezerra e Oliveira (2002), os grupos reflexivos permitem

aos usuários retornar vivências durante um processo criativo, permitindo a reorganização emocional do paciente. Assim sendo, quando uma participante do *Aequalitas* constata mudanças em sua compreensão sobre relacionamento abusivo, por exemplo, ela se faz auxiliada, provavelmente, pelos processos de grupo que permitem o contato com sua realidade e a reorganização de seus conteúdos emocionais, ampliando, desse modo, sua percepção sobre as experiências e construindo novas possibilidades de atuação em seu futuro.

Uma das entrevistadas apontou a contribuição do grupo de reflexão na tomada de decisão.

*“[...] mesmo com a participação no grupo não houve avanços na nossa vida conjugal, mas depois de participar do grupo fortaleci minha decisão em separar; o divórcio saiu essa semana. Tenho buscado ajuda médica e psicológica, foram vários anos de agressão”* (Participante 03)

Os grupos reflexivos têm por objetivo contribuir para que as participantes se sintam fortes e seguras para fazer as escolhas mais promissoras para sua saúde e bem-estar. Segundo

Freire (1980), as atividades em grupos proporcionam aos sujeitos pensar soluções para seus dilemas, já que no encontro com outras pessoas percebem sua realidade não mais como um beco sem saída e passam a considerar suas realidades como um desafio humano que pode ser compreendido e experienciado positivamente.

Quando as integrantes de um grupo estão em uma roda reflexiva, não estão passíveis apenas a conteúdos abordados didaticamente, mas estão sujeitas às muitas experiências compartilhadas por cada uma das participantes e passam, por meio disso, a perceber, em razão de similitudes e narrativas, conteúdos específicos de suas trajetórias no âmbito da violência doméstica.

*“[...] durante os encontros eu percebi que minha história se parece com a de outras mulheres e que a gente viu, na maioria das vezes, a violência na casa de nossos pais, em nossos casamentos só demos continuidade.” (Participante 05)*

Segundo Yalom e Leszcz (2006), as pessoas que iniciam em um grupo chegam com o pensamento perturbador que somente elas passam por certos

eventos de sofrimento e problemas, contudo, apesar da complexidade dos problemas humanos, certos denominadores comuns são claramente evidentes entre os indivíduos e os membros de um grupo logo percebem suas semelhanças. Esse princípio é descrito, segundo Yalom, como universalidade e sua potência curativa está justamente nas semelhanças das histórias de vidas que possibilitam aos participantes de grupos ecoar em si a história e experiências de vidas que favorecem compreender detalhes que antes não foram percebidos por eles mesmos.

A fala da Participante 05 ainda revela a importância que o grupo possui em evocar os elementos culturais da violência doméstica, muitas vezes inscrito na vida pregressa das participantes, quando ainda estavam em suas famílias de origem. A repetição de padrões comportamentais entre os membros de uma família é descrita como transgeracionalidade. Assim, a transgeracionalidade diz respeito a padrões relacionais que se repetem e perpetuam hábitos familiares, ainda que as pessoas envolvidas não percebam (FALCKE; WAGNER, 2005). Quando,

em um grupo as mulheres, que estão experimentando a violência ao longo de várias gerações, podem refletir não apenas sobre suas histórias atuais, mas como também a de seus ancestrais, levam à consciência a dimensão transgeracional da violência doméstica, o que pode implicar na observação mais acurada em seus novos relacionamentos.

Um outro benefício do grupo reflexivo foi a contribuição no empoderamento feminino. Segundo uma participante:

[...] *“com o grupo eu me tornei mais segura e sei falar sobre meus sentimentos, permanecemos casados, mas depois de 26 anos de violência física, se hoje ele me bater novamente eu o denuncio, não ficarei mais calada”*. (Participante 01)

Quando mulheres vítimas de violência buscam por ajuda é comum sentirem dificuldades em expressar seus sentimentos em razão das peculiaridades da violência sofrida (GOMES, 2012). Nesse sentido, a escuta e o acolhimento em grupo podem promover um momento de reflexão das condições pessoais, deixando-as mais confiantes para a tomada de decisões quanto ao registro de ocorrência, além de empoderá-las para

enfrentar a situação (AGUIAR; ROSO, 2016).

Garantir a autonomia e a livre expressão de mulheres que sofrem de violência é uma ferramenta para redução da reincidência de violência doméstica, uma vez que quanto mais forem capazes de manifestar suas necessidades e exigências conjugais de modo assertivo, as chances de serem vítimas de comportamentos agressivos de seus companheiros tendem a decair (CORRÊA; BENEGAS, 2017).

### **Considerações finais**

O estudo foi realizado com mulheres que participaram do Grupo Aequalitas, promovido pelo Tribunal de Justiça de Rondônia na Comarca de Pimenta Bueno. Os dados coletados demonstraram que as entrevistadas perceberam como positiva a participação no grupo de reflexão e que a prática em grupo favoreceu para a consideração sobre suas experiências de violência e mudanças de comportamentos, firmando o empoderamento e a construção de novas posturas no enfrentamento à violência doméstica.

O perfil da amostra estudada

condiz com os dados populacionais apresentados por pesquisas recentes que indicam as condições sociais e educacionais como variáveis envolvidas na violência doméstica contra as mulheres. Sendo assim, a superação da violência no lar contra mulheres carece de investimento maciço em políticas públicas que garantam suficientes condições educacionais, profissionais e econômicas para que as mulheres se sintam fortalecidas em suas relações sociais e familiares.

O tamanho da amostra e a insuficiente descritividade das ações realizadas nas sessões do *Grupo Aequalitas* impedem que sejam realizadas inferências mais abrangentes, sugerindo a importância que esse tema seja mais explorado em futuros estudos, contribuindo consistentemente na luta contra a violência de gênero em âmbito familiar e no aperfeiçoamento das técnicas de atendimento psicossocial em grupos reflexivos.

### Referências

Aguiar, Gracielle Almeida; Roso, Patrícia Lucion (2016). “O Empoderamento de Mulheres Vítimas de Violência Através do Serviço de

Acolhimento Psicológico: caminhos possíveis”. In: XIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea – Mostra Internacional de Trabalho Científicos. Santa Cruz do Sul. Consultado a 22. 05.19, em <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15876/3773>.

Avanci, Joviana Quintes et al (2017). “Atendimento dos casos de violência em serviços de urgência e emergência brasileiros com foco nas relações intrafamiliares e nos ciclos de vida”. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , 22(9), 2825-2840. Consultado a 22.05.19, em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232017002902825&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002902825&lng=en&nrm=iso).

Bezerra, D. B.; Oliveira, J. M. (2002). “A atividade artística como recurso terapêutico em saúde mental”. *Boletim da Saúde*, 16 (2), 135-137.

Bittar, Danielle; Kohlsdorf, Marina (2013). “Ansiedade e depressão em mulheres vítimas de violência doméstica”. *Psicologia Argumento*,

31(74), 447-456. Consultado a 04.07.19, em <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20447>.

Carmo, P. C. C. S.; Moura, F. G. A. (2010). “Violência doméstica: a difícil decisão de romper ou não com esse ciclo”. In: Seminário Fazendo Gênero 9, Florianópolis, Anais. Consultado a 15.01.19, em [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278278656\\_ARQUIVO\\_VIOLENCIADOMESTICAADIFICILDECISAODEROMPEROUNAOCOMESSECICLO.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278278656_ARQUIVO_VIOLENCIADOMESTICAADIFICILDECISAODEROMPEROUNAOCOMESSECICLO.pdf).

Carneiro, Alessandra Acosta; Fraga, Cristina Kologeski (2012). “A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada”. *Serv. Soc. Soc.*, 110, 369-397. Consultado a 10.06.19, em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200008&lng=en&nrm=iso).

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (2011). “Violência Doméstica: intervenção em grupo com

mulheres vítimas”. Porto. Consultado a 23.06.19, em <https://www.cig.gov.pt/siic/wp-content/uploads/2015/01/Viol%C3%Aancia-dom%C3%A9stica-Interven%C3%A7%C3%A3o-em-grupo-com-mulheres-v%3Adtimas.pdf>.

Conselho Nacional de Justiça (2018). “Dados de violência doméstica e feminicídio no Brasil (2016 a 2018)”. Consultado a 22.05.19, em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2019/03/c7bb60579ffe93584acf30929c349c50.pdf>.

Conselho Nacional de Justiça (2017). “O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha”. Consultado a 21.05.19, em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/10/ba9a59b474f22bbdbf7cd4f7e3829aa6.pdf>.

Corrêa, Márcio; Benegas, Maurício (2019). “Violência doméstica, empoderamento feminino e a dinâmica do divórcio”. Consultado a 17.06.19, em

[domestica-empoderamento-feminino-e-a-dinamica-do-divorcio.pdf](#).

Cox, J. W.; Stoltenberg, C. D. (1991). “Evaluation of a treatment program for battered wives”. *Journal of Family Violence*, 6, 395-403, 1991. Consultado a 20.05.19, em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v30n1-2/v30n1-2a08.pdf>.

Falcke, D.; Wagner, A. (2005). “A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: Definição de conceitos”. In A. Wagner (Org). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Faria, Camilla Coimbra; Stein, Silvia Canaan de Oliveira (2015). “Grupo de atendimento social para mulheres em situação de violência doméstica e/ou familiar: trabalhando a autonomia econômica e financeira”. In: VII Jornada Internacional Políticas Públicas, São Luis. Consultado a 14.06.19, em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/grupo-de-atendimento-social-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica-eou->

[familiar-trabalhando-a-autonomia-economica-e-financeira.pdf](#).

Ferreira, Rebeca Monteiro et al (2016). “Características de saúde de mulheres em situação de violência doméstica abrigadas em uma unidade de proteção estadual”. *Ciênc. saúde coletiva*, 21(12), 3937-3946. Consultado a 16.06.19, em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016001203937&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001203937&lng=en&nrm=iso).

Ferro, Álvaro Kalix (2018). “Magistrado qualifica dissertação no mestrado em Direitos Humanos sobre a eficiência do Projeto Abraço, que oferta reuniões terapêuticas a agressores e vítimas de violência doméstica”. Consultado a 09.05.19, em <http://emeron.tjro.jus.br/noticias/796-magistrado-qualifica-dissertacao-no-mestrado-em-direitos-humanos-sobre-a-eficiencia-do-projeto-abraco-que-oferta-reunioes-terapeuticas-a-agressores-e-vitimas-de-violencia-domestica>.

Filho, Adalberto Ayjara Dornelles et al (2014). *Perfil da mulher vítima de violência doméstica no Brasil, Rio Grande do Sul e Caxias do Sul*. In: XIII

Encontro Aspectos Econômicos e Sociais da Região Nordeste do RS, Caxias do Sul. Consultado a 19.06.19, em <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/TEC-10-Dornelles-Mincato-Grazzi-Violencia-domestica.pdf>.

Fonseca, Denire Holanda et al (2012). “Violência doméstica contra a mulher: realidade e representações sociais”. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 307-314. Consultado a 22.05.19, em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07.pdf>.

Freire, Paulo (1980). “Educação como prática da liberdade”. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gomes, Nadirlene Pereira et al (2012). “Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo”. *Saúde debate*, 36(95), 514-522. Consultado a 22.05.19, em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042012000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042012000400003&lng=en&nrm=iso).

Herbele, Andréia Yess, Oliveira, Lisandra Antunes (2016). “Grupos

terapêuticos em saúde mental: uma modalidade na prática dos serviços de atenção a saúde mental”. Consultado a 27.04.19, em <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/unoesc-ANDR%C3%89IA-YESS-HEBERLE.pdf>.

Lucena, Kerle Dayana Tavares et al (2016). “Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher”. *J Hum Growth Dev*, 26, 139-146. Consultado a 15.03.19, em [http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v26n2/pt\\_03.pdf](http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v26n2/pt_03.pdf).

Madureira, Alexandra Bittencourt et al (2014). “Perfil de homens autores de violência contra a mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento”. *Escola Anna Nery*, 18(4), 600-606. Consultado a 17.05.19, em <http://www.scielo.br/pdf/ean/v18n4/1414-8145-ean-18-04-0600.pdf>.

Marinheiro, André Luis Valentini et al (2006). “Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde”. *Rev. Saúde Pública*, 40(4), 604-610.

Consultado a 22.05.19, em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000500008&lng=en&nrm=iso)

89102006000500008&lng=en&nrm=iso

Martins, Aline Gomes; Nascimento, Adriano Roberto Afonso do (2017). “Violência doméstica, álcool e outros fatores associados: uma análise bibliométrica”. *Arq. bras. psicol.*, 69(1), 107-121. Consultado a 06.05.19, em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672017000100009&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000100009&lng=en&nrm=iso)

Matos, Marlene et al (2012). “Intervenção em grupo com vítimas de violência doméstica: uma revisão da sua eficácia”. *Análise Psicológica*, 30(1-2), 79-91. Consultado a 23.06.19, em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v30n1-2/v30n1-2a08.pdf>.

Mendonça, Marcela Franklin Salvador; Ludermir, Ana Bernarda (2017). “Violência por parceiro íntimo e incidência de transtorno mental comum”. *Revista de Saúde Pública*, 51(32), 01-09. Consultado a 23.05.19, em [http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt\\_003](http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_003)

[4-8910-rsp-S1518-87872017051006912.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_003-4-8910-rsp-S1518-87872017051006912.pdf).

Narvaz, Martha Giudice; Koller, Sílvia Helena (2006). “Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa”. *Psicol. Soc.*, 18(1), 49-55.

Consultado a 10.06.19, em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007&lng=en&nrm=iso)

71822006000100007&lng=en&nrm=iso

Organização Pan-Americana da Saúde (2018). “Quase 60% das mulheres em países das Américas sofrem violência por parte de seus parceiros”. Consultado a 21.06.19, em [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5812:quase-60-das-mulheres-em-paises-das-americas-sofrem-violencia-por-parte-de-seus-parceiros&Itemid=820](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5812:quase-60-das-mulheres-em-paises-das-americas-sofrem-violencia-por-parte-de-seus-parceiros&Itemid=820).

Pinto, Lucielma Salmito Soares et al (2017). “Políticas públicas de proteção à mulher: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual”. *Ciênc. saúde coletiva*, 22(5), 1501-1508. Consultado a 12.06.19, em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-)

81232017002501501&lng=en&nrm=iso

Ramos, Maria Eduarda; Oltramari, Leandro Castro (2010). “Atividade reflexiva com mulheres que sofreram violência doméstica”. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(2), 418-427. Consultado a 10.06.19, em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200015&lng=en&nrm=iso)

98932010000200015&lng=en&nrm=iso

Scott, Juliano Beck; Oliveira, Isabel Fernandes (2018). “Perfil de homens autores de violência contra a mulher: uma análise documental”. *Revista de Psicologia da IMED*, 10(2), 71-88. Consultado a 25.06.19, em <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistaapsico/article/view/2951/1993>.

Siga Brasil (2019). “Página institucional”. Consultado a 15.05.19, em <http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=senado%2Fsigabrazilpainelcidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&Sheet=sinhOrcamentoVisaoGeral>.

Vieira, Letícia Becker et al (2014).

“Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos”. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 67(3), 366-372. Consultado a 04.04.19, em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n3/0034-7167-reben-67-03-0366.pdf>.

Wilson, K. J. (1997). “When violence begins at home”. CA: Hunter House Publishers.

Yalom, Irvin D.; Leszcz, Moly (2006). “Psicoterapia de grupo: teoria e prática”. Porto Alegre: Artmed.

Zart, Louise; Scortegagna, Silvana Alba (2015). “Perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência doméstica e circunstâncias do crime”. *Perspectiva*, 39(148), 85-96. Consultado a 19.0.19, em [http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148\\_536.pdf](http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_536.pdf)

**VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER E PERSPECTIVAS DE AÇÕES  
PROGRAMÁTICAS: O SENTIDO ESTRUTURAL DA VIOLÊNCIA  
DIRETA E INDIRETA<sup>1</sup>**Vinicius Ferreira Baptista<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo discute a questão da violência contra à mulher na relação entre o sentido legal e o aspecto material de ações. Procura situar a diferença entre a inscrição da violência na ordem jurídica e a necessidade de ações paralelas que atuem sobre elementos da estrutura social, ou seja, tratar a violência do princípio em que se organiza e que reincide. Ao mesmo tempo, traz ações desenvolvidas no Brasil que obtiveram sucesso na redução de reincidência da violência contra à mulher. Metodologicamente, analisamos dados estatísticos disponibilizados em estudos assim como confrontamos com bibliografia pertinente, ao passo em que cotejamos resgate das bases normativas a respeito da violência de gênero. O

objetivo foi discutir a necessidade de ações que incidam materialmente no sentido simbólico e prático das relações estruturadas historicamente no âmbito da violência. Assim, resgatou-se a necessidade, no âmbito das políticas públicas, da aproximação entre a compreensão simbólica da origem da violência e sua materialidade reincidente que envolve homens agressores.

**Palavras-chave:** gênero, violência, políticas públicas, estudos sobre gênero, violência de gênero.

**Abstract:** The article discusses the issue of violence against women in the relation between the legal meaning and the material aspect of actions. It seeks to

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é parte de projeto de pesquisa financiado no âmbito da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com bolsas de Iniciação Científica e Extensão, além de contar com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Administrador. Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Professor Adjunto do Departamento de Administração Pública e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

situate the difference in the inscription of violence in the juridical order and the need for parallel actions that act on elements of the social structure, that is, to deal with the violence of the principle in which it is organized and that it is repeated. At the same time, it brings actions developed in Brazil that have succeeded in reducing the recurrence of violence against women. Methodologically, we analyze statistical data found in governmental and non-governmental publications as we confront with pertinent bibliography and also with historical review of violence normative about women. The objective was to discuss the need for actions that focus materially in the symbolic and practical sense of structuralized historically relations in the scope of violence. Thus, the need, within the scope of public policies, of the approximation between the symbolic understanding of the origin of the violence and its materiality that involves aggressors.

**Keywords:** gender, violence, public policy, gender studies, gender violence.

### **Introdução**

O artigo discute a questão da violência contra a mulher na relação entre o sentido legal e o aspecto material de ações. Procura situar a diferença entre a inscrição da violência na ordem jurídica e a necessidade de ações paralelas que atuem sobre elementos da estrutura social, ou seja, tratar a violência do princípio em que se organiza e que reincide. Primeiramente situamos a base normativa a respeito da violência contra a mulher, desde os primeiros códigos em que a denominação “mulher” ou “gênero” foi aplicada (também se verificou o termo “cônjuge” ou qualquer alusão ao sentido mulher/feminino. Em seguida apontamos dados estatísticos em nível nacional que vislumbra situação crítica da violência. Apontamos dados da secretaria de Políticas para Mulheres, assim como do Mapa da Violência. Por fim, destacamos iniciativas de observância de medidas conjuntas do combate à violência com o aspecto de acompanhamento do agressor. O objetivo, assim, foi produzir um trabalho que confronte tanto a necessidade de continuidade de políticas de caráter preventivo e punitivo de violência contra a mulher ao mesmo tempo em que se pautem políticas públicas de atuação direta no que tange acompanhamento no

aspecto cultural, social, político e simbólico em que se carrega a violência.

A violência sofrida pelas mulheres tem proximidade com o âmbito familiar, já que 40% das mulheres brasileiras afirmam já ter sofrido violência por parte de um homem e 18% relatam sofrer ou ter sofrido violência doméstica (apud Fundação Perseu Abramo, 2010). Segundo o Mapa da Violência, de 2015, o país registrou 4.762 mortes, correspondente a taxa de 4,8 assassinatos por 100 mil mulheres e entre 2003 e 2013 o número de assassinatos de mulheres aumentou 21%. Destarte a questão de raça/cor, a taxa de assassinatos de mulheres negras cresceu 19,5% (de 4,5 para 5,4 por 100 mil mulheres negras) e a de mulheres brancas caiu 11,9% (de 3,6 para 3,2 por 100 mil mulheres brancas). Situamos que em 2011, foram notificados pelo SUS 12.087 casos de estupro no país (apud Waiselfisz, 2015). Dados da Secretaria de Direitos Humanos indicam que as travestis totalizam 51% das vítimas de LGBTI-fobia no país (apud Spm, 2013). Ainda que determinadas ações e leis tenham sido criados, ainda estamos longe de ter uma violência crônica em relação às mulheres.

### **Leis de proteção à mulher e de penalização**

Podemos afirmar que é após 2006, com a promulgação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Chamada “Lei Maria da Penha”) que temos, de fato, o início das normas jurídicas que dispõem acerca da violência e proteção à mulher. Tal lei altera a constituição, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos (Art. 6º). O Art. 7º destaca formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: física, psicológica, sexual, patrimonial e a moral. A Lei nº 13.641, de 3 de abril de 2018, vem alterar a Lei Maria da Penha incluindo a tipificação do crime de descumprimento de decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei, cuja pena é de detenção, de três meses a dois anos. Há de se destacar que a Lei nº 13.505, de 2017, que alterou a Lei Maria da Penha, modificou a inquirição de mulher em situação de violência doméstica e

familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher. As vítimas não poderão ter contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas, além da salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional da depoente – este último fruto das maiores críticas pela inabilidade da autoridade policial em não revitimizar a depoente. É fato que pode existir um despreparo pela autoridade policial, sobretudo do sexo masculino no trato com a vítima de violência doméstica e familiar, com a possibilidade de reprodução da violência psicológica e moral.

Não obstante, convém articular uma série de outras legislações referentes à violência contra a mulher que refinaram e ampliaram a concepção de violência em si. Muitas delas são inclusões aos códigos civil e penal, contudo, citemos as Leis em si como marco institucional. A Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, reconfigura dentro do caput sobre os crimes hediondos do Código Penal o crime de Estupro como “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (Art. 213) e o crime de

Violência Sexual Mediante Fraude como “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima (Art. 215) – o que amplia a configuração do estupro e da violência sexual para além do ato sexual em si compreendendo atos libidinosos.

A Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 é a que prevê o Femicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio incluindo o mesmo no rol dos crimes hediondos. A importância desta lei qualifica o homicídio de mulheres pela sua condição de sexo feminino como “atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado” (Art. 2º). A Lei nº 13.285, de 10 de maio de 2016 destaca sobre a preferência de julgamento dos processos concernentes a crimes hediondos (Art. 1º), tendo prioridade de tramitação em todas as instâncias alterando o Código de Processo Penal. Temos também a Lei nº 13.642, de 3 de abril de 2018, que altera o Código Civil, acrescentando à Polícia Federal a investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo

misógino ou propagam o ódio ou a aversão às mulheres.

No âmbito dos mecanismos de suporte público ao combate à violência contra a mulher, temos duas leis específicas. O Decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010, dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que se trata na modalidade de serviço telefônico de utilidade pública de âmbito nacional, destinada a atender gratuitamente mulheres em situação de violência em todo o País, recebendo relatos, denúncias e manifestações relacionadas a situações de violência contra as mulheres, registrando, orientando e encaminhando à Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Ao mesmo tempo, cabe informar às autoridades competentes, se for o caso, a possível ocorrência de infração penal que envolva violência contra a mulher e produzir base de informações estatísticas sobre a violência contra as mulheres, com a finalidade de subsidiar o sistema nacional de dados e de informações relativas às mulheres.

Já o Decreto nº 7.958, de 13 de março de 2013 estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança

pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) situando o atendimento humanizado (Art. 1º), observados os princípios do respeito da dignidade da pessoa, da não discriminação, do sigilo e da privacidade (Art. 2º, inciso II), informando sobre cada etapa do atendimento e a importância das condutas médicas, multiprofissionais e policiais, respeitada sua decisão sobre a realização de qualquer procedimento (Art. 2º, inciso IV), inclusive disponibilizando transporte à vítima de violência sexual até os serviços de referência (Art. 2º, inciso VII) – objetivo é evitar a revitimização da depoente em tal momento traumatizante.

Para finalizar, em termos políticos, temos a Resolução nº 1, de 2014 do Congresso Nacional, que dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Tal Comissão tem como parte de suas atribuições destacadas no Art. 3º: o diagnóstico de lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência (inciso I), a apresentação de propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as

Mulheres (inciso II), a realização de audiências públicas (inciso III), assim como o intercâmbio com entidades internacionais com vistas ao conhecimento de legislações, políticas e ações pertinentes ao objeto da Comissão (inciso V).

### **Estatísticas de mortes de mulheres**

Primeiramente, convém abordar como ocorre a construção das estatísticas referentes à violência. De acordo com a Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975, nenhum sepultamento pode ser realizado sem a Certidão de Óbito correspondente, lavrada no Cartório de Registro Civil, à vista da Declaração de Óbito (DO). No caso de morte por causas não naturais ou externas (suicídios, homicídios, acidentes, etc.) em localidades que contam com Instituto Médico Legal (IML), a DO deve ser preenchida, obrigatoriamente, por médico legista do IML e, em localidades sem IML, por médico investido pela autoridade judicial ou policial, na função de perito legista eventual. As DO são coletadas pelas Secretarias Municipais de Saúde, enviadas às Secretarias Estaduais e

centralizadas posteriormente no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS).

A partir de 1996, o Ministério da Saúde adotou a décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial de Saúde, que orientam sobre a causa da morte. Dentre as causas de óbito estabelecidas pela CID-10, foi utilizado o somatório das categorias X85 a Y09, que recebem o título genérico de Agressões Intencionais, correspondendo às tipificações de homicídios segundo às legislações de cada país, sendo também denominados como Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) – constando como características básicas a presença de agressão intencional de terceiros, cujos danos ou lesões causam a morte da vítima. Dentro da categorização do CID-10 podemos designar o meio ou instrumento que provocou a morte assim como apontar o local onde aconteceu o incidente.

O que podemos perceber, neste aspecto, é que o Brasil carece de base estatística das áreas de segurança e de justiça no que se refere às denúncias, processos e sentenças sobre as diversas formas de violência contra as mulheres.

Não há base robusta para a criação de mecanismos de acompanhamento estatístico sobre dados tendo como base a estratificação social. Tal proposta permitiria estudos qualitativos, aperfeiçoando ou organizando novas políticas públicas objetivando o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres.

Não obstante, esta não diferenciação trata a violência de forma homogênea, essencializando a categoria “mulher”, desconsiderando atos vis em termos de raça/etnia/cor, renda, classe social, escolaridade, localidade e gênero. Mulheres transexuais e travestis, por exemplo, também são desconsiderados totalmente destas análises. Temos então a invisibilidade de corpos (apud Butler, 1999; apud Davis, 1983), mais uma violência – neste caso simbólica, mas também real e potencial, pois, ao desconsiderar estes corpos, negligencia o fato de sua existência e qualquer possibilidade de criação de mecanismos de prevenção e combate à violência. Trata-se da dupla violência: a ilegal, mediante às formas de violência de um agente particular; e a legal, por meio da violência estatal, legalizada e legitimada pela invisibilidade, quiçá, proposital.

Esta dupla violência estatal condiciona na perspectiva das diferentes formas de opressão e legitimação da violência, os mecanismos de sua perpetuação e, em certa medida, justificativa e justificação. Há de se considerar que a negligência constrói narrativas e o senso de impunidade, ao mesmo tempo em que incentiva a compreensão de desvalorização do corpo e do delito cometido, em uma perspectiva de institucionalização de formas de violência que organizam mecanismos de produção e reprodução na ordem social – assim como na negligência da norma jurídica (apud Young, 1997, 2011).

A nível internacional, o Brasil, dentre 83 países analisados, aparece com o 5º lugar dentre as taxas de homicídios de mulheres anualmente. Tal perspectiva situa uma posição 48 vezes mais mortal que o Reino Unido, 24 vezes mais que Irlanda e 16 vezes mais que o Japão (apud Waiselfisz, 2015). Podemos assim indicar que o Brasil configura um dos países mais perigosos para as mulheres.

Segundo os dados do Mapa da Violência de 2015, entre 1980 e 2013, morreu um total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídio, passando de 1.353 mulheres em 1980, para 4.762 em 2013

(configurando aumento de 252%). Com uma taxa de 2,3 vítimas por 100 mil em 1980 para 4,8 em 2013 (aumento de 111,1%). Entre 1980 e 2006, antes da sanção da Lei Maria da Penha, o aumento do total de homicídios de mulheres variou 197,3% com variância de taxa de homicídio de mulheres em 87,7%. A partir da sanção da referida Lei, o crescimento do total de homicídios de mulheres variou 18,4% com variância de taxa em 12,5%. Entre 1980 e 2006, o crescimento do número de homicídios de mulheres foi de 7,6% ao ano com taxa de homicídio de mulheres em 2,5% ao ano. Já após 2006, com a vigência da Lei, o crescimento do número desses homicídios cai para 2,6% ao ano e o crescimento das taxas cai para 1,7% ao ano (apud Waiselfisz, 2015).

Neste contexto, após a sanção da Lei nº 11.340/2006, as variações do total de homicídios e das taxas caem abruptamente em termos de crescimento – isso não significa que as mulheres não estejam morrendo, pelo contrário, mas que as mesmas vêm morrendo em menor variância e expressão devido às tipificações de crimes e, sobretudo, legislação referente aos crimes de violência, além da criação de programas

de apoio e acompanhamento às denúncias das vítimas.

O que podemos apreender do Mapa da Violência de 2016, é que a partir da promulgação da Lei Maria da Penha é que as taxas de mortalidade, assim como o total de homicídio de mulheres começam a ter incidência menor de crescimento. As taxas possuem crescimento em média de um terço relativo ao período ao ano de 2006 e o total de homicídios cresce em ritmos de quase metade em relação ao mesmo período de 2006. Não podemos também nos enganar nos números, tendo em vista que, em termos absolutos, a proporção de mulheres em 1980 era inferior ao quantitativo atual, assim, devemos considerar a proporcionalidade referente à taxa populacional.

Há, de fato, uso da Lei Maria da Penha e mecanismos associados que incidem sobre tal questão. A tipificação do crime de violência doméstica e a conjuntura que a envolve, assim como a possibilidade de prisão e de medidas cautelares e protetivas, a construção de bancos de dados além do estímulo à denúncia (que visibilizou o crime) também são aspectos que permitem analisar os dados. Em certa medida, podemos argumentar que a violência

contra à mulher continua crescendo, ainda que em ritmos menores, contudo, crescem em escalas menores – e este aspecto é que se deve considerar. Como demonstrado, a tendência de aumento das mortes era evidente até o momento da promulgação da Lei Maria da Penha.

No que se referem às taxas de mortalidade por Unidade de Federação, alguns aspectos são válidos. Do total de mortes, as Regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte foram as regiões, respectivamente, que mais registraram mortes de mulheres em 2013, sendo os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, respectivamente, os que mais tiveram casos de morte registrados no mesmo ano. No período de 2003 a 2013, apenas a Região Sudeste registrou queda de morte de mulheres, especificamente o estado de São Paulo, que reduziu em tal período quase 39,7% (apud Waiselfisz, 2015).

Quanto às taxas de mortalidade, o estado de Roraima é o que mais registrou mortes em 2013, 15,3% de mulheres, sendo que entre 2003 e 2013, tal estado cresceu, em taxa de mortalidade 343,9% – a região Norte cresceu à taxa de mortalidade em 75,8% de 2003 a 2013. Já a região centro-oeste é a que tem o maior percentual de aumento de taxas,

sendo 7,0% em 2013. O estado da Paraíba teve uma variação entre 2003/2013 de 229% já Bahia teve 159,3% e, especificamente, todos os estados das regiões Norte e Nordeste aumentaram as taxas percentuais de mortes de mulheres.

Há de se considerar que as taxas nacionais de homicídios enganam e não expressam a vulnerabilidade. O Brasil apresentava taxas de homicídio de mulheres por 100 mil em 2013 da ordem 4,8% assim, temos 20 estados acima (sendo que em 5 deles quase o dobro da média nacional), 1 no mesmo patamar e 7 abaixo. Roraima apresenta o triplo da média o que demonstra que há grau de vulnerabilidade expressivo da mulher no âmbito brasileiro. Contudo, ainda de acordo com o Mapa da Violência, Rondônia, Espírito Santo, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram quedas no ano de 2013 em termos das taxas (apud Waiselfisz, 2015). Especificamente, não podemos desconsiderar esta questão de que 20 estados (2/3 das unidades de federação), a maioria nas regiões Norte e Nordeste, apresenta índices acima da média nacional – o que implica uma situação de vulnerabilidade crônica que atinge a nível nacional exigindo, assim, políticas

públicas, tanto setoriais, quanto gerais, a fim de que se reconfigure as perspectivas de vida das mulheres.

No quesito municipalidade, dentre os 100 municípios com mais de 10 mil habitantes do sexo feminino com as maiores taxas médias de homicídio de mulheres (por 100 mil) não temos nenhuma capital. E dos 1.627 municípios com maior volume de população feminina em 637 (39,2%) não foi registrado nenhum homicídio feminino no ano de 2013 e em 122 (7,5%) não foi registrado nenhum homicídio feminino nos últimos 5 anos disponíveis (2009 a 2013). Há de se considerar que os municípios com as maiores taxas de assassinato de mulheres são os de pequeno porte. Os 100 municípios com as maiores taxas médias no quinquênio foram responsáveis por 429 homicídios femininos do total de 22.252 registrados no período de 2009 a 2013 (menos de 2%). Já na ótica masculina ocorre o inverso: os 100 municípios com as maiores taxas concentram 16,7% do total de homicídios do País (apud Waiselfisz, 2015).

A noção de sujeito de justiça (apud Fraser, 2009) permite considerarmos as dificuldades de se trabalhar quando não existem medidas

públicas de igualdade social, política e moral – neste ponto, significa que dentro da ordem brasileira, possuímos discrepâncias entre sujeitos de justiça plenos de direitos e capacidades de existência (apud Butler, 2016).

Quando entramos no quesito “Cor” observamos que as taxas de homicídios das mulheres brancas caíram (11,9%: de 3,6 por 100 mil brancas, em 2003, para 3,2 em 2013), as negras aumentaram (19,5%, passando, nesse mesmo período, de 4,5 para 5,4 por 100 mil), especificamente no âmbito de 7 estados, no Distrito Federal e no Brasil. Em 2003 morriam assassinadas 22,9% mais negras do que brancas. Já em 2013 observamos este índice chegar em 2013, a 66,7% (apud Waiselfisz, 2015). Destacamos também que em 13 estados as mortes de mulheres sobem independentemente de cor sendo que o estado do Rio Grande do Sul é o único em que se tem mais mortes de brancas e redução das mortes de negras).

Alguns dados são ainda pertinentes: o infanticídio (12 a 18 anos) feminino vem crescendo (passando de 0,4% a 3,3%; dentre 18 a 30 anos flutuou de 3,6% a 3,4% (destacando a domesticidade, ou seja, a concentração da morte relacionada ao ambiente

familiar e à residência); acima de 33 anos, com relativa queda de 2,4% a 0,1%. Os meios aplicados têm preferência pela arma de fogo (48,8%) em seguida os materiais cortantes (25,3%) sendo que homens são mortos por arma de fogo (73,2%). Já o local, as mulheres morrem mais em vias públicas (31,2%), domiciliar (27,1%) e em estabelecimentos de saúde (25,2%) sendo eu os homens são mortos na maioria em vias públicas (48,2%) (apud Waiselfisz, 2015).

Esta perspectiva aponta considerar que homens e mulheres não possuem as mesmas condições de vida e usufruto de liberdade e segurança, sendo as mulheres prejudicadas em termos de vulnerabilidade em todas as suas formas. Consideramos assim, a afirmativa de que as mulheres não vivem – mas sobrevivem aos contextos de violência aos quais estão sujeitas. Violências institucionalizadas, regradas socialmente, amparadas na ordem moral e social, legitimadas por contextos masculinizantes, patriarcais e senhoriais que assujeitam mulheres à perspectiva subalterna da mera existência inferior e,

em certa medida líquida<sup>3</sup>. Não obstante, há diferença entre as diferenças, ou seja, há vulnerabilidade entre as vulnerabilidades – não que uma seja mais opressora que a outra, ou que acumulassem em si a opressão, mas que a base da opressão funciona estruturalmente quando observamos a questão das mulheres pretas e pardas, sobretudo em zonas sociais vulneráveis.

### **Medidas protetivas para além da violência direta**

A Constituição Federal brasileira de 1988 destaca, em seu Art. 226, §8, que “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Contudo, a ordenação da violência contra à mulher está dispersa em inúmeras bases normativas, desde em aspecto criminal, civil, passando pela organização de poderes e instituições sociais, além de programas específicos. Assim, tentaremos sumarizar algumas destas bases neste texto.

---

<sup>3</sup> Podemos indicar que Davis (2014) e Okin (1989), trabalham estas perspectivas.

Se há progresso, há também regresso no que toca à Cidadania, em termos de distribuição de Direitos e exercício dos mesmos. No sentido de que, ao mesmo tempo em que surgem processos políticos e institucionais que proliferam e insurgem participações democráticas, institucionais ou não, formais ou não, existe “um emaranhado entre a democracia e seus opositores”, em que surgem novos tipos de cidadãos e, paralelamente, novas formas de violência e exclusão que a corroem (Houlston, 2010: 21). Um processo de mão dupla, onde o alcance de novos direitos e exercício de cidadania acaba sendo percebido como perigoso ao exercício de poder de determinados grupos que, ao ver isso como perda de privilégios, entende que tal processo deve ser combatido.

Em observância ao Decreto-Lei nº 3689 de 3 de outubro 1941, que organiza o Código de Processo Penal, começamos pelo Art. 292, parágrafo único, o qual destaca a proibição do “uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato”. Já o Art. 313,

observando o Art. 312, admite a prisão preventiva em casos de o crime “envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência”, como base de medida protetiva. Quando a mulher for objeto de prevenção preventiva, o Art. 318 destaca a sua possível substituição quando envolver gestantes ou mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. Há de salientarmos que tais ordenamentos não estavam previstos na redação da lei original, assim o Art. 292 teve sua Redação alterada pela Lei nº 13.434, de 2017, o Art. 313 pela Lei nº 12.403, de 2011 e o Art. 313 pela Lei nº 13.257, de 2016, dentro do Código de Processo Penal.

No âmbito da Lei nº 13105 de 16 de março 2015, que organiza o Código de Processo Civil, temos o Art. 528 que dispõe sobre cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, com possibilidade de prisão pelo não pagamento, sendo a sua execução destaca pelo Art. 911 e Art. 912, que permite “o desconto em folha de pagamento de pessoal”. Tais dispositivos, tendo em vista, o caso de a guarda de crianças permanecerem com a

mãe, ter-se a segurança para o pagamento dos alimentos sendo que, no caso do Art. 912, permite maior segurança pelo desconto direto. Não podemos esquecer também da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Na referida lei, as chamadas “pequenas causas”, ou seja, “as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo”, permite maior celeridade e economia processual, muitas vezes sem a necessidade de advogados e permitindo conciliação.

Já, especificamente sobre o Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro 2002, existem alguns aspectos absurdos que demonstram desigualdade de gênero no âmbito das mulheres dentro do Código Civil, a exemplo da possibilidade do registro de casamento civil para viúvas somente após dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal, em caso de nulidade do casamento ou viuvez, segundo o Art. 1.523, Inciso II – tal aspecto não existe para homens.

No âmbito do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, no caso de violência contra a mulher e mulheres grávidas, o Art. 61, Inciso I, alínea F e H, permitem agravar

a pena, quando não constituir ou qualificar o crime. Dentro do Código Penal, temos o Femicídio, incluído pela Lei nº 13.104, de 2015, pela tipificação caracterizada como crime contra à vida da mulher “por razões da condição de sexo feminino”, sendo que as condições envolvem “violência doméstica e familiar” (inciso I) e “menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (inciso II). Também temos, dentro do Caput de Lesão Corporal, o crime de Violência Doméstica, Art. 129, §9º, tipificado como lesão praticada “contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade” – este último crime foi alterado pela redação da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha).

O Art. 2º situa que toda mulher “goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência” e o Art. 3º obriga ao Estado assegurar “às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos”. O Art. 5º configura violência doméstica e familiar contra a

mulher “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”, sendo que as relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos (Art. 6º). O Art. 7º destaca formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: física, psicológica, sexual, patrimonial e a moral.

O Art. 22 destaca que “constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência” entre elas o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida (inciso II), a proibição da aproximação e contato da ofendida, de seus familiares e das testemunhas (inciso III, alíneas A e B) e a restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores (inciso IV). A Lei nº 13.641, de 3 de abril de 2018, vem alterar a Lei Maria da Penha incluindo a tipificação do crime de descumprimento de decisão judicial que defere medidas

protetivas de urgência previstas nesta Lei, cuja pena é de detenção, de três meses a dois anos.

Entre as medidas integradas de prevenção, o Art. 8º, além de situar a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação, situa a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas. Não obstante, o mesmo artigo destaca a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher e a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral.

Um dos artigos relevantes no âmbito da segurança econômica das mulheres está no Art. 9º, §2º inciso II, no

qual juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica a “manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses”. O Art. 10º, o atendimento pela autoridade policial se dará preferencialmente do sexo feminino nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Há de se destacar que a Lei nº 13.505, de 2017, que alterou a Lei Maria da Penha, modificou a inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher. As vítimas não poderão ter contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas, além da salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional da depoente – este último fruto das maiores críticas pela inabilidade da autoridade policial em não revitimizar a depoente. É fato que pode existir um despreparo pela autoridade policial, sobretudo do sexo masculino no trato com a vítima de violência doméstica e familiar, com a possibilidade de reprodução da violência psicológica e moral.

O Ministério Público, segundo o Art. 25º, intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher. Assim como pela Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), “Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação” (Art. 152, parágrafo único). No âmbito da Defensoria Pública, a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, uma de suas funções institucionais está a de “exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos [...], da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado” (inciso XI, Art. 4º).

Não obstante à criação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), as ações que observassem medidas que reintegrassem agressores de mulher começam a ter aplicações apenas a partir de 2016 com iniciativas locais, sobretudo das polícias militares ou guardas municipais de determinados estados e municípios brasileiros. Tal configuração reflete, em primeiro momento, o sentido punitivo

direto das agressões contra às mulheres, um problema crônico estrutural da história brasileira. Em um segundo momento reflete a não preocupação ou, em certa medida, a visão reducionista de que problemas de violência são eliminados pela ação direta da violência – pela ação material de proibição do ato violento.

Esta configuração que distancia o ato direto da violência física do ato simbólico, possivelmente indireto, dos atos psicossociais da violência, não necessariamente constrói políticas públicas efetivas que atuem diretamente na eliminação do ato violento. A ação violenta e física da violência envolve caráter psicológico, social, emocional, político, histórico, econômico, dentre outras perspectivas e que apenas no combate direto proibitivo da violência de caráter físico não é capaz de eliminar substancialmente a violência em si, pois ela fica carregada em caráter das relações sociais.

As primeiras medidas legislativas em âmbito nacional decorrem do ano de 2016 com o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2016, de autoria da Comissão de

Direitos Humanos e Legislação Participativa que “Acrescenta inciso V ao art. 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer, como medida protetiva de urgência à ofendida, a frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação”. Esta inclusão não observou quais medidas de fato seriam incluídas nesta lei. Entre construções legislativas nas casas legislativas, este projeto de Lei encontra-se atualmente no Senado para discussão e posterior encaminhamento à Câmara dos Deputados no âmbito do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 5.001 de 2016<sup>4</sup>.

Não obstante, a questão da Educação aqui alcança elementos tanto na perspectiva formal quanto informal. A legislação é elemento crucial no ordenamento das relações, contudo, ela se pauta preferencialmente pelo elemento reativo, quando provocada pela interrupção na “normalidade”, ou seja, quando há rompimento da prescrição daquilo o que seria conhecido como o padrão esperado de comportamento – no caso, a não violência. Aqui há relevância

---

<sup>4</sup> Ver a tramitação completa do Projeto de Lei nº 5.001/2016 em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWe>

b/prop\_mostrarintegra?codteor=1450172&filename=PL+5001/2016>. Acesso em 16 de julho de 2019

no ensino formal, onde projetos político-pedagógicos de cursos nos vários níveis formais podem construir sujeitos que observem as desigualdades sociais e se pautem pelo confronto das mesmas, o que, em certo sentido, é propositivo e se organiza pelo conhecimento e enfrentamento das estruturas opressoras (apud Baptista, 2017; apud Baptista e Santos). Assim perspectivas de desigualdades sociais que sejam incorporadas como projetos políticos no ensino permitem construir tanto sujeitos de justiça (apud Fraser, 2009) quanto sociedades engajadas não no sentido reativo, porém propositivo e proativo.

De forma substantiva e material programática, apenas em 2018, de iniciativa da Câmara dos Deputados, temos o projeto de lei n.º 10.593, de 2018 que instituiria o Programa Tempo de Despertar, que disporia sobre a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica e grupos reflexivos de homens<sup>5</sup>. Aqui, temos um projeto de lei que é direto no sistema propositivo de ações concretas de ressocialização de homens agressores. Há de se destacar que o programa teria

como uma de suas bases “a transformação e rompimento com a cultura de violência contra as mulheres, em todas as suas formas e intensidades de manifestação”, a “desconstrução da cultura do machismo” e, sobretudo, “promover um ambiente reflexivo que favoreça a construção de alternativas à violência para a resolução de problemas e conflitos familiares”. Este projeto de lei baseava-se na Lei do Estado de São Paulo de nº16.732, de 1 de novembro de 2017 que instituiu um programa semelhante, em nível municipal. Infelizmente, este Programa Tempo de Despertar foi rejeitado e incluído de forma global na proposta do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2016 que, ao fim, não observava esta questão geral de criação de programa específico, mas orientava apenas a norma geral em nível nacional e que, posteriormente, seria reinscrito nas medidas locais em estados e municípios brasileiros.

Em termos substantivos de ações concretas, temos iniciativas da Cidade de São Paulo, em nível local ou municipal. O Projeto “Guardiã Maria da Penha” foi criado pelo Decreto Municipal nº 55.089

---

<sup>5</sup> Sobre o Projeto de Lei nº 10.593 da Câmara dos Deputados, ver em <<https://www.camara.leg.br/propostas->

legislativas/2181665>. Acesso em 16 de julho de 2019.

em 08 de maio de 2014. Com a sanção da Lei municipal nº 16.165 de 13 de abril de 2015, o Programa passa a integrar uma política de estado<sup>6</sup>. O Programa prevê proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, com medidas garantidas pela Lei Maria da Penha através da atuação da Guarda Civil Metropolitana e da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres. Tem por objetivo combater a violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial contra as mulheres, monitorar o cumprimento das normas penais que garantem sua proteção e a responsabilização do agressor, além de proporcionar acolhida humanizada e orientação às vítimas quanto aos serviços municipais disponíveis. A iniciativa é fruto de uma colaboração entre a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM) e o Ministério Público do Estado de São Paulo, através do Grupo de Atuação

Especial de Enfretamento à Violência Doméstica (GEVID). O Programa teve seu início em 06 de junho de 2014. No período de 06/06/2014 a 28/02/2019, foram realizadas 48.071 (Quarenta e oito mil e setenta e uma) visitas pela equipe da Guardiã Maria da Penha, sendo o total de 1437 casos atendidos até março de 2019. Há de se destacar a redução de reincidência de agressão contra mulheres de 65% para 2% após a aplicação das medidas.

Em nível estadual ou médio, tem-se no Estado do Rio de Janeiro o programa Guardiões da Vida<sup>7</sup>, que fazem visitas periódicas à casa das vítimas para fiscalizar cumprimento de medidas protetivas pelo agressor. Trata-se de um programa da Polícia Militar do Rio de prevenção à violência doméstica. De 823 vítimas que ingressaram no programa em 2017, 647 já haviam sofrido agressões anteriores. Após o acompanhamento dos guardiões, a reincidência desabou de 78,61% para 3,4% dos casos<sup>8</sup>. Em 2018,

<sup>6</sup> Mais informações do programa podem ser encontradas em [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca\\_urbana/acoes\\_especiais/index.php?p=179864](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/acoes_especiais/index.php?p=179864). Acesso em 16 de julho de 2019.

<sup>7</sup> O projeto detalhado pode ser encontrado em <http://www.pmerj.rj.gov.br/2015/11/projet>

[o-guardioes-da-vida-10o-bpm/](http://www.guardioes-da-vida-10o-bpm/). Acesso em 16 de julho de 2019.

<sup>8</sup> Dados podem ser encontrados em <https://oglobo.globo.com/rio/celina/programa-da-policia-militar-reduz-de-7861-para-34-reincidencia-da-violencia-contra-mulher-23508115> e no Dossiê Mulher, do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro em <https://isp.rj.gov.br>. Acesso em 16 de julho de 2019.

do total de mulheres acompanhadas, 28 voltaram a sofrer alguma agressão por parte do companheiro. A Polícia Militar é responsável pelo policiamento preventivo das ruas, contudo, a maioria das agressões contra as mulheres acontece dentro de casa. Neste contexto, os policiais vinculados ao Programa atuam em duplas formadas por um homem e uma mulher e recebem treinamento específico, como cursos de mediação de conflitos, para acompanhar tanto a vítima quanto o agressor. Trata-se de alcançar a violência doméstica ao reduto do ambiente familiar, costumeiramente reservado e que acaba por esconder a violência de fato.

O que podemos observar destas duas medidas locais é que elas vêm alcançando outros estados e municípios brasileiros. Há discussões sendo levantadas no Estado da Bahia, por exemplo<sup>9</sup>. Para além de medida apenas jurídica que tipifique o ato infrator no arcabouço jurídico justificando e medindo penalizações ao homem agressor (apud Rhode 1991; apud Cornell 1998), é preciso também que se

inscreva na ordem cultural, social, econômica e política como esta violência se relaciona, uma vez que não se trata de violência vazia de sentido, porém carregada de materialidade que se perpetua no tempo, em sentido geracional e cultural das práticas (apud Bourdieu 1998; apud Butler 1999).

Esta violência se desenvolve de forma estrutural e sistêmica alcançando espaços silenciosamente e assentida como normalizada nas hierarquias das práticas cotidianas e que atua também de forma diferenciada entre classes sociais, raças e gênero (Collins 1990; Hooks 1984). Ainda assim, esta violência se configura como uma medida estrutural que organiza processos e medidas que sustentam sentidos opressores uns aos outros e que, tendo em vista seu caráter sistêmico e estrutural, ações que negligenciam tal caráter são fadadas ao fracasso. Não se escolhe quais processos opressores sofrer em dado momento – a violência contra a mulher estrutura uma rede que organiza o rebaixamento de forma legitimada que afasta elementos

---

<sup>9</sup> O Ministério Público e a Secretaria de Estado de Segurança vêm criando debates acerca de programa nos moldes do desenvolvido pela Cidade de São Paulo.

Ver mais em  
<<http://www.al.ba.gov.br/midia-center/noticias/32678>>. Acesso em 16 de julho de 2019.

de igual valor moral (apud Young, 1997, 2011; apud Davis, 1983).

### **Considerações finais**

A questão da violência contra mulher requer medidas que se voltem ao caráter cultural, simbólico, psicológico, social e, sobretudo, histórico que se entrelaçam nas relações de violência de gênero. A violência que ocorre em âmbito doméstico, especificamente, a que ocorre no ambiente familiar, percorre relações patriarcais, hierárquicas e inferiorizantes, que deterioram o potencial das mulheres de serem vistas como sujeitos de justiça, impedindo-as de estar como sujeitos de igual valor moral nas várias esferas da vida (apud Fraser, 1989, 2009).

Políticas públicas, assim, precisam ter materialidade histórica, observar os contextos que envolvem o sentido mais amplo de resolubilidade de problemas críticos criados na estrutura social. Violência contra a mulher não é mero ato físico, mas ato organizado de sentidos que põem à frente seu sentido legitimador das diferenças hierarquizadas. Gênero é conceito analítico, mas também histórico e político para se situar medidas de caráter

público que criem possibilidade de rupturas de contextos de desigualdade estrutural (apud Okin 1989; apud Pateman 1998; apud Phillips 2011).

Por fim, vemos que, no âmbito brasileiro, ainda há muito o que se percorrer no sentido de proteção às mulheres no que se referem às medidas de combate à violência de gênero. O espaço temporal da criação de uma Lei que tipifica a violência doméstica (2006) à criação de outra Lei que tipifica como caráter mais penalizante o homicídio de mulheres (2015) para o debate de medidas que ressocializem ou reintegrem homens agressores (2016) é de dez anos, ou seja, da proteção à mulher e penalização dos agressores até o início do debate de medidas que incidam diretamente sobre os sentidos simbólicos e culturais desta violência, tem-se um lapso temporal significativo em que se poderia ter criado um conjunto de medidas mais intensivo e que procurasse a ruptura da violência em seu sentido estrutural: na História, na Política, nas relações culturais e sociais. Este lapso aponta que oportunidades foram deixadas de lado para a criação de mecanismos amplos e mais efetivos. Contudo, ainda que com esse lapso, vemos este debate sendo construído.

**Referências bibliográficas**

BAPTISTA, Vinicius Ferreira, (2017), “Diretrizes nacionais e o descompasso na formação humanística do curso de graduação em Administração Pública da UFRRJ” Revista de Gestão e Avaliação Educacional, 6[13], p. 101-119. Consultado a 25.07.2019 em <<https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/26212>>.

BAPTISTA, Vinicius Ferreira; SANTOS, Wanderson Cesar, (2018), “Perspectivas de desigualdades sociais no curso de graduação em Administração Pública de uma universidade pública federal”. Revista de Gestão e Avaliação Educacional, 7[14], p. 111-133. Consultado a 25.07.2019 em <<https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/29657>>.

BOURDIEU, Pierre (1998), La domination masculine. Paris, Seuil.

BUTLER, Judith, (1999). Gender Trouble: Feminism and the subversion of Identity. Nova York: Routledge.

COLLINS, Patricia Hill, (1990). Black Feminist Thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. Nova York, Routledge.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal. Diário Oficial da União de 5.10.1988. Brasília.

CORNELL, Drucilla, (1998). At the Heart of Freedom: Feminism, Sex, and Equality. Princeton: Princeton University Press.

DAVIS, Angela Yvonne, (1983). Women, Race & Class. Nova York: Randon House.

Decreto nº 7.958/2013 de 13 de março de 2013. Diário Oficial da União de 14.3.2013. Brasília.

Decreto nº 7.393/2010 de 15 de dezembro de 2010. Diário Oficial da União de 16.12.2010. Brasília.

Decreto-Lei nº 3.689/1941 de 3 de outubro de 1941. Diário Oficial da União de 13.10.1941 e retificado em 24.10.1941. Brasília.

Decreto-Lei nº 2.848/1940 de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial da União de 31.12.1940. Brasília.

FRASER, Nancy, (1989). *Unruly practices: power, discourse and gender in contemporary social theory*. Minneapolis, University of Minneapolis Press.

FRASER, Nancy, (2009). *Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world*. New York, Columbia University Press.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, (2010). *Violência contra a Mulher na Esfera Pública e Privada*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, SESC.

HOOKS, bell, (1984). *Feminist Theory: From Margin to Center*. 2. ed. Nova York/Boston, South End Press.

HOULSTON, James, (2013). *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Tradução de Claudio Carina. Revisão Técnica de Luísa Valentini. 1. ed. Companhia das Letras: São Paulo.

Lei nº 13.641/2018 de 3 de abril de 2018. Diário Oficial da União de 4.4.2018. Brasília.

Lei nº 13.642/2018 de 3 de abril de 2018. Diário Oficial da União de 4.4.2018. Brasília.

Lei nº 13.505/2017 de 8 de novembro de 2017. Diário Oficial da União de 9.11.2017. Brasília.

Lei nº 13.285/2016 de 10 de maio de 2016. Diário Oficial da União de 11.5.2016. Brasília.

Lei nº 13.104/2015 de 9 de março de 2015. Diário Oficial da União de 10.3.2015. Brasília.

Lei nº 13.105/2015 de 16 de março 2015. Diário Oficial da União de 17.3.2015. Brasília.

Lei nº 12.015/2009 de 7 de agosto de 2009. Diário Oficial da União de 10.8.2009. Brasília.

Lei nº 10.406/2002 de 10 de janeiro 2002. Diário Oficial da União de 1.1.2002. Brasília.

Lei nº 9.099/1995 de 26 de setembro de 1995. Diário Oficial da União de 27.9.1995. Brasília.

Lei Complementar nº 80/1994 de 12 de janeiro de 1994. Diário Oficial da União de 13.1.1994. Brasília.

Lei nº 7.210/1984 de 11 de julho de 1984. Diário Oficial da União de 13.7.1984. Brasília.

OKIN, Susan Moller, (1989). Justice, Gender, and the Family. Nova York, Basic Books.

PATEMAN, Carole, (1998). The Sexual Contract. Stanford, Stanford University Press.

PHILLIPS, Anne, (2011). Gender and Culture. Oxford, Oxford, Polity.

RHODE, Deborah, (1991). Justice and Gender: Sex Discrimination and the Law. Cambridge, Harvard University Press.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM), (2013). Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

2013-2015. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

WASELFISZ, Julio Jacobo, (2015). Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

YOUNG, Iris Marion, (1997). Intersecting Voices: Dilemmas of Gender, Political Philosophy and Policy. Princeton: Princeton University Press.

YOUNG, Iris Marion, (2011). Responsibility for Justice. Oxford, Oxford University Press

## **TRABALHADORES HOMOSSEXUAIS, CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE, SUSTENTABILIDADE E DIREITOS HUMANOS**

Breno Lucas Carvalho Ribeiro<sup>1</sup>

Carolina de Souza Novaes Gomes Teixeira<sup>2</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa baseia-se na metodologia teórica documental do tipo dedutiva, com técnicas de natureza qualitativa e análise doutrinária e legal. A partir disso, é evidente que o viés da globalização inclusiva perpassa pela concepção contemporânea do Direito Internacional do Trabalho de promover o “Trabalho Decente” em vários países membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Isso ocorre por meio do combate da discriminação e do preconceito aos trabalhadores homossexuais, à promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça no trabalho. Assim, em consonância com a cidadania e a inclusão como responsabilidade social, a presente pesquisa objetiva apresentar

uma visão panorâmica dos Direitos Humanos, da Constituição da República de 1988 (CR/88) e da OIT. A organização e outros membros internacionais, dessa forma, contribuíram para as conquistas advindas da Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1988 para o constante processo de reconhecimento e de efetivação dos direitos humanos dos trabalhadores homossexuais em âmbito internacional e para a sustentabilidade.

**Palavras-Chave:** Convencionalidade; Direitos Humanos; Globalização; Homossexuais.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Pós-Graduando em Direito Constitucional pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Advogado Trabalhista. Pesquisador nos institutos Retrabalhando o Direito e Instituto de Investigação Científica Constituição e Processo (PUC-MG) e Diverso (UFMG)

<sup>2</sup> Graduada em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto. Mestre e Doutoranda em Direito do Trabalho, Modernidade e Democracia pela Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Professora Assistente I da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Advogado Trabalhista e Autora de artigos jurídicos

**Abstract:** This research is based on the theoretical methodology of the deductive type, with qualitative techniques and doctrinal and legal analysis. From this, it is evident that the bias of inclusive globalization permeates. The contemporary conception of international labor law to promote "decent work" in several member countries of the International Labour Organization (ILO). This occurs through the fight against discrimination and prejudice to homosexual workers, to the promotion of equal opportunities and treatment of gender and race at work. Thus, in consonance with citizenship and inclusion as social responsibility, this research aims to present a panoramic view of human rights, the Constitution of the Republic of 1988 (CR/88) and the ILO. The organization and other international members thus contributed to the achievements of the Declaration of Fundamental Principles and rights in the work of 1988 to the constant process of recognizing and effecting human rights of International and sustainability workers.

**Keywords:** Conventionality; Globalization; Homosexuals; Human rights;

## Introdução

Sabe-se que, no sistema capitalista de produção, o trabalho exerce um papel importante nas relações sociais além de atuar como uma das forças constituidoras do próprio homem.

Não raro, em um mundo laboral caracterizado por incertezas, é evidente a pertinência da temática da justiça social como o objetivo amplo da regulação de relações trabalhistas em escala internacional. É certo, neste sentido, que a Modernidade legou à humanidade o substrato para a construção da ideia de um primado da proteção social, que elevou a inserção igualitária de sujeitos de direito à condição de razão de existência do econômico, do político e do jurídico.

Com o advento das chamadas sociedades contemporâneas, que fronteiras e padrões sociais são cada vez mais contestados e encontram-se cada vez mais fragmentados.

A partir do crescimento dos movimentos populares - que em diversas ocasiões foram seus parceiros nas reivindicações sociais - a organização homossexual sustentou-se no tripé: identidade, sexualidade e cidadania, buscando, principalmente, a identidade homossexual, o direito ao livre exercício

das escolhas sexuais individuais e a autonomia do movimento.

Nesse contexto, formas de conduta com seus valores e práticas - que anteriormente se objetivava marginalizar, reduzir e ocultar, de modo a torná-las clandestinas - tornam-se a manifestar e tentam buscar o seu espaço. Movimentos anteriormente marginalizados — como o das mulheres, lésbicas, bissexuais, transexuais e gays — começam a reivindicar seu espaço social em busca de legitimação.

Irrefutavelmente, a globalização impõe aos cidadãos a necessidade de reflexão e revisão dos modelos que existiram até o momento e, que agora estão em questionamento. Esses papéis, no campo social da produção material dos indivíduos, exigem dos legisladores, dos juristas e dos operadores do direito uma abertura para a atualização dos preceitos embutidos nas relações trabalhistas e na perspectiva de um constante diálogo entre os atores sociais para o fortalecimento sobre as formas de trabalho, de contratação, de execução e de tutela introduzidas em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Diante disso, torna-se imprescindível enaltecer e aplicar as questões da justiça, da ética, da cidadania

e do direito diante da alteração de paradigmas que a sociedade está impondo a cada dia.

É o ambiente laboral, especificamente, que se mostra como um dos espaços em que encontram manifestada a luta pela liberdade e pelo fim da discriminação no trabalho em razão da sexualidade dos membros de uma organização.

Apesar de as relações laborais, entre elas as relações interpessoais em um ambiente empresarial, tentem se afastar - na contemporaneidade - do modelo burocrático na tentativa de criação de estruturas hierárquicas mais leves e fluidas, a ideia de um ambiente organizacional neutro, impessoal e despersonalizado ainda é, lamentavelmente, algo defendido pelos gestores das organizações, sendo um valor marcante nas práticas organizacionais e nas relações interpessoais no trabalho.

Entretanto, verifica-se que essa impessoalidade e neutralidade são meras fantasias, posto que o ambiente de trabalho é, de fato, socialmente construído e é por meio dele se manifestam todas as formas de relações sociais, como, por exemplo, a

sexualidade, o desenvolvimento das atividades técnicas e a amizade.

Para que ocorra o desenvolvimento econômico-social empresarial saudável e, paralelamente, o crescimento das capacidades cognitivas, técnicas e aperfeiçoamento do trabalhador, utiliza-se o Direito do Trabalho como forma alcançar, precipuamente, sua dimensão humana na medida em que visa garantir a sobrevivência do trabalhador, assegurando o acesso aos bens necessários para garantir-lhes uma vida conforme a dignidade humana. Igualmente, atua em favor da justiça social com o fito de promover a tutela e a promoção da dignidade humana dos trabalhadores.

O dilema que se procura solucionar se baseia no seguinte questionamento: em que medida os órgãos internacionais contribuem para a concretização dos direitos dos homossexuais e para efetiva aplicação das leis que os resguardam?

Neste sentido, o presente artigo visa averiguar esse grupo social vulnerável na tentativa de compreensão da discriminação de trabalhadores

homossexuais sob a ótica da Constituição Federal de 1988 (CR/88), da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Controle de Convencionalidade.

A pesquisa se justifica na medida em que o grupo LGBT3+ carece de maior visibilidade e respeito, não apenas no âmbito laboral, como em toda sociedade.

A metodologia da pesquisa baseia-se na revisão bibliográfica, cujo método adotado será o dedutivo, com técnica qualitativa e análise doutrinária e legal. O primeiro tópico visa discutir a relação da sexualidade com a CR/88. Posteriormente, estabelece a construção da relação entre direitos humanos, trabalhadores homossexuais e a necessidade de proteção da dignidade da pessoa do trabalhador. Em seguida, se expressa acerca da temática dos direitos humanos e violações a garantias e direitos fundamentais dos trabalhadores homossexuais. No último tópico se adentrará no tema do controle de convencionalidade; direitos humanos e convenções da OIT, discutindo, principalmente, seu papel e sua relação com os direitos fundamentais.

---

<sup>3</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e

Transexuais.

Finalmente, são apresentadas as considerações finais.

### 1. Sexualidade e constituição de 1988

*Ab Initio*, sabe-se que a Constituição da República, já em seu preâmbulo<sup>4</sup>, assegura o exercício dos direitos sociais e individuais; a liberdade; o bem-estar; o desenvolvimento; a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (BRASIL, 1988).

Igualmente consagra como objetivo fundamental da República (art. 3<sup>a</sup>, IV5): “promover o bem de todos, sem

preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988).

O artigo 170 do referido diploma legal, incisos VII e VIII<sup>6</sup>, se refere aos princípios programáticos da atividade econômica nacional, que a justiça social só está assegurada se respeitados, dentre outros, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego.

Tem-se o art. 205<sup>7</sup>, que atribui ao Estado o dever de auxílio ao pleno desenvolvimento do indivíduo, em seus aspectos físico e intelectual, de igual forma quanto ao seu preparo para o regular exercício da cidadania, em sua significação, isto é, sob nenhum aspecto,

<sup>4</sup> “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”

<sup>5</sup> “Art. 3<sup>o</sup> Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a

pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

<sup>6</sup> Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego”.

<sup>7</sup> “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

o Estado brasileiro poderá furtar-se ao dever de promoção – por meio de instituições públicas e privadas - do bem de todos, incluindo-se aí as minorias sociais.

Também insta salientar os super princípios constitucionais atinentes aos direitos e garantias fundamentais que, em tese, deveriam por si só assegurar a não discriminação por orientação sexual, posto que todos – indistintamente- são iguais em relação a lei (art. 5º, caput, da Constituição<sup>8</sup>), assim como “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (Brasil, 1988), sendo-lhes, desse modo, garantidas a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem da pessoa, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, conforme art. 5º, X, da CR/88.

A Constituição da República de 1988 ao elencar os direitos sociais, proíbe a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (art. 7º, XXX). Estes direitos se dirigem a todos os

trabalhadores, inclusive àqueles de orientação sexual diversa da do trabalhador heterossexual, haja vista que, repita-se, um dos objetivos a serem alcançados pelo Estado democrático, é eliminar qualquer forma de discriminação (Gugel, 2000)

Contudo, apesar do vasto comando legal e a interpretação que se faz acerca da norma, na prática não é isso que ocorre, minorias sociais são constantemente excluídas, como é o caso de trabalhadores gays e lésbicas que, constantemente, são marcados pela exclusão e pela opressão, vivenciando, dessa forma, a violência, o preconceito e a discriminação, principalmente, nos ambientes empresariais, corporativos e laborais.

Percebe-se que a CR/88 é a norma máxima do país e, como isso, tem seu poder de produzir discursos de que o conteúdo expresso é uma verdade em si mesma. Verifica-se, no entanto, que este é um pensamento de senso comum, que permeia cotidianamente a sociedade moderna. Esse potencial que se traduz em um discurso de verdade contido na

---

<sup>8</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do

direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...]

norma é a essência da força indutora que utiliza a legislação simbólica.

Afirma-se que as normas simbólicas servem à violação de direitos fundamentais justamente porque produzem o efeito de declarar que esses direitos existem e devem ser reconhecidos. Contudo, apesar de declaradas, as normas simbólicas se caracterizam pela baixa normatividade.

Mesmo não entrando expressamente na CR/88, deve-se considerar a atual perspectiva civil-constitucional, que insere o ser humano como centro do ordenamento, como uma das principais bandeiras levantadas pelo Estado Democrático de Direito no que se refere à garantia aos bens jurídicos fundamentais, figurados sob o rol dos direitos humanos, principalmente, visando a conquista de direitos mínimos e básicos à vida, à saúde e à liberdade.

A CR/88 traz em seu bojo norma jurídica que permite invocá-la para a proteção dos direitos de pessoas do grupo LGBT+, pois na inexistência de norma específica, é preciso utilizar-se da norma geral e de hierarquia suprema.

A CR/88, do mesmo modo que a italiana, prevê a cláusula geral de tutela da personalidade que pode ser encontrada no princípio fundamental da

dignidade da pessoa humana (Lôbo, 2014, p.1).

Dito isto, percebe-se que a função simbólica desempenhada pelo ordenamento jurídico trabalhista voltado à proteção do mercado de trabalho do grupo LGBT+ aparece quando há uma “hipertrofia da função normativa – enaltecimento de valores sociais (igualdade e proteção)-, em detrimento de sua eficácia prática, já que, na realidade, o que se observa é a discriminação desse no mercado de trabalho” (Neves, 2007, p. 67).

Assim sendo, no próximo tópico se abordará, em âmbito internacional, a temática da criação dos direitos humanos e sua relação com a proteção dos trabalhadores homossexuais a fim de efetivar a dignidade de sua pessoa como trabalhador.

## **2. Interlocuções entre direitos humanos, trabalhadores homossexuais e a necessidade de proteção da dignidade da pessoa do trabalhador**

É necessário compreender que os chamados “direitos humanos são todos aqueles positivados no plano internacional, sobretudo, os que cuidam

de liberdade e igualdade” (Franco Filho, 2018, p. 67). Quando esses direitos são constitucionalizados, ou seja, incorporados no ordenamento jurídico interno, esses são intitulados como fundamentais.

A tutela dos direitos humanos se estabelece sobre três suportes jurídicos, quais sejam os de proteção, os complementares e os interdependentes, estabelecidos por um critério de abrangência geográfica, quais sejam: o global<sup>9</sup>, o regional<sup>10</sup> e o nacional<sup>11</sup>.

Constituem um sistema de autonomia e possuem contornos próprios, com índole protetiva acentuada, voltado à salvaguarda dos direitos dos seres humanos e não dos Estados, com ampla aplicabilidade na proteção dos vulneráveis, remediando os efeitos do desequilíbrio e das disparidades. Isso corrobora a concepção dos direitos humanos como um conjunto de faculdades e instituições que formam um sistema tendente a concretizar exigências de dignidade, liberdade e igualdade humanas (Soares, 2018, p. 98).

É evidente que a formulação teórica sobre os Direitos Humanos é tarefa complexa, que exige do intérprete a sistematização de seus principais aspectos a partir de perspectivas diferenciadas de ordem filosófica, internacional, constitucional e, principalmente, trabalhista. O que importa, em verdade, é que esses campos do saber se ordenem a partir de um centro comum, que é a concepção de dignidade da pessoa humana, valor-fonte na contemporaneidade do Direito.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos se expressa como princípios fundamentais da ordem jurídica internacional, sendo considerada fonte de máxima hierarquia no Direito. Ela provocou uma mudança fundamental no pensamento global, afirmando que todos os seres humanos, mas todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

A vida do direito é a luta, a luta dos povos, de governos, de classes, de indivíduos. O objetivo do direito é a paz, a luta é o meio de consegui-lo. Dessa

---

<sup>9</sup> No contexto internacional, na seara do direito do trabalho, a proteção à pessoa do trabalhador começou a ser alinhavada com maior nitidez no preâmbulo da Constituição da OIT, como a primeira carta internacional de direitos humanos dos trabalhadores,

confirmada, em 1944.

<sup>10</sup> No âmbito regional, afloram destacadamente os sistemas europeus, americanos, africanos.

<sup>11</sup> Fixação dos direitos fundamentais nas constituições.

forma, para que os direitos dos homossexuais sejam convalidados e concedidos, é necessário que haja muita luta; pois para conquistá-los, a luta será constante, não sendo diferente dos demais direitos do ser humano (Ihering, 2001, p. 31).

Vivemos em um novo contexto, em que os direitos não podem simplesmente serem reduzidos às normas, nem tampouco ser concebido como autossuficiente ou como a única saída para a transformação das relações sociais. O conteúdo básico dos direitos humanos não consistiria basicamente no ‘direito a ter direitos’, mas no conjunto de lutas pela possibilidade de viver com dignidade, reconhecendo que todos necessitam da satisfação de conjuntos

culturalmente determinados de bens materiais e imateriais, e que estas necessidades deverão ser satisfeitas dentro de um sistema de valores e processos que estão distribuídos de forma desigual entre os seres humanos, impondo um acesso hierarquizado e restrito a estes bens.<sup>12</sup>

Seriam então, os direitos humanos, resultados sempre provisórios dos processos de luta e dinâmicas sociais para acesso a bens que garantam uma sobrevivência digna?

Verifica-se que a dignidade não está efetivada, tão somente, no mero acesso aos direitos – não basta ter direito aos direitos-, mas sim no acesso ao justo e que se generalize de forma igualitária a todos. A problemática reside não no

---

<sup>12</sup>Joaquín Herrera Flores ao apresentar sua definição crítica dos direitos humanos, propõe uma nova redação dos primeiros parágrafos da Declaração Universal:

Preâmbulo: “...reconociendo que los derechos humanos no constituyen un “ideal abstracto” que como todo horizonte se aleja a medida que nos acercamos, proclamamos que tales derechos son el conjunto de procesos que los individuos y los grupos humanos ponen en marcha cotidianamente para acceder a los bienes exigibles para una vida digna de ser vivida”

Artículo 1º.- Todos los seres humanos debentenerlos instrumentos, medios y condiciones necesarias para poder poner en práctica “procesos de lucha por la dignidad humana”

Artículo 2º.- La dignidad humana es el fin perseguido por los derechos humanos. La dignidad consiste en la obtención de un acceso igualitario a los bienes tanto materiales como inmateriales que se han ido consiguiendo en el constante proceso de humanización del ser humano

Artículo 3.- Para conseguir lo anterior, los seres humanos en lucha por abrir procesos de dignidad debentener el suficiente poder individual y colectivo para exigir a las instituciones legislativas, tanto internacionales como nacionales, un sistema de garantías (políticas, sociales, económicas y jurídicas) que les permitan disfrutar del resultado de sus luchas. A tal efecto, se declaran como garantías mínimas las que a continuación se relatan... (FLORES, 2008, p.108)

modo em como um direito transforma-se em um *direito humano*, mas sim em como este obtém a garantia jurídica para ser efetivo. “A dignidade é um fim material. Um objetivo que se concretiza em dito acesso igualitário e generalizado aos bens que fazem a vida ser digna de ser vivida.” (Flores, 2008, p.107)<sup>13</sup>

De forma lastimável, a exclusão e a opressão dos trabalhadores homossexuais constituem, também, uma questão de justiça social e direitos humanos. Nesse sentido, a DUDH, da Organização das Nações Unidas (ONU) (1948), na qual o Brasil está inserido, dispõe, de forma clara, que:

[...]Artigo 23. 1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4.

Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses (ONU, 1948, s.p.).

Diante disso, percebe-se que estes são direitos de proteção, tanto quanto o Direito do Trabalho, especialmente na necessidade de que o trabalho digno alcance a sua plenitude<sup>14</sup>. Tanto um quanto o outro o foco na pessoa humana e em sua dignidade como valor a ser preservado. A maior parte dos direitos humanos foi recepcionada pelo ordenamento jurídico brasileiro de modo a reforçar o valor da pessoa do trabalhador quanto à importância do trabalho no desenvolvimento de sua personalidade.

É preciso que ações concretas de promoção do trabalhador homossexual demandem ações conjuntas da sociedade e dos Estados. Em decorrência disso, o conteúdo formal e material do contrato de trabalho pode ser objeto de controle para que ele se adéque aos legítimos ideais do ordenamento jurídico.

<sup>13</sup> La dignidad es un fin material. Un objetivo que se concreta en dicho acceso igualitario y generalizado a los bienes que hacen que la vida sea “digna” de ser vivida. (FLORES, 2008, p.107)

<sup>14</sup> Para aprofundamento na dimensão jurídico política do desenvolvimento sustentável e no direito ao trabalho digno,

como forma de se assegurar os direitos fundamentais intergeracionais, ver: GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. A dimensão jurídico-política da sustentabilidade e o direito fundamental à razoável duração do procedimento. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, n. 52, v. 2, p. 93-111, maio/set. 2017, p. 94-97 e 103-104.

Desse modo, a efetividade dos direitos humanos no âmbito do Direito do Trabalho tem como resultado a efetivação dos valores da dignidade da pessoa humana e do desenvolvimento da capacidade do trabalhador. Ademais, a consecução do objetivo desse direito respaldado pela perspectiva dos direitos humanos deve refletir na edição de leis que reflitam, de fato, em garantias e salvaguardas relacionadas ao vínculo trabalhista quanto a sua aplicação.

Outro ponto digno de nota é a verificação do diálogo entre a perspectiva humana do Direito do Trabalho em consonância com os direitos e as garantias fundamentais.

Vislumbra-se que o trabalhador, antes de estar sob tal condição, é cidadão e titular de direitos sociais, reconhecendo que a condição de pessoa torna o empregado titular de direitos desvinculados ao contrato de trabalho (Almeida, 2015, p. 10).

Dessa forma, considerando que o trabalhador deve ser considerado em todas as suas dimensões, de forma indissociável entre a esfera do cidadão, da pessoa e do trabalhador, é possível afirmar que é um ser único e completo, de modo que o trabalho exerce importante função psicológica na vida do

trabalhador, influenciando diretamente na integridade física e psíquica deste.

Em relação às particularidades, a história revela que o Direito do Trabalho foi conquistada por meio de lutas sociais, cujo marco primordial foi a Revolução Industrial. O Direito do Trabalho, ao contrário do direito comum, não se aplica a todas as pessoas indistintamente, contudo, apenas ao grupo de pessoas que despendem sua energia em favor de outrem para sobrevivência.

Mais do que qualquer outro ramo da Ciência Jurídica, o Direito do Trabalho tem traços marcantes: um deles é o de não servir indistintamente a pessoas difusas, cujas posições se alternam a cada instante. “Na verdade, de todos os ramos do Direito, foi o primeiro construído basicamente pelos oprimidos, que conseguiram opor obstáculos à sua própria exploração” (Viana, 2001, p. 47).

É neste sentido que a efetividade dos direitos trabalhistas colabora para o fortalecimento da democracia, pois grande parte dos cidadãos sobrevive por meio da venda da força de trabalho. Sem o cumprimento dos direitos trabalhistas não há distribuição de renda, inclusão social e melhoria da condição socioeconômica da população, o que

viola os princípios e objetivos da República, entre eles a dignidade.

Dessa forma, o descumprimento dos direitos trabalhistas atenta contra a democracia, pois retira do trabalhador direitos que lhe foram conferidos pela Constituição da República de 1988. Nesse contexto, a concretização da CR/88 é falha no cumprimento dos objetivos a que se propôs de efetivação da democracia e da interpretação dos direitos e garantias dos homossexuais, porque previu direitos sociais apenas formalmente, os quais não são materialmente usufruídos por seus destinatários, em razão da inércia do Estado, garantindo, assim, a eficiência da norma.

Sob o viés dos trabalhadores homossexuais, verifica-se que, apesar dos tratados internacionais e das interpretações dos tribunais superiores acerca da proteção desse grupo, o que se percebe é a motivação, sobretudo, humana na medida em que visa protegê-los no mercado de trabalho. Contudo, a interpretação e a aplicabilidade das normas não devem abstrair da perspectiva econômica de modo que a proteção não implique um impedimento ao ingresso ou a promoção no mercado laboral, a ponto de serem preteridos.

É necessário, portanto, repensar o Direito do Trabalho sob uma perspectiva humana. Por mais que o objetivo do capitalismo seja o aspecto meramente econômico, ao passo que esse direito se apresenta justamente como um contraponto contra hegemônico com uma perspectiva humana. É certo que, enquanto ser social e, não muito menos, por meio do trabalho, que este indivíduo se insere socialmente, enquanto condição de sobrevivência digna, de formação, desenvolvimento e sociabilidade humana (Teodoro, 2018, p. 176).

A partir disso, percebe-se que o tratamento diferenciado em razão da orientação sexual no mercado de trabalho, baseado unicamente pela questão da sexualidade, os desejáveis efeitos protetivos e emancipatórios – humanos, em relação aos homossexuais, são de forma lastimável subvertidos. A possível consequência disso, é a intensificação da segregação dessa mão de obra no ambiente laboral – seja na ala dos desempregados ou na ala de ocupantes de empregos de baixo escalão, quando não se avalia também a perspectiva humana.

Igualmente como ocorre com as mulheres, quando se fala em Direito do

Trabalho dos Homossexuais é preciso fazer um alerta de que certamente o tratamento dado a esses trabalhadores ainda se difere do que é dado ao trabalho dos heterossexuais, surgindo, assim, a necessidade de mecanismos compensadores das desigualdades.

Entretanto, a análise do sistema jurídico-trabalhista de proteção aos trabalhadores homossexuais demonstra que este parece carecer de efetividade, representando, em última instância, verdadeiro “teto de vidro”<sup>15</sup>, ou seja, criando um obstáculo invisível, porém rígido o bastante para evitar a ascensão profissional e salarial dos homossexuais.

Nesse sentido, os ambientes de trabalhos tradicionais ao reforçarem pressupostos equivocados de convívio, produção e divisão de tarefas, caracterizados por retratar a ideologias pré-concebidas e estereótipos nefastos, o Direito do Trabalho ao não interferir nessas relações acaba por perder sua efetividade, tornando-se o próprio algoz desse grupo em sua luta por igualdade jurídica no mercado de trabalho em relação aos heterossexuais.

A reprodução desta conformação social, empresarial e pública, reside num contexto em que os homossexuais almejam conquistas, principalmente no mercado de trabalho brasileiro.

O trabalho, portanto, deve ser um importante instrumento de inserção da pessoa na sociedade, que, por meio de sua função psicológica, não permite que o ser humano se dissocie do trabalho. De outro modo, é o trabalho parte da subjetividade da pessoa que trabalha, integrando a própria constituição do ser, razão pela qual a prestação do trabalho deve ser protegida. Desse modo, protegendo-se a prestação do trabalho, protege-se o próprio ser humano, porque indissociáveis.

Dito isto, se averiguará, no próximo capítulo, o controle de convencionalidade em consonância com os direitos humanos e convenções da OIT.

### **3. Controle de convencionalidade; direitos humanos e convenções da OIT**

<sup>15</sup> Expressão utilizada por Maria Cecília Máximo Teodoro que, também, pode ser aplicada nesse contexto, conforme se verifica por meio da obra: “O Direito do Trabalho da mulher como teto de vidro no

Mercado de trabalho brasileiro. In: Congresso Latino-Americano de Direito Material e Processual do Trabalho. Puc Minas. Belo Horizonte: LTr, 2017.”

Verifica-se que os Tratados Internacionais de Direitos Humanos possuem hierarquia supralegal, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), estampado nos Recursos Extraordinários (RE) de nº 349703 e nº 466343, que dispunham sobre a hierarquia dos tratados de direitos humanos anteriores à Emenda Constitucional (EC) nº 45/2004, pois após essa emenda, os tratados que fossem aprovados seguindo o trâmite de uma EC passam a ser, materialmente e formalmente, CR/88 (Ventura; Pozzetti, 2014).

Em dezembro de 2008, o STF modificou parcialmente sua jurisprudência ao determinar que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos têm patamar supralegal (acima das leis ordinárias e complementares). Caso sua ratificação seja feita com o quórum especial das emendas constitucionais – e apenas nessa hipótese –, alcançam status de EC (DELGADO, 2009, p. 231).

Diante disso, a hierarquia dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro respeita a seguinte orientação: caso os tratados

internacionais de direitos humanos sejam aprovados com o quórum especial das Emendas Constitucionais (aprovação em dois turnos por voto de 3/5 dos membros das casas do Congresso), terão status de EC; caso não sejam aprovados pelo processo legislativo das Emendas Constitucionais serão considerados norma supralegal. Finalmente, os tratados internacionais que não versem sobre direitos humanos ingressam no ordenamento jurídico pátrio na condição hierárquica equivalente à das leis ordinárias (Fernandes, 2008, p. 35-36).

Tratados internacionais, ratificados pelo Brasil, não indicam expressamente a eliminação da discriminação tendo como causa a orientação sexual, mas propõem a pronta e ampla extirpação de qualquer manifestação de intolerância.

Em relação ao Sistema Global de proteção dos direitos humanos, do qual a ONU é gerente, destaca-se os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do referido organismo, que, em pelo menos dois casos, reconheceu a proteção contra a discriminação prevista no artigo 26 do Pacto Internacional de Direitos Civil e Políticos<sup>16</sup>, incluindo a

---

<sup>16</sup> Todas as pessoas são iguais perante a lei e

têm direito, sem discriminação alguma, a

discriminação baseada na orientação sexual.

Adesão do Brasil a tratados e acordos multilaterais, que energicamente repudiam quaisquer discriminações raciais, aí compreendidas as distinções entre os homens por restrições ou preferências oriundas de raça, cor, credo, descendência ou origem nacional ou étnica, inspiradas na pretensa superioridade de um povo sobre outro.

Em âmbito regional, verifica-se o exemplo da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ao interpretar as cláusulas do Pacto de São José da Costa Rica, formalmente incorporado ao ordenamento positivo brasileiro (Decreto nº 678/1992), reafirmou, na linha de diversos outros instrumentos convencionais adotados no âmbito do sistema global de direitos humanos, a essencialidade do direito à identidade de gênero e à orientação sexual da pessoa humana e a indispensabilidade do respeito e da proteção estatal à convivência harmônica e ao desenvolvimento livre, digno e pleno das diversas expressões de

gênero e da sexualidade, vindo a assentar, sobre tais aspectos, as seguintes conclusões:

[...] a) O direito à identidade deriva do reconhecimento do livre desenvolvimento da personalidade e do direito à vida privada (supra, pars. 88 e 89); b) O direito à identidade foi reconhecido por este Tribunal como um direito protegido pela Convenção Americana (supra, par. 90); c) O direito à identidade inclui, por sua vez, outros direitos, de acordo com as pessoas e as circunstâncias de cada caso, embora esteja intimamente relacionado com a dignidade humana, o direito à vida e o princípio da autonomia da pessoa (artigos 7 e 11 da Convenção Americana) (supra, par. 90); d) O reconhecimento da afirmação da identidade sexual e de gênero como uma manifestação da autonomia pessoal é um elemento constituinte e constitutivo da identidade das pessoas que se encontra protegido pela Convenção Americana em seus artigos 7 e 11.2 (supra, par. 98); e) A identidade de gênero e sexual está ligada ao conceito de liberdade, ao direito à vida privada e à possibilidade de todo ser humano se autodeterminar e escolher livremente as opções e circunstâncias que dão sentido à sua existência, segundo suas próprias convicções (supra, par. 93); f) A identidade de gênero foi definida neste parecer como a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa sente, e pode ou não corresponder ao sexo atribuído no momento do

---

igual proteção da Lei. A este respeito, a lei deverá proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo,

língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação.

nascimento (supra, par. 94); [...] (Unesco, 1995).

Continua:

[...] g) O sexo, o gênero, bem como as identidades, funções e atributos socialmente construídos a partir das diferenças biológicas derivadas do sexo atribuído no momento do nascimento, longe de constituir componentes objetivos e imutáveis que individualizam a pessoa, por ser um fato de natureza física ou biológica, acabam sendo traços que dependem da apreciação subjetiva de quem o detém e descansam em uma construção da identidade de gênero autopercebida, relacionada com o livre desenvolvimento da personalidade, a autodeterminação sexual e o direito à vida privada (supra, par. 95). h) O direito à identidade possui também um valor instrumental para o exercício de determinados direitos (supra, par. 99); i) O reconhecimento da identidade de gênero pelo Estado é de vital importância para garantir o pleno gozo dos direitos humanos das pessoas transgênero, incluindo a proteção contra a violência, a tortura, os maus-tratos, o direito à saúde, à educação, ao emprego, à moradia, ao acesso à seguridade social, bem como o direito à liberdade de expressão e associação (supra, par. 98), e j) O Estado deve assegurar que indivíduos de todas as orientações sexuais e identidades de gênero possam viver com a mesma dignidade e com o mesmo respeito a que têm direito todas as pessoas (supra, par. 100)<sup>17</sup> (Unesco, 1995).

Desse modo, percebe-se que os princípios internacionais do Direito do

Trabalho, alçados à condição de Direitos Humanos, “centralizam o homem em seu valor maior de ser humano. Promovem, assim, uma visão humanitária dos direitos sociais, revelando o trabalho digno como direitos fundamentais universais” (Delgado, 2011, p. 65).

Mostra-se relevante destacar, também, considerado o valor incomparável da tolerância, a proclamação aprovada, em 1995, pela Conferência Geral da UNESCO “Declaração de Princípios sobre a Tolerância”, que a define como “a harmonia na diferença” e como “o sustentáculo dos direitos humanos, do pluralismo (inclusive o pluralismo cultural), da democracia e do Estado de Direito” (UNESCO, 1995, s. p.), ao mesmo tempo em que adverte que “praticar a tolerância não significa renunciar às próprias convicções”.

Ao contrário, um dos efeitos virtuosos dessa atitude positiva em face de terceiros, o que estimulará, naturalmente, “a aceitação e o respeito pela diversidade das pessoas, assim evitando que irrompam, no seio das formações sociais, a exclusão, a

<sup>17</sup> Em procedimento consultivo instaurado por iniciativa da República da Costa Rica

(Parecer Consultivo OC-24/2017).

marginalização, a violência e a discriminação contra os grupos vulneráveis, como a comunidade LGBT+” (Mello, 2019, s. p.).

Assim expõe Staffen e Santos sobre a importância da identidade entre os cidadãos e o ordenamento jurídico:

A Constituição de letra viva é aquela cujo resultado é fruto de todos os intérpretes de uma sociedade aberta. Por isso, o aspecto jurídico é apenas um dos elementos da Constituição como cultura. A aceitação de uma Constituição pressupõe normas jurídicas, mas isso não constitui, de per si, uma garantia daquilo que o Estado constitucional esteja de fato realizando, porque é preciso averiguar se há consenso em âmbito constitucional, se há correspondência entre texto constitucional e a cultura política do povo, se os cidadãos se sentem identificados com a Constituição (Staffen; Santos, 2016).

É evidente que o conteúdo filosófico dos diversos instrumentos internacionais de proteção social identificados enaltece o valor do trabalho a partir de uma perspectiva ética, com suporte na dignidade do ser humano<sup>18</sup>.

Dessa maneira, é irrefutável que além do reconhecimento da importância social dos princípios de direitos humanos dos trabalhadores é preciso, igualmente, concretizá-los, viabilizando sua afirmação ética, enquanto elemento indispensável para a constituição, crescimento e realização do sujeito-trabalho.

Perpassada essa consideração, se aprofundará, especificamente, na temática da criação e do papel fundamental da OIT.

### **3.1 Criação e Papel fundamental da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**

A Organização Internacional do Trabalho foi criada pela Conferência da Paz em Versalhes em junho de 1919. Teve como objetivos promover a justiça social e, em particular, respeitar os direitos humanos no mundo do trabalho, se baseia no princípio inscrito de que não

<sup>18</sup> Em sentido equivalente: “uma política pública séria e comprometida com o bem estar da sociedade deve partir de premissas nucleares de combate à pobreza, à fome, de gerenciamento de boa saúde e bem estar. Deve prover o acesso à educação de qualidade e à igualdade de gênero, em que os indivíduos tenham acesso à água limpa e saneamento básico, energia acessível e não

poluente, emprego digno e crescimento econômico, mediante projetos de inovação e infraestrutura que permitam a redução das desigualdades” (GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 155-178, ago./dez. 2018, p. 175).

pode haver paz universal duradoura sem justiça social.

Desde sua criação, em 1919, pelo Tratado de Versalhes, há, de modo constante, preocupação permanente em proteger o trabalhador, assegurando-lhe condições dignas de trabalho e de seguridade social.

Devido à posição central que os direitos humanos dos trabalhadores ocupam, a Declaração de 1998 enfatiza que todos os Estados-membros estão obrigados a respeitá-los, promovê-los e efetivá-los, pelo único motivo de se terem filiado à OIT e independentemente de terem ratificado as Convenções da Organização que tratam do assunto.

Desde o momento de sua instituição, a OIT vem desempenhando relevante papel na internacionalização do Direito do Trabalho, fomentando a uniformização de preceitos trabalhistas fundamentais e a sua harmonização com a ordem interna dos países celebrantes de seus Tratados e de suas Convenções (Pinto, 2014, p. 92).

Assinala-se que a OIT constitui sua razão essencial de se internacionalizar, de forma eficaz e permanente, a proteção do trabalhador, estabelecendo-se um nível mínimo de

benefícios que todos os países respeitem (Gunther, 2012, p. 37).

A organização funda-se no princípio da paz universal e permanente como instrumento de concretização e de universalização dos ideais da justiça social e da proteção do trabalhador no mundo internacional do trabalho.

É uma pessoa jurídica de direito público internacional, de caráter permanente, constituída de Estados, que assumem, soberanamente, a obrigação de observar as normas constitucionais da entidade nas Convenções que ratificam, integrando o sistema das Nações Unidas como uma das suas agências especializadas.

A composição tripartida da sua assembleia geral (Conferência Internacional do Trabalho), do Conselho de Administração e de quase todos os seus órgãos colegiados, nos quais têm assento, com direito a voz e voto, representantes de Governos e de organizações de trabalhadores e de empregadores, constitui uma das características marcantes da OIT e fator de relevo na formação do alto conceito que desfruta nos planos da cultura, da produção e do trabalho (Sussekind, 2000, p. 122).

No Brasil, destaca a atuação do órgão, mais recentemente, caracterizando-se pelo apoio ao esforço nacional de promoção do trabalho decente, principalmente, na “promoção da igualdade de oportunidades e do tratamento de gênero e de raça no trabalho e promoção de trabalho decente para os jovens” (Pinto, 2014, p. 93).

Nesse sentido, verifica-se que a "a Justiça do Trabalho é considerada um dos mais sólidos e democráticos instrumentos jurídicos e institucionais para a concretização da dignidade do ser humano e dos direitos fundamentais nos conflitos de interesse” (Rosenfeld, 2003).

A Corte Trabalhista é, portanto, um dos principais articuladores da identidade constitucional trabalhista e, fazendo uso dos recursos “linguísticos da negação, da metáfora e da metonímia, promovendo, assim, o ideal de democracia plural e inclusiva abraçado pela Constituição da República de 1988” (Santos, 2016, p. 163).

Logo, a preocupação da OIT se materializa na efetivação de políticas sociais e na busca pela promoção de um trabalho decente para todos os seres humanos, como forma de concretização dos direitos fundamentais ao trabalho e

como dignificação das condições laborativas ao ser humano enquanto destinatário principal de todas as ações desta egrégia organização mundial.

Analisada essa temática, neste momento, será realizado um estudo sobre a Convenção de 1988 e 111 especificamente.

### **3.2 Estudos sobre a Organização Internacional do Trabalho (OIT): Análise da Convenção 111**

É mister salientar um outro documento de suma importância para o enfrentamento da discriminação no mundo do trabalho, trata-se da Convenção sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação nº 111.

Essa Convenção nº 111, (Decreto Legislativo nº 62.150, de 19/1/68), da OIT trata da discriminação em matéria de emprego e profissão, fixa conceitos de raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social (Gugel, 2000, p. 87).

É indubitável que o órgão promove normas internacionais sobre trabalho e emprego e várias delas contêm referências ou podem ser aplicadas na erradicação da homo-lesbo-transfobia.

A Convenção 111, de 1958, inspira ações que promovem os direitos, a diversidade e a igualdade no mundo do trabalho, conforme verifica-se por meio dos artigos 1<sup>o</sup><sup>19</sup>, 2<sup>o</sup><sup>20</sup>, 4<sup>o</sup><sup>21</sup> e 5<sup>o</sup><sup>22</sup>.

Como verificado, este se dá pela promoção do trabalho decente que, segundo a OIT, pode ser alcançada por meio da síntese de quatro estratégias básicas, quais sejam: 1<sup>a</sup> - garantia dos princípios e dos direitos humanos no trabalho; 2<sup>a</sup> - criação de melhores empregos e de oportunidades de melhores salários para mulheres e para

homens; 3<sup>a</sup> - extensão da proteção social; e 4<sup>a</sup> - promoção do diálogo social.

Conforme o art. 1<sup>o</sup> da convenção 111 discriminação significa:

a) toda distinção, exclusão ou preferência, com base em raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social, que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidade ou de tratamento no emprego ou profissão; b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência, que tenha por efeito anular ou reduzir a igualdade de oportunidades, ou tratamento emprego ou profissão, conforme pode ser determinado pelo país-membro concernente, após consultar organizações representativas de empregadores e

---

<sup>19</sup> “Art. 1. 1 Para os fins da presente convenção o termo ‘discriminação’ compreende: a) toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão; b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou tratamento em matéria de emprego ou profissão que poderá ser especificada pelo Membro interessado depois de consultadas as organizações representativas de empregadores e trabalhadores, quando estas existam, e outros organismos adequados. 2. As distinções, exclusões ou preferências fundadas em qualificações exigidas para um determinado emprego não são consideradas como discriminação. 3. Para os fins da presente convenção as palavras ‘emprego’ e ‘profissão’ incluem o acesso à formação profissional, ao emprego e às diferentes profissões, bem como às condições de emprego” (Brasil, 1968).

<sup>20</sup> “Art. 2 Qualquer Membro para o qual a presente convenção se encontre em vigor compromete-se a formular e aplicar uma política nacional que tenha por fim promover, por métodos adequados às circunstâncias e aos usos nacionais, a igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e profissão, com o objetivo de eliminar toda discriminação nessa matéria” (Brasil, 1968).

<sup>21</sup> “Art. 4 Não são consideradas como discriminação quaisquer medidas tomadas em relação a uma pessoa que, individualmente, seja objeto de uma suspeita legítima de se entregar a uma atividade prejudicial à segurança do Estado ou cuja atividade se encontre realmente comprovada, desde que a referida pessoa tenha o direito de recorrer a uma instância competente, estabelecida de acordo com a prática nacional” (Brasil, 1968).

<sup>22</sup> “Art. 5 1. As medidas especiais de proteção ou de assistência previstas em outras convenções ou recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho não são consideradas como discriminação” (Brasil, 1968).

de trabalhadores, se as houver, e outros organismos adequados (Brasil, 1968).

A Convenção<sup>23</sup> nº 111 - ratificada pelo Brasil<sup>24</sup> - elenca as hipóteses em que ocorre discriminação em matéria de emprego e profissão, limita os termos “emprego” e “profissão”, estabelece exceções a discriminações, ou seja, enumera hipóteses que não serão consideradas discriminatórias e regulamenta as regras de ratificação, vigência e denúncia.

O presente artigo visa analisar a utilização da Convenção nº 111 da OIT como forma de enfrentamento a atos discriminatórios, uma vez que as sociedades modernas devem avançar em uma perspectiva de diversidade e garantia dos direitos fundamentais dos seres humanos.

Desse modo, a Convenção nº 111 da OIT a qual é o assunto deste artigo pode ser vista como uma emenda constitucional, visto que a convenção faz parte dos convênios qualificados de fundamentais para garantir os direitos dos seres humanos no trabalho.

Em junho de 1998 o Conselho de Administração da OIT identificou oito convenções fundamentais para a garantia dos direitos humanos no trabalho, considerando estes direitos condições prévias para o desenvolvimento dos estados membros, pois proporcionam, segundo a própria OIT, um esforço para regular livremente as condições de trabalho individuais e coletivas.

Apesar de o art. 5º e art. 7º<sup>25</sup> XXX<sup>26</sup>, XXXI<sup>27</sup>, XXXII<sup>28</sup>, XXXIV<sup>29</sup> da CR/88, já terem incorporado os princípios não discriminatórios e

<sup>23</sup> Segundo Souza (2006 p. 448): “As convenções constituem tratados multilaterais, abertos à ratificação por parte dos estados membros que após tal formalidade, as regras nela esculpidas devem integrar a respectiva legislação nacional daquele Estado”.

<sup>24</sup> No Brasil, foi aprovada pelo Decreto Legislativo 104 de 24.11.1964, foi ratificada em 26.11.1965 e foi promulgada pelo Decreto 62.150 de 19.01.1968, estando vigente desde 26.11.1966, sinalando-se que a convenção encontra plena receptividade e eficácia no ordenamento constitucional pátrio.

<sup>25</sup> “Art. 7º São direitos dos trabalhadores

urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”.

<sup>26</sup> “XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”.

<sup>27</sup> “XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”.

<sup>28</sup> “XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos”.

<sup>29</sup> “XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso”.

assecuratórios dos Direitos Humanos, é certo que os Estados que ratificaram esta Convenção ficaram obrigados a revogar todas as disposições legislativas ou práticas incompatíveis com suas normas, bem como, fomentar programas educativos visando a não discriminação (Sussekind, 1998, p. 245).

No campo das relações de trabalho, a referida Convenção fixa alguns parâmetros que “facilitam o trato das questões jurídicas envolvendo o problema da discriminação no trabalho, ou, em outras palavras, da ausência de igualdade no trabalho, consagrando o princípio de não-discriminação em matéria de emprego e profissão vedando” (Sussekind, 1998, p. 358):

- a) toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito de obstruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão e;
- b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou tratamento em matéria de emprego ou profissão, que poderá ser especificada pelo Membro interessado depois de consultadas as organizações representativas de empregadores e trabalhadores, quando estas existam, e outros organismos adequados (Brasil, 1968).

Pode-se frisar que Estado nacional, ainda que não tenha uma legislação específica para discriminação por orientação sexual, proíbe amplamente toda e qualquer forma de discriminação que impossibilite, restrinja ou inviabilize o acesso ao mercado de trabalho. Logo, com a ratificação pelo Brasil da Convenção nº 111 da OIT, o homossexual pode se valer dessa legislação protetiva contra condutas discriminatórias de empregados e colegas no âmbito do direito do trabalho.

No ambiente de trabalho, percebe-se que há, de fato, a necessidade de se constituir, conforme a OIT propõem na declaração de convenções fundamentais, que garantam os direitos humanos na relação de trabalho, principalmente nos casos específicos analisados neste artigo que se refere à discriminação. Portanto, a referida Convenção consta como fundamental para garantia dos direitos humanos, e deve ser dada atenção especial a sua real efetivação.

É nesse sentido que o trabalho constitucionalmente protegido é aquele “prestado em condições seguras, edifica identidades e atua em prol da autorrealização de cada indivíduo”

(Santos, 2016, p. 176). É este o sentido por meio do qual o ordenamento jurídico brasileiro institui direitos trabalhistas de indisponibilidade absoluta, que asseguram as condições básicas para que o trabalho seja prestado em condições de dignidade.

Do conjunto desses direitos, o trabalho digno – exposto no diploma internacional- “não se coaduna com práticas discriminatórias e excludentes, capazes de acentuar o sofrimento que lhe é ínsito e obstar seja ele convertido em fonte de prazer, locus de estruturação da identidade e de fortalecimento dos vínculos de solidariedade humana” (Santos, 2016, p. 176).

Dito isto, inegavelmente, verifica-se que o respeito aos direitos humanos dos trabalhadores implicará a concretização dos principais objetivos da OIT que, dentre elas, é a promoção do trabalho digno e, assim, garantir que o desenvolvimento econômico seja acompanhado de um real desenvolvimento social.

## Conclusão

Sob o exposto, verifica-se que a diversidade, inclusive a sexual, expande o repertório laboral, melhora substancialmente a qualidade das decisões no ambiente de trabalho e, igualmente, favorece e propicia o planejamento estratégico das organizações. Em consequência disso, não raro, ambientes respeitosos são potencialmente mais criativos, qualificados, inovadores.

É irrefutável o reconhecer e valorizar o trabalhador homossexual como condição humana no empreendimento coletivo, como forma de valorização e desenvolvimento de sua subjetividade. Este é, primordialmente, um elemento decisivo para que o trabalho<sup>30</sup> torne uma fonte de prazer, de gratificação, e, no mesmo passo, ferramenta de integração social e de sedimentação da personalidade

É certo que a cidadania assume, nesse cenário, um novo grau em relação aos objetivos do Direito, de um modo geral e, em especial, no que diz respeito à sua efetividade por meio de todos os atores sociais, seja por meio de uma melhor adaptação da legislação já

---

<sup>30</sup> Considerando todas as formas possíveis de

trabalho, no sentido *latu sensu*.

existente ou da interpretação mais corajosa dos Tribunais trabalhistas.

Desse modo, não aceitar ou não possibilitar a plena capacidade de desenvolvimento da orientação sexual nesses espaços é negar, essencialmente, a natureza humana, e, sobretudo, violar os princípios constitucionais de igualdade e promoção do bem de todos sem qualquer preconceito que leve à discriminação.

Assim, o preconceito que gera a discriminação do grupo LGBT+, não permitindo a inclusão social é a negação total da aceitação das diferenças. A questão, entretanto, necessita de ampla discussão com a sociedade e diretamente com os movimentos sindicais das categorias de trabalhadoras(es) e de empregadoras(es) e com as comissões locais de trabalho de forma a viabilizar a negociação.

É essencial que a cultura de valorização da diversidade possa definir seu sucesso em processos de identificação, recrutamento e seleção. Também favorece o planejamento de produtos e serviços com maior criatividade e alcance em diferentes segmentos da população, além de aprimorar processos de toda ordem, incluindo a qualidade do atendimento

oferecido aos clientes ou consumidores da empresa.

Não há que se falar em direitos humanos nem mesmo que se afirmar sua existência real na vida dos seres humanos sem, de fato, as normas internacionais protetivas dos trabalhadores tão bem elaboradas serem, efetivamente, respeitadas e aplicadas, o que requer de todos os obreiros atuantes e vigilantes inseridos nesta empreitada da seara juítrabalhista, extrema atenção e firme determinação, porquanto tem de ser ainda mais protetiva a sua nobre missão.

Diante do exposto, o Direito do Trabalho se norteia pelo respeito à dignidade humana, uma vez que este respeito não é somente “mais um” dentre os direitos da pessoa, é, acima de tudo, o alicerce no qual se erguem os fundamentos que dão sustentação à noção de equilíbrio social e de seu ordenamento jurídico.

É imprescindível, por conseguinte, que todos os responsáveis pela construção de um novo cenário mundial reconheçam a necessidade de mudança de valores e comportamentos e tenham como objetivo maior tornar a sociedade mais justa economicamente e mais igualitária socialmente, do que

possivelmente resultará uma globalização socialmente inclusiva.

### Referências

Almeida, Cleber Lúcio de. Por um Direito do Trabalho de segunda geração: trabalhador integral e Direito do Trabalho integral. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 60, nº 91, p. 235-256, jan./jun. 2015.

Almeida, Cléber Lúcio de. **A dimensão humana, social e política do Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2018.

Alvarenga, Rúbia Zanotelli de. **Proteção Internacional aos Direitos Humanos dos Trabalhadores**: A declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1988. **Revista LTr**, v. 81, nº7, p. 1360-1393, jul. 2017. Disponível em: [www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/3/2018\\_03\\_1359\\_1393.pdf](http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/3/2018_03_1359_1393.pdf). Acesso em: 19 mar. 2019.

Andrade, Fernanda Rodrigues Guimarães. **Direitos humanos dos trabalhadores**: uma análise da Declaração da Organização

Internacional do Trabalho (OIT) sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho. **Projeto de pesquisa orientado pela Profa. Dra. Gabriela Neves Delgado e apresentado, pela aluna bolsista, ao Programa de Iniciação Científica da FAPEMIG**, Belo Horizonte, UFMG, 2010. Disponível em [www.oit.org.br/node/472](http://www.oit.org.br/node/472). Acesso em: 20 mar. 2010.

Barzotto, Luciane Cardoso. **Direitos humanos e trabalhadores**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

Bauman, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 fev. 2019.

BRASIL. Decreto 62.150, de 19 jan. 1968.

Brasil. Decreto nº 65.910, de 9 dez. 1969.

Redistribui, com os respectivos

ocupantes, para o Quadro de Pessoal - Parte Especial - do Conselho Nacional de Telecomunicações, (CONTEL) cargos originários dos extintos Lloyd Brasileiro - Patrimônio Nacional e Companhia Nacional de Navegação Costeira - Autarquia Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 dez. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1960-1969/decreto-65810-8-dezembro-1969-407323-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 de mar. de 2019.

Brasil, **Decreto nº 592, de 6 jul. 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 jul. 1992. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm). Acesso em: 19 de mar. de 2019.

Cadematori, Daniela Mesquita Leutchuk De; Santos, Pablo Henrique Silva Dos. Aplicabilidade da Convenção 111 da OIT como forma de combate à discriminação no ambiente de trabalho nas decisões do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. *In*: Cecato, Maria Aurea Baroni; NUNES, Claudio

Pedrosa; MISAILIDIS, Mirta Gladys Lerena Manzo de (Orgs). **Direito do Trabalho I**. Congresso Nacional do CONPEDI/UFPB, 2014, Paraíba. Cap. 4, p. 62-91. Disponível em: [www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=1a8f6c02ab62ed32](http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=1a8f6c02ab62ed32). Acesso em: 19 mar. 2019.

Castells, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Cortina, L.M.; Wasti, S.A. Profiles in coping: responses to sexual harassment across persons, organizations, and cultures. **Journal of Applied Psychology**, Bethesda, v. 90, nº 1, p. 182-192, jan. 2005.

Delgado, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006.

Delgado, Gabriela Neves. **Direitos Humanos dos Trabalhadores: Perspectiva de Análise a partir dos Princípios Internacionais do Direito do Trabalho e do Direito Previdenciário**. **Revista do TST**, Brasília, v. 77, nº 3. p. 59-76, jul./set. 2011. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/han>

dle/20.500.12178/26897/2011\_rev\_tst\_v077\_n003.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 de mar. de 2019.

Delgado, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2009.

Fernandes, Mateus Beghini. **Eficácia privada dos direitos fundamentais nas relações trabalhistas no Brasil**. 2008. 131f. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho) - Programa de Pós-Graduação em Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

Franco Filho, Georgenor de Sousa. **Direitos Humanos dos Trabalhadores**. São Paulo: LTr, 2018.

Garcia, Agnaldo; Souza, Eloisio Moulin de. **Sexualidade e trabalho**: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, nº 6, 1353-1377, nov./dez. 2010. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rap/v44n6/a05v44n6.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n6/a05v44n6.pdf). Acesso em: 13 mar. 2019.

Gomes, Ana Virgínia Moreira. A declaração da OIT de 1998: história, mudanças e desafios. In: Gomes, Ana Virgínia Moreira; Freitas Júnior, Antônio Rodrigues (Org.). **A Declaração de 1998 da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**. São Paulo: LTr, 2014. Cap. 1, p. 19-38.

Gomes, Magno Federici; Ferreira, Leandro José. A dimensão jurídico-política da sustentabilidade e o direito fundamental à razoável duração do procedimento. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, nº 52, v. 2, p. 93-111, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/rdunisc.v2i52.8864>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

Gomes, Magno Federici; Ferreira, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 155-178, ago./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25246/direitoedesenvolvimento.v9i2.667>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

Greenhaus, Jeffrey H.; Parasuraman, Saroj; Wormley, Wayne M. **Effects of**

**race on organizational experiences, job performance evaluations, and career outcomes.** *The Academy of Management Journal*, Nova York, v. 33, nº 1, p. 64-86, mar. 1990.

Grisci, Carmem Ligia Iochins.; Bessi, Vânia Gisele. Modos de trabalhar e de ser na reestruturação bancária. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, nº 12, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222004000200007>. Acesso em: 23 fev. 2019.

Gugel, Maria Aparecida. Discriminação do Homossexual nas Relações de Trabalho. *In: Seminário Internacional sobre todas as formas de discriminação no Trabalho*, Brasília, 15-16 maio 2000. Disponível em: [www.pgt.mpt.gov.br/publicacoes/pub23.html](http://www.pgt.mpt.gov.br/publicacoes/pub23.html). Acesso em: 14 mar. 2019.

Gunther, Luiz Eduardo. **A OIT e o direito do trabalho no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2012.

Hebl, M. R.; Griffith, K. H. The disclosure dilemma for gay men and lesbians: “coming out” at work. **Journal**

**of Applied Psychology**, Bethesda, v. 87, nº 6, dez. 2002.

Herek, G.M. Stigma, prejudice, and violence against lesbians and gay men. *In: Gonsiorek, J.C.; Weinrich, J.D. Homosexuality: research implications for public policy*. Newbury Park, California: Sage, 1991. p. 60-80. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4135/9781483325422.n5>. Acesso em: 23 fev. 2019.

Ihering, Rudolf Von. **A luta pelo Direito**. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2001.

Kant, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. por Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2005.

Mello, Celso. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão 26/DF**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/leia-voto-ministro-celso-mello2.pdf>. Acesso em: 19 de mar. de 2019.

Meyer, I. H. Minority stress and mental health in gay men. **Journal of Health**

**Sciences and Social Behavior**,  
Bethesda, v. 36, p. 38-56, 1995.

Moraes, Alexandre. **Direitos humanos fundamentais**: teoria geral, comentários do art.1º ao 5º da Constituição da Republica Federativa do Brasil. Doutrina e jurisprudência. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Neves, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Nicoli, Pedro Augusto Gravatá. **Fundamentos de Direito Internacional Social: Sujeito Trabalhador, Precariedade e Proteção às Relações de Trabalho**. São Paulo: LTr, 2016.

Pinto, Márcio Morena. **Introdução ao direito internacional do trabalho**. São Paulo: LTr, 2014.

Rosenfeld, Michel. **A identidade do sujeito constitucional**. Tradução de Menelick de Carvalho Netto. Belo Horizonte: Mandamentos: 2003.

Santos, Rodrigo Leonardo de Melo. **A Discriminação de Homens Gays na Dinâmica das Relações de Emprego:**

reflexões sob a perspectiva do direito fundamental ao trabalho digno. 2016. Tese (Mestrado em Direito)- Universidade de Brasília, 2016.

Teodoro, Maria Cecília Máximo. **Para repensar o direito do trabalho, sob uma perspectiva humana e econômica**. São Paulo: LTr, 2018.

Teodoro, Maria Cecília Máximo. O Direito do Trabalho da mulher como teto de vidro no Mercado de trabalho brasileiro. *In: Congresso Latino - Americano de Direito Material e Processual do Trabalho*. Puc Minas. Belo Horizonte: LTr, 2017.

Triandis, H.C.; Kurowski, L.L.; Gelfand, M.J. Workplace diversity. *In: TRIANDIS, H.C; DUNNETTE, M.D.; Hough, L.M (Orgs). Handbook of industrial and organizational psychology*. Palo Alto: Consulting Psychologists Press, 1994.

Trindade, Antônio Augusto Cançado. **A Proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil (1948 – 1997): as primeiras cinco décadas**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

Unesco. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância**. Paris, 16 nov. 1995.

Disponível em:  
<[www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm)>. Acesso em: 19 de mar. de 2019.

Silva Júnior. Arnaldo. **A legislação aparente na construção de uma constitucionalização simbólica**.

Disponível em  
<<http://www.ribeirosilva.com.br/content/pdf/1410201171346.pdf>>. Acesso em: 14 de mar. de 2019.

Soares, Flaviana Rampazzo. **Interloquções entre Direitos Humanos e Direito do Trabalho e a necessária proteção à dignidade da pessoa do Trabalhador**. São Paulo: LTr, 2018.

Stafen, Márcio Ricardo; Santos, Rafael Padilha dos. O fundamento cultural da dignidade da pessoa humana e sua convergência para o paradigma da sustentabilidade. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 13, n.º 26, p. 263-288, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v13i26.814>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

Sussekind, Arnaldo. **Convenções da**

**OIT**. 2. ed. São Paulo: Ltr, 1998.

Sussekind, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2000.

Sussekind, Arnaldo. **Instituições de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1996. V. 2.

Valadão, Carla Cirino. **A Repersonalização do Direito do Trabalho**. Disponível em: [as1.trt3.jus.br/bdtrt3/bitstream/handle/11103/27861/A%20repersonaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20direito%20do%20trabalho.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://as1.trt3.jus.br/bdtrt3/bitstream/handle/11103/27861/A%20repersonaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20direito%20do%20trabalho.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 12 mar. 2019.

Zanatta, Elaine Marques. **Documento e Identidade: O Movimento**

Homossexual no Brasil na década de 80. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2458>. Acesso em: 13 de mar de 2019

## DESIGNING AN EFFECTIVE KNOWLEDGE MANAGEMENT SCRIPT MODEL WITH THE IT APPROACH

Javad Moghtader Kargaran<sup>1</sup>Reza Khodaei Mahmudi<sup>2</sup>

**Abstract:** Knowledge management strategy identifies a pathway to the goals of the organization, whose main purpose is to actualize knowledge management in an organization. Knowledge management should serve the strategic orientation of the organization and its strategic interaction with the turbulent and changing environment of the business. Knowledge and management alone and independently from the strategic goals of the organization is meaningless and worthless. Therefore, knowledge management organization should be consistent and coordinated with the organization's strategic actions at the macro level. The aim of this research is to provide an effective knowledge management model with The strategic approach is in the military organization. The research method of this study was applied in a descriptive, surveyed manner based on the

descriptive information gathering method. To collect data, a questionnaire was used. The initial data of the research using semi-open and Delphi interviews were collected from the college knowledge college of knowledge management and analyzed using Micmac software. Finally, the results of using the cross-impact analysis method indicated that the six key factors identified by the six factors identified in the interview phase had the greatest impact on the future of the Military Knowledge Foundation has it These factors were used as the main factors in scenario, at first three scenarios were raised. The first scenario was related to the goal scenario, the second scenario was related to knowledge and the third resource of human resources. The first scenario was the best with optimal planning. Then, each of the key components was ranked. The results of

---

<sup>1</sup> Department of Governmental Management, Tabriz Branch, Islamic Azad University, Tabriz, Iran.

<sup>2</sup> Department of Management, Tabriz Branch, Islamic Azad University, Tabriz, Iran. Corresponding Author Email: [Reza\\_khodaie43@yahoo.com](mailto:Reza_khodaie43@yahoo.com)

the research showed six main factors of planning, specialized knowledge, strategy, information, team spirit and experts as components of effective knowledge management model with a strategic approach in the organization.

**Keywords:** Knowledge Management, Information Technology

### **Introduction**

Nowadays, knowledge has become one of the driving forces for success in business. Instead of physical force, it is spent on the power of mind and mind. The advent of the revolution in information technology, the formation of the information and networking society as well as the growth and The rapid development of superior technology, especially in the field of communication, computer and engineering, has changed since the 1990s the pattern of global economic growth. As a result of these developments, knowledge as the most important capital has replaced financial and physical capital in the global economy. As knowledge is considered to be the most strategic source of enterprise, organizations are faced with the fundamental question of how to manage

organizational knowledge efficiently and effectively in order to benefit from its benefits to the strategic goals of the organization. In this way, the establishment of an efficient and effective knowledge management system as a key competence of organizations in the new era, which can provide sustainable competitive advantage, is posed. A very significant point that leads to a strategic approach to knowledge management is that knowledge management should serve the strategic orientation of the organization and its strategic interaction with the turbulent and changing environment of the business. Knowledge and management of it is individually and independently of the strategic goals of the organization is meaningless and worthless. Therefore, knowledge management organization should be consistent with and consistent with the organization's strategic actions at the macro level. On the other hand, more productivity than human capital, more efficient and effective learning of human resources, more value added goods and services, employee satisfaction are all of the objectives of knowledge management in an organization. Knowledge management in

organizations is considered as a process in which an organization generates wealth from its knowledge or intellectual capital and, by designing appropriate patterns, prevents the loss of national capital.

### **The Influence of Information Technology on Knowledge Management**

Information technology is one of the most effective factors for implementation of knowledge management in organization. To implement knowledge management, there are various tools and techniques that are supported by information technology. Knowledge management uses information technology as a powerful tool to improve its processes. Information technology can integrate dispersed knowledge into the organization and, in the shortest possible time, carry out the most activities for the transfer of information.

Knowledge management and information technology are interconnected because they both contribute to the dissemination of knowledge vertically and horizontally in the organization, and make it easier to use and search knowledge in the

organization. The goal of many organizations is to use advanced information technology to manage knowledge management in the organization. In fact, there is a strong and consistent relationship between knowledge management and information technology. For example, most organizations regard the acquisition of knowledge about the needs of their customers and their clients, and they want to increase their knowledge. Develop new products and services about customers. Traditional views, such as customer questionnaires, do not say much about customer-specific needs to organizations, because customers do not exactly know what they want. By developing effective market research systems and analyzing customer preferences, organizations can well identify the real needs of their customers and their clients. All of this is possible with the help of information technology. Business expert systems, customer relationship management, and data mining are a few examples of IT applications for knowledge management, in order to increase their knowledge of their customers.

Lin and T. Stone (2005) also argue that organizations should have

advanced information technology systems to facilitate the use of knowledge in the organization. Davenport (1998) also believes that the creation of knowledge management based on the IT infrastructure in an environmental organization, in which knowledge is easily shared across the organization.

Information Technology 4 plays a different role in knowledge management:

1. Knowledge acquisition;
2. Defining, storing, classifying, indexing and connecting knowledge-based components;
3. Search and identify related concepts;
4. Flexible expression of concepts based on various applied fields

Using information technology in knowledge management processes can reduce the cost of using information and increase the speed of knowledge flow. Therefore, information technology is a key tool for the management of Astma's knowledge. It should always be remembered that information technology is the only communication path and system for storing information for the exchange of knowledge. This technology can not be a maker or a creator of

knowledge. For example, in an organization with a knowledge-based culture, it does not guarantee the use of information technology, knowledge production or its promotion, and does not transform the culture of knowledge hoarding into a culture of knowledge sharing (Davenport, 2000).

### **Prospective Knowledge Management**

Future organizations are an information-based enterprise or information organization. Knowledge management is the process of identifying smart assets and creating a culture and information infrastructure that encourages participation and learning. This process seeks for intelligent capital through the acquisition, rearing and use of all that the employees know. It creates capital in collective organizations, which add value through its transfer to new products and services. Davenport and Prozac believe that knowledge management is the exploitation and development of the knowledge capital of an organization to achieve the goals of the organization.

KM helps people in the organization communicate and share their knowledge. This ensures the organization's success in competition

among other organizations. The implementation of knowledge management in an organization leads to the knowledge generated by individuals to remain forever in the organization, and as a result of staff withdrawal from the organization, the knowledge generated does not go out of the organization according to the cost that the organization has just spent on its production. The purpose of knowledge management Identify, collect, categorize and organize, store, share, distribute and make available knowledge at the organization level. The implementation of knowledge management in the organization leads to the knowledge produced by individuals to remain for the organization at all times, and as a result of the withdrawal of employees from the organization, the knowledge produced does not go away from the organization with due regard to the cost that the organization merely makes for its production. The purpose of KM is to identify, collect, categorize and organize, store, share, distribute and make available knowledge at the organization level. The main elements of the knowledge management cycle are production, organization, storage, sharing and use. Knowledge is derived

from a variety of ways, either through people who have knowledge or through various journals, conferences, meetings, reporting, holding training sessions and workshops, organizing exhibitions, etc., The useful knowledge gained inside or outside the organization is identified and collected, then organized and organized according to a specific order. Organized knowledge can be stored and maintained in a variety of ways in files, databases, libraries, and more.

### **Internal and external studies on the implementation of knowledge management**

The implementation of knowledge management in an organization leads to the knowledge generated by individuals to remain forever in the organization, and as a result of staff withdrawal from the organization, the knowledge generated does not go out of the organization according to the cost that the organization has just spent on its production. The purpose of knowledge management Identifying, collecting, categorizing and organizing, storing, sharing, disseminating and making knowledge available at the organization level. In organizations that are

traditionally managed, knowledge goes from top to bottom across organizational lines. In this case, knowledge is rarely available at the right time and where it is most needed. But in knowledge-based organizations that implement and implement knowledge management, knowledge flows throughout the organization, and anyone who needs it at the right time can use it to carry out their duties. The implementation of knowledge management in the organization leads to the knowledge produced by individuals to remain for the organization at all times, and as a result of the withdrawal of employees from the organization, the knowledge produced does not go away from the organization with due regard to the cost that the organization merely makes for its production. The strategic management approach emphasizes the interaction of managers at all levels of the organization and business and brings specific behavioral outcomes that are characteristic of the participatory decision-making system, therefore, the study of the accurate diagnosis and evaluation of the effect of formulating the strategy on the performance of the organization or acquisition And work often requires a set of financial criteria

and so on that evaluates the effectiveness of managers. Yanche et al. (2015) explored how and why information systems increase the company's performance from a knowledge management perspective. By developing a knowledge management perspective and organizational learning theories, they developed and tested an empirical model in which knowledge sharing interacted with the information systems and performance of the company. The results suggest that supporting the research model and confirming that information systems have a positive impact on corporate performance and knowledge sharing as a mediator on information systems. Study Rich, Gemini, and Saur (2013) examines the relationship between knowledge management and various aspects of performance in business-activated business projects with information technology. The proposed theory assumes that knowledge management is a tool for project performance when it is affected by a new concept, the knowledge balance. Their research findings show that project managers who have achieved knowledge balancing between people and the artifacts of the three project sectors - the IT team, the

business change team, and the leadership team - can have a significant positive impact to achieve the business value of the project. Results show that achieving higher levels of knowledge does not have a significant negative impact on the achievement of program and budget goals. This is the first statistical study to demonstrate the effect of knowledge management and knowledge levels on achieving project management goals and business value in IT-enabled projects. Mansor elkour and colleagues (1394), "The Relationship between Knowledge Management and Organizational Innovation (Case Study: General Office of Shipping and Marine Affairs of Mazandaran Province)". Inferential Findings showed that knowledge management components had significant predictive value of organizational innovation variable. And also the results of Mobin Ayn's structural model, which explains the variable of knowledge management of 62% of the innovation variable. (Mansoorlkour, Soltani Lerkani and Godfather, 1394). Salehi and Ziglari (1394) investigated the relationship between organizational structure and knowledge management components in Ahwaz city water and wastewater organization. The results of this study

indicated that the specialization of tasks and the assignment of each job to a specialist led to improvement of the process of knowledge management, which is justified by the nature of the organization that serves as a service (Salehi Viziglari, 1394)

### **Research questions**

1. What are the key drivers of change in effective knowledge management with the IT approach in the military?
2. What are the alternative scenarios for effective knowledge management with the IT approach in the military? Tools and research methods

Our research is based on the purpose of applied research, and based on the nature and method of our research, we have a field survey. In general, we use a scientific research, a descriptive survey to design a model for effective knowledge management with a strategic approach in the military organization, military organization using a compilation scenario. Peter Schwartz, 1996, in the book "Art of Persuasion" describes the scenario-based planning steps as follows:

Step 1: Understanding the issue and the main decision

Step Two: List of Key Factors on the Development of Regions

Step 3: Identify Key Drivers

Step Four: Classification Based on Importance and Uncertainty

Step Five: Identify critical uncertainties

Step Six: Developing scenarios

Step 7: Analyze the outcomes and outcomes of each scenario

Step 8: Select Strategic Indicators

In this study, these steps have been used.

Foresight is a concept that has emerged from the inability of predictive knowledge, policy knowledge and strategic management knowledge to respond to specific challenges (Nazemi and Ghadiri, 2006). It is predicted in the future, but in future writing, the future is constructed (Mozaffari, (2009) Prophecy is the manifestation of man's will and authority in the future architecture that follows a normative model, in which, planning firstly goes to the future of the desirable horizons and attends and observes And past, the path Determining and Determining a Specific Architecture for the Development Architecture of the Future (Bilali,.) 1391 The Importance of Forecasting in the

Strategic Field is to a degree that Peter Slater, the founder of the Australian Center for Future Studies and Secretary-General of the World Wide Web, has always Combining strategic forecasting (Shahjerdi, (2012). Forecasting is a systematic effort to examine the long-term future of science, technology, economics, environment and society to identify emerging generic technologies as well as the field. Underlying strategic research that may have the most economic and social benefits (Ahmadi and Ghazi Noori, 2003).

The statistical population of this research is 1000 official and professional staffs with a bachelor's degree and above the military organization. In this research, we use randomized stratified sampling.

The Cochran formula was used to obtain sample size. The sample size was 277. This calculation is made with a 5% error rate.

One of the most important parts of each research work is data collection. If this is done in a regular and correct manner, the analysis and conclusion of the data will be done with great speed and accuracy. Methods of data collection are divided into two groups of library and field. Regarding

the collection of information about the subject literature and the history of the research, library methods are used and the field method is used to collect information to confirm or reject the research hypotheses. In this research, the following methods are used to collect the information and data needed to examine the questions raised.

1- Library method and search of web networks (Internet-Extranet-local network) to get more familiar with research topic and study of studies done in this field.

2. Field method using questionnaire preparation and distribution.

**Variables and Indicators**

In the first stage, using the theoretical framework, three fields of objectives, knowledge, and human resources were identified. Then, using semi-open interviews with 7 experts, 6 factors from these three areas were identified on the future of the military organization of knowledge base, which are listed in the table below:

<b>Factor</b>	<b>Background</b>	<b>Factor</b>	<b>Background</b>	<b>Factor</b>	<b>Background</b>
<b>specialist</b>	<b>Human resource</b>	<b>Updated information</b>	<b>knowledge</b>	<b>Planning</b>	<b>target</b>
<b>Teamwork spirit</b>		<b>Professional knowledge</b>		<b>Determine the strategy</b>	

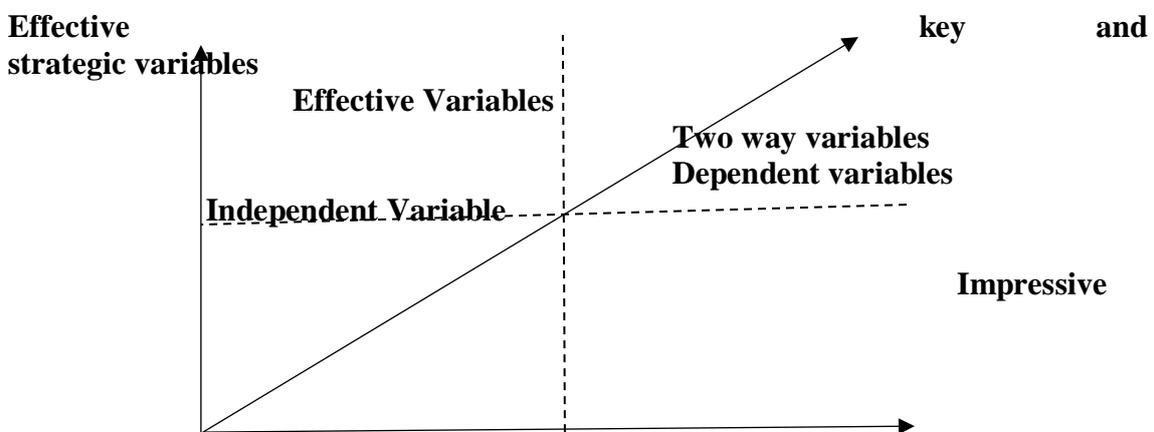
In the second step, six factors identified in the cross-effects matrix were analyzed by MicMac software. The MicMac software is designed to perform

complex calculations of the cross-sectional matrix. The method of this software is to first identify the important variables and components in the domain and then identify them in a matrix such

as the impact analysis matrix and the extent of the relationship between these variables with the domain concerned by the experts. The variables in the rows are influenced by the column variables (Zali, 2009). Figure 1 shows the position of effective and influential variables in a two-dimensional graph. Strategic variables are variables that can be manipulated and controlled, and affect the dynamics and system change. By describing variables that have a high impact but cannot be controlled, it cannot be considered as a strategic variable. Assuming the state diagram of the variables as a coordinate grid, the variables in zone 2 have such a state.

Planners are rarely able to change these variables. The variables located in area 3 of the network have very low impact and very low impact and cannot be considered a strategic change. Region 4 variables are not strategic because of their strong dependence on other variables, and are mostly due to other variables. But variables in Region 1 are strategic variables, because they are also manageable by the management system. As well as the system's impressive impact. In fact, the closer the end of region 3 to the end of area 1 of the coordinate network, the magnitude of the importance of the variable is increased (Rabbani, 1392)

**Two-way Variables**



**Figure 1 - the position of strategic variables (Rabbani 1391)**

Since 6 key variables were identified, the dimensions of the 6x6 cross-impact matrix were set in three different sections. The maturity rate is 32%, which indicates that the selected factors have not had a large and dispersed impact on each other, and in fact the system has been stable. The relation to be evaluated in this matrix is the ratio of zero, which means that the factors do not affect each other or have not been influenced by each other. The matrix is based on statistical indices with

two-fold data rotation of desirability and optimization of 100% which indicates the high validity of the questionnaire and its responses. The output of the Micmac software identified six factors among the six identified factors as the final key factors. The six factors in Figure 1 in Area 1 of Coordinate 2 are indicative of the key variables that shape the future of the knowledge based organization with the IT approach and ranking. These factors were used as the main factors in the scenario.

**Table3\_ status 3 key factor affecting the process of military organizations knowledge base with the IT approach**

<b>condition</b>	<b>subset</b>	<b>Factors</b>
<b>A1</b>	<b>Planning</b>	<b>Targets</b>
<b>A2</b>	<b>strategy</b>	<b>Targets</b>
<b>B1</b>	<b>Updated information</b>	<b>Knowledge</b>
<b>B2</b>	<b>Professional knowledge</b>	<b>Knowledge</b>
<b>C1</b>	<b>Specialists</b>	<b>Human resource</b>
<b>C2</b>	<b>Team work spirit</b>	<b>Human resource</b>

**Prospects and scenarios**

In the third stage, scenarios were developed using the basics and Scenario wizard software. The Scenario wizard software is designed to perform complex scenario computations. After selecting key factors, each factor is classified into different situations and these conditions are provided to development experts for all key factors

in a matrix. In this questionnaire, the situation can also show a negative effect, and the numbers of the questionnaire vary from 3 to 3. The purpose of this software is to optimize the scenarios and reassure them. Table 3 describes the key effective factors and the subset status of each agent.

In outline scenarios and scenarios, three possible future levels,

believable futures and possible future are evaluated (Godet, 2008)

**Possible Futures:** Includes all possible situations that can be realized in the future. This spectrum of futures is a collection of images that human beings consider for their future, and are mostly imaginative and the result of the depiction of the human mind. These futures are beyond today's human knowledge and knowledge.

**Believable Futures:** Includes things that, based on the present knowledge of mankind, are likely to emerge in the future, and contrary to the possible future, which is inconsistent with the current human knowledge and principles, these futures are in line with these principles. Believable future is a subset of possible futures.

Possible future prospects are likely to materialize. These futures are sub-collections of believable futures. In a scenario for the future, a combination of possible, probable and believable future is drawn up as a desirable future, and in order to achieve that, different scenarios, including contradictory, proportional, different and similar scenarios, are formulated (Verus, 2003)

In assessing military organization scenarios, all six factors

were selected as the strongest scenario in knowledge management with a strategic approach.

### **Conclusion and Recommendations**

Future organizations will be knowledgeable organizations, and generally include professionals who adjust their work paths and rules from the feeds received from colleagues, customers and their managers, and on this basis, the center of gravity of the use of the workforce from simple employees. And physical changes to knowledge workers that will resist the behavioral approaches that the business environment has taken over a hundred years ago from military environments and will bring about a transformation in organizational activity (Drucker, 2007, 24)

Knowledge gives power to the organizational structure, allowing members of the organization to show organizational values and capabilities in the specified way, this creates the opportunity for creativity and innovation within a kind of cultural context that leads to coherence. Knowledge ensures maximum employee independence, creative activity and the production of organizational wisdom, and ultimately

develops the ability of self-management of individuals and groups. In the structure of knowledge organization, knowledge groups rather than managers of each sector as well as knowledge teams instead of supervisors are tasked with, and most importantly, the replacement of knowledge workers by the ordinary staff of the organization. The implementation of knowledge management in an organization leads to the knowledge generated by individuals to remain forever in the organization, and as a result of staff withdrawal from the organization, the knowledge generated does not go out of the organization according to the cost that the organization has just spent on its production. The purpose of knowledge management Identifying, collecting, categorizing and organizing, storing, sharing, disseminating and making knowledge available at the organization level. In organizations that are traditionally managed, knowledge goes from top to bottom across organizational lines. In this case, knowledge is rarely available at the right time and where it is most needed. But in knowledge-based organizations that implement and implement knowledge management, knowledge is current in the entire

organization, and everyone can use it to do their jobs at the right time. This research is sought after. The purpose of this paper was to present an effective knowledge management model with a strategic approach in the organization. At first three scenarios were presented. The first scenario was related to the goal scenario, the second scenario for knowledge and the third scenario of human resources. The first scenario was the best with optimal planning. Subsequently, each of the key components was ranked. The results of the research showed that planning for the first rank, specialized knowledge, strategy determination, up-to-date information, team spirit and specialists ranked Are next. Based on the results, the following suggestions have been made for future research:

- Perform similar investigations in other public and private institutions.
- Presenting standards to provide an effective knowledge management model with a strategic approach
- Investigating the impact of information technology on the organization's strategic approach.

. The Impact of Knowledge Management Process on Organizational Strategic Approach.

. Investigating the impact of organizational culture on the organization's strategic approach.

. Use of other methods of collecting information such as interviews.

. Perform cross-sectional research and compare results at different times.

### **Internal resources**

Azari, Mehrdad, 2002, Knowledge Management, Performance and Challenges, Tadbir Monthly P. 114-46.

Abtahi, Hossein, Salavati, Adel, 2006, Knowledge Management in Organization, Tehran, New Link Publishing.

August, Steven & Schafferitz, Jay. M, 2000, Organizational Theories: Myths, Translation by Ali Parsaeen, Tehran: Afsharat Farzaneh, First Edition.

Parham, Shohreh (1389). Explaining the Challenges of Knowledge Management Implementation and Introducing an

Appropriate Model for Bidding at Shahid Chamran University of Technology. Associate Professor, Shahid Chamran University of Ahvaz. Hassanzadeh, Mohammad (2009).

Investigating the Infrastructural Factors of Knowledge Management in the Government of the Islamic Republic of Iran. . Daneshvar Journal of Behavior, 16 (25): 11-26.

Time, Bibi Eshrat (1386). The study of knowledge management infrastructures in the faculty of pedagogical and psychosocial sciences of the University of Isfahan from the point of view of faculty members and providing solutions to improve it. Retrieved on October 10, 2010, from [http://www.civilica.com/paper IKMC01.IKMC01\\_005.htm](http://www.civilica.com/paper IKMC01.IKMC01_005.htm)

Senge, Peter M., The fifth commandment. Translators: Hafez Kamal Hedayat and Mohammad Roshan. Tehran, Managing Director.

Fatollahi, Banafsheh; Ibrahim Afshar Zanjani; Damon Nozari. (1388). Feasibility study on knowledge management implementation in Isfahan

University. Proceedings of Knowledge Management and Information Science: Links and Interviews by Mohammad Nazadeh and others. Tehran, Library Publisher.

Abbasi, Zohreh, A Review of Knowledge Management Implementation Models in Organizations (2007), First National Conference on Knowledge Management, Tehran.

Maleki, Qasem, 2006, Providing a framework for moving information management from knowledge management to research and development organizations, master's thesis, Malek Ashtar University of Technology.

Mohammadi, Mohammad, 2000, What is your strategy for knowledge management, Sharia Tidbir No. 107.

Mousalis, Nikos, 1385, Organization and Bureaucracy: An Analysis of New Theories, Translated by Hasan Mirzaei Ahrendani and Ahmad Tedini, Tehran: Publishing & Publishing Institute of Tehran University, First Edition

Hemmati, Mohammad (2010). Evaluation of the application of knowledge management components in Tehran Technical College. The paper presented at the first national conference of knowledge management in Tehran.

Chang, M.Y., Hung, Y.C., Yen, D.C. ND Tseng, P.T., 2009, "The research on the critical success factors of knowledge management and classification framework project in the Executive Yuan of Taiwan Government", Expert Systems with Applications, 9(12), pp. 5376-5386.

Chen, C., 2004, "The effects of knowledge attribute, alliance characteristics, and absorptive capacity on knowledge transfer performance", R&D

Chen, C.J. and Huang, J.W., 2007, "How organizational climate and structure affect knowledge management-The social interaction perspective", International Journal of Information Management, 5(12), pp. 104-118.

Chen, J., Z. Zhu and H. Y. Xie (2004), Measuring intellectual capital: a new

model and empirical study, *Journal of Intellectual Capital*, 5(1): 195-212.

Depres, C. and Chauvel, D., 1999, "Mastering Information Management: Part Six-Knowledge Management", *Financial Times*, 14(2), pp. 4-6.

Drucker, P. (1992), *Managing for the future: The 1990s and beyond*, New York: Truman.

Donoghue, L. P., Harris, J. G., and Weitzman, A. B. (1999). *Knowledge management strategies that create value*. *Outlook*, 1: 48-53.

Glaser, R. (1998), *Measuring the knower: toward a theory of knowledge equity*, *California Management Review*, Vol. 40, No. 3, P: 175-194.

Hafez nia, Mohamad Reza (1998) , *Introduction on Research Method in Human Science* ,Tehran ,samt publication.

Kinney, T., 1998, "Knowledge management, intellectual capital and adult learning", *Adult Learning*, 4(1), pp. 2-5.

Lucier, C., 2003, "When knowledge adds up to nothing: Why knowledge management fails and what you can do about it", *Development and Learning in Organizations*, 17(1), pp. 32-35.

Snowden, D, 2000, "Liberating knowledge", *Liberating knowledge*, 1(1), pp. 6-19.

Lee, Hawan -Jang; Young – Gul Kim. "A Stage Model of Organizational Knowledge Management: A Latent content Analysis". *Expert Systems with Applications*, 20, (2001), 299 – 311.

Nissen, M.E., 1999, "Knowledge-Based Knowledge Management in the Reengineering Domain", *Decision Support Systems*, 27(1), pp. 47-65.

Nonaka, I., Takeuchi, H. (1995). *The Knowledge Creating Company: How Japanese Companies Create the Dynamics of Innovation*, Oxford University Press, New York, NY.

McAdam, Rodney; Sandra McCreedy. "A Critical Review of Knowledge Management models". *The Learning Organization*, vol, 6 (3), , (1999), 91-100.

Plessis, M.d., 2008, “What bars organisations from managing knowledge successfully”, *International Journal of Information Management*, 28(1), pp. 285- 292.

Price Water House Coopers, 1999, “Gartner Group’s knowledge management glossary”, *Global Enterprise Advisor*, 12(1), pp. 3-5.

TECTEM (2001), *Benchmarking project knowledge management*, Benchmarking Center, University St. Gallen, Switzerland, *Screening Report*: 37.

Toffler, A. (1990), *Power shift: knowledge, wealth and violence at the Edge of the 21st century*, New York: Bantam Books.

Vashishta, R., Kumar, R. ,and Chandra, A. (2010). Barriers and facilitators to knowledge management: evidances from selected Indian universities. *The IUP Journal of Knowledge Management*, 8 (4): 7-24.

Wong, K.Y., 2005, “Critical success factors for implementing knowledge management in small and medium

enterprises”, *Industrial Management & Data Systems*, 105(3), pp. 261-279.

Zawawi, A. and et al. (2011). The study of barriers factors in knowledge sharing: A case study in public university. *Management Science and Engineering*, 5 (1): 59-70

**CIVIL LIABILITY OF THE MENTALLY DISORDERED PEOPLE**Mahdis Riahy<sup>1</sup>Mahdi Esmaeile<sup>2</sup>

**Abstract:** Nowadays, mental disorders are some of the most common diseases in our societies. In most cases mentally disordered people will be having problems with the environment which they live, people around them and even themselves; with the probability of causing damage. The question is does the mentally disordered individual counts responsible for the consequences of his actions or not? If yes, then what type of liability is on his burden and who is responsible for redressing the damages? In any case, which a person is forced to redress another individuals damage he has civil liability against the injured party. Civil liability is a rational and jurisprudential principle, and also a legal maxim that guaranties remedies for faults of individuals inside a contract or any damages done by the acts of individuals outside of a contract. Considering the legal protection Provided for the incapacitated; liability

of incapacitated individuals is an important subject of civil and criminal law. Since the sinister intention is essential for criminal liability; the minor and the insane do not have any criminal liability but insanity and minority are not among the disclaimers of civil liability. In some legal systems such as “Common Law” Civil liability of the incapacitated individuals and their wardens is under the rule of general civil liability regulation. However, in Iran I.R. liability of the incapacitated is clearly recognized by the article “1216” of Iranian Civil Code. In respect of the above, we will be researching about the psychotic and mentally ill individuals and their liability in Jurisprudence and Iranian Case Law. Point of this research is to clarify the conditions of the insane and mentally disordered in Iranian Law and the support given to them by the Legislators.

---

<sup>1</sup> Department of Law, Ayatollah Amoli Branch, Islamic Azad University, Amol, Iran. Email: [Mahdis.riyahi1367@gmail.com](mailto:Mahdis.riyahi1367@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor, Department of Law, Ayatollah Amoli Branch, Islamic Azad University, Amol, Iran. Email: [Dresmaeli@yahoo.com](mailto:Dresmaeli@yahoo.com).

**Keywords:** Civil Liability, Insane, Mentally disordered, Incapacitated, Redressing of Damages, Compensation, Remedy

**Introduction:**

Like many other branches of Law, Civil liability comes from Roman law; Since Roman law begins in 8th century BC and ends in 6th Century AD at the time of Byzantine Emperor “Flavius Lustinus Augustus”. For 13 centuries the Roman law had developed from early stages to its peak in the 6th century. In early times every human who faced damage or harassment would have found his remedy in personal revenge. Main goal of these actions were to make an example for rest of the society, leading to more bloodshed due to more hatred among families; later on, a more temperate reaction was used in which the damaged party had the right to choose between personal revenge or a remedy for the damages; In fact head of a family would have bought the damaged party’s right of revenge with a sum of money. In the late stages asking for remedies went under a regulation known by common people of a society and then these regulations became written principles. One of the oldest written laws is “Leges

Duodecim Tabularum” that a part of it is related to remedies and punishments. In Iran, Civil Code (Also known as The Mother Code) began its existence with the enactment of its first volume about Transactions and bargaining in 1928 and then its second and third volume about Personal Status and rules of evidence in 1933 and 1935. Iranian Civil Liability Act was passed by Iran National Parliament in 1950 with 16 articles with a glance at western laws especially Swiss laws of obligation and Iranian case law at that time. Liability in its legal definition is a mandatory or voluntary obligation of one individual against another individual (whether financial or non-financial) and civil liability is yet one of the most complicated branches of law and still needs a resolution from Jurists and professors of law. It is a logical principle that the aggressor party pays something as compensation to the aggrieved party. Generally, every transaction that happens between people is based on this principle. In current laws, the laws of civil liability supervise the responsibilities of any actions. Anyone who could be counted as criminal liability is also responsible for the consequence of his actions; that means he has to pay compensation for

the results of his crime. Civil liability talks about a situation in which the injured party receives a remedy for the injury from the aggressor party. Incapacitated individuals cannot be held criminally liable due to the lack of *Mens rea* in their actions but civil liability is not based on a person's intent, so current laws count all types of incapacitated individuals responsible for their actions. When an incapacitated individual causes damage, the first question that comes to mind is: "who should redress the damage?" And "is it basically possible to ask remedies for acts of incapacitated or not?" These are the questions that civil liability was created to answer. In the past there were doubts about the matter that since the incapacitated is not responsible for his action he cannot be held liable for the damage he has done; but nowadays, due to Expenditure of civil liability's domain, there is no doubt that no damage should remain without remedy. Every time someone's act or omission causes damage he is obligated to redress the damage.

### **1- Goal of Civil Liability**

The main Goal of civil liability or tortious liability is to redress the damages of the injured party, or in

another word, to safeguard the privacy rights of individuals. Civil liability has functional goals in association with the aggressor, the aggrieved, and society. Redressing as an amount of money is the main goal of civil liability, however, it's not the only goal. Abatement of aggression against the plaintiff and preventing future injuries are some of the goals. Civil liability can play an important role in preventing the aggressor from future aggression and it can take away the sense of revenge in the aggrieved person. In association with the society, civil liability supervise the rights and freedom of people and acts as leverage in dealing with potential aggressors.

## **2- Elements of Civil Liability**

### **2.1- Damage and Loss**

Damage is the first element in creating civil liability and it has taken these meanings in the Law:

- Damage or injury against a person's life such as Murder, Manslaughter, Self-harm, Battery etc.
- Rape, Ravishment and violation against a person's body

- Discrediting a person, encroachment of a person's honor,
- Destroying or defecting of another's property
- Preventing someone an available or expected profit

What we mentioned above are almost the things mentioned in article 10 of Iran's civil liability act, 1950. Damage and loss caused against a human being cannot be limited to monetary damages since there are moral damages and unliquidated damages, incomparable with money. From Iran's civil liability act, 1950:

**“Article 10:** Anyone who's personal or family credit has been injured, can bring on action against the aggressor and ask for compensation for both his actual and moral damages. In case the aggressor's fault is proven and with attention to the type of damage; the court can give a verdict to force the aggressor to apologize or to insert the verdict on newspapers.”

In addition with article 10 of civil liability act, there is another way that the injured party can ask for redressing his losses with asking the court to stop or seize the operation

responsible for the injury, mentioned in article 8 of civil liability act.

Damage that creates liability should have three characteristics:

1. Damage must be real
2. Damage must not be redressed
3. Damage must be direct, which means damages with too many mediators are not redressed

## 2.2- Harmful Act or omission

The second element for creating civil liability is the harmful act that must be either unconventional, abnormal or prejudicial to public order and counted improper by the law. However, there are some exceptions such as self-defense, coercion, the verdict of law, etc.

## 2.3- Causality relationship between harmful act and damage

The injured party must prove the causality relationship between the action and injury. Until this relationship is not proved, we cannot say that action is a harmful one. For an action to be counted harmful, we must prove that without that action no injury would have happened. So if we prove that the culprit could not do anything to prevent the injury (such as force majeure or any

other intervening cause) it would clarify that fault of the defendant is not the cause of damage.

### **3- Definition of Mental Disorder**

Mental Disorders are a group of illnesses that affect a person's mind and action making the victim incapable of doing certain actions or disrupt his thoughts, feelings, and actions in daily life. Cause of mental disorders are not clearly known, but genetic problems, trauma, high levels of stress and a person's interactions with others are some of the reasons leading to mental disorder.

### **4- Classification of Mentally sick people in Iran's civil code**

#### **4.1- Definition of incapacitated Individual**

Legal definition of an incapacitated individual is: A person who do not have capacity so some jurists have defined incapacitation as:

“Prohibiting a person from independently running his daily affairs, specifically legal affairs by the verdict of law”

Some of Islamic Jurisprudents such as “Mohaghegh Helleh” and most of the jurists have limited incapacitation to financial affairs. But Incapacitation has its effects on some other matters such as right of retaliation or divorce, so we cannot limit incapacitation to financial affairs only. But financial affairs have been on the center of jurist's focus.

#### **4.2- Type of incapacitated individuals under protection of law**

Incapacitated Individual is a person who has been banned from some legal actions due to his mental state.

##### **4.2.1- The minor**

Minor means little or small. In its legal definition minor means a person who is under age of puberty?

Article 1207 of Iran's civil code counts the minor, Insane and immature as incapacitated individuals.

Article 1210 of civil code describe that puberty age for male is 15 years of age and for female is 9 years of age and after the mentioned age a person is not incapacitated anymore.

There are two types of minor, discerning minor and undiscerning minor. Undiscerning minor lacks the

power to understand right or wrong but a discerning minor can differ what's good and what's bad so in some cases, a discerning minor can have a legal will. Civil code of Iran does not talk about a certain age for undiscerning minor to become discerning minor but in Imamie jurisprudence some talk about the age of six or seven years old.

#### **4.2.2- The Immature**

Article 1208 of Iranian civil code describes Immature as an individual who cannot make logical decisions about his property and possessions. Unlike the rest of the incapacitated individuals, immature's incapacity is only in financial affairs and he has the capacity for rest of his legal affairs. To clarify between mature and immature we must look at their ability to understand profit and loss, not ability to understand right and wrong.

#### **4.2.3- The Insane**

In all the laws, in order to disclaim a person from his liabilities, we must prove his lack of understanding right and wrong. Insanity means lack of judgment and understanding due to mental problems and in its legal

definition insanity means lack of understanding the difference between right and wrong, good and bad, profit and loss. Insane is a person who has such a mental disorder that he cannot defend his rights in society. Article 1211 of civil code says that "insanity at any level results in incapacity" in order to protect their rights, article 1207 of civil code bans insane from possessing his property and financial rights. Article 1217 of civil code puts the responsibility of an insane person's property and financial right on the burden of their parents or wardens.

#### **5- Basis of incapacitated person's liability**

Considering the fact that incapacitated person does not have a criminal liability we say that this will not disclaim civil liability because in civil liability main focus is to redress damages.

#### **6- The complexity of issue from legal point of view**

Civil liability of insane is a hard matter to think about since non-legal consideration behind the matter won't let us give a clear and definite viewpoint on

the subject. When it comes to damage done by actions of an insane individual we face with two victims. One side is a person who has suffered injury and other side is an insane person who is a victim of his mental illness. Redressing the damage cannot be different based on a person's state of mind, because if we disclaim the insane person it means we have left the injured party alone to suffer consequence of another's actions. Also if we hold the insane liable for his action (which we do by verdict of law) we have left him alone to suffer actions he had no intent to do.

Iran's civil code clearly hold insane people liable for their actions in article 1216:

“Anytime an insane, immature or minor individual causes a damage he is liable”<sup>3</sup>

Article 7 of Iran's civil liability act takes on a more temperate reaction but in case of mentally disordered people it seems there is nothing else but emphasizing civil code's verdict on the matter.

The question is does the word “Liable” contain both deliberate destruction and indirect destruction or as some say it only contains deliberate destruction? To answer this question we must find the basis of article 1216 in Iranian civil code

## **7- Causes of civil liability in Iran's civil code**

### **7.1- basis of article 1216**

Basis of civil liability in the Iranian civil code is 4 actions: deliberate destruction, indirect destruction, usurpation, and vindication. Usurpation has specific regulations and in vindication, damage or injury is not the cause of civil liability. So in order to understand article 1216 we must study the concept of deliberate and indirect destruction and find out if we should prove the fault of the aggressor in indirect destruction in order to hold him liable or like deliberate destruction, it does not matter.

#### **7.1.1- Necessity or lack of necessity of fault in indirect destruction**

by immature holds him liable and it can cause liability for incapacitated person's warden

---

<sup>3</sup> Word “Damage” here refer to monetary damage only. Because moral damage often has criminal basis but moral damage caused

Deliberate destruction is wasting or destroying a person's property by direct act of another person and fault or intent of the aggressor is not a condition. Iran's civil code describes the matter at article 328:

“Anyone who destroys another person's property is liable and must give the same property or the price of it as compensation. Whether he had intentions to destroy the property or not. Whether the property itself is destroyed or its benefits. And if he damages the property must pay the difference between whole property and damaged property price.”

About indirect destruction there is no such a certainty between jurists. Legislator has not talked about whether fault or intention are among conditions of liability from indirect destruction or not; in article 331 it says:

“Anyone who indirectly causes the destruction of another's property must give the same property or its price as compensation and if the property is damaged must pay the difference between whole property and damaged property's price”

This lack of clarity in civil code is the source of disagreement between jurist about whether the fault is a condition in indirect destruction or not. Based on jurisprudential backup and concept of the above article, some say that proving the causality relationship is enough and fault is not a condition in indirect destruction. This viewpoint has good reasoning power based on Islamic narratives and traditions, words “fault” or “intent” has not been mentioned by Islamic jurists on the cases about indirect destruction. Also, the Evolution of civil law has had a tendency to make civil liability a general liability instead of personal liability. Cases such as liability from manufacturing defect or children's liability in French laws are an example of this matter. Even those who support fault in indirect destruction admit that in some cases there are so many remote or intervening causes that general liability basis is the only solution to guaranty remedies for the damage. It seems that in Islamic jurisprudence, the main goal is to guaranty the remedies for the injured party. Anyway, we cannot adopt the Islamic system with one of the new civil liability theories. In jurisprudential texts, the concept of causality relationship is very close to personal liability basis and

even if we can barely accept the general liability basis in Islamic system for obvious reasons we cannot accept it in Iranian system of law. In order to compare Islamic system with Iran's law we must take a look at other articles about indirect destruction and deliberate destruction to see the verdict in other cases. In article 329 and 330 of civil code we see other examples of deliberate destruction and same as article 328 fault or intent are not conditioned. But in articles 332 – 335 different examples of indirect destruction create civil liability only if fault or intent of the aggressor is proven. On the other hand, proving the causality relationship is not easy in indirect destruction and we must accept that the fault or intent of aggressor is a proof of causality relationship. In respect of what we discussed above, it seems that Iran's civil code has clear intentions on conditioning fault or intention in civil liability based on indirect destruction and verdict of article 328 is a definition of "indirect" and its purpose is to clarify the difference between deliberate destruction and indirect destruction.

#### **7.1.2- Possibility attribute the fault to the mentally disordered individual**

Some still believe that liability in indirect destruction is strict liability but with the evidence mentioned above it is clear that liability from deliberate destruction is strict liability and in indirect destruction we face fault-based destruction. If we support personal fault or general fault ideas we may give different opinions on the concept of article 1216. But the most reasonable viewpoint in Iran's law says that article 1216 intends to clarify that lack of judgment in insane and minor will not disclaim their liability against the injured party and they must be held liable same as a healthy adult individual; whether liability is strict or fault-based. This contains liability from deliberate or indirect destruction and liability from driving accident and so on. But that's not everything we have on the table. Article 1216 is not the only article with a verdict about incapacitated individual's liability. In Iran's civil code we see that if the insane or minor's actions are results of a normal individuals actions they will not be held liable. Whether the adult is a remote cause or else he is counted procuring cause and will be held liable by verdict of law. In French law judge takes the same look to an insane or

minor person that he takes at a healthy adult and if harmful act is related to both he will hold both of them responsible for paying compensation to the injured party but in Iran's law an insane person is believed to be merely a tool at the hands of sane and adult individual so he will be free of any liability. In article 1215 of Iran's civil code we see:

“If anyone puts a property under possession of an undiscerning minor or an insane person, the minor or insane will not be liable for destruction or damage done to the property”

Some believe that verdict of article 1215 is limited to the action of a person against himself but the word “a property” is general and does not mean a person's own property. So the result of mixing verdict of articles 1215 and 1216 is when an insane or minor act alone and independently he is liable for his actions but when a capacitated person comes along in the action insane or minor will not be responsible for their actions, sane or adult person will be liable based on being the procuring cause or his action against himself. But what if someone puts a property under the possession of an insane but has no knowledge of his insanity? Under general regulations of

law, we must say that destruction or damage done to the property is the result of insane's action but in order to disclaim the sane person's liability, he must prove his lack of knowledge to the insanity of the aggressor otherwise sane individual will be liable. In general, it seems that Iran's law do not see minor and insane's liability as a fault-based liability and their liability comes from a comparison between their action and reasonable, normal individual actions.

#### **8- Periodic insanity and its effects on financial rights**

Total insanity is a state of mind when a person's mind is never working right and in all conditions signs of his insanity is clear. An insane person is never able to make correct decisions due to always clashing with his mental disorder. However periodic insane person is not always insane. Sometimes he gets control over his mind understanding the rights and wrong or in some cases he only loses control over his mind in special conditions or environments. Insanity prevents a person from making rational decisions about his financial rights but in time when a periodic insane has control over

his mind he can make independent decisions about his rights and properties. But what about when he loses control over his mind and becomes insane? In this case we say “insanity at any level is cause of incapacity” so he cannot control his property or use his financial rights.

### **9- Act of periodic insane about his future property**

Future properties such as fruits of trees or rent of a house etc. are counted the same as actual property and destroying them is cause of liability. But what is the status of a periodic insane individual's contract about his future property that is signed in his time of insanity? It looks like such a contract is not legally effective but when the periodic insane gains his sanity he can confirm his late decision and make the contract valid otherwise the contract is nullified.

### **10- Periodic insane legal action in his non-financial rights**

It is clear that in his times of sanity he is like a normal person in using his right but in times of insanity, his lack of control over his mind does not prevent

a periodic insane from his capacity to have his right however he cannot use those rights. For example inheritance is a non-financial right with financial effects. A periodic insane can inherit property but he cannot use his right to sell the inherited property unless he is in sanity status.

### **11- Capacity**

Capacity is the legal ability to have rights or to use rights. The capacity to have rights is called capacity of enjoyment and capacity to use rights is called capacity of vindication. Article 210 of Iran's civil code describes the necessity of capacity in contract parties and article 190 describes capacity as a condition of contracts validity. Incapacity can be general like the incapacity of insane or minor or can be specific like incapacity of legal warden to transact with person under his ward. Article 210 talks about general incapacity. From Iran's civil code:

“Article 211: for the contract parties to have capacity, they must be mature, sane and past puberty age.”

“Article 345: Both buyer and seller must be capacitated to form contracts and have

capacity to possess object of sale and price.”

So, insane person cannot form any contract by himself but periodic insane can participate in contracts in his times of sanity.

### **11.1- Capacity of possession in periodic insane**

Word “Capacity of possession” in article 345 refers to when a property is seized by verdict of court and owner cannot possess it as a normal property. There is no specific verdict in law that prevents a periodic insane from possessing his properties. But a total insane person needs confirmation of his warden in order to participate in a contract and possess the object of sale or price.

### **12- Civil liability of insane**

Now that we are sure about civil liability of insane individuals, there are three different assumptions about liability:

First, is when an insane person has caused damage without a warden or with a warden who has made no fault or

mistake in protecting the insane? This is a case of article 1216 of the civil code and the damage will be redressed from insane’s property and if he has no property the aggrieved party’s right will remain until the insane aggressor has something to pay him. Second is when the aggrieved party is responsible for putting his property under insane’s possession and it’s a case of article 1215 of the civil code. The aggrieved party is liable for redressing his own damage. Also there is a sub-assumption of the above in which the aggrieved party provokes the insane to damage his property and in this case he is procuring cause of damage and again the insane is not liable the Third case is when insane has caused damage but he had a warden who was supposed to protect him from doing so and made fault in doing his job. This is a case of article 7 of Iran’s civil liability act .1950 in which the warden is held liable unless he does not have enough money or property to redress the damages. In this case, the rest of the damage will be redressed from insane’s property.

### **13- Civil liability of wardens of minor or insane**

It is a legal maxim that everyone must be responsible for results of their own actions but liability based on another's actions is an exception created to support the injured party in redressing his injuries. Article 7 of civil liability act does not mention immature because as immature has criminal liability so does have civil liability for his action. Guardianship of immature is only for his financial affairs so his warden has no responsibility for rest of his actions.

### **13.1- Basis of warden's liability**

As we mention earlier, there are three necessary elements in order to create civil liability: Damage, Harmful act, causality relationship

#### **13.1.1- Damage**

It is necessary that a damage is done. Whether an action is a crime or not, unless it causes damage it won't create civil liability.

#### **13.1.2- Harmful Act of minor or insane**

In order to create civil liability someone's action must have caused the

damage. (Actus dei nemini nocet) Article 1 of Iran's civil liability act says:

“Anyone who intentionally or out of carelessness or fault or without legal permit causes damage to another's property, will be held liable for redressing the damage he has caused”

So anyone who has no fault in damaging another's property is not liable and that includes minor and insane. Although it seem that except for deliberate destruction and driving accident in rest of occasions fault is a condition of civil liability in Iran's law, liability from act of minor or insane must be added to these exceptions.

#### **13.1.3- Causality relationship**

If warden leaves his duties to protect the insane (or minor) or commits an action that provokes the insane and he causes damage to other people this damage is a result of warden's fault. So fault of warden proves the causality relationship between him and the damage in need of redressing.

### **13.2- A critique of article 7 of civil liability act**

There is a conflict between article 7 and what we have mentioned above. While we hold the warden responsible, article 7 lets the damage to be redressed from insane's property. The main problem is that article 7 holds warden as a liable party while article 1216 of civil code says the insane himself must be held liable. Article 7 could have been a perfect legal sanction in order to prevent the wardens from shirking their duties against the insane under their ward if it had created contractual liability for wardens and recognized them liable by the contract of guardianship. It is not logical that we recognize wardens liable but let them redress the damage from insane's property for two obvious reasons: First, the liability of wardens, in this case, is not based on them being procuring cause since they have no intention about their under ward's action. Second, the legislator wanted to give a scape rout to the warden who will be under economic pressure if he pays all the remedy but this does not match justice of the law. If anyone deserves leniency in this matter it's insane who is under the protection of law, not the guilty warden who has failed in his duties. It seems that legislator's goal from this article is to guaranty

redressing of injured party's damages but it has chosen a wrong way by combining two completely different liabilities.

#### **14- Conclusion and suggestions**

Considering the diseases causing mental disorders, it seem any mental disorder that leads to loss of control over mind and lack of judgment about right and wrong will incapacitate a person from capacity mentioned in article 190 of civil code, therefor nullifying or discrediting the insane person's contracts. Any beneficiary party can ask the court to check if a party of a contract had been insane at the time of forming the contract.

Insane has no criminal liability but his civil liability will not be disclaimed under any circumstances.

Liability of minor or insane individual's warden is an exception of personal liabilities principle.

Article 7 of civil liability act has based warden's liability on their fault and professors of civil law believe that plaintiff must prove the fault of warden against the court. In order to prevent article 7 from repeating article 1 it is best that judicial precedent accept the fault of

warden as a default rule because such a thing is accepted in laws of France, Germany and Switzerland(Swiss) which inspired the authors of Iran's civil liability act

Article 7 of civil liability act must be changed due to its conflict with article 1216 of civil code and in order to do so we must make liability insurance mandatory for wardens as a legal sanction.

## References

### A) Books

Arshadi, Aliyar, 1384, An explanation Iran's civil law, Saye roshan publication, first publication, Tehran

Ardebili, Mohammad, 1386, General criminal law, 1<sup>st</sup> volume, Mizan publication, 14<sup>th</sup> publication, Tehran

Emami, Seyyed hasan, 1340, Civil law, first volume, Eslamiye publication, 71<sup>st</sup> publication, Tehran

Ansary, Masoud, 1340, Encyclopedia of civil law, 3<sup>rd</sup> volume, Mehrab publication, Tehran

Barikloo, Alireza, 1387, Individuals and their legal protection, Majd publication, first publication, Tehran

Jafari Langrodi, Mohammadjafar, 1346, Terminology of law, Ganje danesh publication, first publication, Tehran

Haeri, Ali, 1376, Explaining Iran's civil code, ganje danesh publication, Tehran

Hossein nejad, Hosseingholi, 1370, civil liability, Cultural and collage publication of shahid beheshti, first publication, Tehran

Daliri, Mohammadsaleh, 1373, General criminal law, 3<sup>rd</sup> volume, Daad Publication, first publication, Tehran

Soltani nejad, Hedayatollah, 1380, Basis of civil liability in intellectual damages, Nor as-saghalain publication, Tehran

Shahidi, Mahdi, 1377, Creating contracts and obligations, 1<sup>st</sup> volume, Majd publication, Tehran

Sadeghi, Mohammadhadi, 1386, Crimes against individuals, Mizan Publication 10<sup>th</sup> publication, Tehran

Safayie, Seyyed hasan, Qassemzadeh, Seyyed Morteza, 1395, Civil laws of incapacitated individuals, Samt publication, Tehran

Taheri, Habibollah, 1376, Civil law 2, 1<sup>st</sup> volume, Islamic publication office, 2<sup>nd</sup> publication, Qom

Amid Zanjani, Abbasali, 1382, Causes of liability, Mizan Publication, 1<sup>st</sup> publication, Tehran

Feiz, Alireza, 1373, Basis of Islamic principles and jurisprudence, Tehran university publication, 6<sup>th</sup> publication, Tehran

Qassemzadeh, Seyyed Morteza, 1378, Basis of civil liability, Daadgostar publication, 1<sup>st</sup> publication, Tehran

Katozian, Nasser, Legal Acts of Contracts, 2<sup>nd</sup> volume, Publication Company, Tehran

Katozian, Nasser, 1381, Preliminary course of civil law: Legal Events, Publication Company, Tehran

Katozian, Nasser, 1385, Civil code in current legal order, Mizan Publication, 13<sup>th</sup> publication, Tehran

Lodessaran, Michael, 1375, Civil liability, Translated by Dr. Mohammad Ashtari, Hoghoghdan Publication, Tehran

Madani, Seyyed jalal od-din, 1385, Civil law: Investigation the profile of individuals and confidants, 7<sup>th</sup> volume, Paydar publication, 1<sup>st</sup> publication, Tehran

Moein, Mohammad, 1350, Moein Dictionary, Amirkabir publication, 1<sup>st</sup> publication, Tehran

Moein, Mohammad, 1375, Persian Dictionary, Amirkabir publication, 9<sup>th</sup> Publication, Tehran

#### B) Articles and Thesis

Rezapoor, Sarah, Autumn of 1390, Civil liability of insane in Iran's law

Zaker Hosseini, Mohammadhadi, 1394, A research in liability of incapacitated and their wardens,

Elmi, Mohammadreza, Qobadi, Kaveh,  
Volume 10, Issue 4, Winter of 1393,  
Domain of Insanity in Jurisprudence and  
law, jurisprudential researches

C) Websites

[Legal-sindblogra.com](http://Legal-sindblogra.com)

[Wikifegh.ir](http://Wikifegh.ir)

Moradzadeh, Hasan, Volume 41, Issue 2,  
1390, Collective Responsibility: A just  
solution in civil liability domain,  
Quarterly journal of law, Faculty of law  
and political sciences

Doroodian, Hasanali, issue 36, spring of  
1376, civil liability from acts of  
individuals under guardianship, Tehran  
University's faculty of law and political  
sciences

Azarbadegan, Hosseinali, Winter of  
1380, Classification of mentally  
disordered individuals and their verdicts  
in "Mohaghegh Naraghi" view

Asgharzade, Aminsafih,  
Shahmohammadi, Davood, issue 2,  
Spring of 1378, Collection of laws about  
psychotic patients in Iran

Dr. Hosseinabadi, Amir, 1385,  
investigating article 7 of civil liability act  
Badini, Hossein, Winter of 1383, Goal of  
civil liability, Law and politics, Issue 66,  
Tehran

**ANALYSIS AND DESIGN OF A NEW STRUCTURE FOR 10-BIT  
350MS/S PIPELINE ANALOG TO DIGITAL CONVERTER**Arash Rezapour<sup>1</sup>Mohammad Bagher Tavakoli<sup>2</sup>Farbod Setoudeh<sup>3</sup>

**Abstract:** A 10-bit pipelined Analog to Digital converter is proposed in this paper with using 0.18  $\mu\text{m}$  TSMC technology. In this paper, a new structure is proposed to increase the speed of the pipeline analog to digital convertor. So at the first stage is not used the amplifier and instead the buffer is used for data transfer to the second stage. The speed of this converter is 350MS/s. An amplifier circuit with accurate gain of 6 and a very accurate unit gain buffer circuit that are open loop with a new structure were used. In this Converter, the first 3 bits are extracted simultaneously with sampling. The proposed analog-to-digital converter was designed with the total power consumption 75mW using power supply of 1.8v.

**Keywords:** Analog to Digital Pipeline, Comparator, Amplifiers, Buffer

**Introduction**

Today Analog signals have been replaced by digital signals. Analog-to-digital convertor (ADC) play a key role in today's modern telecommunications [1-5]. So far, various structures have been proposed for the implementation of analog-to-digital converters, which have different specifications. One of these structures is pipeline analog to digital converter. The purpose of this design is to improve speed.

In this structure, there is an amplifier as well as a sample and hold circuit between the blocks of each stage. At the end of each cycle, part of the digital output code is extracted and an extra signal is transferred to the next block. The speed of this structure is independent of the number of stages used. This structure, like other sub-ranging structures, can achieve high precision using low hardware [6-15]. As a result, the output

---

<sup>1</sup> Department of Electronic, Arak Branch, Islamic Azad University, Arak, Iran.

<sup>2</sup> Department of Electronic, Arak Branch, Islamic Azad University, Arak, Iran. Corresponding Author Email: \*m-tavakoli@iau-arak.ac.ir.

<sup>3</sup> Department of Electronic, Arak University of Technology, Arak, Iran

of all comparators whose reference voltage is smaller than the sampled signal is one, and vice versa the output of all comparators whose reference voltage is larger than the sampled signal is zero. Given that these comparisons are performed in a completely parallel manner, and the speed of this type of convertor depends only on the comparators or the sampler circuit, the flash analogue to digital convertor can have very high speeds. But the two major problems with this structure are the sensitivity of the comparators to the offset input and a lot of hardware has been used in it, because, as mentioned, it requires  $2^{n-1}$  comparator. On the other hand a many number of comparators increase the scale and power consumption. Therefore, a convertor with this structure requires high levels and high power to achieve high precision. Hence, these structures are not actually used to build 10-bit convertors because they cost more and require high power consumption and more space. Another structure used is the Two Step flash convertor. The basic block of this convertor is the same type of flash convertor. This structure is made up of two successive flash memory modules [16-17]. The mode of operation of this type of convertor is such that on the first floor, the bits of the signal are detected. Then a digital-to-analog convertor returns the equivalent of the analog bits of value. This amount is reduced from the original signal value and the remainder enters the second stage. In this

stage, low-value bits are extracted. Obviously, the conversion time for this convertor is long as compared with the simple flash type convertor, but instead uses a smaller number of comparators, which means less than  $2^{n/2} \times 2$  comparators. By breaking the conversion process to several steps, the number of comparators is reduced. But the conversion time increases. The Subranging converter has several processing steps, which are specified by the number of stages [18-21]. Structures, it is necessary to have a structure that has very high speed and acceptable power consumption.

In reference [1], a 10-bit ADC is proposed with a power consumption of 19.7mW, which has a low speed of 100MS/s, voltage supply is 1.8v in 0.18 $\mu$ m technology, In Reference [1], for design 10-bit Pipeline Analog to Digital it used two-stage, and has used two flashes (3bits and 4bits) at each stage but in this 10-bit Pipeline Analog to Digital proposed we used one flashes ( just 4bits) at each stage, on the stage1 is not used the gain stage, Instead, it used buffer, That's an advantage and makes the power consumption decreases and the converter speed increases, On the other hand to speed up on the stage2 we used open loop amplifier, also comparator designed is able to eliminate unwanted offsets and detect the smallest amount of input. In reference [2], pipeline ADC is designed with a low speed and high power consumption of 136mW, in other hand, the voltage supply is high. In

reference [17], a 10-bit ADC is proposed with a speed of 50MS/s using 0.13 $\mu$ m technology, which has a low speed, but the figure of merit is not good. A 14-bit ADC with a 1GS/s speed is presented in 65nm technology at [22], and it has SNR 69dB and the SFDR 86 dB, but it has a high power consumption of 1200mW. In [23], a 14-bit ADC is proposed with a speed of 500MS/s, voltage supply is 1.8v in 0.18 $\mu$ m technology, which has high power consumption of 950mW. A 12-bit ADC is proposed in [24], voltage supply is 1.2v in 0.065 $\mu$ m technology, which has a speed of 250MS/s and power consumption of 49.7mW. In reference [25], a 14-bit ADC with a speed of 250MS/s in 0.18 $\mu$ m technology is proposed which has an acceptable speed, but has a high power consumption of 120mW. In [26], a 9-bit ADC with a speed of 50MS/s and figure of merit -437dB in 0.18 $\mu$ m technology is proposed, which has a low speed and a high power consumption of 65mW. In reference [27], an 8-bit ADC is proposed with a speed of 166MS/s and figure of merit -421dB in 0.18 $\mu$ m technology, which has a low speed and high power consumption of 38.9mW, but the figure of merit is not good. In reference [28], a 10-bit ADC with a speed of 125/250MS/s dual in 0.18 $\mu$ m technology is proposed, which has an acceptable speed, but has a high power consumption of 32mW. This study is divided into 4 sections. In Section 1, the block diagram of the proposed

pipeline convertor is presented, and in the second section, the design of various ADC convertor circuits is examined. In Section 3, the simulation results of different blocks are presented and finally in Section 4, a general comparison is made between the proposed design and several references published in recent years.

### 1. Proposed Pipeline Convertor

Since the pipeline ADC is suitable for applications that require high precision and high bandwidth [27-30]. Given that the present study tends to determine an ADC design with sampling speed of 350 MS/s and due to the high speed of information conversion and the use of a channel to reach the target (parallelization is not working), the pipeline structure is used. This ADC consists of consecutive stages, each of which is responsible for extracting a number of digital signal bit output. Each of these stages includes ADCs with lower bits, DACs, subtracter and amplifier to amplify the remaining signal. Obviously, only an ADC is used in the final stage.

According to the studies conducted, it is necessary to have an extremely low power and very fast processing speed ADC. Also, the proposed design must occupy the lowest area and can provide a trade-off between speed and power consumption, to open the designer's hand for

various applications. The general proposed block diagram is shown in Figure1

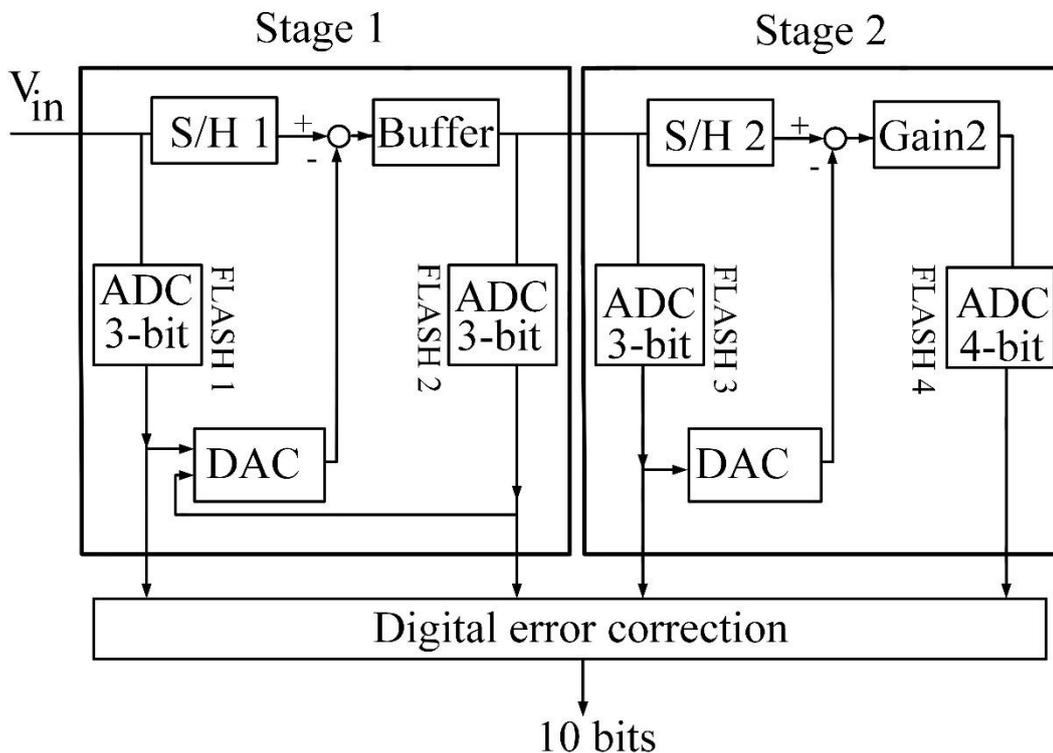


Figure 1. Block diagram of the proposed 10-bit pipeline A/D convertor

Since in pipeline analog to digital convertor is disappears about half of conversion time in the amplifier, So As shown in Figure1, on the stage1 is not used the amplifier, Instead, it used buffer, That's an advantage and makes the power consumption decreases and the convertor speed increases, but the circuit of the buffer must have a high precision and high speed, So that it can transfer data quickly to the next stage. Therefore on the stage2, the comparator's performance will be very

difficult because the signal reached to this stage is not amplified, comparator must be able to eliminate unwanted offsets and detect the smallest amount of input In other words, the comparator should be very precise and it have to can recognize difference between very small voltages. Also an open loop amplifier is designed to further increase the convertor speed at stage2. A new error correction circuit was designed for the Ring Counter. Since it is necessary for a 10-bit Pipeline Analog to Digital

converter to have the S/H circuit having a minimum accuracy of 11 bits. Therefore, the S/H circuit designed has a precision above 11 bits.

Due to the fact that in this study tends to determine an ADC design with a precision of 10 bits and a sampling rate of 350 MS/s, at this rate of conversion, the time available for each conversion is equal to 2.5 ns. About 50% of the time is considered for Sample and Hold. For the remainder of the time, a portion of it is

consumed to perform the comparison and generate the code. Also, a part is used to convert the digitalized data from the first stage to the analogue. In the proposed structure, most of the circuits have been innovated, and as much as possible, extra bits of the input data are extracted. The total time available for each conversion is 2.5 ns, with a duration of 1 ns divided into S/H. This is shown in Figure 2.

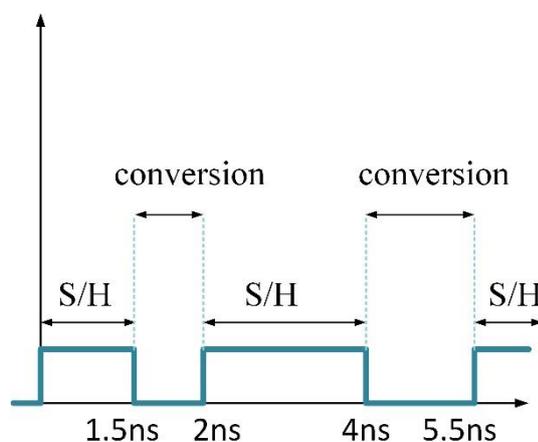


Figure 2. Allocations of scheduling to the proposed convertor

Simultaneously with the completion of Sampling, we allow the comparators of first stage to perform the comparison. At time of 1.5 ns, the binary data of the first stage is generated, and the amount of the analogue or level of this stage is also prepared to subtract the original signal. After reducing the data extracted from the first stage input data,

an open loop buffer that has a high speed to transmit data to the next stage is required. The designed buffer, which will be explained in the next section, has this speed and precision ratio of 1. Since there is no amplification from this stage to the next stage, we used the comparators with higher precision in the next stage.

As we know, by a comparator circuit with  $n$ -bit precision we can extract a maximum of  $n$  bit digits from an input signal. Therefore, good ADCs (with high precision) require high precision comparator circuits. By using the error correction algorithm in the converters, high precision ADCs can be implemented with lower accuracy comparator circuits. The error resulting from each stage is corrected by the extracted bits in the next stage. In this case, in order to correct the error in the ADC output, we need to add and subtract the operator. In this paper, we use method of reference [1], To make the correction easier, we increased the comparison levels by  $1/2$  LSB. Therefore, raising the comparison levels for error correction caused to we need only summation. If an error occurs in a comparison in the ADC pipeline, the residue value is strengthened to the extent that it can be detected in the next category by the comparator circuitry of the next classes. The amount of amplified residue is reached to a degree

that it can be detected in the next stage by comparison circuits of the next stages. The extracted bit is summed with the bit extracted by the error, and the error is corrected.

## 2. Block circuit design

The first part of the design section of the ADC is the design of the S/H block. When the high accuracy S/H at the entrance could not be designed, in the subsequent steps nothing could be done with the corrupted data. The use of Active S/H requires a Pump, which has 2 major weaknesses. The first weakness in this type of S/H is the high power consumption dissipated by the Pump. The second weakness is the Pump's limited bandwidth. Due to the limited time in this study, limited Pump bandwidth did not allow the use of active S/H. Therefore, we used the S/H passive. According to errors associated with ADC, the required accuracy S/H must be at least 11-bit, to attain a 10-bit pipeline ADC. The proposed circuit is shown in Figure 3.

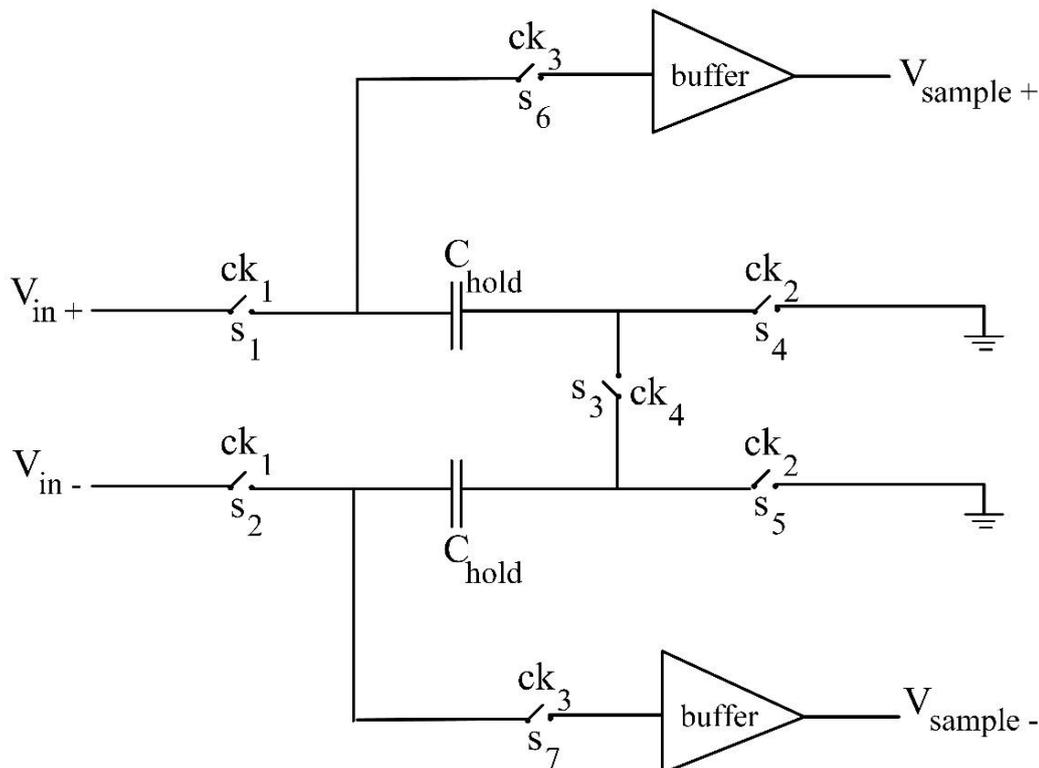


Figure 3. Proposed S/H structure

Also, because analog voltage goes straight to the S/H in the first stage and requires a precision of 7 bits, the capacitor is 0.2 PF, and the second stage requires a precision of 8 bits, in which we used a capacitor of 0.8 PF [31].

For switches, NMOS or PMOS transistors can be used depending on the amount of common mode input. If we assume that the input CM has a value close to zero, we can use NMOS. This is because with zero CM voltage, there will be no errors or some kind of offset in the

circuit, and the circuit will operate in a perfectly symmetrical manner.

For sampling, the first  $S_3$  key is opened and the information is stored in the capacitors. As a result, the sampling procedure is solved with three keys (or the NMOS transistor). After opening the  $S_3$  key, as shown in Figure 4, the charge channel of the transistor inputs is expected to flow to the input due to the path open to the sample capacitors. This does not spoil the Sample information on the capacitors.



Figure 4. Open path to release transistor channel charge

But in the S/H pseudo structure, one of the problems faced with is the effect of loading the next stage. This effect flushes out the circuit output on the charge of the sampler capacitors and corrupts the data. To avoid this, as shown in Figure 3, buffer is used in the two outlets. The used buffer which is linearly acceptable should have a high bias current and use larger size transistors. The consequence of adding a buffer to the S/H output node is to add significant amounts of parasitic capacitance to the output nodes. The destructive effect of these parasitic capacitors will be on the S/H circuit function. After opening the  $S_3$  key, the path is not open to sampling capacitors, and thus the channel charge

can pass through this path and distort the sampled data.

The recent solution to this problem is as follows: Something should be done to remove the parasitic capacitor in the input buffer from output node of S/H when the  $S_3$  key is opening. The path to the sampling capacitors completely opens after the  $S_3$  key opens and as such, the charge of the channel cannot pass through the sampler capacitors.

To achieve this, we put two small switches into the buffer input path. These switches are always ON according to the timing of the clocks shown in Figure 5 and will only open in a small interval from the time before the  $S_3$  key is opened and after opening, the  $S_1$  and  $S_2$  keys are closed.

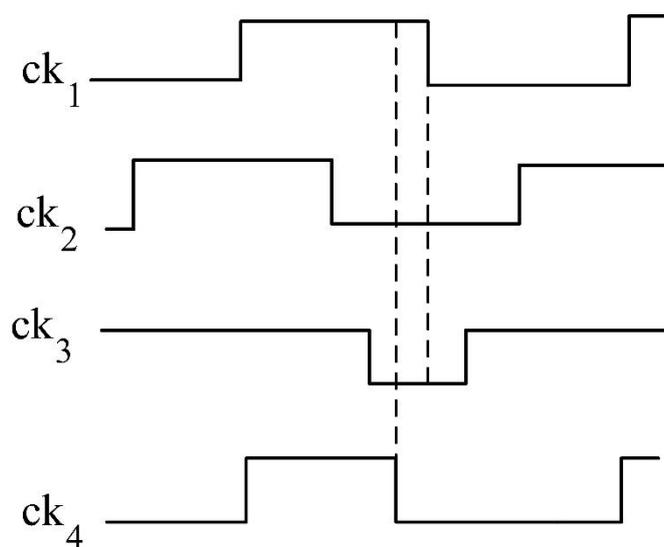


Figure 5. Schedule suggested S/H keys

### 2.1. Comparator

After sampling the input information in the Flash convertor, comparators are needed to compare the input information with different voltage levels and make the corresponding binary output corresponds to it. As soon as the differential circuit name comes up, this circuit amplifies the difference between two signals; therefore, it seems logical that a comparator can be made using a differential amplifier. One of the important design problems is the lack of full compliance with the elements used in these circuits so that the input

information can be detected incorrectly. Another issue faced in the design of comparator is the limited gain of the circuit. This problem reveals its impact when there is little difference between input information and reference information. When this difference is low, the output signal is also small and cannot be detected. To compensate for this problem, we use a latch class in the comparator circuit output so that we can make even the small signal in the output of the circuit to convey identified information to the next digital block. This structure is shown in Figure 6.

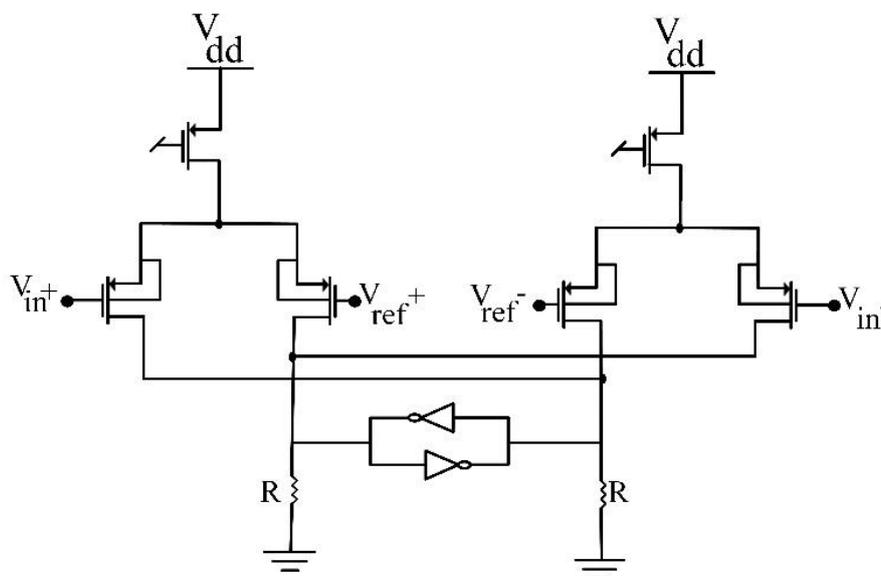


Figure 6. The first Proposed Comparator Structure.

Also, we put a switch on the two ends of the Latch output. So, by the time we want to identify the information, first, by closing this switch, the previous information must have been cleared in a word and the Latch circuit can work properly. After putting Latch on the output, we are faced with the problem of Kick back noise. In cases where the input

range is small, it can be destroyed. To solve this problem, the common practice is to use a Pre-amplifier stage to convert a low-input signal to a better-suited signal and then deliver it to the Latch circuit on the next stage. In this study, the structure of Figure 7 for the comparator circuit is used.

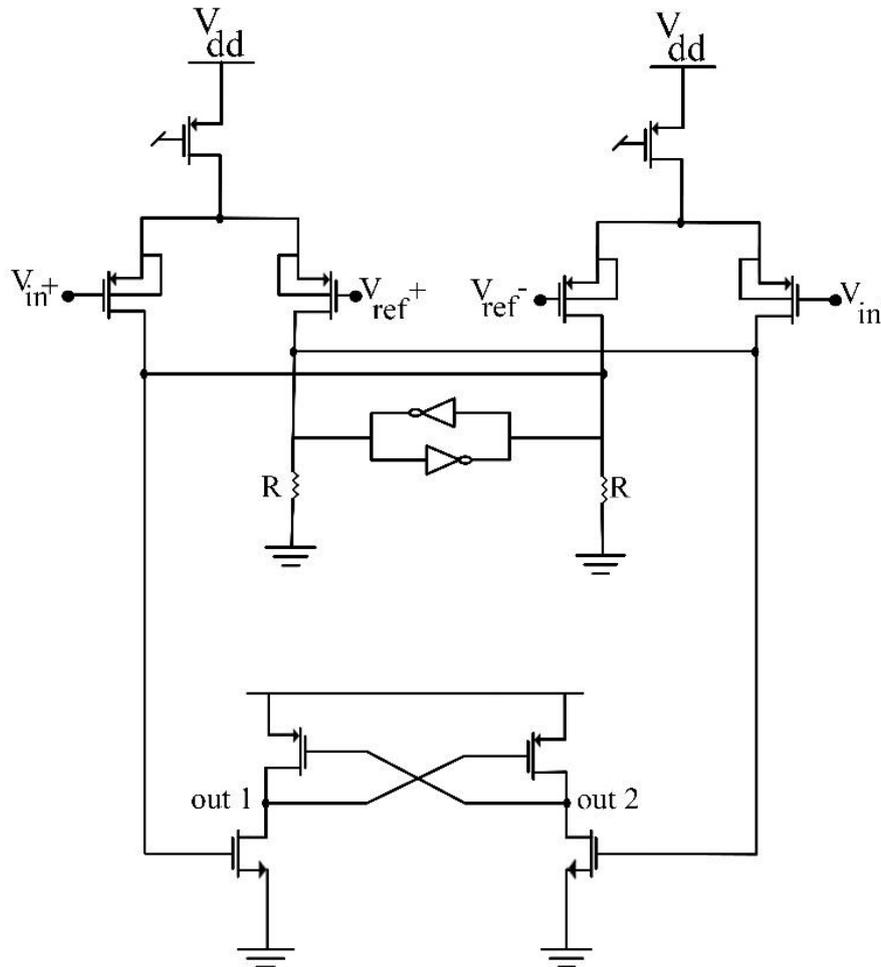


Figure 7. Proposed comparator structure

Also, in the first stage, due to lack of area at the IC level, instead of the passive resistance, active elements are used. That is, the transistors of Figure 7 actually play the role of resistance.

## 2.2. Buffer

One of the vital blocks is the Buffer block which amplifiers the

differential signal (the difference of the main signal from the first stage signal). The transfer of signal by the buffer to the next level at a low and high precision time is one of the problems that, if solved, can take an effective step in ADC speed increase and it can have many applications. For this purpose the structure of Figure 8 is used.

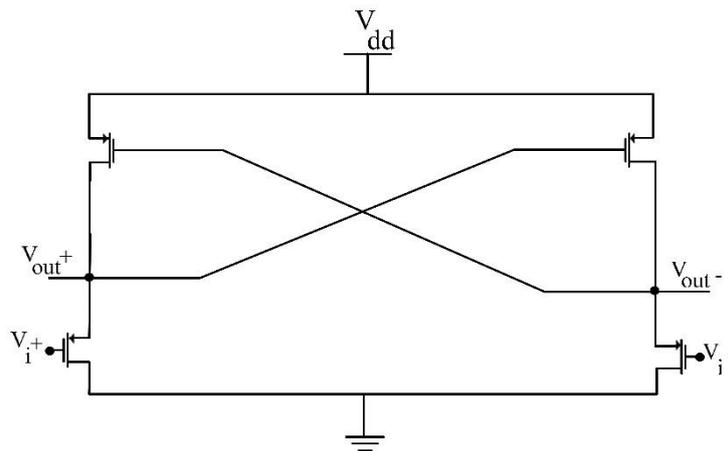


Figure 8. The proposed circuit for the buffer structure

### 2.3 Amplifier circuit

After extracting the second-stage bits, an amplifier is required to amplify the rest of the signal. 1 ns time is needed to amplify the signal. Looking at the conventional structures of amplifiers with precision, it can be seen that most of these structures use a negative feedback loop. Such amplifiers cannot operate at short time of about 1 ns because of the

limitations that Opamp creates. The only solution to achieve an amplified voltage in the short time of 1 ns, is to use an open loop amplifier. The most important issue associated with the use of loop amplifiers is their low accuracy. To solve this problem in the proposed circuit, a method is used to improve this accuracy. For this purpose, the Folded Cascade circuit whose input transistors are scaled is used. This circuit is shown in Figure 9.

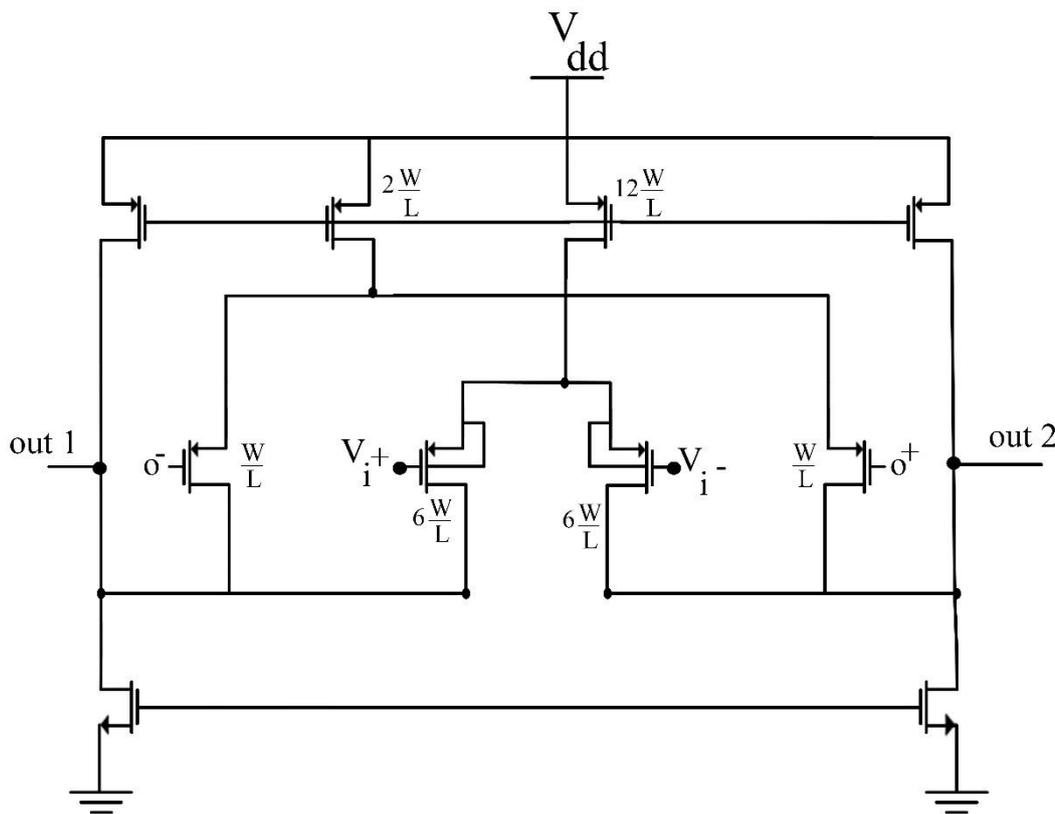


Figure 9. Proposed amplifier structure

#### 2.4. Flash ADC

In this structure, internal convertors are utilized as flash. In this convertor, a series of resistors creates comparative levels and a  $2^N-1$  comparator circuit compares the input signal with these voltage levels and generates a thermometer code for this signal. Thereafter, this thermometer code is converted to a binary code by a binary conversion circuit. Therefore, in this type of ADCs, the main factor in determining the speed and accuracy of

the circuit is the speed and accuracy of the comparator circuits used in the flash. For flash circuits design, we used method of reference [1]. Figure 10 shows the comparator circuit used in flash1. Figure 11 shows the comparator circuit used in flash2,3 and flash4. These comparator circuits consist of three stages, the first stage has the task of amplifying, and the second stage has the task of comparison, and the third stage is latch. On the other hand, the gain of Figure 10 is more than of Figure 11.

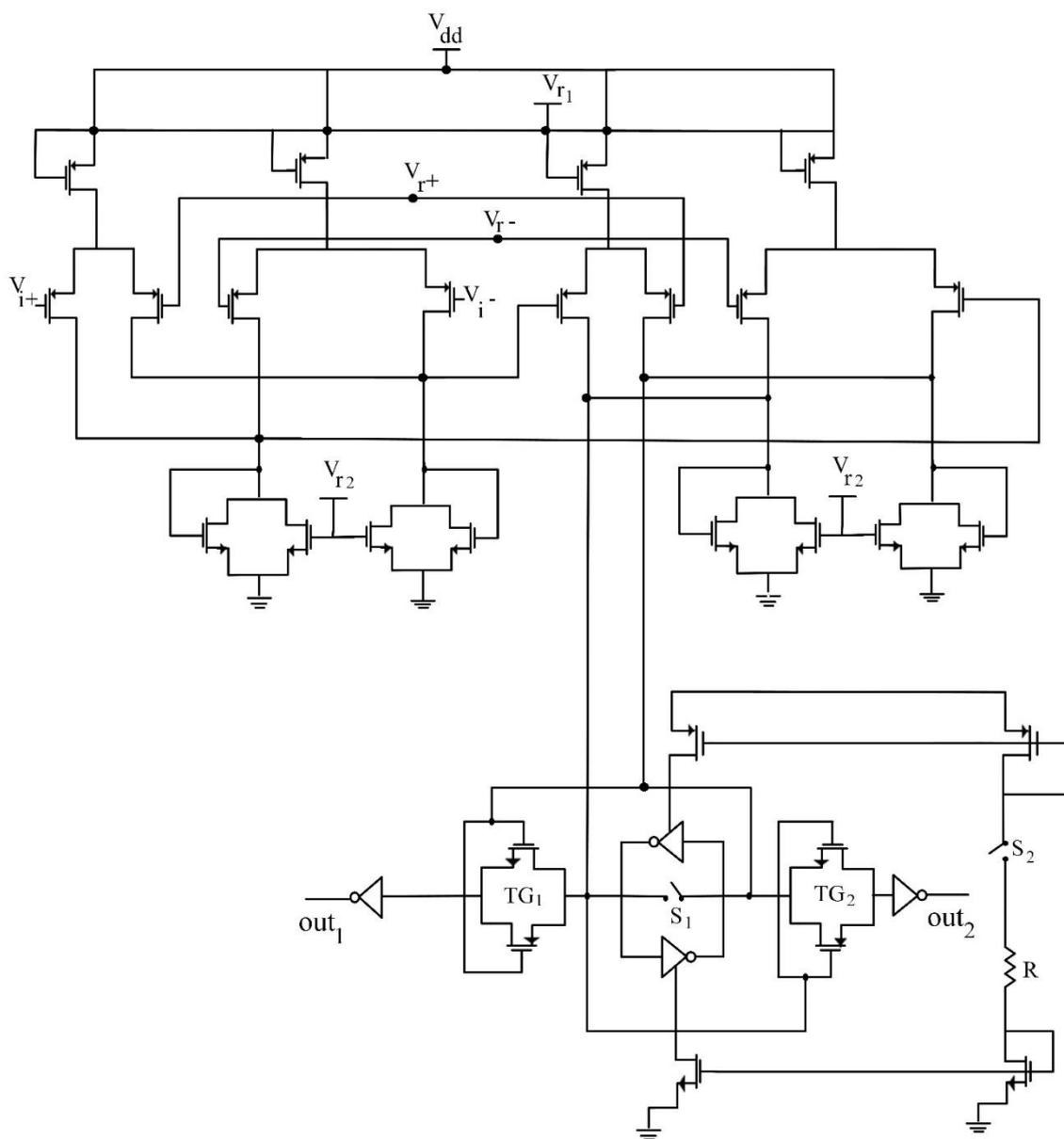


Figure 10. The comparator circuit used in the flash1 [1]

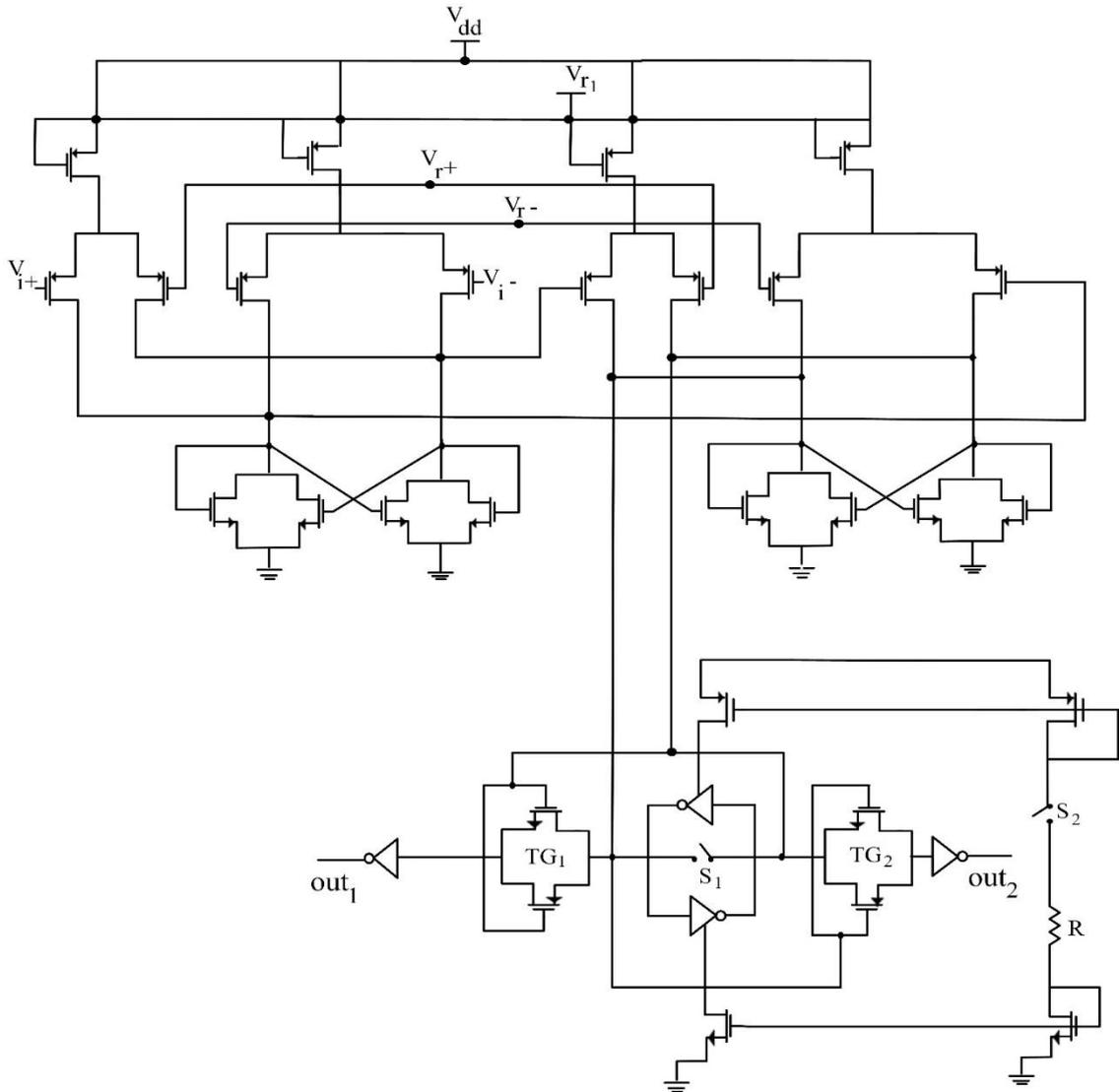


Figure 11. The comparator circuit used in the flash2,3 and flash4 [1]

In order to design binary conversion circuits of flashes, we used method of reference [1], In other words we used 4-bit binary conversion implementation method of reference [1].

### 2.5. Clock generation circuits

The clock required in ADC is the method of reference [1]. The difference is that, this Ring Counter is made up of two

flip-flops to be reset and one flip-flop to be set. On the other hand Ring counter Error Correction Circuit design for two flip-flops. The Ring Counter Error Correction circuit is shown in Figure 12. As in reference [1], In Ring Counter circuit for every clock, one of the outputs ( $\phi_0$ ,  $\phi_1$  and  $\phi_2$ ) must be '1' and the rest must be '0'. If this happens otherwise, the error correction circuit will fix it.

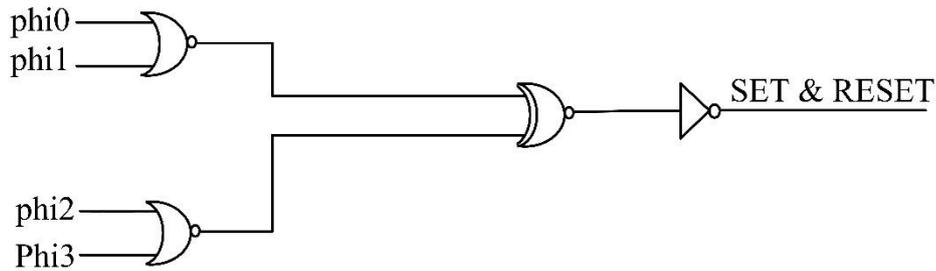


Figure 12. Ring counter Error Correction Circuit [1]

### 3. Simulation and results

After presenting the final block of the ADC convertor and related circuits which are completely new, this section first presents the simulation results of all circuits separately. Thereafter, the simulation results of the analogue to digital convertor are presented.

#### 3.1. S/H circuit

To bring the simulation results closer to the results of construction, two signals with close frequencies are used. Also if, with this operation, the SNDR output again has values below -80dB, as shown in Figure 13, the proposed circuit for S/H is well suited for the design of an ADC with a sampling rate of 350 MS/s.

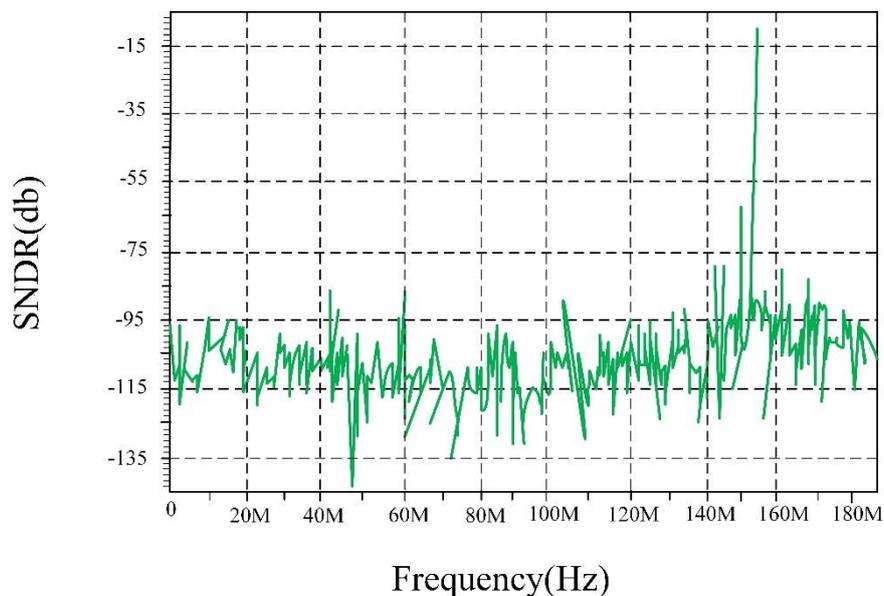


Figure 13. Output of SNDR.

### 3.2 Comparator circuit

As previously mentioned the comparator circuit can remove offset, it shown in Figure 14, the circuit offset disappears after several cycles and the circuit operates correctly. Also, based on the

simulations carried out, the proposed circuit can detect a voltage difference of 8 mV correctly at a clock frequency of 1 GHz (1 ns period, as shown in Figure 14). If at 1 GHz the comparator circuit can remove offset, then it is certain that it will not develop problem at 350 MHz.

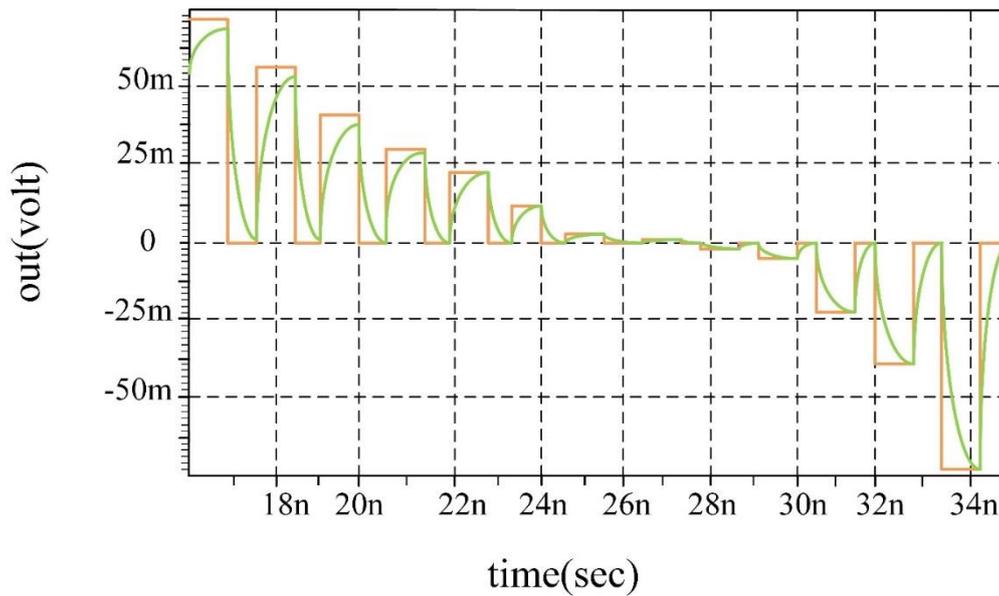


Figure 14. Comparison circuit offset after several cycles

The comparator circuits are tested in the worst conditions, such that a very large positive value is first applied to the comparator, followed by the application of a negative value (up to the LSB/2 level). The comparator should be able to identify this change correctly. In

the opposite case, the circuit must correctly detect the change of operation. In Figure 15(a), curves  $V_{in}$  are the inputs of Figure 7, and in Figure 15(b), curves output and inverse output are the outputs of Figure 7.

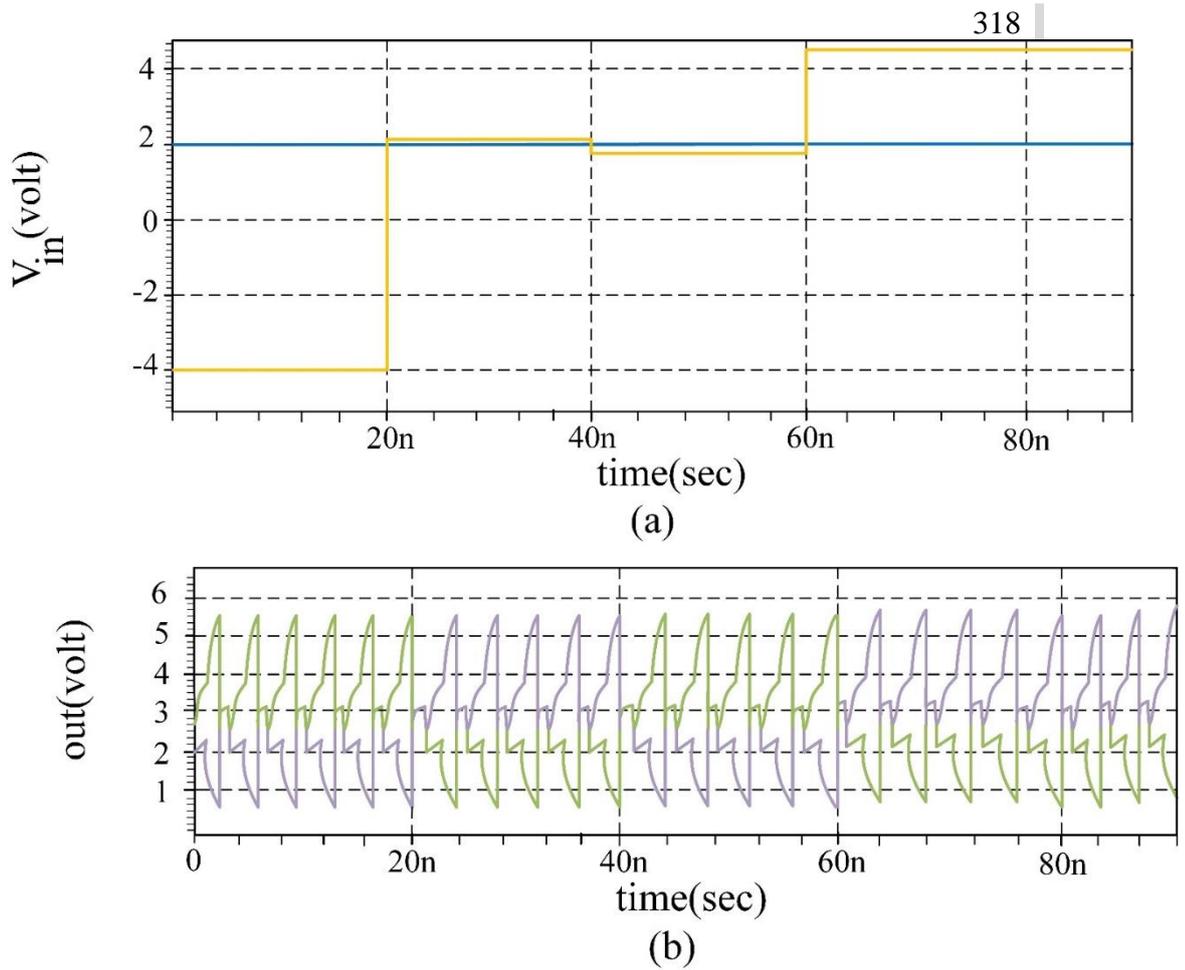


Figure 15. Results of comparator circuit, (a) inputs of Figure7 and (b) outputs of Figure7.

### 3.3 The buffer circuit

In order to simulate the buffer circuit, a load must be placed on its output. In this study, we considered the load capacitance equal to 1pF.

The proposed buffer (Figure8) has a precision unit rate of 1 GHz (it shown in Figure 16). It is also apparent from the figure that the -3 dB bandwidth is acceptable and can be seen to be above 1 GHz.

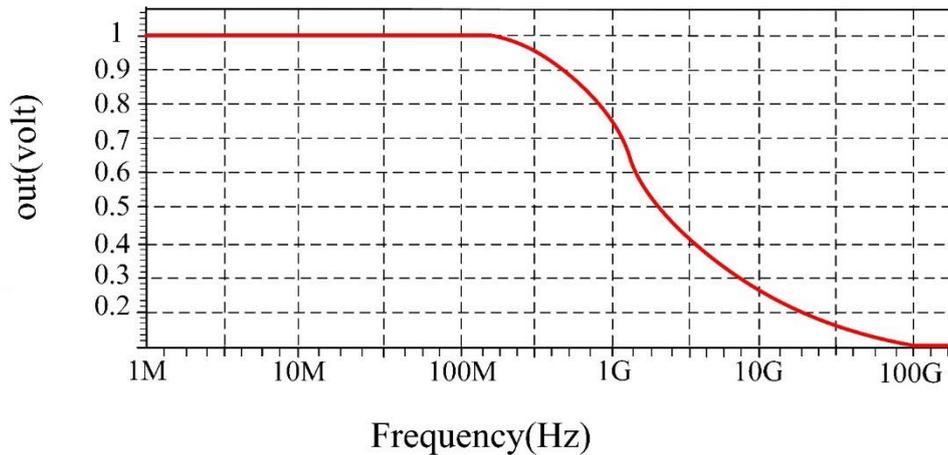
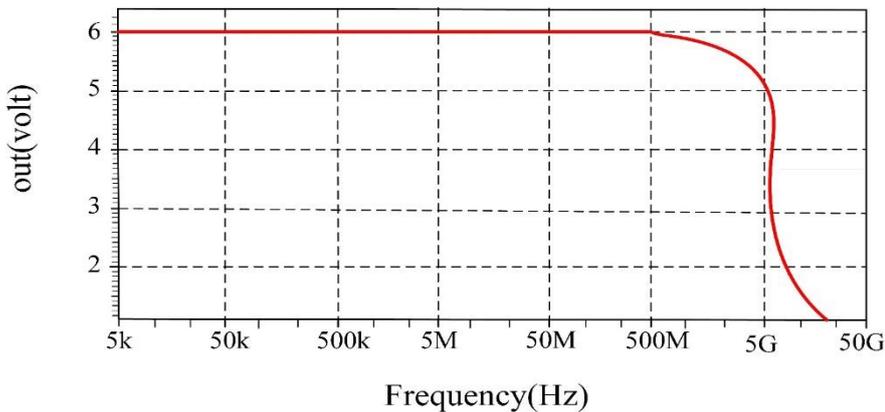


Figure 16. Proposed buffer output (Figure14)

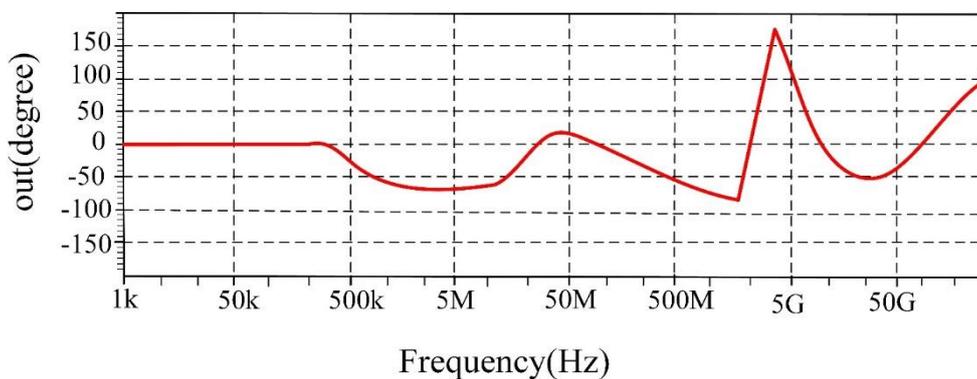
**3.4 Amplifier circuit**

Figures 17(a) and 17(b) shows the frequency responses of the gain stage (Figure 9) in the second stage. The circuit has a gain of 6V and the bandwidth or -3 dB frequency is 2.58 GHz. The circuit also has

better stability because Phase Margin is at a frequency of -3dB equal to 75 degree, which has the best stability. The important thing in Figure 17(a) is that the UGB of both stages of the amplifier, where the gain is equal to 1 or 0, is above 10 GHz and this shows the correct performance of the amplifiers.



(a)



(b)

Figure 17. (a) Gain (out(dB)) for Figure 9 of the second stage and (b) phase response(out(degree)) for Figure 9 of the second stage

**3.5. Flash ADC circuits**

As mentioned above, for the comparator circuit in flash1 used of Figure10 and for the comparator circuit in flash2,3,4 used of Figure11. These comparator circuits consist of three stages, the first stage has the task of amplifying, and

the second stage is the task of comparison, and the third stage is latch, On the other hand, the gain of Figure 10 is more than of Figure 11, which was predicted. The gain of Figure 10 shown at Figure 18 and the gain of Figure 11 shown at Figure 19.

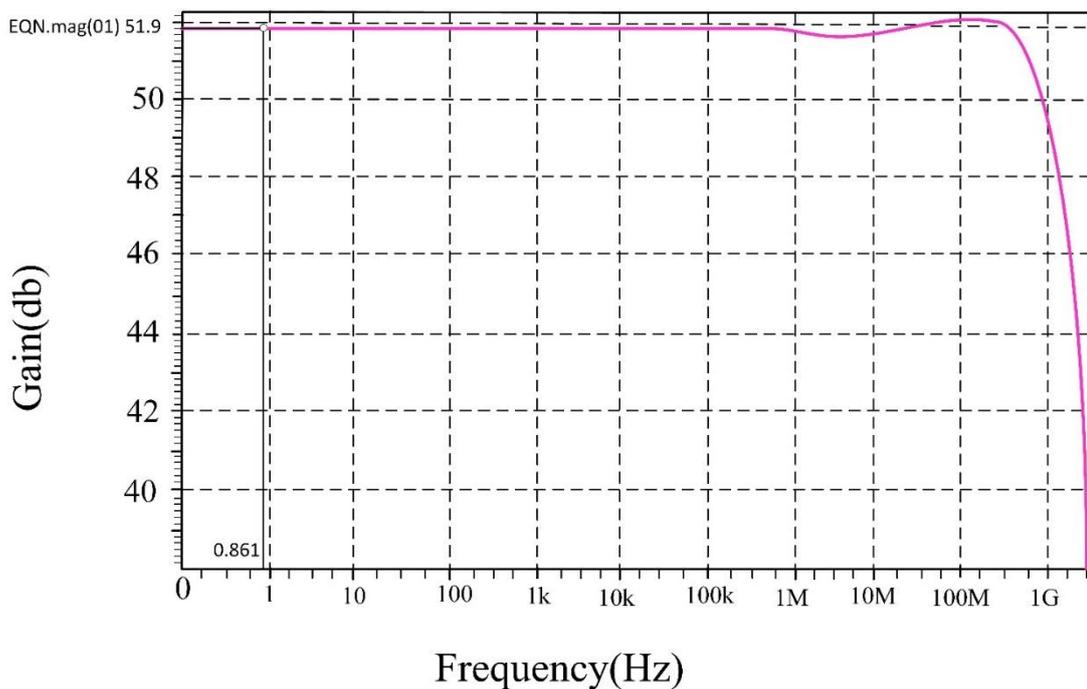


Figure 18. Gain (out (dB)) for Figure 10

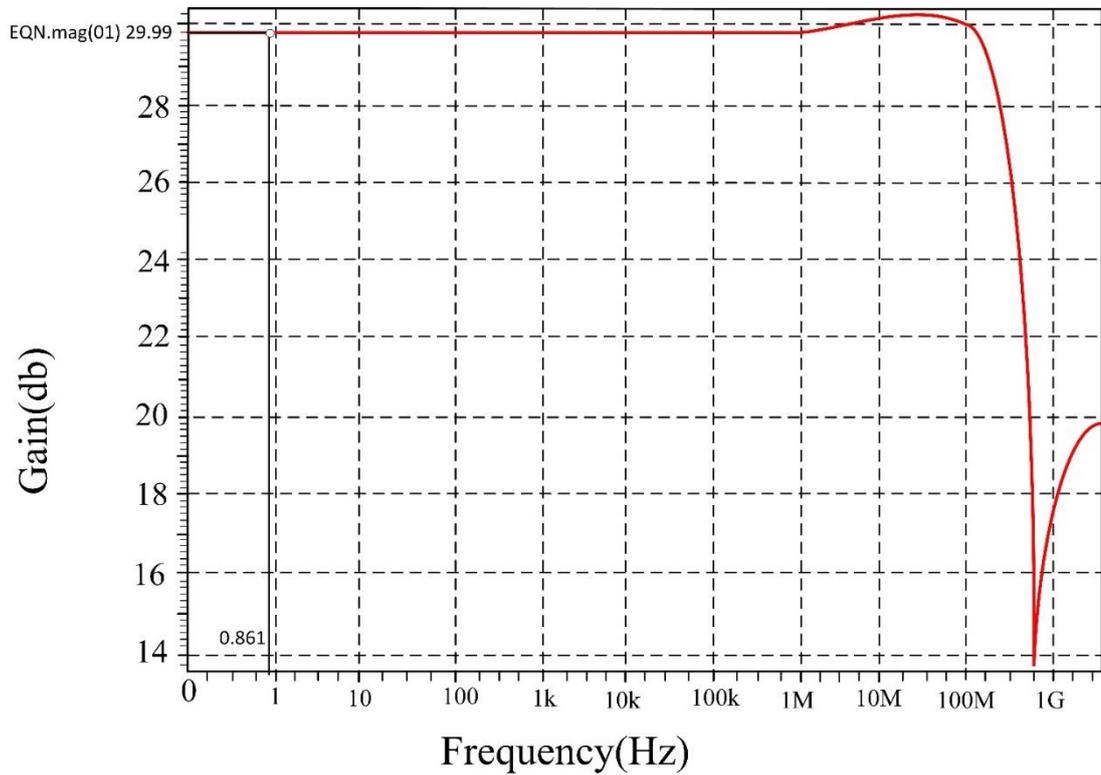
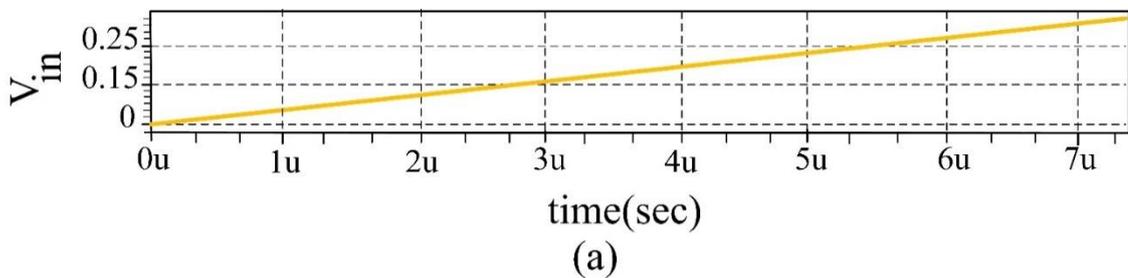


Figure 19. Gain (out (dB)) for Figure 11

The response of one of the 4-bit ADC flashes and the 3-bit ADC flashes

as an example to a slope input is shown in Figure 20.



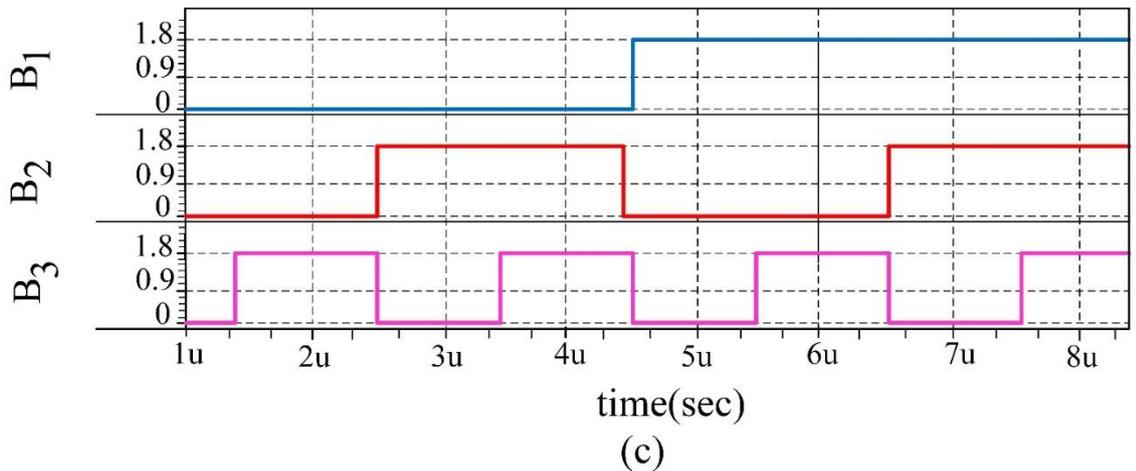
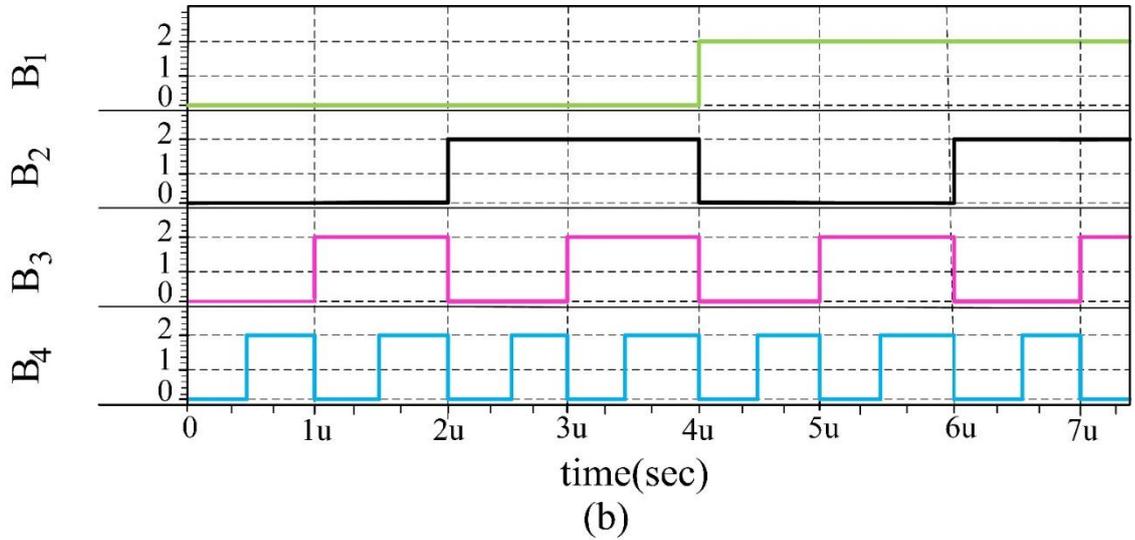


Figure 20. Output of flashes ADC (a) the input signal of 4-bits flash ADC and 3-bits flash, (b) output signals of 4bits flash ADC ( $B_1, B_2, B_3, B_4$ ), (c) output signals of 3bits flash ADC ( $B_1, B_2, B_3$ )

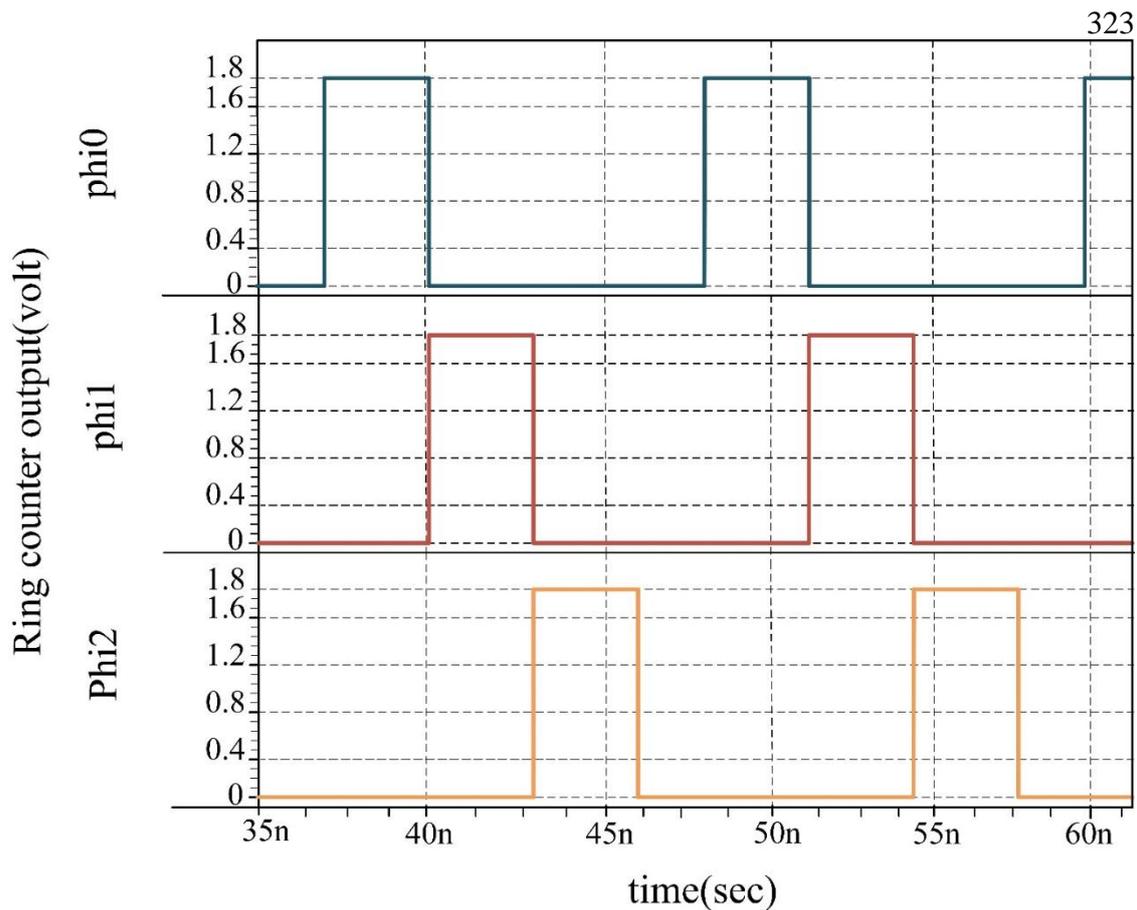


Figure 21. Output of ring counter circuit

#### 4. Conclusion

Since in pipeline analog to digital convertor is disappears about half of conversion time in the amplifier, so in this paper to increase the speed of convertor didn't use the amplifier for the first stage, and to transfer the data from the first stage to the second stage designed a buffer with gain very accurate unit that can transfer the data to the next stage at a low time with high speed and high accuracy. Given the lack of data amplification in first stage, the second stage requires a precision comparator

circuit that can detect offset without delay and eliminates it. So a new structure comparator and low power was designed. There is also another idea for further increase of the convertor speed, we designed the analog circuits with open loop structures, and so for the second stage an amplifier with a precision of 6, the open loop was designed. A new error correction circuit was designed for the Ring Counter. Since it is necessary for a 10-bit Pipeline ADC to have the S/H circuit having a minimum accuracy of 11 bits. Therefore,

the S/H circuit designed has a precision above 11 bits. A 10-bit pipeline convertor with sampling speed of 350 MS/s with 0.18  $\mu\text{m}$  TSMC technology was designed and simulated in this study. All internal circuits of this convertor were designed and their simulation results were presented separately. Finally, the overall simulation of the

ADC convertor was carried out and the results of the proposed simulation were: 10-bit resolution, sampling rate of 350 MS/s and power consumption of 75mW. All analyzes were also performed using the Hspice software in the 0.18  $\mu\text{m}$  process. In Table 1, the simulation results are compared with previous study.

**Table 1** comparison of the proposed ADC with previous work.

Speed (MHz)	Power (mW)	SNDR (dB)	SFDR (dB)	Bit	Process ( $\mu\text{m}$ )	Year	Ref
100	19.7	54.4	-	10	0.18	2018	[1]
50	0.826	57	61.8	10	0.13	2010	[17]
1000	1200	69	86	14	0.065	2014	[22]
500	950	52	78	14	0.18	2015	[23]
250	49.7	67	84.6	12	0.065	2015	[24]
250	120	74.4	87.1	14	0.018	2018	[25]
166	38.9	45.9	50	8	0.018	2017	[27]
250	28	61.84	78.2	10	0.018	2017	[28]
350	75	60.52	69.27	10	0.18	2018	This Work

## 5. References

- Rezapour, A., Tavakoli, M-B., Setoudeh, F. A new Approach for 10-bit Pipeline analog-to-digital convertor design based on 0.18 $\mu\text{m}$  CMOS Technology. *AEU-International Journal of Electronics and Communications*, 99 (2019) 299–314.
- Lv, J., Que, L., Wei, L., Meng, Z., & Zhou, Y. A low power and small area digital self-calibration technique for pipeline ADC. *AEU-International Journal of Electronics and Communications* 83 (2018): 52-57.
- Fatemi-Behbahani, E., Farshidi, E., & Ansari-Asl, K. (2016). Analysis of chaotic behavior in pipelined analog to

digital convertor s. AEU-International Journal of Electronics and Communications, 70(3), 301-310.

Yoshioka, Kentaro, Tetsuro Itakura, and Masanori Furuta. A/D convertor circuit, pipeline A/D convertor, and wireless communication device. U.S. Patent No. 9,608,657. 28 Mar. 2017.

Steensgaard-Madsen, J. (2016). U.S. Patent No. 9,331,709. Washington, DC: U.S. Patent and Trademark Office.

Correia, A. P. P., Barquinha, P. M. C., & da Palma Goes, J. C. (2016). Analog-to-Digital Convertor s. In A Second-Order  $\Sigma\Delta$  ADC Using Sputtered IGZO TFTs (pp. 49-56). Springer, Cham.

Cárdenas-Olaya, A. C., Rubiola, E., Friedt, J. M., Bourgeois, P. Y., Ortolano, M., Micalizio, S., & Calosso, C. E. (2017). Noise characterization of analog to digital convertor s for amplitude and phase noise measurements. Review of Scientific Instruments, 88(6), 065108.

Khorami, A., & Sharifkhani, M. (2016). High-speed low-power comparator for analog to digital convertor s. AEU-

International Journal of Electronics and Communications, 70(7), 886-894.

de Aguiar, J. D., Salinas, J. R., Lapuh, R., Méndez, A., Lagos, F. G., & Sanmamed, Y. A. (2016, July). Characterization of the amplitude frequency response of analog-to-digital convertor s. In Precision Electromagnetic Measurements (CPEM 2016), 2016 Conference on (pp. 1-2). IEEE.

Prakash, A. J., Jose, B. R., Mathew, J., & Jose, B. A. (2018). A Differential Quantizer-Based Error Feedback Modulator for Analog-to-Digital Convertor s. IEEE Transactions on Circuits and Systems II: Express Briefs, 65(1), 21-25.

Kiran, K. Ravi, et al. A 5-bit, 0.08 mm<sup>2</sup> area flash analog to digital convertor implemented on cadence virtuoso 180nm."Emerging Trends in Engineering, Technology and Science (ICETETS), International Conference on. IEEE, 2016.

Khalapure, S., Siddharth, R. K., & Vasantha, M. H. (2017, July). Design of 5-Bit Flash ADC Using Multiple Input

Standard Cell Gates for Large Input Swing. In VLSI (ISVLSI), 2017 IEEE Computer Society Annual Symposium on (pp. 585-588). IEEE.

Liu, D., He, L., Lin, F., Li, T., & Chou, Y. K. (2017). A Time-Interleaved Statistically-Driven Two-Step Flash ADC for High-Speed Wireline Applications. *Journal of Circuits, Systems and Computers*, 26(07), 1750118.

Sarkar, Sudipta, Yongda Cai, and Anubhav Adak. Two-Step Residue Transfer Technique for High-Speed Pipeline A/Ds. VLSI Design and 2017 16th International Conference on Embedded Systems (VLSID), 2017 30th International Conference on. IEEE, 2017..

Adimulam, M. K., Movva, K. K., & Srinivas, M. B. (2017, September). A low power, programmable 12-bit two step SAR-flash ADC for signal processing applications. In *System-on-Chip Conference (SOCC), 2017 30th IEEE International* (pp. 45-50). IEEE.

Ozeki, Toshiaki, Junichi Naka, and M. I. K. I. Takuji. A/D convertor including

multiple sub-A/D convertor s. U.S. Patent No. 9,559,711. 31 Jan. 2017.

Chun-Cheng Liu et al., A 10-bit 50-MS/s SAR ADC with a Monotonic Capacitor Switching Procedure. *IEEE Journal of Solid-State Circuits*, Vol. 45, NO. 4, April 2010 731.

Muratore, Dante Gabriel, et al. An 8-bit 0.7-GS/s single channel flash-SAR ADC in 65-nm CMOS technology. *European Solid-State Circuits Conference, ESSCIRC Conference 2016: 42nd. IEEE, 2016.*

Mei, F., Shu, Y., & Yu, Y. A 10-bit 150MS/S SAR ADC with a novel capacitor switching scheme. In *Computational Intelligence & Communication Technology (CICT), 2017 3rd International Conference on* (pp. 1-6). IEEE (2017, February).

Shu, Y. S., Kuo, L. T., & Lo, T. Y. (2018). A Hybrid Architecture for a Reconfigurable SAR ADC. In *Hybrid ADCs, Smart Sensors for the IoT, and Sub-1V & Advanced Node Analog Circuit Design* (pp. 79-97). Springer, Cham.

Buchwald, A. High-speed time interleaved ADCs. *IEEE Communications Magazine*, 54(4), 71-77 (2016).

Ali, A. M., Dinc, H., Bhoraskar, P., Dillon, C., Puckett, S., Gray, B... & Jeffries, B. (2014). A 14 Bit 1 GS/s RF sampling pipelined ADC with background calibration. *IEEE Journal of Solid-State Circuits*, 49(12), 2857-2867.

Huang, X., Fu, D., Hu, R., Pu, J., Shen, X., Li, J., & Li, L. (2015). A 14-b 500 MSPS Time-Interleaved Analog-to-Digital Convertor with Digital Background Calibration.

Boo, H. H., Boning, D. S., & Lee, H. S. (2015). A 12b 250 MS/s pipelined ADC with virtual ground reference buffers. *IEEE Journal of Solid-State Circuits*, 50(12), 2912-2921.

Wang, C., Wang, X., Ding, Y., Li, F., & Wang, Z. (2018, May). A 14-bit 250MS/s Low-Power Pipeline ADC with Aperture Error Eliminating Technique. In *Circuits and Systems (ISCAS), 2018 IEEE International Symposium on* (pp. 1-5). IEEE.

Roy, S., & Banerjee, S. A 9-Bit 50 MSPS Quadrature Parallel Pipeline ADC for Communication Receiver Application. *Journal of the Institution of Engineers (India): Series B*, 1-14 (2018).

Li, Fei. "1.5 bit-per-stage 8-bit Pipelined CMOS A/D Convertor for Neuromorphic Vision Processor." *arXiv preprint arXiv:1701.08877* (2017).

Fan, Q., Chen, J., Wen, X., Feng, Y., Tang, Y., Zuo, Z. & Ye, J. (2017). A low-power 10-bit 250 MS/s dual-channel pipeline ADC in 0.18  $\mu\text{m}$  CMOS. *Journal of Instrumentation*, 12(02), C02018.

SHA TAO, Power-Efficient Continuous-Time Incremental Sigma-Delta Analog-to-Digital Convertor s. *Universitetservice US AB, Sha Tao*, May 2015.

Jayesh L.V yas, Simulation of 3 bit Flash ADC in 0.18 $\mu\text{m}$  Technology using NG SPICE Tool for High speed Application. *IJSRD. International Journal for Scientific Research, Development\Vol,1,Issue2,2013*.

Andrew Masami Abo, Design for Reliability of Low-voltage, Switched-capacitor Circuits. Ph.D. thesis, University of California at Berkeley, 1999

**ERICH FROMM'S PERSPECTIVE ABOUT LONELINESS AND  
ITS OUTCOMES IN EDUCATION**Sahar Zabihidan<sup>1</sup>Babak Shamshiri<sup>2</sup>

**Abstract:** For many years, the human need for the group, social life, and the impact of this form of life on mental health and body have been discussed. This is said to be less about loneliness and the role played by human beings. Loneliness is a global issue experienced by all humans more or less and with their lives. In other words, many people with races, cultures, social classes, and at different ages and times each experience some kind of loneliness. It is true that human being is an absolute social being and we always hear from the benefits of communication and satisfaction from it. But this should not be overlooked by the constructive and positive aspects of being alone, especially in education systems; Hence, this article was conducted with the aim of examining the opinions and views of Eric Forum on loneliness and analyzing its consequences in education. This

research is part of qualitative research, which is done by analytical-deductive method. Findings indicate that Any social person with extensive communication does not necessarily have mental health; On the other hand, loneliness is not always a sign for malicious and anti-social characters, In other words, what is important is the difference between antisocial people and a group consciously choosing loneliness. Therefore, loneliness is an emotional feeling that in the case of balance, it can be constructive and lead to self-knowledge, the development of reflection thinking, self-consciousness and if it is to be extreme, there will be plenty of harm in the community, especially education systems.

**Keywords:** Erich Fromm, loneliness, positive and negative dimensions of loneliness, education system.

---

<sup>1</sup>- Ph.D Student of History and Philosophy of Education; Foundations of Education, Psychology and Educational Sciences, Shiraz University, Iran. Email: sahar.zabihidan@gmail.com (Corresponding author)

<sup>2</sup>- Associate Prof. of the Dept. of Foundations of Educational Psychology, Shiraz University, Iran. Email: babakshamshiri@yahoo.com

## Introduction

During the 20<sup>th</sup> century, the human life has undergone rapid and full-scale changes. It should not be forgotten that the social and human conditions of the past centuries have been simpler than today's conditions; thus, the issues are currently more complex and in need of more concentration. In other words, the wonderful nature of the social changes is constantly adding to the complexity and risks of the individuals' life conditions in various communities. These changes cause degrees of distrust, unrest, frustration and loneliness in nearly all individuals. Loneliness is a psychological and philosophical issue and a type of psychological harms that can actually initiate and become the starting point of other social harms; therefore, Asher and Paquette 2003, believe that loneliness can both be a life experience and a potential harm; so, loneliness is one of the complex psychological constructs that have always been discussed and investigated. At that time, loneliness was considered as a positive concept that was interpreted as an individual's voluntary withdrawal from the daily life engagements for reaching more sublime goals (like

contemplation, meditation and relationship with the God); but, nowadays, the psychological texts do not approach loneliness as a positive feeling, rather it is envisioned as a state wherein an individual perceives or experiences the absence of relationships with the others and it includes such primary and important elements like the undesirable feeling of the loss or absence of a companion, unpleasant and negative aspects of the lost relationships and losing the quality level of the relationship with the others (De Jong Gierveled, 1998, cited in Salimi, 2009).

Generally, there are few persons who have not experienced loneliness in a period of life even when it comes to the today's generation that, compared with the previous generations, enjoy increasingly more facilities and technologies; it is in such a way that some believe that a person's loneliness has taken a variegated manifestation due to modernism but, anyway, human beings are afraid of becoming lonely. As the founder of the humanist psychology, Erich Fromm realizes modernity as an inevitable process and a world-inclusive phenomenon that has presently captured the entire world because, as he opines, every society finds itself having given a

way to the modernity movement in its thoughts and ego exactly since the time it rejects the traditions as a model in its daily life. Thus, in Fromm's mind, human's feeling of loneliness in the today's world has been born of the modern world with all the consequences resulting thereof.

Ahmadi 2016, is of the belief that the industrial world and the machine life has inflicted many of the human beings with "loneliness" and "social alienation" and it does not have any special commonality with the virtuous and personal loneliness of the human beings the way it is viewed by a great many of the philosophers. Thus, loneness of the today's modern society, as the most prominent ethical characteristic of individualism, can be considered as the "ailment of the new life".

In Fromm's opinion, the mankind is always in pain for having a history of loneliness, isolation and insignificance. Thus, the humans' essential need is escaping from the isolation, creating sense of attachment and finding meaning for his or her life. On the one hand, the human beings have fought against the nature and the ossified systems for attaining freedom and, on the

other hand, these freedoms have led to a feeling of loneliness and severe isolation and, this way, the human beings make efforts, in the meanwhile, to escape such a freedom. Therefore, while fighting for freedom and autonomy, the human beings demand dependence and relationship with the others. The solution to get rid of such a duality of being simultaneously in need of freedom and relationship with others lies in the society's economic structure because, in a modern and capitalist society, the individual freedoms, making of free choices and individual responsibilities are underlined at the cost of deep feelings of isolation and loneliness. So, Erich Fromm knows capitalist society as a "sick society" in his book "The Sane Society" and believes that this society has afflicted the mankind with self-alienation and loneliness. He is of the belief that the society should be organized so that the social and amorous nature of the human beings cannot be separated from their social existence rather be somehow united with it. Hence, he believes in a completely humanist planning based on which an industrial society can be created that its center, focal point and destination are growth and perfection of the human beings and

not maximization of production and consumption.

According to the aforementioned materials and considering the course of modernity in Iran, we are condemned to think about our destiny in the light of modernity and, in fact, we should look at modernity as our definite fate; due to the same reason, since Fromm lived in a modern era of the west and he has coped with modernity and its outcomes years before us, he has been selected amongst the other thinkers in the present article so that his ideas and notions can be used for an investigation of industrial and modern society and also to analyze the contingent positive and negative results thereof. Put it another way, it can be stated that Fromm's perspective about loneliness stems from his subtle understanding of the conditions in the modern era of the west, to wit industrialization and modernity era; and, because we are now experiencing the conditions of the then western world, contemplation over Fromm's perspective can lead us to a better conception of our current status.

Since the social relations are centers of all humans' life, choosing loneliness as the focal point of the present study is not surprising. On the

other hand, considering the various outcomes of loneliness and the bilateral effects that it creates in various individuals and, subsequently, in various communities, the deep and scrutinizing investigation of this concept seems necessary. Thus, the present study aims at recognizing and understanding Fromm's perspective regarding loneliness. Also, the current research paper intends clarifying the outcomes of loneliness in education and upbringing. To put it another way, the present study seeks elucidating the relationship between education and loneliness according to Fromm's conceptualization thereof. On the other hand, the present study also tries identifying and elaborating the conceptual and fundamental basics of loneliness in Iranian culture for various reasons, including for the discrepancies existing in conceptualization of loneliness, especially due to the diversity of the cultures.

In a short glance at the efforts and plans offered for recognizing loneliness, the present study attempts taking another step forward for subtle and more comprehensive investigation, recognition and comprehension of this concept. On the other hand, considering

the prior efforts, the present article believes that “philosophical approach” to the issue, especially from the perspective of the existentialist philosophers and according to Erich Fromm’s ideas and notions, can cover the weak points of the prior studies and works to some extent and open a promising road to the better recognition of loneliness amongst the various social classes. Due to the same reason, efforts will be made herein to accomplish the aforementioned goals via finding answers to the following questions:

1) What are the concept and nature of human loneliness according to Erich Fromm?

2) What accomplishments will be made for education by Erich Fromm’s perspective?

### **Theoretical Foundations and Study Background**

It can be generally stated that loneliness has been and is the human beings’ global concern. Feeling of loneliness is an influential, pervasive and unescapable phenomenon that would afflict every human soul, disregarding age, race, gender, culture and social situation (Rokach, 2003; McLean,

2006). The gist of the philosophical schools’ words about loneliness is that the concept is the most essential part of the human nature and that the human beings are incumbently urged to face this nature under any circumstances. The ancient Greek myths till Aristotle’s mission and Plato’s conversations are all indicative of the idea that loneliness has been formed based on western thoughts from Hellenistic period to the modern era. Mywskwyech reveals in his book that how the human beings have always carried a feeling of deep loneliness and expressing this horrible feeling in various ways.

Experiencing loneliness is a global issue that all human beings have more or less experienced it and have had it accompanied their lives. In other words, many of the individuals from various races, cultures, social classes and in different ages and times each feel such loneliness (Berguno *et al.*, 2004). Based on existentialism, loneliness expresses the nature of a human being who has been born alone, lives alone and dies alone; therefore, this perspective concentrates on the idea that how individuals admit loneliness and live with it. Existentialists believe that the human beings are originally alone

because all human efforts for establishing relationship such as their use of verbal and nonverbal instruments would finally reach an end and all of us will be finally alone in the end of the day (Gifford-Smith and Brownell, 2003). Rahimzadeh *et al.*, 2012, showed in their study that although existentialist loneliness has always been investigated and measured since the first studies on loneliness till now in the texts and scales, they are most often proposed in the form of an independent concept that is structurally different from loneliness; or, it can be stated that it is felt under special conditions. In fact, the experts (for example Belcher, 1973; Mayers *et al.*, 2002; Ettema *et al.*, 2010) believe that the existential loneliness intrinsically exists in every individual and it is related to the mankind's fundamental feeling of loneliness; but, awareness of being lonely often comes about when an individual is in danger or faced with death.

Gottman 1997, applies social isolation as an equivalent to loneliness. Perlman and Peplau 1982, define loneliness based on the gap between the optimum levels and the existent levels of the individuals' social relations considering the qualitative and

quantitative aspects. In their mind, the premises of loneliness as well as the gap and distance between an individual's ideals (what s/he wants) and accomplishments (what s/he has gained) are laid on the foundation of the interpersonal relations and sincerities. The wider the gap and distance, the more the loneliness would be felt.

Generally, the majority of the recent definitions as an example (Bahr and Harvey, 1979; Chelune, Sultan and Williams, 1980; Saklofske *et al.*, 1986) have emphasized that loneliness is a negative emotional experience originating from the absence of relations or interpersonal communication conflicts based on which the individuals would feel insincerity in respect to one another. On the other hand, personality theoreticians are of the belief that loneliness is a fundamental anxiety that is obtained from the absence of sincere and close relationships with others. Perlman and Peplau (1979, cited in Saklofske *et al.*, 1986) have subsequently offered a definition of loneliness that has been agreed by the majority of the researchers. According to those definitions, it can be stated that loneliness is an unpleasant emotional experience gained following the

mismatch between the real interpersonal relationships and the individual's ideal relationships. Besides accentuating the emotional index of this concept, such a definition of loneliness also puts stress on the cognitive element, as well. The emotional aspect of loneliness entails quantitative or qualitative perception of the social relations in contradiction to what an individual expects (cited in Galanaki, 2004).

It is worth mentioning that although loneliness is influenced by objective and quantitative properties of the social relations like the frequency of the contacts or number of the friends, it is substantially influenced by the mental and qualitative evaluations of these relations such as the positive or negative appraisals, feeling satisfaction or dissatisfaction about the relations or the feeling of social agreeability or rejection. The evidences are also signifying the idea that the lonely and otherwise individuals do not differ much in terms of their daily activities or the amount of time they spend alone. Thus, loneliness is vividly distinct from the objective and visible state of physical aloneness or social isolation and solitude (Heinrich and Gullone, 2006). Loneliness is an unpleasant experience that might even

occur when surrounded by other individuals (Larson, 1990). But, aloneness or social isolation with its only property being the others' absence in the periphery of an individual (Horowitz and French, 1979) is pleasant to many of the people, especially when they need tranquility and concentration (Suedfeld, 1982, cited in Bedard *et al.*, 2005). It has to also be pointed out that solitude is an objective, purposive, useful and constructive demonstration of aloneness that can result in the fostering of creativity, contemplation on self, self-regulation, focus, thinking and identity formation (Buchholz and Catton, 1999) and it is completely necessary for perceiving the human personality if it is performed for deep meditation and revelation (Wayne Dayer, 2008). Generally, one substantial and important distinction between loneliness and social isolation is that the former is a conscious experience of the ego-dystonic type including a motivational dimension emitting from the desire in being with other individual(s) (Galanaki, 2004). To put it differently, in loneliness, disregarding an individual's being with and at the side of the others, s/he is found in urgent need for being with others (Mullins, Johnson and Anderson, 1987).

In distinguishing between aloneness and loneliness, this can be pointed out that aloneness or social isolation is a voluntary state controlled by an individual; solitude, as well, is a state of aloneness that points to a conscious choice; however, loneliness is an unwanted and involuntary solitude (Wikipedia, 2007).

It is also noteworthy that it is of great importance to investigate the effect of loneliness on academic achievement in education system. The research by Guay, Bovin and Hodgese indicated that loneliness influences the students' perceptions of self-efficacy; hence, it is considered as a negative predictor of academic achievement. There are other studies, as well (as a specimen Larson, 1999; Rotenberg and Morrison, 1993, cited in Heinrich and Gullone, 2006) expressing that loneliness leads to academic decline. Khayyer and Hossein Chari 2003, conducted a research for investigating the effectiveness of the loneliness conceptualized by Asher *et al.*, 1984, in Iranian students. The results signified the existence of negative and significant relationship between self-esteem and loneliness and insignificant relationship between loneliness and academic achievement. In the studies by Deppe 1987, as well, no significant

correlation was documented between loneliness and academic achievement; but, it was found out in the study by Ginter and Dwinell 1994, who examined the relationship between loneliness, self-esteem and academic performance that there is a negative relationship between loneliness and self-esteem and a positive relationship between loneliness and academic achievement and that loneliness explains about 24% of the variance.

It can be discerned according to the theoretical foundations and the prior research that loneliness would be followed by various outcomes. A vast spectrum of the social pains and psychological diseases like depression, anxiety, phobia, schizophrenia, paranoia, etc. or social deviations like violence, aggression, delinquency, addiction, suicide, etc. are all somehow related to the distantness from the norms and, finally, all these cases are somehow related to solitude and loneliness. All in all, the investigation of the prior studies indicated that occasional themes of human loneliness can be seen in all religions from both eastern and western parts of the world but it has not been dealt with in details; it is only that a small part of the various religions' theosophy

can be excluded for their expansion of such religious themes regarding the human loneliness and acquired results thereof. On the other hand, it seems that loneliness and feeling lonely have been less dealt with philosophically and the majority of the studies conducted in this regard have sufficed to the offering of the psychologists' perspectives. In addition, attentions have been predominantly directed in education to academic achievement and the negative and detrimental aspects of loneliness while, as it is believed by many of the thinkers and philosophers, loneliness is not only not detrimental in some occasions but it is also very much necessary. Moreover, the ideas and notions by such thinkers as Erich Fromm have been less frequently taken into account in Iran in such a way that he has not been given a specific niche in Iran's psychological faculties and there is no chair dedicated to the recognition of Fromm's perspectives and ideas. Thus, neutrality of the psychological departments and, sadder than that, the educational faculties has caused the Iranian university students not to come to the recognition of one of the most prominent psychological figures of the world; this is while Erich Fromm is

recognized as an influential psychologist in the global community and he is recalled as one of the most well-known and popular faces of psychology worldwide.

### **Study Method**

Generally speaking, methodology is the most important part of scientific and philosophical activities. The current research is a qualitative study in terms of its plan and it has been conducted based on analytical-inferential method. Study methods are in fact enumerated amongst the tools of attaining the truth. The study methods are numerous and each method helps the unraveling of the truth to some extent. In every research, the researcher tries selecting the best and the most appropriate method that is the one better assisting the researcher in comprehending the phenomena. Thus, the recognition of the existent realities, figuring out their interrelationships, better understanding of the subject and, resultantly, finding a better answer to the study questions and making sensible and logical conclusions necessitate the selection of a proper instrument and method.

The current paper is of the normative research type. In these types of study, it is endeavored to identify the goals, norms and standards for individual and social behaviors of the mankind based on which the human actions can be guided; to put it another way, in normative philosophies, guidelines are presented for indicating the way the teachers and instructors should and should not determine goals, contents and methods of education. So, the present article uses these notions by Erich Fromm to deduce implications for education and, then, pays attention to the positive and negative aspects of loneliness to offer appropriate solutions for finding a way to confront the concept in the members of the society. Furthermore, in regard of the information gathering method and tool used in the present study, it has to be stated based on the raised questions and the article's subject that the study takes advantage of document and evidence investigation method because, as believed by Maykut and Morehouse 1994, this method enjoys more comprehensiveness and objectivity in comparison to the other qualitative methods (Bagheri, 2011).

## **Discussion and Investigation**

Erich Fromm is a theoretician who found a new base in social psychoanalysis, culture and personality, in anthropology, psychology, philosophy and critical and radical sociology, especially in regard of social changes and construction of the future human-oriented communities. The important index of this base is his human-oriented perspective. The special aspect of Fromm's humanism is the recognition of the role and importance of human being in the process of society and history formation. In his normative humanism, he seeks establishing a type of society for the human beings who get involved therein in discovering the perfection path and meaning of the universe so that they can eventually learn love and perfection. There is no doubt that every thinker's thoughts stem from his or her basics, presumptions or the subjective principles s/he has learnt before or has had them intrinsically institutionalized in him or her or has assumed them in a default manner. Erich Fromm, as well, is not excluded from this axiom in his offering of his ideas and notions. He has been impressed by many philosophers, psychologists and thinkers before him,

like Spinoza, Marx, John Dewey and Freud. The philosophers and scientists who have given color to Erich Fromm's ideology and such great figures as Plato, Aristotle, Epicurus, Spinoza, Spenser, Immanuel Kant, Friedrich Nietzsche and, even, Stirner and, finally, Marx, Freud and Dewey can be pointed out amongst them have risen up from various, occasionally paradoxical, horizons. Keeping all these in mind, it seems that Fromm, with his deep respect for the pioneers of the global civilization, has made a lot of efforts not to remain bound to a given school and, contrarily, deal, in what expressed by the great wayfarers of the path of truth, with those parts forming the main body of his humanist mindset; this has caused various epithets to be given to Fromm in such a manner that he is sometimes called a "revisionist Freud", sometimes a "humanist socialist", sometimes a "revisionist", sometimes "social scientist", sometimes "an idealist bourgeoisie" and sometimes an "individualist liberal".

Generally, Fromm works in psychology but with inclinations towards sociology. Like Aristotle, he sees mankind as an essentially social animal that needs relationship with the

other human beings and with intrinsic virtues and faculties. He generally accepts Freud's essential observations and has also been influenced by Hegel and Marx and believes that the human history is a story of efforts made for freedom but he does not unduly follow any of these masters in any of the fields and tries opening a new way through criticism and deductions to offer a maximally new vision and leave the ivory tower of the theoretical systems to be amidst the people.

Considering all the aforesaid materials, Fromm is a thinker who is mostly famous as a social-psychological theoretician. Fromm's intellectual content is, for its most substantial part, comprised of not believing in the idea that the human personality has been formed by the cognitive-biological forces featuring instinctive nature and that it is flexibly guided by these forces. He imagined that the human personality is deeply influenced by social, economic, political and historical forces and believed that sick society fosters sick people. In opposing Freud, Fromm does not realize sexual factors as the force primarily shaping normal or neurotic behavior rather he knows human personality as being controlled by social

and cultural forces both of which impact the individuals within the framework of culture and global forces that have influenced the mankind in the course of history. In fact, his goal is devising a theory about the various human desires stemming from the humans' existential conditions by believing in the idea that an individual creates his or her own nature. Fromm was of the belief that we should investigate the history of the mankind so that we can understand and realize such creation.

Important and independent subjects can be observed in the investigation of Fromm's ideas and notions, including human beings' radical efforts and conflicts for obtaining freedom with such interpretations as escape from freedom, human beings' psychological mechanisms for retrieving security, human beings' psychological needs, constructive and non-constructive manners, human being's nature and so forth; but, the main subject of all Fromm's writings is that an individual feels loneliness and solitude in this world because s/he has been separated from his or her nature and such solitude and loneliness cannot be seen in any other living being or animal. Fromm flourished the theory that the more the

human beings attain more freedoms the more they will feel lonely. This way, freedom becomes a negative attribute that should be avoided. Thus, to Fromm, the world and the destiny of the mankind is the very epic of Prometheus in his human chains and efforts for relieving oneself from his constraints. The story of mankind's life in the one-hundred-year history of his history, meanwhile retelling a constant endeavor for supplying himself with his preliminary needs, is a painful story for escaping his loneliness and isolation. In Fromm's opinion, the mankind has always been in a man-too-man fight with an essential paradox in the entire course of history. This paradox lies in the idea that the human beings are intrinsically lonely creatures while being also a part of the whole universe. He knows that he is willingly or unwillingly alone in resolving the essential problems of his own and his fellow mankind's life. He also knows that he is the one who should eventually make all the decisions and judgments alone and he is also aware that he is after all related to the nature and the other humans and that his felicity or misery is incumbently directly related to the nature and type of the relationship he would establish with the other people.

Fromm's perspective is valuable in that he believes in the veracity of his knowledge and human wisdom and considers mankind as the absolute goal of human efforts and he only assesses the previous and present schools with the touchstone that how much they have been effective in solidifying the human position and sublimation of the mankind's honor, integrity and perfection; thus, Erich Fromm's ideology can be essentially termed humanist and altruist. In 1964, Fromm believed, according to his optimistic approach towards the human nature in his book "the heart of the man, its genius for good and evil", that the mankind is not a part of the nature like other animals for his enjoyment of knowledge, awareness, intelligence and ability of overcoming the nature; in fact, he held that the mankind goes beyond the nature hence, although being exposed to the natural principles and regulations, he cannot change them and finds oneself in a state of wandering and solitude; due to the same reason, the mankind has been saved of the preliminary dependency on the nature which is a characteristic of animal life and he is informed of his loneliness and separation, inability and ignorance and also of his sudden death

and birth for his possession of wisdom and thought.

On the other hand, Erich Fromm did not realize the needs mankind has been conditioned on them as the only coercive part of the human nature. He believed that the other part of the human needs depends on his relatedness to the outside world and avoidance of loneliness and that it, instead of being based on the body actions, is rooted in the essence of the human life's method and action. The result of the complete loneliness and separation would be psychological distress the same way that hunger leads to death. It is also important to state that, in Fromm's opinion, relationship with others does not mean physical contact because an individual may spend years in loneliness and still be connected to the thoughts and values or, at least, the social organizations granting it a sense of "attachment and communion". On the other hand, an individual may live amidst the people and yet find oneself defeated by a feeling of absolute separation that, if exceeding a certain limit, would result in dementia represented by schizophrenic disorders. Thus, in his book "the art of loving", Fromm calls the absence of relationship

with the values, signs and organizations as an “ethical loneliness” and believes that ethical loneliness is as intolerable as physical aloneness; or, better said, aloneness only surpasses the tolerance limits when ethical loneliness is latent therein. In other words, the mankind always fears loneliness and, amongst various kinds of loneliness, ethical loneliness is the most dreadful one. In fact, we have been made for social contact and, lacking a sufficient amount of it, we would be inflicted with malign consequences exposing our life to threat; we would lose our psychological balance and we will be afflicted with physical decline.

Undoubtedly, this unending discussion will not be terminated with the readers’ familiarization with Erich Fromm’s ideology and upon finishing the reading of this article and the riddle of loneliness and its various related aspects, as well, can never be completely resolved in the form of a mathematical and/or scientific equation as long as human beings live on earth. However, the present article might incite a thousand thoughts for resolving this puzzle and shed light from various angles on this complex problem for those interested in loneliness and having

figured out the vital importance of this phenomenon in life.

### **Conclusion**

It is now for years that there are speeches made about the humans’ inherent need for group, social life and the effect of this form of life on the mental and physical health whereas loneliness and its role in life have been less frequently discussed; thus, the present article was conducted with the objective of investigating Fromm’s ideas and notions about loneliness. The results of these investigations indicated that loneliness is composed of two paradoxical dimensions: 1) the detrimental aspect of loneliness that expresses the beliefs of many of the psychologists about loneliness. Such a problem is known in the USA as “loneliness epidemy”; on the other hand, England appointed a new minister under the title of “Loneliness Affairs Minister” who, as England’s prime minister puts it, is responsible for investigating the “bitter reality of the modern life”, to wit loneliness. In Fromm’s opinion, the contemporary human being has become forlorn in the face of modernity and socioeconomic forces created by he

himself the same way that the primitive human being was defeated and shelterless before the power of nature; due to the same reason, loneliness is the sad reality of the modern life to many of the individuals, especially the Iranian people. Based on such a belief, loneliness is harmful to the healthiness of the psyche and mind. The results of the extensive research show that the detrimental loneliness can be accompanied by numerous psychological problems like depression, paranoia, social anxiety and personality disorder. 2) The constructive aspect of loneliness has been expressed by many of the philosophers many of whom consider loneliness as a positive concept that is necessary in many of the cases. For instance, everybody may occasionally want to be alone because they can do their tasks with a higher precision and concentration when they are alone; they would reach a higher deal of creativity and they can better drive away their negative and stressing thoughts.

Although loneliness can be followed by some advantages and benefits for the mankind, it is not always devoid of disadvantages. As it was mentioned, some consider loneliness

pleasant and some others see it irritating; disregarding these two conflicting feelings, the basic concept and axiom is directed at the idea that continuation of loneliness can be accompanied by many risks and harms. To put it another way, loneliness can lead to depression, anxiety, isolation and so forth and, at the same time, it can foster growth, self-consciousness, self-esteem, creativity, facilitation of self-reflection, self-regulation, identity formation, mindfulness, thinking and learning (Heinrich and Gullone, 2006). Of course, the emergence of the side effects of loneliness is often not selective rather these side effects are imposed on the individuals. The important thing here is making a distinction between antisocial individuals and the group that consciously chooses loneliness. In fact, the individuals who fear appearing in the society have a sort of disorder that can be accompanied by serious outcomes like violence, aggression and depression; this is while loneliness is recounted as an option for the opposite group and this is a choice providing them with an opportunity to think. In fact, to these individuals, loneliness is a chance of dealing with personal or desired tasks. The thing that is of importance here is the

awareness of the issue that not every social person with vast communications and relationships is necessarily mentally healthy; on the other hand, loneliness is not always a sign indicating the antisocial personalities.

One of the most important indices of Aristotelian ethics and, subsequently, philosophical ethics is the golden moderation and/or middle-way theory. Pointing to an inscription in Delos Island in his *Nicomachean Ethics*, Aristotle expresses the history of tendency towards middle way and moderation in ancient Greece as follows: “the more beautiful thing is the one featuring higher moderation and fairness”. According to moderation theory, the criterion for virtuousness is that the human beings should observe the middle way in every action and stay away from deficiency and extremity that are both deemed as inferiority. It can be stated based on Aristotle’s theory that loneliness is a feeling that, if balanced, can be constructive and result in self-knowledge, fostering of contemplative thinking, self-discovery and self-awareness and, if going to extremes, it would be followed by many adverse effects.

It can be generally stated that the thing effective in the corroboration of social interactions and controlling loneliness is related to the teaching and learning of life techniques and skills and the more an individual becomes versatile and competent in this area the lesser s/he would be likely to become alone. Therefore, to reach the intended balance, students would need learning of the loneliness skill and the quality of taking advantage of constructive loneliness; furthermore, instructing the solutions and methods of coping with the detrimental type of loneliness at schools is necessary. Therefore, the spaces in schools and education systems should be in such a way that the students can learn social skills so as not to become loners preferring isolation and solitude. Fromm was of the belief that education system of a great many of the communities should be metamorphosed because he believed that a large part of the today’s world distress is the product of ill education systems. Since the results of some studies regarding the positive effect of loneliness on academic achievement such as (Ginter and Dwinell, 1994) have caused worries in the educational systems, it is necessary for the teachers of schools and education officials to take

a long leap towards the optimum use of positive aspects of loneliness and devising solutions for reducing its detrimental effects so that the riddle of loneliness can be best recognized and exploited the same way and as much as Aristotle knew virtuousness as the middle way of deficiency and extremism.

According to the fact that learning communication techniques is the most important indicator in strengthening the social interactions, it can be stated that the individuals lacking such a capability will be always prone to loneliness. Cutrona 1986, expressed in a study that the individuals feeling loneliness and experiencing a limited network of friendship are found with social skill deficits more than the others. In other words, the individuals with loneliness, limited friendly relationships and lack of self-confidence will have their abilities downgraded in symbiosis with the others and the establishment of a sincere relationship between the teacher and the students in group activities can usually unravel and fortify this skill in them; therefore, the schools and education systems should endeavor to provide the students with the ability to experience cooperation, symbiosis and

human right via allowing them perform various group activities so that they can figure out why it is important to observe one another's rights; that is because understanding such an important issue would corroborate sense of duty in them.

Generally, children's friendships with others become as important as their familial relationships when they reach school age. Children are thirsty of being accepted amongst the others of the same age. As an Islamic thinker, Qazzali adopts a completely intellectual and inherent look at friendship. He realizes friendship as being inherent in human beings and believes that the humans love the thing contributing to their survival and perfection. Thus, before and more than any other thing, the human community needs peace, altruism, cooperation, tolerance and openness to criticism that should be nurtured since childhood, particularly at schools; it is also notable that many of the possible harms can be prevented while preserving friendship and sincerity, as necessities of the adolescence, thereby to minimize the harms of such friendships via teaching the life skills, including the ability of saying "No" and, especially, exhibition of "decisive behavior", to the students.

Erich Fromm has always expressed his dissatisfaction of the systems individually imposed by the closed, predefined and non-creative educations system onto the children. That is because, as believed by Fromm, the activities that are creative, group-based and lacking compulsory assignments can strengthen compliance, interaction and mutual understanding between students, teachers and their families. It can be stated based on this perspective that one shortcoming of the current education system is that the students are evaluated by obligatory assignments and negative competitions with one another. This method of assessment is faulty in that the weak students would feel after a short while that they cannot prove a reasonable presence in the classroom so they would lose their motivation for making efforts and prefer to stay away from their classmates and this instigates negative loneliness in them. Based thereupon, offering effective strategies for preventing academic failure and fighting with loneliness via paying attention to individual differences and creation of motivation in the classroom seems necessary.

Another effective way for increasing the mental health in the society and reducing loneliness is creation of happiness in schools. As an important social institution, schools can bring more happiness to the society via setting the grounds and programs. If the zeal for living is fortified in school, it will spontaneously influence the school. Happy persons have control of their lives and they are hopeful, far-sighted, purposive and responsible and approach life more positively and remain robust as mountain in confrontation with problems and hardship. Psychologists know happiness and joyfulness as propellers of the human activities and, subsequently, realize happy society as a successful one. Creation of identical opportunities for all the students and their being accepted by the others of the same age are amongst the other indicators of happiness and prevention of the emergence of loneliness. Therefore, firstly families and secondly other institutions like schools as well as the other cultural-religious institutions are amongst the organs that can cause the expansion of happiness and creation of happiness and joy in the society. Since everyone is well-aware of the role of the teachers and schools, therefore, it is via establishing

bonds and keeping balance between these three important elements and creation of a happy school that we can remain hopeful in rearing of healthy and efficient individuals for a successful society.

As it was mentioned, some philosophers are of the belief that loneliness, though being a painful experience, can cause growth and consciousness in the individuals and it can also be envisaged as a potential for their healthiness following which the ground is paved for the establishment of a subtle and meaningful relationship with others (Nilsson, Lindstrom and Naden, 2006; Yalom, 2018). In fact, the existentialist researchers posit the existence of such loneliness under the title of “privacy” wherein the individual devotes some time to oneself away from tumult and social pressures and demands and gets involved in performing things s/he is interested in or fostering his or her intellectual and mental power (Nilsson et al, 2006 and Long *et al.*, 2003). Therefore, schools and, subsequently, teachers should value the positive aspect of loneliness because this aspect of loneliness can cause an increase in the creativity and learning in younger ages. The lonely children would more engage

in the discovery of their peripheral world and they are usually found with more knowledge as compared to their busy counterparts. Thus, in order to be able to correctly take their growth stages from the childhood to adulthood, individuals should be provided with more free time during childhood so that they can corroborate their creativity, curiosity and thinking. In fact, failure in acting freely and being forced to perform all their life affairs based on predetermined programs, the children would not be able to blossom all their internal abilities in a complete manner.

In other words, while loneliness can be severely frustrating and unpleasant, guiding the children on such occasions towards the use of their imagination and mental faculties would fortify creativity in them. In fact, constructive loneliness increases the chance to learn, leads to the individual’s better understanding of the self and helps everyone more carefully look at inside oneself and the exterior world following which they would become inclined towards novel works and new experiences; but, nowadays, due to the development and advance of the instruments, mass communication instruments and, in one word, modernity,

children's access to these instruments has become easier and there is left no time for them to activate imagination and creativity. Thus, it is better if schools could dedicate some time to such activities as painting, multi-individual, group and highly active games and so on because these activities set the ground in them for growth and improve their imagination power.

In the end, according to all the above-mentioned materials and based on the investigation of Erich Fromm's perspectives and notions, it can be stated that Fromm has offered a unitary interpretation of the interaction between the mankind and the community. He has made us aware of the mutual and constant effects of cultural, social, economic and psychological factors on the human nature possibly more than any other theoreticians. Disregarding the credibility or otherwise of his interpretations and specific renderings to everyone, Fromm has shown it to us that the human beings are not exclusive product of a single collection of forces rather they are products of the mutual effects of various forces and events. He has forced us to go beyond the boundaries of a study field and he has continuously instigated us to actualize

the perfection and fostering of a more human society and pay attention to the unpleasant outcomes of not doing so. This way, his efforts, no matter what effects they would bring about, expand well beyond the psychoanalysis or psychology and incorporate a vast spectrum of social issues that have drawn everybody's attentions. We are living in a community that many of its essential values should be revised so that it can be rendered consistent with the variable world. Thus, the study and investigation of all Fromm's works is suggested to everyone for the emergence of a world that can be governed by the sound human love.

### **Acknowledgement**

The authors thank all to their families, husband and dear teacher Doctor Babak Shamshiri for their kind cooperation in this study.

### **References**

Abedi, A., and Tabrizizadeh Esfahani, R. (2015). Comparative evaluation of Aristotlean moderation theory and Islam's ethical theory. *Seasonal journal of the philosophy of religion*, 11(4).

- Ahmadi, Babak. (2015). *Meaning of modernity*. 9<sup>th</sup> Edition, Tehran, Markaz.
- Ahmadi, Babak. (2016). *Modernity and critical thinking*. 10<sup>th</sup> Edition, Tehran, Markaz.
- AmirMahallati, Mohammad Ja'afar. (2018). *Friendship as an ideology*. 1<sup>st</sup> Edition, Tehran, Hermes.
- Arjomand, Elham. (2008). *A glance at Erich Fromm's notions*. Afarinesh Newspaper, Part Five.
- Asher, S. R., & Hymel, S., & Renshaw, P. D. (1984). Loneliness in children. *Child development.*, Vol. 55, pp. 1456-1464.
- Asher, S. R., & Paquette, J. A. (2003). Loneliness and peer relations in childhood. *Current Directions in Psychological Science.*, Vol. 12, No. 3, pp. 75-78.
- Bagheri, Khosrow., Sajjadiyeh, Narges and Tavassoli, Tayyebah. (2011). *Approaches and methods of in the study education philosophy*. 1<sup>st</sup> Edition, Tehran, cultural and social research center of the ministry of science, research and technology.
- Bahr, H. M., & Harvey, C. D. (1979). Correlates of Loneliness among widows bereaved in a mining disaster. *Psychology Reports.*, Vol. 44, pp. 367-385.
- Bedard, Luke., Deziel, Joseph and Lamarche, Luke. (2015). *Social psychology*. 2<sup>nd</sup> Edition, tr. Hamzeh Ganji. Tehran, Savalan.
- Belcher, M. J. (1973). The measurement of loneliness: A validation of the Belcher Extended Loneliness Scale (BELS). *Unpublished doctoral dissertation, Illinois Institute of Technology*.
- Berguno, G., & Leroux, P., & McAinish, K., & Shaikh, S. (2004). Children's Experience of Loneliness at school and its Relation to Bullying and The Quality of Teacher Interventions. *The Qualitative Report.*, Vol. 9, No. 3, pp. 483-499.
- Bochensky, A. M., and Khorasani, Sh. (2005). *Contemporary European philosophy*. 3<sup>rd</sup> Edition, Tehran, scientific and cultural publication center.

- Buchholz, E. S., & Catton, R. (1999). Adolescents Perceptions of aloneness and loneliness. *Adolescence.*, Vol. 34, pp. 203-213.
- Chelune, G. J., & Sultan, F. J., & Williams, C. L. (1980). Loneliness, Self-Disclosure and interpersonal affectiveness. *Journal of Counseling Psychology.*, Vol. 27, pp. 462-469.
- Cutrona. (1986). Objective determinate of perceived social support. *Journal of personality and social psychology.*, Vol. 50, pp. 349-355.
- Dayer, Wayne. (2008). *Ten secrets for success and internal peace*. 1<sup>st</sup> Edition, tr. Elham Bahrami Raad. Tehran, Pol.
- De Jong Gierveled, J. (1998). A review of loneliness: Concept and Definitions, Determinants and Consequences. *Reviews in Clinical Gerontology.*, Vol. 8, pp. 73-80.
- Deppe, H. J. (1987). Loneliness and Self-Esteem as Related to Academic Achievement and Gender in College Students. Oklahoma State University. *eArchve@Oklahoma State University*.
- Ettema, E. J., & Derksen, L. D., & Leeuwen, E. N. (2010). Existential loneliness and End-of-Care: A systematic review. *Theoretical Medicine and Bioethics.*, Vol. 31, pp. 141- 169.
- Fromm, Erich. (2011). *Psychoanalysis and religion*. 3<sup>rd</sup> Edition, tr. Arsen Nazariyan. Tehran, Morwarid.
- Fromm, Erich. (2012). *Man for himself: a research on psychology of ethics*. 5<sup>th</sup> Edition, tr. Ali Akbar Tabrizi. Tehran, Behjat.
- Fromm, Erich. (2015). *The crisis of psychoanalysis*. 10<sup>th</sup> Edition, tr. Akbar Tabrizi. Tehran, Firouzeh.
- Fromm, Erich. (2015). *The lost language*. 10<sup>th</sup> Edition, tr. Ebrahim Amanat. Tehran, Firouzeh.
- Fromm, Erich. (2016). *Psychoanalysis and Zen Buddhism*. 3<sup>rd</sup> Edition, tr. Nasrollah Ghaffari. Tehran, Behjat.
- Fromm, Erich. (2016). *The revolution of hope*. 7<sup>th</sup> Edition, tr. Majid Rowshangar. Tehran, Morwarid.

Fromm, Erich. (2017). *Escape from freedom*. 18<sup>th</sup> Edition, tr. Ezzatollah Fouladvand. Tehran, Morwarid.

Fromm, Erich. (2017). *Healthy society*. 8<sup>th</sup> Edition, tr. Akbar Tabrizi. Tehran, Behjat.

Fromm, Erich. (2017). *The man, its genius for good and evil*. 13<sup>th</sup> Edition, tr. Giti Khoshdel. Paykan.

Fromm, Erich. (2018). *May man prevail?*. 10<sup>th</sup> Edition, tr. Ezzatollah Fouladvand. Tehran, Morwarid.

Fromm, Erich. (2019). *The art of loving*. 33<sup>rd</sup> Edition, tr. Pouri Soltani. Tehran, Morwarid.

Fromm, Erich. (2019). *To have or to be*. 17<sup>th</sup> Edition, tr. Akbar Tabrizi. Tehran, Firouzeh.

Galanaki, E. (2004). Are children able to distinguish among the concepts of aloneness, loneliness, and solitude?. *International Journal of Behavioral Development.*, Vol. 28, No. 5, pp. 435-443.

Ghabezi, F., Pakdaman, Sh., Fath Abadi, J., and Hassanzadeh Tavakkoli, M. R. (2016). Spiritual-religious loneliness: constructing and validating a scale for assessing the positive and negative aspects of loneliness. *Seasonal journal of psychology and religion*, 8(1).

Ghana'at Pisheh, A. Z. (2006). Comparing the effect of individual competition, individual effort and group competition on academic achievement. *Seasonal journal of education*, 21(1).

Ghashgha'ei, T., and Atrak, H. (2014). Investigating and criticizing Erich Fromm's perspective about the human's inclination towards religion. *Seasonal journal of religious thought, Shiraz University*, 13(2).

Gifford-Smith, M. E., & Brownell, C. A. (2003). Childhood peer relationships: Social acceptance, Friendships and peer networks. *Journal of School Psychology.*, Vol. 41, pp. 235-284.

Ginter, E. J., & Dwinell, P. L. (1994). The Importance of Perceived Duration: Loneliness and Its Relationship to Self-Esteem and Academic Performance. *Journal of College Student*

*Development.*, Vol. 35, No. 6, pp. 456-460.

Gottman, J. M. (1997). Toward a Definition of Social Isolation in Children. *Child Development.*, Vol. 48, pp. 513-517.

Goutak, Gerald L. (2017). *Philosophical schools and educational notions*. 16<sup>th</sup> Edition, tr. Mohammad Ja'afar PakSeresht. Tehran, Samt.

Guay, F., & Boivin, M., & Hodgese, V. E. (1999). Predicting change in academic achievement: A model of peer experiences and Self-System processes. *Journal of Educational Psychology.*, Vol. 91, No. 1, pp. 105-115.

Heinrich, L. M., & Gullone, E. (2006). The clinical significance of loneliness: A literature review. *Clinical Psychology Review.*, Vol. 26, No. 6, pp. 695-718.

Heinrich, Miziac. (2000). *The history and schools of psychology*. tr. Ahmad Rezvani. Mashhad, Astan-e-Ghods-e-Razavi.

Hooman, H. A., Ahadi, H., SepahMansour, M., and Sheikhi, M.

(2011). Modeling loneliness based on spiritual wellbeing's structure, self-efficacy and satisfaction of life. *Seasonal journal of psychological research*, 2(7).

Horowitz, L. M., & French, R. D. (1979). Interpersonal problems of people who describe themselves as lonely. *Journal of Consulting and Clinical Psychology.*, Vol. 47, pp. 762-764.

J. F. Neller. (2017). *Getting familiar with education philosophy*. 12<sup>th</sup> Edition, tr. Dr. Fereydun Bazargan Dailamghani. Tehran, Samt.

Jahanbaglou, Ramin. (2018). *Iran and modernit: conversations with Iranian and foreign researchers about Iran's confrontation with the accomplishments of the modern world*. 5<sup>th</sup> Edition, tr. Hossein Same'ei. Tehran, Qatreh.

Karimi, Yousef. (2017). *Personality psychology*. 3<sup>rd</sup> Edition, Tehran, Virayesh.

Khalaj, T. (2015). Influence of society from the perspective of Fromm. *Bagher Al-Olum research center*.

Khayyer, Mohammad and HosseinChari, Mas'oud. (2003). Investigating the efficiency of a scale for assessing loneliness in the guidance school students. *Journal of social and human sciences, Shiraz University*, 19(1).

Kho'einejad, Gh. R., Raja'ei, A. R., and Mohebb Raad, T. (2008). The relationship between the perceived children upbringing style and the loneliness of the adolescent girls. *Seasonal journal of knowledge and research in applied psychology*, 9(34).

La'alifaz, A., Askari, A. (2009). Predictability of the perceived children upbringing styles and demographic variables based on loneliness of the girl students. *Seasonal journal of psychological health principles*, 10(1).

Larson, R. (1990). The solitary side of life: An examination of the time people spend alone from childhood to old age. *Developmental Review.*, Vol. 10, pp. 155-183.

Long, C. R., & Seburn, M., & Averill, J. R., & More, T. A. (2003). Solitude: An Exploration of Benefits of Being Alone.

*Journal for the Theory of Social Behavior.*, Vol. 33, No. 1, pp. 21-44.

Long, C. R., & Seburn, M., & Averill, J. R., & More, T. A. (2003). Solitude Experiences: Varieties, Settings, and Individual Differences. *Personality and Social Psychology Bulletin.*, Vol. 29, No. 5, pp. 578-583.

Marshal, Cathrine and Russman, Gretchen. (2017). *Qualitative research method*. 5<sup>th</sup> Edition, tr. Ali Parsa'eiyani and Sayyed Mohammad E'erabi. Tehran, cultural research office publication.

Mayers, A. M., & Khoo, S. T., & Svartberg, M. (2002). The Existential Loneliness Questionnaire: Background, Development, and Preliminary Findings. *Journal of Clinical Psychology.*, Vol. 58, No. 9, pp. 1183-1193.

Mazidi, Mohammad. (2016). *Advanced research method (Ph.D course lesson manual)*. Shiraz University, psychology and educational sciences faculty.

McCuary, John. (1999). *Existential philosophy*. 1<sup>st</sup> Edition, tr. Mohammad

Sa'eid Hana'ei Kashani. Tehran, Hermes.

Mclean, R. (2006). Build social network for lonely singles. *Social Loneliness*. [www.cyberparent.com/you.htm]. (05/20/2006).

Mesbah, A., and Mohiti Ardakan, M. A. (2012). The investigation of the anthropological basics of Erich Fromm's perspectives. *Journal of philosophical cognizance*, 8(3).

Mosta'an, Mahtab. (2008). *Soren Kierkegaard, "the theosophist thinker"*. Tehran, Porsesh.

Mullins, L. C., & Johnson, D. P., & Anderson, L. (1987). Loneliness of the Elderly. The impact of family and friends. In Hojat, M., & Crandall, R. (Eds), *loneliness: Theory, Research, and Applications* (pp.89-104). Newbury park, California: sage publishing.

Nilsson, B., & Lindstrom, U. A., & Naden, D. (2006). Is Loneliness a psychological Dysfunction? A literary study of the phenomenon of loneliness. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*., Vol. 20, No. 1, pp. 93-101.

Paul Sartre, Jean. (2018). *Existentialism and human originality*. 16<sup>th</sup> Edition, tr. Mostafa Rahimi. Tehran, Niloofar.

Perlman, D., & Peplau, L. A. (1982). *Loneliness: A Sourcebook of Current Theory, Research and Theory*., New York: Wiley.

Rahimzadeh, S. (2011b). Existentialist loneliness questionnaire: findings, grounds and early expansion. *Seasonal journal of evolutionary psychology: Iranian psychology*, No.24.

Rahimzadeh, S., Bayat, M., and Anari, A. (2010). Loneliness and social self-efficacy in adolescents. *Seasonal journal of evolutionary psychology: Iranian psychology*, No.22.

Rahimzadeh, S., Pour E'temad, H., Asgari, A., and Hojjat, M. (2012). Conceptual basics of loneliness: a qualitative research. *Seasonal journal of evolutionary psychology: Iranian psychology*, 8(30).

Rokach, A. & et al. (2013). Cancer patients, their caregivers, and coping

with loneliness. *Psychology, Health & Medicine.*, Vol. 18, No. 2, pp. 1-10.

Rokach, A. (1996). The subjectivity of loneliness and coping with it. *Psychological Reports.*, Vol. 79, pp. 475-481.

Rokach, A. (2001). *Perceived causes of loneliness: A crosscultural comparison*. Retrieved December 3, 2008, from [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_qma3852/is-200/01/ai-n8945437](http://findarticles.com/p/articles/mi_qma3852/is-200/01/ai-n8945437).

Rokach, A. (2003). Causes of Loneliness of Those Afflicted with Life-Threatening illnesses. *Social Behavior & Personality.*, Vol. 31, No. 7, pp. 663-674.

[[http://findarticles.com/p/articles/mi\\_qa3852/is\\_/ai\\_n9216845](http://findarticles.com/p/articles/mi_qa3852/is_/ai_n9216845)]. (05/20/2006).

Rouznahan, David and Seligman, Martin. (2017). *Abnormality psychology: psychological pathology*. 17<sup>th</sup> Edition, tr. Yahya Sayyed Mohammadi. Tehran, Arasbaran.

Sa'eidi, H., Dortaj, F., and Salimi, A. (2016). The relationship between resilience and loneliness with academic self-efficacy of the high school boy

students from Baneh County. *Seasonal journal of educational psychology, Islamic Azad University, Tonekabon Branch*, 6(2).

Saklofske, D. H., & Yackulic, R. A., & Kelly, I. W. (1986). Personality and Loneliness. *Personality and Individual Differences.*, Vol. 7, pp. 899-901.

Salimi, A. (2009). *Causal model of the antecedents and outcomes of loneliness*. MA dissertation, Shiraz University.

Schultz, Devon P. (2000). *Personality theories*. 1<sup>st</sup> Edition, tr. Yousef Karimi. Tehran, Arasbaran.

Schultz, Devon P., and Schultz, Sydney Allen. (1997). *The history of modern psychology*. 3<sup>rd</sup> Edition, tr. Ali Akbar Saif. Tehran, Roshd.

Shamlou, Saeid. (2013). *Schools and theories in personality psychology*. 9<sup>th</sup> Edition, Tehran, Roshd.

Shamshiri, Babak. (2007). *Education from the perspective of love and Gnosticism*. 1<sup>st</sup> Edition, Tehran, Tahouri.

- Shokouhi, Gholam Hossein. (2000). *Basics and principles of education*. 11<sup>th</sup> Edition, Mashhad, Astan-e-Ghods-e-Razavi.
- Sullivan, H. S. (1953). *The Interpersonal Theory Psychiatry.*, New York: Norton.
- Tahmasebiyan, K., Anari, a., and Salehi Sedghpour, B. (2010). The direct and indirect effects of social self-efficacy in adolescents' loneliness. *Journal of behavioral sciences*, 3(2).
- Vahedi, Sh., Fath Abadi, J., and Akbari, S. (2011). Mediatory pattern of emotional and social loneliness, spiritual wellbeing, social distantness and depression of the girl university students. *Seasonal journal of applied psychology*, 4(4).
- Wikipedia. (2007). *Loneliness*. The free encyclopedia. [[http:// www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)]. (05/19/2006).
- Wolf, David. (2008). *Psychology of religion*. 2<sup>nd</sup> Edition, tr. Mohammad Dehghani. Tehran, Roshd.
- Yalom, Erwin. (2018). *Existential psychotherapy*. 10<sup>th</sup> Edition, tr. Sepideh Habib. Tehran, Nay.
- Yaspres, Carl. (2015). *The wisdom's passageway*. 2<sup>nd</sup> Edition, tr. Mahbod Irani Talab. Tehran, Qatreh.
- Yousefi, Naser. (2014). *Recognizing Erich Fromm with an emphasis on child and children education*. 1<sup>st</sup> Edition, Tehran, Markaz.
- Zaighami Mohammadi, Sh., and Tajwidi, M. (2012). The relationship between spiritual health and frustration with social skills of the adolescents with thalassemia major. *Seasonal journal of modern healthcare, Medical Sciences University, Birjand Branch*, 8(3).
- Zarnaghash, M., Gholamreza'ei, S., and Sadeghi, M. (2017). Codifying a model of loneliness based on coping strategies, spiritual wellbeing, depression and life satisfaction in teh daughters of the war-injured fathers. *Seasonal journal of psychological methods and models*, 7(26).

Zibakalam Mofrad, Fatemeh. (2008).

*Evolutionary trend of philosophical  
thoughts in the west.* 1<sup>st</sup> Edition, Tehran,  
Tehran University

**VALIDITY AND TIME OF CONTRACTUAL OBLIGATIONS  
ARISING FROM COMPENSATION IN IRAN AND BRITISH LAW**Ali Asghar Kargar<sup>1</sup>Mozafar Bashokouh<sup>2</sup>Mansour Eshghpour<sup>3</sup>

**Abstract:** Three ways to enforce the same obligation are to terminate and pay damages in respect of the guarantee of contravening contractual obligations in common legal systems, although the primacy of these compensatory methods varies from one to another in each system. In England, four types of damages are foreseen for breach of contractual obligations: compensatory or remedial damages, recovery or restitution, nominal damages, and punitive damages. Recovery damage is assessed with two predicted damages and repossessing damages. The moral damage is also in the category of compensatory damages, but it has its own rules. In Iranian law, the law expresses some conditions, barriers, and forms of damages. Items such as loss, existence of causality, certainty, predictability, and directness as other

conditions involved in creating the right to claim damages are raised by legal theory. Applied issues such as the compensation criteria are also not a specific place in the legal system of Iran. Limitations on damages, including unlikeness, discounting theory, the involvement of the injured party in Cairo's rights in England, have been developed to identify each of the criteria and criteria for evaluation; in the Iranian legal system, Cairo's power is explicitly stated in the law. And other cases have been raised more and more in legal theory. The incomplete and disproportionate expression of the rules governing the compensation of Iranian law as well as the necessity of achieving a comprehensive military system in this regard, taking advantage of the theoretical and practical experience of the English law, is an essential

---

<sup>1</sup> M.A student, Department of Law, Germe Branch, Islamic Azad University, Germe, Iran

<sup>2</sup> Assistant Professor, Department of Law, Ardabil Branch, Islamic Azad University, Ardabil, Iran. \*Corresponding Author Email: [m.bashokouh39@gmail.com](mailto:m.bashokouh39@gmail.com).

<sup>3</sup> University Instructor, Department of Law, Germe Branch, Islamic Azad University, Germe, Iran.

requirement for the present study.

**Keywords:** Compensation, Contract Violation, Compensatory Damage, Expected Damage, Retirement Damage

## Introduction

Commitment is a legal relationship whereby a person is required to transfer and surrender property or work or refrain from doing anything else. In contractual obligations, the rule of will is accepted as a principle and is based on the legal obligations of the basis of the obligation, rule of law, and "misplacedness". The impossibility of fulfilling the obligation may be due to the law, and if the impossibility of implementation is temporary or exists between the commitment and execution time and then resolved, it will not lead to the cessation of the commitment. Ensuring commitment to fulfill obligations is one of the factors convincing individuals to conclude a contract because, according to the wisdom and rationale of the intellect, the person who does not trust the adherence to the commitment to the contract does not conclude a contract. Even in the

assumption of doubt, the wisdom rules that when it concludes a contract, it is committed to comply with the obligations of the contract of guarantee.

The contract is a credit that is created on the will of both parties. This has led to an analysis of this phenomenon not so easy. Because the creative will of the parties is not the only source of analysis of the contract, there are also requirements for lawmakers and legal principles that indicate the conditions for the validation of legal practice. There is no doubt that the custom in regulating legal relations is not dependent on the analysis of lawyers and is based on his own needs. Accordingly, the study of the role of the committed person in the validity and execution of the contract is not a forbearance and it usually happens. Therefore, it was necessary to evaluate its nature and validity by analyzing what happens in the custom and its application to the principles and rules of law.

One of the main conditions that the legislator has for the parties to the contract and the subject of discussion in this study is the ability to commit this feature both during the stage of contracting and in the implementation phase, and maybe in the absence of the

contract canceled Given the fact that the contracts are voluntary agreements between individuals and non-financial affairs, the authorities consider the principle of the correctness and implementation of the contracts in terms of the support of contractors. Individuals could contract and contract, in addition to general publicity for the implementation of contracts, have a specific occupation due to the nature of the contract or transaction. In other words, the obligation to be bound by the obligation must be a kind of connection and affiliation, because Pledged

It is committed to the commitment and is committed to fulfilling its obligation, not its own ability.

Although in the general rules of contracts and in the context of the contracting terms, the ability to commit as one of the components of the validity of the contract is not mentioned, however, its value is less than some of the conditions mentioned in Article 190 of the Civil Code. The significance of the issue appears where the commitment of the obligated party is stipulated in the contract or the committed character of the obligated party is of great importance and, on the other hand, since, whenever

a person undertakes, he implicitly exercises his power and ability Confesses to its implementation, and if the committed pledge is also willing to pay, it is, of course, implicit on the basis of this confession, and therefore, if after the conclusion of the contract in such a manner the ability to commit to the implementation of the problem encounters, it may be shaken in The origin of the obligation is to question the validity of the agreement in terms of doubt in principle.

### **1. The basis and the precise contractual obligations**

Commitment is a legal relationship whereby a person is obliged to transfer and surrender property or work or to refrain from doing any work, whether it is an agreement or an obligation or a voluntary obligation. Commitment has two basic pillars: the subject matter of the commitment and the parties to the commitment. The subject of the obligation must be certain, has a tax, can be surrendered and is not false. It is not possible to imagine a commitment without commitment and commitment, since it must be determined who is committed to whom it is required

to perform the obligation, and when these two traits (dying and mediation) are accumulated in one person, the obligation is void (Amir Mo'azi, 1391, 65).

*-The attributes of commitment are:*

1- Commitment is a legal relationship that arises between individuals and is relative.

2- Commitment is mandatory and binding.

2. Commitment means a specific financial commitment, although commitment to its general concept encompasses all human relationships, but in a specific sense, it is obligatory to refer to the transfer of property or the performance of a business involving a financial relationship.

### **1.1. The boundaries of committed commitment and determination of the affected party.**

The bounds of committed commitment are considered to be a standard impediment, that is, in the event of an accident, the ability of a normal person to be considered and applied accordingly. Therefore, according to

Articles 224 and 225 of the Civil Code, the appropriate criterion is conventional human power and the impossibility of executing a contract, the original source of the exemption owes its commitment to duty and responsibility, and shows that the owed is not entitled to punishment and has not committed a fault. With the incident and the impossibility of the implementation of the contract, the obligations arising out of the contract are eliminated, and the result of this is the exclusion of each of the two sides against the other, and it can be said that it is committed in losses in the contract and committed in an unconditional contract to the detriment of the pledge, The existence of a contract intrinsically means the elimination of the obligation and their dependence, since each of the voters is a different cause, except for the cases specified by the law. In contracts the subject of which is an action or a certain gain, the obligation of the other party is canceled by the impossibility of fulfilling the obligations of each party, because the nature of the contract is subject to the necessity of this action, and whenever the subject of the contract is the same, Submission is due to property (Kazemnezhad, 2010, 49).

## 1.2. Conditions relating to the subject of the contract

A contract is enforceable in which the property or object is of a qualitative nature. This description can be summarized as follows:

The subject matter of the contract must be available at the time of the contract, it is transferable, specified and specified, can be surrendered and surrendered, and finally the transferor must be responsible. Now we examine each of these cases (Babaei, 2007, 79):

A) Availability at the time of the contract: When the subject of the contract is the transfer of the property, if this property is something specific or so-called "definite", it must be available at the time of the contract. Otherwise the contract will be null and void. It is not necessary to observe this condition for things that are general.

B) Taxation: The purpose of taxation is that the subject of the contract should be economic exchange. The subject of the contract may be tax-exclusive to the parties to the contract and considered to be non-taxable for others.

C) Transferability: the subject of the contract must be legally (and lawfully)

transmitted, then the purchase and sale of the materials, The drug or alcoholic beverage or weapons (except in authorized cases) or prohibited books or urban land (except in the cases specified in the law) as the subject of the contract.

E) It is known and certain: the subject matter of the contract must be "determined" in terms of gender and quantity, and the contract subject should not be one of several things without "determination".

C) Ability to Submission and Submission: Time can be used to finance the subject of the contract, so that the property can be surrendered to the other. This capability may be due to its ability and power to surrender. This attribute must be searched in each item according to the existing and existing custom and the characteristics and characteristics of each specific commitment.

(Iv) The carrier's role: the person who transfers something to someone should have the necessary authority to do so. It means either owning or owning the owner.

## 2. Damages caused by non-fulfillment of obligations and methods of dealing with it

When it undertakes to refrain from fulfilling its obligations, two issues are raised, one is the issue of fulfilling the principle of obligation, the other is the issue of compensation for failure to perform or delay in fulfilling the obligation. For these two problems, various solutions can be predicted in the contract (Isanlou, 2011, 55):

*Firstly: To do the matter on behalf of the pledged party:*

In this case, the sponsor undertakes to fulfill the obligation and pledges the cost of this action. Obviously, in this case, the committed person will not be offended by the thought of saving and respecting envy.

*Second: Daily Damage Determination:*

The contract stipulates that any delay in the execution of the contract or delay in delivery will be paid.

*Third: Determining daily damages and committing to committed costs:*

This is the sum of the two previous modes. For example: "If the other party refuses to execute the contract, the first

party may, at the expense of the other party, decide on the implementation of the terms of the contract. Make Meanwhile, the second party is obliged to pay one million Rials to the first for each day of delay.

*Fourthly: payment of fixed-term loss (obligation):*

In this case, a certain amount is paid for damages to the obligee. This payment, as the case may be, may become a commitment or not.

- Khamsa: How to compensate if the subject of the commitment is cash.

If a commitment position is a cash payment, there are a number of ways to predict the contract:

A. If the item is intended to be returned to the installment, it can be stipulated that, in case of delay in payment of each installment, the remaining installments will be available and the unit payment will be demanded.

B. Delayed payment can be predicted for late payment.

For example: "If the debtor fails to pay his debt on the due date, the delay in damages to the source ...% (percent) per annum will be based on Article 522 of the Civil Procedure Law. This loss continues until the principal debt is paid, even if its amount exceeds the total amount of religion. "

### **3. Crash of obligations in the contract**

1. Sediment: The most basic form of a commitment is to fulfill an obligation or to undertake a commitment, provided both the commitment and the commitment are agreed upon and subject to the commitment of the amount and nature of the commitment.

2. Excerpts: Excuses or Excuses are the agreement and mutual agreement between the parties on the dissolution of the concedes previously concluded.

3. Obra: Article 289 of the Civil Code deals with the definition of the term: the term is to deny the creditor a right to the discretion. Abraa is one of the legal acts, that is, a legal situation which is obtained by one's will or will and does not require the acceptance of the other party. The term is meant to be free of charge or to be released, and the power provided for

in Article 289 of the Civil Code expresses this It is not imperative to forcefully and reluctantly.

4. Conversion of a commitment: Article 292 of the Civil Code regarding the conversion of obligations states: "The conversion of a commitment shall be made in the following cases: 1. When committed and committed to transforming the main obligation into a new commitment that becomes its vice president, In this case, committed to the original commitment. 2- When a third party agrees to consent to the committed deed. 3- When it comes to transferring someone else's commitment to the committed mafia.

5. Tahrat: A truce is a two-tiered request from two creditor who are placed opposite each other. In other words, it is easier to prevent repetition of religion. Fighting or acting on religion is a general rule of law, whether it is intentional or contractual or judicial. The most important and commonly used material in the community is the money launderer among banks in bank lending. The purse in each bank is referred to as the Cleaning House.

6. We Own Property: Article 300 of the Civil Code provides for our property: If we are indebted to our ownership of our

property, it will be deductible. Our property at the time is to create a legal status that a person owes, Is the owner of his debt and is one of the causes of the collapse of his obligations (Hossein Ebadi, 2009, 37).

#### **4. The basis for the agreement for damages and the terms of eligibility for the agreed loss**

According to Article 230, the settlement fee is the amount that both parties to a contract (which is not a principal obligation to pay cash) during their contractual negotiations as a definitive damages suffered as a result of the violation of the other party, and in a manner inconsistent with the law Not included in the contract. The remarkable point is that the amount of "contractual obligation" should be determined by the "legal obligation", which the court determines in the course of resolving the dispute between the parties for delinquency in the performance of a commitment that is not fulfilled by the obligee except by the obligated party and can be reduced or increased, and "Non-contractual liability", which the law specifies in certain cases (Bahrami, 2007, p. 29).

#### **4.1 Failure to fulfill obligations**

The primary purpose of the parties is to conclude any contract, and it is not a real alternative to it. Consequently, disputes must always be the subject of an application for enforcement.

##### **1. Failure to fulfill obligations**

The primary purpose of the parties is to conclude any contract, and it is not a real alternative to it. As a result, disputes must always be the subject of an application for enforcement and, if not, demand for damages. In some contracts, the time of execution of the contract is an important factor, and the violation of the law enforces at the time that the obligated party no longer wishes to enforce it out of time. This is the only way to replace his compensation. But in other times, despite the passage of time, the contractor is still committed by the contractor. Whether, after such a situation, the obligee can ask for the obligation to execute a contract, or if it only has the right to claim damages, it is doubtful (Shahbazi, 1392, 77).

##### **4-2- Delay in execution**

Discussing the violation of non-compliance and delay in implementation is different. Certainly, if the damage is determined to delay the execution, the obligee will also be eligible. However, if the damage is received for non-execution, it is not possible to enforce the other, since the application of the condition is a premature loss for the execution and the procedure that replaces the fulfillment of the commitment that has elapsed, and the summation between the two is not feasible unless That is, the agreement is agreed upon, in which case the name of the violation is not a failure, but a delay in the execution. Sometimes the original contract may consist of several subcontractors. In this case, if the non-performance of any of the underlying obligations is a condition for the request for damages, the obligated party will, in addition to claiming damages, also have the right to request fulfillment of other obligations and will not suffer any damages (Lotfi, 2007, 64).

### **5- Determine the law governing the contracts**

Contracts and obligations arising from it are in the majority of legal

systems subject to the agreement of the parties to the contract. This law is referred to as the "law of the parties" law.

#### **5.1. Specific Emirate Determining Competent Law**

If the will of the parties to the contract is not disclosed about the law of jurisdiction, the law governing the contract can be determined in either of the following ways. The first solution is to say that the parties to the contract authority not use the law competent to determine not contract necessarily subject to the law will be predetermined, as "the law of the place of conclusion of the contract" in the contract of carriage or "legal The place of performance of the contract "is deemed to be in force on the contract of employment. Another solution is that the judge, in determining the law of law, preferred the will of the parties and, in the light of the Qur'an and the Emirate, indicating the implicit will of the interlocutors, determine the law of jurisdiction. Between the Qur'an and the UAE, the determination of the law of jurisdiction "the place of concluding and the place of performance of the contract" is the most significant and in fact

constitute the two poles of the contract (Nikbakht, 2007, 84).

## **5.2 Determining the limits of the interlocutor's will**

Although the right of the transferees in determining the law governing the contract is not in doubt, the scope of exercising this discretion is at the heart of the debate. Constituents have such a discretion, according to a free thinker's mindset that is independent of the will. The choice of the law governing the contract is like choosing the other terms of the contract (such as the terms of the contract), and in such a case, the law actually becomes one of the terms of the agreement and is supposed to be merged. This way of thinking has been severely criticized by opponents of the sovereignty of will. The first limitation on the right to choose contributors is the need for a relationship between the law and the agreement, which means that.

Interlocutors should choose a law that is relevant to their contract (Sadeghi Moghaddam, 1391, 62).

## **6. Proof of non-execution of contracts**

Reviewing the subject matter of the contracts shows that, in terms of the nature and content of the contractual obligations, they are divided into two categories. Obligations in which they are obliged to provide a definite result that is a commitment to the outcome and obligations that are due to the care that the obligation is due to. Some lawyers have to divide their obligations into verbs and divorces in order to determine who must stabilize the fault. In cases where a commitment to act or to do something like a commitment to transfer the creditor, one must only seek and work. It is committed to the reason for paying and doing the work. But in the commitments they are leaving, it's not the case that the committed photographer needs proof of non-performance. But the creditor must prove that he has committed himself to the limits of his duty and has done what he should not do. But this division was encountered in some cases (Katouzian, 2008, 166).

### **6.1. Obligations to the result**

When committed is obligated to do something that is determined and the commitment is free from interference by any other factors and the result of the

obligation is not dependent on any other possibility, it must commit it to a definite result. Such a commitment would commit to the conclusion that In Arabic, it is a commitment to realization. In fact, in such committed commitments, it has committed the existence of the subject of the commitment, and in this case the non-execution implies the fault and even the contractual fault can be assumed. Obviously, he committed the crush by proving that there was a contract containing a commitment

In his favor, he was committed to the outcome and the obligations were not fulfilled (Rezaei Rajaei, 2011, 71).

## 6.2 Obligations by means of

When committed, it is not responsible for the results of its obligations and is not bound by the contract to study a given subject. But the subject of the contract is the ultimate endeavor of applying knowledge to a general commitment to precaution and care, such commitments that are committed to achieving the desired result beyond the power and power of the party and the probability of achieving the desired result is not definitive. And many have not, as a matter of principle, also

made such a commitment. In such commitments, according to most lawyers, there has been a violation of the prior standing procedure based on the fact that the failure to fulfill the obligations has not been committed. Whether in the contractual fault, it is assumed that the mere failure to execute the contract is a fault and, once the contract has not been executed, the committed fault is fixed, and the committed pledge does not need to prove the fault (Obiqui, 1391, 49).

## 7. The criteria and criteria for the determination of the intentional and unintentional fault committed in the execution of the contract

In general, the fault is either intentional or unintentional. In the willful misconduct of the subject, the loss, with due regard to his labor punishment, is deliberately intended to violate the result and demand it. Conversely, in the unintentional fault of the subject, the damage occurs without committing the result of the carelessness and so on, causing damage to others. In the opinion of Dr. Katouzian, it is deliberate that the subject is harmed by the intention of harming non-

perpetrators. Like the one who throws someone in order to take revenge, and on the contrary, it does not intend to harm the other person in the unwittingly guilty cause of the loss, but by accident and unconsciousness causes damage to the non-owner, such as a driver due to accelerated acceleration Driving and causing damage to the road through a collision with another car, in which case his fault is unintentional. The methods of assessing lawyers and prosecutors differ in this regard (Emami, 2008, 102).

In general, the criterion of intentional fault is the personal culprit. But in the unwarranted fault of the criterion, the standard is a standard and a criterion. According to Dr. Katouzian, the prosecution of the intentional fault of the judge has to investigate the intention and the purpose of the error, in order to determine whether he wanted the incident to occur or only Careless.

### **7.1 Comparison of the dispute resolution process in the domestic court and arbitration in execution of the contract**

The comparison of the dispute resolution process in the domestic courts and the process of reviewing the

arbitration reveals the following distinctions (Shahbazi, 1392, 124):

-The proceedings of the domestic courts do not necessarily have the same nationality as one of the parties to the lawsuit. Also, the lawsuit is usually filed in the country of one of the parties to the contract-importer or exporter-and in the language of the country in question. While arbitration allows third-party litigants to choose their own lawsuits and choose arbitration (or arbitrator's board) with a neutral nationality.

- Judges of the domestic tribunal are required to observe the rules of the forum without flexibility, while the parties involved in the arbitration can choose a flexible way to deal with the suit, according to the requirements of the lawsuit.

- Internal court trials are generally at least in a court of law and at most in two higher trial courts or appellants, some of which prolong the process of prosecution. Conversely, arbitrary judgments are, in principle, ultimate and unexplainable, or appeals. A general feature of the arbitration process is the achievement of a friendly solution.

- International conventions on arbitration have provided a great deal of power to resolve disputes.

## **7.2 Warranties for performance of contractual obligations**

Under the guarantor, the sponsor must be supported and supported so that the law enforcement action against the offender can be demonstrated; in other words, the existence of the right to claim requires the provision of a guarantor for the obligee. Therefore, the right to lodge a claim for the performance of a pledge or payment of damages can be considered from the effects of the right to claim and guarantee its implementation. The guarantee of acts that are rooted in the law, such as "the right to execute the same obligation", can be deduced from 237, 238, 376, 476, 534, 579 of the Civil Code. The guarantee is provided by the legislator for the purpose of fulfilling the obligation, and the offender may be the first to guarantee the implementation of the power used to enforce the law or the court order (Kazemnezhad, 2010, 61).

Another guarantee is the right to imprisonment, which, by virtue of Article 371 of the Commercial Code, and

370

Article 377 of the Civil Code, can be used in all arbitrary agreements such as betraying and marrying, and as long as it has not fulfilled its obligation, the debtor may also Do not commit to its commitment. In addition to these, it is possible to include, among other things, the performance guarantee in the Root Act to invalidate, not to affect the transaction, or to compensate for losses in waste and cessation;

One of the guarantors of the contract is the "obligation" clause contained in the contract, in which case, in commercial contracts, the conditional condition is one of the safeguards of the contractual advances of the contract of engagement, in which case, usually in commercial contracts, a condition is included in which, if One of the interlocutors to refuse to execute what the contract entrusts to him or to engage in any act that is prohibited by the contract, must pay the amount specified in the contract as damages to the opposite party (Bahrami, 2007, 73) .

## **8. Types of compensation for breach of contractual obligations in English law**

In England, four types (or models) of compensation for damage

from contractual obligations are foreseen. These four types can be divided into two main groups: in the first group, there are cases where the compensation criterion is the actual loss of the lost, and in the second group the compensation criterion is not a loss to the loser. Compensatory or remedial damages in the first group and reparative, nominal and punitive damages fall into the second group (Lotfi, 2007, 106).

### **8.1 Compensatory or Restorative Damage**

The purpose of the compensatory or remedial damages is to compensate the loss sustained by the breach of contract. For this reason, compensatory damages are the most important and most common form of suffering. Thus, the remedial damage is the general rule and the basis for compensation in the UK. One of the results of the remedial damage is that the basis for the loss, the loss of the requester. It is not the benefit that the requester has received. This rule has many exceptions:

Regardless of damages that have non-recovery goals (nominal, punitive, and restitution damages), UK

legal writers also mention other cases in which they do not require damages, such as breach of employment contract (Treitel, 2003, 927). In such a case, an employee may not be inaccurate in practice by employing a better institution, and on the other hand, his employer has not effectively countered this breach. In such a case, the damage that may be received will not be in the subset of any of the types described. To assess the remedial damage in UK law, there are two anticipated damages and repossession damages. Along with these two criteria, the special status of the spiritual damage should be considered in terms of how to assess the damage to the repair.

### **8.2 Expected Damage**

The intended damage is as expected and expected, which has created a contract for the present (current loss); in other words, in this type of warrant, a judgment is issued for some amount of compensation that meets the legitimate expectations if the contractual obligations were fully and timely. In fact, anticipated damages have a basis for compensating for non-contractual obligations (Stone, 2003,

211). As the purpose of non-contractual liability is to put the lost person in a situation where the harmful act is not performed, the purpose of this type of remedial damage is to put the lost person in a situation where, if the contract was executed, the lost person was placed in that position. The most common type of repair damages is expected to be damaged. Expected damages include, in the first place, the damaged principle; but it also includes other items that include:

Extraneous damages; including losses incurred by the person at the usual level, in order to prevent further losses, or to spend the replacement or return of the defective product (Treitel, 2003, 43).

Indirect or intermediate damages are damages caused by breach of contract, but cannot be placed in a group of costs (reimbursement losses); disadvantages and such as acceptance of obligations with third parties or additional damages, such as injuries Physical or property damage is due to the defective goods delivered in this category. Of course, these damages can be compensated if they are within the scope of anticipation and expected expectations of the parties to the contract, that is, it is not very unlikely;

for example, suppose a person will sell a cow with a guarantee of its health, but the cow becomes ill and the entire herd of the buyer is also ill. If the seller is responsible for any damage to the customer, if such an outcome is foreseen for the parties to the contract, the seller will be liable for all losses incurred by the customer (Scotia Building, 1391, 59).

For example, if someone has a device that needs to be repaired and to do this, he will give the device for repair to someone else and ask him to deliver it on a particular day, because if he does not, he will be harmful if he The repair technician will not deliver the device on time; he must pay for the losses caused by the loss of his interests, because if he fulfilled his commitment, he would have benefited. Two methods are used to calculate the expected loss:

In the first method, which is used more often in defective or incomplete implementation that has a minor utility, the difference in value between the execution of the contract agreed upon and the performance received by the sponsor will be ruled out as a lump sum.

A second method is used where the obligation is not implemented or the performance is in some way defective or

incomplete, which does not have any desirability for the undersigned. In this case, the amount of compensation is paid to the claimant, which is necessary to obtain alternative implementation.

### **-3. Reposing damage**

In repossession, the injured person will be compensated for the damage caused by his dependence and trust in the contract; in fact, in the contract, he may wish to change his position with confidence in his obligation. For example, a piece of land may incur costs to the buyer for the investigation and examination of the claimant (costs related to the inquiries) or to ignore his opportunities to conclude other profitable ones; or to trade for contracts that may have been borrowed by the contractor Or has created facilities; therefore, in the event of a breach of contract, the reader must compensate for such losses, which are due to his dependence and trust in his obligations (Emami, 1387, 157).

The purpose of this type of remedial damage is to place the lost person in a situation that was before the conclusion of the contract and reliance on the obligations of the other party. In

the sense of the law of obligations, reparation losses are interests that are lost due to reliance on the obligations of the defendant and must restore the injured party as if it had not been contracted (Geoffrey, 2001, 204).

The question to be answered at this stage is what are the components of repossession damage, and what costs and losses can be obtained with this criterion? The reciprocal damage consists of three parts. The first part is the expenses that the vendor incurred after the conclusion of the contract with the trust of the commitment; this is unquestionably achievable.

The second part is the costs incurred by the entity prior to the conclusion of the contract; such costs are not in the strict sense of reliance, since at the time of this cost, there was still no commitment. However, the UK legal system applies a broad concept of reliance on this criterion, so that if a claim for compensation for a breach of contract with a reinstatement clause is raised, then sure sure that pre-contractual damages arising from reliance are permissible. This case was reviewed and confirmed in the case of the Angola TV case against Mr. Reid.

The case came from a television company, which in 1968 decided to produce a television movie called "Forest Man." To make this film, the company provided the necessary preparations; it provided a place for the film; the director, the designer and the director of the scene were hired and paid a lot of money. All of this was before they were hired as a first-rate art. Mr. Robert Reid was the one who was chosen for this role. In a telephone conversation on Aug. 30, 1968, Mr. Reed, an American, agreed with his agent to go to England to practice and play the film, but due to inappropriate planning, it became clear that he had previously played in another role in the United States. The contract is closed and so could not go to England. This stopped filming and dismissed those who were hired, causing a lot of damage to the television company, including the director's fee, designer, stage director and scene assistant. During a lawsuit filed by the television company, Mr. Reed's consultant stated that the other party was only entitled to the costs incurred after the conclusion of the contract with Mr. Reid, not the right to receive pre-contract costs (pre-contract costs). But the judge dismissed the controversy and

condemned Mr. Reed to pay all the damages. The third component of the damage is the loss of opportunity to conclude other contracts. There is much disagreement about retrieving this component. At present, a broad concept of reliance is accepted by scholars who include this component (Geoffrey, 2001,199).

In choosing either of the two claims for damages and repossessed damages, the claimant has the right to choose; however, in some cases the court may find that a certain rule is more appropriate. The question now is, when is the lender willing to lodge a claim for retaliatory losses? In response, one can imagine two situations (Amir Ma'azi, 1391, 67):

First, in the event that he fails to prove his probable profit from the execution of the contract or the expected loss. A good example of this case is a highly probable deal. Or transactions that are not based on the possibility of determining the expected damage.

Secondly, where losses (liabilities) are to be incurred, they should be concerned with pre-contractual costs. Although, in principle, there is a choice between the expected and reimbursable losses, but in certain

circumstances it is possible to claim both damages without leading to "compensation" There will be "double". This rule has been confirmed in the Natoon case against Aklan. The case was about a horse which was not delivered in accordance with the agreed terms; the buyer received reliance on the difference between the value of two horses as expected losses and the cost of training and stables as damages. Of course, this should be noted. If, in the calculation of expected loss, the net profit is claimed, then it can be accompanied with a claim for repossession and summing up these two, but if it is to be considered in calculating the expected loss in gross profit, then it can not be claimed to be liable to the reimbursement of benefits Also posed (Stone, 2002, 46).

Famous Chaplin lawsuits against Hicks in 1911 and Eid Ramsey Lutte Group against Simmons and Wimmons in 1995 cited important lawsuits regarding the terms, components and enforcement of damages in reimbursement for breach of contract.

#### **8.4. Intangible or spiritual damages**

The point at which the compensatory damages should be addressed at the end of the discussion is whether non-financial damages caused by a breach of obligations can also be recovered and compensated. First, there must be a difference between the two types of losses: physical immaterial losses and non-physical Damages Compensatory losses, such as distress and distress caused by contract breaches. There is a clear legal rule that damages for physical damage to the claimant as a result of a breach of contract can be obtained; this rule was approved in the Grant v. Australia judgment against the Australian Knitting Mills Limited Liability Company. In this case, Dr. Grant became infected by the wearing of wool belts produced by the Australian Nitting Mills. The dress involved contained a lot of sulfite. Dr. Grant used the podium for a full week without having to wear it before. The Royal Council issued a sentencing sentence to compensate for physical harm.

But the problem is in cases in which they are suffering from distress and sadness as a result of violations of obligations. The Court of Appeals in the Watts v. Marv case decided that the damage to the contract for such non-

financial losses would be unwarranted. But Judge Bingham points out in this case that this is not an absolute rule, and the exception is that the main subject of the contract is to provide recreation and comfort, or to be released from a sadness, and this result (the subject of the contract) has not been obtained or the result is inverse. Get it. In these cases, a judgment has been issued to compensate for such damages. Another proof of non-financial non-financial damage is the case of Farley against Skinner. In this case, the petitioner recruited Droid as an assessor and evaluator to review the utility of a bungalow intended to be offered for rest during their weekends (Babaei, 2007, 54).

Given that the property was located 15 miles from the airport of Gittivac, you wanted to explicitly ask the DROID to report on the problem of airborne sound. Droid did this and reported that it is unlikely that the sound will be used to optimally use the intrusive location, although some planes will inevitably cross the area due to wind direction and flight path. After acquiring more than £ 1,000 for repairs, he realized that the sound of planes made him a homeowner for the benefit of his own; therefore, he filed a lawsuit for damages

against the defendant, claiming that the defendant had complied with his obligations under The contract has been neglected. The court sentenced a 10,000-pound damage claimant to the trouble and distress caused by the sound of planes. The appealed to the appeals court argued that the subject of the contract between the parties was not to provide pleasure or to relieve stress, so non-financial damage could not be received. And only the nominal damages for breach of contract are payable. Finally, the House of Lords, by violating the verdict of the Appeals Court, accepted the right to non-physical non-financial damage (Isanlou, 2011, p. 99).

### **8.5. Damage to recovery or rescission**

In this type of damages, the lender will reimburse any profits earned for breach of obligations. The basis for damages is the prevention of unjust liability, but not the damage actually committed to the obligated party. The importance of the place of litigation based on extradition damage can be demonstrated with a good example (Hossein Ebadi, 2011, 104):

Suppose someone signs a contract, whereby he pays 500 pounds

for a product with a real value of 300 pounds. In such cases, if he wants to file a lawsuit based on his own interests, he will only reach 300 pounds. If you file a claim for extradition benefits, you will receive 500 pounds (Mckendrick, 2005, p. 162).

This is where the person claims that the type of damages usually involves a contractor, and, contrary to the two preceding paragraphs, the basis for assessing the damage is not the loss incurred to the obligated party, but the gain that he has undertaken to breach the contract. For this reason, some writers do not consider restitution damages as a liability assessment criterion (Jaffey, 2008, 139).

At first, it was assumed that the payable Thanh can be refunded as an extraditable damage, which is a total violation of the obligation, that is, where the claimant did not receive any part of the execution. But many academic commentators criticized the law (Mckendrick, 1995, 280), and today most lawyers believe that paid money must be received on the basis of a breach of obligation, whether it is a breach of the general obligation or part (Mulcahy, 2008, 218).

It is a very common use of damage damages which, as well as the failure of other types of damage in English law and ineffective in defining the extent of compensation in Iranian law, is a violation of intellectual property contracts. In these contracts, the contract may not be entered into with the other party in breach of the practice, or the violator can earn more revenue from the violation of the contract than the creditor, thus, in practice, the loss was not sought by the claimant, but the defendant was entitled to a breach of profit has taken. For example, someone who uses misleading business secrets or confidential information is likely to be transferred to the redundant by the court order (Sadeghi Moghaddam, 1391, 66).

In England, extradition damage also has other instances that seem to be specific to the legal system, for example, if the subject of the land contract is the seller, after the conclusion of the contract, as the real buyer of land, and In England, extradition damage also has other instances that seem to be specific to the legal system, for example, if the subject of the land contract is the seller, after the conclusion of the contract, as the real buyer, holds the land and if the land is back to A third party sells, the

buyer will be entitled to the sales revenue, even if it is higher than the loss. The other is a breach of the obligatory obligations; for example, he sells his property to genuine, such as where he is hired for the purchase of property; in this case, the agent must give all the gains he has gifted to genuine (Treitel, 2003, 97).

### **8-6. Nominal Damage**

In cases where one of the parties has violated the contract, but in practice, the damage has not been noticed by the opposite party, a very small amount will be determined symbolically as damage and will be ruled out. Determining this kind of damage is not to compensate for the loss of the loser, but to reflect the breach of the contract.

And it has a symbolic aspect. In symbolic damages, this statement is the most appropriate remedial way. Undoubtedly, this remedy does not have a remedy (Treitel, 2003, 27). In Iranian law, contrary to British law, there are no institutions such as nominal or symbolic damages, based on the principles of compensation. Therefore, the violation of the contract by the obligated party will not create the right to receive damages without entering the damage to the

obligated; hence, the "necessity of entry of losses" is one of the conditions for the establishment of the right to receive damages in the Iranian law (Katouzian, 2008, 210).

### **8-7. Punitive or Punitive Damage**

Punitive damages have no restorative effect and are issued for punishment and preventing the same behavior being committed in the future (Fleming, 1985, p. 131). In fact, the punitive damages issue arises where it undertakes a courageous and unconventional contravention of the contract. This kind of damage is exceptional in terms of the overall recovery of damage (Geoffrey, 2001, 204). In calculating this kind of damages, the behavior of the reader and the one who wants to be considered simultaneously should be considered. And in particular, note that determining how much damage will suffice to punish the donor "(Abdullahi, 2004, 93).

In the Bradford case against Aurora in the year of the appeal court, in addition to the actual damage sustained, including moral damage, the decision was made to receive £ 1,000 on punitive damages. The court declared the reason

for such punitive damages to be breached by the employer because of a breach of employment contract based on gender and race discrimination. There is a controversy among the experts about the existence or absence of such damage in the event of contravention of contractual obligations in the UK legal system, often arising from the mixing of civil and civil rights obligations. However, given that these damages do not have a compensatory and restorative nature, we do not enter details of the punitive damages.

It appears that Iran's law does not provide for such damage in contravention of contractual obligations, but on an obligation that the parties agree on the amount of damages resulting from the breach of contract, if the damage is significantly higher than the damage that was committed before. It is anticipated that a breach of the contract will result. Such a lien will lose its compensatory aspect and will be more punitive. For example, a person signs a contract for painting his home for 10 units of value and stipulates that if any delays occur, he must pay 1 million dollars per day. Hence, a number of lawyers believe that such obligations that are more criminalized can be adjusted (Katowice,

2008, p. 270). It can be deduced from the punitive and punitive aspect of clause 2 of Article 4 of the Civil Liability Law that these provisions provide for the guarantee of the breach of contract (Katouzian, 1385, 209).

## **9. Limitations on Claims for Damage in English Law**

The injured person can not be damaged in any circumstances because the rights have created a variety of restrictions on this. These limitations are sometimes inherent and occasionally related to the usual rules of proof, for example, the claimant must prove that he has violated the provisions of the contract and .... In this section, based on the rights of the United Kingdom, four theories, each of which One of the limitations of claim claims is to be considered.

### **9-1. Unlikely**

According to a rule, a claimant can not claim damages in relation to the harm caused by the breach of contract by the reader. In fact, it can be said that the damage must be attributable to the obligation (Stone, 2003, 102). Detecting

losses that are very unlikely to be unrecoverable is often difficult to obtain from the loss. The rule that was set up by Kessendal was that in the case of Hadley against Case B, it would be possible to receive two damages: the losses inherent in breach of contract. There were losses in the minds of both parties at the time of the contract (awareness).

Awareness of the parties to the contract is the result of the violation of the contract, which is the criterion of identifying whether it is unlikely or not, at the time of the conclusion of the owner's contract, because, knowing such results at the time of the conclusion of the contract, the parties may mutually agree on the terms of their contract. For example, make a non-liability condition or insure possible risks, or generally abandon the conclusion of such a contract (Stone, 2002, 47).

## **9.2 Discount theory**

According to this theory, the claimant must take rational and reasonable steps to minimize the damage caused by the violation of the prediction. For example, in cases where a rational consumer can choose to run an alternative on the market, he must go to

the market and seize it; he cannot sit and wait for the donor to execute the contract. It is said that the claimant has the duty to discount or reduce his losses, but these words can be misleading; in fact, the claimant has the duty to reduce his losses. In the sense that in case of failing to do so, he will not be able to obtain damages in respect of losses attributable to him. Two aspects are mentioned for the discount theory:

The claimant shall not unreasonably increase the damage sustained as a result of the breach of contract. The claimant must, in a rational manner, anticipate the necessary steps to reduce the damage. Of course, he needs to behave only intellectually; therefore, he does not create a heavy and painful demand for him; in fact, the reader as a violator of the contract is not in a situation where the court requests a heavy and laborious demand from the petitioner. Slowly Of course, the task of reducing damage is limited to the extent that he is aware of the breach of contract. As a result, his indiscriminate dedication to discovering a breach of obligations can not invalidate his right to receive documentary damages for failure to perform his duty of reduction of damages (Treitel, 2003, 77).

Discounted theory As Judge Tomlinson has said, he has a soft-minded view of the rights of contracts than those who contravene the contract.

This theory can justify the need for the innocent side and the likelihood of accepting the need for alternative enforcement by the offender; in one of the famous cases in this regard, the readers agreed to a contract to sell silk to the buyers and deliver the goods to The installment is multi-stage. In the contract, it was stipulated that the payment should be made one month after the delivery of each major part. The applicants failed to pay the first installment at due time; this made the readers mistakenly to conclude that the claimants were not able to pay any installments (while the reason for delaying payment was merely the difficulty in getting a check of the signature Was made by one of the managers of the requesters).

Due to fears of bankruptcy, the complainants stated in announcements that they would not make any further deliveries unless they paid for each installment at the time of delivery. Applicants did not accept such a condition. They sought to claim damages and sought to find a difference in price

between the contract price and the price of the silk market (at that time, the price of the goods in the market was increasing). The court ruled that the claimants were not entitled to receive price differentials because they refused to accept the offer made by the reader for providing silk against cash, and this was a kind of failure to discount losses. The judge of the case stated that in a case involving a commercial contract, it is reasonable for one of the parties to expect to consider and accept the logical proposal provided by the infringing party. The last point to be noted with regard to the theory of discounts in English law is that this theory can be considered as part of the broader principle that "the petitioner must behave in the ordinary way." Lord Lloyd admitted in Roxley's case that the conventionality would be limited to the theory. Rather, a commitment to normal behavior can extend to issues such as the compensation criterion that it deserves (Mckendrick, 2005, 111).

Although the Iranian legislator has not explicitly recognized the theory of discounts as a rule that has been accepted in other legal systems - especially those with a common system of law, - there are signs of acceptance of

this theory in Iran's law and based on it Compensated liability of the offender for compensation. Including:

Article 15 of the Insurance Law approved in 1316: "An insurer shall also take insurance to prevent any damage to property caused by anyone, and in the event of an accident or occurrence of such incident, the insurer shall take measures to prevent the occurrence and development of damage It is necessary to do. The first time possible and within five days from the date of its notification of the incident, the insurer shall be informed otherwise the insurer will not be liable unless the insurer proves that he has been informed by events beyond his control. The insurer has not been possible for him within the time allowed. The expenses incurred by the insurer in preventing the spread of damage will be borne by the insurer, assuming that it will not have a result, but whenever there is a difference between the parties as to the necessity of such expenses or its appropriateness to the insurance issue, the resolution of the dispute to The verdict or court is referred to in "Section 3 of the Civil Law Act of 1339": The court may reduce the amount of damages in the following cases: ... 3. When the injured person in some way facilitates

the loss, or That assistance or import situation has exacerbated the losses. "

Community<sup>3</sup>. Lost Participation in Damage (Damage Damage)

The main question of this section is whether it is possible to reduce the amount of damages payable to the petitioner based on his lack of care.

In England, according to the 1945 law, there is a well-established rule that, in non-contractual liability, it is possible to reduce the damage that can be received from the injured party by default. The question is whether this rule applies to contractual obligations or not? The House of Lords of England, according to the aforementioned law in the case of the Federal Anti-Doping Code, *Vesta against Boucher* *Vesta against Boucher*, regarding the applicability of this rule in the responsibilities of breach of contract, distinguishes between the three different situations and determines the ruling of each assumption.

The liability is due to a breach of a contractual obligation that does not depend on the fault of the underlying supervision; in other words, the breach is merely a contractual nature and a breach of a purely contractual obligation, and if

there is no contract, it cannot be considered a fault. In this case, the reader may not invoke the loss incurred in order to reduce his liability to the lost participant. This rule was confirmed in the *Barclays Bank PLC v. Kirkhil Biding Limited Company* (Kazemnezhad, 2010, 46).

The prosecution is due to a breach of an express contractual obligation with regard to the exercise of standard care, which has nothing to do with an obligation that is independent of the contract; in other words, if it was not a contract, this was not a public duty to him. In this assumption, the reader can not rely on the loss incurred by the loss participant to reduce his liability. The liability arising from the breach of contract is the same as the non-contractual liability, so that if the contract was not available, the defendant was deemed responsible for his non-contractual liability; in other words, his action independent of the contract was also a fault. Under this assumption, the loss-making contribution to the loss incurred can be cited as a defense to reduce the scope of the liability of the defendant. The Verdict of the House of Lords in the case of the *Limited Liability Company Ltd The Homes Lones*

*Platform v. Oyston Shiplois and others* are an example of this rule.

In Iranian law, defective damages cannot be taken as an impediment to the creation of a right to damages, but as a possible limitation in obtaining the full amount of damages (compensation for damage). According to Article 227 of the Criminal Code: "A violation of the obligation is damaged when it is convicted of damages that cannot prove that non-fulfillment was due to an external cause that can not be related to it". According to this article, the failure to execute the contract itself is an act committed on the fault, so he must prove that the contract has not been fulfilled due to a cause beyond his control (Katozian, 2008, 159).

## **Result**

The topic of great interest in all three types of contract liens in common law is its common characteristics. It can be said that the sudden occurrence of an out-of-domicile event is the chapter of the implicit contractual theory, that is, in all three cases, there should be a sudden occurrence outside of domination. But Harry's ducts are characterized by three different theories and the width of each

of the types of invaluable by the extent to which they have an impact on the contractual obligations.

All legal systems seek full compensation; in this regard, due to the existence of a remedial remedy for damages among other compensatory remedies in the United Kingdom, the country's legal system has determined precisely that the determination of total damage based on them is more regular and more precise. The loss of evaluation criteria, such as expected damage, retention and recovery with specific components and subsets, and the precise determination of the barriers and conditions for claiming damages, is part of this regular structure. On the contrary, Iran's rights in dealing with the issue of damage have been totally complicated; the Iranian legislator has not only not explicitly determined the types of damages to be compensated, but even in the cases provided, it does not provide the criteria for the assessment of damage; However, it is as if the legislator did not consider the principle of the existence of compensation for damages in contravention of contractual obligations.

To reform the status quo and synchronize it with the evolution of different legal systems. Facing the

problem of compensatory breach of the obligation, the Iranian legislator can, by exploiting the comparative rights achievements in the field of contractual rights, create a comprehensive system of damages for breach of contractual obligations. In order to achieve this, in the first place, it is necessary to specify the types of compensable damages in Iran's law, and the legislator will declare his or her definitive opinion on certain matters, such as lack of benefit, spiritual damage, etc. In the second step, the criteria and criteria for the assessment of damage should be provided, because on the one hand, the Iranian judge in the assessment of damage should not be in the legal sense of such a proprietor and owner as to fall as an expert, and on the other hand, should not limit the extent of the damage assessment to the contractual violation. It is so disappointing that it is unpredictable and therefore cannot be eliminated, or covered by tools such as insurance.

Ethics, public order, and laws are among the factors controlling the condition of non-liability. The British law has emphasized on the need to address the addressee in dealing with these conditions and, by adopting specific consumer laws, supports the

courts, and, moreover, the courts of this country has also prevented imposition of unfair terms by relying on rules such as the interpretation of ambiguities against the citation. If he or she has not committed intentional or faultless mistakes, the acceptance of the lawsuit will give rise to conflict and waste of time and a reduction in the value of the inclusion of the condition of non-responsibility, since one of the important effects of the condition of non-responsibility is to close the quarrels in vain and give the opportunity of initiative and It is an activity that should not be considered as a liability for intentional misconduct when committed intentionally or in deed intentionally.

## References

### *A) Persian Resources*

AMI MAZI, AHMAD. (1391). Rules for Resolving Disputes in the Law Governing Contract Obligations, Printable Version, Tehran, Judicial Publishing Institute.

Emami, Seyed Hassan (1387). Civil Rights, Vol. I, Twenty-eighth Edition, Tehran, Islamiyah Publications.

Isanlou, Dr. Mohsen. (1390). Contractual and Imperative Terms of Contracts, Printable Version, Tehran, Public Joint Stock Company.

Construction of Scoie, Majid. (1391). Qualitative dissolution and arbitrarily contracted contract, Journal of Two Civil Law Knowledge Research Papers, Payame Noor University.

Babaei, Iraj (1386). Theoretical Foundations of Economic Law Analysis, Journal of Law and Policy Research, No. 23.

Bahrami, Mohammad (2007). The analysis of the contract and its essential elements in civil law, Quarterly Legal Opinion, No. 8.

Hossein Abadi, Amir. (1388). "Investigating the Compensation Obligations in the Contract", Journal of Legal Teachings, No. 14.

Rezaei Rajaini, Allah. (1390). Implementation of Civil Covenants, Fourth Edition, Tehran, Eternal Publishing.

Shahbazi, Mohammad Hussein. (1392). Principles of Necessity and Permissions for Legal Enforcement, First Edition, Tehran, Farzanegan Dad Afrin Institute for Legal Studies.

Sadeghi Moghadam, Mohammad Hussein. (1391). The theory of changing circumstances in Iran's jurisprudence and law, Quarterly Legal Opinions, No. 14.

Abdollahi, Mohsen (2004). Punitive Damage in International Law, Legal Magazine- Journal of the International Legal Services Office of the Islamic Republic of Iran. No. 30

Katouzian, Nasser (1387). General Rules of Contracts, Volume Four, Fifth Edition, Tehran, Publishing.

Kazemnejad, Naser (1389). Contract modification, master's degree of Law School, Shahid Beheshti University.

Lotfi, Asadollah. (1386). Study of the Principle of Necessity in Islamic Contracts, First Edition, Hamedan, Student Publications.

Nikbakht, Hamid Reza (2007). How to determine the law governing contractual obligations, Quarterly Journal of Legal Research, No. 21-22.

*B) Non-Persian sources*

Fuller, Lon L. & Perdue. William R. (1999). The Reliance . Interest in Contract Damages. 46 Yale Law Journal 52.

Honnold, John, 1991, p393, Uniform law for international sale, 2nd , Denever, Kluwer law and Taxation pub.

Geoffrey, Samuel. (2001). Law of Obligations and Legal Remedies. Second edition Cavendish Publishing Limited.

Jaffey, Peter. (2008). Damages and Protection of Contractual Reliance. in Contract Damages- Domestic and International Perspectives. Saidov Djakhongir and Cunnington. Ralph (eds). Hart Publishing.

Mckendrick, Ewan. (2005). Contract Law (Text, Cases and Materials). Second edition Oxford University Press.

Stone, Richard. (2003). Contract Law (Q & A Series). 5th edition. Cavendish Publishing Limited.

Smith, J.C., law of contract. (1989), London, sweet and, axwell

Treitel, Guenter. (2003). The Law of Contract. 11th .Edition. London: Sweet & Maxwell

**INVESTIGATING THE ROLE OF URBAN MANAGEMENT  
INSTITUTIONS IN THE DEVELOPMENT OF CITIES (CASE  
STUDY: PARS ABAD CITY)**Gholam Reza Mirie<sup>1</sup>Mohsen Sadeghi<sup>2</sup>

**Abstract:** The purpose of the present study was to determine the performance of responsible organizations in urban affairs administration as an important factor in the development of the city of Pars Abad. The statistical population of this research includes inhabitants of Parsabad city and managers and experts of urban affairs in 1396. The method of this study is descriptive-practical study. For data collection, library and field method is used for urban data and questionnaire. These data are analyzed using SPSS software and also used to test the hypothesis of T-test. The results of this study show that the performance of the responsible unit in the affairs of the city has a significant relationship with the management and organization of the physical-space development process, equipping the service space and organizing facilities and facilities in the

city of Parsabad. While the responsibility of the responsible authority in affairs of the city is not significantly related to the development of the employment and business environment and the establishment of effective communication channels with citizens and the development of popular participation

**Keywords:** Urban Management, Urban Development, Urban Development, Physical Development, Parsabad.

**1- Statement of the Problem**

If a city is to be regarded as an organization, it must be at the top of it an element of future planning and current affairs management. This element can be called the city management (Saeednia, 2010: 21). Urban management is a large

---

<sup>1</sup> Assistant Professor of Geography and Urban Planning, Islamic Azad University, Zahedan Unit, Zahedan, Iran. \*Corresponding Author Email: [Gholam\\_Reza\\_Miri@yahoo.com](mailto:Gholam_Reza_Miri@yahoo.com).

<sup>2</sup> Ph.D. student of Geography and Urban Planning, Islamic Azad University, Chabahar Branch, Chabahar, Iran

organization of effective and relevant official and non-official elements in various social, economic and physical aspects of urban life with the aim of managing, directing and controlling the comprehensive and sustainable development of the city. At present, the most important management challenges Urban in Third World countries is a response to urban inequalities and the emergence of political, social, economic, cultural and urban rights issues (Najati Hosseini, 2010: 6).

Present value of existing organizations and institutions plays a role in city management, which are categorized into four categories according to the administrative-executive and impact status: 1. Organizations and central authorities of the national and regional authorities, including their provincial ministries and institutions. 2. Organizations and institutions, government The general and independent regions of the country. 3. Private and unorganized organizations and organizations. 4. Elected organizations and elements of citizens' interests. (Saeedi Rezvani, Kazemian, 2012: 121). Therefore, in the current situation, we can not recognize councils or municipalities as the only city

management institution, and we are confronted with a set of institutions of urban management in different parts of the city. Parsabad city is located in the northeastern part of Moghan plain in the west of the Caspian Sea. Due to its history and history, its formation as a city point is more youthful than all cities of Ardebil province. The rapid growth of population and development of Parsabad city has made it possible nowadays The opinion of the population and extent of the second city of the province after the city of Ardabil.

Development of the city of Parsabad has been positively and negatively affected by the role of urban management institutions. Positive influences means the proper implementation of urban development plans in accordance with the rules and regulations for implementing city planning and systematic guidance, which has led to the formation of Bakery neighborhoods, cultural figures, Pars Township, Fajr Township. The negative impact institutions, urban management, mostly because of a lack of communication between the part of institutions with each other and lack of communication consistent with the mayor, the shortage of specialists in

organizations Andar work in the city and allocation of appropriate tasks between authorities, has led to the development of undesirable Horizontal shows a picture of the current issues. In this regard, the formation of the following neighborhoods Nhrtrab, freedom, liberty, sacrifice and expensive integration of surrounding villages, including: Mohammad Rezalv, Buick Khanlou, Ajirlu, Agdam, Rblv can be cited. The subjects identified in this study, the role of institutions involved in the urban development of the city are analyzed and in fact in this research is that while the root causes of the turmoil physical structure and promoting the development of Parsabad the The role of responsible departments in the development of urban affairs in the development of Parsabad city.

## 2. Research Objectives

1. Identify the performance of the responsible authorities in the administration of urban affairs as an important factor in urban development
2. Understanding the Impact of Urban Management Institutions on the

Physical-Spatial Development of Parsabad City

3. To conduct a university research to identify and analyze one of the factors influencing urban development
- 4- Providing basic solutions for strengthening the performance of urban management institutions in the development of Parsabad city

## 3- Research Questions

1. Is the performance of the responsible organizations in the city administration affiliated with the management and organization of the city's physical-spatial development process?
2. Do the functions of the responsible authorities in the city administration have a significant relationship with the provision of space services and the organization of urban facilities?
3. Do the functions of the responsible authorities in the city administration have a significant relationship with the development of business and employment space?
4. Is the performance of the responsible authorities in the city administration affiliated with the effective communication channels of citizens and

the development of popular participation?

#### 4. Research Hypotheses

1- The performance of the responsible organizations in the city administration has a significant relationship with the management and organization of the city's physical-spatial development process.

2. The functions of the responsible authorities in the administration of city affairs have a meaningful relationship with the provision of space services and the organization of urban facilities.

3. The performance of the responsible authorities in the affairs of the city has a significant relationship with the development of the work space and business.

4. The performance of the responsible authorities in the administration of city affairs has a significant relationship with the effective communication channels of citizens and the development of popular participation.

#### 5. Research Background

Rahimi and Vahidigar (2011) have investigated the role of urban

management institutions in sustainable management in Tehran. Consequently, sustainable development, including the balanced growth and development of the economy, the environment and the human society and culture, is a complex task and the achievement of the importance of institutions. It emphasizes the state through its legal powers and its responsibility to protect what is in the public domain. One of the decision-making and influential institutions for sustainable urban development is the Article 5 of the Ministry of Housing and Urban Development, which, according to the law, is the sole authority to change the comprehensive plan detailed in the city and determine the intended use of the land.

In the Technical Research and Others (2016), entitled *The Role of Urban Tourism Management in the Development of Tourism (Case Study: Turin City)*, it was found that cities like Bogota, Colombia, have good potential for tourism development, but due to weaknesses in urban management, the lack of management integrity. In the sustainable exploitation of attractions, the lack of access and information facilities, the lack of coordination and co-ordination among various urban

institutions, the inability to provide sanitation and urban cleaning and land use planning problems, the tourism sector not only distanced from sustainable development but also Negative passes.

Aghajani (2016) studied the role of urban management in spatial development in spite of urban management efforts in Isfahan in solving various urban problems of the city. Therefore, in order to solve these problems, the management of the city requires a more detailed and comprehensive planning, which involves all aspects of the city.

## **6. Theoretical Foundations of the Research**

The urban management system is responsible for the management and management of all geographical space and urban functions, and in this regard, all relevant elements and organizations and the whole city area must be monitored and controlled. The data of the urban management system are the demands of the government and the citizens, and their achievements, which are achieved through a process of planning, design and implementation,

are the development of the quality and quality of urban life (Nejati Hosseini, 2010: 108).

Urban management is to organize factors and resources to meet the needs of the city's residents. Given this city, it has a military presence, urban management is more than the city's physical surroundings (Metropolitan, 2010: 76). The general purpose of the urban management system is a broad organization consisting of official elements and other formal elements, effective and relevant in various aspects of the social, economic, and physical life of the city, with the aim of managing, directing and controlling the comprehensive and sustainable development of the relevant city (Najati Hosseini, 1389: 106). Urban management in the turning point to the concept and nature of management should include the mechanism of planning, organization, guidance, control and coordination in the administration of city affairs, whose goals are to be integrated in the city's comprehensive development and improvement of the level of welfare and comfort of citizens.. It is clear that realizing this goal can be achieved by

effectively and efficiently utilizing both material and human resources.

Considering that the structure and nature of the city are shaped in the form of a system composed of various components of the physical, social, economic, demographic, cultural, commercial, transportation, etc., the nature of the diverse urban space can be found in the interactions of space. A city of commercial space, social space, business environment, activity, investment climate, cultural space, etc. (Bastie, 2015: 17), which has a systemic nature and requires systematic approach and management. Therefore, the

definition of urban management is far more extensive than the organizational and executive bodies of the municipality and city councils. It is imperative that the municipality and city of the city as the main core of urban management, in addition to its inter-organizational coherence within its organization, have an active coordination with external factors. An organization is involved in the administration of city affairs (Ghafari Galeedeh, 2015: 213-214). The following figure illustrates the role of self-employed drivers in urban management.

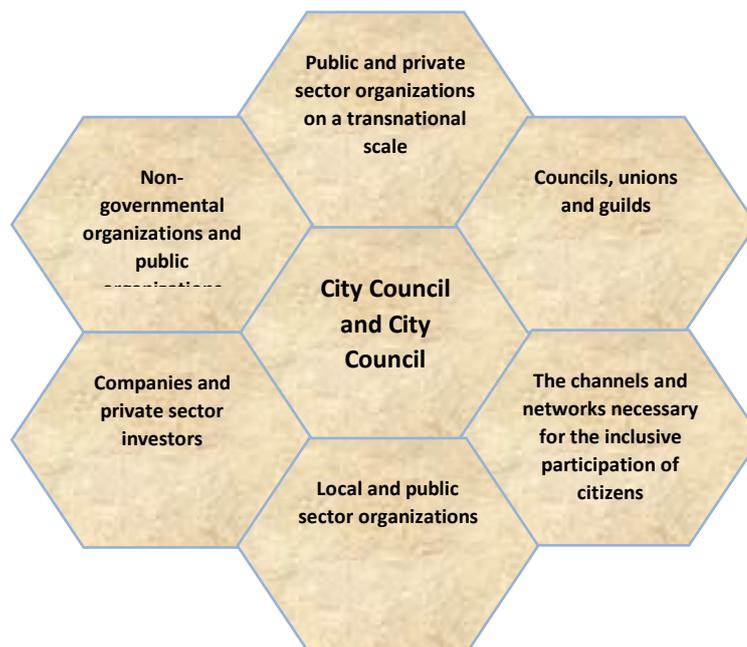


Figure (1) Managing agents in Urban Management

In the development of cities, several factors are involved, one of which is the urban management system. In this system, the role of urban management bodies and institutions or individuals and groups (regional and local) and the impact of their decisions on urban development can be considered. These decision-makers and policymakers have played a role in urban development, in which we focus on the role of urban management in urban development.

Improvement of human settlements and public services development, comprehensive and sustainable development of urban environment, urban planning, how to deal with urban issues and rational direction of the city, organizing factors and resources for responding to the needs of residents of the city, controlling the city's physical development and development, and Carrying out the necessary plans for the future development of the city, securing public interest, respecting the rights of citizens, the demands and demands of citizens, adjusting and regulating the land and its storage for the future expansion of the city, taking into account the provision of

sustainable development, social justice and public benefit In the process of spreading cities, balancing the interests of various forces and conflicting groups Social protection, maintenance and improvement of the physical environment of cities, urban environment, city safety, urban transport, urban quality and urban development, and the demands of the government and citizens, the implementation of major urban projects, the proposal or the creation of a change in the Commission of the matter Five, creation or increase of use, such as administrative, medical, military, police, and other utilities, issuing mortgages from municipalities, land plots and land ownership, implementation of massive projects, municipality revenue from sources such as licenses Construction, Density and Separation of Land, Renovation, Parking, Balcony, and Walking, etc.

## **7. Introduction of the realm of research**

Parsabad city is located at 47 degrees 54 minutes east longitude and 39 degrees and 39 minutes north latitude

with an average elevation of 44 meters above sea level. The total population of the city is 180,456 (Statistical Yearbook, 1395). A plain town that is located on the alluvial deposits of the Aras River, with a very small slope from the southwest to the northeast. The development of the city on the southern edge of the river of Aras prevented the development of the city in its northern direction, and inevitably the urban development process has taken place in the best agricultural lands of the southern margins, southwest and southeast of the city. Has a second municipality district and seven people are citizens of the Islamic Republic, and then the city is the second most populous city in the province.

## **8. Statistical population and sample size estimation method**

The statistical community to which the statistical population also refers to the collection of people (or elements) has common characteristics that are being investigated (Ezati, 2014: 128). In this research, the unit analysis includes the city of Pars Abad and its development, and the statistical society of the research is conducted by the

relevant experts in the management of housing and urban planning, government and service departments, and so on. The information required for obtaining senior, middle and operational managers 'and experts' opinions will be dealt with. The sample size is calculated using the formula  $n = \frac{z^2 pq}{d^2}$  of 100 people.

## **9. Information Collection Methods**

In this research, two methods of library (checking of books, journals, etc.) and fieldwork (survey using questionnaire technique) were used to gather information.

## **10. Data and information analysis methods**

The SPSS software is used to analyze and test hypotheses. The test used in this research is T-test.

## **11. Research findings**

### **- Descriptive statistics**

- 94% of the questionnaires are male and 6% of them are women.
- 41 people, 41% of the age group of 20-40 years old, 59 (59%) in the age group of 40 to 65 years old, and two groups of less than

20 years of age and 65 years of age are not included in this group. Which is shown in the figure below.

- 11 people, 11% have a master's degree and a doctorate, 49 are 49%, have a bachelor's degree, 32 are 32% have an associate degree, and 8 are 8% have a diploma. Accordingly, the highest percentage of

respondents with a bachelor's degree.

**12- Examination of assumptions**

*Testing the First Hypothesis:*

The performance of the responsible authority in city affairs administration has a significant relationship with the direction and organization of the city's physical-spatial development process.

Table (1) Test Table The first hypothesis

Error	Degree of Freedom of Error	Score t	Standard deviation	Average	Number
0.000	99	44.5	7.5	33.8	100

Considering that the significance level of the test in the examination of the above hypothesis is less than standard. Therefore, the test is meaningful, that is, the function of the responsible authority in the administration of city affairs has a significant relationship with the direction and organization of the urban-spatial development process of the city. As a result, the first hypothesis is confirmed. The t test score is 44.5 and the standard deviation is 7.5 and the mean of the group is 33.8. According to

the results and test of the first hypothesis, the elements of urban governance and management at the local and regional level, such as municipality, governorate, governorate, housing and urban organization, city council, etc., all contribute to the development of the city's physical-spatial Parsabad played a role. Therefore, the development, guidance and organization of the physical and physical development of the city of Parsabad has been largely dependent on the performance and demands of its responsible authorities,

and in particular the municipality as local institutions, which plays a more important role in the spatial development of Parsabad city than other factors.

*Testing the second hypothesis:*

The performance of the responsible

authorities in the city administration has a significant relationship with the provision of space services and the organization of urban facilities.

Table(2) Testing the second hypothesis

Error	Degree of Freedom of Error	Score t	Standard deviation	Average	Number
0.000	99	46.6	3.1	14.5	100

Considering that the significance level of the test in the examination of the above hypothesis is less than standard, so the test is significant. That is, the operation of the responsible authorities in the administration of city affairs has a significant relationship with the provision of space services and the organization of urban facilities and facilities. As a result, the second hypothesis is also confirmed. The test score is 46.6 and the standard deviation is 3.1 and the mean of group is 14.5. Based on the results and testing of the second hypothesis, official institutions and other official municipal administration at the local and regional

level, such as the governorate, the governorate, the housing and urban organization, the municipality, the city council, and the media service, expand the equipping of service space and organization Urban facilities and facilities played a role in Parsabad. Therefore, the expansion, equipping and organization of urban facilities and facilities of the public services of Parsabad largely depends on the performance and demands of the responsible authorities in the management of the city of Parsabad.

*Testing the Third Hypothesis:*

The performance of the responsible authorities in the affairs of the city has a significant relationship with the

development of the space of employment and business.

Table(3) Testing the third hypothesis

Error	Degree of Freedom of Error	Score t	Standard deviation	Average	Number
0.30	99	24.3	1.2	2.9	100

Based on the results of the T-test, which is presented in Table 4-3, and considering that the significance level of the test in the above hypothesis is higher than the standard, so the test is not significant. That is, the performance of the responsible organizations in the affairs of the city is not significantly related to the development of the space of employment and business. This shows that the operation of the responsible authority does not affect the prosperity and development of the work space and

business in the city of Parsabad. As a result, the hypothesis Third is not approved. The T test score is 24.2 and the standard deviation is 1.2 and the mean of the group is 2.9.

*Testing the fourth hypothesis:*

The performance of the responsible authorities in the affairs of the city has a meaningful relationship with the effective communication channels of citizens and the development of popular participation.

Table (4) Testing the fourth hypothesis

Error	Degree of Freedom of Error	Score t	Standard deviation	Average	Number
0.30	99	24.3	1.2	2.9	100

Based on the results and the results of the T-test, which is presented in Table 4-4, and considering that the significance level of the test in

examining the above hypothesis is higher than the standard level, so the test is not significant, that is, the function of the responsible authority in the affairs of

the city in relation. There is no meaningful way to create effective communication channels for citizens and to expand popular participation. As a result, the fourth hypothesis is not confirmed. The T test score is 27.22 and the standard deviation is 2.7 and the average is 5.6.

## 12. Conclusion

There are several factors involved in the development and development of cities, one of which is the urban management system. In this system, the role and elements of urban management, or individuals and groups of influence (at the regional and local level) and the impact of their decisions on the development and development of the city can be considered. Accordingly, considering the various factors affecting the development of a single vision for All cities and the acceptance of a particular factor in the development of cities can not be effective. Therefore, considering the role of all the effective factors and integrating with other factors, we must investigate the role of the set of effective factors in the development of the city. However, in this research only the role of the responsible organizations

in the development of the city has been paid more attention.

As in the first hypothesis, as well as the documents obtained by the municipality regarding the issuance of a building permit from 2003 to 2010 indicating the rising trend of the license, the expansion of construction and management of the standardization and the organization of the physical-space-based urbanization During these years. However, the weakness of the specialist forces in the areas related to the physical-spatial development of the city of Parsabad should not be ignored, which has led to the expansion of illegal construction horizontally in the surrounding lands often in the informal settlement (marginalization) in Parsabad.

Regarding the second hypothesis, in spite of the fact that the urban experts and managers consider the role and functions of the responsible organizations in the spatial equipments of service and organization of facilities and equipment in a meaningful relationship. If the lack of interdisciplinary communication between the institutions in the city affairs and the lack of coherent communication with the municipality and interactions,

the results have been very unsatisfactory for the city of Parsabad.

Regarding the third and fourth hypotheses, based on the results of the responses of experts and urban managers who consider the actions of the responsible authorities in city affairs in developing the business and employment environment, as well as in creating effective channels of communication with citizens and promoting popular participation. If the elements (formal and informal), according to the community base, as well as the use of the most effective tools of urban management, namely, urban laws and regulations, could act in a way that could have a significant effect on the effective communication channels with citizens and the expansion of public participation. To develop the business and employment space in the city.

Therefore, the way of expansion and development of the city of Parsabad has been largely influenced by the forces and processes of the abovementioned management. However, considering that urban development plans (comprehensive and detailed) and geographic factors also extend the city to the south, south-east and south Western sources, it can be

concluded that the responsible managers in the management of the affairs of the city of Parsabad have played a leading role in the development and expansion of the city. Therefore, it can be said that Parsabad municipalities facilitate the effects of other factors on urban development.

### **13. Suggestions**

Regarding the past topics, the field information collected, the test of the hypotheses and its results, to strengthen the performance of the institutions of urban management in the development of the city of Parsabad, we will present the basic solutions.

1. Strengthening the inter-institutional relationship and coherent communication with the municipality;
  - a). Supervising the responsible authorities in city affairs, especially the municipality, on buying and selling the suburbs;
  - b). Selecting specialized meetings between the responsible institutions, the private sector, City people to invest and build mutual trust and provide solutions to improve the performance of the responsible authorities in the affairs of the city of Parsabad.

2. Strengthening the staffing capacity (quantitatively and qualitatively) of the responsible institutions in areas related to physical-space development (building police, licensing of buildings, etc.).
3. Organizing meetings and justification classes based on the presentation of goals and the need for a comprehensive plan for managers and staff of the institutions associated with the plan.
4. Familiarity of managers and practitioners in urban affairs with practical urban. planning and urban management techniques.
5. Strengthening municipal finance by providing practical solutions to prevent the sale. of congestion and waiver of construction violations.
6. Use of creative forces specializing in organizations involved in urban affairs.
7. Gaining citizens' trust through active citizenship.
8. Improvement and expansion of the quantitative and qualitative urban furniture.
9. Preparation and development of the program according to the needs of the city.

10. Avoid horizontal extension with vertical expansion plan.

**References:**

- Bastie, Jean and Bernard Sez, 2015, *City*, Translated by Ali Ashrafi, Tehran: University of Art Publishing Statistical Yearbook of Ardabil Province, 2015.
- Saeednia, Ahmad, 2010, *Green Book Collection of Municipalities, Urban Management*, Vol. 11, Publications of the Organization of Municipalities of Iran.
- Sarafi, Mozaffar and others, 2010, *The concept, bases and challenges of urban management*, *Urban Management Quarterly*, Year 1, No. 2.
- Ezzati, Morteza, 2016, *Research in Social Science*, Tehran: Nour-e-Elam Publication, Second Edition.
- Ghafari Galeedeh, Ata, 2015, *Organization of the city's business system and presentation of a suitable model*, Thesis of Ph.D. in Geography and Urban Planning, Tarbiat Modares University of Tehran.

Saeedi Rezvani, Kazemian, Gholamreza, 2012, Feasibility of Transferring New Tasks to Municipalities, Volume Four, Tehran: Publications of Municipality, First Edition.

Nejati Hosseini, 2010, Seyyed Mahmood, Urban Planning and Management: Empirical Issues and Challenges, Tehran: Publications of the Organization of Municipalities, Second Edition.

**THE EXAMINATION OF COMPETENCE: COMPETENCE IN  
INTERNATIONAL COMMERCIAL ARBITRATION**Homayoun Mafi<sup>1</sup>Mohammad Reza Khademi<sup>2</sup>

**Abstract:** The arbitration clause implies the agreement of the parties' will to concede (assign) the existing or future dispute into arbitration, thus, in accordance with the law, the inevitable basis is to establish the referee's authority and jurisdiction and the influence of his/her verdict. Therefore, the formation of a court of arbitration and the issuance of a ruling requires that the existence and the validity of the contract of referral the matter to arbitration is acceptable to the parties. Although the parties may find a dispute (difference) in the existence and validity of the arbitration agreement, it is also likely that one of the parties denies or invalidates the existence of the arbitration agreement. In such a hypothesis, the formation of an arbitration authority and its review will entail consideration of the dispute before it. For this reason, one of the important

issues that may arise in arbitration is the determination of the competent authority dealing with a dispute that may arise between the parties as to the existence or validity of the arbitration convention or jurisdiction. The issue of competency assessment (Competence - Competence), which improves the efficiency of the arbitral institution, can be seen in the most legal systems. Whether the arbitral tribunal has the merit of deciding whether to qualify under the terms of the arbitral agreement is a question that has long been addressed in the arbitration law as the competence to determine jurisdiction.

**Keywords:** Competence –competence, International commercial arbitration, Jurisdiction, Arbitrator

**1. Competence**

---

<sup>1</sup> Associate Professor, Department of Law, University of Judicial Sciences and Administrative Services, Tehran, Iran.

<sup>2</sup> Ph.D. student of Private Law, University of Mazandaran, Babolsar, Iran. Corresponding Author Email: [khademix@gmail.com](mailto:khademix@gmail.com).

The parties, referring the resolution of the dispute to the arbitration order, shall at the same time award jurisdiction to the arbitrators. The optional nature of the arbitration shall be the basis for the establishment of qualification rule for the referees. In cases where arbitration is also compulsory, the legal provisions arising from the founding or treaties and the outcome of the will of the states, create the abovementioned competence (Dr. Ahmad Amir Moezi-International arbitration in commercial cases- page 251).

One of the effects of the competence - competence doctrine is the possibility of reviewing the competence of the referees in the assumption of objection to it by the arbitrator or the arbitral tribunal. It is also possible to review this matter after the judge or judges through the judicial authorities.

The reviewing authority may, in the case of a dispute, can rule on its competence (jurisdiction). That is, the judiciary (referee) can determine independently whether it has the discretion to resolve a particular dispute without requiring court authorization, even if the judiciary can first decide on

its jurisdiction (competence), the courts will not be completely exclude (Homayoun Mafi, page, 207).

The suitability (merit) of the arbitral tribunal to decide on its jurisdiction (competence) is the inherent authority of the dispute resolution authorities, including arbitration tribunals, and is an essential element in ensuring the ability and capability of the judges to perform their duties, and therefore we should not attempt to justify it on the basis of foreign foundations. The competency to determine the competence (competence - competence) is an effective rule designed to minimize the complications of unjustified objectionable protests against the jurisdiction of the arbitral tribunal. Given that the qualification competency doctrine, gives the authority and competence of decision-making to jurisdiction (arbitral tribunal), thus, it promotes the efficiency of the arbitration body, since there is no longer any need to go through the time frame and costs of hearing a judge in order to obtain a judicial decision on the jurisdiction of the court of arbitration (arbitral tribunal) (Ibrahim FI Shihata- page 25-26).

## 1.2. Definition of Competency

Qualification in the word means being qualified and having competence (Mohammad Moein-p. 2195).

The power to do things for the official in the law, as well as for government-affiliated agents, such as the editors, is called intrinsic qualification. In relation to the field of actions, they say about judicial as jurisdiction (Mohammad Jafari Jafari Langroudi). Therefore, competency (jurisdiction) in terms of concept is the duty and right that judicial authorities (judiciary or administrative) have in law, in cases of litigation, complaints, and special affairs (Abdullah Shams-vol 1, p. 374). In fact, in the position of a dispute and resolution of a dispute, the person must refer to the authority competent to deal with, in this sense, the competency (jurisdiction), qualification is the ability, right and duty which, according to the law, judicial and non-judicial authorities have in dealing with claims and complaints and disputes about it. It is from this same point that qualification (competency) is defined as such: Qualification (competency) is an option given to a court to deal with a dispute and issue a ruling thereon. This

option is provided by law in accordance with a special order (in the case of specialized courts) or in accordance with a general ruling (in the case of public courts) (Ahmad Matin Daftari, Vol. 1, p. 208) (in the case of specialized courts) or in accordance with a general ruling (in the case of public courts) (Ahmad Matin Daftari, Vol. 1, p. 208).

Although the discretion (authority) and jurisdiction of judges to decide on their own jurisdiction (competency) is generally recognized, the existence and basis of such jurisdiction (competency) hasn't been completely resolved (Barcelo, p. 1123).

### 1.2.1 Principles of Determining the Jurisdiction (Competency) of the Referring Court

By looking at the historical record of arbitration, one can find that the root of the arbitration should be sought in the context of a public prosecutor's vacancy, so that at that time, arbitration was considered as the only solution to the dispute, while at the same time, despite the establishment of state judiciary bodies, and while referring to them through the normal way to resolve

disputes, arbitration continued its life mainly for this that the parties to the dispute were willing to resolve their disputes with less fines and costs and more rapidly by those who were involved in their election. This desire and the need to respect it led to in the credible system of proceedings the arbitration rules in more or less accurate manner to be developed (Abdullah Shams third c - page 516).

Referring the matter to arbitration is based on an agreement between the parties, while, in some cases, the legislator has considered sufficient the request of one of the parties to refer him to the arbitral tribunal and required the court to proceed in this regard, such as the arbitration law adopted in 1957 and Article 10 of the amendment law of some of the laws of the 1976 court, even in the bill on investigation, exploration and extraction of oil across the country and the continental shelf approved in 1957 and in the development of petrochemical industry act approved in 1965, required the referral of disputes to arbitration and foreseeing this in the contract. (Page 518) Article 43 of the Law of the Cooperative Section of the Islamic

Republic of Iran also provides for the referral of the dispute to the proceedings regarding cooperative companies.

Today, we see a wide range of legal opinions on the basis of the discretion of the judges to decide on their own competencies. For example, while some legal writers believe that authority and jurisdiction (competency) of the judges is the basis of arbitration agreement, because the integral part of the life and validity of the arbitration proceedings is the consent and agreement of the parties. Others, because they have considered the qualification competency (jurisdiction) as inherent in arbitration tribunals, consider it to be independent of any arbitration agreement. Also, many authors have documented jurisdiction and qualification competency, based on the rights of the country where the arbitration and the rights of each country to which the agreement is to be implemented. Ultimately, other authors suggest that the authority and competence to determine jurisdiction (qualification) can derive from customary rules that would otherwise waive the right to invoke the provisions of the domestic law (Redfern- page 345).

### 1.2.2. Contractual Basics

In the second paragraph of Article 2 of the International Commercial Arbitration Rules, the legislator has allowed individuals who have a civil dispute to relinquish access to the state court, and to give their decision to a non-governmental judge elected by him, who is called the arbitrator. This reference is based on the will of the parties as follows:

An agreement on arbitration, in a general sense, is the consent of at least two sides for referring a judgment as to the existence of a civil dispute or a possible future dispute arising from a legal relationship with a person other than a state judge (Morteza Yousefzadeh-Page 25).

The aforementioned agreement, which is concluded principally in the form of an arbitration agreement, shall be agreed upon by the parties, according to which the parties agree that their existing dispute, either in court or not, or controversy and possible dispute that may occur in the future, , has been defined for referral to one or more individuals for the consideration of a

decision (Abdollah Shams-i-III – page, 520).

Legal writers have provided judging divisions for referral contracts to arbitration based on the time of their conclusion as well as the referral method, which, in a quantitative division into contracts preceding the dispute and controversy and subsequent contracts, have divided.

In accordance with Article 455 of the Civil Procedure Law, the parties have the right to appeal to arbitration in two forms. One is to agree to negotiate and agree on the terms of the stipulation, either in agreement with the contractor, or in the form of a contract with stipulation, or in the form of a contract for the original contract, in case of a dispute between them, refer to the arbitration. The terms of the arbitration in the contract shall be subject to its disagreement and, if agreed between the parties, it happens that there is no dispute between them and does not exist. Conversely, the arbitration convention is concluded as an independent contract when there is a dispute between the actual parties (Homayoun Mafi, p. 58).

Therefore, given that the arbitration is of a contractual nature and

the arbitrator obtains the authority and power of the parties to the agreement (arbitration agreement), and the existence of arbitration depends on the will of the parties, contrary to the judicial authorities who derive their competence from the public power of law and in that, the agreement between the parties is not a condition, jurisdiction of the courts of arbitration arising from the agreement of the parties. The arbitration agreement, as a private contract, limits the powers of the parties, and the arbitrators shall be obliged to respect the will of the parties in this regard. Any change in the nature of the controversial agreement may be the arbitrator's violation of the limits of powers granted to him by the parties to the contract. The authority of the arbitrators is within the scope of the contract parties' forecasts, and they are those who can extend or limit the authority and jurisdiction (competency) of the judges, therefore, the extension or limitation of the authority of the judges has a contractual basis and reflects the arbitration agreement. Internationally established practice in international arbitrations implies the acceptance of the jurisdiction (competence) of arbitrators

in their own jurisdiction (competence) (Homayoun Mafi, p. 210).

It therefore seems to be possible to conclude that when the parties have the ability to decide that an arbitral tribunal should not determine its jurisdiction (competence), they shall also a fortiori be empowered to determine the scope and extent of its competence (jurisdiction).

The parties' intentions are one of the facts that the Iranian and US Court of Arbitration sets by virtue of that jurisdiction (competence). It is not necessary that the intention of the parties in the assignment of jurisdiction (competence) to an arbitral tribunal be specified in particular manner, but it is also inferred that the intention of the relevant circumstances, including the circulation and progress of arbitration (j.gillis wetter-at5).

### **1.2.3. Legal Basis**

Arbitration, if is not due to consent and agreement of the parties in the referral of the matter to the arbitral tribunal and the referral to the arbitration is determined by law, the arbitration is

compulsory or legal (Homayoun Mafi, p. 52).

Forced arbitration was initially envisaged in the law of 19/03/1928, according to Article 1 of this law, whenever a lawsuit (claim), a litigant of a court, demand peace of innocence and commerce from the court, discontinuation of the lawsuit is carried out through arbitration, the court will obligate the other party of lawsuit to accept this request and will be handled in accordance with the following. Provided that the application for arbitration has been filed before the end of the first trial and the lawsuit has been filed on that indulgence court.

In accordance with Article 17 of the Law on the Establishment of the Securities Exchange Act of 17/5/1966, the exchange arbitration board, which is formed on a permanent basis, deal with disputes between the brokers and between sellers or buyers or brokers arising from transactions in the exchange. The legislator in 1974 and Article 5 of the Family Protection Act stipulated: The court, upon request of either party, is required (obliged) to refer the matter to the referee, with the exception of the consideration of the

principle of marriage and divorce. The court will also refer the dispute to arbitration if it is suspected.

Several years later, the legislator, in Article 10 of the Law on Amendments to some of the Laws of the Court of Justice, has declared: "In any legal action, except for the cases specified in Article 675 of the Civil Procedure Code, which was filed before the adoption of this Law and until the date of enforcement of this Law, it has lasted five years, whether initially or in the course of research, the main plaintiff within two years, if the hearing termination is not announced, request settlement of the claim through arbitration in a written way.

In Note 2 of Article 3 of the Bill on the Law of the Civil Criminal Court of the year 1980, it was also stipulated that if a couple applied for divorce pursuant to Article 1133 of the Civil Code, the court first refers the matter to arbitration. If there was no compromise between the couples, the court will allow the couple to divorce.

In accordance with paragraph 2 of Article 2 of the International Commercial Judicial Commercial Code of 1997, all persons who are liable in the

course of a dispute can refer their international trade disputes arbitration, whether they are or have not been filed with the judicial authorities. In case of litigation at any stage, it may be referred to arbitration in accordance with the provisions of this law with mutual agreement.

Under Article 454 of the Law on the Enlargement of the Year of 2000, it is also clear that the companies that have the capacity to lodge a dispute can interact with each other in a dispute and controversy, either in court or not, and if the litigation at any stage of the proceedings, refer the arbitration of one or more persons.

According to Articles 36 and 37 of the Law on the Securities Market of the Islamic Republic of Iran, which was adopted on 22/11/2005 and replaced by the Stock Exchange Laws approved in 1966, the issue of the referral of the dispute to arbitration has also been foreseen.

In American law, there is also a form of compulsory arbitration in which the parties in the choice of arbitration as a method of resolving a dispute act with freedom, but they have no choice of the judge or the prosecutor (handler).

For example, in federal contracts, the parties to the contract can agree that, if there is a dispute, the matter will be examined through the contracts review body, but the other will not be able to interfere with the prosecutor (handler) (Abbas Karimi - page 59).

Article 1466 of the French Civil Procedure Code states that if one of the parties to the dispute objects to the principle of the jurisdiction (competence) of the judges or its limits, the arbitral tribunal is competent to review its jurisdiction (competency) and may decide on its validity and limitations of its jurisdiction (competency).

Article 186 of the Swiss Arbitration Law also considers the Arbitral Tribunal competent to decide on its jurisdiction (competency). Article 30 of the English Arbitration Act of 1966 has also empowered the Court of Justice to rule on jurisdiction (competency). Article 1052 of the Dutch Code of Judicial Procedure also defines the same rule.

In the various rules of international arbitration, it is also stated, so that Article 21 of the United Nations Commission International Trade Law (UNCITRAL), Article 6 of the ICC,

Article 15 of the International Arbitration Rules of the US Arbitration Tribunal and Article 14 of the International Arbitration Rules of London also have granted the right to arbitrate jurisdiction.

The legislative process in different countries shows that the principle of jurisdiction in determining jurisdiction (competency) is a general and consolidated rule.

Article 16, paragraph 1, of the Iran's international arbitration law, has also declared in a similar provision, the tribunal may decide on its jurisdiction (competency), as well as on the existence or validity of an arbitration agreement. For this purpose, the arbitration clause, which is part of a contract, is considered as an agreement independent of the other terms of the contract.

#### **1.2.4. Contractual and Legal Foundations**

Some writers, considering insufficient the above principles, have combined the two abovementioned principles. According to this view, the principle of the freedom of contracts is subject to certain limitations

everywhere. Considering eligible a judgment as an entity created in the scope of the contract does not necessarily lead to the conclusion that the parties are free to organize all of it in a way that they consider appropriate. If the opposing concept of this idea is preferred, it can't be implied that the arbitration has been chained by inappropriate rules and regulations. Therefore, it can be admitted that arbitration courts (tribunals) are part of a judicial organization of a country and at the same time, it is possible to recognize that they are not only originated from a private agreement which legitimate value is acknowledged by the government, but also is governed by it (Mohammad Hossein Bordbar, page 89).

In his report to the International Law Institute in 1952, Professor Sasser Hill explains it in detail. In his report, while acknowledging that the arbitration is rooted in a private agreement, he argues that arbitration can't go beyond all legal systems, because there must be a law that can validate recourse to arbitration and the implementation of the arbitration. Therefore, arbitration is an establishment with a mixed competence, of its own origin, which is rooted in the

parties' agreement and takes its qualification from the civil law (-94).

is necessary to consider the above issue in two main sections.

## **2. Qualification (Jurisdiction) Issues**

Agreeing parties to refer a dispute to arbitration, whether before or after the dispute, is a necessary condition for referring the dispute to arbitration, but it is not sufficient because the arbitration agreement, in addition to the elements of the contracts and permanent credentials, the referee must also have a certain qualification. The purpose of the qualification (jurisdiction) is that the referee has the conditions desired by parties. Contrary to the jurisdiction (competence) of the subject, upon which receipt, the referee will have the subject matter from the beginning to the end of the hearing, in reviewing the competence of the arbitrator, in addition to the general rules of jurisdiction and the special conditions of arbitration in the relevant laws, the parties to the contract may determine his referral to arbitration of specific conditions that failure to do so, or the loss of that condition during the hearing, may result in the disqualification of the judge, therefore, it

## **3.1. Objections about the Aeferee**

When the task of resolving disputes is assigned to the judges (referees), by accepting the principle of competence (jurisdiction) in determining jurisdiction (competence), they will have a special place because they are the private judge to deal with the claims of the parties. As such, judges of the court have conditions that the absence of them will result in the referee's departure from the conditions required for issuing the verdict (decision).

### **3.1.1. Competence**

The first condition for arbitration is to have competence. In many national legal systems, such as France and Germany, it is stipulated that judges must first be the real person and, secondly, have legal status (competence).

The International Commercial Arbitration Law does not explicitly refer to the necessity of the reality (being real) of judges, but in Article 1 (a), which

reads as follows: "arbitration is the elimination of disputes between laws outside of the court by a person or natural or legal persons with designated nature or agreed by parties».

In the case of judges' competence, there is no express provision in the International Commercial Arbitration Law, but according to the general rules it is not possible to consider valid the arbitrary verdict without competence. According to the Iranian legislator, in Article 476 of the Civil Procedure Law, the persons without legal competence can't be chosen as judge, even with agreement of parties, however the provisions of Article 466 of the Code of Conduct will naturally also be subject to international arbitration. Of course, Article 14 of the International Commercial Arbitration Law can also be inferred that it has been argued that if an arbitrator is, by law, or, for example, he/she isn't capable to perform his/her duties, his/her responsibility shall be terminated.

### **3.1.2 Judges Who Are Prohibited from Doing So**

In the Code of Civil Procedure, the cases referred to by the arbitrator as defects are in the second paragraph of Article 466 of the above law: Those who have been deprived of arbitration by virtue of a definite court ruling or in consequence of it. Also, in paragraph 6 of Article 489 of the same law, the issuance of a decision by judges who were not authorized to vote (ruling) is considered for reasons for its cancellation.

### **3.1.3.Independence and Impartiality**

The right to have independent and impartial judges is not allocated merely to the judges of the judiciary. In the arbitration, the parties have the right to decide independent and impartially arbitrator and arbitrator decide to resolve their disputes and because the parties have agreed that their dispute - is resolved with the private mechanism – arbitration, it does not mean that the parties have denied their rights to such a right that is recognized globally as one of the fundamental human rights. It is not important that justice is only implemented, but more importantly, justice is seen openly and without any

doubt to be executed (Christopher Koch, Standards and Procedures for disqualifying the arbitrators, Translation by Alireza Ibrahim Gol - No. 36).

Article 6 of the European Convention on Human Rights also points to this issue as one of the fundamental and accepted principles of international arbitration that judges must be impartial and independent and remain in the process of reviewing such qualifications.

### **3.1.4. Independence**

Independence of the judge means that the judge or judges should not have any (relative or causal) association or conflict of interest with either party. Independence as a whole is considered as an objective and fact-based standard. In order to determine this, it is necessary there is no actual or past relationship between the parties and the judges that may or at least apparently to affect the freedom of judgment and judgment of the arbitrator.

Lack of independence is clear in the cases that the judge has financial or non-financial benefits as a result of the case. One of the most widely accepted legal rules governing independent

judgments is that nobody should be the judge of his/her case. Therefore, the major managers of the companies of the parties to the dispute are not suitable judges. . It does not matter whether there is a real threat of advocacy and partiality. In contrast to small shareholders whose stock value does not greatly affect the outcome of arbitration, it may not necessarily lack of independence (Julian Diamond Luke-Lucas Mistyllis-Stephen M. Kroll-Page 278).

#### **3.1.4.1. Impartiality**

Impartiality in the word means that it is necessary to observe the equality between the parties, as if in legal dictionary, impartiality means the position of an individual in a dispute that does not relate to any party of the dispute.

The meaning of impartiality is that arbitrating to one of the parties to the lawsuit, or the subject that the judge must decide for it, does not show willingness or discord. Unlike the judge's independence, to assess the judge's impartiality the subjective criterion is used (Christopher Cook, *ibid*).

Impartiality is also defined by the absence of any obligation and responsibility of the arbitrator (judge) to one of the parties (Hamed Masoumi, Zeynab Barati, page 39).

Of the cases where the judge's impartiality is questioned if the judge has already expressed himself/herself in the exact legal issue or has acted as the advisor of one party in the matter (Julian Diamond Luke, Lucas Mistallis, Stephen M. Kroll-Page 276).

#### **3.1.4.2. Not having Specific Attributes and Conditions of Arbitration**

The parties to the arbitration convention may determine the special conditions for which the existence of those special conditions from the commencement of arbitration until the end of that period is necessary for the arbitrator's competence to do so, and the lack of any of them will eliminate the arbitrator's competence in issuing the verdict (decision). The English Arbitration Act 1996, Section 24, states that if the referee (judge) does not have the characteristics of the parties, then at any time by the court he/she can be dismissed. The most important features

that international organizations determine for arbitration are as follows.

#### **3.1.4.3. Mastery of legal issues**

Given that many issues are legal issues, the judges for judging must be fluent in legal issues. According to Article 27 of the International Commercial Arbitration Law, the arbitral tribunal must decide in accordance with the rules of law.

#### **3.2 Familiarity with Business, Industry, and Industry Relevant to the Issue of Dispute**

Considering that today the important commercial and industrial matters and the specialized matters are referred to arbitration, it is very important for the parties that the arbitrator agreed by parties should have the expertise and be specialist in the matter of dispute, although the same judgment of the courts allows the referral of technical and specialized subjects to specialist experts, but the parties to the arbitration choosing the referee prefer that the arbitrator, with the technical

knowledge of the subject, himself as a specialist, comment on the dispute.

Clause 4 of Article 27 of the International Commercial Arbitration Law states that the Arbitration Tribunal must decide in all cases in relation to the commercial law of the subject matter. One of the reasons for referring the dispute to arbitration is the use of the expertise and experience of the referees on the subject of the dispute.

### **3.2.1. The Language of the Judges**

Basically, given that complex issues of arbitration and contract matters require interpretation, the full familiarity with the language of the contract or the language of the parties is one of the requirements for conducting arbitration, which generally traditional languages are used in international relations. Under Article 21 of the International Commercial Arbitration Rules, the language of the arbitration will include any bill, document and reason for the parties to the negotiations, hearings and voting (ruling).

### **3.2.2 Complaints about the Arbitration Agreement**

Except in certain cases and due to the will of the legislator, individuals can't be forced to accept arbitration, contrary to their will. Because the resolution of the current or future disputes in arbitration must be accompanied by mutual consent otherwise have no usefulness and a sign of this consent is the arbitration agreement. In fact, the agreement on the arbitration is the first and most important condition for the creation and birth of the institution of arbitration (Mohammad Hadi Bakhtiari Farr-49). Therefore, to appeal to the arbitration agreement, it has been applied in two general ways.

### **3.2.3. Discredit (Invalidity) of the Arbitration Agreement**

The arbitration convention is the basis of the jurisdiction and legality of the reference for arbitration. If, for any reason, the arbitration convention is not valid (credit) or void or that it lacks one of the essential conditions for the validity of the transaction specified in Article 190 of the Civil Code, the arbitration court shall be deemed to be ineligible (incompetent) (Homayoun Mafi, page, 450).

In accordance with article 7 of the International Commercial Arbitration Rules, an arbitration convention must be signed in the form of a document by the parties. Based on this, writing is one of the essential conditions of the arbitration convention document. For this reason, two reasons have been introduced.

The first reason is related to the written conditionality, to ensure the parties agree to arbitration and to refuse to disregard the agreement. The second reason for writing the arbitration clause is to record and register the agreement between the parties and to prove the existence and content of the arbitration convention in the subsequent proceedings. According to Article 5 of the New York Convention, the implementation of the arbitration convention is subject to written agreement between the parties. An arbitration convention can be found to be non-valid in two aspects. Of the form, the most important factor in the invalidity of the arbitration convention is the condition of writing or written arbitration agreement.

From the material aspect, the arbitration convention must have the

essential conditions of the transaction's fairness, which is also the case in other contracts, including the intention and the consent of the parties, their competence, the particular subject matter that is traded and the legitimacy of the transaction (ibid.).

The International Commercial Arbitration Rules of Iran also in the case of cases of invalidity of the referral contract for arbitration, in clause (b) of Section 1 of Article 33 states: the arbitration convention is not valid under the law that the parties consider to be the governing agreement and in case of silence of the ruling rule, is outright opposite of Iran's law, has been considered invalid. In the law of UNCITRAL, it also draws up the same rules, with the difference that, in the absence of the agreement, the law determines the place of arbitration.

#### **3.2.4. Ability to Judge**

Although arbitration is today the most common way of resolving international trade disputes and the growing willingness of countries to develop and eliminate obstacles to its evolution, but according to the laws of

most countries, the resolution of some issues through arbitration continues to be faced with legal obstacle. In most cases, this is related to specific features of the subject, which, irrespective of being domestic or international of related arbitrary, is considered not arbitrated, but in some cases also the inability of arbitration in International Commercial Arbitration is due to the international aspect is the issue and foreign agent's involvement in arbitration. The issues that are considered not arbitrated as usual don't have merely private aspect and are also public, and perhaps their public aspect may be overcome by their own private aspect. Therefore, the criterion of arbitrariness implies the observance of public law and the safeguarding of national interests in resolving disputes (Berg -bertjan, the new York arbitration convention of 1958, Kluwerlaw and tax publishers 1981, p369).

The ability to judge refers to restrictions that each country imposes on arbitration for the protection of certain interests by referring arbitration to certain matters. These restrictions, which are derived from public order, may vary from any society to another and from time to time. These restrictions specify

the extent of the will to determine the dispute resolution system (Javad Seyedi-Page 12).

### **3.2.5. Ability to Judge in International Law**

Today, the principle is based on the arbitration of issues in international law, but lawyers have raised objections to disputes arising out of commercial competition rights or intellectual property rights and rights in securities.

In Articles 736 and 737 of the Argentine Civil Procedure Act, any dispute between the parties, except for disputes which can't be the subject of conciliation and settlement by the parties, may be referred to arbitration. In accordance with Article 1 of the Swedish Arbitral Tribunal, only the disputes concerning the subjects to which the parties have contractual freedom can be arbitrated. Consequently, the subject matter of public law is not open to arbitration. In accordance with French Civil Law in Articles 2059 and 2060, the parties may also any dispute that have freedom in its determining, except for public order issues, but now In France, the situation is such that international

judges are not prohibited from making decisions on issues of general public considerations because the French Court of Justice has declared that the provisions of Articles 2059 and 2060 are not applicable to international arbitration, so today the French courts admit that referees can handle disputes over antitrust, intellectual property, bankruptcy, and registered rights, even though these issues are universally qualified.

Although arbitrariness and public order are same rooted, but each of them arise at a different stage, and they are, in essence, pursuing different issues. The issue of public order in relation to the content of the verdict is raised, and seeks to guarantee this it is an issue that has not violated the standards of public order in a country that would invalidate or prevent the identification or execution of the decision, which is why in international documents both at the New York Convention and in *UNCITRAL* sample law is raised only after the issuance of the arbitrator's ruling, and in discussing the arbitration agreement, speaking of which not mentioned, While the ability to deal with a dispute is raised, whether at the time of the recognition of

the arbitration agreement or at the time of the revocation, or the identification and enforcement of the arbitration, the ability to refer a dispute to arbitration is examined. That's why, it is raised in the New York Convention, Article 2 deals with the Arbitration Agreement, as well as Article 5, which relates to the identification and enforcement of the judgment. (See page 25).

#### **3.2.4.1. Ability to Judge in Iranian Law**

The Article 34, paragraph 1, of the International Commercial Arbitration Law, which has been adapted to the law of the *UNCITRAL* example, prohibits cases which, according to the domestic laws of Iran, are not capable of referral to arbitration.

### **3.3. The Constitution**

In order to understand the issues that are not subject to arbitration, the Constitution of the Islamic Republic of Iran must first be referred to. Article 139 of the Constitution provides: Peaceful litigation regarding public and governmental property or its referral to arbitration in any matter is subject to approval by the Cabinet of Ministers,

and it must be informed to the parliament. In cases where the lawsuit party is foreign and in important domestic cases must also be approved by the parliament. The Guardian Council has also stated in the interpretation of this principle in any case that the operation of the state or the official is based on the law, is approved by the Islamic Consultative Assembly, only in the approved range is legal and outside of that scope, except in part or in full, requires the passing of the Islamic Consultative Assembly (Theory No. 9993 - 8/9/62 and Theory No. 5606 - 7/12/1993).

The judicial interpretation of the above principle and the theory of the Guardian Council in various cases have not been in the same form. Some using the distinction between the functions of government and public institutions, saying that:

When a state-owned tangible corporation is a business and possesses property not for the exercise of the sovereignty but for business purposes, it is not prohibited to refer to arbitration and Article 139 of the Constitution and Article 457 of the Civil Procedure Law do not apply to individuals, that firstly,

they will conclude an arbitration agreement with the state-owned companies that are acting in the company and, secondly, if the arbitration award is at their disadvantage, they will deal with the aforementioned cases regarding the revocation of the arbitral tribunal (Proceedings of 13.2.29.198 in the Classical case of 27th of 86th / 27th branch of Branch 27 of the Tehran General Court).

The same opinion about the property of private companies and corporations that in some ways, government executives or supervisors are appointed to them after the victory of the revolution (Islamic revolution) by the Algerian Committee on the review and modification on 21/11/1982, which states that in the case of the claim is for a private legal person governed by state management or supervisor, Article 139 does not apply because the provisions of the said principle apply to state or public property, and the ownership of personal property rights of private law does not change with the installation of a state manager or supervisor (Liaia Jenidis - page 92).

These opinions are generally based on the distinction between state

affairs in the exercise of sovereignty and what the state does in the conduct of its enterprise, since the legislator's term from article 139 of the Constitution of the Islamic Republic of Iran is public and state property that is used to govern the government which is to exercise sovereignty with the government and government companies and is apart from doing business and trade affairs.

In contrast, some government and government agencies and state-owned companies are not allowed to refer to arbitration unless approved by the Cabinet of Ministers and informed by the Assembly on internal and internal important affairs and in matters relating to relations with foreigners with the approval Cabinet of Ministers and ratification of parliament.

Based on this principle, in an instance of the court's verdict, according to Article 139 of the Constitution, the arbitrator has decided to issue a ruling that is in direct conflict with the rules give rise to the right, therefore, for not obtaining the resolution of the Cabinet of Ministers and the issued verdict is against the constitutional laws and specified laws (Proceedings No. 221200948-23 / 6/88 of Classes

88/12/600, Branch 12 of the Appeals Court of Tehran Province)

### **3.4. Rules of Claims**

Article 496 of the Code of Civil Procedure and Civil and Civil Revolutionary Courts of 2000 did not consider some of the claims to be arbitrary.

### **3.5. Bankruptcy Cases (lawsuits)**

According to clause 1 of Article 496, this case (proceeding) can't be referred to arbitration, but about this that the lawsuits (claims) related to bankruptcy, such as a negotiated agreement or a lawsuit for revocation and termination of a negotiated contract, can't be referred to arbitration or no there is no consensus. Some argue with this that effects of such claims in addition to the parties to the claim to other persons believe that it is impossible to refer it to arbitration (Abbas Karimi, p. 120). However, it is tempting to interpret the exceptions in detail, in addition, the fact that the relationship of this claim with third parties isn't a strong reason for inability of the trial judge (arbitration),

since most of the claims directly or indirectly relate to the rights of third parties, and, given the acceptance of the possibility of monitoring the submitted verdicts (decisions) by the authorities, fears of any harm is ended to third parties.

### **3.5.1. Claims about the principle of marriage, its termination, divorce, and its descendants**

By virtue of paragraph 2 of article 496, the aforementioned cases (claims) are considered not being arbitrated. However, in the case of marriage or divorce claims (such as divorce and alimony or custody), the possibility of their referral to arbitration has been accepted, because the above affairs are directly related to the social ethics and religious rules of the parties.

### **3.5.2. Referral of disputes between the marine transportation officer and passengers before the occurrence of the dispute**

According to Article 118 of the Marine Law 1964: if before the incident causing damages, in the contract, the

conditions have been issued for the purpose of constructing the transportation officer, or in the case of limitation of liability, a sum less than specified in this chapter is determined, or in cases where proof is required by the locally employed locator, to be changed, or the condition that the disputes be referred to arbitration or a court, the aforementioned conditions are null and void.

## **4. Conclusion**

Nowadays, with the expansion of trade relations between natural and legal persons and the growth and development of international trade, the need for resources that can quickly and accurately meet the parties' demands is more and more needed. Therefore, the growth of the issue of arbitration authorities with a great deal has been done. The coordination and creation of similar process in these institutions requires the analysis of various issues and the establishment of general rules that all the institutions of arbitration will follow it, which will make it possible for those referring to the above institutions and actors in the realms of trade is also

aware of their circumstances and with knowledge of the issues, they are going to refer to the institutions of arbitration.

Considering that institutional arbitration is a substitute for referring to the judiciary, which is both willing and mutually consent and would provide better conditions for it, therefore, it was initially assumed that the referee, like the judge of the court, should have a general jurisdiction in respect to the private aspect of the proceedings, in order not only to fulfill his or her designated task of arbitration, but also the essence of arbitration, which is speeding up proceedings. Therefore, in the hypothesis that it is possible to deny the jurisdiction of the arbitrator in determining his competence, removed the subject of the proceedings from his/her hand, we will be faced with these substantive objections that judgment will be removed from its original character. In addition, by accepting the possibility of challenging the referee's decision, any objection to arbitration (including the personal jurisdiction of the referee or the arbitration institution or the invalidity of the contract) may be reviewed in another instance. Therefore the issue is subject to the discretion of the arbitrator, before the

decision is taken out of the ordinary proceedings.

This view has led the most legislature's international institutions and the various countries, believing in the principle of the competence of the arbitrator in determining their jurisdiction, to believe that whenever one party, for any reason, objects the jurisdiction of the arbitrator (referral institution) and the referenced matter, the matter is raised and the referee commented on this issue, but this opinion is objectionable to the judicial authority.

## **5. References**

Ahmad Matin Daftari (2009) Civic and Commercial Law, Tehran, Majd Publication, Third Edition

Abdullah Shams (2006) - The full text of the Civil Procedure Code-Drak- Tenth Edition

Morteza Yusefzadeh (2013) - Rules of Arbitration - Publication and Printing Co. Second Edition

Homayoun Mafi (2016) Explanation of the International Commercial Arbitration Law of Iran - University of Justice and Administrative Affairs - First Edition

Abbas Karimi and Hamid Reza Parto (2013) - Internal arbitration rights - Publication of Justice (Dadgostar)- Second Edition

Julian D. M. Liu-Lucas Mystelis-Stefan M. Carroll (2012) International Comparative Business Tribunal -Mofid University - First Edition

Hamed Masoumi, Zeynab Brayat (2015) Referee Injury in International Commercial Arbitration, Behnamy Publications, Tehran, First Edition

Javad Seyyedi (2013) - The Impact of Referral Ability in International Commercial Jurisdictions - Jungle Publication - First Edition

Laia Junidy (2013) - International Commercial Law Enforcement- Publication of the City of Knowledge- Third Edition #

Mohammad Moein (2009) Moein dictionary, Amir Kabir Publication House, Tehran, Twenty Sixth Edition # Mohammad Jafar Jafari Langroudi- Expanded Terminology- Ganj Danesh Publication-Fourth Edition

Mohammad Hussein Bordbar, Competence in International Arbitration Courts (2005) - - Ghoghnoo (Phoenix) Publications - First Edition #j.gillissetter-the international arbitration process-public and private-oceana publications-inc-dobbs ferry-new York- 1979

Cristopher Koch(2003). Standards and procedures for disqualifying arbitrators— journal of international arbitration—# Berg –bertjan, the New York arbitration convention of, Kluwer law and taxation publishers-1981

Ta Lee, Jack Tsen, Separability, Competence-Competence and the Arbitrator's Jurisdiction in Singapore, Singapore Academy of Law Journal, 1995

Ibrahim FI Shihata, The Power of the International Court to Determine Its

Own Jurisdiction, Springer (eBook)-  
(1965)

Redfern A et al, Redfern and Hunter on  
international arbitration, 5th edn. Oxford  
University Press.

Barceló, who decides the arbitrator's  
jurisdiction – separability and  
competencecompetence in transnational  
perspective. Vanderbilt Transnational  
Law Journal, 36-(2003)

**LEGAL PRINCIPLES OF ECONOMIC POLICY IN THE ISLAMIC  
REPUBLIC OF IRAN**Ayoub Ahmadi Gandmani<sup>1</sup>Mohammad Sadeghi<sup>2</sup>Babak Baseri<sup>3</sup>

**Abstract:** In this research, we first describe and explain the terminology and key words used in the title of the research, namely "Legal Basics", "Economic Policy" and "Islamic Republic of Iran". After explaining the terms and key words used in the research title, this question has been raised, what is the legal basis of economic policy in the Islamic Republic of Iran? Given the clarification of the concept of legal principles and other words used in the research title, the answer to this question is in the highest and most valid legal document in the country, the constitution. Our assumption is that the legal basis for economic policy in the Islamic Republic of Iran is Islamic economics, in other words, the main constitutional basis for economic policy, the Islamic economy, in other words,

what is the right of the people and the duty of the state is to make policy according to constitutional criteria. Finally, in view of the goals and ideals of the Islamic Revolution of Iran and the post-revolutionary atmosphere of the Islamic Republic, and the Islamic attitudes of the main legislators, which have contributed to the introduction of the constitution and the various principles of the constitution, and ultimately the principles of the constitution in which the use of Islamic economics has been used, has been answered to the question in a descriptive-analytical method.

**Keywords:** Legal Bases, Constitution, Economic Policy, Islamic Republic of Iran.

---

<sup>1</sup> Ph.D. Student, Department of Public Law, Bandar Abbas Branch, Islamic Azad University, Bandar Abbas, Iran. Email: [rezamashhadi342@yahoo.com](mailto:rezamashhadi342@yahoo.com).

<sup>2</sup> Assistant Professor, Department of Economic Rights, Hormozgan University, Hormoz Research Center, Hormozgan, Iran. *Corresponding Author Email:* [mrs4272@yahoo.com](mailto:mrs4272@yahoo.com).

<sup>3</sup> Assistant Professor, Department of Public Law, Shiraz Branch, Islamic Azad University, Shiraz, Iran. Email: [baseribabak@gmail.com](mailto:baseribabak@gmail.com).

## Introduction

The purpose of this paper is to examine the legal principles of economic policy in the Islamic Republic of Iran. To achieve this, we first describe and explain the terms and key terms used in the title of the article. Because the study of the correct understanding of words and words in any scientific discipline is one of the preconditions for entering this discipline. This issue becomes more valuable in legal studies and, in some respects, it is considered to be literary science, it can be indicative of the position of words and the key role of terminology in the field of law science. It is not undignified in many works of scholars that they see in the beginning of their work, they describe and explain the terms used in that work.<sup>4</sup>

Economics is a phenomenon that the political system of countries, according relying on it takes shape, and it appears to be purely political and governmental. In the process, to determine and stabilize the economic system governing the economies of countries, normally in the constitutions,

these include principles that reflect the attitude of the sovereign to the issue of economy and the type of economy that governs each country. By outlining key views on key issues of community economics and avoiding minor and variable issues, they have a very effective role in organizing the economy of any country, commensurate with the attitude adopted by society and its political sovereignty. Chapter Four of the Constitution of the Islamic Republic of Iran, in 13 principles, outlines the general economic principles of society. What in the first conditions of the revolution, more than anything, the atmosphere of the country, because of the anti-colonial nature of the Islamic Revolution of the Iranian people, had been affected, the idea of combating exploitation and colonization, it was the right of the poor and the advantage of the poor over the rich. In creating this atmosphere and creating a negative attitude towards capitalism, two major political and economic factors survived: the exploitation of the country by US and British capitalist regimes and the poor performance of the domestic capitalist.

---

<sup>4</sup>Mansour Abadi, Abbas and Riahi, Javad (2012), The Concepts of basic in Legal

Research, Journal of Legal Research, No. 22, Second Half Years, Page 10-11

These issues have made capitalism, in the eyes of the Iranian people, a dark, black spot, and this subconsciously influenced the attitude of representatives of the Assembly of constitution experts. So that, in formulating all the economic principles of the constitution, on the one hand, has tried to the private sector, be restricted and controlled and on the other, the exploitation of others has been severely prohibited. These all indicate the depth of concern and uncertainty about the private sector and private capitalism in those years.

### **1-The Concept of Legal Basis**

One of the key terms used in this research is the term "legal bases", the term legal principles. Despite its plurality of use, there are few definitions of it and the existing definitions are not the same.

Lawyers do not agree on the definition of the legal basis and the expression of its meaning.

Dr. Abbas Mansour Abadi, a faculty member of Tehran University and Javad Riahi, a doctoral student in criminal law and criminology of the

University of Tehran, in a research entitled "Conceptualism of the foundations in legal research", showed that in the literature and available sources, four meanings for the word The foundations have shown that they are not overlapped, and they represent the fourfold perceptions of the term.

Some writers have called it obligatory force of right and grouping have called it because of credit; some have called them rule of law not specified in the rules, and some have used it as a term to state why a rule of law.

"Basics" literally is a plural for the "base" word that derives from "base".

The word "base" in the Arabic word means building or building a house and also goodness. The word "basics" is also used in the word to buildings or alphabets.<sup>5</sup>

Persian dictionaries have defined the term "basis" as the basis, first, basis and basis.<sup>6</sup>In English, basics means: "What is supposed to be a comment, belief, etc., the infrastructure element and basic; the starting point;

---

<sup>5</sup> .Lewis Malouf "Al-Manjad" (Arabic to Persian), (2007), p. 1, Translator: Mohammad Bandarraygi, Tehran: Iran Publication, Sixth Edition, Pages 7- 106.

<sup>6</sup> .Dehkhoda, Ali Akbar (2010), online dictionary: [www.loghatname.com](http://www.loghatname.com)

justification or reason for a subject".  
Also: "The basic that thing holds on it".

About the terminology of the foundations in legal research it must be said, lawyers who have sought to define the term have not agreed. In the following, the definitions given for the base word are discussed and briefly analyzed and reviewed.

Dr. Nasser Katouzian, in the book *Introduction to Law Science and Study in the Iranian Legal System*, the phrase "the basis of law" has used in the sense of the binding roots of legal rules. In their view, "the most obvious concept that everyone has of rights and law, is that its rules are imposed on individuals and Creating mandatory. So this question is raised in the minds of any thinker, why should he obey the law? What force is its supportive and what attracts us to enforcing its rules? This force and hidden attraction are called the basis of law".

Mohammad Jafar Jafari Langroudi, in Volume IV of the book "Extensively in the Terminology of Law," defines the legal basis as follows:

Legal rules that are not explicit or extractable from the rules laid down.

And he discovers the study of the community's interests and the nature

of issues and the legal system. In fact, he defines the bases of his rights legal rules that are not explicit or extractable from the rules laid down.

Mahmoud Hekmat Nia the author of the "Foundations of Intellectual Property" in expressing the basic concept said: "The base word, when applied to a rule of legal or legal system, seeks to answer the question of the validity and legitimacy of the rule and the legal system. For example, in the intellectual property system, when we say that the author of the intellectual effect has monopolistic moral and economic rights on the phenomenon of thought, it is questioned why the maker has such rights and what is the origin of the legitimacy of the intellectual property system? The answer to this question may be due to the assumption of a legal rule, or try to give a convincing answer to the question by theoretical and philosophical discussions, or in Islamic law, based on valid sources that indicate the legislator's will, to be presented a valid and applicable reason on intellectual Property. "

Ahmad Haji Deh Abadi, author of the opus of compensation for the loss of the victim at the expense of the state and public institutions in expressing the

concept of the legal basis, stated that "our understanding of the basis, why is it a rule and a ruling? in a way that ambiguity be overcome and not be no other question to ask.

As it is seen, in the first definition, law is considered as a set of rules of binding, that is, the right to "what is rights" and regardless of a particular legal system or a particular legal entity. Thus, the position of the discussion is much deeper than the level of legal entities and legal systems and is dedicated to the underlying layers of legal issues, which are generally the place of philosophical reflection.<sup>7</sup>

Of course, lawyers and philosophers of law are not unanimous in expressing instances of hidden power and attraction which forces humans to obey the law. Some believe that justice is in the nature of all humans which makes them to obey of legal rules, but in the eyes of others, it is the power of government and state support that forces people to bow against the legal norm.<sup>8</sup>

however, the author of book "Fundamentals of Law" introduces two principles of Co-operation and justice as a hidden force and latent traction that forces a person to obey the law: "Two types of Correlation, one of The way of similarity in the collective consciousness and the other through the division of social labor, both with each other make the person related and associate on the community Board and make him an integral part of society ... These two types of correlation and spiritual communication of the same principle of co-operation and in addition to the principle of justice are the main issues of the science of law in the present era and in the foundation of the rules and social system. Human rights and duties in communities are derived from these two principles."<sup>9</sup>

Nonetheless, regardless of the differences in individuals and the implications of the foundations of law, from this point of view, what comes in response to the question "Why is it necessary to obey legal rules?", Is the

---

<sup>7</sup> . Mansour Abadi, Abbas and Riahi, Javad (2012), The Concepts of basic in Legal Research, Journal of Legal Research, No. 22, Second Half Years, Page 12

<sup>8</sup> . Katouzian, Naser (2010), Introduction to Law Science and Study in the Legal System

of Iran, Tehran: Publication Co., Issue 26, Pages 17 to 20.

<sup>9</sup> . Young, Musa (1326), Fundamentals of Law, Volume 1. Tehran: Rainbow, Pages 6 and 7.

basis of rights that according to various theories can be justice, power The government, the principle of co-operative or non-or all of them.

In defining the basics of law and rules not specified in the rules or rules that are not subject to the rules, the legal foundations are considered to be one of the main features of the basic-the explicit or rules that are not subject to the rules - and unfortunately does not explain the very nature of the basics; It seems that this definition can be summed up with the definition that will come after this - the definition of the basis for legitimacy and validity.

Defining the legal basis is clearer and more explicit due to credibility and legitimacy, and it gives a measure to achieve a more precise picture of the basis. At the same time, this definition has the particular flexibility that makes the word "foundations" applicable to most levels of legal studies.

For example, if a jurisprudential ruling, such as permit deliberately murder murderer by parents, is questioned for validity reason, what

comes in the answer is a narrative of the book and the tradition, and hence the abovementioned doctrines will be the basis of that judgment. Now, if the questioner asks for the validity of the book and the tradition, verbal propositions and assumptions, such as the principle of grace and divine mercy, are answered in response to the foundations or reasons for the validity of the book and the tradition. It is also possible to imagine such a hierarchy in Western law. For example, the reason for the validity of a legal rule can be a majority vote and, at a deeper level, the validity and credibility of the majority vote through the theory of social contract.<sup>10</sup>

Finally about the definition of the basis of why a rule and sentence are also to be said, although this definition attempts to provide a criterion for recognizing the concept of the basis, but is so general and complete that it cannot provide a clear concept of the basis. The objection to this definition is that when a system or a legal rule is followed by the use of "why", a general question is formed which should be crushed by

---

<sup>10</sup> . Mansoor Abadi, Abbas and Riahi, Javad (2007), Journal of Research in Law, No. 22, p. 14.

adding another phrase to the more detailed questions. From what has been said, it can be concluded that the definition of the basis is not a precise definition and is not acceptable to what is it a rule and a sentence. In addition, as already explained above, can be folded the definition of the basis to rules not specified in the rules with the definition of the basis for credit and legitimacy reason. Indeed, not specified rules in rules is inside the concept of reasons for valid and justified. Accordingly, if the question of the legitimacy and validity of a rule or legal system is questioned, what can be answered is rules that are not explicitly stated in the law.

On the other hand, each of the definitions of the foundations of law means the binding force of rights and the reason for legitimacy and validity are correct in their place and are acceptable. In other words, the basis is a verbal common for two meanings mentioned, of course, as will be explained in later sections in the term of lawyers, the use of the basis in the second sense is more prevalent so that it can be used to determine the meaning of the base word

against it, and the meaning of the reason for legitimacy and validity is the true meaning of the base word.

### **Review of legal works on the basics**

In this section, a number of legal works on the basics of the rules or legal institutions are being studied. The first goal of this review is to show that between the two previously mentioned meanings for the word of the foundation, the meaning of binding force of law and meaning of the reason for the validity second meaning in legal research is more and more widely used and used to a greater extent.

1. The authors of the article on the basis of the personal status of Shiite Afghans<sup>11</sup> in referring to the origin of legitimacy and the validity of Article 131 of the Constitution of Afghanistan, refer to jurisprudential rules such as the rule of obligation, the principle of tolerance, and the texts of the narrations are cited. From the point of view of Western law, have taken the principles such as justice, legal pluralism, and international human rights instruments on minorities. The authors of the article on the definition

---

<sup>11</sup> .Diamond, Nezhad Ali and Shaf'ali, Ebadullah (2007), "The Basics of Personal

Status of Shiites in Afghanistan," Shi'ite Quotation, Fifth Year, 19

and principles of openness to criminal procedure have also sought to answer the question "What is the origin of the legitimacy and validity of criminal proceedings?" He responded by stating two grounds for guaranteeing the rights of the accused and ensuring the interests of the community and strengthened by the ideas of lawyers and the provisions of human rights instruments.<sup>12</sup>

The author of generating income on the legal basis of infertility treatment<sup>13</sup> has sought to justify and prove the legitimacy of infertility treatment. In this regard, he has spoken about the Quran and narratives, and also the ruling of the jurists. The authors of the article on the legislative developments in the propagation of the sacrament and its foundations<sup>14</sup>, like the previous article, have sought to convey the religious propositions and texts of the book and the tradition as the origin of legitimacy and validity of the sacred endowment.

As shown in the examples above, as well as the examination of other works, the overwhelming majority of these works sought to answer the question of the credibility and legitimacy of an institution, rule, or legal system. This means that the authors of the works referred to have a concept from the base word which is consistent with the definition of the principles due to the validity and legitimacy. By the above considerations, among the four definitions, only two definitions are justifiable and accepted as independent concepts. It will not be difficult to accept two terms for one word. Because not only in the science of law, but also in other sciences, words that are commonly spoken are of great use. Therefore, the base word is correct in each of the two meanings that is used. From the study of the works in which the term was used, it became clear that in the overwhelming majority of these works, the basis was used in the sense of the cause of legitimacy and validity. In this research,

---

<sup>12</sup> .Omidi, Jalil Vanikouei, Somayeh (2008), "The Definition and Foundations of Public Criminal Procedure", Moderator of Humanities, Volume 12, Issue 3

<sup>13</sup> . Nazari Tavakoli, Saeed (2007), "Income on the Legal Basis of Fertility Therapy", Islamic Studies, 75

<sup>14</sup> . Anjouinejad, Seyyed Mehdi and Emami, Mohammad (2004), "Legislative changes in the wake of the endowment and its foundations," the moderator of human sciences, period 8, 3

in order to avoid confusion or deviation from the path of research, our meaning and concept of legal foundations is the cause of credibility and legitimacy because individuals and the meanings of each concept differ from persons and examples of another concept, for example when the researcher searches for the foundations A legal entity means the reasons for its credibility his field of study includes the sources of law; while if he seeks the foundations of law as the binding force of law and answers his questions search in the sources of law, such as judicial Procedure and normal and basic Laws, , the path has gone wrong and is diverted from the correct path.

## 2- Economic policy

The second term in this study is the term economic policy. Economic debates have a broader scope, including theoretical, legal, scientific and economic policies. Given the wide range of economic issues, it can be divided into the following:

1. Islamic economy: Islamic economy consists of two parts of

economic law and the school of economics.

In the economic rights debate, are discussed the Islamic law and regulations and its legal effects, and human societies are obliged to execute the orders and leave the bad things and arrange their effects.

The second part of the discussions of Islamic economic is consists of school of economics and represents the main lines of society's values and the goals that society must strive to maintain and achieve.

2- Analytical Economics: The analytical economics consists of the scientific topics of economics and examines the economic behaviors of individuals and builds appropriate patterns in line with school goals and programs.

3- Think economics: Another category of economic topics is about the policies that are adopted in the economic system and are naturally consistent with the data of economics and economic school.<sup>15</sup>

With regard to the above division, the subject of economic policy

---

<sup>15</sup> .In the division of economic topics, the Book of Income on Islamic Economics has

been compiled by the Office of religious school and the University be used.

is a tactic of the economy, which includes the policies used by each economic system. Dr. Asghar Shahmoradi, Faculty Member of the Faculty of Economics of the University of Tehran, in the definition of economic policy, believes that economic policy in a simple definition is to create or apply incentives from the government or other institutions for the purpose of hand Recognizing predetermined goals based on economic policy instruments. In this perspective, the economy is regarded as moving, alert and intelligent, reacting to incentives, and being able to move in the process of gaining feedback and encouraging them to achieve the ultimate goal.

Obviously, economic policy is not looking for a precise plan for achieving goals, but only for directing the economic behaviors of economic agents without directly interacting with their decisions using well-known economic instruments. These tools can be divided into monetary, financial, currency and business tools. An example of monetary instruments, the determination of interbank interest rates, and a sample of financial instruments for government expenditures and tax revenues can be counted. A policy

background can be observed in many industrialized countries. These countries have been able to bring about a satisfactory level of prosperity and economic stability for their citizens, believing in the need for economic governance in the form of a policy. Obviously, in these countries, central banks and governments, as policy-makers and not planners, work alongside other economic agents who operate and operate on their own merits, regulating relationships and directing affairs.

Economic policy is one of the activities that not only affects the lives of individuals within the national borders, but also the ability to create serious impacts and dramatic changes in regional and international arenas. They bring along. This is especially important in today's world where the interdependence of countries has become more visible than before. For example, a government's economic policy in reducing the level of export of a product that is in the range of its monopoly products, although it may have national economic consequences, is undoubtedly more tangible for global markets. From another perspective, and internationally, economic policies, as a powerful political tool, have an

irreplaceable position. Economic sanctions are a clear example of the tension between economy and politics.

But on the domestic level, economic policies are worth considering from two perspectives. Firstly, from the perspective of trying to use low-resource sources to create growth and development, and secondly, from the point of view of policy dependence in all areas of education and health to welfare on economic issues and policies in this area. There are few good policies that have been lost due to the inefficiencies of the economic system or policies that are disproportionate to time, place, and subject matter, or have ceased to be in a good cause. Therefore, it is not unreasonable to assert that every aspect of government activities has a economic facade.

What is being studied here is not the entry into the knowledge economy as a specialized branch of human knowledge, and it does not even play a role in introducing economics, but in approaching politics. From a particular point of view, attention is paid to the mainstream of economic policy-

making. Hence, we refer to the reader for more information on the foundations of economics knowledge and its theories to specialized books in this field.<sup>16</sup>

### **3- Islamic Republic of Iran**

As discussed at the beginning of the discussion, it is essential for the proper understanding of the title of research and the prevention of confusion in the topic. The terminology and vocabulary used in the research title are well explained and explained. Therefore, at the outset, the term legal principles then economic policy Briefly explain the Islamic Republic of Iran.

The Islamic Republic of Iran was the result of a revolution. On February 22, 1979, with the collapse of the monarchy foundation, the Islamic Republic of Iran, under the leadership of the religious and political leadership of Imam Khomeini, came into the realm.

With the victory of the Islamic Revolution in 1979, Iran was flourishing with great changes that were due to the essence of the revolution. Basically, according to the thinkers, the revolution brings with itself changes and changes of

---

<sup>16</sup> . Hamid Reza Malek Mohammadi (1394), Principles of Public Policy, Organization for the Study and Compilation of Human

Sciences Books of the University (Tehran), p. 137

values, structural changes in the social, economic, political and institutional changes and elites, all of which are considered as inevitable consequences of the revolution. In post-revolutionary Iran, the transformation of values became manifold changes in national myths and nationalities, and later became the rule of the revolution, the coupling of religion and politics in the affairs of the country. In the area of structural change, with the collapse of the monarchy, new institutions such as Velayat-e Faqih and the presidency came to the fore, and significant changes in the economic sphere were made, such as looking at the national economy and the government of all financial institutions. In the elite arena, there was a turning point and elite elites were eliminated and revolutionary elites replaced.<sup>17</sup>

The victory of the Islamic Revolution of Iran, which was associated with the massive political participation of the people of Iran, in Iran during the referendum of 1358 confirmed the type of the "Islamic Republic" government for the new political system. The most important step in consolidating the new

sovereignty was to approve the constitution, which would distinguish it from the previous regime. This began in July 1358, and by the end of December the laws passed by the Assembly of Experts on the Constitution were adopted by popular vote. With the adoption of the constitution, the supreme leader, headed by the Supreme Leader, who, in accordance with Articles 107 and 109, included a great authority with virtue with political and social insight, was defined at the head of the Islamic Republic's political system. Also, after the Supreme Leader, in accordance with Article 113, the president was recognized as the supreme official and responsible for the implementation of the constitution and the regulation of the relations of the three powers (constitution 1358). However, the president was considered a ritual in the political-administrative structure of the country with all its great titles, and it was the prime minister who was responsible for the executive and the head of the Cabinet of Ministers. This poses a significant challenge between the two executive powers.

---

<sup>17</sup> . Wazirian, Amir Hossein and Taleoe, Hadi (2018), Review of the Development Model during the Hashemi Presidency,

Quarterly Journal of Policy, Vol. 4, No. 14, p. 62.

Iran revolution in the first decade faced major events that affected the orientations of the Islamic Republic as a newly established system in all political, social, economic and cultural spheres. In November 1358, students following the Imam's line by invading the US Embassy hosted their hostages and this caused a sharp reaction from the United States. Although Iran defended its actions. The move that has had the most significant impact on Iran's foreign policy orientation in the years to come, and the United States has faced a confrontation with Iran since then<sup>18</sup>. A year later, in September 1979, the Ba'ath regime of Iraq invaded Iran and imposed an unwanted war on Iran, which lasted eight years. During this period and due to its particular circumstances, all the affairs of the country were overshadowed by the war. Political struggles were defined after the integration of revolutionary sovereignty in 1360 in the circle of the two Islamic-revolutionary left and right factions. In the economic field, the government

chose a government orientation in affairs, and the strategy of nationalizing major industries and banks, controlling prices, paying subsidies, and restricting business policy<sup>19</sup>. Accordingly, the government's policies in the economic field went toward redistribution of wealth in favor of the deprived, and the government imposed control over foreign trade processes, and the privatization and liberalization of the economy were marginalized. In foreign policy, according to the ideals of the Islamic Revolution, and the necessities of a newly established revolutionary state, with domination, domination and anti-Semitism, they moved towards the orientation of neither the East nor the West. Iran's attitude toward this framework was to deal with nations through liberation movements, the development of relations with revolutionary countries, the issuance of revolution and, at the same time, pessimism to international organizations<sup>20</sup>. From the point of view of the nature of the government during

---

<sup>18</sup> .Rahamian, Yervand (2010), *Modern Iranian History*, translated by Mohammad Ebrahim Fattahi, Tehran: Nayan Ney, page 289.

<sup>19</sup> .Milani, Mohsen (2004), *The formation of the Islamic Revolution and the collapse of*

*the Pahlavi regime*, Tehran, publishing of new Step, p. 363

<sup>20</sup> .Dehghani Firoozabadi, Seyed Jalal (2009), *Foreign Policy of the Islamic Republic of Iran*, Tehran, Publishing of samt, p. 353.

this period, we encountered a comprehensive ideological rule of the Al-Qawa, in which all the society and the social interests of the people were politically motivated and influenced by the belligerence of the nature of politics. In this regard, the life of the private sphere in all respects was conditional on the will of political power. The domain of government authority in this period, at least in the field of opinion and ideology, did not identify any restrictions, and there was unity and harmony among various political institutions, and all three powers were dominant in the dominant faction<sup>21</sup>.

But with the end of the war and the death of Imam Khomeini, a new situation in the country came about, which was accompanied by a lot of changes. With the election of Ayatollah Ali Khamenei, led by Akbar Hashemi Rafsanjani and based on the presidency of the Islamic Republic, accompanied by structural changes in political power, the country's atmosphere swept through the widespread transformation that clearly distinguished its distinction from the

earlier period. Gives The economy of the country went through a closed and state-of-the-war era, and in the political arena, the nature of the state, although still stable, had changed, and there was an opening up of the political atmosphere, which was seen in the formation of parties like brokers. In foreign relations, the policy of developing relations with its neighbors and Europe was on the agenda, and Iran began to normalize its relations with the world. In general, the emergence of these changes and economic and political developments in this period was due to the three factors of the end of the war and the need for economic reconstruction, the revision of the constitution and, consequently, the political transformation of the country<sup>22</sup>.

After explaining the terms and key words used in the research title, it should be noted that this research is a legal research that seeks to answer this question, which is the legal basis of economic policy in the Islamic Republic of Iran, which, given the clarification of the concept Legal bases and other key terms used in the title of the article, in

---

<sup>21</sup> .Bashirieh, Hossein (2002), Preface to the Political Sociology of Iran, Islamic Republic of Iran, Contemporary View, p. 48.

<sup>22</sup> .Wazirian, Amir Hossein and Tolouee, Hadi (1396), A Study of the Development Model of Hashemi's Presidency, Policy Discussion, Fourth Year, No. 14, p. 63.

order to answer this question, we refer to the most authoritative legal document in the country, the constitution, which covers our field of study in this paper. The constitution of each country is an overview of the thoughts, goals and aspirations of the people there, and the covenant that the majority of the people of a nation set to regulate their individual activities on the basis of it; a set of rules and the general rules that define the form of government and the supreme organization of the three powers of the country and their relationship with each other and the rights and freedoms of individuals against the state. In fact, the constitution is at the heart of the political system and the discipline of all affairs, and its strict implementation ensures freedom and human dignity and closes the path to prevent any tyranny, because it is based on the same rule that the state itself Among people, and people also recognize their rights to the state. The constitution is the language of the people's conversation with the authorities; they use the constitution to speak with the people, and people express their expectations in the constitutional language. One of the important issues that has been raised in the constitution of the Islamic Republic

of Iran is the economy and finance, which is discussed in chapter four of the constitution, titled "Economics and Finance," in the 13 articles. Now, in accordance with the constitutional principles, especially its economic principles, we seek to answer the above question. Regarding the study of economic policies in various states in the Islamic Republic of Iran and their failure, the examination of the various principles of the Constitution, in particular the principles set forth in chapter four, entitled "Financial and economic policies", shows that politics Economic affairs in the Islamic Republic of Iran, especially the various governments that have come to life during different periods, have not focused on the legal basis of economic policy, and this lack of attention can be one of the reasons for their failure in economic policies. This is where the importance and necessity of explaining the legal basis of economic policy is determined because of what It is important to strictly enforce the constitution, and the best laws, if not executed, are just written on paper. It is hoped that by explaining these bases, economic policy makers in the Islamic Republic of Iran will be governed by the

constitution of economic policy. Considering the economic principles of the constitution and the fourth chapter of the constitution and Articles 43 and 44 of the constitution, we assume that the legal basis of economic policy in the Islamic Republic of Iran is Islamic economics. Our assumption is that economic policy in the Islamic Republic of Iran should be based on the Islamic economy and that the governments of the Islamic Republic of Iran should put it at the top of their agenda because the will of the constitution is that politics Economic regulation is based on Islamic economic laws. As stated in the previous section, the constitution is the language of the people, and the governments are implementing this law. Therefore, in order to uphold the people's rights and observe the law, economic policy must be based on the constitution.

Regarding the research background, it is clear from the study of the researches carried out. In the field of legal bases of economic policy in the Islamic Republic of Iran, no research has ever been done and lawyers have not entered this area. Most researches by the researchers of economic sciences and political science who have been dealing with economic policy issues with

economic and political views. However, research and research related to economic policy can be pointed out as follows:

Sa'idi (1393) In the book on economics and economics in Iran, whose narrative is Dr. Reza Nazmandand of his life, especially the managerial and industrial life throughout the reign of Mohammad Reza Pahlavi, part of it relates to a short but unsurpassed period of domination Technocracy can be noted on the industrial development of Iran in the 1340s. His narratives clarify the uncorrected corners in the history of Iran's industrial development, challenging the result of many researches and challenging many questions and issues. The author states that Techno-gram is not a familiar term in Persian writing about the science of politics and government. But the fact is that in the Pahlavi era, Iran has been dominant in a short time for various reasons and reasons. The historical period in which this book tries to clarify its angles. In this work, Reza niazmand the founder of the Industrial Management Organization and the founder of the Industrial Development and Renovation Organization of Iran, who has played a prominent role in the

construction of Tabriz Tractor factories, Tabriz Machining, Machine Building and Aluminum Arak during its management in the Industrial Development and Renovation Organization and has also played a valuable role in the creation of the Sarcheshmeh copper industry and Yuriran Company and also at the time of his tenure as a deputy director of the industry at the Ministry of Dr. Ali Ahani, Iran National and Mak Iran Company has been established and started work, as one of the largest economic policy makers in Iran, he has a technical and technical view of economic policy and has never paid attention to legal bases. Another case of economic policy can be mentioned. Economic policy paper is from the perspective of ethics and virtue written by Sayed Hadi Arabi and Hossein Zandi (1396). In this paper, the subject of economic policy is from Moral and virtuous perspectives. The authors of this work state that economic policy is essentially based on a kind of ethical approach that determines the purpose and direction of that policy. In conventional economics, the utilitarian approach forms the basis of the ethics of politics. In philosophy of ethics, utilitarianism has other contenders,

including virtue, whose policy implications have different consequences for them. In this paper, Virtueism is considered as an alternative to utilitarianism in economic policy and it is discussed how this ethical approach can, in the context of utilitarianism, play a role and influence on politics. Another relevant record that can be found in the research is the article on the analytical and functional analysis of economic policy processes written by Abbas Mosallanejad (2011), which states that this paper is also a political and economic approach, not legal, for paid to economic policy issues.

Researches and other articles are also titled on the study of the effect of economic policies on the bilateral costs of Iran, the study of the factors of economic policies affecting the mental health index in this field and .... . As it is seen in the research background, about economic policy, books and articles have been written that are often discussed from an economic and political point of view, However, no research has ever been done on the legal principles of economic policy in the Islamic Republic of Iran.

This research is an applied research that will be done in a

descriptive-analytical Method and way to compile the content, is reviewing documents (library).

### **The Constitutional Basis for Economic Policy**

In the first years of the revolution, the atmosphere of the country was most affected by the anti-colonial nature of the Islamic Revolution of Iran, the idea of struggle against colonialism and exploitation, and the recognition of the rights of dignitaries and the superiority of the caliphs over the palaces. Under the influence of this revolutionary and Islamic perspective, the main legislator has legislated and, in various principles, especially Articles 43 and 44, and Chapter Four of the Constitution, in the Thirteen Principles, has designed the principles and policies of the general society of society and has set criteria for it.

Since in the legal documents, the introduction, it is the subject of the introduction of the subject, the fields of formation, the mission and purpose of the document. One of the requirements

for providing an accurate interpretation of a legal document is the attention to its introduction. The constitution of the Islamic Republic of Iran is not excluded from this general rule and it is necessary for its introduction to provide a proper interpretation of it, which expresses the principles governing the provisions contained in the text of the constitution and as its components and foundations Is attention<sup>23</sup>. In the introduction to the constitution of the Islamic Republic of Iran, the constitution of the Islamic Republic of Iran reflects the cultural, social, political and economic institutions of the Iranian society based on Islamic principles and standards that reflect the heart of the Islamic ummat. It goes on to state that the fundamental characteristic of this revolution is that of other Islamic movements in Iran during the recent centuries, and it states elsewhere that the mode of government in Islam arose from a class position and domination It is not an individual or a group, but a crystallization of the political aspiration of a nation, both self-organization and organization, to

---

<sup>23</sup> .Kabī, Abbas, Asghari Shoorastani, Mohammad Reza and Asl Zaem, Amir Hossein (1393), The role of the constitutional introduction in interpreting

the principles and understanding of the goals and objectives of the constitution of the Islamic Republic of Iran, Journal of Legal Sciences, Vol. 3, No. 10.

organize itself in an intellectual and ideological way to reach the ultimate goal of moving towards Allah. With regard to the introduction of the constitution, it seems that the mission of the constitution of the community is based on Islamic positions, intellectual positions and genuine Islamic worldview. And guaranteeing the rejection of any intellectual and social tyranny and economic monopoly.

In the introduction to the constitution of the Islamic Republic of Iran, they consider legislation as referring to the circuit of the Qur'an and the Sunnah, and it is necessary and absolutely necessary to closely monitor and monitor the area of the righteous and righteous Islamic scholars. The introduction of the constitution of the Islamic Republic of Iran introduces the economy as a means, not the goal, and states that in consolidating the economic foundations of the principle, the needs of human beings are in the course of its development and development, not as other economic systems are multiplicative Profit and wealth, because in the material schools, the goal of the economy is itself, and thus in the stages of growth, the economy is the cause of destruction and corruption, but in Islam

it is a means of economics, and it is not expected by the expected means of better performance in reaching the goal. It could be. With this view, the Islamic economics program provides a suitable basis for the development of different human creations, and therefore the duty of the Islamic state is to provide equal and appropriate facilities and to create work for all individuals and to meet the necessary needs for the continuation of the its evolutionary movement.

In clause 12 of Article 3 of the Constitution, the Government of the Islamic Republic is obliged to use all its facilities to establish a just and fair economy in accordance with Islamic norms.

In Article 44 of the Constitution, the economic system of the Islamic Republic of Iran is based on three parts: public, cooperative and private. After explaining the public sector, the cooperative sector includes companies and cooperative enterprises that produce and distribute in the city and The village is formed according to Islamic rules.

As we can see, in the preamble of the constitution, which indicates the mission and purpose of the constitution, it is in the Islamic constitution, in paragraph 12 of the third principle, of the

correct and just economy, in accordance with Islamic norms, and, in principle, forty four as the most important and The most basic economic principle of the constitution has been applied to the Islamic Republic of Iran's economic system in accordance with Islamic criteria. Given the above, it is clear. The basis of the constitution for economic policy is based on the Islamic economy.

### **Conclusion**

Considering the goals and ideals of economic the Islamic Revolution of Iran and the constitution that majority of the Muslim people of Iran; ending the looting of Beit Elmal by the Pahlavi dynasty and royal regime officials; protecting underground reserves and mines; striving for technological progress, independence and self-sufficiency Economic self-sufficiency, providing self-sufficiency in science and technology, establishing a just and fair economy, striving for eradicating poverty and deprivation, providing people with basic needs, providing conditions for employment, regulating the country's economic program in a way that enhances the self-improvement and enhance the skills and initiative of individuals Society,

preventing exploitation and exploitation, prohibiting harm to Monopoly, hoarding and riot, the prohibition of lavishness and attachment, the prevention of foreign economic domination over the country's economy, the attempts to increase agricultural and industrial production, the move towards economic justice and the reduction of class distance, the treatment of the villages of the country and the deprivation of them , The prosperity and pride of the country, in the light of the realization of the values and principles of the pure Mohammadi Islam (PBUH). As well as the Islamic views of the main legislators in the Islamic Republic of Iran and the insertion of Islamic economics into the preamble of the constitution and economy, according to Islamic norms, in paragraph 12 of the third principle of the constitution, as well as in accordance with Islamic law in Article 44 of the constitution and the rule of law In view of the fact that the constitution of the Islamic Republic of Iran is a school law which is based on the school of Islam and the teachings of Islam, it can be concluded that the basis of the constitution of the Islamic Republic of Iran for economic policy is the Islamic economy, and since the law The essential thing is to talk and prove it

Economic policy-making based on Islamic economics suggests that in the Islamic Republic of Iran, economic policies are credible and legitimate in accordance with the Islamic economy and Islamic standards and economic policies that meet the criteria and criteria of the economy Islam and Islamic standards are not credible and legitimate. In addition, according binding of the constitution, economic policy makers in the Islamic Republic of Iran must regulate their economic policies in accordance with the Islamic economy and Islamic policy. in Islamic Republic of Iran according to the constitution, politician or economic policy makers who are they or who is it? what is the Islamic economy? What are the norms and criteria of the constitution for Islamic economics? It requires another article that the author will write at a later time.

### Sources and References

Arabic, Hadi and Zandi, Hussein (2018), Economic Policy in Ethics and Virtue, Quarterly Journal of Humanities Methodology, No. 90.

Ashtarian, Kiyomars (2014), Policy Sciences and its achievements for Iran, Research Institute for Humanities and Cultural Studies.

Bidabad, Bijan (1998), Modeling of Iran's Economy, Tehran, Central Bank of the Islamic Republic of Iran.

Branson, William H. (1999), Theory and Major Economics, translation by Abbas Shakeri, Tehran, publication.

Butler, Immun (1999), Economic Thoughts of Milton Friedman, Translation by Fereidoun Tafazlini, Tehran, Publishing.

Deen, Hartley (2009), Social Policy, Translation by Abdullah Bejranlou, Research Institute for Cultural and Social Studies.

Gholipour, Rahmatullah and Faghihi, Mehdi (2015), Public Policy Policies and Analysis, Mahkame Publications.

Khanbashi, Mohammad (2011), The Effect of Social Factors on the Level of Political Trust, Research Institute of Humanities and Cultural Studies, Strategic Quarterly, No. 61.

Khoshadurian, Edmund and Kheybani, Naser (2001), *The Design of a Great Model of Econometric Economics for Policymakers in Iran's Economy*, Tehran, Peigan Publishing.

Maslanejad, Abbas (2008), *Basics of Economics and Politics*, Tehran, Sharif.

Mirkhshan, Masoud and Mehraara, Mohsen (2004), "A Look at Iran's Economy", Islamic Republic Publications, Research Center.

Mosalli Nejad, Abbas (2012), *Economic Policy and Social Responsibilities of the Government*, Quarterly Journal of Policy, Volume 42, Issue 1.

Mottaki, Ibrahim and Javid, Mehdi (2011), *Economic Policy in the Age of Economic Globalization*, Quarterly Journal of Policy, Volume 41, Issue 2.

Pejouyan, Jamshid (2006), *as a Necessity for Economic Development, towards the Policy and Economic Policy Structure*, Yas's Strategy, Second Year, No. 6.

Sa'idi, Ali Asghar (2018), "Technocracy and Economic Policy in Iran" by Reza Nazemand, The Thought publishing.

Shakeri, Abbas and Mohammadi, Timur (2007), *Economic Policy Plans for Development, Economic Research*, Volume 7, Issue 1.

Vahid, Majid (2004), *General policy making, publication of rates*

## ESTIMATING THE POLLUTION RISK OF CATCHMENT BASIN IN RIVERS WITH THE FUZZY LOGIC THEORY

Elnaz Khademi<sup>1</sup>Ramin Asadpour Amazajardi<sup>2</sup>

**Abstract:** One of the most important problems associated with water is the pollution of surface and underground waters mainly due to human activities that currently threatens many of the world's water resources. The study area of Sabalan dam basin is on Gharasu located at 30 km (air gap) in Northeast of Meshkinshahr (Ardebil province) on the northern slopes of Mount Sabalan. This study was conducted to identify, classify and manage the pollution risk of Sabalan dam. The overall objective of this study was to predict possible events and identify risk factors, potentials and risks in pollution incidents at Sabalan Dam using URSM methods and fuzzy logic in MATLAB, Fuzzycell and Arc Gis software environments. The results of the URSM method showed that the catchment basin has a pollution risk of 0.43-0.66. The results of this method and fuzzification in the MATLAB software

revealed that the basin has the risk in the range of 0.16 to 0.76. Therefore, it can be concluded that using the URSM method and its integration with fuzzy logic in risk assessment can reduce the disadvantages of other methods such as urism (alone).

**Keywords:** Risk analysis, Catchment basin, Fuzzy logic, URSM model

### Introduction

One of the most important issues related to water is the surface and groundwater pollution that is mainly due to human activities, which currently threatens many of the world's water resources (Strategic Planning and Control Office of the Presidency, 63: 2009). The occurrence of natural disasters such as flood and earthquakes, accidental and deliberate emission of

---

<sup>1</sup> Department of Industrial Engineering, Shiraz Branch, Islamic Azad University, Shiraz, Iran. \*Corresponding Author Email: [khademielnaz72@gmail.com](mailto:khademielnaz72@gmail.com).

<sup>2</sup> Department of Industrial Engineering, Shiraz Branch, Islamic Azad University, Shiraz, Iran. Email: [asadpour.ramin93@gmail.com](mailto:asadpour.ramin93@gmail.com).

pollutants into water resources and other incidents such as accidents in installations, transportation and transfer of hazardous materials that have harmful effects on the environment are among the most important issues affecting many societies. The increasing rate of such events over the past few decades has led many societies, especially Western societies, to take extensive measures to prevent the recurrence and exacerbation of these cases (Simeonov et al., 2003: 4). Establishing laws and regulations, increasing safety in water distribution systems, developing standards, increasing the penalty for pollution of water resources and ... are among the measures that have been implemented in many countries over the past years (Ho, KC & et al 2003: 3). A large part of the country's regions face limited water resources and the incorrect use of the limited water resources and pollution in these resources will lead to environmental crises and disasters (Nazari Dost, 3: 2009). The growing trend of the country's development, the expansion of industrial centers, the excessive use of pesticides and fertilizers in agriculture, the discharge of wastewater into receiving water resources, agricultural drainage and

home and hospital sewage severely threaten the quantity and quality of the country's limited and valuable water resources. The growing demand in the community for access to water resources of appropriate quality, the significant increase in new water supply costs and the need to control the pollution of water resources with respect to the country's water scarcity have cause the water resources management face serious challenges in many aspects (Ministry of Energy, 54: 2009). Environmental risk assessment is a step beyond the risk assessment and in addition to examining and analyzing various aspects of risk, while the full recognition of the environment in the affected area, the sensitivity of the affected environment, as well as the specific environmental values of the area are considered in the risk analysis of the region (Heller,s & et al., 2006: 4). Lack of enough attention to the severe influence of water quantity on its quality and the marginalization of water quality management in most comprehensive water resources studies has caused many environmental problems along the river paths and their downstream areas. Since Iran is in a dry and semi-arid region, the necessity of qualitative studies of water resources and

considering this issue in the form of imposing legal constraints for quality management of each of the rivers of the country is of special importance (Ministry of Energy 11: 2013). As the conducted studies in the scope of this study have often been used to monitor the quality of water and a comprehensive study has not been carried out to calculate the risk, the URSM method is used to assess the risk of water pollution in the Sabalan dam with respect to the available facilities and conditions.

Risk management science was introduced in the Renaissance in the sixteenth century. Since 1990, various models have been proposed for project risk management with the aim of increasing their success (Boehm, 1991; Cooper et al., 2005: 7,9). Amini Rad and Ghafari (2008) in a research on the evaluation of pollutants in Caspian Sea environment in Mazandaran province, determined evaluated their the risk of the pollutants, evaluated their relative risk and provided the ground for determining the planning priorities for controlling pollutants by identifying pollutant sources through the comprehensive system of pollutant rating (Amini Rad and Ghafari, 2008). Mohammadpour and Khoshvaran (2006) in a study entitled

“Haraz River risk source assessment using the creation and data exchange between ArcView GIS software and the MS Excel computing environment” implemented the URSM model on the data and identified and ranked pollution sources in terms of environmental hazard and assessed the risk posed by them. By combining the results of risk assessment and adaptation with reported data from the monitoring, a comprehensive assessment of the pollution sources of the Haraz River has been obtained and a suitable field is provided for determining the priorities for controlling the pollutants (Mohammadpour and Khoshvaran, 2006: 7).

Moghaddam, (2010), in a study on zoning the degree of risk and environmental vulnerability of the International Miankaleh Wetland using the GIS, assessed the sources of pollutants around the lagoon and planed the comprehensive risk assessment system. The study of the obtained maps showed that according to the distribution of industrial units, the severity of vulnerability in the central, northeastern, and western parts of the wetland is more than other areas (Moghaddam, 2010: 9).

The selected site of the catchment area of Gharasu is located at

30 km (air gap) in Northeast of Meshkinshahr (Ardebil province) on the northern slopes of Mount Sabalan. The coordinates of the intersection of the river with the dam axis are 38°-32' and 47°-58'. The area of this basin is 2131 sq. Km, the average height is 1601 m, the average slope of the basin is 10.2% and the main river length is 58 km.

## 1. Materials and Methods

In this research, URSM methods have been used to assess the risk of pollution in the Sabalan dam catchment. ARC GIS has been used to determine the study area and sub-basins. The stages of the research are summarized as follows:

- Collection of information and review of study records
- Identification of factors affecting the river based on available information and visiting the area including:
  - Preparing the distribution of activities in the GIS environment
  - Recording the characteristics of influencing activities in the database including: public information, index pollutions and their amount, receiving

source of pollution and the coordinates of the discharge location

- Analyzing the data and information using these indices
- Writing membership functions in the MATLAB software environment and providing vulnerability mapping in the fuzzycell software environment

### *1.1. Methods of data collection:*

1- Based on field studies and especially pollution potentials, and using hydrologic patterns of the basin, each dam is divided into several study regions and risk assessment is performed at the level of regions.

- Field operations and taking notes
- Using valid and practical resources
- Plans and studies conducted in the basin
- Interpreting satellite images

## **Research Method**

The researchers referred to the universities and research institutes and using the available research reports, the data needed for research were prepared and extracted. The set of obtained

information is processed in the computer environment. Data processing includes preparation of data in the computer environment to be interpreted, analyzed, and updated. The data was categorized as tables in processing.

*1.2. Creating a comprehensive rating model for the risk of pollution sources*

In order to meet the needs of this research, sources of pollutant data were first collected. The following properties were identified essential for the data of this study:

- ✓ Data validity (suitable and appropriate data)
- ✓ Data validation

$$\mu_{A\sim}(3) = \{(\mu_i, \mu_{\mu_i}(3)) \mid i=1, \dots, 3\} (1) = \{(0/8, 1), (0/7, 0/5), (0/6, 0/4)\}$$

Similarly, fuzzy sets of type 3 and higher can be defined.

To create this model, the sources of pollutants were first categorized into specific categories, so that each category contains a variety of resources that have similar characteristics. Then, the criteria for each of these categories of resources are identified as a source with the risk of

In the initial definition, the fuzzy sets as the basis of the comprehensive rating system for pollution sources is the membership function of a set of a fixed function whose range is a non-zero real number with a maximum value, which is normally equal to one. This type of set is called the fuzzy set of the first type. Now the second type of fuzzy set is defined. Definition: the second type fuzzy set is a set that its membership function is the type 1 fuzzy set.

For example: if the reference set is  $X = \{1, 2, 3, \dots, 10\}$

The second-type fuzzy set  $A \sim$  is given as  $A = \{(x, \mu_{A\sim}(x))\}$  is considered for  $x = 3$  with the following membership function:

pollutant production (Fig. 1). The defined criteria for each category are the parameters in Table (1), with the difference that for each type of pollution, the parameters of the same pollution have been analyzed and given the large number of parameters, only one sample that is related to pollutants of industrial origin is described for better understanding (Table 1).

In defining these criteria, it is important to note that the criteria provide the need for research information about those sources of pollution. Meanwhile, they should be consistent with the data

level available in the data sources of this research. At this stage, it was possible to find a position in each system for each pollutant found within the scope of the research objectives (Fig. 2).

Table1- Classification of sources of pollution and their defined characteristics plus the  $\mu$  scores assigned to each one

<b>Chemical and cellulose industries</b>	<b>Type of manufactured material</b>	Paper and paperboard	3	
		Fiber and hardboard	2	
	<b>3</b>	Chemical products	3	
	<b>4</b>	<b>(20-6520)</b>	1	
		<b>(6520-13020)</b>	2	
		<b>(13020-19520)</b>	3	
	<b>Treatment System</b>	+	0	
	<b>5</b>	-	1	
	<b>Catchment environment of the wastewater (swage)</b>	<b>5</b>	<b>Sea</b>	5
			<b>River</b>	5
		<b>5</b>	<b>Soil</b>	2
			<b>Rivulet</b>	3
			Wetlands and Lagoon	5
			Groundwater	1
		<b>Number of employees</b>	<b>2</b>	<b>(50-130)</b>
	<b>(130-210)</b>		2	
	<b>(210-290)</b>		3	

Source: Moghaddam, 2010:45

1.3. According to the food industry table the scores are calculated as follows:

The score of manufactured material: 4 out of 5 scores

Amount of wastewater: 1 out of 3 scores

Treatment system: 0 out of 2 scores

Wastewater catchment environment: 2 out of 5 scores

Number of personnel: 1 out of 3 scores

By dividing  $\mu$  of the members, i.e., the weight of the set and multiplying each by the second type fuzzy set, the risk rate the industrial slaughterhouse in Ardabil is obtained:

$$\text{RISK} = \left(\frac{4}{5} \times \frac{3}{5}\right) + \left(\frac{1}{3} \times \frac{5}{5}\right) + \left(\frac{0}{2} \times \frac{5}{5}\right) + \left(\frac{2}{5} \times \frac{5}{5}\right) + \left(\frac{1}{3} \times \frac{5}{5}\right) = 1.547$$

To normalize these numbers, once again, this set is divided by 3 (the weight of the second type fuzzy set), and

the resulting risk number for the industrial slaughterhouse in Ardabil will be 0.5156.

$$\frac{1.547}{3} = 0.5156$$

In order to implement this model, there was a need for a suitable software environment. Due to the spatial nature of the data, after the review of the various software programs in the GIS field, the ARC GIS software was recognized as suitable for the task. Finally, seven map layers included the agricultural layer of the food industry, the chemical industry layer, the nonmetallic and non-metallic mineral layer around the lagoon and villages in the basin. The fuzzy logic theory was used to compare the rate of pollutant sources. Then the model was implemented on the geographic

information bank, which was done with calculating risk rate of different sources of pollutants and exchanging information between the software system and the MS Excel software. In the finalized maps in GIS environment, it became clear which region of the basin has food industry as a source with high pollution potential and which region has chemical industry with high pollution.

## 2. Results

By implementing the URSM system, and calculating the relative degree of risk of each pollutant source, the sources of pollution were compared

with each other. To compare the rate of pollution sources with respect to their calculated rate, the fuzzy sets theory was used again. The results of the URSM method showed that the catchment area has a pollution risk of 0.43-0.66. The results of the fuzzy logic method indicate that the basin has the risk in the range of 0.16-0.76. The results suggest that the fuzzy method clearly shows uncertainty in the environmental issues.

In order to determine the areas of the basin with higher environmental risk potential, final maps were prepared in the GIS environment that the results of overlapping of the layer, which contain the total risk of the basin, are presented

Discussion

After identifying and classifying pollution sources in the basin and referring to the various types of pollutions associated with them, theoretically, different types of pollutants were assessed in waters and soils of the basin, including rivers, and underground and soil resources based on the existing statistics according to the URSM method. According to the above-mentioned content, the highest pollution in the basin with respect to industries was associated with pesticides and agricultural fertilizers. According to the

results, Sabalan Dam due to the existence of urban, rural, industrial sources of pollution in its basin, has pollution risks and according to the results of the URSM method, the pollution risk is 0.43-0.66. Therefore, the use of the URSM method and its integration with fuzzy logic can be useful in assessing the pollution risk of the Sabalan dam basin and reduce the shortcomings of this method.

### 3. Conclusion

Due to the occurrence of natural or man-caused disasters, the use of scientific methods to estimate the pollution risk of dams as one of the important sources of drinking, industry and agricultural water supply is essential. The risk assessment models presented in this study are used to determine the potential for surface water pollution, which is based on the hydrologic indicators of the area and land use. According to the above-mentioned issues, the highest pollution in the basin respect to industries was associated with pesticides and agricultural fertilizers, which is due to the establishment of agricultural and industrial sectors around the city of Ardabil. According to the results, Sabalan Dam due to the

existence of urban, rural, industrial sources of pollution in its basin, has pollution risks and in this regard, the URSM method is suitable for classifying and prioritizing environmental risks in dams' pollution incidents.

MIKE and WASP methods are among the proposed programs, which are carried out after risk assessment, are models for monitoring the effects of pollution in the dam reservoir, which will have a significant effect on the detection of potential pollution in the dam reservoir.

### Refrence

Amini Rad, Hassan and Ghafari Hafiz. (2008), Assessment of Environmental Pollutants in the Caspian Sea in Mazandaran Province. Second Special Conference and Exhibition on Environmental Engineering. University of Tehran.

Boehm, B.W. (1991). Software risk management: Principles and Practices. IEEE software, 8, 32-41.

Bowles, D.S.2008. portfolio risk assessment: a tool for managing dam

safety in the context of the owners business, ICOLD 20<sup>th</sup> congress.

Cooper, D.F., Grey, S., Raymond, G. and Walker, P. (2005). Project risk management guidelines: Management risk in large projects and complex procurements. Chichester, John Wiley and sons.

East Azarbaijan and Ardebil Regional Water Company, (2005), Environmental Impact Assessment Report of Sabalan Dam, Netpa Consulting Engineers.

Heller,S,2006.Managing Industrial Risk-having a tasted and proven system to prevent and assess risk. journal of hazardous material130,pp.58-63.

Ho, K.C., Chow, Y.L., Yau, J.T.S. (2003). Chemical and microbiological qualities of The East River Dongiang water, with particular reference to drinking water supply in Hong Kong.chomospHere. 52, 1441-50.

Iranian Environmental Protection Agency, (2011), Guide to Calculating Water Quality Indicators of Iran, Environmental Protection Organization Publications.

Ministry of Energy, (2010), Vice President of Strategic Planning and Supervision, Office of Engineering and Technical Criteria for Water and Water Resources, Guide to the Study of Self-Purification Rivers. Journal No. 481. 151 pages.

Ministry of Energy, (2013), Guidelines for the Management of Pollution Disaster Risk in Surface and Groundwater Resources. Journal 407 - a.

Moghaddam, Mona, (2010), Risk Mapping and Environmental Vulnerability of Miankaleh International Wetland Using GIS Geographic System, M.Sc., Islamic Azad University, Science Research Branch.

Mohammadpour, Maryam, and Khoshnavan Homayoun (2010), Evaluation of Potential Resource Hazards on the Haraz River, Twenty-fifth Geological Survey of Iran, Geological Survey and Mine Exploration Organization of Iran.

Nazari Doost, Ali, (2009), Risk Management of Dam Contamination Dam Operated by Tehran Regional

Water Company, Report of Asarab Consulting Engineers.

Simeonov, V., Stratis, J. A., Samara, C., Zachariadis, G., Voutsas, D., Anthemidis, A., Sofoniou, M. & Kouimtzis, Th. (2003), "Assessment of the Surface Water Quality in Northern Greece," *Water Research*, 37, pp 4119–4124.

Vice President of Strategic Planning and Supervision, (2009), Current Surface Water Quality Guidelines (Issue No. 522

## **INFLUENCE OF THE RIGHT TO THE ENVIRONMENT ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT FROM THE PERSPECTIVE OF INTERNATIONAL LAW**

Akramosadat Kia<sup>1</sup>

**Abstract:** Nature is one of the most important pillars of human life, which is why the environment has been considered in all historical periods. At first, contemporary international law seeks to protect the environment as part of international environmental law, but the inadequacy of this protection and the need to protect the environment for Nowadays's human beings and future generations, the link between the environment and human rights It was considered because legal protection of human rights could be a means to protect the environment. Hence, in the context of the third generation of human rights, a new right called "the right to the environment" was created in international human rights instruments, in which the environment was raised as a human right. This right is not only a reminder of the solidarity rights that are categorized in the third generation of human rights, but also necessary for the

realization of many human rights, civil, political or economic, social and cultural rights. However, the exercise of this right requires a level of development which in turn provides for a greater degree of environmental degradation. Hence, the international community since the nineties has promoted the idea of sustainable development at all levels of national, regional and the international has put it on its agenda.

**Keywords:** rights, human rights, environment, healthy environment, sustainable development

### **Introduction**

Nowadays, the natural environment has been damaged due to the overuse of natural resources and the lack of attention to environmental issues and the lack of respect for the proper development of the concept of sustainable development. In recent

---

<sup>1</sup> Department of international law, Damavand Branch, Islamic Azad University, Tehran, Iran

decades, the development of cities and the increase in human population and climate change and the occurrence of persistent and long-term droughts have caused environmental problems and pollution. The problem of pollution does not have any boundaries or realms. The climate transmits hazardous contaminated material from one region or country to another. What in this regard seriously threatens the human environment is the inaccurate degradation of the environment and its creatures. Therefore, some lawyers try to preserve these rights and improve the status of human rights by introducing environmental rights. They believe that human rights have the right to protect the environment for humanitarian purposes.

Undoubtedly Nowadays, development in its new meaning is sustainable development alongside human rights, in such a way that environmental protection is considered as an example of international solidarity. The first international document that addresses the relationship between environmental protection, development and human rights seems to be the Stockholm Declaration of 1972. One cannot conceal the relationship and the interaction between environmental

issues and human rights. The right to a healthy environment is one that both political and civil rights defenders and conservationists emphasize and protect. The international system is not like any other system, and it is constantly changing, and international law, which relates to the international community, has undergone dramatic changes, because international law is essentially a law-based treaty. As stated in the sources, the relationship between the right to the environment, international law and international environmental law can be investigated, because the development of the concept of international law and the development of its field of action are the result of the emergence of concepts such as human rights Which has led to the development of international rules based on the direct and immediate interests of States to the rules governing the interests of the international community and the common interests of humanity, so the concern for protecting human rights has led to the extension of these categories of rules.

The ultimate goal of the rules of international environmental law is not the direct and uninterrupted interests of the state, but the benefits of humanity

and the improvement of the human destinies. For this reason, the final statement of the Stockholm Conference in 1972, proclaiming the right to a healthy environment, constitutes a fundamental link between protection Created the environment and human rights, and marked the beginning of a new era of international law.

The present study will examine broadly the fundamental principles of international environmental law, which are the right to a healthy environment. The special observation of this study is that this research is not only viewed from the perspective of international environmental law but also from the perspective of international law on sustainable development. Environmental and environmental debate Although it is in itself a branch of domestic law, it has become a transnational, transnational, and international issue due to the advent of industry and technology that has caused environmental problems and pollution. Nowadays, the environment and environment protection are a relatively new area for international regulation, and highlights the importance of addressing the issue.

On the other hand, international law has set rules and regulations for

responding to global environmental problems and problems, which has led to the emergence of a branch in international law called International Environmental Law, one of the newest branches International law.

The overall objective of this study is to provide a concrete framework for the role and importance of international environmental protection laws and identifying key factors in international environmental law through the development of the right to the environment.

### **The main hypothesis**

Regarding the vital importance of the right to a healthy environment, the two-way impact of the right to the environment and sustainable development from the perspective of international environmental law, in the framework of the framework of environmental diplomacy and international engagement in the light of institutional arrangements Human rights will be realized.

### **Research method**

This research is a composite (descriptive-analytic) method. The method of collecting more is based on

the library method and the use of articles and dissertations in the National Library, Parliament, Tehran University and Tarbiat Modares, as well as the use of credible sites such as Normags, Iran Doc, Mag Iran and sites of research institutes and other poles and other Scientific resources in country.

Regarding the right to a healthy environment, scholars have addressed it, including: Dr. Ali Mashhadi in the book *The Right to a Healthy Environment of Iran and France*, published in 2013 by the Legal Publishers, in the context of public law and human rights, to examine the issue. Paid.

Dr. Sobhan Tayebi, in the book *"Environmental Diplomacy and International Law on Sustainable Development"*, a collection of opinions and opinions published in *Majd Law Magazine* in 2016, discusses the symbiotic nature of international environmental law and international law as a sustainable development, and advances environmental diplomacy. To realize the right to a healthy environment.

Dr. Mehdi Firoozi, in the book on environmental rights, published by the Jahad University Press in 2007,

investigated the fundamental environmental right framework.

Dr. Mohammad Hosein Ramezani Ghavam Abadi and Hassan Shafiq Fard in the *Journal of World Politics* Volume 5, Issue 1, Autumn 2016, on Sustainable Development and the Right to a Healthy Environment.

Right now, the right to the environment is the most developed issue that has been discussed and analyzed as solidarity rights.

In international texts and documents, the definition of the right to the environment is provided, but Articles 14 and 15 of the draft third international law of solidarity rights in expressing the right to the environment of every human being and all human beings are grouped in the right to a healthy and balanced environment. Environmentally friendly and favorable for economic, social, cultural and legal development.

States Parties commit that natural conditions of life do not suffer from adverse changes that harm human health and collective well-being, the harm that is necessary for the development of society and is not a way to avoid it is considered acceptable, on the other hand The first principle of the Stockholm Declaration states: "Human

beings have the fundamental rights to have freedom, equality and proper living conditions in an environment that allows him to live with dignity and prosperity. He is officially responsible for protecting and improving the environment for present and future generations.

The environment includes all the conditions for an encounter with a life of continuous life, with peace and health for present and future generations. Citizens can once again achieve their rights to create a natural environment, artificial environment or human being, and their social environment is protected by laws and regulations. In a city like Tehran and ... the social environment is far more influential than the impact of technology and industry in the environment, since most issues, such as pollution of water, air and waste, are due to some social factors such as population increase, false culture Urbanization and rising consumption. This point is also mentioned in Article IV, paragraph (a), of the United Nations Conference on the Status of the United Nations, and is due to a lack of development. The goal of environmental law is to limit the impact of human activities on elements or natural environments, and this goal is effective not only in the direct and

immediate interests of the state, but also in the interests of citizens and the improvement of their fate. In addition, environmental rights are one of the fundamental and fundamental rights of citizenship, because it is a healthy environment that can guarantee physical, mental and right of life.

Therefore, these rights can also be considered as a function of civil rights, since they do not give these rights to man, but his natural right. Environmental law is such that in addition to the right to claim the right of the right, the other right is also affected by the exercise of the right. If the environmental rights of the ethics circle enter the circle of rights and laws (the law of the subject), the guarantee will be implemented, so, for example, when the creation of a video pollution crime and the punishment for it, you can complain to the law enforcement authorities He demanded the right to be damaged.

### **The concept of sustainable development**

Sustainable development, based on the definition of the United Nations Commission on the Environment and Development, known as the Brentland Commission, and the United Nations

Commission on Environment and Development in 1987 mean that development will meet the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their needs. doing. In other words, sustainable development is a comprehensive approach that aims to promote development in ways that do not endanger the environment or dispose of natural resources in a way that is available in the future. The report adds that the conditions are not only applicable to environmental policies, but also to economic and social policies.

The most complete definition of sustainable development consists of two key concepts: first, the concept of the need for the basic needs of the poor world, which must be given priority. Second, the idea of the constraints imposed by the state of technology and social organization on the ability of the ecosystem to meet the present and future needs. While the provision of the needs of the poor is not necessarily consistent with the needs of future generations, it is clear that the countries of the world do not have the same level of energy, clean water, clean air, political freedom and the protection of their societies from war crimes and warfare. In this regard,

sustainable development of the environment involves water and waste, society (employment, human rights, gender equality, peace and human security) and economics (poverty reduction, corporate responsibility, and accountability).

Sustainable development means the management and conservation of basic resources and the introduction and application of technological advancements and organizational structures that ensure continuous and satisfying human needs for the present and future generations. Sustainable development that protects land, water resources and plant and animal genetic resources is not only harmful to the environment, but also technically fit, economically valuable and socially acceptable. This is the definition that the grocery organization And agriculture has provided sustainability development. According to Makhdoum, the maximum and stable returns are the true concept of sustainable development. Sustainable development as a concept, based on the equality of generations, means that generations must not eliminate the ability of future generations to use resources.

What is certain is that sustainable development should not only be considered as a set of methods, but also considered as a kind of insight in which different aspects of economic, social and even philosophical lies, and its cultural dimensions are less than aspects Technical and technical not relevant. If we consider only the economic and environmental aspects of sustainability, sustainable development will become an anti-development tool.

Sustainable development has also been made up of two areas of development and sustainability. It is about development, process and goals. The process of growth and change reflects the goals of the initial needs. Sustainability must exist in three social, environmental and physical contexts. As a result of sustainable development, that is, the sustainability of objects, the preservation of the natural environment and social equilibrium through the processes of growth and change, and the satisfaction of reasonable human needs.

Right to the environment and human rights

Although there is no serious and effective legal research on the nature of the right to the environment; however, the transformation of this right into the

contemporary human rights system reflects the existence of a completely separate nature for the right to make the first analysis of this right with Challenges. Understanding the nature of the right to the environment depends on determining the status of this right in the human rights collection. In fact, what is the right of this right to submit a picture of it among other human rights?

Various ideas have been presented in the legal literature on the right to the environment. However, they can be divided into two general categories. A bunch of analyzes have denied the existence of such a right. Basically, with each new wording, new rights in the human rights package are opposed to the ambiguity of their nature and their lack of recognition and consolidation in the human rights system, and emphasize that there is no need for any claim In the form of "right".

### **Conclusion**

Addressing the harmful effects on the environment in the current world requires the use of new tools. Human and environmental integrity in the light of international environmental law The traditional environment brings environmental law to the protection of

the environment of countries. The specification of the fundamental and fundamental human rights in the attitude to the environment and the necessity of protecting them, regional and global human rights arrangements and systems, ensures the exercise of this right.

One of the concerns of environmentalists in the international protection and protection of the environment is the lack of a structured legal structure that could bring environmental damages to the benefit of the victims. The international environmental legislation is a new issue that began at the 1992 Rio Conference, but the Stockholm Conference of 1972 provided the subject of legislation in this field in domestic law. And on the brink of other acts of custom and custom. Attorneys and judges, and scholars and lawyers deal with the laws of the environment.

On the other hand, international environmental law has not succeeded in identifying individuals as individuals of international law, thus abandoning those who are the main victims of environmental abuses at an internationally defenseless level.

In the field of international human rights, its growing trend,

especially in the past decade, has evolved through the establishment of local, national, international institutions. As many international systems in the Americas, Europe, Africa and Islamic countries are now focusing on human rights, some of them, such as the system of American and European countries, have established a positive step towards the defense of human rights through institutionalization and institutional arrangements, and in The efforts to support and improve respect for human rights in the national and international arena have been somewhat successful. Human rights legislation has entered into national arena through treaties, declarations, resolutions and procedures of international law. One of the most important achievements of the international human rights system is the direct access of victims to international human rights institutions. In this field, individuals The titles of the lawyers can, from the point of view of the law, be able to sue and lodge complaints about the misuse of human rights by governments.

But the defense of human rights in the environment is still the starting point. Claiming individuals against the state sometimes relates to environmental problems. The international human

rights system is a unique place for individuals to file lawsuits to defend their rights, including violations of their right to their own environment.

By extending the concept of protecting human rights, the right to a healthy environment can be interpreted through it. Nowadays, more than ever, the society is aware of the relationship between human life and the environment, and the pollution and destruction of the environment can put human life at serious risk. Human dependence on environmental quality is evident. Therefore, the environment is considered as a human rights dimension.

The internationally recognized right has not yet been universally recognized as an integral part of the basic rights of the first and second generations of humankind, and despite the fact that the human right to benefit from the healthy environment in human rights instruments of the three geographic regions of America, Europe and Africa. But international human rights have not yet become widespread and universal in nature, so its effects will be limited to just governments.

Regarding the contrast between the concept of environmental law and sustainable development, the issue of

sustainable and comprehensive development, both in the developed world and in the developing world, is of interest and concern Nowadays. Development in the real sense of the word, with the semantic burden of progress or excellence, must be comprehensive, inclusive, and sustainable, in order to create a coherent movement of forces within society. When it comes to the full development of development, society is considered a system, all of its components requiring a change in quantitative and qualitative increase. Once this change can be useful in the path to sustainability. In other words, universal development without sustainable development loses its human meaning. Sustainable development of conservation of resources and the environment and the contribution of the future is posed. Development should not be at the expense of future generations. In a comprehensive and sustainable development, the whole of society's facilities must be preserved as a set, in the presence of all, for future generations. Resources and facilities should not be diminishing, but rather renewed and growing.

In general, actions can and should be taken to achieve sustainable

development in the sense of reconciling development and protection of the environment in the context of human rights, respect for all human rights and freedoms.

### **Research suggestions**

1. Research on existing regulations related to environmental rights in different countries and compare them with each other.

2- Research on the formation of internal and, especially, international regulations in the field of environmental protection

### **Research constraints**

1. Time limit: time limit for access to resources and work progress.

2. Financial constraints: Financial constraints for access to resources and work.

3. Restriction of skills: the lack of correct and complete access to written sources such as books, articles and ...

### **References**

Arfaei, Aaliyeh et al, Human Rights in the View of International Assemblies, Tehran Political and International Studies, 1993

Amiri Ghaem Maghami, Abdolmajid, Law of Obligations, Volume 1, Volume, 1999

Ansari, Mohsen, Status and role of the environment in the development programs of the Islamic Republic of Iran and its comparison with the pre-revolutionary plans, 2000

Eivlolan, Third World and Environment, Translation by Ferozoogari, Manouchehr, Tehran, Chapakhsh Publication, 1994 5- Aghaei, Bahman, International Law of the Sea and the Issues of Iran, Tehran, Library of the Ganj Danesh, 1995

Eftekhari Zadeh, Seyyed Fardaad, A Model for Ordinary Citizenship Training in the Third Century. Ph.D., Research Sciences, Humanities, 2003.

Fahimi, Aziz Allah, Civil liability due to environmental degradation; Comparative study on the rights of Iran, France, international documents and documents; Ph.D. in Private Law; Imam Sadiq University (2008).

Golparian, Roghaieh, Participation,  
BSc, Faculty of Social Sciences,  
University of Tehran, 1975

**CRITICAL STUDY OF IRANIAN MOVIE »NASSEREDIN SHAH,  
ACTOR OF CINEMA «ON THE BASIS OF THEORIES OF THE  
POSTMODERN NOVELS**Shirzad Tayefi<sup>1</sup>Mohammad Hossein Ramezani Fookulaee<sup>2</sup>

**Abstract:** Contrary to the French school of comparative literature, according to which it is merely possible to compare the two written texts in terms of conditions, in the American approach, the adaptation of literary texts to various arts, including cinema, is possible, which leads to a better understanding of literature. Since novels and films have many similarities, they are in many respects similar to each other, and two genres are considered analogous. These commons provide a good ground for discussing a movie from the perspective of a new literary theory and critique, and allow us to use the concepts and terminology we normally know as a tool for discussing the novel to critically explore the structure and art and the themes of the film. On the other hand, in recent years, the term "postmodernism"

has been widely criticized about the novel in our country, and many new fiction writers also have a fascination with postmodern style fiction. Therefore, in this research, first, reviewing the views of some of the most important postmodern literature scholars, nineteen techniques used in postmodern novels are explored, and their qualitative method of applying them to Naser al-Dinshah film actor have been investigated. The results of the study show the relationship between literature and cinema (as a visual text) and the ability to compare the two written and visual texts; as many techniques used in the writing of postmodern novels are also with a high frequency have been used in the studied film.

---

<sup>1</sup>Associate Professor of Allameh Tabataba'i University, Department of Persian Language and Literature. Gmail: [www.merajedanesh@gmail.com](mailto:www.merajedanesh@gmail.com)\*corresponding Author

<sup>2</sup>MA in Comparative Literature of Allameh Tabataba'i University, Department of Persian Language and Literature. Gmail: [khoeyny3002@gmail.com](mailto:khoeyny3002@gmail.com)

**Keywords:** Postmodern School, Postmodern Novel, Iranian Cinema, Postmodern Cinema, Written Text, Visual Text.

## 1. Introduction

Because of the great commons between novel and film, both of them are similar from the different viewpoints, and two genres are considered analogous. These commons provide a good platform for discussing a movie from the perspective of new literary theories, allowing us to use the concepts and terminology we normally know as a means of discussing the novel to critically explore the structure and arts and themes of the film. On the other hand, addressing new literary topics, such as postmodernism, and exploring the use of the foundations and techniques of postmodern novels in cinema, which is essentially a visual text, has led to a show the relationship between literature and cinema and to understand the fact that these components are used in the studied film with what frequency and quality.

Meanwhile, explaining many postmodern literary techniques and reviewing them in Naser al-Dinshah's

film actor, can lead to a better understanding of the subject, open the way for future study in the field of literature and cinema.

Since follow-up has been done, there is still a less comparative study between written and visual texts and the adaptation of the basics of novel and film from the postmodern school perspective, making this study is necessary. In addition, this study, with the introduction of some of the most important approaches to postmodern novels, has used this theoretical foundation in a practical critique of the discussed film, in order to encourage further writing and study from the perspective of a new literary theory and critique of Iranian cinema. To do this study, firstly, the information and theoretical foundations, including the techniques of postmodern novels, have been collected and scanned through a study of variety of sources. Among the Iranian post-modernist films, Naser al-Dinshah's film actor was selected and reviewed. The main techniques used in them are extraction, categorization and analysis.

## 2. Research Questions

1-2. what is the meaning of postmodern works in literature and cinema?

2-2. what forms and methods of postmodern novels foundations have been studied in the film?

3-2. How structured and arts used in postmodern novels, to what extent is the structure and techniques used in the investigated film to be comparable?

4-2. what elements of the foundations of postmodern novels are observed in the studied film?

5-2. what are the differences in applying postmodern novels to the studied film?

6-2. how successful were the studied films in the application of postmodern novels techniques?

### 3. Research Hypotheses

1-3. postmodern works in literature and cinema have common foundations and techniques.

2-3. the foundations of postmodern novels in very close and similar forms and practices have been featured in Nasser al-Din Shah's film actor.

3-3. the used structure and arts in postmodern novels, to a great extent, are compatible with the structure and techniques used in the studied film.

4-3. many of the foundations of postmodern novels are seen in the studied film.

5-3. there is no significant differences in the application of postmodern novels techniques in the studied film.

6-3. the studied film has been very successful in applying postmodern novels techniques.

### 4. The history of the Research

Based on studies and follow-ups, there has been little studies on the subject of study directly, among which can mention to the book of Hossein Payandeh (published in 2007), entitled postmodern novel and film: A look at the structure and arts of mixing films and article by EhsanAghababaei and Ali GhanbariBarzian (published in 2016), entitled "postmodern discourse in Iranian cinema (case study the movie of the empty seat)".

Academic studies that are indirectly related to the study subject include:

Master's thesis, SamanehPourghlami (performed year 2013), with a title of Study of postmodern components in Reza Amirkhani and ShahrnoshParsipour's

works by guidance Alireza Fouladi's at Kashan University. / Master's thesis, AtharPourmohammadi (performed year 2010), with a title of study and analysis of Simin's Daneshvar novels, considering the dimensions and components of modernism and postmodernism by guidance Mustafa Gorgji at Payame Noor University of Tehran.

Master's thesis, Ali-AsgharRahnama-Bargard (performed year2009), with a title of the effect of postmodernism in the Persian novel (relying on the four novels of Azadeh Khanum and his author, Hiss, Gavkhoni and the kingdom) by the guidance of Saeed Zohrevand at the University of Lorestan. / Master's thesis, Mahya Sadat Asghari (performed year 2008) with the title of postmodernist manifestations in the works of Simin Daneshvar (SiminDaneshvar's innovations in contemporary narrative literature) by the guidance of Hussein Payandeh in the humanities research institute and cultural studies. / Master's thesis, Ali SajadiManesh (performed year 2013), with a title of study of postmodern components in two novels of the time of the fault and the chameleon Nazanin, Mohammad Reza Kateb, by the guidance

of Ebrahim Mohammadi, University of Birjand. / Master's Thesis, Mohsen Lotfiaziz (performed year 2013) with a title of postmodernism in the works of AbotrabKhosravi, by the guidance of Mehdi Sharifian at Bu-Ali Sina University.

## **5. Postmodern Literature Theoreticians**

At first, the ideas of the twelve thinkers who have been theorizing and writing about postmodernism, such as Jean-Francois Lyotard, John Barth, David Lodge, Barry Lewis, Linda Hutcheon, Hayden White, Brian McHale, Patricia Waugh, Ihab Hassan, Jean Baudrillard, Fredric Jameson and David Harvey studied and among them, the opinions and comments of the eight theoreticians who worked specifically on postmodern literature (with an emphasis on fictional literature), and their opinions were explicitly used in the postmodern novels, summed up and the foundations and techniques used in postmodern novels were extracted.

## **6. Fundamentals and Techniques of Postmodern Novels**

In this section, only nineteenth techniques extracted from the postmodern theoreticians are as follows, and the explanations of the used techniques in the film actor Naser al-Dinshah are presented in the section of reviewing film.

Intertextuality / ontological content / anachronism / pastiche / fragmentation / association of incoherent thoughts / paranoia / vicious circle / language disorder / contradiction / permutation / incoherence / irregularity / excess / parody / irony / disintegration of metanarratives / the verisimilitude / the writer's presence in fiction / the death of author's authority.

### **7. Investigating the Film of Naser al-Dinshah Cinema actor**

In this section we first introduce the film's factors and a summary of the story, then we will analyze the application of the foundations and techniques used in postmodernist novels in this film. Since it may not be possible to sample any film that uses all of the nineteen techniques mentioned in the same way, the explanations given about this film are just the techniques mentioned in the film that have a

meaning in the film. At the end of the reviews, we summarize the the conducted conclusion in the form of table.

We need to point out three subjects here:

A) Considering that the study of this film required the information of some Iranian films, in most cases the fourth volumes book of culture of Iranian cinema films by Jamal Omid (2010-2011), and in some cases, the numbers of the film's monthly file are based on work that their detailed listing is in the "Bibliography" section.

B) The referrals given in the studied film respectively (from left to right) are: compact disc-CD, hour, minute and second of the studied scene. For example, "1- 01:20:30" means referring to the compact disc number one and the scene that began at the first hour and the twentieth minutes of the thirty seconds (or eighteenth minutes and thirty seconds), and if the reference was in the form of "0- 01:20:30", that is, the film has been a file (file) without compact discs. The rest of the description is similar to the one outlined above.

C) In referring to other films, the year of construction and the name of the director

of the film come in parentheses. For example, the Lor's daughter (1933 Ardeshir Irani), a movie that was created in 1933 directed by Ardeshir Irani.

At first, a summary of the factors and story of the film is presented as follows:

Year of construction: 1991

Director: Mohsen Makhmalbaf

Producer: Masoud Jafari Jozani

Script: Mohsen Makhmalbaf

Cameraman: NematHaghighi,  
FarajollahHeidari

Editor: Davoud Yousefian

Soundtrack: MajidEntezami

Artists: EzatollahEntezai, Mohammad Ali Keshavarz, Mehdi Hashemi, Akbar Abdi, Dariush Arjomand, Parvaneh Masoumi, Fatemeh Motamed Aria, MahayaPetrosian, Saeed Amirsoleymani, Morteza Ahmadi, Jahangir Forouhar and etc.

Film Summary:

Mirza Ebrahim Khan, a photographer of the Qajar court, lays his sweetheart "Atieh" under the trees, and only among the snow, and goes along with "Mozaffar al-Dinshah" and goes on

to the Europe, and in Europe, by order of the king, he buys a cinematographe device or a cinematographe camera. Mirza Ebrahim Khan, who is eager to marry Atieh after returning from theEurope, involved the cinematographe charm, and since the internal state is turbulent and the empty treasury and the court is shaken, he is worried about the future of cinematographe, allowing the king ailing (Mozaffar al-Dinshah).

The king orders the servant to take a photographer to his son, and he incorrectly sends a photographer to his father, Naser al-Dinshah. Naser al-Dinshah, also seeing "Mirza Ebrahim Khan", plans to execute him for taking pictures of the court, but "Amir Kabir" will prevent him from executing. He tells the king that cinematographe educates adam, and "Naser al-Dinshah" is interested in cinema. Naser al-Dinshah, looking at the scenes from Lor's daughter, is fond of Golnar (the female character of the film) and wants to follow her and calls for all sign of Golnar.

Meanwhile, Atieh, a sweetheartof photographer, is still waiting under the trees and in the snow. The story is linked to scenes from the Iranian historical films, and the film ends with colorful scenes of several post-

revolution films that promote stamp and friendship.

Now let's look at the postmodern techniques used in the film, as follows.

### **1-7. Intertextuality**

If we know the author's deliberate or unconscious use of his writings or others in the written literature from the intertextuality, the use of scenes from previous films by the director or other directors, whether directly or indirectly in the cinema, can be of this kind. In other words, "direct use - or derisive imitation - of citation, allusion, the name of a character, or plot events of a story can be regarded as an intertextuality" (Kush, 2017: 160-116).

Since the film of Naser al-Dinshah's cinema actor is a kind of review of Iranian cinema from the beginning and the arrival of cinematographe until the film's production (1991), in all its parts, many parts of Iranian history films are directly used or using indirectly, the scenes from the films mentioned in this film have been rebuilt and simulated; hence it can be said that the "intertextuality"

technique in the film of Naser al-Dinshah cinema actor is very frequent.

The films used in this film have been identified, according to our understanding and studies from available sources, which are distinguished by direct and indirect use and by year of construction, as follows:

#### **1-1-7. Direct Use**

Here, the criterion is to use part of the main scene in the film of Naser al-Dinshah cinema actor, based on this and, as an example, on some of the films which selected scenes are used in the film are mentioned.

1-1-1-7. Hagi Agha Cinema Actor (1932 AvansOgansian)

Apart from the name of the film of Naser al-Dinshah cinema actor, which is actually derived from the film's name, scenes from the film have been used in "1-00:17:04", "1-00:17:14", "1-00:18:07" and "1-00:18:34".

2-1-1-7. Lor's daughter (1933 Ardeshir Irani)

Scenes from this film have been featured frequently and perhaps the most frequent film among the studied films used by Naser al-Dinshah cinema actor. References given to the film include "1-

00:19:22", "1-00:19:43", "1-00:20:02",  
"1-00:20:19", " 1-00:20:40 ", "1-  
00:20:52 ", "1-00:21:08 ", " 1-00:21:17  
", "1-00:22:08 ", "1-00:22:13 ", "1-  
00:22:25 ", "1-00:23:01 ", "1-00:23:34  
", "1-00:23:38 ", "1-00:23:42 ", "1-  
00:23:52 ", "1-00:24:07 ", "1-00:24:17  
"and"1-00:24:28 ".

**3-1-1-7. Evening party in Hell** (1957  
MosheghSorouri)

The use of the film has been in  
"2-00:04:14", "2-00:04:34", "2-  
00:05:00" and "2-00:05:32".

**4-1-1-7. the storm in our city** (1958  
Samuel Khachikian)

The use of the film has been in  
"2-00:16:34".

**5-1-1. 6. Midnight shrine** (1961 Samuel  
Khachikian)

The use of the film has been in  
"2-00:16:40".

**6-1-1-7. Treasure of Qaroon** (1965  
SiamakYasemi)

The use of the film has been  
in"2-00:13:47" and "2-00:14:58".

**7-1-1-7. Kaiser** (1969 Masoud Kimiaei)

The use of the film has been in  
"2-00:16:43" and "2-00:21:34". In the  
importance of this film, it should be  
noted that unlike other used films, it has  
been used for three minutes without  
interruption in the film (from "2-  
00:16:43" to "2-00:19:58"). In addition  
to using the Kaiser Film scenes, parts of  
the film's music (for about 10 seconds)  
are also used, which can be called  
"musical intertextuality". "2-00:19:59".

**8-1-1-7. Cow** (1969 Dariush Mehrjuei)

The use of the film has been in  
"2-00:31:34".

**9-1-1-7. Reza Motouori** (1970 Masoud  
Kimiaei)

The use of this film has been in  
"2-00:25:50".

**10-1-1-7. Postman** (1972 Dariush  
Mehrjuei)

The use of this film has been in "2-00:27:36".

**11-1-1-7. Cloudburst** (1972 BahramBeyezai)

The use of this film was also very frequent and has been used in "1-00:41:53", "1-00:42:21", "1-00:42:27", "1-00:42:35", "1-00:42:45", "1-00:43:47" and "2-00:13:23".

**12-1-1-7. Mongols** (1973 ParvizKimiavi)

The use of the film has been in "2-00:35:38", "2-00:37:13" and "2-00:37:51".

**13-1-1-7. Still life** (1975 Sohrab Shahid Sales)

Many scenes from this film have been used that include: "2-00:06:19", "2-00:06:26", "2-00:06:34", "2-00:06:39", "2-00:06:56", "2-00:07:54", "2-00:08:00", "2-00:08:32" and "2-00:08:51".

**14-1-1-7. Beehive** (1975 FereydoonGoleh)

The use of the film has been in "2-00:26:20".

**15-1-1-7. Deer** (1975 Masoud Kimiaei)

The film has been alternately used in several scenes from "2-00:22:46" to "2-00:25:03".

**16-1-1-7. Kamal al-Mulk** (1984 Ali Hatami)

The use of the film has been in "2-00:39:46".

**17-1-1-7. Boycott** (1985 Mohsen Makhmalbaf)

The use of the film has been in "2-00:39:01" and "2-00:39:43".

**8-1-1-7. Cold roads** (1985 Masoud Jafari Jozani)

The use of the film has been in "2-00:39:23".

**19-1-1-7. Runner** (1985 Amir Naderi)

The use of the film has been in "2-00:39:16", "2-00:39:21", "2-00:39:32",

"2-00:39:34", "2-00:39:36"and2-00:39:37".

**20-1-1-7. Mare** (1985 Ali Jekan)

The use of the film has been in "2-00:39:38" and "2-00:39:45".

**21-1-1-7. let me live** (1986 ShapourQarib)

The use of the film has been in "2-00:39:47".

**22-1-1-7. BibiChelcheleh** (1986 KiumarsPourahmad)

The use of the film has been in "2-00:39:37".

**23-1-1-7. Flight at night** (1986 RasoulMalaqolipour)

The use of the film has been in "2-00:39:42".

**24-1-1-7. Where is the friend's house?** (1986 Abbas Kiarostami)

The use of the film has been in "2-00:39:58".

**25-1-1-7 .Hawker** (1986 Mohsen Makhmalbaf)

The use of the film has been in "2-00:38:41", "2-00:38:49", "2-00:38:56", "2-00:39:04", "2-00:39:09", "2-00:39:11"and" 2-00:39:12"

**26-1-1-7 .Stone lion** (1986 Massoud Jafari Jozani)

The use of the film has been in "2-00:39:48".

**7-1-1-7. Spell** (1986 Dariush Farhang)

The use of this film has been in "2-00:39:25".

**28-1-1-7. Key** (1986 Ebrahim Foruzesh)

The use of the film has been in "2-00:39:55".

**29-1-1-7. Nar and Ney** (1986 Saeed Ebrahimifar)

Use this of the film has been in "2-00:38:36", "2-00:38:44", "2-00:38:51", "2-00:38:58" and "2-00:39:05".

**30-1-1-7. Little bird of happiness**

(1987 PouranDerakhshandeh)

The use of the film has been in  
"2-00:39:44".

**31-1-1-7. Dowry for Robab** (1987

SiamakShayeqi)

The use of the film has been in  
"2-00:39:35".

**32-1-1-7 .Maybe when another** (1987

BahramBeyazai's)

The use of the film has been in  
"2-00:38:34", "2-00:38:42", "2-  
00:38:50", "57: 2-00:38:57", "2-  
00:39:05"," 2-00:39:09"," 2-  
00:39:11"and" 2-00:39:33."

**33-1-1-7 .Water, wind, soil** (1988 Amir

Naderi)

The use of the film has been in  
"2-00:38:38", "2-00:38:46", "2-  
00:38:53", "2-00:39:00", "2-00:39:07", "  
2-00:39:10"," 2-00:39:11"and" 2-  
00:39:13".

**34-1-1-7. Horizon** (1988

RasoulMolaqolipour)

The use of the film has been in  
"2-00:39:53".

**35-1-1-7. Basho little stranger** (1988

BahramBeyzaei)

The use of the film has been  
in"2-00:39:14".

**36-1-1-7. Bicycle run** (1988 Mohsen

Makhmalbaf)

The use of the film has been in  
"2-00:39:49".

**37-1-1-7 .Angelika ship** (1988

Mohammad Reza Bozorgnia)

The use of the film has been in  
"2-00:38:55", "2-00:39:28" and "2-  
00:39:40."

**38-1-1-7 .Tooth of the snake** (1989

Masoud Kimiaei)

The use of the film has been in  
"2-00:38:39" and "2-00:38:48."

**39-1-1-7 .Savalan** (1989

YadolahSamadi)

The use of the film has been in  
"2-00:39:41."

**40-1-1-7 .Mother** (1989 Ali Hatami)

The use of the film has been in  
"2-00:39:19" and "2-00:39:48".

**41-1-1-7 .Immigrant** (1989 Ebrahim  
Hatamikia)

The use of the film has been in  
"2-00:39:41."

**42-1-1-7 .Last curtain**(1989 Varouj  
Karim Masihi)

The use of the film has been in  
"2-00:39:08" and "2-00:39:51."

**43-1-1-7 .Apartment No. 13** (1989  
YadolahSamadi)

The use of the film has been in  
"2-00:39:30."

**44-1-1-7 .Sergeant** (1989 Masoud  
Kimiaei)

The use of the film has been in  
"2-00:39:52" and "2-00:39:54".

**7-1-2 .Indirect Use**

In indirect use, the same scene  
of the film referred to is not used, but the  
character or dialogue (talk) of the film  
has been used.

1-2-1-7. Hagi Agha Cinema Actor (1932  
AvansOgansian)

An anecdote by Ebrahim Khan  
Photographer in the film is similar to the  
story of Haji Agha cinema actor. He  
says: "I have an anecdote about the  
regisseur that follows the subject. Finds  
subject who is an adversary with  
cinematographe, because, he does not  
know. The regisseur picks up film from  
his daily working. Subject watch himself  
on the curtain of cinema, reconcile with  
cinematographe. I have put the name of  
this subject, Haji Agha cinema actor "(1-  
00:16:39).

2-2-1-7. **Lor's Daughter** (1933 Ardeshir  
Irani)

In addition to the vast use of the  
scenes from the film directly, indirectly,  
this film has much in the story and parts  
of Naser al-Dinshah's cinema actor, as in  
addition to Fatemeh Motamed Aria, who

plays Golnar in the film, and is somehow crafted, which is very similar to the artist of the role of GolnarLor's daughter (SedighSaminejad, known as the rouhangiz), but many of the original film dialogues are precisely used by the film artists.

For example, when Golnar (Fatemeh MotamedAria) casually falls into the palace of Naser al-Dinshah, after a lot of struggle she is arrested by the king, the same dialogue Golnar tells the Lor's daughter to Jafar to the king: "Do not joke. Let me go "(1-00:25:19). The king like Jafar, asks her:" Do you want to go Tehran with us? "(1-00:25:19), and Golnar resembles the answer given in Lor's daughter given to Jafar, she gives the king: "Tehran? Tehran? Tehran, who says the beautiful city, but its people are bad "(1-00:25:22), or in other scenes, Naser al-Dinshah, says the same dialogue of Jafar to Golnar to Malijak:" Let's go to Tehran? "(1-00:41:21), and the Malijak repeats the same as Golnar's response to the film: "Tehran? Tehran, Tehran, Tehran, who says the beautiful city, but its people... (Due to the jealous attack of favourite on Malijak, his word is not over) "(1-00:41:23). There are other examples of indirect use in the film

that they are discarded to prevent prolongation of the word.

It should be noted that the reason for the using too much of Lor's daughter's film in Naser al-Dinshah's cinema actor can be interpreted as Lor's daughter's film, which is the first rumor and usually referred to as the initiator of Iranian cinema, and since the studied film is also narrator itself and expresses the history of Iranian cinema from the beginning of appearance (and since the arrival of cinematographe) many parts of Lor's daughter film have been used directly and indirectly.

### **3-2-1-7. Cow (1969 Dariush Mehrjuei)**

Posters from this film when practicing a photographer with Naser al-Dinshah are hanging on the wall to become an artist (2-00:29:01). Several dialogues are also used by Naser al-Dinshah of this film. For example, Naser al-Dinshah says: "I am not Kiblah of the world. "I am the cow of Masht Hasan", and repeats again with a louder voice: "I am the cow of Masht Hasan," (2-00:34:05), or in another scene says: "Masht Hasan! Masht Hasan! Please help your cow. They want to kill your cow. They want to bring your cow into

the well. Masht Hasan! Masht Hasan!  
"(2-00:34:30).

**4-2-1-7. Postman** (1972 Dariush Mehrjuei)

When in a scene of a film that a photographer is practicing with Naser al-Dinshah to become an artist, the veterinarian is examining Niatollah Khan (played by EzatollahEntezami), asking Naser al-Dinshah to say "A", and when the king says "A", the photographer wants him to be louder and more elaborate, and the same film scene of the postman, Dr. says to Niatollah Khan, will open his mouth and say more firmly "A" is revealed (2-00:27:26). Interestingly, after a mak-up performed by photographer on Naser al-Dinshah likened to Niatollah Khan (who plays the role of both characters as an EzatollahEntezami), and more interestingly, just after the scene of practicing and educating of the photographer with the quality described above is displayed on the postman film scene (200:27:36).

**Cloudburst** (1972 Bahram Beyezai)

The beginning scene of the movie is accompanied by the presence of Atieh middle aged (played with the same play and the similar makeup as the "Cloudburst" artist Parvaneh Massoumi) (1-00:02:31). The final scenes of the film are also accompanied by this presence (2-00:38:17). The poster of this film is also glued to the wall in a scene of the film (2-00:29:55).

**6-2-1-7. Mogul** (1973 ParvizKimayavi)

The presence of Mongolian soldiers with a similar makeup of Mongolian films in the studied film has high frequency. For example, at the scene of Naser al-Dinshah entrance, protected by six Mogul horsemen (1-00:12:19), or a scene that six Mongolian soldiers carrying the king's throne (2-00:06:09)

**7-2-1-7. SoutehDelan** (1977 Ali Hatami)

Seddiq-Al Harm of the film (played by Jahangir Forouhar) in two scenes of the film, the same dialogues are used by the drug dealer and the bugger of the SoutehDelan film as doctor with his play Jahangir Forouhar. "Give a coat and a hat, give two Ghazvanim" (2-00:25:10) and "you too! Under the mat of canvas,

what does anyone know? What does anyone do? "(2-00:25:20).

### **8.2.1.7 .Basho, little stranger (1988 BahramBeyzaei)**

When Naser al-Dinshah searches for Golnar in his courtyard (in his harem), a woman who is exactly the same as a scene in which Naeijan, the actress of the film *Basho, a little stranger* played by SousanTaslimi, draws her headlining over her face and only finds her eyes is shown in the same way as the Naeijian dialogue in Gilaki's dialect says, "amagimisogoliehshasohaftom. Shoma chi gidi? "(1-00:40:13).

### **9-2-1-7. The Bicycle run (1988 Mohsen Makhmalbaf)**

As we explained in the introduction to this section, intertextuality is not necessarily created with the works of other writers or directors, but can also be established with other works of the same writer or director, and the director of the film examined in this film from his previous film, *bicycle run*, frequently directly and indirectly.

"Nasim" is the character of the bicyclerun, played by "Muharram Zeinalzadeh" on his bike, and in this film also plays "Muharram Zeinalzadeh", to watch the film went to the Golestan Palace's Summer Cinema (2-00:05:59 ), or in other scenes, Nasimbicyclerun ride her bike again in a crowd of spectators (2-00:06:33), or later went to the photographer, in the guidance of cinematographe help to photographers (2-00:08:37), or when the Mongols take the photographer, she alone controls the cinematographe machine (2-00:11:50).

Or in another scene, the photographer to imitate the Nasim of the bicyclerun with a match that prevents sleep, interfaces his eyelid and his spine, and round the square, spins the cart, and the malijak shouts loudly: "Do not break! Wake up! "And slapping on his face and somebody throws water on his face, all of which scenes remind the scenes of the bicyclerun film (2-00:12:30). Similarity with the scenes and the use of the main character of this film are repeated in many other scenes, which we present to mention all.

In addition to the used films, we mentioned above, the photographer in two scenes of the film read poetry from classical and contemporary poets, which

is another example of intertextuality. The lyrics listed in the order of the scenes respectively are:

- In a scene where a photographer wants to learn Naser al-Dinshah to become an actor, he read a poem by Sohrab Sepehri:

"At the pasture of advice, I saw the garlic cow.

I saw the donkey understand the alfalfa "(2-00:30:55).

This poem was written by Sepehri in 1964 and is a collection of "the voice of the water". The order of the writing of poetry in the mention collection is a photo taken by a photographer in the form of "I saw the donkey understand the alfalfa. At the pasture of advice, I saw the garlic cow have been recorded." (N.K. Shamisa, 2009: 394). It seems that given the timing of the use of this poem in the film, when the photographer wants to train the role of the Masht Hasan cow to Naser al-Dinshah, by emphasizing the role of the king (the role of the cow), the order of reading poetry in the film has changed.

Or else in the scene where the heads of the photographer for a punishment is under the guillotine razor, this poem of Abdul Rahim Khan, is famous for KhaneKhanan (964-1065),

the poet of the Parsigu poet Indian (N.K. Safa, 2011: 471-472) reads:

"They kill me for your love, and it's awesome, Atieh!

You also come on the roof which is a good watch "(2-00:3:36)

At the end of the first attempt, the word "Atieh" was not included in the original poem, and was added by the photographer who read the poem to his beloved (Atieh) (N.K. Azar Bigdeli, 1959: 60).

## **2-7. Ontological Content**

Examples include the confrontation between the world of reality and imagination, the distortion and violation of the boundary between these worlds, or even the complete elimination of this boundary, the long and frequent fluctuations between reality and unrealistic and uncertainty in the detection of the real and imaginary world, and the entry of characters from the past or, from other films to the studied film, is an example of the ontological content used in this film.

In addition, in the film of Naser al-Dinshah's cinema actor is a kind of retelling of the history of Iranian cinema, practically exposing the existence of the

independent ontology of his films to a great extent by using a large number of films made in a half-century of Iran's cinema. The use of many of the characters and artists involved in the used films and also this film, contributes to this skepticism. (N.K. Payandeh, 2007: 62).

Evidences for the ontological content in the film of Naser al-Dinshah cinema actors include:

The invaluable evidence for the ontological content of the film of Naser al-Dinshah's cinema actor includes:

**1.2.7.**The documentary scenes depicting the presence of Mozaffar al-Dinshah in Europe depicted with scenes from the film in a way that it seems that the photographer (with the play of Mehdi Hashemi) has photographed them (16: 04: 00-1).

**2.2.7.**The photographer who must go to Tabriz to industrialize the cinematographe to the son of Mozaffar al-Dinshah, by head servant and through the epode he reads and he says: "Go to King Baba" was wrongly sent to the court of Naser al-Dinshah (practically in the world of the dead) suddenly he is in Andaruni(Haramsara) of Naser al-Dinshah (11: 10: 00-1) and (10: 12: 00-1).

**3.2.7.**Photographer will be tried for photography on blessed Andaruni of Naser al-Dinshah and according to the reading of the decree from head servant who is the same as head servant of Mozaffar al-Dinshah and the photographer thinks accordingly he knows, face to Naser al-Dinshah "The Qiblah of the world!" head servant knows me. "Head servant instantly replies: "I do not know the offender"(03: 13: 00-1), and the photographer again says: "The Qiblah of the world! Your son, Mozaffar al-Dinshah, has said that I should take up the cause of establishing cinematographe " and Naser al-Dinshah replies immediately: "bastard! We still did not die until our son was king "(11: 13: 00-1).

**4.2.7.** On the scene that Naser al-Dinshah, head servant, the Malijak and the photographer are watching the movie of Hajiaqa Cinema Actor in the real world, including the silent films of Iranian cinema, with a burglary bursting from the building inside the film, the sound of breaking glass and baby grapes flies inside the palace of Naser al-Dinshah (16: 18: 00-1).

**5.2.7.** In the scene of Lor's daughter, Jaffar wants to pull Golnar out

from the valley by rope ,The bandit comes with a dagger and Naser al-Dinshah shouts uncannily: "watch out" and after a few seconds, the scene of the conflict continues between Jafar and Bandit, screaming again: "be careful" and then, with the bandit and the rope cutting Golnar connected to it, in complete disbelief, Golnar falls into the palace of Naser al-Dinshah next to the cinematographe machine (40: 20: 00-1).Naser al-Dinshah, seeing Golnar next to him, says: "oh my God" and ask the photographer: "was it real or a dream?" and the photographer responds: "The cinematographe shows reality like imagination and the imagination like reality" (32: 21: 00-1).The photographer also told Golnar:"Mirror, correct soon your makeup. Jafar is waiting "and Golnar quickly dipped into the cinematographe after seeing herself in the mirror and sorting out her wig, and wondering from the glitter of the Maljak quickly dives into the cinematographe and returns to the scene of Lor's daughter. Naser al-Dinshah even says to Maljak:" Maljak! Do not let, do not go and by going Golnar, he watches the film's continued presence with Golnar from inside the cinematographe (39: 21: 00-1). Interestingly, Naser al-Dinshah,

after seeing several scenes from the movie Lor's daughter, tells the photographer: "Return to us this beautiful imagination, "and the photographer replied: "the Qiblah of the world, It was once something coincidental"; But head servant by saying: "The heart Qiblah seeks your artifact beautiful ", the photographer is forced to do this, and the photographer does not load;But with the successive screams of Naser al-Dinshah on the return of Golnar, the scenes of film are moving in reverse and backwards, finally, with repeating the previous scenes, Golnar falls back into the palace next to Naser al-Dinshah (16: 23: 00-1)."The fantastic Golnar sweep and real Golnar from the negative image of the Lor's daughter movie into the real world around Naser al-Dinshah have taken several different occasions and even in subsequent scenes, with the same arrangement and details in the mind and dream of Naser al-Dinshah, it is repeated "(Pourya, 1992: 103).6-2-7.

**6.2.7.** In response to a protest of favorite about the relationship between Naser al-Dinshah and Golnar, photographer quotes as saying: "Khatun! I'm complaining myself. Sultan has

conquered my imagination. "(47: 33: 00-1).

**7.2.7.** In the summer cinema of Golestan Palace, the film of "Still Life" is shown and the old lady of the film, who wants to spin her needle, despite much effort, it does not succeed. and this scene is repeated several times; so that audiences have been tired and some of them leave the cinema with protest, and others fall asleep with Naser al-Dinshah, their associates and even the Mongolians who lie on the bed of the Shah (17: 06: 00 - 2). With the fall of one of the Mongolians who had slept his eyes, the bed of Naser al-Dinshah is overthrown, he suddenly wakes up, and seeing the scene where the old woman is still trying to spin the needle, It awakens the Malijak (with a few clicks) and says: "Dear Mali! Go to help that unable guy"(35: 08: 00-2). The malijak has risen from the scaffold mounted on the cinema and calls the old woman in the video a few times and he says to him: "Mother! Give me your needle to spin, "and goes inside the movie scene next to the old woman. The old woman asks him: "Who are you mother? "And Malijak replies: "the Qiblah of world sent me to spin your needle," and the old woman says, "God give him good deeds day." Malijak takes

the needle and thread from the old woman out of the scene, the movie goes back to the scaffold at the back of the summer cinema to spill the needle. an old woman who does not see his on stage, she asked: "so where did you go?" And Malijak replies from the outside of the film: "Tehrún," and repeats, "Tehrún is a beautiful place, but the hole of its needles is strait, "and then back on the scaffold, he returns to the scene of the movie of Still Life. The audience who thinks he has succeeded in spinning the needle, they cheer him up and he bends in front of the audience from inside the film and into literary form(40: 09: 00-2); but in practice it does not succeed in spitting the needle and he says: "I should spin in the light "and goes to the window. Meanwhile, Nasim of the Bicyclerun, who is turning the cinematographe hand next to the photographer, intent to increase the room light and helping the Malijak, he picks up a match from his pocket, and after four Moguls come and take photographer, Malijak protested inside the film: "Where do you take the photographer? "And addressing Naser al-Dinshah: "The Qiblah of world! So how can we get out of this scene? "The king orders: "Take the Mali photographer" and finally, with the old

woman, the Malijak is thrown out of the film. Curtains and scaffolding fall. Interestingly, Malijak tells the old woman: "the needle does not drop into your foot Mother!" (30: 11: 00-2) It is noticeable that in the scenes the characters outside the movie of "Still Life" communicate with the characters in the film and co-written, interact with each other and many times the boundary between reality and imagination is violated.

**7.2.8.** In a scene of a film that happens in the cafe and there is a pleasure of happiness. Naser al-Dinshah with Sayyid (played by Behrooz Vosoughi) Gavaznha movie is sitting at a common table and confabulate with him, and says about Golnar separation even repeats the dialogue of Ja'far in Lor's daughter movie with a shrug and a upset mode: "Do you want to come to Tehran?" (42: 22: 00-2) During this period of talking, which lasts a few minutes, the king is distressed and sometimes he cries; but surprisingly, Sayyid is mostly laughing. Finally, Naser al-Dinshah recommends Sayyid: "Take care of you. They want to shoot you by bullet" (57: 24: 00-2).

**7.2.9.** In a scene of the film, Kaiser (played by Behrooz Vosoughi)

from the scene of the bathroom of Kaiser movie with the sound of the Zurkhaneh alarm (and played with the substitute actor who is resembled with makeup masterfully resembles a major actor of Kaiser) with the announcement of blazer of "Kaiser is in the presence of Sultan" entered in the Soltani bathhouse at Naser al-Dinshah Palace; but as soon as he arrives, he says: "Kaiser! Turnback. Turnback", and when Kaiser is about to return, with order of Naser al-Dinshah, to remain "Kaiser" The attendants are blocking their exit, and Kaiser will come to the king, encouraged by the Sultan and his surroundings, the king pleads him: "Hurray! What a prejudice! I liked it. Gather the robe" (59: 19: 00-2).

Naser al-Dinshah continues: "Create! Good job! Karim Agh Mangol (from the characters of the film Kaiser) with us, the Emir Nezum with you. "

- Kaiser: "Amir Nezum?"

- Naser al-Dinshah: "Do you know?"

- Kaiser: "Which Nezum?"

- Head servant: "Former chancellor, Amir Kabir".

- Naser al-Dinshah: "Cut down on his story. We want to leave the national honor to your hand. "

Kaiser: "Who are you? Do not be merciful to the Great Amir and the Minor "(46: 20: 00-2).

Photograph by saying that "Be witness!" Kaiser returns to the scene of the film Kaiser. Kaiser (Behrooz Vosoughi) is again on the bathroom scene. Amir Kabir and head servant are also in the bathroom, and finally, in the presence of Kaiser, who is fearful in the corner observing, the vessel of Amir Kabir hand is struck (26: 21: 00-2).

By scrutinizing these scenes, we find that not only the boundary between imagination and reality is completely removed; even the king wants to cast the nation's honor to one of the non-existent cinematic characters. These scenes "create a contradictory and archetypal ontological condition that is in a postmodernist way" (Payandeh, 2007: 62).

### **3-7 Time disorder in the narrative of events**

This technique, by breaking the order of time of events and past events, shows the present time in disrepute and disorientation, and by changing and distorting the concept of normal time, the

distortion and sequence of the narrative is distorted (Look at Machilland others, 2014: 84). In the film, the technique under study has been used frequently. Before presenting the examples using this technique, Mozaffar al-Dinshah has historically traveled to Europe. During the first trip, which began on January 1938, and lasted for seven months, he became familiar with the phenomenon of cinematographe and became very interested in it and ordered the purchase of Mirza Ebrahim Khan Photographer. In the scene of the movie, the photographer is behind the cinematographe and is filming, Mozaffar al-Dinshah wants to look at his finger (facing the camera) and say a Paris trip to record in history. Mozaffar al-Dinshah also looks at the cinematographe: "we went On Sunday, this year, 5th, July 17th of 1900 year, with you Abraham Khan Photographer to watch cinematographe and lanternemagique" (21: 07: 00-1). The calendar time that is called in this scene is exactly the same as the date mentioned in historical sources (Look at MusawiBojnourdi and others, 2014, 12: 305, and 19:30); So with this historical evidence, it's a must have happened to the events of the movie this time. According to this introduction, we will

give examples of movie scenes in which the order of time has not been violated or observed:

**1.3.7.Ebrahim Khan** photographer who, according to the above explanations, is attendant of Mozaffar al-Dinshah in the Qajar dynasty in terms of time, Atieh's attachment to the main characters of the film *cloudburst* for several decades, in 1971, by BahramBaizai in the cinema world. Interestingly, in a scene of the film, somehow, the *cloudburst* film scene is used, which the time difference will completely disappear. At the scene in question, "Atieh", according to its previous routine, is on a bench under trees without leaves in the snow (trees without leaves are emphasized by photographers several times in different parts), is sitting and waiting. The photographer also with his cart (the same as the one has been used at the scene and for the goodbye of Atieh) moving to the place. The viewer waits for a photographer to sit next to Atieh; but (since there is no photographer in the *cloudburst* movie) to the surprise of the audience, Mr. Hekmati (man of the character of the film *cloudburst* played by ParvizFanizadeh) comes to the bench next to Atieh (45: 42: 00-1).

**2.3.7.**In terms of timing instead of time moving linearly (in the past, present, and future) forward and future, in some scenes of the film, the time goes back to the past; like a scene where a head servant sends a photographer to a child of Mozaffar al-Dinshah in Tabriz, He sent him to the last time and goes to Naser al-Dinshah (father of Mozaffar al-Dinshah). Changing the time to the past is also accompanied with the storm and autumn (17: 10: 00- 1), or in another scene, the head servant says to the photographer: "You must be sent to the past. The Stone Age "(56: 29: 00- 2).Other items of time sweep to the past, the present and the past, can be cited to the scenes of Lor's daughter, the arrival of "Golnar" from the movie to the palace of Naser al-Dinshah and back twice of Heba of the movie and returning to the palace of the Shah, the coming of the Kaiser from the movie bath to bathroom of the Naser al-Dinshah Palace and back to the bathroom again and supervising on the murder of Amir Kabir, the arrival of Malijak in the movie of *Still Life* and leaving the scene and re-enter the movie and the re-emergence of female movie actress in the Golestan Palace's summer cinema (as we explained in the previous

sections), all of which are indications of a time disorder.

**3.3.7.** Other cases of time disorder are a lack of observance of the right time of the life of the historical figures and coexistence with each other. For example: Amir Kabir tells a photographer in a scene from the movie: "This chamber was for Kamal ol-Molk before you"(53: 27: 00-2). A historical review reveals that the most famous Iranian painter Mohammad Ghaffari, known as Kamal-ol-Molk, was born in 1848 (Look at Fanni et al., 2010: 13 p. 273), and Mirza Taqi Khan (Amir Kabir) was killed in January 1851(Look at MusawiBojnourdi and others, 2014, p. 12: 153); That's mean in terms of time, these two historical characters were uncoordinated. In other words, a three-year-old child in the Amir Kabir period could not have a stone, or Naser al-Dinshah was shot and assassinated in May 1896(Same: 215); while the first cinematographe, over four years after the death of Naser al-Dinshah entered Iran in 1900; So it can be concluded that in the era of Naser al-Dinshah, not only had no films been produced, but there was not even cinematographe in Iran.

**4.3.7.** Notifying of events that have taken place in the future and

recording or depicting their history or film, in the past, by the characters of the film, there are other cases of time disorder. For example: in a scene of the movie, Photographer says to Amir Kabir: "When I was living in Atieh, I saw that the king had ordered to murder you in the bathroom"(16: 28: 00-2) or at another scene, Naser al-Dinshah, orders Sayyid (BehroozVosoughi) in Gavaznhamovie: "Take care. They want to shoot you by bullet"(57: 24: 00-2).

#### **7.4.Imitation (Adaptation)**

If in the postmodern literature the imitation is to somehow combine literary types or genres and choose and apply different styles (so that the characteristics of different styles are applied irregularly and instead of it) (Look at Payandeh, 2011: 40), in postmodern cinema, the use of multiple films with different genres alongside each other can be seen as examples of imitation or adaptation. In the film under study, many films from the history of Iranian cinema from silent cinema to sound cinema, from criminal and casual to romantic and social films and ... is located in line with each other, and although we face a bunch of different

films, but as John Barth refers to in the "enrichment literature" article (Look at Payandeh, 2014 A, 591-595), This imitation and the use of films have contributed to Naser al-Dinshah's cinema actor film. The profile of a large number of films used in the intertextuality section is presented; we are wearing a new explanation. Only the imitation and adaptation made in the opening title of the film should be added; Since the title is part of the film, imitation right done of Hajiagha Cinema Actor and Lor's daughter movies, in addition to the appropriate changes, innovating and creating a particular beauty (which has been rare in recent cinema) from the same beginning scenes of the film.

For better comparison, parts of the titles of the films listed below are presented as follows:

At first, part of the title of Hajiagha Cinema Actor movie (04: 17: 00-1)  
 Haji Agha - Actor of the Cinema  
 Comedy Drama in Eight Scenes  
 Was filmed by Presfilm Inc  
 And later part of the title of Lorra's daughter movie (22: 19- 00-1)  
 Lor's daughter  
 The first Persian sound film  
 By

Persian filming company  
 In  
 Imperial movie from Mumbai Company  
 Under the chairmanship  
 Khanbahador Ardeshir Irani  
 Finally, the title of Naser al-Dinshah cinema actor movie (26: 00- 00-1)  
 Naser al-Dinshah Cinema Actor  
 Comedy drama in ten scenes  
 Prepared by Josan Film Company under the chairmanship  
 Amoojan Jafari  
 Important Artists:  
 Ezatollah Khan Entazami  
 Miz Mahdi Aqa Hashemi  
 Mamdilikhan Keshavarz  
 Akbar Aqa Abdi nicknamed the Nahifol-doleh  
 Dariush Khan Arjomand Khorasuni  
 Fatemeh Khanum Mo'tamedi  
 Mahaya Khanum Sabiyyeh Mosio Petrosyan  
 And Banu Parvaneh Massoumi  
 Connecting archival files: Aqa Davoud Yousefian  
 Industry the composition of the sounds:  
 Mohsen Aqa Roshan  
 Sounds of the scene: Ahmad Aqa Askari  
 Assistant Register: Hamid Aqa Salahmand

Instruments and clothes under the chairmanship: Hassanagha Farsi nicknamed Farhad

Music under the chair: Majid Aqa Entezami son of Ezatullah Khan Artist's Face Painting under the chairmanship: Osa Abdullah Eskandari

Filmed under the chairmanship: Aqa Farjahollah... Heydari

Many thanks to Nematollah Khan Haghghi

Production under the great chairmanship: Mohammad Mehdi Khan Dadgoo

The story and the registry under the chairmanship: Mirza Mohsen Khan Makhmalbaf

## 5.7. Breakdown

Postmodern story writers use "Multiple Endings" to illustrate the "breakdown" technique (Look at Payandeh, 2011: 40). In the film under study, the technique has been applied as follows:

**1.5.7.** In a scene of a movie that wants to try a photographer, the head of the photographer is under the guillotine blade and Naser al-Dinshah, who rides on the royal palace and accompanied by

six Mongol horsemen, imported, he is in his royal position. The head servant reads the text of the rule:

Offender: Ebrahim Khan

Reputation: Photographer

Crime: Photography on blessed Andaruni

Naser al-Dinshah is awaiting execution of sentence, while he is happy and cheerful, while Babrikhan is in his arms, his own special cat; but before the sentence is taken and the photographer's head is separated from the body, Amir Kabir appeared after talking to Naser al-Dinshah ultimately, he takes action to liberate the photographer (19: 12: 00-1).

**2.5.7.** In another scene, which again puts the photographer on trial, exactly the same as the previous scene (described above), the head of the photographer is under the guillotine blade and Naser al-Dinshah (again quite similarly to the scene described in paragraph 6.5.1 above), along with six Mongol riders embarking on a Royal Canyon, after moving into his royal position, he will be placed. It should be noted that this time the king is not good and happy even Babrikhan, his beloved cat companion does not have. Like the previous scene, the text of rule is read by the head servant:

Offender: Ebrahim Khan

Reputation: Photographer

Crime: Insulting threshold blessed of Sultan (pay attention to the type of crime that has changed in the previous scene).

And he wants the sultan (Naser al-Dinshah) to "Qiblah of the world please shorten the story of the photographer!" but the sultan not only does not issue a decree in this scene, but by saying that "I am Qiblah of the world. I'm Masht Hassan cow. "And a lot of other bugs, eventually riding on the white horse (formerly Mongolian soldier riding on it) falls the scene (35: 33: 00-2). It is seen that the outcome of the two similar scenes is completely different.

### **6.7. Inconsistent association of thoughts**

Comparatively, it can be compared to the "inconsistent association of thoughts" technique in postmodern literature with "assembling" or "editing" in the cinema industry. (Look at Payandeh, 2011: 41). The review of this subject in Naser al-Dinshah's cinema actor movie shows that the assembly in this film is very important; because many scenes of many Iranian cinema history films have been

selected and are skilfully arranged; as the film pieces with different subjects and sometimes contradictory, an integrated and coherent film have been produced.

Skilled compilation of the editor of the film under study and the use of other films in the history of Iranian cinema, when it shows more than that refers to the scene in which Naser al-Dinshah is confabulating with Sayyid of Gavaznha movie. In this scene in the cafe, such pieces of Gavaznha movie have been used as if actors of two different films (Naser al-Dinshah and Sayyid) sit on one table beside each other and the king is busy confabulating with him (57: 24: 00-2), or at the scene where Kaiser is in the bathroom watching Amir Kabir's murder, parts of the Kaiser movie are used with precision montage, that way appears to the audience that as if Kaiser standing in the corner of the bathroom watching this. Interestingly, in the part of the movie, with the intersection of Amir Kabir with Kaiser (played by Behrouz Vosoughi), Kaiser returns his head and shows himself busy (35: 21: 00-2), or in the final section of the film, scenes of beauty that show love and friendship, various films of Iranian cinema history are selected and used. This scene begins with opening the door

and saying hello and finally, ends with the scene from the where is the friend ' home movie, compilation becomes so important that small parts of hugging and expressing love from dozens of different and varied films are put together, It's not easy to detect the unconnected scenes for the audience (31: 39: 00-2).

### **7.7. Paranoia**

Similar to the postmodern stories, which most of the major characters are mentally distressed, they have an illusion that others are constantly plotting to persecute them. (Look at Payandeh, 2011: 41-42), in the scenes from the movie under study, Naser al-Dinshah has such a character. For example, at the scene of the trial of the photographer, when head servant addresses to Naser al-Dinshah: Qiblah of the world please shorten the story of photographer! "The king replies:"I am not Qiblah of the world. I'm Masht Hassan cow, " repeats again: "I am Masht Hassan cow," and when the attendants want to care for it, shouting: "Masht Hassan rescue your cow.They want to kill your cow. They want to throw your cow in the well, "and then quickly escape (05: 34: 00-2),or at

another scene of the film, when Naser al-Dinshah confabulates with the Sayyid of Gavaznha movie, this state of loneliness and doubt for others and illusion, governs the king. In the scene described, Shah says, "I had eighty-four women. Nobody loved me. I did not love anybody else. Unless Babrikhan. It was in my arms. I kissed it. I was patting. They said Babrikhan to my cat. He played with Malijak. Women were jealous and kill him. Bastards! Now I just have Golnar "(46: 22: 00-2).

### **8.7. Vicious circle**

In the postmodern literature, the vicious circle occurs when both the literary text and the real world are permeable, to an extent that cannot be distinguished between them. In other words, such a real world is fused with the world of imagination, used in place of each other, which makes it impossible to detect the distance between them, we are faced with vicious circle practically, or historical figures are somehow present in the story that the author deliberately breaks the real and well-known facts of their lives in the story and, consequently, the reader is astonished at the fact that the historical personality presented in the

story is the one who knows in the real world, or the imaginative character is made by the mind of the author (Look at Payandeh: 2007: 70-71). With this explanation, this technique has been used extensively in the film that here are some examples:

**1.8.7.** Naser al-Dinshah is so interested in cinematographe that watching many movies of Iranian cinema (such as Hajiagha Cinema Actor, Lor's daughter, Treasure of Qaroon, Kaiser, Still Life, etc.), spend hours of his time and his entourage at Royal Palace, and so much of these film seeing is actually seen that the subject of the movie Naser al-Dinshah is very natural and believable for the audience; while not only all of these films have been made in the real world at least decades after the death of Naser al-Dinshah, however, until the end of Naser al-Dinshah life had not yet entered the cinematograph machine to Iran. In addition to these, it's interesting that the Shah is also interested in becoming an actor and in a scene of the film, he took the hand of a photographer, he throws himself at him and says: photographer "! We would like to participate and become an important artist of cinematographe "(32: 24: 00-2),

and the photographer after acting on the makeup of the Shah, practicing scenes from Cow movie (02: 27: 00-2).

**2.8.7.** In some scenes of film, the character of Naser al-Dinshah finds a lot of convergence with the character of Jaffarof Lor's daughter film; it's not easy to find the distance between Naser al-Dinshah and these characters. For example, it can be referred to scenes (19: 25: 00-1), (21: 41: 00-1), (41: 23: 00-2) and (05: 34: 00-2).

**3.8.7.** In the scene of the movie, Mirza Taghikhan Amir Kabir, responded to the Shah's question that "what is the effect of this cinematographe, animated picture?" "If you have a year-round intention, rice," he says. "If you are ten years old, plant a tree. If you have a 100 year old intention, educate human. Cinematographe educates human "(04: 15: 00-1). The response of Amir Kabir is very wise; but he has not only had no acquaintance with cinematographe, but when the French Lumiere brothers had succeeded in recording the cinematographe machine in February 1895, Amir Kabir has not been alive. More precisely, about 43 years after the murder of Amir Kabir, the cinematographe machine had been

invented just recently (Look at Fanni et al., 2010, p. 14: 549).

### 9.7. Linguistic disorder

Examples of such as time disorder in the narrative of events, imitation (adaptation), breakdown, inconsistent association of thoughts, paranoia, and vicious circle, are examples of linguistic disturbances (Look at Machill and others: 2014: 104), we explained in the previous sections. Other instances of linguistic disturbance are the creation of disturbance in the cohesion and stability of the narrative language or the unexpected change of angle of view in the story (Look at MastaliParsa and Asadiyan, 2008: 141). Accordingly, the narrative language and the angle of view in the film under study at the beginning of the film and since the start of the journey of Europe Mozaffar al-Dinshah and the attendant which is photographer also among them has been "Participant in a first-person narration", and the photographer is narrative of the anecdote, and narrates Europe's travel report in a way addressed to his beloved "Atieh". For example, the following scenes are noteworthy:

"The first Tuesday: do not snow from half way. The clouds were opened and the heart of the photographer did not open "(05: 04: 00-1), or" the cinematographe device was purchased. Sultan instantly ordered to take a movie from the welcome ceremony. It was said Qiblah of world! The cinematographe device is heavy. He ordered a few porters to be hired; all attendees searched everywhere, not found. We loaded the load lonely "(17: 04: 00-1), or " the second Thursday: we were welcomed by people of Europe, three days and three nights. The gala was a lot. Everything is fine. Benefit is abundant. But Atieh does not have; does not have Atieh for me. You do not know how much I miss you. Atieh! "(39: 04: 00-1)," second Sunday: We went with the Sultan to watch cinematographe. It was set to return, your photographer will borrow money from the treasury, to establish a cinematographe and join you. Atieh! » (23: 05: 00- 1), or "I am restless about the craving for a return. We are coming back from yesterday. Way is long. When we arrive, God knows. The horses are tired. One-on-one walking attendants gets tired, but the photographer is hoping that parting ends "(53: 05: 00-1); but after returning of the photographer along with

Mozaffar al-Dinshah from Europe, the narrative language and angle of view turns to the third person objective narration until the end of the film, and by the end of the story, the narrative of the story is made through the camcorder that records the events. More precisely, in this kind of angle of view, "the camera goes to many places and can only record what has seen and heard, but it gives neither explanation nor interpretation" (Meghdadi, 2014: 250).

### **7.10. Contradiction**

From the contradictions examples in postmodern literature is the hesitating of the main character between the desires and the irreconcilable claims that are more precise in the promises. (Look at Laj and others, 2010: 162) On this basis, it can be seen a contradiction in the behavior and speech of the photographer. He in the beginning scene of the film (scene of farewell to "Atieh" to go on a trip to Europe along with Mozaffar al-Dinshah), the first sentence in the movie is "to Atieh: "I miss you. Atieh! "(27: 02: 00-1) and continues: "when I came back, we rent two chambers in the Shamsolemarch, one inner for our own favorite Atieh " One

exterior for the cinematographe gadget "(31: 02: 00-1). In reply and to show the overwhelming admiration of the photographer to the cinematographe, Atieh defines the sleep as a wedding photographer; but his bride was not "Atieh" but her bride was a cinematographe gadget(56: 02: 00-1) or photographer answering the question "Atieh" who asks:" when are you going back?" He took a snowball from the ground, giving to her hand and says: "until this snow is watered" (21: 03: 00-1). In travel reports from Europe, pretending to repeat it several times, this is: "I miss you, Atieh!"(55: 04: 00-1) and even on another scene, he says: "Ah! Atieh! Where are you? My heart has become size of millet for you, Atieh! I do not know how to return from the craving. "(20: 05: 00-1); but in a scene where Mozaffar al-Dinshah expresses disappointment in establishing a cinematographe due to lack of money and pours clean water on the hand of a photographer, the photographer says: "for twenty years my Atieh has been waiting for me under trees without leaves. How do I come back to her?"(48: 09: 00- 1), and this is a contradiction that exists in practice. It's painful that throughout the film and in many scenes,

the photographer will talk a lot about "Atieh" (of course, some of the Atiehs that he uses have opacity). Perhaps his literal meaning is his beloved name, Atieh, but in practice, the meaning of Atieh is its future); but no practical action is taken to reach Atieh. Even in the final scenes, Naser al-Dinshah goes to find the "Golnar" with a mirror cart to the same place where "Atieh" is under the trees without leaves in the snow awaiting for the photographer; but there is no news of the photographer. And when Naser al-Dinshah addresses her: "Golnar!" Replies to him: "I am Atieh. On the way that you came, someone did not get me?" (57: 37: 00-1)

### 7.11. Exaggeration

Excessive use of literary techniques such as metaphor, permissiveness, simile, etc., as intentional, in some ways, they are obviously ridiculous and ridiculous, are the examples of the technique of "exaggeration" (Laj and others, 2010: 178). Based on previous explanations and studies done, the use of literary techniques in the film under study is high; but in all cases, the use of these

techniques is not obviously ridiculous.

We give examples, as follows:

**1.11.7.** Photographer at the beginning of their travel report to Europe say: "Do not throw snow from half way, the clouds were opened, and the heart of photographer was not opened," a metaphor of nostalgia for Atieh (05: 04: 00-1).

**2.11.7.** Commenting on the travel report, photographer says: "everything is fine, benefit is abundant, but it does not have Atieh, does not have Atieh for me," which there is opacity in the Atiehs; both Atieh as Future and favorite of Photographer (48: 04: 00-1).

**3.11.7.** Mozaffar al-Dinshah, in the sequel of the speech to record in history on the front of the camera of photographer, says: "What did the Brothers of Lumir have done to us in that dark room? "The sentence of king is two-sided and has an immoral opacity (47: 07: 00- 1).

**4.11.7.** Photographer in a scene where Mozaffar al-Dinshah claims poverty, foolishness and inability to establish cinematographe. He says to the king: "may I go all over you! So what happens to Atieh?" Which there is a opacity in Atieh; both Atieh as a future of

cinematographe and favorite of photographer (26: 09: 00-1).

**5.11.7.** Amir Kabir told the Naser al-Dinshah at the scene of courthouse of the photographer, "The king was always hurried on Judgment". The metaphor of the lack of foresight and hurry of the king (48: 14: 00-1).

**6.11.7.** In the scene where the head servant wants a photographer to return "Golnar" from inside of Lor's daughter film to Naser al-Dinshah, and the photographer says: "until I get Atieh, it's impossible." which is the opacity similar to the previous examples in Atiehs; both Atieh as Future and favorite of Photographer (50: 23: 00- 1).

**7.11.7.** The photographer answered the head servant's question at the desk of happiness, saying: "Why does not a photographer drink wine? "He says: "A photographer is drunk with negatives and becomes intelligent with positive" the metaphor of the overwhelming affection of the photographer to the cinematographe (30: 25: 00-2).

**8.11.7.** Photographer in a scene takes a hat from his head for makeup of Naser al-Dinshah and in the protest of the Shah, who says: "So far, nobody picked up the hat from the sultan's head" He replied: "but they have put the hat on the head of

the king abundantly, Qiblah of the world! "It is both opacity and a metaphor about the sultan's lack of intelligence (17: 27: 00-1).

**9.11.8.**Naser al-Dinshah, in a scene where a photographer gives him artistic training and play in the role of the Masht Hassan cow, is depressed and says:" It's hard to be cow," and then he cries, which can be a metaphor of how difficult it is to deliberately fail to understand (55: 32: 00-2).

## **12.7. Opposite and irony**

"The opposite is a mocking imitation of literature and a way of writing a text in order to lampoon a subject"(Payandeh, 2007: 80), and "irony" is said to the situation in the opposite of expectation. In the irony between the speech of the character of the story and its real purpose or what he does and what was expected from him was a significant difference (Look at Payandeh, 2007: 80 and Payandeh, 2014 B: 322).According to this description, in the film under study, we are witnessing the use of irony, which we bring the following examples:

**1.12.7.** Head servant fires espond for cinematographe at the arrival of Mozaffar al-Dinshah and a photographer from Europe and first, with his hand, he turns around the cinematographe and then pours in the fire-pan; but in the next step, he takes the espond close to the cinematographe machine, and it's so abundant that photographer falls into a cough (32: 06: 00-1).

**2.12.7.** After returning from the Paris trip, photographer after completing the video recording of Mozaffar al-Dinshah's speech says: "Cut" and the king addressed to the head servant says: "Cut means do not speaking. Shut up" (54: 07: 00- 1).

**3.12.7.**After the return of Mozaffar al-Dinshah from Europe, Shah's women does not open the door of inner room. The king asks the head servant, has it happened in the absence of them? The head servant replies that the brief is the news that will be presented. The brief news mentioned is as follows:

**1.3.12.7.** "The tsar wanted ten million manat as ransom. We gave them to get back the Eshqabad. They did not give" (17: 08: 00-1).

**2.3.12.7.**"Servants of cheerfulness and reclusion, and the eunuchs of blessed Haramsara who have so far been

satisfied to clothes of servant and covetous. Waiting for salary, we did not give them, and then went to begging. "The Shah replies, "It is better than the unemployment" (25: 08: 00-1).

**3.3.12.7.**"Third grade concubines and women from the last fifty years always prayed wanted for five hundred Tomans as pension of court, Did not give, they announced closed the door of sanctuary for the sultan ".The Shah replies: I'm miserable, you should give them" (43: 08: 00-1).The head servant also responds with astonishment: "From where?, From where, the Qiblah of world? The treasure of the nation is cleaner than the sultan's heart. "In this case, he brings up his long lining of pocket and cleans up his nose with that (02: 09: 00-1).

Interestingly, the Shah did not show a reaction about losing a part of the land (Eshghabad); but in other cases, he had statements.

**4.12.7.**Mozaffar al-Dinshah in response to the persistence of a photographer near the grave of Naser al-Dinshah on the future of cinematographe based on that: "Did the Sultan forget about the promise they made on blessed journey? He says: ""We do not have place to sleep. We came to the grave of our father ", Irony is

that the king of the country has no place to sleep (41: 09: 00-1).

**5.12.7.** In the scene of the movie, when the photographer wants to tell a story for Naser al-Dinshah, the head servant intervenes, in some way, the king will not make a decision about the subject. Photographer says: "I have a written narrative about a justice officer who has been deprived of a tribute and a nation is tired of him. "The head servant instantly replies:"Qiblah of the world! This narrative trample down the shahrbani ".A photographer tells of justice and answers the head servant of the shahrbani (35: 15: 00- 1). Amir Kabir answers:" Bribery weakens the shahrbani.Qiblah of the world! "Malijak repeats with the following (along with imitation):"Bribery weakens the shahrbani.Qiblah of the world! "And the sultan laughs (53: 15: 00- 1), or when the photographer says:"I have another letter about kind and lover Soltan".The head servant answers: "It is the sultan's privacy. Give up, "and the guillotine that was previously intended to punish the photographer, each of these books is divided into two parts, and with its continuous movements, it eliminates many books (24: 16: 00- 1).

**6.12.7.**The censorship group convenes a meeting at the time of in Naser al-Dinshah headed by Mirza Aghasi which is interesting in its kind: at the beginning of the meeting, Malijaksays:"Mirza Aghasi will say", and Mirza says:"in the cinematographe artifacts, no animated or quoted photographs shall be used explicitly or with metaphor, for short or long periods, which is insulting or critical or confabulating with the king "(56: 00: 00-2). head servant continues:" The story should not be directed to one of shahrbani, justice, or governorates of districts or distant neighbors, a dilemma of courage, an metaphor, hostility, anguish, deviation" (the word remains unfinished, and with the laughter of the Shah's enthusiast, the film is dealt to another scene)(20: 03: 00-2)and finally, Malijakconcludes:" and, except for the custodial register, the tools of cinematographe recorded, the court violations taken, the wretched municipality, and public dignity will be reserved" (55: 3: 00-2).

### **13.7. Revelation of artifice**

Postmodern story writer not only does not attempt to hide the fictitious relationship between story and

reality, it also transcends the leg of this and challenged the reality, uses every opportunity to show the artist's artistic stories to the reader (Look at Payandeh, 2011: 220). In Naser al-Dinshah's cinema actor movie, this subject is also reminded of the scenes in the film. For example, in a scene of a movie that a photographer wants to teach of playact to Naser al-Dinshah, He takes him to the makeup room, the royal hat picks up the sultan's head and when he encounters with the protest of the king: "Oh! What are you doing? "Photographer says: "we are doing makeup Qiblah of the world!The Shah asks: "makeup?" and the photographer replied: "It is our everyday work." Interestingly, the image of the photographer, who is mustache

throughout the film, changes in this scene and does not have mustache, and after makeup of Sultan, he picks up the mustache on his mask next to the mirror, and attaches to his lips (2: 27: 00-2), or in another scene of the film, Naser al-Dinshah favorite quoted the photographer as saying: "Golnar is not an beloved. The charm of cinematographe represents the monkey as "Mahd-olya" (52: 33: 00-1).

**14.7. Conclusion**

At the end of evaluating Naser al-Dinshah cinema actor movie to summarize the techniques of postmodern novels used in this film, we will look at the following table:

Row	The technique used in postmodern novels	Used in Naser al-Dinshah cinema actor movie
1	Intertextuality	Has been used
2	Ontological content	Has been used
3	Time disorder in the narrative of events	Has been used
4	Imitation (adaptation)	Has been used
5	Breakdown	Has been used
6	Inconsistent association of thoughts	Has been used
7	Paranoia	Has been used
8	Vicious circle	Has been used

9	Linguistic disorder	Has been used
10	Contradiction	Has been used
11	Displacement	Has been used
12	Lack of coherence	Has been used
13	Lack of rule	Has been used
14	Exaggeration	Has been used
15	oppositeandirony	Has been used
16	Collapse of ultra- narratives(Great narrations)	It did not exemplified
17	Revelation of artifice	Has been used
18	The author's presence in the story	It did not exemplified
19	Death of author authority	It did not exemplified
<b>The total number of techniques used in this film</b>		<b>Thirteen Techniques</b>

## 5. Result

The studies carried out in this study showed that there is no significant difference between the characteristics of postmodern works in literature and cinema. However, it should consider the coordinates of the cinema industry and the use of video narration (video camcorder language) and audio and the tools available in the industry (such as makeup, visual special effects, etc.). In other words, although almost all of these techniques are capable of being used in cinema, it is necessary to consider the natural difference between written and visual literature. For example, if the "intertextuality" technique in postmodern novels uses previous written

works, this technique is used in cinema, mainly due to the cinematic effects of the previous one or in the cinema industry, showing a video camera or make up on the scene is one of the obvious examples of the "revelation of artifice" technique which definitely is reflected in another way on postmodern novels.

## Footnotes

1.Four postmodern thinkers that their ideas are less commonly used in postmodern novels include Ehib Hassan, Jean Baudyard, Fredric Jameson and David Harvey.

2.Before Lor's daughter movie, three films of Abi and Robbie in 1930, Brother's Revenge in 1931, and Hajiagha

Cinema Actor in Iran in 1932, were made and displayed in the Iranian cinema; but these films have not been comparable to Lor's daughter's films because of their silence, failure to release and financial failure, and practically this film is mentioned as the initiator of Iranian cinema. Technical superiority quality and to be sound of Lor's daughter to the audience were thrilled and the film was encountered great success; so that this success encouraged the director and made several other successful films between 1934 and 1937. (Look at Omid, 2010: 5) Regarding the success of the film's release in 1933, it was to be said that the audience's unique reception led to this movie to be shown only in Tehran's Sepah Cinema for 120 days (Look at Fanni et al., 2010: 7 p. 805).

3. It should be noted that this phrase is originally a proverb that has been recorded in the Dehkhoda's *AmsalvaHekam* in form "Give the straw, give the hat, give one and a half of Ghaz." (Dehkhoda, 2012: 1188)

4. Translation: We say the sixth and seventh favorite, what do you say?

5. Number 17 in Azeri Turkish language

6. This point should be emphasized that the name of the main character of the woman in the cloudburst film is Atefeh (played by the Parvaneh Maasumi); however, director of Naser al-Dinshah's cinema actor movie for the reasons explained below, knowingly has changed his name to "Atieh".

7. Naser al-Dinshah cannot even pronounce the name of cinematographe correctly, and he says wrongly the cinograph.

8. Amir Kabir was murdered in January 1852 [January, 1852]. (Look at MusawiBojnourdi et al., 2014: 12: p153)

9. The Turkish phrase means the literal meaning of "My Father burned." and the equivalent of Farsi of Oh, uproar.

### **Bibliography**

- Azar Bigdeli, Lotfali Ben Aghakhan (1957). *Atashkadeh*. With correction and suspension of Hasan Sadat Nasser. First part. First printing, Tehran: Amir Kabir.
- Omid, Jamal (2010 A). *Culture of Iranian Cinema Films (1971-1930)*. Second edition. First V. Eighth C. Tehran: Negah.
- (2010 B). *Culture of Iranian Cinema Films (1972-1986)*. Second

edition. Second V. Eighth printing.  
Tehran: Negah

—— (2011 C). Culture of Iranian Film  
Cinema (1987-1998). Third  
V. Third P. Tehran: Negah

—— (2010 D). Culture of Iranian  
Cinema Films (1999-2009). Fourth V.  
First P. Tehran: Negah

Payandeh, Hussein (2014 A). Short story  
in Iran (third volume, postmodern  
stories). Second P. Tehran: Niloufar.

—— (2014 B). Opening a novel: Iran's  
novel in the light of literary critique and  
theory. Second P. Tehran: Morvarid.

—— (2007). Postmodern novel and  
film: A look at the structure and crafts of  
the mix film. First V. Tehran: Hermes

—— (2011). Discourse Criticism:  
Articles in Literary Criticism. Second  
edition. Second P. Tehran: Niloufar.

Pourya, Amir (1992). "Fascinating  
corpses." Film Movie Monthly, 138: pp.  
102-104.

Dadgoo, Mohammad Mehdi (producer)  
and Makhmalbaf, Mohsen  
(director). (1997). Naser al-Dinshah  
Cinema Actor. [VCD]. Tehran, Visual  
Media Institute.

Dehkhoda, Ali Akbar (2012).  
Amsalva Hekam. Third V. Twenty-first  
P. Tehran: Amir Kabir.

Shamisa, Sirus (2009). Contemporary  
Literature Guide (Explanation and  
Analysis of the Selection of New Persian  
Poetry). Second V. Tehran: Mitra.

Safa, Zabih Allah ... (2011). History of  
Literature in Iran and in the Territory of  
Persian Language. Fifth V. First part.  
Fourth P. Tehran: Ferdos.

Fanni, Kamran and others  
(2010). Encyclopedia of  
Science. Seventh, thirteenth and  
fourteenth Volumes. First P. Tehran:  
DaneshGostarRooz Institute.

Kush, Selina (2017). Principles and  
foundations of literary texts  
analysis. Translation by Hossein  
Payandeh. First V. Tehran: Morvarid.

Laj, David and others (2010). Theories of the novel: from realism to postmodernism. Translation by Hossein Payandeh. Second P. Tehran: Niloufar.

MastaliParsa, Gholamreza and Asadiyan, Maryam (2008). "The postmodern story elements in: The works of Nader Ebrahimi". Language and Literature Chapter of the Letter, Allameh Tabataba'i University, 37: pp. 134-164.

Maghdadi, Bahram (2014). Encyclopedia of literary criticism. First V. Tehran: Cheshmeh.

Machill, Bryan and others (2014). Modernism and postmodernism in the novel. Selection and translation of Hossein Payandeh. Second edition First V. Tehran: Niloufar.

MusaviBojnourdi, Kazem and others (2014). Comprehensive history of Iran. Twelfth and Nineteenth volumes.

First P. Tehran: The Great Islamic Encyclopedia Center

**ECOTOURISM DEVELOPMENT OPTIMUM STRATEGIES  
USING SWOT AND QSPM MODELS: A CASE STUDY OF  
ARDEBIL PROVINCE, IRAN**Bahram Imani<sup>1</sup>Mansour Rahmati<sup>2</sup>Vahed Aghaei<sup>3</sup>

**Abstract:** Tourism is the largest economic activities in the worlds and has a fast growth, status of Iran suggests that Iran's tourism industry in less than one thousandth of global revenue from tourism is their portion. Among the provinces of Iran, many ecotourism attractions in Ardebil province (about 42 hot and cold mineral springs, 24 dams, 11 habitats and 35 special natural attractions, etc.), which can be a factor for sustainable development in the region. This study aimed to identify existing facilities and provide optimal solutions to assist in economic development, social and cultural development of ecotourism is in shadow, so in this research using descriptive - analytical model of strategic planning (SWOT) to provide strategies and

effective strategies used in the development of ecotourism is in the end, using a strategic quantity planning priorities, 20 basic strategy suggested for the ecotourism development.

**Keywords:** Ecotourism, Development, Strategic Planning, SWOT, Ardebil province

**1- Introduction**

Tourism is define as an activity at which done by people for Entertainment and travel to other part from their home. Tourism has been done in two inner and international levels that each them has their characteristic. Inner factors totally are rule, customs, values, ideas and force groups. In recent decade, tourism importance at international level

---

<sup>1</sup> Assistant Professor of Geography and Rural Planning, University of Mohaghegh Ardabili, Ardabil, Iran. Email: [bahram\\_imani60@yahoo.com](mailto:bahram_imani60@yahoo.com).

<sup>2</sup> Assistant Professor of Political Geography, University of Mohaghegh Ardabili, Ardabil, Iran. Email: [rahmatil358@gmail.com](mailto:rahmatil358@gmail.com).

<sup>3</sup> PhD student in Geography and Urban Planning University of Kharazmi, Tehran, Iran. Email: [aghaei.vahed@gmail.com](mailto:aghaei.vahed@gmail.com).

increased in number to tourists and level income (parvin & ahmadi, 2013). The WTO definition of tourism, which refers to all those activities outside their normal places to spend leisure time, work and other purposes, for a period of less than one year (Zahedi, 2004 ). Writing in 1989, Pearce argued that unplanned, uncontrolled tourism growth when taken to the extreme can destroy the very resource on which it is built. Hall (1991) believed that demands for tourism planning are a response to the effects of unplanned tourism expansion. Tourism planning is usually considered as planning for tourism, a traditional view that focuses on planning for tourist developments. It places great emphasis on providing destination attractions and facilities in order to attract tourists and increase economic development. During the late 1980s a sustainable development approach to tourism planning was advanced by a number of authors (Azimi & hajipour, 2010). In the meantime, a new trend in tourism is ecotourism. The beautiful landscapes of nature and tourist attractions are the focus of this type of tourism, so it's important role in protecting the environment is essential to achieve sustainable development (Rezvani, 2002). Ecotourism is a short

"Ecological Tourism" and the new trend in tourism is a relatively recent phenomenon that only makes up a part of this industry (Zarabi et al., 2011), and as the rapid development of the tourism industry compared to the biggest mass tourism or old. The association of ecotourism; better to reduce the country's deficit and capital gains, job creation and sustainable local food (Zhuang, liu, 2010). The department of tourism benefits the local, regional, national and international causes (voeks & ramation, 2004). The historical origin of the ecotourism concept can be traced back to the 1960s when ecologists and environmentalists became concerned over the inappropriate use of natural resources. The preservation of biodiversity was threatened in favor of economic interest and the exploitation of natural resources (Higham, 2007). The fourth and fifth principles are related to financial benefits that may occur from ecotourism for conservation, impacting local people as well as private industry. Ecotourism has high financial potential for natural conservation through entrance fees, levies, concessions and other economic activities. The economic benefits from ecotourism can also benefit environmental conservation and

community livelihoods (rachmawati, 2016). The definition of ecotourism is “the responsible travel to natural areas that conserves the environment and sustains the well-being of local people” (TIES, 2015).

**2- Principles of ecotourism**

More specifically, ecotourism refers to tourism to areas of natural and cultural heritage that is planned and managed with the following objectives:

- 1) Minimizing negative social, cultural and environmental impacts.
- 2) Maximizing the involvement in, and the equitable distribution of economic benefits to, host communities.
- 3) Maximizing revenues for re-investment in conservation.
- 4) Educating both visitors and local people as to the importance of

conserving natural and cultural resources.

- 5) Delivering a quality experience for tourists (IUCN, 2002).

Ecotourism planning involves aspects of both environmental planning and tourism planning. Components of the former include environmental protection, resource conservation and environmental impact assessment while tourism planning provides aspects of area development and social assessment (Fennell & Dowling, 2003).

**3- Materials and Methods**

The purpose of this study, the type of application and the nature and methodology of the study was descriptive, analytical. Data collection methods in the study of library and field methods. The sample size was calculated using Cochran's method with error 0.05 and 0.95, 322.53 samples were found to achieve better results (Hafeznia, 2006), the sample size was increased to 360.

$$N = \frac{t^2 pq}{d^2} \left[ \frac{t^2 pq}{d^2} - 1 \right] \left[ 1 + \frac{1}{n} \right]$$

(1)

Questionnaire based on Likert scale questionnaire developed and validated by Cronbach's alpha and this

was calculated using equation (2) is obtained.

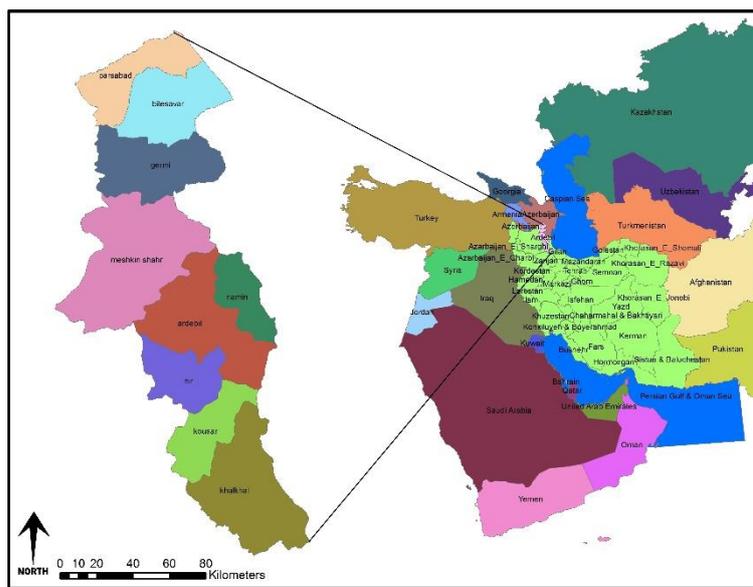
Equation 2: The Formula of Alpha Cronbach

$$r_a = \left[ \frac{k}{k-1} \right] \left[ 1 - \frac{\sum \sigma_j^2}{\sigma^2} \right] \quad (2)$$

In this formula,  $r_a$  the total test coefficient,  $k$  the number of questions,  $\sigma_j^2$  the variance of questions and  $\sigma^2$  the variance of total questions (Momeni, 2007). And to analyze the strengths, weaknesses as internal factors and opportunities, Threats as external factors was used the model of strategic planning (SWOT) and the strategies and priorities of the strategic plan were quantity.

Ardabil province, with more than 18,500 square kilometers, is a percentage of the total area of the country of Iran (Abdollahi, 2009). The territory of the country, including attractions, cultural, social, and natural history are numerous. Certain geological and topographical conditions of the region's natural landscapes and attractive building, which represents the natural richness of the region (Pantea & Roodsari, 2009).

**4- District Geographical Situation**



**Fig.1.** Location map of the case study

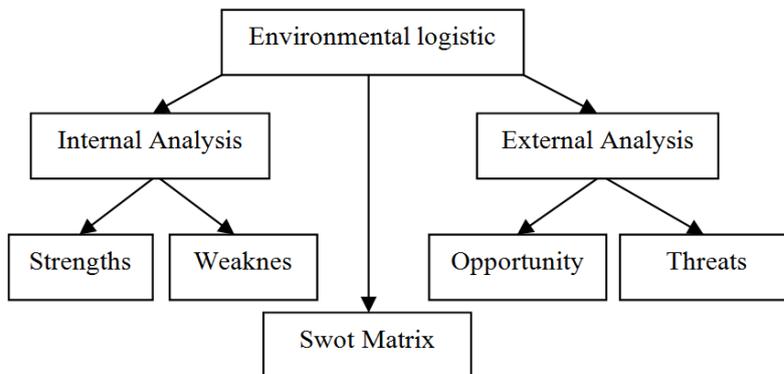
**5- The method of SWOT Analysis**

The SWOT first four words strengths, weaknesses, opportunities and threats (Ziari, 2004). The rationale for this approach is an effective strategy to the system must maximize strengths and opportunities, weaknesses and threats to a minimum (Hekmatnia & Mousavi, 2008).

To construct a matrix of strengths, opportunities, weaknesses and threats should be eight stages:

- 1) A list of major opportunities in the external environment;
- 2) A list of the major threats in the external environment;
- 9)

- 3) A list of the organization's internal strengths;
- 4) A list of the major internal weaknesses;
- 5) Internal strengths and external opportunities and results are compared with the SO group strategy is written;
- 6) Internal weaknesses and the opportunities available outside of the group can be written as WO strategies;
- 7) Internal strengths with external threats and the results of the ST Groups strategy is written;
- 8) Internal weaknesses with external threats and the results compared with the WT Groups strategy is written (Ebrahimzadeh et al., 2009).



**Fig. 2.** The SWOT analysis flowchart

To develop a strategy for SWOT model a matrix of factors that can create a SWOT matrix or evaluation matrix is known. In this way, the evaluation of environmental opportunities and threats, strengths and

weaknesses on the one hand and the other hand is concerned. (Fazel & Rahnamai, 2010). This is uses as a tool for the systematic analysis of internal and external environments of a theme (pazouki & et al, 2017). In the other way,

the technique of Quantitative Strategic Planning Matrix (QSPM) determines relative attractiveness of strategies. For this purpose, major external opportunities and threats, and internal strengths and weaknesses are written down in the right-side column of the strategic planning matrix. The information is obtained directly from the internal and external factors evaluation matrixes. A weight or coefficient is assigned to the external and internal factors which play an important role in the system's success (shiehbeiki & et al, 2014).

#### **6- External and Internal Factors Evaluation Matrix (EFEM and IFEM) and its steps**

Strategic Planners using an internal and external Factors evaluated and at the same time, using the IFEM between different subjects have been identified, evaluated, and solutions for them. five steps have been done to prepare a table of external and internal factors and how they affect the functions of ecotourism development of ecotourism province in ardebil province:

- In the first column (table 1-4), external factors (opportunities and threats) and internal (strengths and weaknesses) facing the system was developed.

- In the second column (table 1-4), to each EFEM and IFEM that might influence their strategic position in the system, weighting from "1" (most important) to "0" (the most unimportant) do. No matter how much weight is in the effect on the current situation and future systems will be higher.

- In the third column (table 1-4) of each external and internal factors on the importance and location of the current system, the degree to which a particular factor 4 (very good) to 1 (poor) feeds. In this ranking, the position of each agent is determined by the system.

- In the fourth column of each external and internal factors, the weight of each factor in its ranking (column 2 × column 3) we multiply thereby the weighted scores obtained.

- The weighted scores in the fourth column separately and summed weighted scores for each of the internal and external factors to calculate ( Ebrahimzadeh et al ., 2009 ). In the evaluation matrix, never a final score total of 4 or more and never less than 1

unlikely. The average of this sum is 2.5. If it is higher, it is more importance is more and less important if it is less

important (Behzadfar & Zamanian , 2008).

Table 1: Summary of strengths analysis

strengths	Mean Rank	Weight	Gradation	Weight prominence	rank
S1:Existence of high potential in terms of foreign Ecotourist attract	4.28	0.070	2	0.14	13
S2: hot springs of Ardabil	4.43	0.072	2	0.14	14
S3: Existence of certain culture and traditions of the people	3.77	0.061	4	0.24	3
S4:Existence of special kinds of local handicrafts ( carpets, varnished, rugs, etc)	3.77	0.062	3	0.18	7
S5: biodiversity in flora and fauna ( plant and animal diversity)	3.80	0.062	3	0.18	9
S6: Existence of potential for geotourism in the region, such as caves, valleys and etc	3.79	0.062	3	0.18	8
S7: different weather in other parts of the country (cool summer)	4.84	0.079	2	0.15	12
S8: Existence of variety of special attractions for ecotourism	3.89	0.064	3	0.19	5
S9: be hospitable locals	3.74	0.061	4	0.24	2
S10: green valleys and a great variety of fruit orchards in the province.	4.13	0.067	4	0.27	1
S11: Existence of souvenirs, fruits and local snacks ( honey, etc) and offer it to tourists	4.18	0.068	3	0.20	4
S12:Shahsevan nomadic Attraction as one of tribe the most important	3.81	0.062	3	0.18	11
S13: the existence of rural tourism in the ecotourism (Barandagh , Kzj and ...)	3.81	0.062	3	0.18	10
S14: a calm and serene environment.	4.04	0.066	3	0.19	6
S15: sabalan mountain Potential as a special attraction in the province and the country.	4.49	0.073	2	0.14	15
Total	60.76	1	-	2.89	-

Table 2: The summary of Weakness analysis

weakness	Mean Rank	Weight	Gradation	Weight prominence	rank
W1: The use of expert and experienced in the Ecotourist, along with other areas of tourism	2.81	0.073	4	0.29	7
W2: the satisfaction of a visit to Ardabil	4.10	0.10	4	0.40	1
W3: facilitate the development of ecotourism ( such as roads, services and the way ) in Ardabil province	3.06	0.080	4	0.32	4
W4: exploiting the opportunities of ecotourism of Ardabil	2.88	0.075	3	0.22	12
W5: Marketing natural attractions of Ardabil	3.01	0.078	4	0.31	5

W6: how to manage ecotourism attractions of the governmental organizations	2.94	0.076	4	0.30	6
W7: The existence capabilities and potentials of Sports ecotourism (skiing, hiking in the canyons, riding and kite ... )	3.47	0.090	4	0.36	3
W8: historical and cultural attractions in the ecotourism attractions	3.72	0.097	4	0.39	2
9W: Due to the meetings and conference officials to develop ecotourism	2.79	0.073	3	0.22	11
W10: Planning and government investment in ecotourism	2.85	0.074	3	0.23	10
W11: Diversifying tourism products to attract Most tourists by organizations and private enterprises	3.08	0.080	3	0.24	9
W12: how to deal with local passengers	3.46	0.090	3	0.27	8
Total	38.19	1	-	3.55	-

Table 3: The summary of Opportunity's analysis

Opportunity	Mean Rank	Weight	Gradation	Weight prominence	rank
O1: proper climatic conditions in comfort climate	4.08	0.078	3	0.23	8
O2: unique spas in the country	4.48	0.086	2	0.17	13
O3: rich cultural experiences and guest host population	3.67	0.071	4	0.28	3
O4: tourist attraction important places in nearby provinces such as the North Country	4.17	0.080	3	0.24	6
O5: beyond the economic interests of both local and foreign income and to the development of ecotourism	3.91	0.075	4	0.30	1
O6: promoting employment through the creation of touristic attraction force organizations to develop tourism jobs	2.72	0.052	4	0.21	9
O7: Increase the welfare and quality of life of local people through ecotourism development with income	3	0.058	4	0.23	7
O8: restoring and preserving local traditions associated with the development of cultural and historical heritage and natural attractions	3.52	0.068	3	0.20	10
O9: The role of ecotourism in conservation of natural resources by encouraging tourists and people	3.34	0.064	3	0.19	12
O10: Near the province of Azerbaijan	4.42	0.085	3	0.25	5
O11: possible to design and tooling of natural potential to create artificial gravity and manmade attractions along with	3.30	0.063	3	0.19	11
O12: reception of the foreign investment - domestic and regional ecotourism development for effective use of resources	3.30	0.063	4	0.25	4
O13: the natural attractions of interest to tourists to visit the province.	4.24	0.15	2	0.30	2
Total	51.68	1	-	3.39	-

Table 4: The summary of Threats analysis

Threats	Mean Rank	Weight	Gradation	Weight prominence	rank
T1: many remain unknown ecotourism attraction Ardebil	2.94	0.12	4	0.48	4
T2: proper planning for the use of natural features and capabilities	3.03	0.13	3	0.39	5
T3: dealing with the agencies responsible for environmental violations	2.82	0.12	4	0.48	2
T4: destruction of natural vegetation by pastures and woods dusts	2.84	0.12	4	0.48	3
T5: land use conversion to other land uses incompatible with natural and ecological environment	2.78	0.11	3	0.33	7
T6: funding organizations and agencies in the region , especially in the field of ecotourism and tourism investment	2.68	0.11	3	0.33	6
T7: social violence and crime increased with the arrival of tourists to the tourism sites in natural areas	2.82	0.12	4	0.48	1
T8: increasing the price of goods and services by tourists	3.28	0.14	2	0.28	8
Total	23.18	1	-	3.25	-

**7- SWOT matrix for strategic and operational priorities**

To analyze the internal and external factors, internal and external matrix is used as a tool. If the matrix is a grid matrix of scores for both internal and external factors of less than 2.5 if the home will have 3 tables defensive position. Scores for both the matrix and

the higher grades of 2.5 is 2 and the position of the home would be invasive and internal factors of the matrix score of 2.5 and external factors matrix score less than 2.5 on the competitive position of the organization is located and if it is out of the counter is the conservative position (Dehghani et al., 2009).

Table 5: External and internal factors Evaluation matrix

<b>EFE Final number</b>	4	IFE final number		
		4	3.22	2.5
	3.32	<b>Invasive(2)</b>	↓	<b>Adaptive(1)</b>
		<b>Defense(4)</b>		<b>Contingency(3)</b>
2.5				

	1		
--	---	--	--

**8- Stages of implementation and strategies**

This step has two parts. The First stage of compiling is done through a SWOT matrix choice strategies is then

acceptable level, through internal and external matrix is done as follows. Depending on the system, four different strategies which can be formulated in terms of degrees active.

Table 6: SWOT analysis

The four strategies indoor swot analysis		Internal Environment	
		Strengths	Weaknesses
External Environment	Opportunities	invasive strategy (SO) ( max - max)	Adaptive strategy (WO) ( min - max)
	threats	contingency strategy (ST) ( max - min )	Defense strategy (WT) ( min - min )

(Ebrahimzaheh et al., 2009)

**8-1- Invasive strategy (SO)**

- SO<sub>1</sub>: rational use of the potential of ecotourism with special interest for the development (S<sub>1</sub>, S<sub>2</sub>, S<sub>6</sub>, S<sub>7</sub>, S<sub>8</sub>, S<sub>10</sub>, S<sub>15</sub>, O<sub>1</sub>, O<sub>2</sub>, O<sub>5</sub> and O<sub>6</sub>)
- SO<sub>2</sub>: Increase the quality and quantity of cultural attractions along with local communities to develop ecotourism (S<sub>3</sub>, S<sub>4</sub>, O<sub>3</sub>, O<sub>7</sub> and O<sub>8</sub>)
- SO<sub>3</sub>: Setting up and developing the quality and quantity of communication facility specifically for ease of travel (S<sub>8</sub>, S<sub>12</sub>, S<sub>13</sub>, S<sub>15</sub>, O<sub>4</sub>, O<sub>5</sub>, O<sub>6</sub>, O<sub>10</sub>, O<sub>12</sub> and O<sub>13</sub>)
- SO<sub>4</sub>: Create the appropriate fields (lower taxes, subsidies, etc), there is the

- potential for foreign investment in the field of ecotourism (S<sub>5</sub>, S<sub>2</sub>, S<sub>8</sub>, O<sub>4</sub>, O<sub>5</sub>, O<sub>6</sub>, O<sub>7</sub>, O<sub>10</sub>, O<sub>12</sub>, O<sub>11</sub>)
- SO<sub>5</sub>: a greater propensity to attract more tourists to the province, especially in the area of potential (S<sub>1</sub>, S<sub>2</sub>, S<sub>6</sub>, S<sub>7</sub>, S<sub>9</sub>, S<sub>14</sub>, O<sub>2</sub>, O<sub>4</sub>, O<sub>10</sub>, O<sub>13</sub>)
- SO<sub>6</sub>: Due to the nature of the development and operation of ecotourism with conservation of the species (S<sub>5</sub>, S<sub>10</sub>, S<sub>8</sub>, O<sub>9</sub>)
- SO<sub>7</sub>: increased attention to ecotourism in other parts of the province, due to the special feature of this part (S<sub>1</sub>, S<sub>2</sub>, S<sub>5</sub>, S<sub>6</sub>, S<sub>7</sub>, S<sub>8</sub>, S<sub>10</sub>, S<sub>12</sub>, S<sub>13</sub>, S<sub>14</sub>, S<sub>15</sub>, O<sub>1</sub>, O<sub>5</sub>, O<sub>6</sub>, O<sub>7</sub>, O<sub>8</sub>, O<sub>13</sub>, O<sub>9</sub>)

**8-2- Adaptive strategy (WO)**

- WO<sub>1</sub>: Increased use of expert force with appropriate management to touristy attract (W<sub>1</sub>, W<sub>4</sub>, W<sub>6</sub>, O<sub>5</sub>, O<sub>6</sub>, O<sub>7</sub>, O<sub>13</sub>)
- WO<sub>2</sub>: increasing the quality of communication facilities in order to facilitate passengers traveling renewed interest in ecotourism (W<sub>2</sub>, W<sub>3</sub>, W<sub>12</sub>, O<sub>4</sub>, O<sub>10</sub> and O<sub>13</sub>)
- WO<sub>3</sub>: Widespread Propagation in and out of the province for good behavior and increase the interest of tourists to visit the province with special abilities (W<sub>5</sub>, W<sub>9</sub>, W<sub>12</sub>, O<sub>7</sub>, O<sub>8</sub>, O<sub>11</sub>, O<sub>13</sub>)
- WO<sub>4</sub>: Identify the nature and diversification of packages due to the development circumstances of the case (W<sub>4</sub>, W<sub>8</sub>, W<sub>9</sub>, W<sub>11</sub>, O<sub>11</sub>, O<sub>12</sub>)
- WO<sub>5</sub>: increased investment to develop leisure - Sport facilities for development of ecotourism in the region of potential (W<sub>7</sub>, W<sub>8</sub>, W<sub>9</sub>, W<sub>10</sub>, O<sub>9</sub>, O<sub>8</sub>, O<sub>7</sub>, O<sub>6</sub>, O<sub>5</sub>, O<sub>3</sub>)
- WO<sub>6</sub>: building systems management with respect to the potential attraction of the special attractions in the province (W<sub>1</sub>, W<sub>4</sub>, W<sub>6</sub>, W<sub>10</sub>, O<sub>2</sub>, O<sub>4</sub>, O<sub>9</sub>, O<sub>12</sub>, O<sub>13</sub>)

**8-3- Contingency strategy (ST)**

- ST<sub>1</sub>: organizations funding Increase to utilize the functionality of ecotourism in the area with appropriate planning (S<sub>1</sub>, S<sub>2</sub>, S<sub>3</sub>, S<sub>6</sub>, S<sub>7</sub>, S<sub>15</sub>, T<sub>6</sub>, T<sub>2</sub>, T<sub>5</sub>)

- ST<sub>2</sub>: Internal and external strengthen advertising and culture in the province and outside the province to identify the specific interests at region (S<sub>15</sub>, S<sub>3</sub>, S<sub>4</sub>, S<sub>7</sub>, S<sub>1</sub>, S<sub>8</sub>, S<sub>9</sub>, S<sub>12</sub>, T<sub>1</sub>, T<sub>7</sub> and T<sub>8</sub>)
- ST<sub>3</sub>: dealing with offenders in the most ecotourism locations for appropriate attractions (S<sub>14</sub>, S<sub>10</sub>, S<sub>5</sub>, S<sub>3</sub>, T<sub>3</sub>, T<sub>4</sub>, T<sub>5</sub>, T<sub>7</sub>)

**8-4- Defense strategy (WT)**

- WT<sub>1</sub>: increased recruitment of specialized programs tailored to identify the attractiveness and potential of the region (W<sub>1</sub>, W<sub>4</sub>, W<sub>6</sub>, W<sub>7</sub>, W<sub>9</sub>, T<sub>1</sub> and T<sub>2</sub>)
- WT<sub>2</sub>: development of optimal management and treatment of offenders as basic (W<sub>8</sub>, W<sub>7</sub>, W<sub>6</sub>, W<sub>4</sub>, T<sub>3</sub>, T<sub>5</sub>, T<sub>4</sub>, T<sub>7</sub>)
- WT<sub>3</sub>: Increase inter-provincial and intra-provincial publicity to identify and culture along with a variety of capabilities in the region (W<sub>2</sub>, W<sub>5</sub>, W<sub>9</sub>, W<sub>11</sub>, W<sub>12</sub>, T<sub>8</sub>, T<sub>7</sub> and T<sub>1</sub>)
- WT<sub>4</sub>: more investment in developed areas with more ecotourism attractions (W<sub>11</sub>, W<sub>10</sub>, W<sub>4</sub>, T<sub>6</sub>, T<sub>2</sub>)
- WT<sub>5</sub>: increase efficient communication and recreation - sports facilities and ecotourism development in order to avoid the violations taking place in isolation (W<sub>3</sub>, W<sub>2</sub>, W<sub>8</sub>, W<sub>7</sub>, T<sub>5</sub>, T<sub>4</sub>, T<sub>3</sub>, T<sub>8</sub>, T<sub>7</sub>)

**8-5- Quantitative strategic planning (acceptable strategies prioritizing)**

This step is performed according to the following:

- Information elements (S, O, W, T) and weighted score from summarize tables the SWOT analysis matrix table will be moved to external and internal factors.
- All of strategy and strategic planning in the columns of the matrix is written above horizontally.

- AS important factor is that the 1-4 score the importance of each factor in the strategy have been developed. (1 = not important, 2 = less important, 3 = moderately important, 4 = very important)
- Total Significance Coefficient (TAS) is equal to the weight multiplied Score AS.
- TAS are collected at the end of the assignment the best priority defines the order (nohegar et al., 2009).

Table 7: Quantitative strategic planning Model (QSPM)

factor	Weight score	SO														WO				ST	WT
		SO <sub>1</sub>		SO <sub>2</sub>		SO <sub>3</sub>		SO <sub>4</sub>		SO <sub>5</sub>		SO <sub>6</sub>		SO <sub>7</sub>							
		AS	TAS	AS	TAS																
S <sub>1</sub>	0.14	4	0.56	2	0.28	2	0.28	2	0.28	4	0.56	1	0.14	3	0.42						
S <sub>2</sub>	0.14																				
T <sub>8</sub>	0.28	1	0.28	1	0.28	1	0.28	1	0.28	1	0.28	1	0.28	1	...						
Total			19.56		19.16		23.59		24.61		22.63		20.14		21.7	21.19	...				

Table 8: The Optimize of development Ecotourism

The Optimize of development Ecotourism in Ardabil	Preference
Create the appropriate fields ( lower taxes , subsidies , etc), there is the potential for foreign investment in the field of ecotourism	1
Building system management with respect to the potential of the special attractions	2
Setting up and developing the quality and quantity of communication facility specifically for ease of travel	3
Increase the attractiveness of employing specialists to identify potential regional planning	4
Increase the efficiency of communication and recreation - sports facilities and ecotourism development in order to avoid the violations taking place in isolation	5
A greater propensity to attract more tourists to the province, especially in the area of potential	6
Increase inter-provincial and intra- provincial publicity to identify and culture along with a variety of capabilities in the region	7

Increased investment to develop leisure facilities - Sport for development of ecotourism attraction in the area	8
Wide publicity at home and abroad for good behavior and increase the willingness of tourists to travel to the provinces with Special Features	9
The rise of ecotourism in other parts of the region due to the special features Willingness	10
to improve and enhance existing communication facility to facilitate the travel of passengers as ecotourism	11
Increased use of force expert with appropriate management to attract more touristy	12
Increase inter-provincial and intra- provincial campaign to identify and culture along with a variety of capabilities in the region	13
Dealing with offenders in a more convenient location for ecotourism attractions	14
Increased funding organizations to utilize the functionality of ecotourism in the area , along with proper planning	15
Due to the nature of the operation of ecotourism with conservation of species	16
strengthen internal and external advertising To identify and in vitro culture of the region with special charm	17
Identify the nature and diversification of packages due to the development of these	18
Reasonable use of the potential of ecotourism with special interest for the development of	19
Increase the quality and quantity of cultural attractions along with local communities to develop ecotourism	20

## 9- Conclusion

Strategic analysis of the data, using the SWOT model was initially external and internal factors evaluation matrix was formed for each of the strengths, weaknesses, opportunities and threats were weighted and graded by the methods listed ecotourism in the province should be a setting to prevent loss and energy costs. The table summarizes the analysis of weaknesses, the main weakness of the system that

ecotourism is Ardebil, Ardebil is a trip to the satisfaction of words with the hospitality of the province people is one of the main strengths, but it most tourists have little impact on satisfaction, i.e. satisfaction with a weight rating of 0.40 as the major weaknesses and exploit the opportunities for Ardebil ecotourism with a score of 0.22 is the twelfth priorities that strengthen the list of weaknesses should also be undertaken. The most important opportunity for respondents to provide great economic

benefits for local and foreign income and the development of ecotourism with a weighted score of 0.30 and the ratings average of 3.91 in the first priority and the uniqueness of the spring mineral provinces in the Area with a score of 0.17 and weigh 0.086 to priority 13 is located. Social Delinquency offenses increased with arrive tourists to the natural tourism sites to remote areas of the province with a weighted score of 0.48 as the most significant threat is posed with tourists and increasing the price of goods and services with a weighted score of 0.28 weight 0.14 to It is considered as the least threatening. Finally, the strategy and priorities matrix for SWOT implementing determined that the Rep weighing a strategy of aggressive determination in the planning of a strategic implementation priorities and strategies identified in the strategic offensive in priority 1, 3, 6, 10, 16, 19, 20, and strategies to revise the priorities of 2, 8, 9, 11, 12, 18 and diversification strategies, priorities 14, 15, 17 and finally Rank Defense strategies 4, 5, 7, 13 are located.

## References

Abdollahi, S. (2009). Project Privacy qanli bulagh Caravanserai, Cultural Heritage, Tourism and Handicrafts Ardabil province, city MeshkinShahr.

Azimi, N., & Hajipour, A. H. (2010). Planning the Cultural Tourism and Ecotourism Industry for Economic Development: A Case Study of Iran, *Environment Sciences*. Vol 6. No.1. 53-64.

Behzadfar, M., & Zamanian, R. (2008). Strategic planning of tourism development with emphasis on the case study of product : Nishapur, *International Journal of Engineering Sciences and Technology*, University of Tehran , Special Issue of Architectural Engineering , Volume 19 , No. 6.

Dehghani, M., Josie, A., & Shoukri, M. G. (2009). Planning for Developing Ecotourism Faroe Islands Protected Area, *National Geographic Trends in management and optimal utilization of resources*, 305.

Ebrahim Zadeh, A., & Agassi, A.(2009). Analysis of factors affecting tourism development in the coastal zone of Chabahar Using Strategic SWOT, urban and regional studies, the number of ninth summer, 4.

Fazelnia, GH., & hedayati, P. (2010). Strategies for tourism development sooner Zarivar Lake, *Journal of Geography and Development*, No. 19.

Fennell, D. A., & Dowling, R(Ed). (2003). *Ecotourism Policy and Planning*. CABI publishing, 11.

Godde, Pamela, m., martin, f., & friedrich, M. (2000). *Tourism and development in mountain regions*” cabi publishing.

Hafeznia, M. (2006). *Introduction to Research Methods in the Human Sciences*, Thirteenth Edition Tehran: publisher side, 144.

Hekmatnia, H., & Mousavi, M. (2008). *Application of the Model of Urban Planning and Regional Geography*, published by modern science, 293.

Higham, J(Ed). (2007). *Critical Issues in Ecotourism: Understanding a complex tourism phenomenon*. Elsevier, 28.

IUCN. (2002). *Botswana National Ecotourism Strategy*. Final report. IUCN (Botswana) and Symbiosis Consulting (Pty) Ltd, 1.

Momeni, M. (2007). *Statistical Analysis Using Spss*. first edition, Tehran: The New Press, 114.

Nohegar, A., HosseinZadeh, M., & Pirasteh, A. (2009). *Capability to assess the nature of the island model strategy using SWOT*,

*Journal of Geography and Development*, No. 15.

Pantea, S., & Roodsari, H. (2009). *Ardabil Geotourism Atlas*, Geosciences website.

Parvin, M., & Ahmadi, M. (2013).

*Ecotourism Potential Measuring of mehran Province for permanent development by sequential analysis model (AHP)*. *International Research Journal of Applied and basic Sciences*, science Explorer Publications, vol(5), pp 612-615.

Pazouki, M., jozi, S.A and ziari, Y.A. (2017). *Strategic management in urban environment using SWOT and QSPM*, *Global journal environment. Sci. manage*, 3(2): 207-216.

Rachmawati, E. (2016). *Financing Ecotourism Ventures to Support Climate Change Mitigation. What Should the Financial Sector Be Doing in Regards to Climate Change?*, seven pillars institute, vol.5, issue 1,pp 21-40.

Rezvani, A. A. (2002). *The role of ecotourism in the Environment*, *Journal of Environmental Studies*, No. 31, 115.

Rukn Al-Din Eftekhari, A., & Mahdavi, D. (2006). *Guidelines for rural tourism development model using SWOT: Lavasan*

small village, Journal of Human Sciences  
Lecturer, No. 45.

Shiebeiki, sh., abbaspour, M., monavari,  
S.M., arjmandi, R & Lahijanian, A. (2014).  
Public Participation Role in Sustainable  
Urban Management by Quantitative  
Strategic Planning Matrix (QSPM), Int. J.  
Environ. Res., 8(4):1309-1314.

TIES. (2015). TIES Global Ecotourism Fact  
Sheet. Www. Ecotourism .com.

Voeks, R. (2004). The providence of nature:  
valuing ecosystem service. vol.1, NO.2,  
international journal of environmental  
science & technology, 158.

Zahedi, S. (2004). Based on sustainable  
tourism and ecotourism (with an emphasis  
on the environment), Allameh Tabatabai  
University.

Zarabi, A., Movahedi, S., & Rakhshani  
Nasab, H. (2011). The application of cluster  
analysis in the spatial analysis of ecotourism  
(Case Study: Sistan ecotourism.  
Environmental Science, Year VII Number  
IV.

Zhuang, X., & Huiyan, L. (2010). some  
suggestions for community-based  
ecotourism management. 2010 IEEE, 1.

Ziari, K. (2004). Schools, theories and  
models in regional planning, Yazd  
University Press, 238

**PETROLOGY AND GEOCHEMISTRY OF INTRUSIVE ROCKS  
FROM THE SOUTH OF NAQADEH, WEST AZERBAIJAN, IRAN**Abdollah Kordi<sup>1</sup>Afshin Ashja-Ardalan<sup>2</sup>Seyed-Jamal Sheikhzakariayi<sup>3</sup>Nasser Ashrafi<sup>4</sup>

**Abstract:** The intrusive rocks of Naqadeh are features of Laramide magmatism in the Sanandaj–Sirjan zone. According to petrographic studies, the composition of intrusions consist of acidic, intermediate, and basic rocks, including syenogranites, monzogranite, granodiorites, quartz diorites, quartz monzonites, quartz monzonite, quartz syenite, and olivine gabbro—in order of abundance. Minerals forming intrusive rocks include alkali feldspar (orthoclase and microcline), quartz, plagioclase (andesine to anorthite), amphibole (magnesiohornblende to tschermakite hornblende), pyroxene (diopside), olivine (hyalosiderite to hortonlite), apatite, titanite, zircon, muscovite, and

opaque minerals. The chemical analysis of the granitoids revealed their potassium-rich calc-alkaline nature, falling within the meta-alumin to per-alumin range in terms of alumin saturation. Tectonomagmatic diagrams for the studied rocks suggest that they are compatible with granitoids of the continental-subduction zone. Primitive-mantle- and chondrite-normalized spider diagrams indicated no depletion in any elements, exhibiting a negative overall slope which is consistent with subduction patterns (negative *Ta*, *Ti*, *Zr* anomalies, and positive *K* anomaly). Overall, a review of field observations, mineralogy, geochemistry, and diagrams illustrating the sources of granites

---

<sup>1</sup> Ph.D. Student in Petrology, Department of Geology, North Tehran Branch, Islamic Azad University, Tehran, Iran.

<sup>2</sup> Assistant Professor, Department of Geology, North Tehran Branch, Islamic Azad University, Tehran, Iran.

<sup>3</sup> Assistant Professor, Department of Geology, Science and Research Branch, Islamic Azad University, Tehran, Iran.

<sup>4</sup> Assistant Professor, Department of Geology, Payame Noor University, Tehran, Iran.  
Corresponding author: [afshinashjaardalan@yahoo.com](mailto:afshinashjaardalan@yahoo.com).

showed that the intrusive rocks in the study region are, in fact, I-type granite and that the magmatism is a result of the subduction of the oceanic crust, Neotethys, under the Iranian continental crust.

**Keywords:** Naqadeh Intrusive Rocks, Sanandaj–Sirjan Zone, Petrography, Minerals Chemistry, I-Type Granite.

## 1. Introduction

The study region stretches northeast of Iran in West Azerbaijan Province and is part of the northwestern deformation and ophiolite belt of the Sanandaj–Sirjan zone (*Fig. 1*) based on the classification of structural units (Stocklin, 1968) and structural–sedimentary zones (Aghanabati, 2004) of Iran. The zone (150–250 km wide and 1500 km long) features one of the most complex structures in Iran (Alavi, 1994) and houses the Zagros Mountains at its center (Sengor, 1990). Even though the age, nature, and source of these rock masses remain unclear, they provide essential information as regards the geological history of the Sanandaj–Sirjan zone. It is widely believed that the rock masses are mainly of the calc-

alkaline granitoid type that formed during the subduction of the Neotethys under the Iranian plate (Sepahi Garw, 2007; Ahmadi Khalaji et al., 1999; Ghalamghash et al., 2009; Yazdi et al., 2017; Khodami and [Kamali Shervedani](#) 2018; Novruzov et al., 2019) and following the collision of the Iranian and Arabian Plates. A specific time scale is yet to be presented for these events, but there is a consensus that the subduction process began during the Middle Jurassic. However, the exact time of the continental collision remains in dispute with some authors dating it back to the Late Cretaceous (Berberian and King, 2000; Mohajjel and Fergusson, 1981), whereas others attribute it to the Eocene (Numan, 2000; Ghasemi and Talbot, 2009; Mazhari et al., 2006) and even Miocene (Mohajjel et al., 2003; Omrani et al., 2008). Nonetheless, in the study region, granitoid intrusive rocks from the Late Cretaceous are abundant that penetrated older formations (limestones and Upper Cretaceous limestone dolomites) during Laramide orogeny. Contact metamorphism takes place at the intersection between the rock mass and country rocks resulting in the formation of dolomite- and calcite-rich Hornfels. As the final results of the granitic magma

sap, several white veins, reaching several meters in thickness, penetrated various parts of country rocks from Precambrian to Cretaceous, as a sign of the last magma injection phase in the region.

Given their intrusive nature, the enclaves of the study region feature darker tones, curved and round shapes with a concentration of cognate enclaves (autolith) southeast of the area.

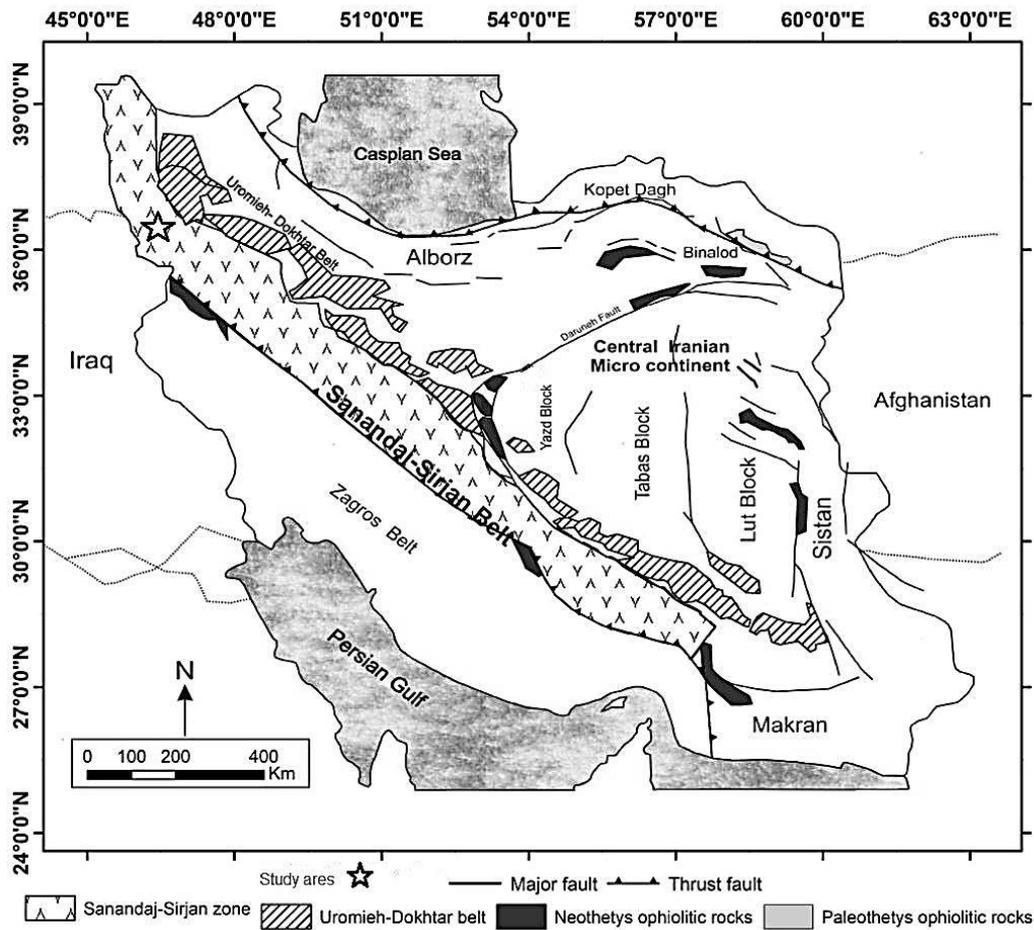


Figure 1. Geology of Iran (Courtesy of Aghanabati, 2004). Structural–sedimentary zones of Iran.

**2. Geology**

Stretching across 1200 km<sup>2</sup>, the study region spans between the 45°15'

and 45°30' E and 36°30' and 37°00' N coordinates, 7 km south of Naqadeh, 30 km east of Piranshahr, and 39 km west of Mahabad (Fig. 2). The oldest rock outcrops in the region include a

collection of metasomatic rocks with greenschist facies and traces of igneous rocks that are part of an anticline 10 km east of Naqadeh. The Cambrian deposits include Barut, Lalon, and Mila formations on top of the said collection. Permian carbonate deposits were pushed above the said younger deposits by thrust faults. Although the large stratigraphic gaps date back to the Ordovician, Silurian, Devonian, and Carboniferous, there is no trace of deposits from these periods in the region. On the other hand, dolomites and dolomite limestones of the Ruteh formation from The Permian are extensively common in the region, although the bases of rocks from this period do not crop out. As part of the Sanandaj-Sirjan zone, the study region has been considerably influenced by the

phenomena and events occurring in this zone, particularly in the northern parts. Cretaceous rocks are common in the area spreading mainly south of the study region. The Cretaceous sequence comprises green to gray shales and gray limestone. Based on the positioning of the upper and lower formations, the sequence belongs to a period from the Lower Cretaceous to the Late Cretaceous. However, only evidence from the Late Cretaceous can be found in the study region. The broadest Cretaceous unit in the region is the one corresponding to the Late Cretaceous that holds shale and gray, slate, schist, and mica sandstones with pen erosion and thick and thin limestone strata in most places.

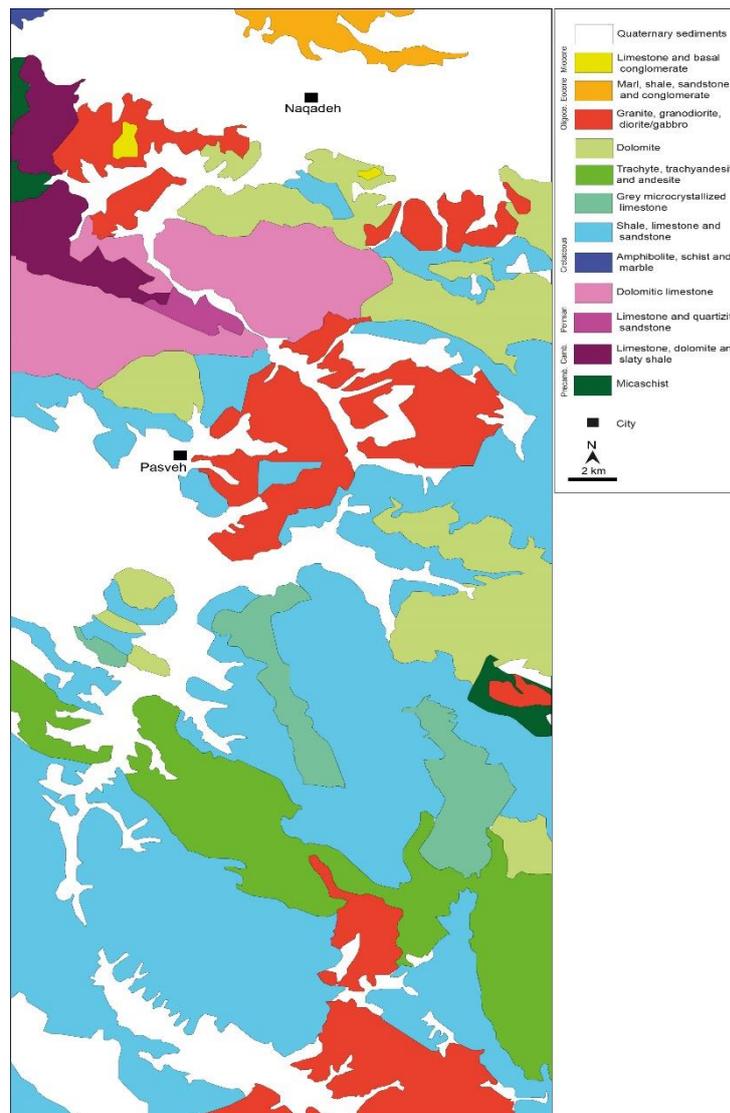


Figure 2. Geologic map of the study region (adapted from the 1:100,000 map of Naqadeh)

### 3. Materials and Methods

Field studies were undertaken first, and various outcrops and/or outcrops with unique relationships with their surroundings were sampled. During the 14-day field expedition, a total of 248 samples were collected from various parts of the region for lab investigation,

126 of which were used for preparing thin sections. After a preliminary microscopic investigation, 20 suitable samples were submitted to *Kansaran Binaloud Co.* for *XRF* and *ICP-MS* chemical analyses, the results of which are presented in the appendix (Tables 1 and 2). Of the 20 samples, 10 were

selected for an additional microprobe analysis to obtain a more accurate chemical analysis of the minerals. Sixty-eight points of the samples with plagioclase, amphibole, pyroxene, and olivine minerals were analyzed by the *CAMECA WDS SX100 Electron Probe Microanalyzer* at 20 kV accelerator voltage and 10 nA electric current intensity, with the results presented in the appendix (Tables 3–6). The analysis results were evaluated by *GCDkit*, *Minpet*, and *Microsoft Excel*.

#### **4. Petrography and Chemistry of Minerals**

##### **Petrography**

Based on petrological studies and the modal naming of rocks, the study region features acidic, intermediate, and basic intrusive rocks. These components come with various petrologies including syenogranites, monzogranite, granodiorites, quartz diorites, quartz monzonites, quartz monzonite, quartz syenite, and olivine gabbro—in order of abundance. The most noticeable feature of the felsic parts of the Naqadeh intrusive rocks is their many silica veins and the expansive fine-grained mafic

enclaves that indicate the partial intermixture of mafic magma with felsic magma to create granitoid-forming magma (*Fig. 3*). The mineralogy of the intrusive rocks in the study region includes light, semi-crystalline to amorphous alkali feldspar with microcline and perthitic orthoclase in the form of coarse phenocrysts scattered in a fine-grained matrix, and traces of semi-crystalline and round to amorphous quartz phenocrysts with clear crystals filling voids in some sections—but mainly non-crystallized microcrystalline in thin sections. In addition, crystalline to semi-crystalline plagioclases with albite, albite–carlsbad, and albite–pericline with regular and alternative local structures are present in these rocks. Dark minerals include amphibole, pyroxene, and olivine. Moreover, apatite, titanite (sphene), zirconia, muscovite, and opaque minerals were found in some sections in smaller amounts (*Fig. 4*). Most of the rock texture in the study region consists of hypidiomorphic granular to intergranular textures and, to some extent, granophyric, myrmekitic, perthitic, and poikilitic textures.

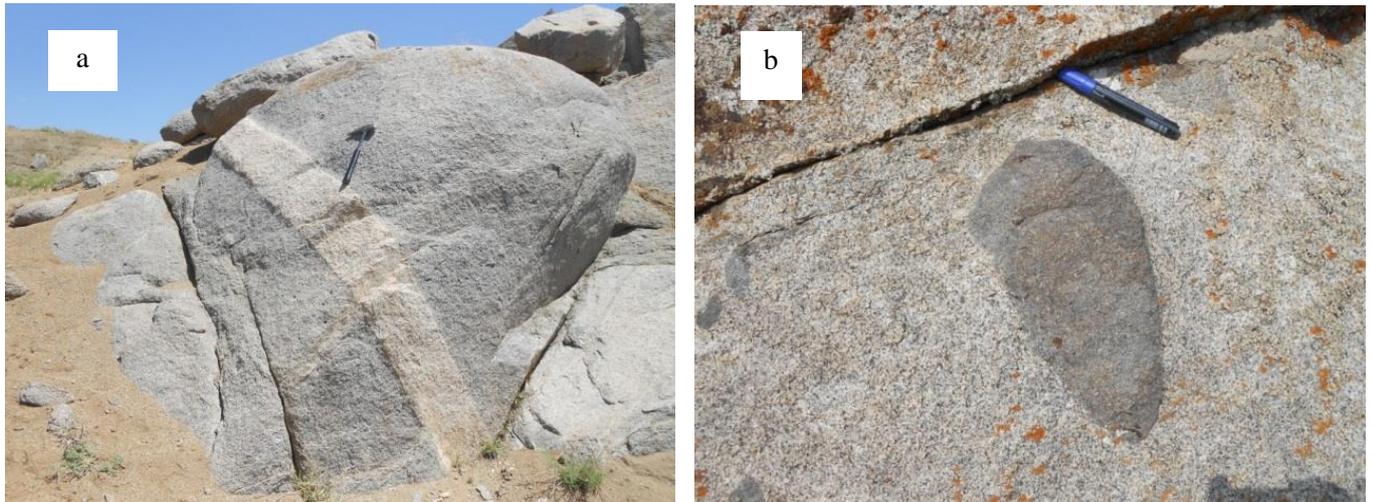
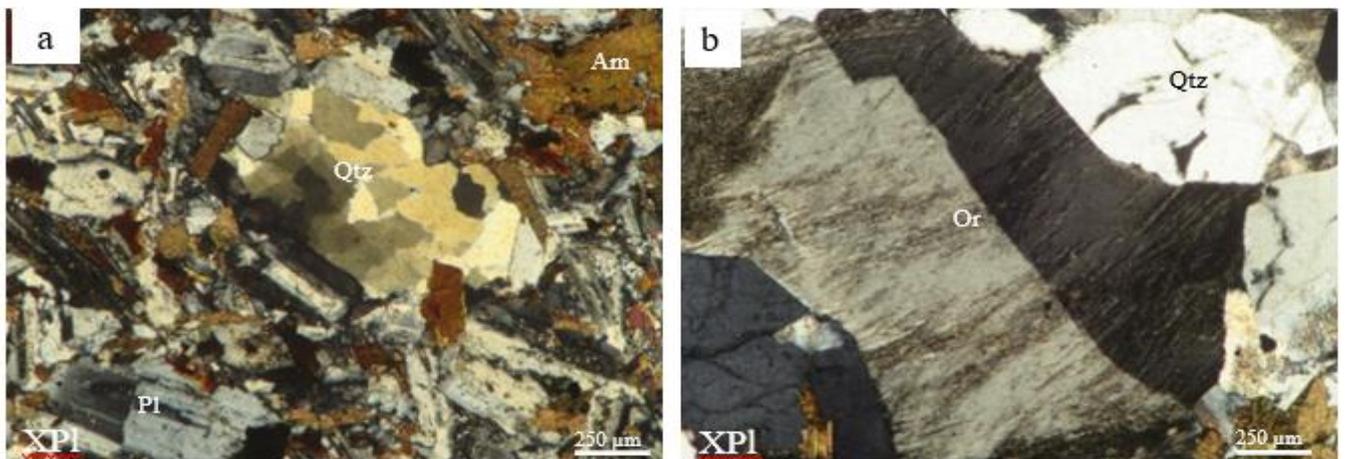


Figure 3. a) 20-cm-thick silica veins in granitoid rocks (northeast view); b) dark autolith with sharp boundaries with the local granitoid.



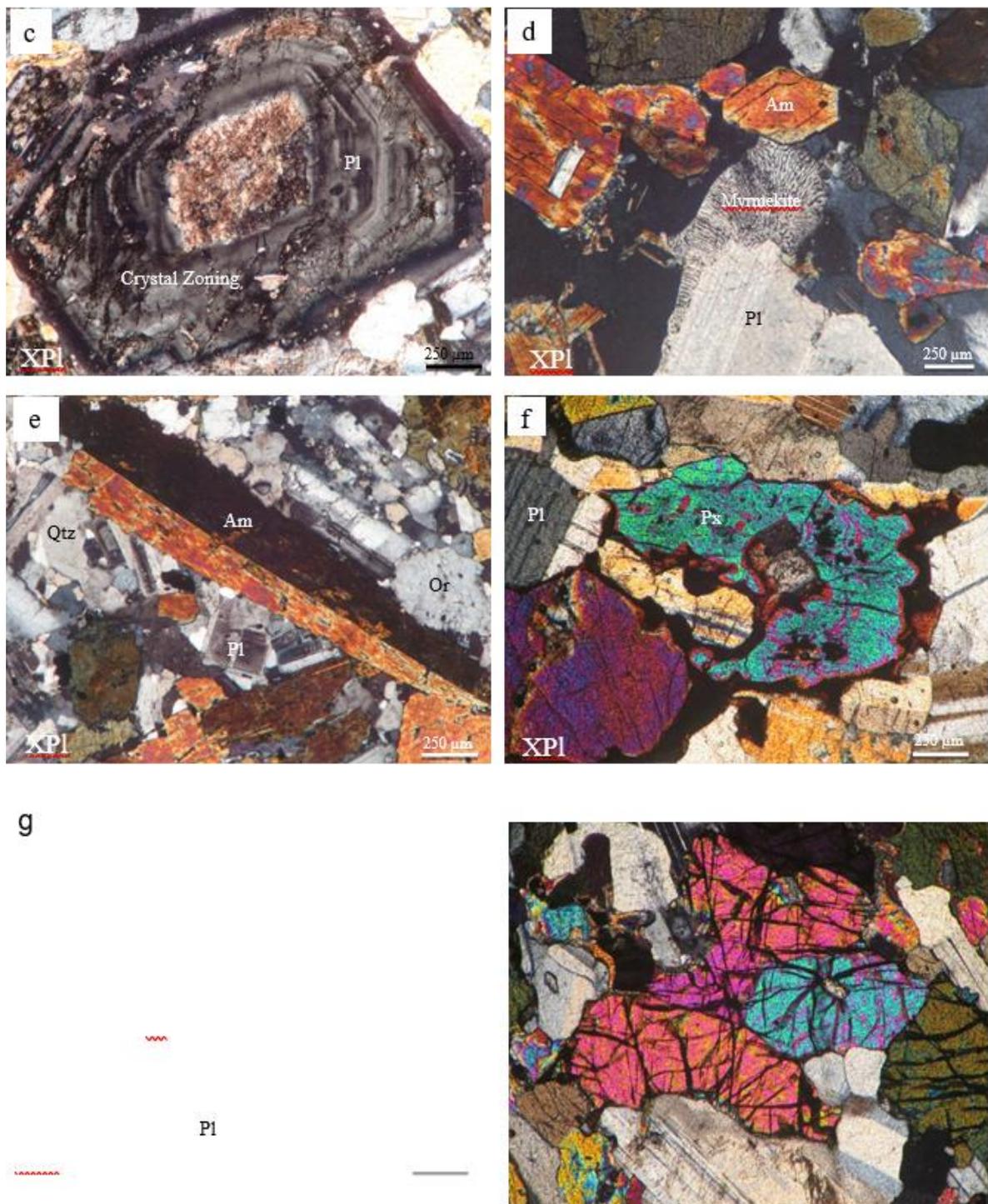


Figure 4. a) Cumulative quartz crystals with undulose extinction in syenogranite; b) coarse-grained orthoclase with carlsbad in monzogranite; c) plagioclase with alternative zoning decomposing from the center in granodiorite; d) myrmekitic microstructure at the edge of plagioclase beside automorphic amphibole in granodiorite; e) stretched amphibole phenocrysts

with carlsbad in monzodiorite; f) uralitized augite phenocrysts with dissolution rims in gabbro; g) olivine grains as inclusions on the plagioclase in gabbro; All images were taken under *XPL* lighting.

## 5. Chemistry of Minerals

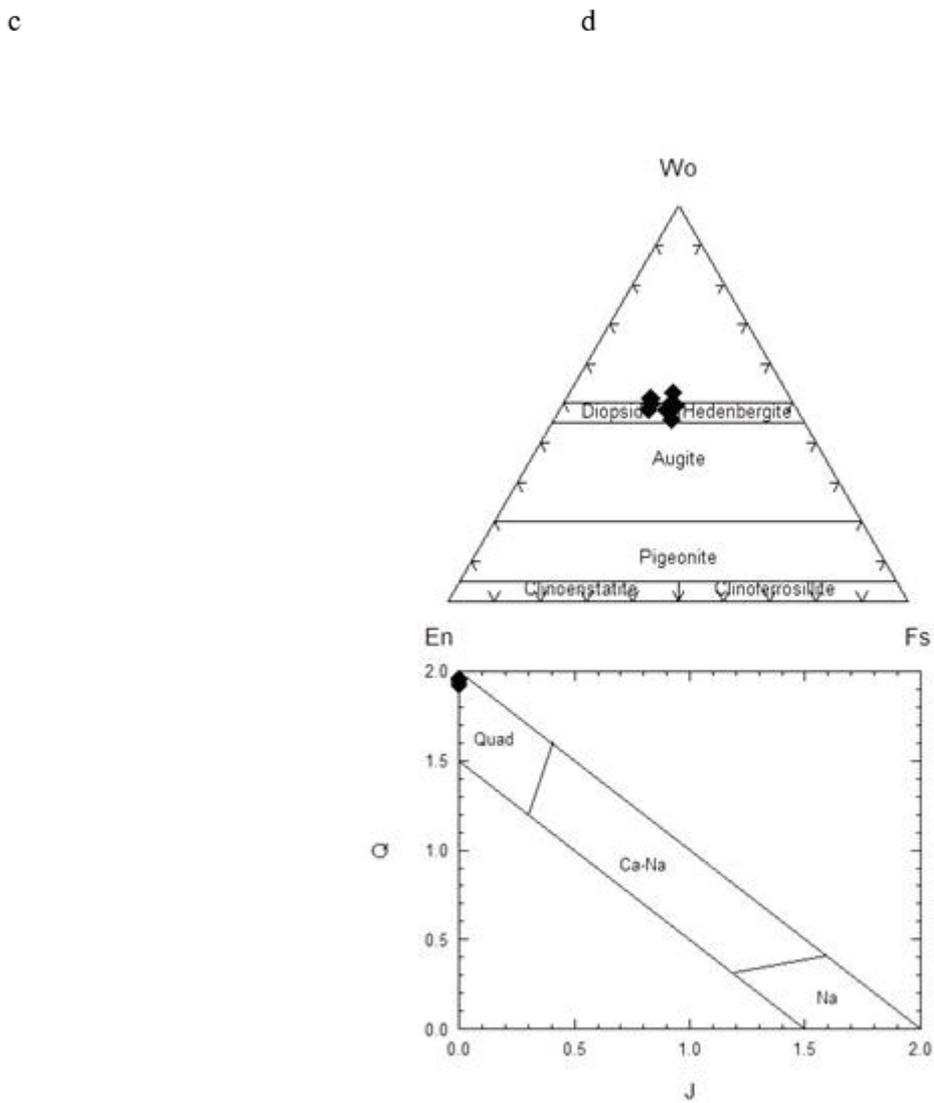
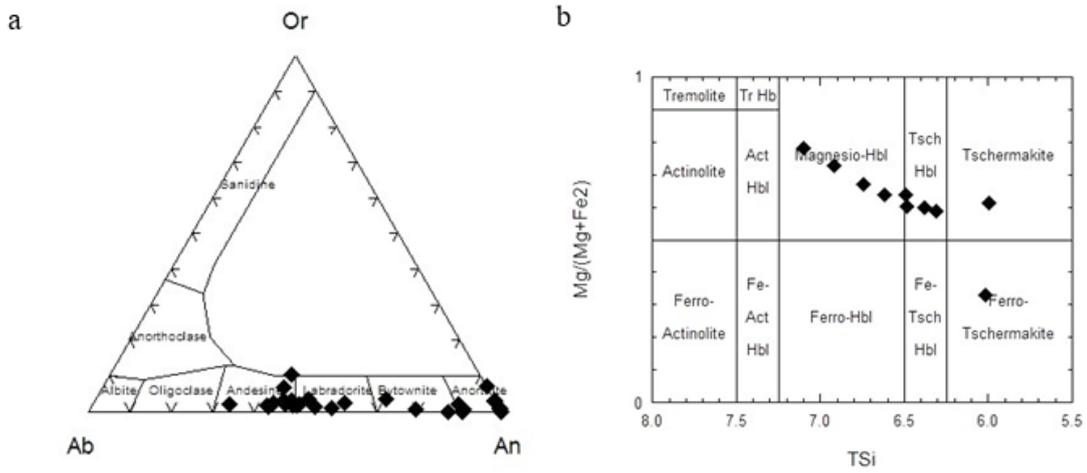
The albite (Ab)  $NaAlSi_3O_8$ , anorthite (An)  $CaAl_2Si_2O_8$ , and orthoclase (Or)  $KAlSi_3O_8$  charts were used to name the feldspars (Deer et al., 1992). According to the results of chemical point analysis, in these rocks, the average plagioclase composition is  $An_{73.82} Ab_{24.04}$  and  $Or_{2.13}$ , which falls in the andesine–anorthite range. The broad composition spectrum of plagioclases can be the result of changes in the melt composition and the vapor pressure of water and other fluids, leading many plagioclases to take up alternative zoning with different compositions at the rim and the center of the crystal.

The microprobe analysis results are suggestive of the calcic nature of the amphiboles in the studied intrusive rocks (Hawthorne, 1983) that can be classified as magnesiohornblende and tschermakite hornblende with an average silica content of less than 7.3. According to Leake et al., 1997, amphiboles

containing over 7.3 silica are the result of subsolidus processes (Chivas, 1982; Agemar et al., 1999).

Pyroxenes are more resistant than amphiboles and are less affected by alteration, and their composing elements represent those in the magma. Based on the point analysis results, the average pyroxene composition in the study region is  $Wo_{49.94} En_{28.85} Fs_{21.19}$  and falls in the diopside range (Morimoto et al. 1988).

The structural formula of olivine was represented by the general formula  $(Mg, Fe)_2SiO_4$  based on two cations for four oxygen atoms. According to the point analysis results and the comparison of the  $(Mg/Fe^2+Mg)$  and  $(Fe^2/(Fe^2+Mg))$  charts, the chemical composition of the olivine from intermediate and basic rocks of the region corresponds to the hyalosiderite to hortonlite range (Fig. 5) (Deer et al. 1992).



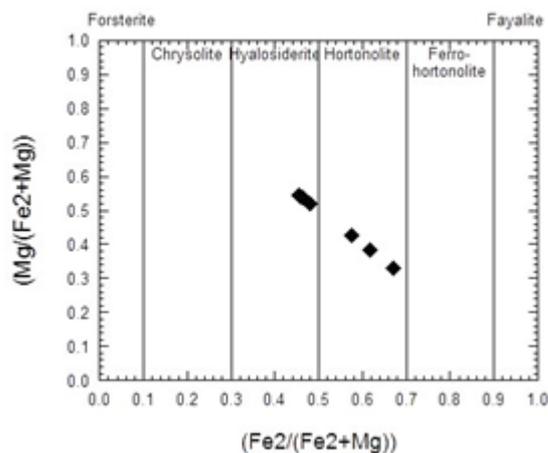


Figure 5. a) classification of feldspars based on chemical composition (Deer et al., 1992); b) classification of amphiboles based on the method proposed by Leake et al., 1997; c) *Q-J* diagram and the standing of pyroxenes in the *Quad* region (Morimoto et al., 1988); d) classification of the studied pyroxenes and their placement in the hybrid diopside range (Morimoto et al., 1988); e) olivine type identification diagram based on its chemical composition (Deer et al., 1992).

## 6. Geochemistry

An advantageous method of petrogenetic interpretation of intrusive rocks is to make use of geochemical data and investigate the changes and ratios of main and rare elements in the rock mass. As evident from Table 1, the  $SiO_2$  content in the studied intrusive masses is variable between 44.18 and 69.09%. According to the *Total Alkali Silica (TAS)* diagram (Cox et al. 1979), the studied granitoid rocks belong to the granite (subalkaline) to granodiorite range, dioritic rocks to the diorite range (subalkaline), monzodiorite (enclave), syenite (alkaline), and gabbroids to the

subalkaline gabbro range. Meanwhile, all data are located in the vicinity of the alkaline–subalkaline boundary as all samples belong to the subalkaline range, except for syenite. According to the *K*-classification diagram for igneous rocks (Peccerillo and Taylor, 1976), the intrusive rocks in the study region generally belong to the potassium-rich, calc-alkaline series. Based on rock rating by alumin saturation (Shand, 1943), if  $A/CNK < 1$ , the granite is *I-Type* and from the weak meta-alumin to per-alumin range, whereas for a molar ratio of over 1.1, the granite is *S-Type* and per-alumin (Frost, 2001). As evident from

the diagram, the specimens belong to the meta-alumin-per-alumin domain, and the molar ratio is below 1.1 in all samples, indicating the *I-type* nature of the studied granites. By comparison of the field specifications, mineralogy, geochemistry, and comparative charts identifying the source of granites (Chappell and White, 2001; Mobashergarmi et al., 2018), it was revealed that the rocks in the study region match the specifications of the *I-Type* granite. A comparison of the mineralogy and geochemistry of the granites in the region with the orogeny granitoids (*IAG*, *CAG*, *CCG*, *POG*) presented by Maniar and Piccoli, 1989, reveals that samples from the study region show the highest consistency with the *Continental Collision Granitoids* (*CCG*), *Island Arc Granitoids* (*IAG*), and *Continental Arc Granitoids* (*CAG*). However, given the mineralogy and geology of the region, these granitoids are precisely of the *CAG* group, in other words, continental subduction zone. Subduction zone, as regards the tectonic setting of these rocks, refers to the subduction of the oceanic crust, Neotethys, under the central Iranian continental crust, which results in a protrusion following the collision of the

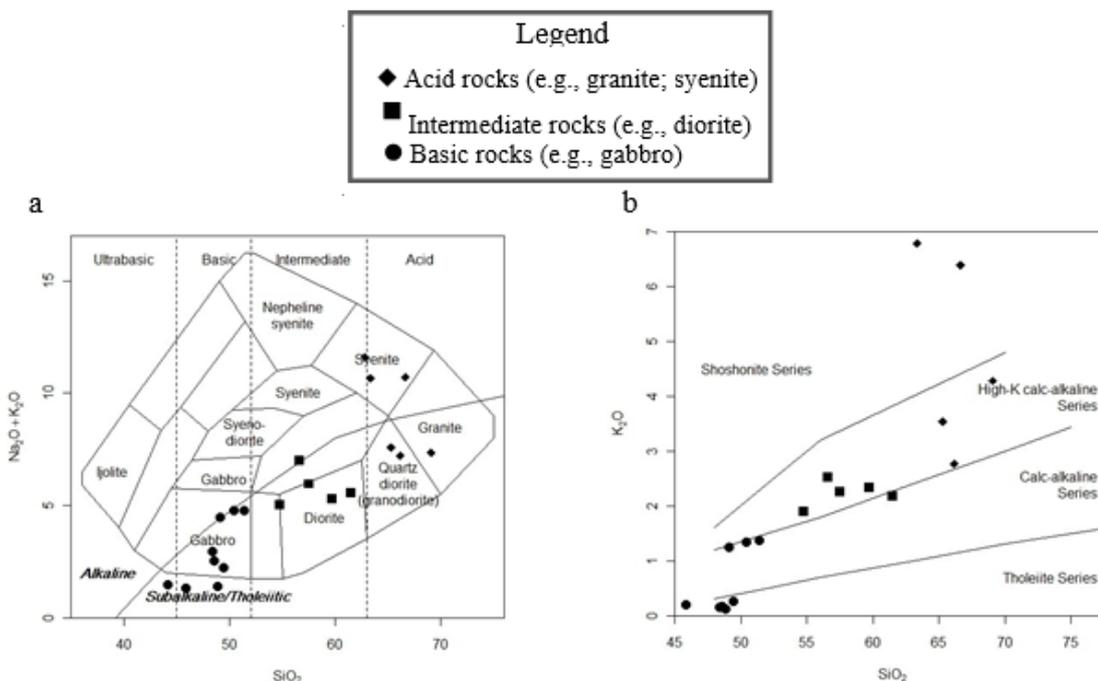
Arabian and Iranian plates. One purpose of rare elements in solving geological problems is to use them to identify the source and genesis of rock systems. The ratio of these elements does not change during metasomatism and alteration. The normalized multi-element diagram (spider diagram) is one example of diagrams used for this purpose. The chondrite-normalized *REE* multi-element diagram (Boynton, 1984), and the primitive-mantle-normalized multi-element diagram (Wood et al., 1979) were plotted for the studied samples. According to these plots, all samples exhibit saturation with chondrites and the primitive mantle, which is higher for Light Rare Earth Elements (LREE) than Heavy Rare Earth Elements (HREE) and features a decreasing slope from left to right. The HREE change at a slow rate, but the LREE exhibit higher slopes, except for basic rocks for which the slope is lower than others. Overall, the changes are not steep among the REE, indicating the uniform composition of the parent rock. The REE have little solubility and remain relatively undisturbed by weathering, low-grade metasomatism, and hydrothermal alteration. Further, as evident, higher LREE saturation than HREE is

characteristic to calc-alkaline magma series (Fig. 6).

Feldspars remain in control of the *Eu* anomaly, since  $Eu^{2+}$  is compatible in plagioclases and the separation of these minerals by partial melting or crystal fractionation creates a negative *Eu* anomaly in the melt. Crystallization of such minerals as clinopyroxene, sphene, and garnet induces a positive *Eu* anomaly in the residual melt. Further, the lack of this anomaly is suggestive of the insignificant role of calcic plagioclase crystallization in magma evolution. Besides the above, the positive or negative sign of the *Eu* anomaly depends on the oxygen fugacity and the temperature. Therefore, oxygen fugacity also controls the *Eu* anomaly and promotes a positive *Eu* anomaly that is

similar to the other REE under *Eu* oxidation conditions. The positive *Eu* anomaly in these samples can be the result of plagioclase phenocrysts in these rocks and, additionally, the high contents of *La* and *Ce* (from light, incompatible elements) can be attributed to the presence of apatite minerals (Rollinson, 1993).

The primitive-mantle-normalized multi-element spider diagram in Fig. 1.g shows negative *Zr*, *Ta*, and *Ti* anomalies, as well as a positive *K* anomaly. Overall, the decreasing slope of the diagram from left to right is suggestive of magma fractionation, and all elements exhibit saturation in chondrites and the primitive mantle, which is consistent with subduction patterns (Rollinson, 1993).



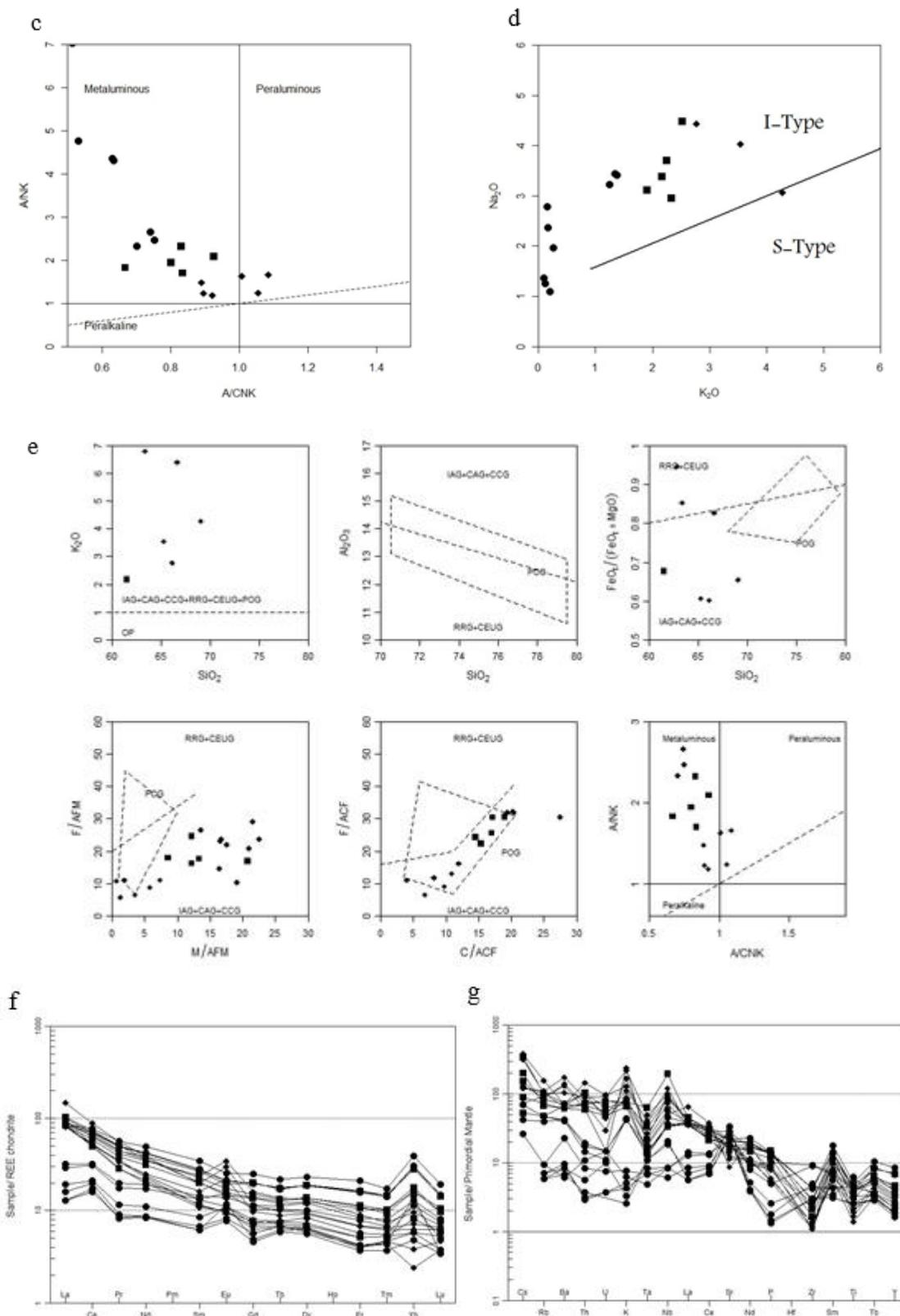


Figure 6. a) plutonic rock rating using the *TAS* (Cox et al., 1979); b) *k*-classification diagram for igneous rocks (Peccerillo and Taylor, 1976); c) alumin saturation for samples from the intrusive rock based on the *A/CNK-A/NK* diagram (Shand, 1943); d)  $Na_2O$  against  $K_2O$  (Chappell and White, 2001); e) tectonic setting discrimination diagrams (Maniar and Piccoli, 1989); f) chondrite-normalized REE diagram (Boynton, 1984); g) primitive-mantle-normalized spider diagram (Wood et al., 1979).

## 7. Conclusion

Petrographical and field studies show the intrusive rocks south of Naqadeh to be of acidic, intermediate, and basic types. These components come with various petrologies including syenogranites, monzogranite, granodiorites, quartz diorites, quartz monzonites, quartz monzonite, quartz syenite, and olivine gabbro—in order of abundance. Minerals forming intrusive rocks include alkali feldspar, quartz, plagioclase (andesine to anorthite), amphibole (magnesiohornblende tschermakite hornblende), pyroxene (diopside), olivine (hyalosiderite to hortonlite), apatite, titanite, zircon, muscovite, and opaque minerals. The chemical analysis of the local granitoids revealed their potassium-rich, calc-alkaline nature, falling to the meta-alumin to per-alumin range in terms of saturation. However, based on the tectonomagmatic diagrams, the studied granitoid rocks show the highest consistency with the *CAG* group, or in

other words, the continental-subduction zone. Subduction zone, as regards the tectonic setting of these rocks, refers to the subduction of the oceanic crust, Neotethys, under the central Iranian continental crust, which results in a protrusion following the collision of the Arabian and Iranian plates (Alavi, 2008; Shahabpour, 2004; Hassanzadeh et al., 2007). A comparison of field observations, mineralogy, geochemistry, and diagrams illustrating the sources of granites showed that the intrusive rocks in the study region are *Type-I* granite, and that the magmatism is a result of the subduction of the oceanic crust under the continental crust (Sheikholeslami et al., 2008). Based on the above discussions, the considerable role of the lower crust is evident as regards the source of granite (acidic) rocks in the region. As a result of the intrusion of basic magma from the upper mantle, crust materials are partially melted and digested, creating an intermediate magma which is rich in lithophile elements and, compared to the

initial magma, has a higher capacity for producing large volumes of granite due to incremental crystallization. Therefore, according to spider diagrams, no depletion of any element was observed. Moreover, a negative slope was observed in general, which is consistent with the subduction patterns.

### 8. Acknowledgments

Authors would like to express their gratitude to the Higher Education Office of the North Tehran Islamic Azad University.

### Appendices

Table 1. XRF analysis results for samples taken from the different parts of the study region (wt.%)

Sam ple	Si O <sub>2</sub>	Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	Ba O	Ca O	Fe <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	K <sub>2</sub> O	Mg O	Mn O	Na <sub>2</sub> O	P <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	S O <sub>3</sub>	Ti O <sub>2</sub>	L OI	Tot al
DL*	0.0 5	0.0 5	0.0 5	0.0 5	0.0 5	0. 05	0.0 5	0.0 5	0.0 5	0.0 5	0. 05	0.0 5	0. 05	
A39	69. 09	16. 05	0.0 7	2.8 2	1.9 2	4. 28	0.9 1	0.0 6	3.0 6	0.1 4	<	0.3 3	1. 27	100
A61	66. 16	15. 22	0.0 6	3.7 4	3.4 2	2. 77	2.0 3	0.0 7	4.4 4	0.2	<	0.5 4	1. 34	99. 99
A81	56. 59	17. 15	0.0 6	5.7 3	6.0 7	2. 52	4.1 2	0.1 6	4.4 8	0.3 1	<	0.9	1. 91	100
A10 5	65. 28	17. 03	0.0 9	3.5 4	2.8 7	3. 54	1.6 7	0.0 7	4.0 3	0.1 7	<	0.4 9	1. 22	100
A11 5	62. 83	18. 17	0.1 1	1.4 1	4.0 7	7. 87	0.2 1	0.0 8	3.7 3	0.1 1	<	0.4 1	0. 81	99. 81
A13 7	44. 18	16. 44	<	16. 3	11. 62	0. 09	7.7 5	0.1 4	1.3 6	<	<	1.6 7	0. 38	99. 93
A14 1	66. 64	16. 54	0.1 1	2.1 5	1.9 1	6. 39	0.3 6	<	4.3 2	0.1	<	0.3 7	1. 1	99. 99
A16 2	63. 35	16. 86	0.1 4	2.8 0	3.8 7	6. 79	0.6	0.0 5	3.8 7	0.1 5	<	0.6 3	0. 81	99. 92
A16 3	57. 49	16. 56	0.0 5	6.6 8	6.3 6	2. 25	4.3 4	0.1 1	3.7	0.2 8	<	0.9 5	1. 22	99. 99

A17 4	59. 73	13. 46	0.0 6	7.0 3	5.6 5	2. 33	6.2 4	0.1 3	2.9 5	0.1 8	0. 05	0.7 1	1. 48	100
A17 7	48. 84	20. 95	<	17. 26	3.6 3	0. 12	6.0 4	0.0 6	1.2 6	<	0. 18	0.5 7	1. 04	99. 95
A19 3	49. 40	16. 73	<	15. 42	7.6 4	0. 26	5.5 2	0.1 3	1.9 6	0.1 1	<	1.5 4	1. 29	100
A20 3	45. 85	15. 22	<	19. 55	8	0. 2	6.8 9	0.1 3	1.1	0.2 4	<	1.5 7	1. 25	100
A22 5	49. 13	17. 66	<	9.4 4	10. 89	1. 25	5	0.2 1	3.2 2	0.2 9	0. 05	1.1 5	1. 71	100
A23 0	54. 73	16. 65	0.0 5	7.0 7	9.3 7	1. 9	4.1 7	0.1 9	3.1 1	0.2 7	<	1.0 1	1. 48	100
A23 2A	51. 38	16. 54	<	9.0 6	9.3 6	1. 37	5.9 5	0.1 9	3.4 1	0.2 7	<	0.8 9	1. 57	99. 99
A23 2B	50. 41	17. 51	<	8.8 7	9.4 2	1. 34	6.1 1	0.2	3.4 4	0.2 7	<	0.8 7	1. 56	100
A23 6	61. 48	16. 51	<	5.4 5	5.9 4	2. 17	2.5 6	0.1 2	3.3 8	0.2 3	<	0.7 3	1. 39	99. 96
A23 7	48. 57	17. 77	<	13. 25	8.0 8	0. 16	7.3	0.1 4	2.3 7	<	0. 37	1.0 6	0. 93	100
A24 6	48. 40	20. 47	<	15. 13	5.4 1	0. 15	5.5 4	0.1 1	2.7 9	<	0. 21	0.5 9	1. 2	100

Table 2. *ICP-MS* analysis results for samples taken from the different parts of the study region (*ppm*)

Sample	Ag	Al	As	Ba	Be	Bi	Ca	Cd	Ce	Co	Cr	Cs	Cu	Dy
DL*	0.1	100	0.1	1	0. 2	0. 1	100	0.1	0. 5	1	1	0.5	1	0.0 2
A39	<0. 1	747 42	0.8	537	2. 5	0. 2	171 28	<0. 1	4 2	4.8	12	7.3	9	1.8 8
A61	<0. 1	766 00	0.9	557	1. 8	0. 2	269 05	<0. 1	4 2	10. 3	14	6	11	2.3 4
A81	<0. 1	782 93	0.4	491	2. 4	0. 2	370 07	0.1	6 0	18	31	6.5	57	4.0 1

A105	<0. 1	636 87	0.6	781	1. 7	0. 1	216 43	<0. 1	4 2	8	12	2.4	6	2.0 4
A115	<0. 1	826 60	0.3	987	1. 2	0. 1	977 4	<0. 1	7 2	2.6	5	1.4	3	3.0 7
A137	0.1	881 41	<0. 1	51	0. 3	0. 2	>10 %	0.1	1 3	55. 6	36	<0. 5	42 2	2.1 1
A141	<0. 1	802 64	2	105 5	1. 8	0. 1	148 31	<0. 1	4 3	2.3	8	2.5	8	2.9 4
A162	<0. 1	837 60	0.6	130 9	1. 4	0. 2	195 90	<0. 1	5 2	3.3	11	2.3	4	4.3 1
A163	<0. 1	902 34	2.2	463	1. 8	0. 2	470 27	0.1	5 6	20. 5	90	3.8	31	4.4 3
A174	<0. 1	670 86	<0. 1	509	1. 4	0. 2	483 32	0.1	4 0	22. 2	26 1	1	13	2.1 9
A177	<0. 1	>10 %	2	63	0. 5	0. 2	>10 %	0.1	1 6	21. 1	91	<0. 5	10 1	1.8
A193	<0. 1	890 95	1.7	171	0. 7	0. 1	>10 %	<0. 1	2 5	26. 5	38	<0. 5	23	3.2 2
A203	0.1	731 02	1	46	0. 9	0. 2	>10 %	0.2	2 6	31. 5	17 6	0.5	44	3.8 8
A225	<0. 1	967 71	0.5	316	1. 5	0. 1	663 37	<0. 1	6 2	28. 4	36	0.8	92	7.4 8
A230	<0. 1	905 92	<0. 1	462	1. 5	0. 1	526 72	<0. 1	5 3	23. 2	40	1.7	12	6.0 7
A232 A	<0. 1	941 44	<0. 1	318	1. 6	0. 1	661 82	<0. 1	5 8	28. 6	12 7	1.3	57	6.1 2
A232 B	<0. 1	932 09	<0. 1	309	1. 5	0. 1	661 31	<0. 1	5 7	28. 7	12 4	1.3	47	6.0 1
A236	<0. 1	857 35	<0. 1	528	1. 5	0. 1	391 48	<0. 1	4 8	15. 8	34	2.9	9	4.4 1
A237	<0. 1	944 22	0.2	63	0. 5	0. 1	994 89	<0. 1	1 7	38. 7	37	<0. 5	48	2.7
A246	<0. 1	>10 %	0.1	72	0. 5	0. 1	941 38	<0. 1	1 4	26. 1	12 7	<0. 5	37	2

Table 2 (cont.)

Sam ple	Er	Eu	Fe	Gd	Hf	In	K	L a	L i	Lu	Mg	Mn	M o	Na
DL*	0.0 5	0.1	100	0.0 5	0.5	0.5	100	1	1	0.1	100	5	0.1	100
A39	0.8 6	0.7 1	158 26	1.7 7	<0. 5	<0. 5	322 04	3 0	2 5	0.1 2	562 4	38 3	2.9	240 26
A61	1.0 7	0.8 1	262 08	2.0 7	<0. 5	<0. 5	220 74	2 6	2 9	0.1 7	118 59	50 2	2.1	344 84
A81	2.2 3	1.0 7	373 96	3.5 3	0.6 9	<0. 5	194 19	3 2	5 2	0.3 4	>2 %	10 53	1.8	338 96
A105	0.8 8	0.7 3	216 02	1.6 4	<0. 5	<0. 5	276 95	2 5	3 2	0.1 5	977 8	47 0	<0. 1	328 66
A115	1.4 3	2.1 9	307 14	2.9 6	<0. 5	<0. 5	596 67	4 6	6 6	0.2 1	149 3	57 9	<0. 1	311 50
A137	0.8 9	0.6 1	743 77	1.4 8	<0. 5	<0. 5	652	4	4	0.1 1	>2 %	96 5	<0. 1	127 13
A141	1.4 1	1.6 2	170 37	2.5 1	<0. 5	<0. 5	420 50	2 5	1 1	0.2	233 0	31 7	<0. 1	340 84
A162	1.9 1	2.5 3	295 54	4.1 2	<0. 5	<0. 5	548 41	2 9	7	0.2 2	390 8	37 3	1.1	329 01
A163	2.3 2	1.2 8	424 04	3.9	0.8	<0. 5	188 42	3 1	2 7	0.3 1	>2 %	86 8	0.4	313 03
A174	1.0 8	0.7 1	369 61	1.9 8	0.9 8	<0. 5	191 17	2 7	7	0.1 9	>2 %	95 3	1.1	243 71
A177	0.7 7	0.5 7	262 83	1.1 9	0.8 5	<0. 5	821	5	4	0.1 1	>2 %	46 5	0.1	118 49
A193	1.6 5	1.1 4	482 62	2.6 7	1.9 4	<0. 5	190 5	9	8	0.2 4	>2 %	90 6	<0. 1	175 51
A203	1.7 7	1.0 3	508 61	2.9 4	2.2	<0. 5	156 7	1 0	1 7	0.2 6	>2 %	95 5	<0. 1	100 77
A225	4.4 6	1.8 7	677 83	6.4 8	1.2 2	<0. 5	105 61	2 7	1 9	0.6 2	>2 %	15 89	0.1	300 67
A230	3.3 8	1.4 2	590 29	5.1 8	0.8 2	<0. 5	164 98	2 7	1 9	0.4 6	>2 %	13 86	<0. 1	281 26
A232 A	3.4 6	1.5 1	594 67	5.2 5	1.2 8	<0. 5	110 83	2 8	2 4	0.4 8	>2 %	14 48	<0. 1	298 83

A232 B	3.3 2	1.5 7	595 30	5.0 8	1.2 8	<0. 5	109 58	2 6	2 4	0.4 8	>2 %	14 37	<0. 1	302 85
A236	2.3 9	1.1 4	422 86	3.6 1	<0. 5	<0. 5	187 83	2 6	2 1	0.3 1	154 70	89 3	0.3	291 82
A237	1.2	0.8	517 85	1.8 9	0.6 8	<0. 5	109 0	6	5	0.1 6	>2 %	10 28	<0. 1	215 23
A246	0.8 2	0.8 6	370 99	1.2 6	<0. 5	<0. 5	128 7	4	5	0.1 2	>2 %	81 5	<0. 1	256 76

<DL\* = below detection limit

Table 2 (cont.)

Sample	Nb	Nd	Ni	P	Pb	Pr	Rb	S	Sb	Sc	Se	Sm	Sr	Sr
DL*	1	0.5	1	10	1	0.05	1	50	0.5	0.5	0.5	0.02	0.1	1
A39	54.9	13.7	7	504	9	4.18	134	<50	2.1	4.1	2.03	2.23	2.9	285
A61	57.8	14.4	10	779	7	4.28	88	73	1.7	7.7	2.12	2.55	2.4	410
A81	121	21.9	24	1346	8	6.26	86	89	<0.5	19.4	1.82	3.93	2.7	343
A105	74.7	11.9	11	727	9	3.52	87	58	<0.5	5.4	1.77	2.11	1	422
A115	31.5	23.2	3	534	12	6.77	79	125	<0.5	8.4	1.54	3.89	1	199
A137	12.6	5.2	40	130	9	1.04	5	154	<0.5	58.5	0.74	1.32	0.2	567
A141	44.9	15	5	479	15	4.11	76	55	0.6	6.5	1.39	3.15	1.2	262
A162	62.2	20.7	3	714	19	5.11	95	53	0.5	9.5	1.42	4.65	1.5	360
A163	51.6	21.4	37	1217	10	5.47	58	93	0.8	21.7	1.56	4.42	1.4	641
A174	36.3	12.6	99	772	4	3.47	41	52	<0.5	21.2	1.07	2.26	1.6	567

A177	11.4	5.2	130	159	<1	1.1	6	669	<0.5	34.7	0.63	1.19	0.4	780
A193	5.1	10.3	29	449	9	2.14	8	58	<0.5	37.6	1.31	2.58	0.3	642
A203	<1	11.6	71	921	3	2.43	8	156	<0.5	43.4	1.36	2.8	1.7	489
A225	28.4	29.5	9	1289	9	6.9	34	128	<0.5	39.6	2.32	6.79	1.7	508
A230	20.8	23	12	1196	13	5.45	62	140	<0.5	28.1	1.75	5.2	1.5	411
A232 A	21.4	25.3	44	1236	9	6.12	40	116	2.4	35.6	1.51	5.52	2.3	487
A232 B	22.6	24.9	42	1209	9	6.01	40	100	<0.5	35.7	3.46	5.35	2.3	485
A236	20.8	18.7	9	1041	7	4.69	72	107	<0.5	17	2.27	3.9	1.2	422
A237	3.8	6.6	39	230	2	1.41	5	1520	<0.5	53.1	1.21	1.66	0.3	521
A246	5.3	5	47	121	6	1	6	986	<0.5	34.7	1.49	1.2	0.3	521

Table 2 (cont.)

Sample	Ta	Tb	Te	Th	Ti	Tl	Tm	U	V	W	Y	Yb	Zn	Zr
DL*	0.1	0.1	0.1	0.1	10	0.1	0.1	0.1	1	1	0.5	0.05	1	5
A39	1.66	0.32	0.42	13.93	2108	0.61	0.14	2.6	40	<1	8.7	0.5	27	15
A61	1	0.36	0.19	9.86	4014	0.41	0.17	1.2	74	<1	10.6	1.2	40	12
A81	2.71	0.57	0.12	7.03	6059	0.41	0.33	2.1	132	<1	20	3.4	56	23
A105	1.75	0.31	0.24	8.44	3227	0.34	0.15	1.33	63	<1	8.8	0.8	35	14
A115	0.81	0.47	<0.1	5.83	2949	0.34	0.21	0.4	19	<1	14	1.5	56	13

A137	0.4 7	0.3 2	0.5 5	0.36	954 1	<0. 1	0.1 4	<0. 1	47 9	< 1	9.2	3	57	33
A141	1.1 4	0.4 2	<0. 1	6.91	255 5	0.3 9	0.2	0.8	21	< 1	13. 7	1.3	25	12
A162	2.1 1	0.6 5	<0. 1	8.53	439 8	0.3 8	0.2 4	2.5	26	< 1	18. 6	2	31	24
A163	1.4 2	0.6 3	0.1 5	6.8	669 8	0.2 6	0.3	2.1	15 5	< 1	21. 7	3.4	70	31
A174	0.9 4	0.3 4	0.2 5	9.84	493 8	0.1 5	0.1 7	1.7	11 4	< 1	10. 8	1.7	68	28
A177	0.4 8	0.2 8	0.6 4	0.54	384 8	<0. 1	0.1 2	0.2 7	12 5	< 1	8	1	24	54
A193	0.2 9	0.4 9	0.6 3	0.8	616 4	<0. 1	0.2 2	0.2	12 1	< 1	15. 7	2.4	54	10 0
A203	0.2 1	0.5 3	0.2 8	1.04	646 9	<0. 1	0.2 6	0.4	15 5	< 1	16. 6	2.7	59	10 2
A225	0.7 6	1.0 4	0.1 8	1.86	788 9	0.1 4	0.5 6	0.4	30 9	< 1	41. 4	8.2	10 8	46
A230	0.6	0.8 2	0.1 8	5.64	712 0	0.2 5	0.4 7	1.3 1	22 1	< 1	33. 3	5.9	95	32
A232 A	0.5 5	0.8 1	0.1 3	1.66	625 0	0.1 4	0.4 7	0.4	23 5	< 1	34. 1	6.4	97	46
A232 B	0.6 1	0.8 4	<0. 1	1.38	619 6	0.1 5	0.4 6	0.3	23 2	< 1	33. 1	6.2	11 4	47
A236	0.6 3	0.6	<0. 1	6.51	541 7	0.3 2	0.3 3	1.5	13 4	< 1	22. 6	3.7	72	18
A237	0.3	0.3 6	0.3	0.3	680 2	<0. 1	0.1 8	0.1	24 7	< 1	12. 5	2.4	51	48
A246	0.3 6	0.2 9	<0. 1	0.28	394 0	<0. 1	0.1 5	0.1	11 8	< 1	9.2	1.2	46	33

Table 3. Microprobe analysis results for the plagioclase from the rocks in the study region.

Sam ple	A6- 2	A6- 3	A6- 5	A6- 6	A23 -1	A23 -2	A23 -3	A23 -4	A23 -7	A23 -8	A15 4-1	A15 4-4
------------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	------------

SiO <sub>2</sub>	58.4 6	61.8 2	57.0 8	70.4 7	57.9	64.0 5	59.7 4	62.3 3	56.2 5	62.0 1	58.7 2	56.3
Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	23.2 3	22.5 8	22.2 6	20.7 6	20.7 7	19.1 1	21.8 7	21.5 6	22.4 4	21.6 3	20.8 4	22.1 6
Fe <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	0.43	0.44	0.41	0.28	0.4	0.31	0.23	0.22	0.44	0.25	0.17	0.31
TiO <sub>2</sub>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Na <sub>2</sub> O	4.3	-	7.27	3.03	8.58	6.03	6.28	5.43	5.75	4.96	6.82	7.89
CaO	12.9 8	14.1 2	11.7 5	4.88	11.7 9	9.92	11.2 2	10.0 5	14.9 2	10.9 2	12	11.4 8
K <sub>2</sub> O	0.47	0.9	0.66	0.61	0.39	0.36	0.33	0.28	0.2	0.23	0.63	0.55
Mn O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tota l	99.8 7	99.8 6	99.4 3	100. 01	99.8 3	99.7 8	99.6 7	99.8 7	100	100	99.1 8	98.6 9
Si	10.5 78	11.0 04	10.5 07	12.0 9	10.6 37	11.5 15	10.8 17	110 128	10.3 23	11.0 73	10.7 77	10.4 48
Al	4.95	4.73 4	4.82 5	4.19 4	4.49 4	4.04 6	4.66 3	4.53 3	4.86	4.54 9	4.50 4	4.84 3
Fe <sub>3</sub>	0.05 8	0.05 9	0.05 7	0.03 6	0.05 5	0.01 8	0.03 1	0.03	0.06 1	0.03 4	0.02 3	0.04 3
Ti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Na	1.50 9	0	2.59 5	1.00 8	3.05 7	2.10 2	2.20 5	1.88	2.04 6	1.71 7	2.42 7	2.83 9
Ca	2.51 6	2.69 3	2.28 2	0.89 7	2.32 1	1.77 6	2.17 7	1.92 2	2.93 4	2.08 9	2.36	2.28 3
K	0.10 8	0.20 4	0.15 5	0.13 4	0.09 1	0.08 3	0.07 6	0.06 4	0.04 7	0.05 2	0.14 8	0.13
Al%	36.5	0	51.6	49.4	55.9	53.1	49.5	48.6	40.7	44.5	49.2	54.1
An %	60.9	93	45.3	44	42.4	44.8	48.8	49.7	58.4	54.1	47.8	43.5
Or%	2.6	7	3.1	6.6	1.7	2.1	1.7	1.7	0.9	1.3	3	2.5

Table 3 (cont.)

Sample	A154-5	A154-6	A154-7	A178-1	A178-2	A178-5	A178-6	A178-7	A234-2	A234-5	A239-1	A239-2
SiO <sub>2</sub>	58.42	60.84	59.09	44.94	45.29	44.67	45.03	45.82	58.57	62.55	48.08	49
Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	19.36	22.42	20.31	28.34	27.94	27.19	26.65	27.84	21.73	20.91	27.51	26.37
Fe <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	0.28	0.34	0.29	0.6	0.63	0.56	0.62	0.62	0.34	0.5	0.48	0.52
TiO <sub>2</sub>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Na <sub>2</sub> O	7.06	2.71	10.24	1.41	-	2.06	3.42	1.31	7.88	5.06	-	-
CaO	11.45	13.09	9.53	24.66	26.05	25.46	23.99	24.16	11.02	8.81	23.62	23.89
K <sub>2</sub> O	0.47	0.55	0.51	-	-	-	0.15	0.16	0.33	1.74	0.15	0.14
MnO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0.06	0.01
Total	97.1	99.95	99.97	99.95	99.91	99.94	99.86	99.91	99.87	99.57	99.84	99.92
Si	10.945	10.894	10.81	8.537	8.596	8.543	8.629	8.685	11.158	11.239	9.008	9.175
Al	4.272	4.728	4.378	6.34	6.245	6.124	6.014	6.214	4.875	4.425	6.07	5.815
Fe <sub>3</sub>	0.039	0.046	0.04	0.086	0.09	0.081	0.089	0.088	0.049	0.068	0.068	0.073
Ti	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Na	2.565	0.941	3.634	0.519	0	0.764	1.271	0.481	0	1.763	0	0
Ca	2.298	2.511	1.869	5.019	5.297	5.217	4.925	4.906	2.249	1.696	4.741	4.793

K	0.112	0.126	0.119	0	0	0	0.037	0.039	0.08	0.399	0.036	0.033
Al%	51.6	26.3	64.6	9.4	0	12.8	20.4	8.9	0	45.7	0	0
An%	46.2	70.2	33.2	90.6	100	87.2	79	90.4	96.6	44	99.2	99.3
Or%	2.3	3.5	2.1	0	0	0	0.6	0.7	3.4	10.3	0.8	0.7

Table 3 (cont.)

Sample	A239-3	A239-4	A239-9	A240-6	A240-8	A240-9	A247-5	A247-6	A250-1	A250-4	A250-5	A250-8
SiO <sub>2</sub>	49.95	47.56	57.6	48.41	48.65	50.71	57.48	63.44	60.59	50.15	48.83	58.14
Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	26.5	27.28	22.5	27/81	26.25	26.29	22.53	21.97	20.04	26.85	26.43	23.68
Fe <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	0.74	0.64	0.57	0.71	0.51	0.76	0.34	0.44	0.39	0.62	0.47	0.41
TiO <sub>2</sub>	0.45	0.01	0.09	-	-	-	0.11	0.14	-	-	-	0.16
Na <sub>2</sub> O	-	-	1.03	-	-	-	6.44	-	5.91	-	-	-
CaO	22.17	24.34	17.77	22.74	24.2	21.86	12.26	13.6	12.29	22.31	24.18	16.84
K <sub>2</sub> O	0.13	0.1	0.38	0.16	0.17	0.18	0.41	0.35	0.7	-	0.09	0.42
MnO	-	-	-	0.08	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	99.94	99.93	99.94	99.91	99.78	99.80	99.57	99.94	99.92	99.93	100	99.65
Si	9.287	8.94	10.53	9.042	9.14	9.418	10.511	11.202	10.991	9.31	9.144	10.519
Al	5.803	6.039	4.844	6.117	5.808	5.75	4.852	4.568	4.281	5.87	5.828	5.046

Fe <sub>3</sub>	0.103	0.09	0.078	0.1	0.072	0.106	0.047	0.058	0.053	0.087	0.066	0.019
Ti	0.063	0.001	0.012	0	0	0	0.015	0.019	0	0	0	0.022
Na	0	0	0	0	0	0	2.284	0	2.079	0	0	0
Ca	4.416	4.902	3.481	4.551	4.871	4.35	2.402	2.573	2.389	4.437	4.851	3.265
K	0.031	0.024	0.089	0.038	0.041	0.043	0.096	0.079	0.162	0	0.022	0.097
Al%	0	0	0	0	0	0	47.8	0	44.9	0	0	0
An%	99.3	99.5	97.5	99.2	99.2	99	50.2	97	51.6	100	99.5	97.1
Or%	0.7	0.5	2.5	0.8	0.8	1	2	3	3.5	0	0.5	2.9

Table 4. Microprobe analysis results for the amphibole from the rocks in the study region.

Sampl e	A6-1	A6-4	A23-5	A23-6	A134-1	A154-2	A154-3	A178-3	A178-4	A234-1	A234-3	A234-4	A239-6	A239-7	A250-2	A250-6
SiO <sub>2</sub>	43.61	45.72	43.25	42.74	38.43	47.07	44.7	43.26	45.14	34.08	42.32	40.37	38.79	37.06	35.76	37.23
TiO <sub>2</sub>	1.74	0.93	1.53	2.02	2.56	1.65	1.77	2.43	1.38	6.24	2.41	4.15	6.35	6.8	6.67	6
Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	4.66	2.86	3.54	5.07	5.32	6.25	3.96	2.39	2.04	11.64	6.77	8.71	8.09	7.86	6.88	7.48
FeO	21.65	21.68	23.45	24.12	33.72	18.29	20.77	12.44	10.67	28.3	21.64	18.95	20.95	24.29	25.86	23.77
Cr <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	0.05	0.08	0.07	-	-	-	-	-	-	0.14	0.06	0.08	-	-	-	-
MnO	0.78	0.94	0.78	0.88	1.11	0.44	0.47	0.27	0.27	0.43	0.49	0.37	0.34	0.4	0.4	0.49

MgO	11.65	12.28	10.82	10.29	4.8	9	12.04	10.23	11.74	10.93	10.34	10.78	10.1	8.74	8.81	9.39
CaO	14.1	14.87	15.96	13.62	12.15	14.35	15.44	28.7	28.54	7.75	14.88	15.52	14.24	13.59	14.36	14.15
Na <sub>2</sub> O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
K <sub>2</sub> O	1.67	0.48	0.53	1.18	1.08	2.85	0.61	-	-	0.35	0.78	0.96	0.91	0.88	1.11	1.17
Total	99.91	99.84	99.93	99.92	99.17	99.90	99.76	99.72	99.79	99.86	99.69	99.89	99.77	99.62	99.85	99.68
Si	6.49	6.741	6.482	6.383	6.017	7.135	6.619	6.915	7.099	4.909	6.307	5.999	5.808	5.619	5.467	5.644
Ti	0	0	0.088	0	0	0	0.1	0	0	0	0	0.236	0.361	0	0.388	0
Al	0.817	0.497	0.625	0.892	0.981	0.865	0.691	0.391	0.27	1.975	1.188	1.524	1.426	1.403	1.239	1.335
Fe	1.473	1.336	1.584	1.543	2.29	2.319	1.498	0.916	0.771	0.199	1.602	1.508	1.576	1.666	1.611	1.556
Cr	0.006	0.009	0.008	0	0	0	0	0	0	0.016	0.007	0.009	0	0	0	0
Mn	0.098	0.117	0.049	0.111	0.147	0.056	0.049	0.037	0.036	0.025	0.062	0.047	0.043	0.051	0.052	0.063
Mg	2.585	2.699	2.418	2.291	1.12	2.034	2.658	2.438	2.753	2.347	2.297	2.388	2.254	1.975	2.008	2.122
Ca	0.114	0.16	0.256	0.083	0.018	0.152	0.205	1.206	1.167	0	0.172	0.32	0.441	0.096	0.514	0.137
Na	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
K	0.317	0.09	0.101	0.225	0.216	0.551	0.115	0	0	0.064	0.148	0.182	0.174	0.17	0.216	0.226
Sum- cat	15.45 1	15.27 9	15.40 9	15.32 2	15.23 6	15.73	15.36	16.70 9	16.64 2	14.64 5	15.35 2	15.43 8	15.32 8	15.28 2	15.40 7	15.38 8

Table 5. Microprobe analysis results for the pyroxene from the rocks in the study region.

Sample	A239-5	A239-8	A240-3	A240-4	A240-7	A247-1	A247-2	A250-3	A250-7
SiO <sub>2</sub>	44.86	46.06	44.42	43.39	43.01	44.43	44.66	42.47	43.83
Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	1.38	1.4	1.27	2.23	1.92	1.17	1.47	2.1	1.5
Fe <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	13.41	13.24	16.81	14.07	14.4	16.16	17.24	18.41	16.55
TiO <sub>2</sub>	1.1	1.01	0.93	1.73	1.29	1.14	1.26	1.55	1.3
Na <sub>2</sub> O	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CaO	27.17	26.44	26	25.45	26.97	27.3	25.26	23.94	25.29
K <sub>2</sub> O	-	-	-	0.18	-	-	-	-	0.18
FeO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MnO	0.48	0.51	0.63	0.44	0.44	0.43	0.62	0.55	0.59
MgO	11.6	11.18	9.85	12.26	11.9	9.26	9.4	10.7	10.76
Cr <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NiO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100	99.84	99.91	99.75	99.93	99.89	99.91	99.72	100
Si	1.722	1.774	1.241	1.655	1.653	1.738	1.753	1.665	1.17
Al	0.062	0.064	0.042	0.1	0.087	0.054	0.068	0.097	0.047

Fe <sub>2</sub>	0.216	0.163	0.393	0.245	0.26	0.208	0.179	0.238	0.369
Ti	0.032	0.03	0.02	0.05	0.037	0.034	0.037	0.046	0.026
Na	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ca	1.117	1.091	0.599	1.081	1.111	1.144	1.062	1.006	0.723
K	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fe	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mn	0.016	0.017	0.015	0.014	0.014	0.014	0.021	0.018	0.013
Mg	0.664	0.642	0.41	0.697	0.682	0.54	0.55	0.625	0.428
Cr	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ni	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Wo%	51.169	51.152	52.586	49.229	49.964	52.639	49.602	45.88	48.245
En%	30.397	30.095	25.086	31.749	30.674	24.843	25.683	28.532	30.023
Fs%	18.435	18.752	21.687	19.021	19.362	22.518	24.715	25.588	21.217

Table 6. Microprobe analysis results for the olivine from the rocks in the study region.

Sample	A239-10	A239-11	A240-1	A240-2	A240-5	A247-3	A247-4
SiO <sub>2</sub>	26.84	26.33	28.36	30.21	30.32	32.21	27.56
TiO <sub>2</sub>	-	-	-	-	-	-	-

Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	-	-	-	-	-	-	-
FeO	50.78	53.63	43.98	41.38	41.66	40.2	55.75
MnO	1.06	1.14	0.71	0.77	0.75	0.77	1.13
MgO	21.15	18.76	26.77	27.64	27.16	26.63	15.36
CaO	0.06	0.07	0.06	-	0.04	0.09	0.09
Na <sub>2</sub> O	-	-	-	-	-	-	-
K <sub>2</sub> O	-	-	-	-	-	-	-
NiO	-	-	-	-	-	-	-
Total	99.89	99.93	99.88	100	99.93	99.901	99.89
Si	0.835	0.832	0.846	0.883	0.888	1.252	1.18
Ti	0	0	0	0	0	0	0
Al	0	0	0	0	0	0	0
Fe <sub>2</sub>	1.321	1.418	1.097	1.011	1.02	0.748	0.82
Mn	0.028	0.031	0.018	0.019	0.019	0.025	0.041
Mg	0.98	0.884	1.191	1.204	1.185	0.573	0.026
Ca	0.002	0.002	0.002	0	0.001	0.004	0.004
Na	0	0	0	0	0	0	0

K	0	0	0	0	0	0	0
Ni	0	0	0	0	0	0	0
Cations	3.166	3.167	3.154	3.117	3.113	3.116	3.123
Fe-FeMg	0.57	0.62	0.48	0.46	0.46	0.49	0.46
Mg-FeMg	0.43	0.38	0.52	0.54	0.54	0.51	0.54

**References**

- Agemar, T., Wörner, G., & Heumann, A. (1999). Stable isotopes and amphibole chemistry on hydrothermally altered granitoids in the North Chilean Precordillera: a limited role for meteoric water?. *Contributions to Mineralogy and Petrology*, 136(4), 331-344.
- Aghanabati, A. (2004). *Geology of Iran*. Geological survey of Iran, Tehran (in Persian).
- Alavi, M. (1994). Tectonics of the Zagros orogenic belt of Iran: new data and interpretations. *Tectonophysics*, 229(3-4), 211-238.
- Alavi, M. (2004). Regional stratigraphy of the Zagros fold-thrust belt of Iran and its proforeland evolution. *American journal of science*, 304(1), 1-20.
- Berberian, M., & King, G. C. P. (1981). Towards a paleogeography and tectonic evolution of Iran. *Canadian journal of earth sciences*, 18(2), 210-265.
- Boynton, W. V. (1984). Cosmochemistry of the rare earth elements: meteorite studies. In *Developments in geochemistry* (Vol. 2, pp. 63-114). Elsevier.
- Chappell, B. W., & White, A. J. (2001). Two contrasting granite types: 25 years later. *Australian journal of earth sciences*, 48(4), 489-499.
- Chivas, A. R. (1982). Geochemical evidence for magmatic fluids in porphyry copper mineralization. *Contributions to Mineralogy and Petrology*, 78(4), 389-403.
- Cox, K. G. BELL, JD: PANKHURST, RJ (1979) *The interpretation of igneous rocks*. William Clowes, London, Britain.
- Deer, W., Howie, R., & Zussman, J. (1992). *An introduction to the rock-forming minerals*: Essex. England: Longman Scientific and Technology.
- Ghahamghash, J., Nédélec, A., Bellon, H., Abedini, M. V., & Bouchez, J. L. (2009). The Urumieh plutonic complex (NW Iran): A record of the geodynamic evolution of the Sanandaj–Sirjan zone during Cretaceous times–Part I: Petrogenesis and K/Ar dating. *Journal of Asian Earth Sciences*, 35(5), 401-415.
- Ghasemi, A., & Talbot, C. J. (2006). A new tectonic scenario for the Sanandaj–Sirjan Zone (Iran). *Journal of Asian Earth Sciences*, 26(6), 683-693.
- Frost, B. R., Barnes, C. G., Collins, W. J., Arculus, R. J., Ellis, D. J., & Frost, C. D. (2001). A geochemical classification

- for granitic rocks. *Journal of petrology*, 42(11), 2033-2048.
- Hassanzadeh, J., Stockli, D. F., Horton, B. K., Axen, G. J., Stockli, L. D., Grove, M., ... & Walker, J. D. (2008). U-Pb zircon geochronology of late Neoproterozoic–Early Cambrian granitoids in Iran: Implications for paleogeography, magmatism, and exhumation history of Iranian basement. *Tectonophysics*, 451(1-4), 71-96.
- Hawthorne, F. C. (1983). The crystal chemistry of the amphiboles; Appendices. *The Canadian Mineralogist*, 21(2), 353-480.
- Khalaji, A. A., Esmaily, D., Valizadeh, M. V., & Rahimpour-Bonab, H. (2007). Petrology and geochemistry of the granitoid complex of Boroujerd, Sanandaj–Sirjan Zone, Western Iran. *Journal of Asian Earth Sciences*, 29(5-6), 859-877.
- Khodami, M., [Kamali Shervedani](#), A (2018) Mineralogical and geochemical characteristics of the Chah-Shur clay deposit, Southeast of Isfahan, Iran, *Iranian Journal of Earth Sciences*, 10(2): 135-141.
- Leake, B. E., Woolley, A. R., Arps, C. E., Birch, W. D., Gilbert, M. C., Grice, J. D., ... & Linthout, K. (1997). Nomenclature of Amphiboles: Report of the Subcommittee on Amphiboles of the International Mineralogical Association Commission on New Minerals and Mineral Names (3). *Canadian Mineralogist*, 35(1), 219-248.
- Maniar, P. D., & Piccoli, P. M. (1989). Tectonic discrimination of granitoids. *Geological society of America bulletin*, 101(5), 635-643.
- Mazhari, S. A., Bea, F., Amini, S., Ghalamghash, J., Molina, J. F., Montero, P., ... & Williams, I. S. (2009). The Eocene bimodal Piranshahr massif of the Sanandaj–Sirjan Zone, NW Iran: a marker of the end of the collision in the Zagros orogen. *Journal of the Geological Society*, 166(1), 53-69.
- Mobashergarmi, M., Zaraisahamia, R., Aghazadeh, M., Ahmadikhalaji, A., Ahmadzadeh, GH (2018) Mineral chemistry and thermobarometry of Eocene alkaline volcanic rocks in SW Germi, NW Iran, *Iranian Journal of Earth Sciences* 10 (1) 39-51.
- Mohajjel, M., & Fergusson, C. L. (2000). Dextral transpression in Late Cretaceous continental collision, Sanandaj–Sirjan zone, western Iran. *Journal of structural geology*, 22(8), 1125-1139.
- Mohajjel, M., Fergusson, C. L., & Sahandi, M. R. (2003). Cretaceous–

- Tertiary convergence and continental collision, Sanandaj–Sirjan zone, western Iran. *Journal of Asian Earth Sciences*, 21(4), 397-412.
- Morimoto, N. (1988). Nomenclature of pyroxenes. *Mineralogy and Petrology*, 39(1), 55-76.
- Novruzov, N., Valiyev, A., Bayramov, A., Mammadov, S., Ibrahimov, J., Ebdulrehimli, A. (2019) Mineral composition and paragenesis of altered and mineralized zones in the Gadir low sulfidation epithermal deposit (Lesser Caucasus, Azerbaijan), *Iranian Journal of Earth Sciences*, 11(1): 14-29.
- Numan, N. M. (2000). Discussion on "Dextral transpression in Late Cretaceous continental collision, Sanandaj-Sirjan Zone, western Iran" [*Journal of Structural Geology*, 22 (8) 2000) 1125-1139]. *Journal of Structural Geology*, 22(8), 1125-1139.
- Omrani, J., Agard, P., Whitechurch, H., Benoit, M., Prouteau, G., & Jolivet, L. (2008). Arc-magmatism and subduction history beneath the Zagros Mountains, Iran: a new report of adakites and geodynamic consequences. *Lithos*, 106(3-4), 380-398.
- Peccerillo, A., & Taylor, S. R. (1976). Geochemistry of Eocene calc-alkaline volcanic rocks from the Kastamonu area, northern Turkey. *Contributions to mineralogy and petrology*, 58(1), 63-81.
- Rollinson, H. R. (1993). Using geochemical data: evaluation. Presentation, interpretation. Singapore. Ongman.
- Şengör, A. M. C. (1990). A new model for the late Palaeozoic—Mesozoic tectonic evolution of Iran and implications for Oman. *Geological Society, London, Special Publications*, 49(1), 797-831.
- Sepahi, A. A. (1999). Petrology of the Alvand plutonic complex with special reference on granitoids. PhD, Tarbiat-Moallem University, Tehran, Iran (in Persian).
- Shahabpour, J. (2007). Island-arc affinity of the Central Iranian volcanic belt. *Journal of Asian Earth Sciences*, 30(5-6), 652-665.
- Shand, S. J. (1943). Eruptive rocks: their genesis, composition, and classification, with a chapter on meteorites. J. Wiley & sons, Incorporated.
- Sheikholeslami, M. R., Pique, A., Mobayen, P., Sabzehei, M., Bellon, H., & Emami, M. H. (2008). Tectono-metamorphic evolution of the Neyriz metamorphic complex, Quri-kor-e-sefid area (Sanandaj-Sirjan Zone, SW

Iran). *Journal of Asian Earth Sciences*, 31(4-6), 504-521.

Stocklin, J. (1968). Structural history and tectonics of Iran: a review. *AAPG bulletin*, 52(7), 1229-1258.

Wood, D. A., Joron, J. L., Treuil, M., Norry, M., & Tarney, J. (1979). Elemental and Sr isotope variations in basic lavas from Iceland and the surrounding ocean floor. *Contributions to Mineralogy and Petrology*, 70(3), 319-339.

Yazdi, A., Ashja-Ardalan, A., Emami, M.H., Dabiri, R., & Foudazi, M. (2017). Chemistry of Minerals and Geothermobarometry of Volcanic Rocks in the Region Located in Southeast of Bam, Kerman Province. *Open Journal of Geology*, 7, 1644-1653.

## **THE ROLE OF ENFORCING TRANSPARENCY, COMPETITION AND OBJECTIVE CRITERIA IN DECISION MAKING IN SUPPORT OF THE WEAK PARTY OF GOVERNMENT CONTRACTS**

Kheirollah Parvin<sup>1</sup>Karim Farhadi<sup>2</sup>

**Abstract:** The special features of government contracts, such as the accession of these transactions and the prioritization of public interest over private interests, create a situation that undermines the principle of equality of the parties and their free will and weakens the private side of these contracts. The weaknesses on the private side of the contract are not always in the public interest, and exacerbating this situation can lead to a weakening of the private sector and ultimately to the general economy of countries. Therefore, lawyers and economists have come up with ways to protect it from the weak side of government contracts. The fruit of weak support in government transactions is to balance the benefits of executing and executing these contracts

and thereby achieve public goals while strengthening and safeguarding the interests of the private sector. One of the most effective ways of supporting the weak side is to create a framework that compensates for non-compliance with the principle of equity in government transactions and provides grounds for fair private sector growth and development. The most important of these contexts are the implementation of the principles of transparency, competition and objective criteria in decision making. In this article, while outlining these principles in relation to government contracts, we will study the role of adherence to each of these principles in protecting the weak side in government contracts.

---

<sup>1</sup> Professor, Department of Public Law, Faculty of Law and Political Science, University of Tehran, Tehran, Iran, [khparvin@ut.ac.ir](mailto:khparvin@ut.ac.ir).

<sup>2</sup> Ph.D student, Department of Public Law, Bandar Abbas Branch, Islamic Azad University, Bandar Abbas, Iran. Corresponding Author Email: [farhadikarim@yahoo.com](mailto:farhadikarim@yahoo.com).

**Keywords:** Government Contracts, Weakness, Principle of Transparency, Principle of Competition, and Principle of Objective Criteria in Decision Making.

## Introduction

The government, as an administrator of the most important affairs of the country, such as health, culture, security, and development, covers much of its needs through the private sector. Governments try to provide public and state requirements by contracting with private service providers due to numerous constraints, such as a lack of specialized manpower or lack of advanced equipment and tools or for economic reasons, such as weakening the scope of governance and developing a regulatory role. On the other hand, the government sells property and services or concessions to the private sector in various situations, including through government transactions. Because the government enjoys greater power and control over these contracts and the public interest over the private sector, the principles of contract equality and the free will of the parties are not fully respected in

government contracts, and usually the private party of government contracts based on accession contracts is subject to contractual terms, which the public sector determines.

In the process, the private parties of contracts have far less bargaining power and are unable to safely secure their interests. Moreover, the enactment and enforcement of regulations that in the process of enforcing the contract recognizes special and discriminatory rights and privileges such as the right to unilaterally terminate the contract, rendering the private parties of government contracts in a weak position.

The basis of the superiority of the will of the State party over the private party is that in the process of concluding government transactions, the State party is the representative of the public and is responsible for safeguarding their interests; its advantages. In this regard, jurists have argued that the contract cannot limit the will of the state, which symbolizes the superior will of society and is exercised to serve the public interest (Imami & Ostwar Sangari, 2012, p. 133). Although these principles are applied for the benefit of the public, if government agencies overdo it and use

these principles in a way that undermines the private sector, the harm will eventually come back to the whole community. If the weaknesses of private parties of governmental contracts exceeds to a certain extent, it will eventually weaken the private sector. The weakening of the private sector will have many devastating consequences, including unemployment, stagnation and incomplete enforcement of government contracts. Consequently, balancing so that both the public interest and the private sector can continue to operate economically is one of the requirements that must be legislated in the laws and regulations of this field. One of the best ways to make such a balance possible and to prevent government agencies from imposing excessive conditions on private parties is to uphold the principles of fair and healthy activity for private parties. The principles such as transparency, competitiveness, and objective criteria in decision-making help private parties in government contracts defend themselves against enforcing conditions and taking discriminatory and sometimes cruel measures. Accordingly, the establishment of frameworks that modify the principles of public interest

guaranteeing and prevent the abuse of office machinery by these principles can constitute an effective breach in support of the weak. In this paper, we will examine the role of each of these principles in protecting the weak side of government contracts, and will determine to what extent the laws and regulations governing government contracts have respected and recognized these principles.

### **Chapter I: The Principle of Transparency**

The Transparency International's definition of transparency is as follows: "The principle that enables individuals affected by administrative decisions, business transactions and charitable activities to be informed of the fundamental facts, figures, processes and mechanisms, according to this aforementioned principle, the public servants, managers and trustees must act in an obvious and visible, predictable and understandable way" (Mohseni, 2013, p. 151). Schooner defines the principle of transparency in bidding: "A system used for bidding to ensure that bidders and contractors ensure that

bidding is conducted impartially and openly" (Schooner, 2002, p. 103).

According to the definitions above, the principle of transparency in government contracts, it means to provide accurate, complete and easy information on the transaction process to regulatory bodies, transaction-related persons and all citizens.

Transparency is an important indicator of the intact and efficient system of government transactions and generally includes: (a) the dissemination of opportunities for government transactions and the promulgation of the rules and regulations governing the process of government transactions; (b) enforcing the system of government transactions in accordance with the rules and processes that are binding and limiting the decision-making power of public authorities in a way that is visible to the public and aware of them; (d) Effective military provision for the control, supervision and enforcement of the applicable regulations. Lastly, given the fact that the trading operator often has broad authority in the trading process, the degree of transparency

should be as broad as the authority and decision-makers in the public domain (United Nations Office on Drugs and Crime Vienna, 2013, p. 8). Observing the principle of transparency in government transactions requires several considerations. Firstly, all information about these transactions should be fully and accurately communicated to supervisory bodies and citizens. Accuracy means that the information is not imprecise and false, and completeness means that some information is not hidden to mislead the public and regulatory bodies. Secondly, the information should be publicly accessible and judged in a variety of ways; this information should be made available to the public in ways such as websites or newspapers or brochures.

The transparency is one of the most effective mechanisms of democratic systems to achieve accountability and accountability of government officials and employees. Given that the government for the benefit of the public and in line with public interest concludes the contracts, information and process transparency<sup>3</sup> of

---

3. For further information on information and process transparency, see: (Mullaei, Ayat, Administrative Contracts: A

Comparative Study of the Platforms, Principles, Nature, and Principles, First

government contracts is an effective way of responding to government agents (Mullaei, 2014, p. 406). The transparency in government transactions also avoids waste and misuse of financial and human resources (Trybus, 2006, p. 410). The principle of transparency is applied to provide a good basis for competitive bidding and to eliminate monopoly and protect the weaknesses of government contracts. Obviously, meeting these requirements reduces the risk of information leakages and potential weaknesses in government transactions and puts all bidders on an equal footing. There are numerous laws and regulations in Iran regarding transparency of government and administrative actions and public access to administrative information and documents, especially in relation to government transactions. The Constitution of the Islamic Republic of Iran recognized in principle fifty-five citizens' access to the reports of the Court of Auditors on the activities of government agencies and bodies using the entire state budget: "The Court of Accounts to all accounts of ministries,

institutions, state-owned companies, and other agencies that somehow utilize the entire state budget in the manner prescribed by law, conduct audits or deal with that have not exceeded the cost of approved credits and have used any funds in place. The Court of Accounts shall collect the relevant accounts and documents in accordance with the law and shall submit a report on the appropriations for each year, together with its comments to the Islamic Council parliament, and shall be publicly available. "Among the common laws of the bidding law of 2004 and its implementing bylaws are detailed provisions directly related to transparency in government transactions. Other laws and regulations have also taken this principle into account in general and in all administrative matters. Transparency in government transactions is also mentioned in some legal dispersed materials.

*1) Law on Tender Holdings Approved in 2004 and its Implementing Regulations*

Pursuant to Article 23 (a) of the Tender Law of 2004 titled Documentation and Information, the Government is obliged, within one year, to establish the National Tender Database and Database and provide information and documents related to the tender call, names and specifications of the tenderers. Commission, bidders and attendees at bidding sessions, summary of bidding documents, bidders' qualitative evaluation procedures and procedures and their evaluation results, minutes and evaluation bidders and managers, name and specifications on bidder.

Paragraph (b) of this Article also obliges the bidder to submit the information referred to in Paragraph (a) as well as all bidding documents securely archived and maintained and a copy thereof to the Bidding Information Bank. According to paragraph (c) of this article, "Information on all transactions, including bids and tenders, except those transactions which shall be retained by the Board of Ministers upon its discretion." It should be made available to the public through the National Bidding Network. "The objection to this clause is that it does not specify on what criteria the Board of Ministers should

determine whether certain transactions should remain. The Executive Regulations of Subject (d) of Article 23 of the Bidding Law adopted in 2004 have also adopted complete rules and regulations regarding the documentation of government bidding information, the publication of these documents and the transparency of transactions in general. Article 3 of this Code stipulates that all bidding procedures and processes from the pre-call and bidding sessions to the execution of the subject of the contract must be documented. In paragraph (a) of this Article, the summary of the tender documents shall be registered and notified in the National Tender Database and Information Database. Paragraphs (b), (c), (d), (e) and (c) also list items that should be summarized in the various contracts; but one of the disadvantages of this regulation is that the regulations do not mention the criteria and reasons for selecting the winner and declare it to other bidders. In addition to these provisions, Article 8 of the Rules of Procedure of the Statute of the Board of Appeal of the Law on the Procurement of Tender Laws of 2010 stipulates that: (a) All executive bodies referred to in paragraph (b) of Article (1) of the Law They are required to submit their

contract information in the forms provided by the Vice-Presidency for inclusion in the Contracts Database so that it may be provided to the Board if necessary. "In this regard, one of the ways to support the weak side of government contracts is to provide an opportunity to ask questions about the uncertainties associated with holding these contracts.

The governmental transactions are essentially specialized and complex, and therefore the documents related to these transactions may also be complex and vague. Applicants must therefore have the right to apply to a government agency, explain and clarify ambiguous points of documentation. The government agency should respond promptly to such requests and explain the necessary information to the applicant and provide this information to other potential applicants. Obviously, this response should be before the deadline for submission of bids and should be provided when the applicant company has sufficient time to decide on bids<sup>4</sup>. The questions about ambiguity and

its response should be written and communicated to other applicants to ensure equal treatment. Iranian lawmakers have taken note of this, and in Article 17 BC. The title "Explanation and Explanation of Documents" stipulates: "A. If the tenderer sees in the bidding documents ambiguity or defect, he may ask the bidder to explain. (B) The explanations and replies to the questions of the Bidders and in the case of a "Document Explanatory Session", the transcript of its minutes pursuant to Article 22 of this Act shall be equally dissenting to all Participants.

The objection raised by this article is that it does not indicate that the submission must be such that tenderers have sufficient time to participate in the tender and amend the proposals in accordance with the new explanations.

## **2) Other rules on the principle of transparency**

The Iranian Public Broadcasting and Access to Information Act (2009) holds that every Iranian has

the deadline to the deadline for submission of proposals, so that contractors can adapt to new conditions.

---

4. An appropriate solution is to extend the deadline for submission if the ambiguity in the documents is significant and there is insufficient time to correct the proposal from

the right to access public information. The law establishes two types of access, one requiring access to the request in which the administrative agencies are required, public information provided to them upon request, and the other compulsory access that the administrative agencies and public institutions are required to provide, even Publicly disseminate public information about their performance in a variety of ways, such as websites and guides, without asking citizens. Article 23 of the General Policy Implementation Act, Article 44<sup>5</sup>, also deals with the publication of transcripts in the major newspapers. The Law on the Promotion of the Health of the Administrative System and the Fight against Corruption, adopted in 2011, has also emphasized the importance of transparency in administrative practices. Subject to Article 3 (a) of the Administrative Health

Promotion Act, all government agencies and the public are required to inform the public of regulations, approvals and decisions related to citizens' rights at electronic meetings<sup>6</sup>. This regulation, of course, also includes public regulations and approvals related to government transactions. Paragraph (b) of that Article provides: "(b) the text of contracts relating to secondary and higher business subject to the law of tendering by the means of tendering, auctioning, formalities, etc. by the entities subject to paragraphs (a), (b) and (c). Article (2) This Law shall be entered into and the Contracts Database shall be entered in the Database of Contracts as well as any documents relating to its incorporation, amendment, termination, cancellation or termination of the Contract before its expiration and any modification thereof. The Vice President of Planning and Strategic Oversight is

---

5."Article 23 The Privatization Organization shall, following each transaction, immediately declare the following in relation to the transfer of management and control shares of the Enterprises: Company name and summary of its financial and management information, a summary of the transaction performed including the amount of shares outstanding, the name of the consultant or consultants who have provided the privatization agency with consulting services, the buyer's name and address, the

name of the equity investing company. Is committed, the name of the official expert of the judiciary or financial services institutions that has done the pricing of the firm."

6.According to paragraph (a) of Article 8 of this law, the transparency and documentation of the activities of the executive agencies are among the tasks of the Vice-Chancellors for Strategic Planning and Supervision, and for the Development of the Management and Human Capital of the President.

required to provide, within three months of the date of its enactment, its executive by-laws, including the rules and exceptions, the manner and extent of public access to contract information, and the establishment of a database of approved Ministers within a year of approval." However, contracts of a military, security and confidential nature<sup>7</sup> are excluded from the provisions of this article. Note 2 This Article provides with a law enforcement guarantee for failure to perform the duties set forth in the said Article: "Note 2: Delay in entering the above information or incomplete entry of information or unlawful entry in the said sites is considered an infringement, sentenced to six months to three years' temporary suspension from service in the units referred to in paragraph (a), (b) and (c) of Article 2 of this Act." It would not seem logical to impose the same temporary disqualification for delay in entering information and deliberately entering inaccurate information.

Article 17 of the Civil Service Management Act of 2007 concerning the

observance of the principle of transparency in the transactions of executive agencies with corporations and non-governmental organizations expressly emphasized the observance of transparency in these transactions and stated: Contract with companies and NGOs to provide a clear and specific part of the services they need based on the specific activity, the specific workload, the price of each unit of work, and the total price. In case of failure to apply, applicants may be permitted to comply with the law on tendering and approval of the organization by leaving the tender procedure.

Note - Companies subject to this Article shall be designated by the State Management and Planning Organization or the Ministry of Labor and Social Affairs in accordance with their duties and shall be disqualified if the provision of this Article is violated.

## **Chapter II: The Principle of Competitiveness of Public Procurement**

prohibited in contravention of the laws and regulations and shall be in breach of the penalties set forth in the Penal Code for the Disclosure and Disclosure of Confidential Information and Government Secrets on"

---

7. Article 34 of the Administrative Health Promotion Act on the Disclosure of Confidential Information states, approved on 18/02//1974: "Any disclosure of information on the databases of such devices shall be

One of the most important causes of weakness on the part of government traders is discrimination in dealing with potential applicants for government contracts. Discrimination and biased treatment of the bidders will weaken and undermine applicants' rights, creating a situation where less qualified but less rent-seeking or more influential applicants enjoy a better position in government transactions. Therefore, one of the most important principles in all administrative services and activities, including government transactions, is the principle of non-discrimination, impartiality, disregard and the unlawful bias of certain individuals and groups.

Non-discrimination in government transactions means that there is no limitation of inequality for actual and potential applicants to compete (Panahi and Bandari, 2003, p. 37).

The premise is that the interests of public affairs belong to the general public, and the principle of equality dictates that all persons are entitled to the benefits and benefits of the administration of public services justified in their capacity and competence. It should be noted,

however, that the statutory restrictions on the choice of trading party and the preference and choice of one participant over the others, if based on legal criteria, have no conflict with the principle of fair competition. One of the main purposes of holding state bidding and auctioning and other formalities governing government transactions is to provide an equal opportunity for all eligible applicants to compete in such transactions so as to apply these formalities and rules to the principle of fair competition. Therefore, one of the most important underpinnings of weak support in government transactions is the adoption of mechanisms designed and enacted based on the principle of competitiveness. Conducting government transactions in accordance with legal procedures based on fair competition not only creates fair and equitable employment conditions for all applicants; finally, by selecting the most competent applicants for contract matters, it also results in improved efficiency and optimal contract performance (Panahi, *ibid*, p. 40). In other words, in keeping with the principle of competitiveness of government transactions, these contracts are executed and executed in such a way

as to enable all the bidders to participate and ultimately win the most qualified people.

Competition is an important factor in getting the government to make the most of their financial resources. This in particular leads to low prices and the best quality for goods, services and work. In addition, competition acts as an important driver of innovation. Creating competition in government transactions is not just about expanding the circle of traders, but about all actions that create fair and healthy conditions for all bidders. In a study conducted by Bliss and Daydream, it has been concluded that a large number of competitors do not play a significant role in preventing corruption because what ultimately results in a competitor winning more is the ability to pay bribes. That is, if regulations do not deprive employees of the ability to obtain bribes and financial abuse, the multiplicity of competitors will not have an impact on the competitive environment and the prevention of corruption (Bliss, 1997, pp. 1001-1023, quoted by Ghorbani, *ibid*, P. 29).

Clearly, the introduction of competitive space in government transactions is about transparency.

Because if there is transparency in the conduct of a government transaction, the entrants can make less confident decisions and concerns with their own profits and losses and with access to information on costs and benefits; Lack of Transparency, Potential Brokers, are either not aware of the opportunity to participate in the transaction or will not be able to risk the transaction if they are informed of the transaction and even the opportunity to participate due to lack, ambiguity or deficiency in transaction information. Become transparent and participate in the transaction.

In the foregoing, the principle of competition in government transactions in Iranian laws and regulations is discussed first.

*1) Law on the Implementation of General Policies Article 44 of the Constitution adopted in 2008*

The principle of competition in the Islamic Republic of Iran's constitution has been found in terms such as "abolishing any ... monopoly", "abolishing unfair discriminatory" and "prohibiting ... monopoly ... and other

vicious and forbidden transactions"<sup>8</sup>. Normal laws and regulations also emphasize the need to observe this principle in all economic fields, especially in the field of government transactions. In the future, the effects and damages of this principle are explained in the General Policy Implementation Act, Article 44, and other laws and regulations.

Note 20 of Article 1, the General Policy Implementation Law, Article 44 of the Constitution of 2008, stipulates that disruption of competition includes those which "cause monopoly, hoarding, corruption in the economy, damage to the public, leading to the concentration and persistence of wealth at hand. Certain individuals and groups will lose skills and initiative in society or foreign economic domination over the country." Articles 44, 45, and 51 of this Act has prohibited any collusion in government contracts that results in discriminatory conditions, restricting the transactions of individuals with their business competitors, discriminatory pricing, discriminatory trading

conditions, imposing unfair contractual conditions, and creating unfair monopoly rights and privileges. The law also criminalizes violations of these rights in Articles 72 to 78 by basing "competition rights".

The criminal policy adopted in the law was that the legislator also placed the competence of the Competition Council in the competence of the Competition Council with the aim of diversifying its response to anti-competitive behaviors, along with criminal offenses, administrative offenses and legal enforcement. . As a non-judicial body, the council makes non-criminal decisions on violations of competition law (Hosseini & Ahmadi, 2014, pp. 48-49).

One of the initiatives of this law is that in Chapter 9, "Facilitating Competition and Non-Monopoly", it introduced various rules to observe the principle of competition in public and private transactions<sup>9</sup>, and instituted a body called the Competition Council to oversee the implementation of this law. Regulations are considered. Article 53 of

---

8. Notes 6 and 9 of Article 3 and Note 7 of Article 43 of the Constitution

9. According to Article 43 of this law, all natural and legal persons of the public,

public, cooperative and private sectors are subject to the provisions of this chapter.

the Act reads as follows: "To achieve the objectives of this Council Chapter shall be called the Competition Council." The Council is composed of members of the three branches and the private sector (of course, at the suggestion of the members of the three branches) and is responsible for laying down guidelines for overseeing the enforcement, inspection and investigation and enforcement of the enforcement provided for in Article 61 of this Act.

One of the strengths of Article 44 of the General Policy Implementation Law is that Article 62<sup>10</sup> recognizes the possibility of a complaint by a non-governmental organization to the Competition Council. Given that it has the right to impose a broad range of legal

enforcement guarantees on individuals and legal entities, this opportunity could provide an appropriate space for these organizations to work against corruption in government transactions.

In addition, it has adopted numerous regulations to create a competitive environment. Article 8 Provision shall be made for any concession to the State apparatus and shall also apply to the private sector. Since this concession may be in connection with the conclusion of government contracts, the application of this provision helps to create a competitive environment in these contracts. According to Article 21 of the General Policy Implementation Law, Article 44<sup>11</sup>, the transfer of state-owned

---

<sup>10</sup>. "Article 62 of the Competition Council is the sole authority for dealing with antitrust proceedings and is responsible for or on the basis of, or upon the complaint of, any individual or legal, including the Attorney General or the District Attorney, the State Accounting Office, the State Audit Office, the Regulatory Division, Government agencies and bodies, trade unions, consumer rights associations and other nongovernmental organizations, begin investigating and investigating anti-competitive practices and decide within the meaning of Article 61 of this Act. "

11. Article 21- Proper pricing and scheduling of state-owned enterprises shall be commensurate with the method and scope of each market in accordance with the following: (a) In the case of divestiture

through public offering, pricing of the first package of stocks of each company, stock size, selection procedure Strategic clients and applicants for controlling and managing stocks will determine the appropriate timing for the issue of stocks, as the case may be, after undergoing undergraduate studies with the proposal of the Privatization Organization and the approval of the delegation. The public offering of compliance with the Islamic Republic of Iran Securities Market Act, approved 1/9/1384, is required. (B) In respect of the sale of assets, leases and management contracts, the determination of the sale prices of the assets, the determination of the amount of the lease and fees of the management agreement and other conditions for the assignment based on the technical

enterprises, in the form of shares, must, as far as possible, be carried out in exchange for the sale of assets, leases and management contracts, in accordance with the provisions of the Tender Law.

Article 45 of this Act (enshrined in Chapter 9: Facilitating Competition and the Prohibition of Hoarding) outlines the actions that lead to disruption of competition. Many of these practices in relation to government transactions are in addition to privatization. For example, discriminatory pricing or discrimination in trading terms or misleading statements may also occur during government transactions other than privatization.

The question now is whether these rules apply to these transactions as well. In response, it must be stated that, in accordance with Article 43 of this Act, all natural and legal persons in the public, public, cooperative and private sectors are subject to the provisions of

Chapter 9. In the same manner, the Competition Council deals with many disputes involving individuals, both public and private, so it should be acknowledged that this rule applies to all government transactions, and interested parties can file complaints about these violations. Require follow-up in the Competition Council.

Article 20 of this law has also laid down the principle of respecting the principle of competition in auctions and public auction<sup>12</sup>. Note 2, of course, that this provision, adopted in connection with the transfer by negotiation, violates the principle of competition. The note stated: "In cases where there is no purchase after two auctions, the transfer through negotiation is permitted by the delegation. Also, the use of negotiation method, apart from divestiture of national equity cooperatives in the form of equity shares, for consulting and knowledge based companies with

---

and financial valuation, as the case may be, under the Bidding and Government Transaction Law, Privatization and approval of the delegation. Note: The one-step and two-step provisions shall be applicable within the framework of the bidding law adopted by the Islamic Consultative Assembly in 2004. If the auction is not held in accordance with the provisions of this law, the laws and regulations governing government transactions shall apply. "

<sup>12</sup>. Article 20 of the Act provided: "The delegation shall decide in the following ways, in accordance with paragraph (a), of the assignment of the enterprises: A) Selling the firm through public offering of shares in domestic or foreign stock exchanges, B) the sale of a block or stock by public auction in the domestic or foreign markets; C) the sale of a firm or block stock through negotiation."

limited physical and financial assets and the value of the company being mainly intangible assets, as well as publicly traded companies in which Management Specialties Required Managers or a group of specialist managers and experts from the same firm are authorized. It is up to the delegation to determine the conditions of the managers and specialists. ” This material has several drawbacks. First, it allowed the buyer to negotiate, simply because the buyer did not exist on two occasions. However, the absence of the buyer may be due to improper publication of the newspaper ad or due to other obstacles that the delegating authority may be able to eliminate, and then publicize, but unfortunately in this regulation this has not been paid attention to. Another disadvantage is that these regulations do not provide for a mechanism that requires, in addition to the newspaper, advertisements to be published on websites or in the audiovisual media.

Therefore, the ad may be published in a way that potential applicants are not notified, such as whether it will be published on certain days of the year, such as on vacation, or in newspapers that are not in the contract area, or, All copies of the newspaper in

that area will be purchased by the parties who are to be the subject of the contract, so as not to reach potential customers.

## 2) *Other Terms and Conditions*

Observing the principle of competition in government transactions, there is also a pronounced appearance in other ordinary laws other than Article 44 of the General Policies Act. Paragraph (a) Article 14 BC. (Bidding Documents) Regarding the principle of competition in the access of all bidders to the bidding documents, it was stated: "All bidding documents must be distributed equally to all bidders".

Paragraph (k) of Article 5 of the Statute of the Board of Appeals of 2009, is also one of the competences of the Board to deal with the issue of "discriminating between bidders in referring work and conducting a transaction by a bidder".

Part 2 (a) Article 1 of the Bidding Documentation and Information System Implementing Regulations 2006 (Subject (d) Article 23 BC) also contains poems, one of the main aims of the "Free Competition and Principle of Documentation" system, equality of rights for bidders". Clause (c) of Article

15 of this Code also stipulates the documentation of the reasons for the monopoly<sup>13</sup> subject to the contract in the case of a referral meeting of the contract: (A) Article (2) of the Act shall be added to the minutes of the meeting (subject to subparagraph (1) (a) (a)).

Article 35 of the Third Plan for Economic, Social and Cultural Development of the Islamic Republic of Iran also stipulates: "In the referral of work and transactions by public and private sector, there shall be no discrimination between public and private bodies and corporations with the cooperative and private sector." There are also other sporadic regulations regarding compliance with the principle of competition in government contracts. For example, in the Guidelines on the Determination of Qualifications of Individuals No. 77054 / d dated 24/8/1368, reference to more than three works is forbidden to a real contractor (Hosseini, 2015, p. 263).

Obviously, following these rules will result in healthy government space deals with equal competition and

consequently corruption will be significantly reduced in this area and enforcement agencies will not be able to easily excuse contract monopoly against the truth and perform the transaction without complying with the requirements of the competition principle.

### **Chapter III: The Principle of Observing Objective Criteria in Decision Making**

The objective of adhering to objective criteria in decision-making in government transactions is closely linked to the weak side's support in these transactions. The weak side's support at all stages of government transactions requires objective criteria in decision-making. The principle of objective decision-making is closely linked to the principle of non-discrimination and equal treatment of applicants with the government. The principle of equal treatment means that there should be no distinction between providers of goods,

<sup>13</sup>. According to clause (a) of Article 2 BC, "Monopoly in the transaction is the uniqueness of the applicant in the transaction as determined by the following: 1. The

Board of Ministers' declaration of goods and services that are monopoly of the State, 2. Publication of a public announcement and only one applicant for the transaction."

services or labor unless it is justified on the basis of objective considerations.

Objectivity in government decision-making refers to efforts to reduce or eliminate prejudice, discrimination, and personal and taste evaluations. For example, the contract award criterion must be comprehensively determined in advance so that bidders can evaluate the possibility of winning the tender. The government has been able to show goodwill to the applicants if the applicants can do their assessment fairly and accurately. The objectivity of the criteria is guaranteed by the use of a variety of methods, for example through the requirements of informing all the criteria required to participate in the transaction, the qualifications required of the applicants and the requirements regarding the technical characteristics and requirements that guide technical and price evaluations (United Nations Office on Drugs and Crime Vienna, Op.cit, p. 9).

In cases where government transactions are conducted contrary to legal requirements and in pursuit of collusion with a particular person, the person in question may not be sufficiently qualified to perform the

obligations under the contract; To unlawfully prevent, it is the ratification of conditions and standards that specify precisely the eligibility criteria of the contracting party to preclude the contract from being concluded with the disqualified parties.

In British law, this has been given special attention, and bidders have been required to comply with objective criteria alongside the bid price. According to these rules, the lowest bid in the tender cannot be the only effective criterion in deciding whether to award the contract. Article 67 of the Public Procurement Act of England stipulates that the acceptance of the public contract shall be based on the evaluation of the most economically advantageous tender in the tender.

This criterion is a combination of the bid price and the quality of performance of the applicant in the contract. The quality of performance in this law has several dimensions including: a) Quality: including technical competence, identifying and functional specifications (good reputation), availability, design for all users, innovative, social, environmental and Business status; b) Organization: The competence and experience of the

staff assigned to execute the contract in cases where such competence has a significant effect on the performance of the contract. C. After-sales service and technical assistance, delivery conditions such as delivery date, delivery process, delivery time and completion date (Sadeghian, 2015, p. 101).

*1) Necessity to meet objective criteria in non-competitive processes*

According to the bidding and bidding rules, in particular the definition of bidding in clause (a) of Article 2 of the Bidding Law, it is clear that the main substance of the bidding procedure is their competitive bidding (Menatinejad, 2007, p. 48). These formalities provide a context in which the eligible persons seeking to participate in government transactions have a real opportunity to win the transactions. The legislator has not, for certain reasons and in certain circumstances, considered it necessary to observe the competitive conditions and to conduct bids and exceptions to these two methods of conducting government transactions. These exceptions include the tendency to abandon tender procedures and even restricted tenders.

In these exceptions, the characteristic of competitiveness is absent or weak.

Determining the objective criteria in transactions made through these methods is far more important and important than other transactions because they are concluded with specific individuals without giving them the opportunity. Given that the principle of competitiveness of government transactions is not respected in these transactions, it is essential to establish objective criteria that compensate for the lack of this principle.

Of course, doing so in a way that deviates from the principle of competition is acceptable if it is difficult to enforce the principle of competition, preserve the public interest and perform optimal public services. In this regard, Article 28 of the "Ancillary Sample Law on State Transactions" provides that the principal rule in the conduct of government transactions is the conduct of tenders or public auctions, and in cases where the transaction is permitted in a manner other than public practice, the contract must strive to make the transaction as competitive as possible. It also requires that the bidder in writing should record and maintain the reasons and circumstances that necessitate the

use of this method if the bidding entity uses a method other than a public one (UNCITRAL Model Law, 2014).

Articles 29 to 31 of the Act also provide that other forms of government transaction (other than bidding and public bidding) shall be used to cover specific situations that justify such conduct. For example, government agencies are permitted to conduct transactions involving low-value goods, urgent and urgent transactions, and transactions for the supply of special items exclusively through public tenders and bidding (ibid).

Therefore, the rules governing exceptions to tendering should only be applied if there are reasonable justifications so that competition between potential bidders is not practicable. Exceptional Transaction Practices Just as if used improperly would better achieve the purposes of government office; it could be an illegitimate tool in the hands of employees seeking to gain illicit profits by exploiting these rules and citing reasons. Charged and unfounded assign the contract to the person they want. Given that the exception to the principle of competition is an exception, non-compliance would be correct if the

exceptions were interpreted too narrowly and there was a legitimate legal justification for departing from this principle. Accordingly, if the bidding process is contrary to legal standards and reasonable standards, it will expel contracting party competitors and harm monopolies in the public interest. This creates many problems in the conduct of government transactions, the most important of which is the subject of higher cost contracting and lower quality because, based on research conducted, discrimination in bidding can raise costs and cause, The Tenderer will pay more for the goods and services subject to the contract.

Article 13 of the Executive Regulation, paragraph (c), Article (1) of the Bidding Procedure, hereinafter referred to as: "a) if the work is referred to in the bidding procedure, if the authorization to leave the bid is unconditional." The bidder is required, as the case may be, to have a standard or qualification certificate and an operating license in the field of bidding. (B) In order to prevent a change in the standard terms of reference, when applying for tenders, the separation of project work into separate contracts shall be permitted

only on the basis of reports approved by the qualified consulting services units.

The objection to this regulation is that, contrary to the concept of this article, in cases where authorization to leave formalities has been obtained with the name of the bidder, no objective and necessary criteria have been met. However, in such cases the possibility of corruption and collusion with a particular tenderer is more likely than not with the specific tenderer to be named; it is essential to comply with objective criteria of eligibility in all cases, with the exception of tenders.

However, the Bidding Authority is required to comply with the principle of competitiveness and to ensure that bidding through its standard bidding process is not possible, in the form of a Bid Transfer request from the manufacturer or service provider. The subject of the contract will make the necessary inquiries and state the result in the form and submit the documents along with the request (Habibi, 2009, p. 258).

This principle has also been addressed by other legislatures. For example, administrative bodies in cases where they decide to abandon the bidding procedure, in accordance with the provisions of Article 42 and Note 44

of the Code of Qualification for the Recognition and Referral of Work to Construction Contractors, Obligated to Observe Criteria and Selection of Qualified Consultants and Contractors, and Listed in the long or short list of bidders or approved by the Office of Planning and Budgeting Consultants and Contractors.

2) *Objective Criteria for Decision Making in Government Transactions; Iranian Laws and Regulations*

Laws and Regulations Related to Government Transactions in Iran, in particular the Law on Government Transactions and its By-Laws, contain numerous provisions regarding the need to meet objective criteria in decisions regarding government transactions and how to rate them. Other things are less damaged.

Article 12 BC The Bidders' Quality Assessment, in relation to the determination of objective decision-making criteria and the evaluation of bids, is based on the following criteria:

- "A) In the qualitative evaluation of bidders, the following shall be considered: 1)

Quality assurance of products and services. 2) Having experience and knowledge in the field. 3) Good track record. 4) Having a work permit or qualification certificates, if necessary. 5) The applicant's financial capacity to perform the work, if necessary.

- B) The qualitative evaluation steps of the bidders are as follows: 1) Determining the evaluation criteria and the relative importance of the criteria; 2) Preparing the evaluation documents; 3) Receiving, completing and submitting the bidding documents. 4) Evaluation of the received documents and assignment of each bidder and their ranking.

The Management and Planning Organization of Iran is obliged, in cooperation with the executive agencies than three months after ratified this law, law enforcement qualitative evaluation of tenderers with the standards set out in this Article, indicating metrics to measure and evaluate the tenderers to be prepared and approved by the Cabinet."

Article 2 (2) of the CCP In the definition of Bid Technical Evaluation, the Bid has the following meaning: "A process in which the specifications, standards, efficiency, durability and other technical characteristics of the Bidders are evaluated, evaluated, and evaluated."

This regulation has indirectly pointed to the need for objective criteria and standards in decision-making. Paragraph (a) of Article 19 of the Code also states: "In two-stage bidding, the bidder shall be bound by the criteria and procedures announced in the bidding documents, the qualitative evaluation of the bidders and the technical evaluators of the bidders and the evaluators." In the Executive Regulation of paragraph (c) of Article 12 BC, (Bidders' Quality Assessment) Sufficient, detailed and codified rules for setting objective decision criteria, how to qualify bidders, weighting criteria, scoring and evaluation, how to prepare short and long bidders, experience evaluation, goodwill The background, financial, equipment, technical and planning and working capacity of the applicants, and documentation of these criteria and decisions are given.

## **Conclusion**

The authority of government agencies to contract with non-governmental entities often weakens these parties. The weakening of the private parties to government contracts has gradually reduced the financial and professional capacity of these individuals, who are usually private contracting companies. This process ultimately causes irreparable damage to the private sector and, consequently, to the entire economic system of the country. Therefore, it is crucial to devise mechanisms that support the weak side of government contracts and modify government privileges in contracts. In this regard, providing platforms that facilitate the activities of private parties to government contracts and reduce the likelihood of private and unlawful conduct of government contractors is one of the effective measures that support the weaknesses of government contracts and ultimately the contractual balance between The parties to these contracts. Applying the principles of transparency, competitiveness and objective criteria in decision making creates a context that redresses the weaknesses of private parties to government contracts and enables them to enjoy a relatively equitable position

and position with government agencies. If their rights are violated, they can seek legal action and claim the right.

### References

- Emami, Mohammad and Ostwar Sangari, Kouros, "Administrative Law", Volume 2, Tehran: Mizan, 2012.
- Panahi, Ali; Bandari, Leila, "The Economic Dimensions of Government Bidding and the Characteristics of the Process Governing Them (World Experience)", Parliament and Research Year 10, No. 39, 2003, p. 37.
- Hosseini, Seyyed Hossein, Ahmadi, Zahra, "Criminal Policy Implementation of General Policies" Article Forty-Four (44) of the Constitution, Encyclopedia of Economic Law, No. 21, Spring and Summer 2014, pp. 48-49.
- Hosseini, Ismail, "Principles Governing Government Contracts", Fifth Edition, Tehran: Behnam Publications, 2015, p. 263.
- Habibi, Yadollah, "Law dominated on Government Transactions", Second Edition, Tehran: Majd, 2009, p. 258.

Sadeghian, Hamid Reza, “Comparative Study of the Legal System of Government Transactions between Iran and England”, MSc Public Law, Faculty of Law, Tarbiat Modares University, 2015.

Ghorbani, Adel, Sediq Mohammadi, Mir Farhad, “Strategies for Fighting Economic Corruption in Iran with Emphasis on Successful Countries' Experiences”, Tehran: Economics Research Institute Publications, 2008.

Mohseni, Farid, “Preventing Corruption with Emphasis on Information Technology, Judicial Law Views”, No. 61 Spring 2013.

Matni Nezhad, Sadegh, “Methods and grounds for collusion in government transactions, Law Journal of Justice”, Winter 2007, No. 61, (62-47)

Mullaie, Ayat, “Administrative Contracts: A Comparative Study of the Platforms, Principles, Nature, and Principles, First Edition”, Tehran, Maid Publishing, 2014, pp. 407-424.

Bliss, Christopher and Rafael Di Tella, “Does Competition Kill Corruption?”

Journal of Political Economy, 105:5, 1997, pp. 1001-1023.

Schooner, S.L., Desiderata: Objectives for a System of Government Contract Law, Procurement Law Review, 2002, p.103

Trybus, Martin, “Improving the Efficiency of Public Procurement System in the Context of the European Union Enlargement Process, Public Contract Law Journal, vol. 35. No. 3, (PP. 409-425), (Spring 2006), P. 410. In: Hein Online (<http://heinonline.org>). (visited: 2/1/2017)

United Nations Office on Drugs and Crime Vienna, Guidebook on anti-corruption in public procurement and the management of public finances, Good practices in ensuring compliance with article 9 of the United Nations Convention against Corruption, UNITED NATIONS, New York, 2013.

UNCITRAL Model Law on Public Procurement, UNITED NATIONS COMMISSION ON INTERNATIONAL TRADE LAW, UNITED NATIONS New York, 2014, (United Nations document, A/66/17,

annex D), As adopted by the United  
Nations Commission on International  
Trade Law on 1 July 2011

# Gênero & Direito

Este periódico está indexado nas bases:

